

Sociedade e Estado

Volume 36 – Número 2

Copyright © 2021
by Departamento de Sociologia da UnB.
É permitida a reprodução dos artigos desde que se mencione a fonte

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA

Reitora: Márcia Abrahão

Vice-reitor: Enrique Huelva

INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS

Diretor: Arthur Trindade Maranhão Costa

Vice-diretora: Carla Teixeira Costa

Chefe do Departamento de Sociologia: Fabrício Monteiro Neves

Coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Sociologia: Haydée Glória Cruz Caruso

Editora responsável: Tânia Mara Campos de Almeida

Editores-adjuntos: Stefan Fornos Klein, Maria Francisca Coelho e Emerson Ferreira Rocha

Preparação dos originais e apoio administrativo:

Enderson Paulo dos Reis

Produção editorial:

Edição, revisão, produção de arte e diagramação: F. Soudant

Endereço para correspondência

Departamento de Sociologia (SOL/UnB) — Instituto de Ciências Sociais

novo prédio ICS — Campus Darcy Ribeiro — Universidade de Brasília

CEP 70910-900 — Brasília- DF

Tel.: 55 61 3107-1537

Homepage: <https://www.sol.unb.br>

E-mail: revistasol@unb.br

[facebook.com/Sociedade e Estado](https://www.facebook.com/Sociedade.e.Estado)

FONTES DE INDEXAÇÃO

A revista é indexada nas seguintes Bases:

Cababstracts; Clase — citas latino-americanas de sociologia y economia;

Crossref; Diadorim — Diretório de Políticas Editoriais das Revistas Científicas Brasileiras;

Dataíndice — Banco de Dados Bibliográficos do Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de

Janeiro-luperj; Doaj — Directory of Open Access Journals;

Ebsco Publishing EuroPub Database; Google Acadêmico;

Ibict — Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia;

Latindex — Sistema Regional de Información en Línea para Revistas Científicas de América

Latina, el Caribe, España y Portugal; OJS/PKP — Open Journal System / Public Knowledge

Project; ProQuest; Redalyc — Red de Revistas Científicas de América Latina y el Caribe,

España y Portugal; Researching Brazil — Indiana University;

Road — Directory of Open Access Scholarly Resources;

SciELO- Scientific Electronic Library Online; Scopus (Elsevier); The Keepers.

Sociedade e Estado/Departamento de Sociologia/Programa de Pós-Graduação
em Sociologia da Universidade de

Brasília v. 1 n. 1 (1986-) — Brasília: O Departamento, 1996.

Semestral. Quadrimestral a partir de 2005.

ISSN 0102-6992 (impresso)- ISSN 1980-5462 (eletrônico)

1. Sociologia. 1. Universidade de Brasília — Departamento de Sociologia.

CDU 301:321(05)

Sociedade e Estado

Volume 36 – Número 2

Comitê Editorial:

Ana Cristina Murta Collares (UnB), Carlos Benedito Martins (UnB), Débora Messenberg Guimarães (UnB), Fabrício Monteiro Neves (UnB) e Sergio Barreira de Faria Tavoraro (UnB).

Conselho editorial:

Abílio Afonso Baeta Neves (UFRGS),
Afrânio R. Garcia (Ehess/França),
Ariosvaldo da Silva Diniz (UFPB),
Arthur Trindade Maranhão Costa (UnB),
Bárbara Freitag Rouanet (UnB),
Christiane Girard Nunes (UnB),
Edna M. Ramos de Castro (UFPA),
Elisa Reis (UFRJ),
Fernanda Beigel (Conicet/UNSJ),
Francine Descarries (UQAM/CAN),
Frédéric Vandenberghe (Iesp/Uerj),
Gabriel Cohn (USP),
Gerard Delanty (Universidade de Sussex/UK),
Hélgio Trindade (UFRGS),
Ilse Scherer-Waren (UFSC),
Josefa Salete Cavalcanti (UFPE),
Lourdes Maria Bandeira (UnB),
Lúcia Lippi de Oliveira (FGV),
Magda Neves (PUC-MG),
Maria Stela Grossi Porto (UnB),
Mike Featherstone (Goldsmiths, University of London/UK),
Pedro Célio Alves Borges (UFG),
Sari Hanafi (American University of Beirut/AUB),
Sérgio Adorno (USP),
Tom Dwyer (Unicamp).

Pareceristas do Volume:

Kelly Pedroza, Silvia Zimmermann, Maurício Serva, Christiane Machado Coêlho, Marcella Carvalho, Fabio Reis Motta, Alexandre Werneck, Luis Flávio Saporì, Sérgio Adorno, Ludmila Gaudad, Analía Laura Soria Batista, Robson Roberto da Silva, Marcelo Medeiros, Tania Mara Passarelli Tonhati, César Barreira, João Freitas, Edson Silva de Farias, Mirla Cisne Álvaro, Milena Fernandes Barroso.

Apoio:

Sumário

Editorial	393
<i>Maria Francisca Pinheiro Coelho</i>	
Dossiê:	
Sociologia pragmática e pragmatismo	
Apresentação:	399
Sociologia pragmática e pragmatismo	
<i>Diogo Silva Corrêa & Rodrigo Cantu</i>	
An outline of a pragmatist theory on reflexivity:	407
exploring the pathways of the concept through social theory	
<i>Diogo Silva Corrêa & Vittorio da Gamma Talone</i>	
Committed capitalism	433
<i>Samantha Sales & Rodrigo Cantu</i>	
Instituições sociais:	461
um diálogo entre sociologia de Chicago	
e filosofia pragmatista	
<i>Daniel Cefai</i>	
Transitar no habitar e habitar transitando:	487
nos rastros da experiência criativa de um	
pintor abstrato residente no Pisão	
<i>José Manuel Resende & José Maria Carvalho</i>	
(Re)aproximando os pragmatismos	513
da análise das políticas públicas.	
Experimentação e investigação pública	
em um cenário de crise democrática	
<i>Carolina Andion & Thiago Magalhães</i>	

“Y’a toujours à penser, à trouver mieux”. Moments effondristes et activisme du quotidien face à la catastrophe écologique <i>Alexandra Bidet & Solène Sarnowski</i>	545
O valor de uma existência: uma análise pragmática de valorizações da vida humana em situações envolvendo dinheiro <i>Camille Porto & Alexandre Werneck</i>	563
As ascensões da economia do enriquecimento e da extrema direita: uma entrevista com Luc Boltanski e Arnaud Esquerre <i>Francesco Tomei, Pedro Grunewald Louro & Ana Paula Hey</i>	591
Artigos	
Medo do crime, desordens e coesão social no Distrito Federal <i>Arthur Trindade M. Costa & Marcelo Ottoni Durante</i>	613
Antes das grades: perfis e dinâmicas criminais de mulheres presas em Minas Gerais <i>Ludmila Ribeiro, Natalia Martino & Thais Lemos Duarte</i>	639
Auxílio Emergencial em tempos de pandemia <i>Mani Tebet Marins, Mariana Nogueira Rodrigues, Jéssica Maldonado Lago da Silva, Karen Cristina Martins da Silva & Paola Loureiro Carvalho</i>	669
Operários nordestinos na Região do ABC Paulista: narrativas de classe e de masculinidades <i>Jaime Santos Júnior, Mariana Zanata Thibes & Marilda Aparecida de Menezes</i>	693

Uma sociologia das políticas de <i>waterfront regeneration</i> no Brasil: análise de três casos emblemáticos <i>Luciano Fedozzi & Mariana Vivian</i>	719
Alteridades estranhadas: contradições e potencialidades da forma ser-outra no capitalismo vigente <i>Tábata Berg</i>	745
Traduções	
Sociologia ambiental: um novo paradigma <i>William R. Catton Jr. & Riley E. Dunlap</i>	773
Resenhas	
Vidas, “trelas” e falas de mães de “micro” – um estudo etnográfico em linguagem acessível FLEISCHER, Soraya; LIMA, Flávia (Orgs.). <i>Micro: contribuições da antropologia</i> . Brasília/DF: Athalaia, 2020. <i>Silvia Cristina Yannoulas</i>	791
O mundo urbano cosmopolita e a autenticidade do campo: uma discussão sobre a adesão da classe operária rural francesa ao discurso de extrema-direita COQUARD, Benoît. <i>Ceux qui restent: faire sa vie dans les campagnes en déclin</i> . Paris: La Découverte, 2019. <i>Ariley Dias</i>	797
A pursuit of intellectual equity in an uneven world HANAFI, Sari; YI, Chin-Chun (Eds.). <i>Sociologies in dialogue</i> . Newcastle upon Tyne, UK: Sage, 2020. <i>Ana Cristina Collares</i>	803

Resumos	813
Normas	825

Editorial

Maria Francisca Pinheiro Coelho*

* Professora do Departamento de Sociologia da Universidade de Brasília e da equipe editorial da *Sociedade e Estado*.

Por meio dos artigos publicados pela revista *Sociedade e Estado*, que “visa divulgar a grande diversidade e variedade teórica e metodológica no campo das ciências sociais”, podemos ter uma visão e um retrato atual da realidade social na qual estamos inseridos como seres históricos, e por convivermos com seus problemas e dilemas sociais. Essa imagem só é possível pela própria vocação fundadora da sociologia como ciência empírica, que procura compreender interpretativamente os fenômenos sociais, em suas manifestações específicas e globais.

Como expressão do momento atual, de seus dilemas e desafios, dos quais somos testemunhas, a Revista *Sociedade e Estado* tem destacado reflexões importantes sobre o problema epidemiológico da pandemia mundial do Coronavírus, que tem provocado a morte de tantos seres humanos. Nesse contexto, a situação do Brasil é desoladora. Em agosto deste ano, conforme dados da Organização Mundial de Saúde (OMS), já tinham morrido 4.259,310 pessoas. Em números absolutos, o Brasil só ficava atrás dos Estados Unidos, lá com 614. 785 vítimas e o Brasil, 559. 607. Estudos na sociologia procuram aprofundar as causas e consequências dessa doença, seus impactos nos sistemas econômico, político, social e ambiental. Temos consciência da necessidade de investir em reflexões e pesquisas na área de saúde pública para proteger o mundo e nosso país, em particular.

Este número da revista sobressai-se pelas contribuições teóricas e estudos empíricos. Compõe-se, na parte inicial, de importante dossiê sobre “A sociologia francesa: pragmatismo e a teoria do ator-rede”, organizado por Diogo Corrêa e Rodrigo Cantu. Como destaque, o dossiê traz uma longa entrevista com Luc Boltanski e Arnaud Esquerre que conversaram sobre as ascensões da economia do enriquecimento e da extrema direita, tema de estudo de seus últimos livros. O sociólogo Luc Boltanski afirmou-se como referência incontornável na teoria social e sociológica contemporânea. De origem francesa, sua trajetória autoral pode ser vista em perspectiva quanto aos movimentos de ruptura e de reconciliação com relação à sociologia crítica de Pierre Bourdieu, presente desde cedo na sua formação.

Na entrevista, Luc Boltanski e Arnaud Esquerre abordam principalmente duas obras que escreveram em coautoria, nomeadamente *Vers l'extrême: extension des*

domaines de la droite, 2014 (Em direção ao extremo: extensão dos domínios da direita), e *Enrichissement: une critique de la marchandise*, 2017 (Enriquecimento: uma crítica da mercadoria). Nesses livros, os autores discutem como foram gradualmente constituindo as chamadas “economias do enriquecimento” como objeto, assim como os desafios metodológicos que tiveram de ser encaradas para tanto.

Em sua nova produção, Luc Boltanski aprofunda reflexões e aspectos tratados em seu livro *O novo espírito do capitalismo* (Martins Fontes, 2009 [1999]). Na entrevista, os autores são interpelados também quanto às mudanças e permanências em sua produção atual ante os seus trabalhos anteriores, haja vista as transformações históricas e a discussão acerca das relações entre sociologia e crítica social. Outros sete interessantes artigos compõem o dossiê abordando distintos aspectos da relação entre uma teoria pragmatista da reflexividade, com olhares sobre a valorização da vida em situações envolvendo dinheiro.

Este número da Revista traz também seis artigos que tratam de temas diversos, todos bastante atuais pelos temas e abordagens adotadas, nas áreas da violência, política, educação, ciência tecnologia.

O artigo “Medo do crime, desordens e coesão social no Distrito Federal”, de autoria de Arthur Trindade M. Costa e Marcelo Ottoni Durante, analisa o medo do crime entre os moradores do Distrito Federal, com base nos dados da Pesquisa Distrital de Vitimização, realizada em 2015. Os autores detectaram que entre os fatores que mais influem no medo do crime e que mais se destacam estão a presença de desordens no meio social e a qualidade dos serviços públicos.

O artigo “Antes das grades: perfis e dinâmicas criminais de mulheres presas em Minas Gerais”, de Ludimila Ribeiro, Natalia Martino e Thais Lemos Duarte, analisa que o aumento vertiginoso de mulheres presas no Brasil, na última década, especialmente por tráfico de drogas, ocasionou a proliferação de estudos sobre criminalidade e encarceramento feminino. A partir de uma pesquisa qualitativa e quantitativa com as custodiadas, o artigo analisa criticamente e indaga em que medida o enquadramento acadêmico dos estudos realizados condiz com os relatos das mulheres sobre suas trajetórias.

O artigo “Auxílio emergencial em tempos de pandemia”, de Mani Tebet Marins, Mariana Nogueira Rodrigues, Jéssica Maldonado Lago da Silva, Karen Cristina Martins da Silva e Paola Loureiro Carvalho, resulta de um grande projeto de pesquisa sobre o Auxílio Emergencial na pandemia do coronavírus. A pesquisa contou com o apoio do CNPq e das universidades públicas do estado do Rio de Janeiro. O artigo investi-

ga o panorama internacional da implementação do Auxílio Emergencial no contexto da pandemia do Coronavírus e conta com ampla base de dados internacionais para uma comparação com a realidade brasileira no contexto do enfrentamento da pandemia. Pretende trazer contribuições à relação conflituosa entre Estado e Sociedade em tempo de crise sanitária.

O artigo “Operários nordestinos na região do ABC Paulista: narrativas de classe e de masculinidades”, de Jaime Santos Junior, Mariana Zanata Thibes e Marilda Aparecida de Menezes, analisa trajetórias de trabalho e migração de camponeses que deixaram o Sertão da Paraíba para se inserir nas indústrias automotivas da Região do ABC Paulista, na segunda metade do século XX, comparando os achados daquela pesquisa com os da atualidade. Os resultados sugeriram clivagens no interior de uma classe de trabalhadores, desvelando ambiguidades na construção da dignidade do trabalhador em um contexto de intensa exploração.

O artigo “Uma sociologia das políticas de *waterfront regeneration* no Brasil: análise de três casos emblemáticos”, de Luciano Fedozzi e Mariana Vivian, discute o tema das políticas de *waterfront regeneration* no Brasil, que são políticas direcionadas aos espaços de orla urbana, como cais e portos em desuso e faz uma análise dos casos dos projetos Porto Maravilha, no Rio de Janeiro (RJ), do Cais Mauá, em Porto Alegre (RS), e do Porto Novo e Novo Recife, em Recife (PE). Para tanto, articula uma leitura teórica de diferentes abordagens direcionadas aos fenômenos do político e do urbano a uma pesquisa empírica qualitativa de estudo de casos múltiplos.

O artigo “Alteridades estranhadas: contradições e potencialidades da forma ser-outra no capitalismo vigente”, de Tábata Berg, visa lançar uma perspectiva feminista decolonial à acumulação do capital, deslocando o acento sobre a relação capital/trabalho (assalariado) para as formas de exploração e opressão laborais não assalariadas, nomeadamente àquelas que se desenvolveram inerentes ao patriarcado racista pela imbricação entre colonialismo, patriarcado e escravidão. Para tanto, o artigo percorrerá diferentes modos da ser-outra, uma categoria com a qual a autora vem trabalhando e que abrange as diversas formas não laborais remuneradas das cadeias do capitalismo.

Neste número, a Revista Sociedade e Estado traz também três resenhas. A de Silvia Cristina Yannoulas, “Vidas, ‘trelas’ e falas de mães de ‘micro’ – um estudo etnográfico em linguagem acessível”, do livro de Soraya Fleischer e Flávia Lima (orgs.), *Micro: contribuições da antropologia*. A segunda resenha foi elaborada por Ariley Dias, O mundo urbano cosmopolita e a autenticidade do campo: uma discussão sobre a adesão da classe operária rural francesa ao discurso de extrema-direita do

livro de Benoît Coquard, *Ceux qui restent: faire sa vie dans les campagnes en déclin*. E a terceira resenha, de Ana Cristina Murta, “A pursuit of intellectual equity in an uneven world”, da obra *Sociologies in dialogue*, com organização de Sari hanafi e Chin-Chun Yi.

A Revista publica também o artigo “A sociologia ambiental: um novo paradigma”, uma tradução da *The American Sociologist*, v. 13, p. 41-49, Fev. 1978, de William R. Catton Jr. e Riley E. Dunlap, então da Washington State University, a qual estará disponível apenas na plataforma SEER/UnB: <<https://periodicos.unb.br/index.php/sociedade/issue/view/2217>>.

Finalmente, com este número da Revista, gostaríamos de prestar uma homenagem aos colegas e aos nossos mestres que nos deixaram nesses últimos anos. Eles foram, por todos esses anos, referências acadêmicas importantes e colaboradores da *Sociedade e Estado*. São eles, Brasilmar Ferreira Nunes; Maria Lucia Maciel; João Gabriel Teixeira; Ana Maria Fernandes; Myreya Soares; Wanderley Guilherme dos Santos; Leôncio Martins Rodrigues; Gláucio Ary Dillon Soares; José Arthur Giansanti; e Francisco Correa Weffort. Com eles, gostaríamos também de homenagear os outros sociólogos, antropólogos e cientistas políticos não mencionados aqui, mas que se foram recentemente. A todos, nossa admiração e agradecimento pelo convívio e pelas obras deixadas que tanto orientaram nossos estudos, pesquisas e formação acadêmica.

Dossiê
Sociologia pragmática
e pragmatismo

Apresentação: dossiê “Sociologia pragmática e pragmatismo”

Diogo Silva Corrêa (<https://orcid.org/0000-0001-5519-6985>),
Universidade Vila Velha (UVV), Vila Velha, ES, Brasil^I.

Rodrigo Cantu (<https://orcid.org/0000-0002-6099-1200>),
Universidade Federal de Pelotas (UFPeL), Pelotas, RS, Brasil^{II}.

I. Diogo Silva Corrêa é professor do Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política da UVV; coordenador do Laboratório de Estudos de Teoria Social e Mudança (Labemus / UFPE-UVV). <dioscorrea@gmail.com>.

II. Rodrigo Cantu é professor adjunto do Departamento de Sociologia e Política da UFPe. <rodrigo.cantu@ufpel.edu.br>.

Este dossiê traz um conjunto de artigos que dialoga com diferentes dimensões do pragmatismo e da sociologia pragmática. Este último movimento teórico, mais recente, constituiu-se no campo sociológico francês, a partir de década de 1980, com importantes repercussões no Brasil desde, ao menos, a primeira década dos anos 2000. Primeiro com a publicação, em 1987, de *Économies de la grandeur*, livro cuja versão ampliada saiu em 1991, sob o título de *De la justification*, a abordagem proposta por Luc Boltanski e Laurent Thévenot difundiu-se gradualmente em diferentes contextos nacionais e estimulou numerosos debates e orientações de pesquisa. Atendo-nos às discussões que foram além da fronteira da sociologia francesa, cabe mencionar, na Alemanha, o diálogo com Axel Honneth que resultou em um número da revista *West End* – do Instituto de Pesquisa Social de Frankfurt – em 2008, além de outras publicações (Boltanski, 2008; Boltanski & Honneth, 2009; Honneth, 2010); nos Estados Unidos, os trabalhos de David Stark (2011) e Michele Lamont (Lamont & Thévenot, 2000) foram decisivamente influenciados pela perspectiva dos autores franceses. No Reino Unido, por sua vez, o seu impacto pode ser medido pela publicação do livro organizado por Simon Susen e Bryan Turner (2014), um genuíno tributo britânico à carreira de pesquisa de Luc Boltanski. Os países hispano-falantes da América Latina também se engajaram na discussão com esse “estilo sociológico” (ver Nachi, 2006; Benatouil, 1999), favorecidos pelo fato de que talvez o espanhol seja o idioma que conta com o maior número de traduções dos trabalhos de Boltanski e Thévenot (Bernal & Arcos, 2011; Guerrero, 2011; Nardicchi, 2011; 2021; Nardicchi & Acevedo, 2013).

Como marcos desse diálogo transnacional, pode-se destacar, aqui no Brasil, os dois colóquios “Crítica e pragmatismo nas ciências sociais: diálogos entre Brasil e França”, ocorridos em 2016 e 2018 na Universidade de Brasília¹, que deram origem a duas publicações que atestam a inserção dessa abordagem no debate nacional (Corrêa et al., 2018; Cantu et al., 2019), juntando-se ao que, até então, já era um

1. Disponível em: <<https://criticaepragmatismo.weebly.com>>.

número consistente de artigos em periódicos (ver, por exemplo, Corrêa & Dias, 2016). Na introdução do primeiro destes livros, apresentamos, com Sayonara Leal e Laura Chartain, um breve panorama dos usos e apropriações da sociologia pragmática francesa em pesquisas brasileiras (Corrêa et al., 2018, p. 12-14). Ao identificarmos alguns trabalhos pioneiros (ver Freire, 2016 [2005]; Corrêa, 2009; 2011; 2014; 2015; Dias, 2010; Mota, 2009; Werneck, 2012) e alguns núcleos de pesquisa influenciados por tal abordagem – principalmente aquelas produzidas no Rio de Janeiro –, o próprio texto já nos parece hoje um tanto quanto datado: sem se concentrar em instituições, regiões ou disciplinas específicas, o diálogo com Boltanski, Thévenot e autores associados à referida constelação já permeia no país uma quantidade de trabalhos difícil de acompanhar, notadamente na sequência da popularidade da tradução de *O novo espírito do capitalismo* (Boltanski & Chiapello, 2009). Na época, escrevemos que a “sociologia pragmática ainda não está próxima do cotidiano dos cursos de graduação em ciências sociais no Brasil, já que as traduções e a divulgação ainda são bem restritas” (Corrêa et al., 2018: 12).

Esse diagnóstico também já nos parece ultrapassado, uma vez que os textos da sociologia pragmática aparecem com cada vez mais frequência não somente nos cursos de pós-graduação, como atestávamos já em 2018, mas também no ensino de graduação, fato esse viabilizado em função de traduções recentes, como Barthe et al. (2016), Chateaufort (2017; 2018), Lemieux (2017) e *A justificação* (Boltanski & Thévenot, 2020), que finalmente está disponível aos leitores em português. Em uma breve lista que está longe de fazer justiça a todas e todos pesquisadores brasileiros que dialogam com essa corrente ou “constelação” (ver Dosse, 2003), cabe mencionar os esforços de Machado da Silva, Sayonara Leal, Fabio Reis Mota, Waldir Lisboa Rocha, Jussara Freire, Fabrício Mello, Palloma Menezes, Neiva da Cunha, Marília Márcia da Silva, Maurício Serva, Gustavo Matarazzo, Yolanda Ribeiro, Manuela Blanc, Tacyana Arce, Flavia Gouvea, Vinicio Macedo, Carla Pompeu, além, é claro, dos autores dos artigos deste dossiê.

Outro fator digno de atenção é também, via influência da sociologia pragmática, a recuperação de trabalhos e autores do pragmatismo filosófico estadunidense. Charles Sanders Peirce, William James, John Dewey e George Herbert Mead também tem encontrado inserção, no Brasil, além dos campos em que eles foram incorporados e debatidos inicialmente (James na filosofia, Mead na psicologia social, Dewey na pedagogia e Peirce na comunicação e na linguística). No presente dossiê, como se verá adiante, a presença de tais autores pode ser atestada: Dewey é uma influência decisiva nos artigos de Corrêa e Talone (“O esboço de uma teoria pragmatista da reflexividade”), de Sales e Cantu (“Capitalismo comprometido”), de Cefai (“Ecologias das instituições”), de Resende e Carvalho (“Transitar no habitar e

habitar transitando”), de Andion e Magalhães (“Re-aproximando os pragmatismos da análise das políticas públicas”), de Bidet e Sarnowski (“Há sempre algo para se pensar ou fazer de melhor”) e de Werneck e Porto (“O valor de uma existência”). Mead é uma presença reiterada e fulcral nos artigos de Cefaï e de Resende e Carvalho, enquanto James e Peirce são trazidos à baila nos artigos de Corrêa e Talone, Sales e Cantu e Werneck e Porto.

Inserido nesse conjunto de esforços e marcando o amadurecimento do debate em torno do pragmatismo filosófico e da sociologia pragmática no país, o presente dossiê avança e dá continuidade à discussão transnacional entre Brasil e Portugal, França e Estados Unidos – com o Brasil como um ponto focal – em diferentes direções. Pelo menos duas cabe evidenciar, uma vez que frequentemente entrecruzam-se neste dossiê: de um lado, todos os artigos convergem para uma apreciação e um aprofundamento do modelo *das economias da grandeza* de Boltanski e Thévenot (1991), além estabelecerem uma interlocução triangular entre as contribuições da sociologia pragmática francesa, da filosofia pragmatista estadunidense e, em alguns casos, de abordagens interacionistas e fenomenológicas. Tal é o pano de fundo a partir do qual se fundamentam exames de diferentes temáticas que vão da gestão pública à economia, da arte ao meio ambiente. De outro, há uma sensibilidade metafísica comum, próxima ao pragmatismo e à sociologia pragmática, que pode ser definida pelo trato do “social como problema” (Corrêa, 2014) e pela adesão a uma praxiologia da indeterminação, na qual a dualidade entre níveis micro e macro é colocada em um horizonte temporal, enfatizando-se a incerteza envolvida no transcorrer situacional da vida social. Com isso, todas as abordagens envolvem o que foi definido alhures (ver Corrêa, 2021) por um dos autores da presente introdução como os três gestos basilares da sociologia pragmática, a saber:

i. Um pluralismo ontológico que procura levar maximamente à sério (e não desconstruir) as entidades pertinentes para o campo de experiência dos atores pesquisados. Ou seja: não importa o quão estranhas a princípio possam ser as entidades, os seres que habitam o campo de experiência dos atores – para lembrar o famoso teorema de Thomas, se eles definem certas situações (e aqui poderíamos acrescentar, entidades, princípios de justiça ou de realidade, como reais) tudo isso é real em suas consequências.

ii. O segundo gesto refere-se à atividade de delegação epistemológica que, em oposição à posição da ruptura epistemológica com o senso comum propalada por abordagens críticas como aquelas influenciadas por Pierre Bourdieu, obriga o pesquisador a colocar os seus próprios critérios de definição do que quer que seja entre parênteses, voltan-

do-se então para a defesa de que são os próprios atores analisados aqueles que definem o que é real, justo, pertinente etc.

iii. por fim, os artigos deste dossiê conferem atenção particular, do ponto de vista metodológico, ao que se pode chamar de heurística dos momentos críticos, isto é, à ideia segundo a qual os momentos críticos, de indeterminação, de indefinição ou de “prova” (ver Corrêa & Dias, 2016: 78-83), não para o pesquisador, mas para os pesquisados, são notadamente momentos em que é o que é fundamental para a experiência dos últimos se revela. Com isso, a observação de tais momentos funciona como estratégica metodológica propícia para acessar e mesmo fazer aparecer o que é basilar para o campo de experiência daqueles a quem se procura investigar.

Ademais, embora as abordagens presentes nos artigos deste dossiê não neguem a dimensão estrutural do mundo social, que sempre em alguma medida habilita e baliza as interações do mundo vivido, elas jamais deixam de reconhecer que o poder potencialmente causal das estruturas jamais exaure as possibilidades da ação *in actu e in loco*. É um *leitmotiv* dos artigos adiante expostos o fato de a dimensão estrutural existir, mas sempre como resultado da ação em situação, sendo reiteradamente atualizada ou transformada por meio das soluções criativas que os atores desenvolvem a fim de lidar com a incompletude das ferramentas culturais e sociais para definir a situação. Tal incompletude, diga-se de passagem, não é vista como um déficit, uma falta, uma falha, como uma espécie de força avessa à relação social, mas sim como o elemento positivo, propulsor, frictivo (ver Stark, 2011), impulsivador – uma “coceira”, como diria Peirce – a partir do qual os atores empreendem operações e ações de estabilização, coordenação, ordenação, as quais podem ser tanto de ordem ontológica, isto é, sobre a realidade das coisas em questão (ver Bessy & Chateauraynaud, 1995), quanto axiológicas, ou seja, concernentes aos princípios e ordenamentos aplicáveis e tidos como justos e legítimos (ver Boltanski & Thévenot, 1991).

Essa intuição a respeito dos três gestos e que concebe o social como problema é então carregada para distintas questões referenciais do pragmatismo. A experiência, o experimentalismo e a reflexividade – na ação e nas instituições – fundamentam as contribuições dos trabalhos de Cefaï, de Corrêa e Talone e de Andion e Magalhães. Os textos de Sales e Cantu e Werneck e Porto elaboram seus aportes remetendo à questão axiológica dos valores e da crítica. A sensibilidade situada, artística e política, aparece na fenomenologia da arte como terapia e do ativismo cotidiano nos trabalhos de Resende e Carvalho e de Bidet e Sarnowski. Com essas contribuições

aqui arroladas, este dossiê visa dar continuidade a um debate extensivo e criativo, mas também articulado e dialógico, capaz de interpelar a sociologia pragmática e o pragmatismo – literalmente, colocá-los à prova – em diferentes dimensões analíticas, com referência a temáticas e contextos empíricos diversos.

Para encerrar, gostaríamos de aproveitar este espaço introdutório para agradecer, em especial, aos editores e à equipe editorial da *Sociedade e Estado* pelo trabalho sério, consistente e célere, dedicado aos textos deste dossiê, mesmo em um cenário pandêmico tão adverso para a comunidade de ciência e tecnologia no Brasil. Estendemos nossos agradecimentos igualmente às autoras e aos autores, cujo esforço de pesquisa e de escrita viabilizou este volume. Deixamos a todos por fim nossos votos de uma leitura estimulante: que os artigos e a publicação do dossiê não sejam um fim, mas um meio capaz de despertar novas e fecundas questões e inquietações.

Referências

BARTHE, Yannick et al. Sociologia pragmática: guia do usuário. *Sociologias*, v. 18, p. 84-129, 2016.

BÉNATOUÏL, Thomas. Critique et pragmatique en sociologie. Quelques principes de lecture. *Annales HSS*, v. 2, p. 281-317, 1999.

BERNAL, Juan Carlos Guerrero; ARCOS, Hugo Eduardo Ramírez. La justicia, la crítica y la justificación. Un análisis desde la perspectiva de la sociología pragmática. *Revista Colombiana de Sociología*, v. 34, n. 1, p. 47-73, 2011.

BESSY, Christian; CHATEAURAYNAUD, Francis. *Experts et faussaires: pour une sociologie de la perception*. Paris: Métailié, 1995.

BOLTANSKI, Luc. *Rendre la réalité inacceptable*. Paris: Demopolis, 2008.

BOLTANSKI, Luc; HONNETH, Axel. Soziologie der Kritik oder kritische Theorie? Ein Gespräch mit Robin Celikates. In: JAEGGI, Rahel; WESCHE, Tilo (Eds.). *Was ist Kritik?* Frankfurt am Main: Suhrkamp, 2009.

BOLTANSKI, Luc; THÉVENOT, Laurent. *De la justification: des économies de la grandeur*. Paris, Gallimard, 1991.

BOLTANSKI, Luc; THÉVENOT, Laurent. *A justificação: sobre as economias da grandeza*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2020.

BOLTANSKI, Luc; CHIAPELLO, Ève. *O novo espírito do capitalismo*. São Paulo: Martins Fontes, 2009.

CANTU, Rodrigo; LEAL, Sayonara; CORRÊA, Diogo S.; CHARTAIN, Laura (Orgs.). *Sociologia, crítica e pragmatismo: diálogos entre França e Brasil*. Campinas: Pontes, 2019.

CHATEAURAYNAUD, Francis. A prova do tangível: experiências de investigação e o surgimento da prova. *Blog do Sociofilo*, Jul. 2018. Disponível em: <<https://blogdo-labemus.com/2018/07/12/a-prova-do-tangivel-experiencias-de-investigacao-e-o-surgimento-da-prova-parte-1-por-francis-chateauraynaud/>>.

_____. A captura como experiência: investigações pragmáticas e teorias do poder. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 32, n. 95, 2017.

CORRÊA, Diogo. Novos rumos da teoria social a partir de três gestos da sociologia pragmática. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 36, p. 1-19, 2021.

_____. *Anjos de fuzil: uma etnografia das relações entre tráfico de drogas e igreja evangélica*. Tese (Doutorado) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro/École des Hautes Études en Sciences Sociales, Paris, 2015.

_____. Do problema do social ao social como problema: elementos para uma leitura da sociologia pragmática francesa. *Revista de Ciências Sociais – Política & Trabalho*, v. 1, n. 40, 2014.

_____. De la critique: précis de sociologie de l'émancipation. *Sociedade e Estado*, v. 25, n. 3, 2011.

_____. *Teoria sociológica francesa: elementos para a análise de um grupo circunstancial*. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade Federal de Juiz de Fora, 2009.

CORRÊA, Diogo S.; CHARTAIN, Laura; CANTU, Rodrigo; LEAL, Sayonara *Crítica e pragmatismo na sociologia: diálogos entre Brasil e França*. São Paulo: Annablume, 2018.

CORRÊA, Diogo; DIAS, Rodrigo de C. Crítica e os momentos críticos: *De la Justification* e a guinada pragmática na sociologia francesa. *Mana*, v. 22, n. 1, p. 67-99, 2016.

DIAS, Rodrigo de Castro. *O espírito do comunismo: o engajamento revolucionário entre o humanismo e a intransigência*. Rio de Janeiro: UFRJ/ IFCS, 2010.

DOSSE, François. *O império do sentido: a humanização das ciências humanas*. Bauru, SP: Editora UFSCar, 2003.

FREIRE, Jussara. *Mobilizações coletivas e problemas públicos em Nova Iguaçu*. Rio de Janeiro: Garamond, 2016.

GUERRERO, Miguel Ángel. La sociología pragmática y el estudio de lo moral. ¿Hasta dónde somos capaces de inventarnos a nosotros mismos? *Revista Colombiana de Sociología*, v. 34, n. 2, p. 79-87, 2011.

HONNETH, Axel. Dissolutions of the social: On the social theory of Luc Boltanski and Laurent Thévenot. *Constellations*, v. 17, n. 3, p. 376-389, 2010.

LAMONT, Michèle; THÉVENOT, Laurent. *Rethinking comparative cultural sociology: repertoires of evaluation in France and the United States*. Cambridge, UK: Cambridge University Press, 2000.

LEMIEUX, Cyril. Para que serve a análise de controvérsias? *Teoria e Cultura*, v. 11, n. 3, 2017.

NACHI, Mohamed. *Introduction à la sociologie pragmatique*. Paris: Armand Colin, 2006.

NARDACCHIONE, Gabriel. El giro pragmático en la sociología. De las sociologías americanas a la perspectiva político-moral de Boltanski. *Revista Española de Sociología*, v. 30, n. 1, p. 16, 2021.

_____. El conocimiento científico y el saber práctico en la sociología pragmática francesa. Reflexiones sobre la sociología de la ciencia de Bruno Latour y la sociología política de Luc Boltanski. *Apuntes de investigación del Cecyp*, n. 19, p. 171-182, 2011.

NARDACCHIONE, Gabriel; ACEVEDO, Mariela Hemilse. Las sociologías pragmático-pragmatistas puestas a prueba en América Latina. *Revista Argentina de Sociología*, v. 9, n. 17; v. 10, n. 18, 2013.

MOTA, Fabio Reis. Manda quem pode e obedece quem tem juízo? Uma reflexão antropológica sobre disputas e conflitos nos espaços públicos brasileiro e francês. *Dilemas*, v. 2, n. 4, p. 107-127, 2009.

STARK, David. *The sense of dissonance*. Princeton, NJ: Princeton University Press, 2011.

SUSEN, Simon; TURNER, Bryan S. (Eds.). *The spirit of Luc Boltanski: essays on the "pragmatic sociology of critique"*. London: Anthem Press, 2014.

WERNECK, Alexandre. *A desculpa: as circunstâncias e a moral das relações sociais*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012.



An outline of a pragmatist theory on reflexivity: exploring the pathways of the concept through social theory*

Recebido: 15.04.21
Aprovado: 02.06.21

Diogo Silva Corrêa (<https://orcid.org/0000-0001-5519-6985>),
University of Vila Velha (UVV), Vila Velha, ES, Brasil^I.

Vittorio da Gamma Talone (<https://orcid.org/0000-0003-4939-201X>),
Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Rio de Janeiro, RJ, Brasil^{II}.

* This paper was supported by Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (Faperj), process E-26/202.010/2020.

Abstract: In this article, we propose an understanding of reflexivity based on the effects of degrees of indeterminacy in the most diverse situations and contexts. We conducted an analysis based on a pragmatist sensibility to outline a model of reflexivity, examining how the concept has been thought in social theory. We explore the epistemological reflexivity (Pierre Bourdieu); the tradition that associates reflexivity and personal forms of internal deliberation (Margaret Archer); approaches connecting reflexivity with devices allowing an objective apprehension of the world (Bernard Lahire); and perspectives in which reflexive action is linked to indeterminacy (John Dewey; Luc Boltanski and Laurent Thévenot). We combine routine, experiences of destabilization, catastrophe, and different high levels of reflexivity, seeking to open social theory to new research agendas on reflexive action.

Keywords: Reflexivity. Pragmatic sociology. Internal conversation. Epistemological reflexivity. Graphic technology.

I. Diogo Silva Corrêa is professor of the Graduate Program in Political Sociology, UVV; coordinator of the Laboratory of Studies of Social Theory and Change (Labemus/UFPE-UVV). <dioscorrea@gmail.com>.

II. Vittorio da Gamma Talone is a scholarship holder postdoctoral in the Program of Postgraduate studies in Sociology and Anthropology of UFRJ. <vittorio.talone@gmail.com>.

O esboço de uma teoria pragmatista da reflexividade: analisando os percursos do conceito pela teoria social

Resumo: Propomos, neste artigo, a compreensão da reflexividade a partir dos efeitos de gradações de indeterminação nas mais diversas situações e contextos em que as pessoas estão inseridas. Esboçamos um modelo sobre reflexividade por meio de uma análise de sensibilidade pragmatista, pensando como o conceito tem sido mobilizado na teoria social. Exploramos a reflexividade epistemológica (Pierre Bourdieu); a tradição que associa reflexividade e formas pessoais de deliberação interna (Margaret Archer); abordagens associando a reflexividade com dispositivos permitindo uma apreensão objetiva do mundo (Bernard Lahire); e perspectivas em que a ação reflexiva está relacionada à indeterminação (John Dewey; Luc Boltanski e Laurent Thévenot). É a partir da combinação entre rotina, experiências de desestabilização, catástrofe e os diversos níveis intensivos de reflexividade que buscamos abrir a teoria social para novas agendas de pesquisa sobre a ação reflexiva.

Palavras-chave: Reflexividade. Sociologia pragmática. Pragmatismo. Investigação. Reflexividade epistemológica.

Introduction

This article proposes to consider, firstly, on how social theory developed different approaches to reflexivity from the mid-twentieth to the beginning of the twenty-first century. We analyze how contemporary authors of social theory have addressed reflexivity and map this debate in different traditions. Beyond mapping how studies have treated the phenomenon, the goal here is to offer a comprehensive proposal to conceptualize reflexivity that, although based on a pragmatist sensibility, encompasses some of the leading social theory traditions. The assumption adopted in this study is that pragmatism (James, 1907; Dewey, 2007; Peirce, 1998) and pragmatic sociology (Boltanski, 2009; Barthes et al., 2016; Corrêa & Dias, 2016, 2020; Corrêa, 2014; 2015; 2020; 2021; Menezes & Corrêa, 2017) offer a heuristically valid and rich model for the current debate in contemporary sociology. Thus, our intention is not only to draw attention to the importance of a debate on the phenomenon of reflexivity for social theory but to propose new paths and new research agendas that include perspectives explored throughout this article. We propose to expand the cases addressed by pragmatism, mainly through the works of John Dewey and the pragmatic sociology of Luc Boltanski and Laurent Thévenot.

The study of reflexivity in social theory is not a new topic. It has been a central issue since the debate about social change processes in modern societies (see Beck, Giddens & Lash, 2000; Caetano, 2013). In our view, reflexivity should be historically situated next to issues that are related to modernity, permeate the theorization of classical studies, and are intensified in the developments of contemporary social theorists. When comparing with other periods in history, we are often urged to update reflexive deliberations because *i.* we are hyper-stimulated – as pointed out by the tradition led by Simmel (2005), Kracauer (2009), and Benjamin (1985); *ii.* we are hyper-socialized – as advocated by Lahire (2001a; 2006), Dubet (1994), and Kaufmann (2001; 2004); *iii.* we live in a plural world – as pointed out by Schütz (1945) and the Chicago School (see Joseph & Grafmeyer, 2004); and *iv.* we live in a critical world – as noted by Boltanski (1990; 2009) and Boltanski and Thévenot (1991), Dodier (1991), and Chateauraynaud (1991a). In addition, *v.* we live amidst continuous environmental changes or “morphogenetic” structural dynamics, as pointed out by Archer (2007), Fleetwood (2008), Sweetman (2003), Adkins (2003), Adams (2006), and *vi.* we are often faced with risks that, amidst systemic injunctions to the individuation process (Peters, 2021), we are forced to reflect on frequently, as explained by Beck (1986) and Giddens (1991a; 1991b). The topic of reflexivity gains clear contours¹ based on this set of issues related to the more general discussion of social theory and sociological theory².

1. We are considering reflexivity based on a western social theory and philosophical tradition. Therefore, it refers particularly to modern western societies.

2. For a discussion on the differences between social theory and sociological theory, see Peters (2015).

This article starts from the hypothesis that, based on the authors mentioned above, there is an inherently reflexive dimension of modern individualism. In “morpho-genetic” (Archer, 2011) contexts such as those of late modernity, in which there is a detraditionalization combined with the overwhelming expansion of choices and possible definitions about the future – or about the “horizons of expectation,” to use Koselleck’s (2006) expression – a larger scope for personal deliberation emerges. Reflexivity is not only something individual (which is always considered) but, according to Archer (2012), reflexivity has become a systemic imperative³.

With this background assumption, we suggest thinking about the notion of reflexivity beyond the classic Simmelian conception of blasé – the mobilization of something to suppress the stimulatory excess of sensitivity. Instead of this attitude where “all things appear matted with a grey hue; [and] none is preferable to the other” (Simmel, 2021, p. 195), the “cognitive style” – to use Alfred Schütz’s terminology – typical of the inhabitants of modern metropolises would no longer be the operation of abstract thought at the expense of the plurality of the sensible world, but – and this is our hypothesis – *reflexivity would be a kind of critical and deliberative capacity* (see Habermas, 2012; Boltanski, 2009).

It is not enough for us to situate the phenomenon socio-historically. It is necessary to go a step further and deeply discuss what contemporary social theory has defined as reflexivity. Thus, we will firstly discuss reflexivity based on different traditions and perspectives. After that, we will propose a definition of reflexivity for social theory.

When considering that the notion of reflexivity refers – from the Kantian critical tradition – to a return of the subject on him or herself, i.e., the subject critically analyzes his or her own operations, it is essential to establish, within some room for variations, some traditions in sociology that have tried to delimit this phenomenon. Synthetically, we situate reflexivity in social theory in four modalities – which will be our focus in the first topics of the article, where we will briefly analyze them based on their strengths and gaps to propose our own understanding of reflexivity in the last section.

Reflexivity can be (i) epistemological when it is a methodological strategy through which the researcher makes a return on his or her own analytical operations, mitigating or becoming aware of a set of tacit assumptions inherent to his or her activity, in general, due to the position the researcher occupies in the social universe. This perspective is close to Karl Mannheim’s sociology of knowledge, which proposes the use of the social world’s analytical tools by individuals that objectify the

3. Although metropolitan individuals in the modern world may be more frequently urged to reflexive deliberation, this does not mean that there is a world adjusted to these deliberations. As well demonstrated in part of the work of Michel Foucault, Pierre Bourdieu, and Luc Boltanski, there are processes of domination confronting the desires of social agents with insurmountable situations. Deliberation may not mean freedom; rather, it may mean the opposite. In a highly unequal context, “Reflexivity in this context does not bring choice, just a painful awareness of the lack of it” (Adams, 2006: 525).

social world, increasing the margin of maneuver obtained when knowing or recognizing the determinations that influence the individual's own activity. We will draw on Bourdieu to develop this position of knowing the social determinations.

A second possible way of approaching the concept is observed in the tradition that associates reflexivity with (ii) personal forms of reflexive deliberation of future projects and narration of the past trajectory. Authors such as Charles Taylor, Paul Ricoeur, Alfred Schütz, and Margaret Archer can be situated in this perspective. We will focus on Archer's definition of reflexivity as *internal conversation*.

There is also an approach that links the objective apprehension of the world, of things, and of oneself to specific devices, and writing is the most pressing example. It is about understanding (iii) graphic technologies as a possibility of more objectified apprehension of things in the world, the total situation, or oneself. We will deal with this form of reflexivity based on anthropologist Jack Goody and the sociologist Bernard Lahire.

Finally, a fourth form of approaching the concept of reflexivity is (iv) through the correlation between reflexive action and indeterminate situation found in John Dewey's pragmatist philosophy and Luc Boltanski and Laurent Thévenot's pragmatic sociology. Reflection, as an operation of intelligence, comes from the contact of the organism with an indeterminate, ambiguous, oblique, anomalous environment. Thus, reflection refers to what social actors mobilize to solve a problem (Dewey, 1938) or re-establish an agreement (Boltanski & Thévenot, 1991).

After introducing these traditions, we propose a model for the concept of reflexivity as a tool of social theory. We advocate its comprehension as a critical and deliberative capacity that varies in intensity, ranging from a "break of daily routine" to a "reformulation of goals," or "intellectual reframing," to "extreme" and "traumatic experiences" (Pollak, 1990; Das, 2007; Talone, 2020).

Epistemological reflexivity and reflexivity as a lapse

Pierre Bourdieu introduced reflexivity as a measure of epistemological precaution into sociological reflection first in his work *Homo academicus* (1984) and then in his later book written with Loïc Wacquant (2001). Bourdieu assumed that interactions are always mediated by structures of objective relationships, inserting a principle of inertia into the analysis and explaining that objective structures (fields) and sub-

jective structures (*habitus*) have always been transformed more slowly than interactions. Because the possibilities of the agents' perception are internalized in the form of schemes of evaluation, Bourdieu adopted the hypothesis that such possibilities are always predefined and pre-definable by structural positions. The author deduced, for example, the possible agreements, elective affinities, and oppositions – or potential attitudes from social agents – based on a chain of mediations that dialectically linked the *habitus* to the field, i.e., the incorporated subjective dispositions to the structured, objective positions.

In his entire theory of social space, Bourdieu was able to reconnect the behaviors of empirical agents to structural positions. Thus, sociologists are attached to the same chains of mediation to which social actors were subjected. Considering that a sociologist's opinions are related to the position in the structure of objective relations, Bourdieu drew attention to the fact that the subject of the act of world objectification – the sociologist – must recognize themselves as determined as the most common of mortals. This is why the author elaborated, in the late phase of his work, a theory of reflexivity introducing the theoretical tools of critical sociology aimed at revealing – or rather, unveiling – the tacit and implicit part of the subject's objectification work. Through the “systematic exploration of the unthought categories of thought” (Bourdieu & Wacquant, 1992: 40), Bourdieu strove to show, throughout the process of objectification, the ways of thinking conditioned by the structural positions of a sociologist.

According to Bourdieu, *habitus*, fields, or symbolic violence are not concepts aimed only at determining how the social world works, but they also highlight how those who produce knowledge about the world's operation are determined – at least based on a set of trends – by their position in this same world. The author considered that (self)recognizing personal determinations would allow the sociologist to obtain a reflexive control of their objectification of the social world. Bourdieu's “objectification” of the “subject of objectification” was his bet on the possibility to obtain a minimum margin of maneuver in the face of the determinations influencing the sociologist based on their objective position in the social world.

In addition, Bourdieu's later work shows that, beyond this dimension, there is the possibility of thinking of reflexivity as a lapse. This possibility refers to cases in which there is maladjustment between subjective expectations and objective conditions. In works such as *Pascalian meditations*, Bourdieu loosens the rigidity and deterministic dimension of the *habitus*, not only recognizing the possibility of a cleaved *habitus* (a *habitus* whose socialization was produced in heterogeneous

and incommensurable universes). In his work together with Loïc Wacquant – Invitation to reflexive sociology – Bourdieu recognizes the possibility of reflexive actions based on situations in which the crisis, the maladjustment, occurs:

[Wacquant:] Does the theory of habitus rule out strategic choice and conscious deliberation as one possible modality of action?

[Bourdieu:] Not at all... Times of crises, in which the routine adjustment of subjective and objective structures is brutally disrupted, constitute a class of circumstances when indeed 'rational choice' may take over, at least among those agents who are in a position to be rational (Bourdieu & Wacquant 1992: 131).

In a more general way, habitus has its 'blips', critical moments when it misfires or is out of phase: the relationship of immediate adaptation is suspended, in an instant of hesitation into which there may slip a form of reflection which has nothing in common with that of the scholastic thinker [...] [but] like the tennis player re-enacting a missed shot (Bourdieu & Wacquant 1992: 131).

These passages show how Bourdieu started to recognize the existence of reflexivity in the face of possible situational disorders and relations of maladjustment between the body and the world. On the other hand, it must be emphasized that the French sociologist did not develop a theory of reflexive action or reflexivity in this area. His entire theory of reflexivity was restricted to the case of sociologists who take their own position in the social world as an object and tries to produce a (self) objectification to analyze the tacit assumptions of their own activity. Bourdieu's theory granted lay actors only this kind of proto-reflexivity or reflexivity as a lapse, a condition quite limited to exceptional situations and short-term maladjustment.

Reflexivity as an individual project or the narrative of a life

After the epistemological form of reflexivity addressed above, this section discusses the second form, which is related to how the individual reflects on the meaning of life and introduces this meaning into action. This form of reflexive action can be approximated to Ricœur's concept of narrative identity (Paul Ricœur, 1994; 1995a; 1995b; 1997), understood as the means through which a field of renegotiation and reiterated reinvention of a biographical trajectory is established. Also, this form of reflection can be approximated both to Charles Taylor's (1989) notion of the hermeneutic self – conceived from the idea that human beings are self-interpreting animals – and to the concept of internal conversation developed by Margaret Archer (2000; 2003; 2007). To keep this article to a reasonable length, the study emphasizes Archer's work. The author points to how individuals, through internal

conversations, adjust their respective course of action to their ultimate concerns. Contrary to the perspective of Bourdieu and Giddens, who sought to dilute the relationship between agency and structure in the realm of current action and practice, Archer takes up the distinction by thinking of action and structure as entities linked to distinct ontological levels.

For the British sociologist, dialectizing structure and agency, as proposed by the authors above, would be the same as the social structure colonizing the individual agency such as in the form of a neo-objectivism (Peters, 2013), producing what Archer (2003) calls “fallacy of conflation.” Archer includes the internal conversation between structure and agency. It is a conversation through which these two dimensions are mediated. Without predicting forms of determination of one over the other, the internal conversation tries to guarantee the autonomy of each ontological level, asserting that the relationship between them is never one of conditioning or determination. In the author’s words, “to stress the importance of reflexive deliberation is to allow that personal subjectivity filters how agents respond [differently] to the same objective circumstances” (Archer, 2003: 135).

Therefore, Archer argues that all active social structure is filtered or pass through the scrutiny of individual reflexive deliberation. The structure does not condition individual actions or thoughts. On the contrary, through the internal conversation, thoughts reflexively elaborate projects and autonomously decide the best course of action. The author attributes three properties to the internal conversation that guarantee it as an independent instance, free from structural constraints: “the internal conversation is held to be (a) genuinely interior, (b) ontologically subjective, and (c) causally efficacious” (Archer, 2003: 16). Social and cultural structures are related to situations. They are not related to the agent or imprinting on the agent their mark or shaping his/her tastes and preferences, as in Bourdieu’s famous book *Distinction*. At this point, Archer insists that:

Shaping our situations such that they [*social and cultural structures*] have the capacity to operate as constraints and enablements [...]. Thus it is not agential properties that interact directly with social powers, rather, it is the projects formulated by agents, in exercising their subjective and reflexive mental powers that do so (Archer, 2003: 132-133)

Indeed, agents occupy a position in the social structure, but this position does not imply a relationship of preconditioning or determination. Agents single out the position occupied as they act according to their ultimate concerns. Structures are not in bodies or minds but in situations, revealing themselves as enablements and con-

straints on the projects that social actors stipulate for themselves. Based on these general characteristics, Margaret Archer summarizes her model as follows:

(i) Structural and cultural properties objectively shape the situations that agents confront involuntarily [...]; (ii) Subjects' own constellations of concerns, as *subjectively* defined in relation to the three orders of natural reality: nature [e.g., health], practice [e.g., sport, work] and the social; (iii) Courses of action are produced through the *reflexive deliberations* of subjects who subjectively determine their practical projects in relation to their *objective* circumstances (Archer, 2003: 17).

Thus, Archer understands reflexive deliberation as the means to define and distinguish ourselves as human agents. In everyday life, because we are reflexive and self-interpreting beings, we permanently question our lives and ask ourselves how to bring our course of action closer to what we consider essential to our lives. These concerns are arranged in three orders: "concerns about our physical well-being in the natural order, about our performative achievement in the practical order and about self-worth, in the social order" (Archer, 2003: 120). The internal conversation is the mean through which we distribute these three orders and direct them to what we consider to be (our) good life, finding "our way through the world" (Archer, 2007) and consolidating our way of being.

The author considers subjectivity an internal personal property, relying on a first-person subjective ontology, with causally effective powers in relation to itself and society. Also, exercising the personal reflexivity capacity is deliberating about oneself in relation to his or her circumstances to plan future actions. However, as observed before, not all social influences can be under the radar (Archer, 2010), even with a high proportion of internalized sociability. The self is emergent, relational (between the body, nature, and practice), and enjoys internal reflexive freedom (Chalari, 2009).

For Archer, more than just reflecting, we are inherently and viscerally reflexive beings⁴. It is human to be in permanent reflection. Reflexivity is a potential competence, and every human being (albeit unevenly) is equally capable of developing it. We use reflexivity at all times, elaborating individual projects, giving meaning to what we do, and, therefore, placing all structural and situated constraints under the scrutiny of this capacity.

4. In addition, Archer (2000; 2004) includes emotions as part of "[internal] commentaries on our concerns," i.e., emotions make up our "internal deliberations." They would tell us how much we affect ourselves and how we are doing regarding concerns: emotions "transmit us the importance of the situation" (Archer, 2004: 31). And they could be "fixed" as they involve fallibility.

Writing as a device of reflexive apprehension of the world

As observed above, the second form of reflexivity is linked to the capacity of subjectivity to impose meaning on action through the elaboration of individual projects. This section addresses the third form, which shifts reflexivity to the dimension of devices, in this case, writings, texts, and graphic technology as supporting elements to achieve a more reflexive apprehension of reality.

Goody, in his famous study on graphic reason, reflects on a particularity of writing, of the graphic knowledge (Goody, 1977: 8), stating that:

writing puts a distance between a man and his verbal acts. He can now examine what he says in a more objective manner. He can stand aside, comment upon, even correct his own creation – his style as well as his syntax (Goody, 1977: 150).

As a graphic technique that allows access to representations and totalization instruments, writing can be understood as a technique of objectifying reality. Once this technique is mastered, it modifies the practice itself: “once introduced in the written context, the reflexive attitude has been imposed on the oral composition itself” (Ibid.: 260, our translation). As the French sociologist Bernard Lahire points out:

writing practices are true disruptive actors vis-à-vis the practical sense. They constitute acts that break with the practical logic of conducting practices based on the evidence of things to be done, breaking the practical sense actualized in the urgency of practical action (Lahire, 2001b: 153 our translation).

Graphic technology modifies our relationship with time and space. It allows a break with the urgency engendered by the temporal flow of practical action and enables a more reflexive apprehension of our behavior.

According to this tradition of reflexivity, having graphic technology means reconfiguring the relationship with practical sense, with the natural and spontaneous flow of action. If writing can give “oral communication a semi-permanent form” (Goody, 1977: 86), it may, on the other hand, interfere with how this practical sense will be (re)established. Once writing is introduced, the practical relationship with practice is reconfigured, since, from then on, it is possible to establish the “rules of good speaking (grammar), good thinking (logic), models of good speech (rhetoric), the text of the prayer or poem recited” (Goody, 1977: 13).

In the same direction, in his work *L'Homme pluriel*, Lahire analyzed how the teaching of writing at school introduces a new form of language apprehension. If before, individuals were involved by language and only used it as an instrument or vehicle of will or thought, with the entry of writing into the practical regime of action – particularly with the elaboration of a prescriptive grammar – they increase the level of control over what they do and have a set of resources that allow them to have a more objective apprehension about things and about the world. For Lahire:

to objectify a language is to submit it to radical ontological change: the child was within their language. The child then faces the language, observes it, cuts it, underlines it, classifies it, arranges it in categories (Lahire, 2003: 178, our translation).

Writing engenders a set of novelties that alter our relationship not only with language itself but with the world. One example is a shopping list, which works as an instrument for ordering tasks while it is linked to cognitive processes that indicate the possibility of planning the action. From this point of view, the list is a hierarchical way of organizing behavior and, therefore, an element that leads to reflexive apprehension of reality.

Also, since writing works as a “totalization tool” (Goody, 1977:14), Lahire points out how it helps us elaborate a more accurate action. According to the author, it is possible to better “rationalize,” i.e., planning the conduct and action, through writing. The graphic technique engendered by writing allows a two-dimensional and abstract apprehension of what until then was a three-dimensional and concrete relationship with the world of life.

For Goody, “the graphic projection allows the agency of meanings in another way, in a two-dimensional space” (Goody, 1977: 11). Thus, the graphic technique can summarize the complexity of reality and work as an orientation tool that engenders a set of coordinates, such as, for example, in classifications of cards, in synoptic tables. Not only that, personal diaries and autobiographies, for example, allow, according to Lahire, “to return on the past action, to give it meaning, extend it, follow the ongoing action, or prepare the future action” (Lahire, 2008: 172).

Lahire and Goody show how this third form of reflexivity is related to the reflexive apprehension of the self and the things arranged in the world, to the technique of writing and the graphic technologies accessed through writing.

Reflexivity in critical situations and beyond the lapse

In this section, we show how pragmatic sociology inserts reflexivity into the situation. From the perspectives of philosophical pragmatism and pragmatic sociology⁵, reflexivity refers to the elements that emerge when an organism is faced with indeterminacy in its surroundings. This approach will be analyzed through the pragmatist philosophy of Dewey and the pragmatic of ordinary judgments by Luc Boltanski and Laurent Thévenot. It understands reflexivity as a modality of intelligence that emerges amidst doubt and anomaly, in a close association between reflexive action and the indeterminate situation (Dewey, 1938) or the critical moment (Boltanski & Thévenot, 1999).

5. For more on differences, proximities, and direct and indirect legacy from the American pragmatism to the French pragmatic sociology, see Cefaï and Joseph (2002), Corrêa (2014) and Corrêa and Dias (2020).

Edmund Husserl's phenomenology and Schutz's phenomenological sociology (1979) portrayed the idea that there is always an available world that precedes us and works for as a typified *reference scheme*. When we come into the world, we are faced with a permanent ontological structure of the "original world" in which reflection is diluted in practical action, as an agency-immersed-in-the-world. In this practical type of action, the entities we engage are spontaneously accepted and validated by tacit perception.

When immersed in routine situations, it is possible to say that we are under a practical orientation regime. The action in common focuses on tasks to be performed with the support of reference points, landmarks (*repères*) available in the environment, and the body (Thévenot, 2006). Such reference points can be internal – those in the body such as dispositions and bodily habits – or external – expressed in devices, i.e., material or symbolic objects that help coordinating individual or collective action (such as traffic lights, clocks, laws, signage, maps). The different perceptions and interpretations of these reference points may vary quite widely without disturbing the interpersonal relations.

As Garfinkel (1967) showed when discussing the "breaching experiments," trust is the feeling that best defines the state of bodies in this regime. Therefore, the doxic regime or the routine and habitual action present a tolerance in the face of small disturbances, failures, and anomalies. For Luc Boltanski:

people actively cooperate to keep away from threatening anxieties, ignoring the differences in interpretation of what is going on. Above all, they turn a blind eye to the failures that may cause uncertainty (Boltanski, 2009: 99).

However, we are not always retained and limited to the practical account of the action. A flaw of an unbearable intensity or size forces us to take it as an object of reflection. When the body's habitual automatism or the inter-objective arrangement of things are no longer able to "cope with the situation," i.e., to restore normality, there is a qualitative change in the nature of the situation. In order to solve the problem – and, before that, problematize the indeterminacy – a reaction from the people directly affected is imperative. The break with the practical regime of action culminates with the emergence of a regime that establishes reflexivity. According to Boltanski, it is about the transition from a diluted action regime to a regime of intensified reflexivity

where the participants' attention shifts from the task to knowing how to assess what is happening. The participants' attention is oriented toward the common action itself, its modalities, conditions, the forms in which the common action is manifested. What one is doing [...] seems no longer obvious. And even if [...] the appearance of an agreement is not under debate, attention and energy turn to what has to be done, to face the urgency of reality, moving toward [...] knowing what to do and how to act so that the designated task is actually carried out (Boltanski, 2009: 107).

The reflexive regime, breaking with practical sense, separates an ideal situation from the situation that actually happens. It is possible to perceive an unevenness between the actual situation and what was expected to happen because of disarray or indeterminacy due to a separation between the actual state of things and the symbolic forms. Such separation is carried out at the cost of leaving the regime of practical engagement. Reflexivity then emerges from this gap. However, it is necessary to know the forms of reflexive action that start from the break with the practical engagement.

The work of Boltanski and Thévenot is situated in the pragmatist tradition and approaches a theory of problematic situation supported by Dewey's pragmatism. It is possible to say that part of Boltanski's work, both in *L'amour et la justice comme compétences* (1990) and *De la justification* (1991), written with Thévenot, is oriented toward indeterminate situations that invite agents to produce an axiological inquiry aimed at situational re-stabilization – the agreement – either through criticism or justification. Limited to exploring the justification regime, the authors' work deals with situations in which a crisis occurs – inter-objective (for example, a computer failure, a light that suddenly goes out, the failure of a machine in the production line) or inter-subjective (such as personal offenses, interpretation disagreement, intellectual quarrels) – and individuals are obliged to carry out an axiological inquiry to find a consensus to disagreements, or equilibrium to the situation.

In disputes that involves justice, the authors demonstrate how people perform a reflexive movement inwards, reconstructing experiences, establishing stories, narrating experiences within justifications. The actors look, analyze, and refer to the past, seeking to find situations/moments/events that allow the construction of judgments about the present in which “something went wrong” (Boltanski & Thévenot, 1999)⁶ while also projecting on future situations.

The work by Boltanski and Thévenot could be read in this sense, more specifically in the situated focus, observing the critical moment, demonstrating and pointing out the moment in which critical competence is set in motion. For the authors, critical or reflective competence only makes sense if, and only if, it is taken inseparably from the occurrence of a problem, a failure, a trouble, more precisely when the situation is no longer subject to immediate, tacit understanding, requiring new justifications and criticisms to establish a new agreement⁷. Critical capacity, considered a synonym for the reflexive regime, is understood as the moment of test, i.e., “the moment of uncertainty about the state of affairs” (Chateauraynaud, 1991b: 166; see Corrêa & Castro, 2016; 2020; Corrêa, 2021). In this configuration, beings and their respective statutes and qualifications, mutual relations, and social order can be reevaluated and transformed. It is a moment of uncertainty about a specific state of affairs, leading to a new agreement about the world.

Outline of a pragmatist theory of reflexivity

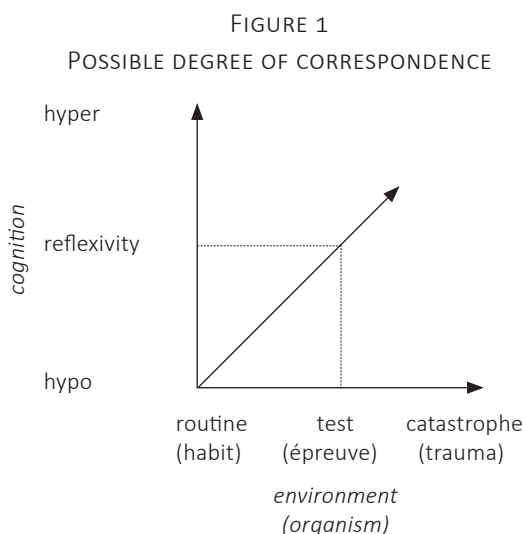
We examined the concept of (i) epistemological reflexivity, addressing the moments in which the researcher returns to their own analytical operations to reveal the tacit assumptions inherent to their activity. Then, we approached the tradition that (ii) associates reflexivity with personal forms of reflective deliberation of future projects and narration of the past trajectory. Third, we presented the approaches (iii) relating reflexivity with devices that allow an objective apprehension of the world, of things, and oneself, the most explored example being writing and “graphic reason” (Goody, 1977). Finally, (iv) we discussed a form of reflexivity based on the perspectives of Dewey and Boltanski, and Thévenot. In this section, we introduce a concept able to encompass and embrace the contributions of these perspectives, operating at the interface of routine (habit) and catastrophe (trauma).

With the pragmatist tradition, we assume that, in general, reflexivity is updated, above all, in situations where there is a break, a disruption, a trouble in the ordinary situation. To allude to Harold Garfinkel and his *breaching experiments*, in social theory, it is possible to say that the ideal correlate of reflexive action is proportional to a breaching experience, in which there is a mobilization of the agency to overcome

6. A study of the possible ways of making memory effective in these terms (Talone, 2020) can be carried out based on events and devices (material or not) that the actors mobilize to refer (interpreting or reinterpreting) to the past (Barthes et al., 2016).

7. According to Boltanski: “when it is hard to reach an agreement people must clarify their positions regarding justice, conform to an imperative of justification and, to justify, they must withdraw from the immediate situation and ascend to a generality (*montée en généralité*). They are oriented, then, toward a position that rests on a principle that is valid in all generality, i.e., a principle whose claim is conferred by a universal validity” (Boltanski, 1990: 74, our translation).

a crisis or anomaly. In this hypothesis, actors in ordinary life pursue the following trend: the greater the intensity of the disarray they encounter, the greater the propensity and efforts to generate an equivalent reflexive intensity as a correlate. Figure 1 summarizes this perspective on the concept.



As seen in Figure 1 above, there is an essential pragmatist thesis considering a trending correspondence between indeterminacy and inquiry or reflexivity.

However, it is possible to propose a model exploring the fact that this process has a limit. As we saw in Dewey (1938), the organism, faced with a problem, can overcome it through the use of its reflexive intelligence, but (absent in this author's work and added here) the organism can also succumb to it. Therefore, routine – i.e., when reflexivity is in a latent state (and not entirely absent) – must be challenged by catastrophe – which is the state where routine is not operating and siderated (see Stavo-Debauge, 2012). In our view, it is imperative to go beyond the correlation established by pragmatism, including variations in which reflexivity does not necessarily fit with critical moments or moments of a test, as proposed in Figure 2.

From these combinations among routine, test (*épreuve*), breaching experience, catastrophe, and the various intensive levels of reflexivity from hypo to hyper, it is possible to build a more comprehensive and complete model of reflexivity for social theory, opening the concept to new research agendas that include and expand the perspectives explored above.

There are three possible paths or dimensions to approaching the different forms and levels of reflexivity. They are *i.* a sociology of routines, dispositions, and habitu-

FIGURE 2
INTENSIVE LEVELS OF REFLEXIVITY

	Hyporeflexivity	Reflexivity	Hiperreflexivity
Routin (habitus)	Practical sense (Bourdieu)	Shopping list, synoptic tables, personal diary (Goody and Lahire)	Method of epistemic precaution (Bourdieu and Wacquant) Alert launchers, surveillance policy (Chateauraynaud)
Épreuves (Test) Trouble	Micro-troubles/maladjust- ments, lapses between body and environment (Bourdieu and Wacquant)	Breaching experiences, critical moments (Garfinkel; Boltanski and Thévenot)	Internal conversation (Archer)
Catastrophe (trauma)	Paralysis, sideration (Das, Pollak and Caruth)	Experiences in concentration camps, traumatic events (Pollak and Das)	Compulsion, paranoia, obsessive neurosis (Boltanski and Peters) Radical self-reconfiguration (Caetano; Pollak and Das)

al actions; *ii.* a sociology of controversial situations, critical moments, and moments of test; and *iii.* a sociology of catastrophic or traumatic situations. Although they explain phenomena of different orders, the proposed agendas compose a body of situations, events, and conjectures that can be interspersed and make up social life together. Therefore, we aim both to indicate paths for a more accurate understanding of the different intensive levels of reflexivity and explain the individuals' possible transitions or trajectories among these paths. This movement requires some clarification.

The first issue that deserves clarification is to think about hyporeflexivity and hyper-reflexivity in the habit and routine regimes. It is in this sense that we can conceive academic careers or specialists' (experts) activities, in which the actor's usual profession aims the systematic development of reflective faculties, i.e., for the frequent problematization and updating of the critical apparatus directed toward situations that, for a layperson, are in perfect harmony. Another example is the sociology of alerts. Francis Chateauraynaud approaches reflexivity in his work with Didier Torny (1999), discussing surveillance and characterizing "anticipation policies." The authors use whistleblowers, actors who observe serious problems while denouncing authorities' inability to notice or avoid them, apprehending and communicating dimensions of reality that would be "invisible" to most people or institutions. There would be a whole particular sensory experience implied in the ordinary experience of perceiving risk and carrying out surveillance, as it implies precaution, "traceability," and the permanent state of mistrust. The alert appears as an attempt to establish an unfulfilling prophecy [*prophétie déréalisatrice*], a statement about an annihilated future, seeking to instigate society to "play ahead" due to crises that arise in new and unthinkable ways, requiring constant reflexivity.

The academic, the expert, and the whistleblower are those who, in their most routine and habitual action, engage in the production and anticipation of problems and issues that are not necessarily updated in the present situation. What we have shown based on epistemological reflexivity can be put in these terms: it is the production of a reflexive apprehension of the self – a process of “objectification of the subject of objectification” – which takes place within a habitual perspective. We can think the same, with Lahire and Goody, about the reflexivity instituted by socio-technical devices, such as graphics and shopping lists. Following their course of action from a list written before leaving home, a person in the supermarket cannot be considered submerged in a problematic situation where there is a break with the usual and routine regime of action. On the contrary, for many of us, going to the supermarket is part of our weekly routine. In this case, if it is true that reflexivity is not absent, a concept that escapes the parameters of the pragmatist perspective establishes a correlation between reflexivity and problematic situation or evidence.

Concerning test situations, we can think of an increasing scale that goes from micro-adjustments (the “lapses” described by Bourdieu and Wacquant) to the destabilization experiences explored by Garfinkel and by the pragmatist tradition to the internal conversation of Margaret Archer. Internal conversation can be thought of both as a capacity (in this case, it would be in the habitual regime) and as a competence aimed at solving existential problems about what to do to achieve the “good life” or reach the “ultimate concerns.” In this sense, we can expand the concept of the problematic situation – or even the concept of ‘situation’ – to problems that can be both intersubjective (as in the case of disputes and critical moments discussed by Boltanski and Thévenot mentioned above) and intrasubjective (such as the search for a harmonious adjustment between the individual course of action and the narrative coherence of oneself, as Paul Ricœur would say). Thus, we stipulate the concept of Archer as a modality that takes place in dealing with problematic situations, in this case, intrapsychic issues (see Corrêa, 2020).

But the reflexivity established by the second tradition, in our view, can be included within a correlation between reflexivity and habitual regime. We can also understand the concept of reflexivity as referring to a problem whose duration is relative to the experience of individual subjectivity. Therefore, the derailment (inter-objective, inter-subjective, intra-subjective), which urges individuals to disengage from the prosaic situation of the world of life and forces them to reorient their attention on (or to focus their reflexive attention on) certain aspects until then ignored or relegated to the automatisms of habit relating to bodies or routine relating to the inter-objective organization of the environment, it is not reducible to a specific situation. This experience of crisis can therefore be trans-situational.

Finally, we can talk about the modes of reflexivity that can be thought of in light of a regime of catastrophe and trauma. This regime can be associated either with a state of hyporeflexivity – represented by the moment when there is a shock and/or denial in relation to the experienced event, followed by the state of sideration (see Pollak, 2006; 2010; Caruth, 1995) – or a state of hyperreflectivity – which can take the form of obsessive neurosis, paranoia, or reflexive compulsion (see Peters, 2017, 2019; Boltanski, 2012) – or radical reconfiguration of the self.

Boltanski and Peters address the actors' "delusion with reality," or how institutions and disciplines interpret reality. This issue concerns the different possible ways of conceiving what the "true reality" is and the effects of a mismatch with the more stable or universally accepted "graps" (*prises*) (Chateauraynaud, 2011) of the "real," leading actors to paranoia or neurosis. Boltanski (2012) shows how the first adherence was invented by psychiatry at the beginning of the twentieth century. One of the main symptoms was the tendency to undertake endless inquiries and prolong them to the point of delirium. The term translates a way of problematizing reality and working the contradictions that inhabit it perennially.

Peters (2017) also seeks to explain the contents of perception related to the transformation of the "atmosphere" that characterizes perception in a way that individuals experience a deep disconnection with the world and with others. In several cases, the individual goes on to hyper-reflection as a "delusional" way of interpreting the real, but not by mistakenly "disconnecting" from it; but representing the real in a delusional way to make sense of the previous loss of their sense of reality – the previous "disconnection" by the transformation of the "atmosphere." Caetano (2013) stated that these are events that can lead to the restructuring of mental schemes. The way each person thinks about themselves can change throughout their lives according to changing circumstances, contexts, and experiences. The mismatches between the ideals of a person and those of their family may be enough to make them rethink their life, adapting the path.

William James (1890) showed us how a person has as many social selves as individuals recognizing and having an image of this person in their minds – and these selves are managed in different ways⁸; authors such as Ana Caetano, Michael Pollak, and Veena Das show how "extreme events" can be disruptive to self-understanding, and can lead people to "shock" and/or to explore and reflect on their own narratives and "biographical situations" (Schütz, 1979) – is a transition that can occur over time and under the support or not of "affective communities" and support groups (Pollak, 1990; Talone, 2020). Self-transformation, as Archer (2010) puts it, can occur daily through a reflexive "internal conversation" – effective in almost all

8. According to James (1890), the "total self" is everything causing the same emotions in a person. This "total self" consists of the following selves: the material self, the social self, the spiritual self, and the pure self. In this sense, Charles H. Cooley (1902) points out that, for James, self designates "all things which have the power to produce in a stream of consciousness an excitation of a certain peculiar kind" (Cooley (1902: 138). It should be noted that we refer to James because his work is relevant in discussions of the self, but we adopt his contributions critically.

humans – in which people seek to conform to their (new) concerns, ideals, or ultimate commitments; but the “survivors” of different and serious types of violence have their own forms of inquiry, aiming for new ways of living, other ways of being (of sustaining their selves), and of outlining new motivations and goals.

After “extreme experiences” (Pollak, 1990; Das, 2007; Talone, 2020), the “I” clashes with the “routinized me,” as usual responses are no longer appropriate and must give way to different actions. New selves suddenly or urgently ask for space – a process composed of a certain intensive degree of reflexivity. Also, the same person can go from “shock” and “paralysis” in relation to their own actions to the complete restructuring of their selves (of what shapes them) and ways of getting on with life.

In this sense, Das (2003; 2007) highlights the work of a self to exist in a “habitable everyday life” and not in the “ghostly past” of the experienced traumatic event. Self-creation in everyday life is recognized as a careful and precise “regrouping of life.” It is “awareness-raising” (Cefai, 2009) that induces a new experience of the environment, of oneself, and of the other, and the trouble gradually becomes more specific – the consequences of a change or the effects of a context is delimited, re-elaborated, and a measure is taken. There is a degree of reflexivity through which people and groups think and process explanations about themselves, interpreting themselves (in Taylor, 1989) in other terms, building versions of their lives in a movement of self-knowledge also being a kind of self-construction – it can come out of “disabling grief” or “denial” (Talone, 2020).

To conclude the article, although we defend that “problematic situations” arise from breakdowns or troubles that occur in situ, it is not to say that problems end in situations in which they were generated or, even, that problems always refer to current situations. Therefore, we believe it is necessary to establish a separation between different forms of indeterminacy and to oppose the tolerable indeterminacy of the practical sense to the situated indeterminacy of the pragmatists. And two other forms of indeterminacy must be added, namely, the durable, which is intersubjective and can be expressed in terms of what we above called *affaire* or controversy; and the mental, produced internally, expressed well by Archer’s internal conversation. Indeterminacy, in this case, can be of an imagined order – in the sense of anticipation – and then not be circumscribed or updated in a specific situation.

Final considerations

This article explored the tools offered by different traditions of social theory to address reflexivity in different ways and propose another understanding of this concept. We added a variation of indeterminacy and intensity to the core notion of reflexivity, a variation related to habitus, routine, to a “break” of daily/breaching situations, experts activity, and, finally, the reformulation of the self, which a person or group achieves following “extreme experiences” – they may have gone through a “paralyzing shock.”

This article examined the different forms of reflexivity. The epistemological reflexivity explored based on Bourdieu; the reflexivity as personal forms of reflective deliberation of future projects and narration of the past trajectory, based on Archer; the reflexivity as devices allowing an objective apprehension of the world and its beings, exploring Goody and Lahire; and, the reflexive form based on the perspective of Dewey’s pragmatist philosophy and the pragmatic sociology of Boltanski and Thévenot, in which reflexive action is linked to indeterminacy, where reflexivity is an operation of the intelligence that comes from the organism’s contact with an ambiguous environment. After this extensive study, we propose different forms of reflexivity that consist of a high degree of indeterminacy based on people’s situations and contexts.

References

ADAMS, Matthew. Hybridizing habitus and reflexivity: towards an understanding of contemporary identity? *Sociology*, v. 40, n. 3, p. 511-528, 2006.

ADKINS, Lisa. Reflexivity: freedom or habit of gender? *Theory, Culture & Society*, v. 20, n. 6, p. 21-42, 2003.

ARCHER, Margaret S. *The reflexive imperative in late modernity*. London: Cambridge University Press, 2012.

_____. Habitus, reflexividade e realismo. *Dados – Revista de Ciências Sociais*, v. 54, n. 1, p. 157-206, 2011.

_____. Routine, reflexivity, and realism. *Sociological Theory*, v. 28, n. 3, p. 272-303, 2010.

_____. *Making our way through the world: human reflexivity and social mobility*. London: Cambridge University Press, 2007.

_____. Emotions as commentaries on human concerns. Theory and research on human emotions. *Advances in Group Processes*, v. 21, p. 327–356, 2004.

_____. *Structure, agency and the internal conversation*. London: Cambridge University Press, 2003.

_____. *Being human: the problem of agency*. Cambridge, UK: Cambridge University Press, 2000.

BARTHES, Yannick et al. Sociologia pragmática: guia do usuário. *Sociologias*, n. 41, p. 84-129, 2016.

BECK, Ulrich. *Risk society: towards a new modernity*. Los Angeles, CA: Sage, 1986.

BECK, Ulrich; GIDDENS, Anthony; LASH, Scott (Orgs.). *Modernização reflexiva: política, tradição e estética na ordem social moderna*. São Paulo: Editora Unesp, 2000.

BENJAMIN, Walter. *Magia e técnica, arte e política*. São Paulo: Brasiliense, 1985.

BOLTANSKI, Luc. Énigmes et complots: Une enquête à propos d'enquêtes. Paris: Gallimard. 2012.

_____. *De la critique: précis de sociologie de l'émancipation*. Paris: Gallimard, 2009.

_____. The sociology of critical capacity. *European Journal of Social Theory*, v. 2, n. 3, pp. 359-377, 1999.

_____. *L'amour et la justice comme compétences*. Paris: Métailié, 1990.

BOLTANSKI, Luc; CLAVERIE, Elisabeth. Du monde social en tant que scène d'un procès. In: OFFENSTADT, Nicolas; VAN DAMME, Stéphane. *Affaires, scandales et grandes causes: de Socrate à Pinochet*, p. 395-452. Paris: Stock, 2007.

BOLTANSKI, Luc; THÉVENOT, Laurent. The sociology of critical capacity. *European Journal of Social Theory*, v. 2, n. 3, p. 359-377, 1999.

_____. *De la justification. Les économies de la grandeur*. Paris: Gallimard, 1991.

BOURDIEU, Pierre. *Masculine domination*. Stanford, CA: Stanford University Press, 2001.

BOURDIEU, Pierre; WACQUANT, Loïc. *An invitation to reflexive sociology*. Chicago, IL; Cambridge, UK: University of Chicago Press; Polity Press, 1992.

BOURDIEU, Pierre et al. *A social critique of the judgement of taste*. London: Routledge, 1984.

BOY JD. "The metropolis and the life of spirit" by Georg Simmel: a new translation. *Journal of Classical Sociology*, v. 21, n. 2, p. 188-202, 2021.

CAETANO, Ana. A exterioridade da reflexividade. Contributos de Lahire para o estudo empírico do exercício de competências reflexivas. *Cadernos do Sociofilo*, Quarto Caderno: Homenagem a Bernard Lahire, v. 4, n. 1, p. 27-70, 2013.

CARUTH, Cathy (Org.). *Trauma: explorations in memory*. Baltimore, MD; London: The John Hopkins University Press, 1995.

CEFAÏ, Daniel. Como nos mobilizamos? A contribuição de uma abordagem pragmatista para a sociologia da ação coletiva. *Dilemas: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social*, v. 2, n. 4, p. 11-48, 2009.

CEFAÏ, Daniel; JOSEPH, Isaac (Dirs.). *L'héritage du pragmatisme. Conflits d'urbanité et épreuves de civisme*. La Tour d'Aigues, FR: Éditions de l'Aube, 2002.

CHALARI, Athanasia. *Approaches to the individual. The relationship between internal and external conversation*. Manchester (UK): Palgrave Macmillan, 2009.

CHATEAURAYNAUD, Francis. Des prises sur le futur. Regard analytique sur l'activité visionnaire. In: BOURG, Dominique; JOLY, Pierre-Benoît; KAUFMANN, Alain (Dirs.). *Retour sur la société du risque – Actes du colloque de Cerisy*, 2012.

_____. *Argumenter dans un champ de forces: essai de balistique sociologique*. Paris: Petra, 2011.

_____. Forces et faiblesses de la nouvelle anthropologie des sciences. *Critique*, v. 47, p. 529-530, 1991a.

_____. *La faute professionnelle*. Paris : Métailié, 1991b.

CHATEAURAYNAUD, Francis; TORNÉ, Didier. Les sombres précurseurs. Une sociologie pragmatique de l'alerte et du risque. Paris: Éditions de l'Ehess, 1999.

COOLEY, Charles H. *Human nature and the social order*. New York; Chicago, IL; Boston, MA: Charles Scribner's Sons, 1902.

CORRÊA, Diogo. Novos rumos da teoria social a partir de três gestos da sociologia pragmática. *Revista Brasileira de Ciências Sociais [online]*, v. 36, n. 105, 2021.

_____. Entre o querer e o não querer: dilemas existenciais de um ex-traficante na perspectiva de uma sociologia dos problemas íntimos. *Tempo Social*, v. 32, n. 2, p. 175-204, 2020.

_____. Anjos de fuzil: uma etnografia das relações entre tráfico de drogas e igreja evangélica. Tese (Doutorado) – École des Hautes Études en Sciences Sociales (Ehess), Paris; Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), Rio de Janeiro, 2015.

_____. Do problema do social ao social como problema: elementos para uma leitura da sociologia pragmática francesa. *Revista de Ciências Sociais*, n. 40, p. 35-62, 2014.

CORRÊA, Diogo; DIAS, Rodrigo de C. The critique and its critical moments: the recent pragmatic turn in French sociology. *Current Sociology*, v. 68, n. 6, p. 721-737, 2020.

_____. Crítica e os momentos críticos: *De la Justification* e a guinada pragmática na sociologia francesa. *Mana*, v. 22, n. 1, p. 67-99, 2016.

DAS, Veena. O ato de testemunhar: violência, gênero e subjetividade. *Cadernos Pagu*, v. 37, p. 9-41, 2011.

_____. *Life and words. Violence and the descent into the ordinary*. Berkeley, CA; Los Angeles, CA; London: University of California Press, 2007.

_____. Trauma and testimony: implications for political community. *Anthropological Theory*, v. 3, p. 293-307, 2003.

DEWEY, John. *Arte como experiência: últimos escritos, 1925-1953*. São Paulo: Martins Fontes, 2010.

_____. O desenvolvimento do pragmatismo americano. *Scientiæ Studia*, v. 5, n. 2, p. 227-43, 2007.

_____. *Logic: the theory of inquiry*. Nova York: Henry Holt, 1938.

DODIER, Nicolas. Agir dans plusieurs mondes. *Critique*, v. 47, p. 427-458, 529-530, 1991.

DUBET, François. Dimensions et figures de l'expérience étudiante dans l'université de masse. *Revue Française de Sociologie*, v. 35, n. 4, p. 511-532, 1994.

FLEETWOOD, Steve. Structure, institution, agency, habit, and reflexive deliberation. *Journal of Institutional Economics*, v. 4, n. 2, p. 183-203, 2008.

FOUCAULT, Michel. A escrita de si. In: _____. *O que é um autor?*, p. 129-160. Lisboa: Passagens, 1992.

GARFINKEL, Harold. *Studies in ethnomethodology*. Englewood Cliffs NJ: Prentice Hall, 1967.

GIDDENS, Anthony. *As consequências da modernidade*. São Paulo: Editora Unesp, 1991a.

_____. *Modernity and self-identity: self and society in the late modern age*. Stanford, CA: Stanford University Press, 1991b.

GOODY, Jack; GOODY, John Rankine. *The domestication of the savage mind*. Cambridge, UK: Cambridge University Press, 1977.

HABERMAS, Jürgen. Racionalidade da ação e racionalização social. In _____. *Teoria do agir comunicativo*, v. 1. São Paulo: Martins Fontes, 2012.

JAMES, William. *Pragmatism: a new name for some old ways of thinking*. Cambridge, MA: Harvard University, 1907.

_____. *The principles of psychology*, v. I. London: MacMillan and co, Ltd, 1890.

JOSEPH, Isaac; GRAFMEYER, Yves. *L'école de Chicago. Naissance de l'écologie urbaine*. Paris: Champs Flammarion, 2004.

KAUFMANN, Jean-Claude. *A invenção de si: uma teoria da identidade*. São Paulo: Instituto Piaget, 2004.

_____. *Ego: pour une sociologie de l'individu*. Paris: Nathan, 2001.

KOSELLECK, Reinhart. *Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2006.

KRACAUER, Siegfried. *O ornamento da massa*. São Paulo: Cosac Naify, 2009.

LAHIRE, Bernard. *La raison scolaire. École et pratiques d'écriture, entre savoir et pouvoir*. Paris: Lectures, Les livres, 2008.

_____. *Cartographie de la pluralité des mondes de l'écrit. Pratiques et apprentissage de l'écrit dans les sociétés éducatives*. Québec, CA: Presses de l'Université Laval, 2006.

_____. From the habitus to an individual heritage of dispositions. Towards a sociology at the level of the individual. *Poetics*, v. 31, n. 5-6, p. 329-355, 2003.

_____. *Le travail sociologique de Pierre Bourdieu*. Paris: La Découverte, 2001a.

_____. La construction de l'“autonomie” à l'école primaire: entre savoirs et pouvoirs. *Revue Française de Pédagogie*, v. 135, n. 1, p. 151-161, 2001b.

MCNAY, Lois. Communitarians and feminists: the case of narrative identity. *Literature and Theology*, v. 16, n. 1, p. 1-95, 2002.

MENEZES, Palloma; CORRÊA, Diogo. From disarmament to rearmament: elements for a sociology of critique of the Pacification Police Unit Program. *Vibrant – Virtual Brazilian Anthropology*, v. 14, n. 3, 2017.

PEIRCE, Charles S. *The essential Peirce*, v. 2. Indianapolis, IN: Indiana University Press, 1998.

PETERS, Gabriel. O novo espírito da depressão: imperativos de autorrealização e seus colapsos na modernidade tardia. *Civitas – Revista de Ciências Sociais*, v. 21, n. 1, p. 71-83, 2021.

_____. A solidão dos deprimidos: sobre virada afetiva e depressão. *Blog do sociofilo: Blog de teoria social, filosofia & ciências sociais*, 2019. Disponível em: <<https://blogdosociofilo.com/2019/05/21/a-solidao-dos-deprimidos-sobre-virada-afetiva-e-depressao-por-gabriel-peters/>>. Acesso em: 10 Jun. 2019.

_____. *A ordem social como problema psíquico. Do existencialismo sociológico à epistemologia insana*. São Paulo: Annablume, 2017.

_____. *Percursos nas teorias das práticas sociais: Anthony Giddens e Pierre Bourdieu*. São Paulo: AnnaBlume, 2015.

_____. Habitus, reflexividade e neo-objetivismo na teoria da prática de Pierre Bourdieu. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 28, n. 83, 2013.

POLLAK, Michel. A gestão do indisível. *WebMosaica: Revista do Instituto Cultural Judaico*, v. 2, n. 1, pp. 9-49, 2010.

_____. Memoria, olvido, silencio. *La producción social de identidades frente a situaciones limite*. Buenos Aires: Al Margem, 2006.

_____. *L'expérience concentracionnaire: essai sur le maintien de l'identité sociale*. Paris: Métailié, 1990.

RICŒUR, Paul. *Tempo e narrativa*. Campinas: Papirus, 1997.

_____. Love and justice. *Philosophy & Social Criticism*, v. 21, n. 5-6, p. 23-39, 1995a.

_____. Intellectual autobiography. *The Philosophy of Paul Ricœur*, v. 22, p. 222-256, 1995b.

_____. *Soi-même comme un autre*. Paris: Les Éditions du Seuil, 1994.

SCHÜTZ, Alfred. *Fenomenologia e relações sociais*. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.

_____. On Multiple realities. *Philosophy and Phenomenological Research*, v. 5, n. 4, p. 533-576, 1945.

SIMMEL, Georg. As grandes cidades e a vida do espírito. *Mana*, v. 11, n. 2, p. 577-591, 2005 [1903].

_____. A metrópole e a vida mental. In: VELHO, Otávio Guilherme (Org.). *O fenômeno urbano*. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.

SWEETMAN, Paul. Twenty-first century dis-ease? Habitual reflexivity or the reflexive habitus. *The Sociological Review*, v. 51, n. 4, p. 528-549, 2003.

TALONE, Vittorio. *A força da memória: lembranças de situações de ferimento, tensão e morte*. Tese (Doutorado) – Instituto de Estudos Sociais e Políticos (Iesp) da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), 2020.

TAYLOR, Charles. *Sources of the self. The making of modern identity*. Cambridge, UK: Cambridge University Press, 1989.

THÉVENOT, Laurent. *L'action au pluriel: Sociologie des régimes d'engagement*. Paris: Découverte, 2006.



Committed capitalism

Recebido: 15.04.21
Aprovado: 14.07.21

Samantha Sales (<https://orcid.org/0000-0003-2191-0452>),
Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Rio de Janeiro, RJ, Brasil^I.

Rodrigo Cantu (<https://orcid.org/0000-0002-6099-1200>),
Universidade Federal de Pelotas (UFPeL), Pelotas, RS, Brasil^{II}.

I. Samantha Sales é doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia da UFRJ. <samantha.sdias@gmail.com>.

II. Rodrigo Cantu é professor adjunto do Departamento de Sociologia e Política da UFPe. <rodrigo.cantu@ufpel.edu.br>.

Abstract: This article presents contributions from pragmatic sociology to the debate on the commitment of economic actors to socio-environmental causes. Given the controversy about the achievements of their engagement, we propose the notion of committed capitalism and seek to understand it through the moral ground of its critiques, defenses and the construction of its normativity. We aim to emphasize two dimensions observed in contemporary capitalism: the declared commitment to a cause and the efforts of actors to stabilize a compromise among distinct orders of worth (market, industrial, and civic) and create devices that actualize it in the world. Drawing on a textual corpus of Brazilian newspapers, we examine the interplay of critiques of corporate social responsibility, corporate sustainability, and social finance, as well as their responses. As a result, we present a framework of internal and external critiques of the compromise that allow us to understand the contours of the moral dimension that underpins some crucial aspects of contemporary capitalism.

Keywords: Committed capitalism. Corporate social responsibility. Corporate sustainability. Social finance. Pragmatic sociology.

Capitalismo comprometido

Resumo: Este artigo apresenta contribuições da sociologia pragmática para o debate sobre o comprometimento de atores econômicos com causas socioambientais. Diante da controvérsia acerca do desempenho desse engajamento, propomos a noção de capitalismo comprometido, buscando entendê-lo por meio da sustentação moral de suas críticas, de sua defesa e da construção de sua normatividade. Nosso objetivo é enfatizar duas dimensões observadas no capitalismo contemporâneo: o comprometimento declarado com uma causa e os esforços de atores para estabilizar um compromisso entre ordens de valor distintas (mercantil, industrial e cívica) e criar dispositivos que o atualizem no mundo. Com base em um corpus textual de jornais brasileiros, examinamos o jogo de críticas à responsabilidade social corporativa, à sustentabilidade empresarial e às finanças sociais, bem como suas respostas. Como resultado, expomos um quadro de críticas internas e externas ao compromisso que permitem entender os contornos da dimensão moral que sustenta alguns aspectos cruciais do capitalismo contemporâneo.

Palavras-chave: Capitalismo comprometido. Responsabilidade social corporativa. Sustentabilidade corporativa. Finanças sociais. Sociologia pragmática.

For at least 30 years, a shift in how the social role of capitalist companies is perceived has intrigued the public and social scientists. Characterized by patriarchal discretionary benevolence, philanthropy is trumped by a new layer of corporate commitment. These fresh initiatives to promote positive changes undertake different forms. The idea of social businesses, for example, became popular after Muhammad Yunus (2008), championing business with the main objective of solving social problems. Aimed at low-income populations excluded from access to goods and services, the idea of inclusive business stands out from the work of C. K. Prahalad and Stuart L. Hart (2002), advocating the need for economic innovations to include populations through finance and consumption. The shared value approach, in turn, thematizes how companies generate value in capitalism, emphasizing the need to go beyond the production of value for the company and its shareholders, incorporating attention to the well-being of suppliers, consumers, and communities (Porter & Kramer, 2011). Impact business emerged in the 2000s to produce positive community changes, proposing planned follow-up and evaluation of the company's effects, using resources from investors committed to the organization's causes (Barkí, Rodrigues & Comini, 2020; Sales, 2018). Without exhausting the list of initiatives, another noteworthy example can be found in corporate social and environmental responsibility, which evokes the company's voluntary responsibility in building a fairer and more environmentally sustainable world through initiatives aimed at its workers and other stakeholders.

The variety of initiatives are characterised by an intricate plurality, a relative uncertainty regarding their purposes, and disputes over the merits of their achievements. For impact businesses, for example, Barkí, Rodrigues, and Comini (2020: 481, our translation) state that "the concept is polysemic, marked by differences in perceptions about the market's role in the production and solution of social issues". As for corporate social responsibility (CSR), Méndez Rivas (2014: 41) suggests it can take on several – sometimes contradictory – purposes: improving legitimacy and the environment in which the company operates while contributing to reducing risks, reputation management, increasing returns on assets, and competitiveness. An additional layer of the riddle around the purpose of these business actions is shown by Soares (2004), who summarizes corporate public discourses, arguing that research should also explore aspects that are only privately and covertly pronounced. While the companies' ethics and socio-environmental obligations are publicly highlighted, the reserved and unspoken discourse considers CSR a mere marketing tool, coordinating the desire to extinguish alternative ways of thinking about solutions to the problems of capitalism. This academic formulation echoes in the public debate on the subject. Initiatives such as impact businesses and CSR are defended as innovative and genuine solutions leading to ethical and inclusive capitalism, which as-

sociates profit generation with social and environmental purposes. However, they are criticized for their supposed futility or perversity, bringing about an enduring controversy about their meanings (Jaiswal, 2008; Morais-da-Silva et al, 2018).

Therefore, the complexity of the controversy over these initiatives poses a fundamental challenge. We understand this controversy as characteristic of processes in which no actor succeeds in imposing an unequivocal and definitive interpretation of the relevant elements (Chateauraynaud, 2011)¹. One of its sources is the high degree of reflexivity in the debate: several protagonists are experts and academics, sometimes sharing the researcher's references, which often convert research into a para-ethnographic exercise (Islam, 2014). In such contexts, indetermination about shared frameworks of reference is associated with long-lasting morally intricate and technically sophisticated controversies in which there is disagreement about the relevant parameters and states of the world.

How can sociological research deal with this complexity and controversy? One option is to examine the performance of the companies' social and environmental initiatives to answer whether this capitalism committed to social and environmental causes is a virtuous innovation or a ruse². Another research path would focus on mapping relevant individuals and organizations. Their trajectories, spheres of socialization, and interests would work as explanatory factors for their actions in the dispute for the meaning of committed business models³. Despite all the merits of these options, they are likely to dissolve in the efforts of defense and critique by the actors themselves. The results produced and disseminated in this highly reflexive arena risk becoming mere instruments in the disputes over the constitution of these new business models or as additional voices of support, accusation, or criticism. Despite offering answers to some questions of the dispute, this type of research overlooks important features of the fundamentals of disagreements, beliefs, and accusations.

This article explores another path. Starting from the controversy, its contribution lies in searching reference points that allow an understanding of social and environmental business initiatives based on the interplay of critiques and justifications expressed in the dispute. Theoretically, we resort to pragmatist-inspired sociology (Peirce, 1992; James, 1907; Dewey, 1938; Boltanski & Thévenot, 2020) and interpretative sociology (Weber, 2001), taking into consideration the critiques of actors and the accounts they offer to support them. This perspective allows us to understand how actors relate to the world through values (their own, the shared ones and/or those in dispute) and coordinate themselves, shaping actions, practices,

1. This indetermination is not only odd and negative, it can result in actors benefiting from the productive frictions between multiple principles of evaluation (Stark, 2009) or even from the lack of definition, avoiding establishing a basic content principle (Werneck, 2020).

2. Besley and Ghatak (2007) and Brejning (2012, chap. 7), for example, make an assessment of corporate social responsibility actions.

3. Examples can be found in the literature of contention and CSR (Agüero, 2005; Soule, 2009; Soule & King, 2015) and in works influenced by Pierre Bourdieu's sociology (Sartore, 2012; Grün, 2015; Barreiros, 2019).

economic institutions, economic actor models (Thévenot, 2016), public problems (Dewey, 1991; Cefaï, 2017), and the emergence of new collectives (Callon, 2007).

Therefore, this article aims to analyze the moral grounds of the critiques and defenses regarding the declared⁴ commitment of economic actors to socio-environmental causes. We examine the interplay of critiques and defense regarding CSR, corporate sustainability, and social finance, understood as practices guided and coordinated by a shared normative compromise. We seek to face the indetermination and complexity involved in defining these initiatives, in contrast to traditional capitalism and state or collectivist forms of socio-environmental consideration. Building on pragmatic sociology of critique, notably the model of the economies of worth (EW) proposed by Boltanski and Thévenot (2020), we introduce a framework of internal and external critiques toward the commitment to a cause, allowing us to understand the contours of the moral dimension that supports some crucial aspects of contemporary capitalism. Thus, considering both the idea of engaging in a cause and the actors' efforts to stabilize a compromise among different orders of worth (market, industrial, and civic) and create devices that actualize it in the world (Boltanski & Thévenot, 2020), we propose the notion of *committed capitalism*.

We draw on a textual corpus composed of articles from generalist and specialized (economics and finance) Brazilian newspapers: *O Globo*, *Folha de S. Paulo*, and *Valor Econômico*. The articles were selected using the newspapers search tools, combining: a) variations of the terms used to refer to CSR, corporate sustainability, and social finance; and b) terms that express critique of these concepts⁵. The corpus is composed of 95 articles, from 1997 (the first time a news article matching the selection criteria appeared) to 2020. These qualitative data offers a range of perspectives on critiques and defense arguments toward entrepreneurs' and investors' social and environmental initiatives. In addition, we use material from a two-year research on impact businesses, carried out by one of us (Sales, 2018).

Regarding the methodology, this research was inspired by procedures adopted in Boltanski's (1990) study. The author analyzed letters sent by readers to a French newspaper and how they were selected for publication, deducing a model of public accusation in which a particular claim was publicized because it indicated a more general concern. Similarly, Boltanski and Thévenot (2020) adopted classic texts of political philosophy, in their EW model, as formalizations of utopias pragmatically operated by people in their social lives and empirically observed in the two authors' researches. Boltanski and Chiapello (2005), in turn, analyzed a corpus of business management texts from the 1990s, demonstrating that "the fact that they [were] intended for cadres [made] them an especially obvious receptacle for the new spir-

4. The term "declared" serves here to qualify native representations and accountability, i.e., the elements the actors present as their visions and intentions.

5. The search was conducted in Portuguese, using the following variations – listed here in English – of the base terms of (a): "social investment," "socially responsible investment," "social finance," "social impact," "corporate sustainability," "social responsibility," "corporate responsibility," "socio-environmental responsibility." The variations of critical terminology were: "criticism" (and its verb forms), "nothin but," "not even," "mere," "merely," "discourse," "narrative," "rhetoric," "really," "for real".

it of capitalism” (Boltanski & Chiapello, 2005: 56)⁶. Therefore, we did not use the newspaper simply as a source of information, but as part of the process of producing this information, of selecting the issues debated in society (Werneck, 2009; Lemieux, 2000), considering its performative character (Callon, 1998).

Our effort can be considered part of an extensive and diverse debate on the subject, promoted not only by academics but (perhaps mainly) by the “natives” of the economic field. Several designations have already been proposed, such as creative capitalism (Bill Gates), inclusive capitalism (Prahalad & Hart, 2002), conscious capitalism (Makey et al, 2014), philanthrocapitalism (*The Economist*, February 23, 2006). As for the academics, we find terms such as caring capitalism (Barman, 2016), enlightened capitalism (O’Toole, 2019), concerned markets (Geiger et al, 2014), and civilizing markets (Callon, 2009). With the notion of committed capitalism, we do not intend to account for the complexity of contemporary capitalism or overcome the debate, reducing all previous denominations to a new one. Instead, we intend to draw attention to the two dimensions mentioned – the commitment of actors and their effort to compromise distinct orders of worth, sometimes considered contradictory – by placing the discussion in agential and pragmatic terms. That is, we are interested in the declared intention of economic actors to engage in socio-environmental causes and in the effects that this intention and the engagement itself produce.

This article is organized as follows: after this introduction, the second section discusses the theoretical framework used. In the third section, we present and discuss the results of the textual corpus’ analysis, grounding the idea of commitment and compromise in capitalism through its evaluative support and the construction of its normativity. Finally, we present the final comments and conclusions.

A theoretical framework for committed capitalism: criticisms, compromise, and the economy

Some basic aspects of the pragmatic sociology of Boltanski and Thévenot (2020) in their EW model are particularly valuable for this article. Regarding the model’s ontological premises (Vandenberghe, 2012: 14-29), it seeks a combination of idealist (or culturalist) and materialist conceptions about the ultimate constitution of the world. The first term of this opposition is taken into account based on the notion of moral metaphysics or *cités* (or polity, in Catherine Porter’s English translation [Boltanski & Thévenot, 2006]), that is, orderings of relations based on principles of coordination agreed upon and buttressed on the idea of justice – revealing the emphasis of this theorizing on the structure of values (or, according to the authors,

6. It is well-known that the authors were also inspired by Weber (2004: 42-47), who interpreted Benjamin Franklin’s famous “moral warnings” about how to act in business (the most famous is “time is money”) as statements of characteristic behavior within the ethos of the spirit of modern capitalism.

“worth” as they are comparable) that constitute social life. The second term is approached with the notion of “device” (*dispositif*), heir to the Foucauldian society of control, but extended – following Deleuze (1989) and Agamben (2009) – to every artifact or material arrangement in which human coexistence is inserted.

The articulation between devices and principles of evaluation is introduced with the notion of common worlds, pragmatic orders inhabited by beings and things that can be mobilized to evidence a state of worth. Objects undergo a work of associating to certain orders of worth, in an operation Thévenot (1986) calls investments in forms⁷. Thus, they support tests and trial processes (*épreuves*) in critical moments allowing for the reconstitution of the situation and the re-stabilization of the flow of action (Boltanski & Thévenot, 2020: 101-106). Therefore, each *cité* exists because it is actualized in the form of a corresponding world. Here, Dodier and Barbot’s (2017) remark is also relevant: although several material arrangements are permeated with principles, not all of them necessarily are.

Against this backdrop, the EW model provides relevant theoretical-methodological tools to study the commitment of economic actors to social and environmental causes. On an idealistic front, this model proposes an anatomy of values in complex societies. The framework comprises six orders (with their respective scales of worth) that establish the equivalence between beings and the allocation of their valued states, their relative values, in some type of common good. These orders of worth (domestic, opinion, inspired, civic, market, and industrial)⁸ were formalized from canonical texts of political philosophy and support specific forms of justification (i.e., accountability in terms of justice). Thus, they delineate models of competence necessary in moments of dispute – in this model and the pragmatic tradition in general, competence is understood as traits of actions that, when perceived, legitimize these actions, making them effective (Werneck, 2012). Every action in the world that seeks justification referring to a *cité* can be trialed through criticisms referring to a certain type of common good. Thus, the assigned worth needs to be proved by/for the agents through reality tests.

In addition to *cit  s* and their material worlds, a second useful tool of the EW model is the notion of compromise. Although each *cité* concerns a single worth principle, they can compromise through efforts to reconcile principles of two or more different orders of worth. As for the devices, the compromise must intentionally coordinate things and objects of one world with other worlds to be stabilized and build a common superior principle from the principles of *cit  s* related to each particular world. An important characteristic of compromises is their fragility, as they are composites and do not prevent beings and things from evaluation based on

7. Consisting of conventions, investments in forms serve as shared references to facilitate coordination in social life, offering parameters for actions and avoiding costs with new formats and renegotiations of shared meaning in the future – such as management tools (Chiapello & Gilbert, 2013), for example. As well as investments understood in the economic sense, these investments (in legal, economic, social forms, for example) depend on the balance between a sacrifice and its degree of generality; they are costly, demand time and energy to be constituted, and they intend to give regularity to actions and support to actors to coordinate in social life (Thévenot, 1986).

8. The model is open to the proposition of new *cit  s*. Thus, Lafaye and Thévenot (1993), for example, propose a green *cité*; Boltanski and Chiapello (2009), a project-oriented *cité*; and Werneck (2017), a hedonistic *cité*.

“pure” principles, which can generate or facilitate critiques (Boltanski & Thévenot, 2020: 412-413).

The economy is a composite sphere from the perspective of EW, in which we find bridges connecting different principles of evaluation. The authors point out that economic action (especially in business) compromises the market and industrial worlds. It is necessary to efficiently generate economic value and economic goods while promptly responding to agents’ desires in the market. Other aspects of the economy, such as labor law, constitute a broader compromise, incorporating the civic world. Critical perspectives on the market economy can be understood based on various principles of evaluation one considers valid for the economic order.

From the perspective of EW, tensions in the economic sphere can be conceptualized based on the inconsistencies of a broad and complex device, including assessments by scales of different *cités*. In our view, it is possible to extend this intuition to the controversy over CSR and social finance. They are the result of shifts in the role of the business community in solving social and environmental problems, and, more broadly, in the management of the social. The analysis of the devices and the related disputes allows formulating a pragmatic sociology of critique and actions in their moral dimension, revealing economic arrangements that, in addition to the industrial-market base, express a commitment to other principles.

Normative crossroads of committed capitalism

The assumption explored in this article, therefore, proposes that a set of business initiatives can be understood based on their moral orientations. Based on this perspective, a significant part of these initiatives’ challenges consist of stabilizing a compromise among different orders of worth, or *cités*, so that actions, investments, and discourses are justified and weaken the tests instituted by traditional capitalism – based exclusively on assessments of risk and return, disregarding social responsibility, sustainability, and social impact. Relying on these incongruous orders of worth entails the risk of inconclusive trials, in which different scales evaluate the enterprises’ achievements. We suggest understanding these initiatives as a set of ideas and actions guided by a compromise between the following *cités*: market, industrial and civic. Although other orders of worth may be included, in this article we will address expressions of this specific compromise.

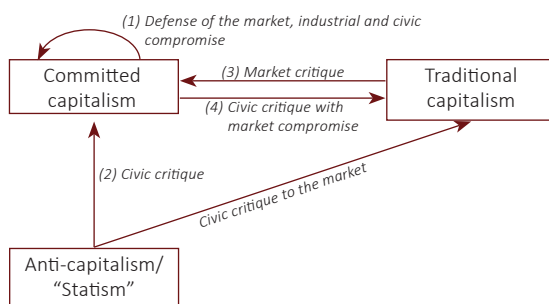
Environmental concern is a salient issue in committed capitalism. In the pragmatic sociology of critique, this subject poses a particular challenge. The viability of a

9. The *cités* support two types of critiques: on the one hand, it is possible to accept that an order of worth is adequate to evaluate a situation, but that the situation is at odds with the moral ideal; on the other hand, it is also possible to reject the *cité* and assess the situation based on another *cité*. Honneth (2010: 384) stressed that this formulation approaches, respectively, the distinction between internal and external critique in philosophy. External critique is the basis for an elaborate framework of critiques, proposed by Boltanski and Thévenot (2020, chap. 8), in which they explore the ways a order of worth rejects elements evaluated in other orders. To simplify the allusion to critiques that abide by the *cité* and claim only the readjustment of the situation, and critiques that reject the proposed normative order, we will use this internal and external denomination.

green or ecological *cité* raises the question of accommodating the idea of nature as a subject of law or a focus of worth ranking in the EW model (Latour, 1995; Godard, 2004). Nature can be understood as an object of qualification in different orders of worth (Boltanski & Thévenot, 2020: 63-64). This perspective is more suited to the analysis of the work performed by actors engaged in capitalism. For example, this critique can be placed in an industrial framework, as a “combination that infrastructure planning and construction must take into account when seeking ‘sustainable development’” (Lafaye & Thévenot, 1993: 509, our translation). In addition, it can be qualified from the perspective of the civic world: as a task for the whole community, the environmental management is also the responsibility of economic actors, in a semantic shift that converts the company, for example, into an entity of the political community. In this article, we will subsume the issue of ecology – expressed in the term “socioenvironmental” – in the civic world.

In order to examine how the compromise manifests itself and what its supporting devices are, we engaged the debate in the textual corpus containing disagreements and responses to critiques. The interplay among different forms of critique and justification allows us to delineate a committed capitalism. Figure 1 summarizes this framework.

FIGURE 1
EVALUATION INTERPLAY:
DEFENSE AND CRITIQUE OF COMMITTED CAPITALISM



Based on a selection of attacks and defenses of the market-industrial-civic compromise, we identified four modes of critique. (1) Internal critique⁹, pointing out mismatches in socioeconomic devices that would be under the auspices of the composite market, industrial, and civic convention. (2) External critique, which we call “anti-capitalist” or “statist,” based on the civic order of worth – the first aims to reveal the perversity of market arrangements, while the second refers not to a

centralized state coordination of the economy, but the role of the state in enforcing and monitoring devices that meet the collective will. (3) The external critique put forward by traditional capitalism, for which businesses work toward the common good only in the pursuit of profit. (4) The critique of committed capitalism toward traditional capitalism – a critique that emerges as a crucial strategy to illustrate the efforts differentiating social and environmental initiatives and the attempt to engage non-committed actors in these endeavors. To complete the chart in Figure 1, one can also mention the “anti-capitalist” critique of traditional capitalism, understood as civic hostility to the market order of worth. Below, we discuss some results of the investigation of this interplay, marked by these three positions: committed capitalism, traditional capitalism, and anti-capitalism/statism.

*(1) Defense of market,
industrial, and civic compromise*

The traditional capitalist economic world, as mentioned above, is morally guided by a market-industrial compromise. The inclusion of the civic world provokes its supporters to respond to latent critique. Usually associated with state initiatives, for which economic return is not the essential criterion, civic morality raises a constant tension on the market viability of this combination. The following quotes from the textual corpus illustrate typical responses to this challenge:

(a)

Robert Dunn – Acting with social responsibility is making decisions that generate profits and wealth for the company but also benefit people, the community, and the environment. People felt that there was a conflict between these two things, that a choice had to be made. But in recent years, the most successful companies have made corporate social responsibility an integral part of their business strategy. This is a requirement for success.

Folha – Is it worth being socially responsible?

Dunn – For eight years, an investment firm in the United States followed the variation in the stock prices of companies that maintain an above-average set of policies regarding social responsibility. The valuation was greater than that of the S&P index, one of the most traditional valuation indices for US companies (Pereira Filho, June 29, 1998).

(b)

Companies have long understood that sustainability is a competitive factor. In this sense, there is a movement of companies to understand how

to adapt their production processes so that they are aware, respecting the limits of natural and human resources (Gama, March 13, 2019).

In the first quote (a), the then president of the Business for Social Responsibility (BSR), Robert Dunn, who was in Brazil by invitation of the recently created Instituto Ethos, emphasized that profit is compatible with social initiatives. He also mobilizes statistical devices as evidence to test the compromise's viability. In the second quote (b), Marina Grossi, president of the Brazilian Business Council for Sustainable Development (CEBDS), also reinforces the terms of the compromise, highlighting that committed businesses produce results that can be evaluated positively on the scale of the market *cité* (competitiveness).

The compromise is also observed in responses to criticism based on a civic evaluation. Do committed companies and investments really deliver what they promise? This question is frequently raised in the debate due to the market component, which has criteria deeply rooted in the capitalist economic device, privileging the return to shareholders instead of collective benefits. The quotes below show some examples:

(c)

Criticism from entities marginalized by corporate social responsibility also reaches the media. In Artur Cust dio Moreira de Souza's opinion, national coordinator of Morhan (Movement for the Reintegration of People Affected by Leprosy), companies are attracted by projects and actions that can bring them a return of visibility, which is directly related to numbers and statistics. "Companies go after what is measurable, what can be quantified, what can be published in the social report. It is difficult to measure prejudice. It is easier to quote how many basic food packages were donated, for example", says Moreira de Souza (Nera, June 28, 2005).

(d)

— We've never seen the word sustainability used so often in the media. But to what extent has it helped us to understand what sustainability really is? Everyone uses this term to sell more; the problem is that, in practice, companies fall short — assesses Bernadete Almeida, coordinator of Social and Environmental Responsibility at the Superior School of Advertising and Marketing in Rio (Costa, May 15, 2013).

(e)

Most so-called corporate social responsibility programs offered by companies tend to be little more than superficial. If the leaders were

able to really get their hands dirty in a significant way, this could have some dampening effect on the embers (Lehmann, July 02, 2013).

(f)

James O'Toole: Today most leaders of large companies say the right things in their annual reports and take care to show that they are socially responsible. But most of what they do tends to be superficial, and in the end, if they have to choose between doing the right thing and making a profit, they will choose profit, especially if they are listed companies. The companies I researched were willing to lose profits in the short term to ensure they do the right thing in the long term (Arcoverde, June 07, 2016).

(g)

"Affirmative public policies have advanced in Brazil in recent years, but companies are in tow. They didn't advance on the subject with the same speed", says Lilia Schwarcz, Professor of the Anthropology Department at USP. And companies have been failing to put affirmative actions into practice: 88% do not have policies to promote equal opportunities between black and non-black people in the workforce. Without corporate incentives, it is difficult to overcome barriers to blacks in corporations.

"It takes effort to increase the female presence not only in leadership, managerial or operational positions, but also in companies that are part of the supply chain," says Margareth Goldenberg, executive manager of the 360 Women Movement, an organization that supports companies to practice gender equity in the corporate environment (Viali, September 28, 2018).

Quotations (c) to (g) negatively evaluate initiatives of committed capitalism by managers, academics, and activists in the form of disapproval or disappointment. Despite the variety of contexts, none of them reject the market-industrial-civic compromise. In (c), the extension of these initiatives to marginalized causes is claimed. Quote (g) asks for improvement in the initiatives in order to overcome racial and gender asymmetries in companies. In (d), (e), and (f), companies are accused of being "superficial." The interest in this form of critique is that it precisely exemplifies the internal critique of the compromise. This critique is possible because there is an already advanced claim for the legitimacy of an alliance among these three *cités* in guiding the construction of business and investment devices.

The contours of committed capitalism still demand the connection of this composite moral sense – at work in the interplay of critiques in the public debate – with

devices that make its world. These devices, saturated with moralities that pragmatically adjust actions, serve as indicators of agents’ competence – above all entrepreneurs and investors – and as devices that evidence the market-industrial-civic compromise¹⁰. Time is a key issue for understanding them. They transform as the controversy over the terms of the compromise evolves (Chateauraynaud, 2011). We emphasize how the actors highlight the construction of certification, questionnaires to suppliers, mechanisms for monitoring supply chains, social and environmental activity reports, among others:

(h)

The increase in the number of social responsibility questionnaires and sustainability reports reflects this new market moment. Which, it seems, is here to stay. A practical example: last year, SulAmérica Seguros answered 30 questionnaires from potential customers, wanting to know, among other things, whether the company has a Code of Ethics, whether it employs child labor, whether it has recycling programs and programs to reduce the use of natural resources. In the first half of 2013, 24 questionnaires have already been received (Amorim, August 13, 2013).

(i)

The [B Corp] seal was created eight years ago in the United States and has already been exported to 38 other countries. In Brazil, for just over a year, System B, the organization responsible for the certification, already has 41 national companies certified, mostly small and medium (the exception is Natura). “Our difference in relation to other certifications such as ISO or organic is that our idea is to evaluate good companies, not good products,” says Greta Salvi, from System B in Brazil (Perrin, April 19, 2015).

(j)

In a review carried out in its Reference Form, the CVM [The Brazilian Securities and Exchange Commission] made item 7.8 exclusive for social and environmental information as of 2016. In an evolution of what it already practiced, the regulator asks companies if they disclose social and environmental information, what methodology they adopt, if the information is audited or reviewed by an independent third party, and where they can be found. Therefore, there is no longer any need to request this “disclosure,” and the companies are directly committed to the regulator. The BM&FBovespa [Brazilian stock exchange] continues compiling and disclosing the new data in an aggregated form (Favaretto, April 22, 2016).

(k)

Companies are increasingly adopting technological solutions to manage sustainability in their value chains – suppliers and service providers, which are critical partners for their business. Monitoring tools, blockchain – an innovative system for distributed shared register – and platforms for processing and analyzing large volumes of data (big data) help in risk assessments, legal compliance, and alignment with social and environmental responsibility principles (Sarkovas, September 08, 2018).

(l)

What are the metrics, how can investors and professional managers identify companies responsible for social and environmental practices?

The CSI (Corporate Sustainability Index), one of the B3 [Brazilian stock exchange] indicators, allows monitoring the performance of companies listed in the category of sustainable and responsible management.

The Sustainability Report, published on the companies' websites, indicates adherence to the international methodology.

Research facts and news to identify whether the company's sustainability promises are, in fact, being put into practice.

Investors can also check metrics such as water waste or greenhouse gas emissions in production processes and whether the company has "System B," an international certification aimed at companies committed to generating benefits for the community, not just for its shareholders.

Investors can seek companies with the three pillars or join the ESG funds offered by the leading asset managers in the country (Dessen, August 02, 2020).

Within the framework of worth, these quotes (h, i, j, k, l) reveal the efforts to respond to the criticisms of the market and civic worlds to the commitment, according to which committed capitalism would not bring profit or benefits to society. As for the critique of the market world, the CSI and the ESG funds, for example, seek to unite the companies' performance both with socio-environmental impact and financial returns. Questionnaires, sustainability reports (voluntary or required by authorities), certificates (such as those granted by System B), and value chain monitoring tools are part of the reaction to uncertainties about the effectiveness

of social and environmental actions within the scope of for-profit arrangements. Moreover, they are devices through which actors conform to a logic of commitment with civic and ecological causes.

The creation of such devices can be understood as the construction of indivisible artifacts in an attempt to stabilize the compromise. Illustrating the idea of investment in form (Thévenot, 1986), these devices represent the search for objects that cannot be thought of outside the normative alliance. Its reproduction and dissemination in the world are one of the main ways in which committed capitalism can thrive and minimize questions raised by the inconclusiveness of the evaluations supported by different *cités*.

In addition to material devices, semantic innovations are also efforts to establish the compromise and to defend its viability. An article in *Folha de S. Paulo* in 2005 entitled “ABC of CSR” reported that a “new vocabulary has invaded the daily lives of Brazilians since social issues entered the list of interests of the public and private spheres in the country,” pointing out that “[in]the universe of corporations, these words [social action, sustainable development, diversity, social impact, etc.] are mixed with the terms of business and economic jargon” (Nera, January 25, 2005, our translation). The article offers a “glossary with 20 definitions so that you can understand corporate social responsibility,” explaining that it is also through new words and expressions, the reinterpretations and meanings attributed to these language devices and values that the actors relate to the world of committed capitalism.

*(2) External criticism:
anti-capitalism and ‘statism’*

The main weakness of the compromise lies in the combination of orders of worth that might be considered to be conflicting. Therefore, the evaluation interplay is permeated by unveiling operations that refer to a single *cité* to clarify the contradictions and sustain conversion to a coherent order. Evaluation based on the civic *cité* expresses one of the possibilities of external criticism. This type of moral onslaught points to the perversity of the market arrangements, privileging plutocratic groups over the collectivity. Below are some quotes from the corpus highlighting this point:

(m)

[Reiner Rademacher, representative of the Friedrich Ebert Foundation (FES), which has supported Brazilian unions for 30 years] also believes that many Corporate Social Responsibility activities “foster paternalistic attitudes, while in factories, sometimes, labor relations regress to

the 19th century. In Brazil, there is no corporate culture of dialogue with workers and society,” he says. Schuler [German multinational company] did not talk to the union for many years after the 1995 conflict, he says (*Folha de S. Paulo*, March 23, 2007).

(n)

In short, the mining sector is a complex phenomenon in which the multiplicity of agents and their relationships favor a type of collective self-mystification centered on best practices, efficiency, and sustainable development. When observed carefully, however, an asymmetric structure of power allocation is observed, in which costs, impacts, and responsibilities are progressively pushed to the base of this distribution, in favor of the concentration of the value extracted in their operations by more mobile and powerful agents (Santos & Milanez, March 03, 2019).

(o)

What do these companies [companies involved in bad practices scandals and environmental disasters] have in common besides the fact that they are among the ten largest Brazilian companies? All of them declare themselves to be socially responsible and make huge investments in marketing using this motto. [...] The fact is that, for these companies, social involvement has been much more a marketing tool than an effective contribution to the good of society. To reverse this situation, the state must urgently adopt a new position, firmly regulating the sectors and activities where there is a risk of violation. And, above all, relentlessly inspect and punish offenders (Feldman, March 31, 2019).

The critique (m) is inserted in the context of unions and classifies social and environmental business actions as paternalistic. It considers such actions are unilateral, discretionary benefits of companies, avoiding the collectivist ideal of horizontal negotiation of the terms of coexistence. In (n), the assessment classifies the ideals of sustainable development in the mining sector as self-mystification: the market arrangement of private property and the decision-making power concentrated on shareholders invariably lead to relationships incompatible with civic ideas. Finally, in (o) the state is claimed as an irreplaceable instance in protecting the collectivity against the externalities of corporate profit-seeking. Evaluations from (m) to (o) are examples of the rejection of the terms of compromise and insist on the incompatibility between the market and the civic worlds.

By refusing to accommodate contrasting ideals, external criticism based on the market *cité* provokes the ambiguous elements of the compromise, forcing these elements to fit its scale. Quote (p) illustrates this form of evaluation. The companies' social and environmental initiatives are understood as an undue use of resources, such as "charity with shareholders' money." Furthermore, the corporate model of compromise is accused of being unfair, as it overlooks the essential: the merit of the sense of opportunity for commercial gain. Thus, it would harm actors who act according to the scale of the market *cité* on behalf of other values that are not relevant in the market contexts.

(p)

However, ESG [environment, social, and governance] and CSR [corporate social responsibility] programs have commonly been instruments of short-term abuse by executives who donate money from shareholders for self-interest or to show virtue, boost the price of shares, and pocket annual bonuses. When the account funded by investors' money is cleared out, the executive may already be in another company.

Large companies benefit from imposing hyper-rigid standards on the market as they protect themselves from competition against small companies that do not have the resources to comply with them.

The executive who carries out "social responsibility" disregarding the interests of shareholders acts as an internal government, imposing a kind of tax. And the executive does not have this expertise; specialized institutions should do that (Beltrão, January 01, 2020).

Despite being published in 2020, the accusation of "short-term abuses by executives who donate shareholders' money for their own interest or to show virtue, boost the price of shares and pocket annual bonuses" finds resonance in a famous and controversial critic that influenced the debate for 50 years, which indicates the consolidation of the external critique analyzed in this article. In 1970, Milton Friedman published an article in *The New York Times* in which he criticized the promoters of "desirable 'social' ends" to be undertaken by corporations, such as reducing discrimination and preventing environmental pollution (Friedman, September 13, 1970). Notorious as a paradigmatic representative of the Chicago School of Economics and for having been awarded the Nobel Prize, he argued that businesses, unlike people, are not required to have social responsibilities or social conscience. In his view, the idea – or "doctrine", as he preferred to call it – of business social responsibility implied that corporate executives would spend other people's private money to pursue general civic interests. For the economist,

there is one and only one social responsibility of business – to use its resources and engage in activities designed to increase its profits so long as it stays within the rules of the game, which is to say, engages in open and free competition without deception or fraud (Friedman, 1970).

Therefore, in this critique, committed capitalism is accused of being based on a composite that violates the working rules of the capitalist system itself. Instead of delegating social responsibility to “specialized institutions” – as proposed in (p) – it affects the logic of purely market competition and affects capitalists’ capacity to pursue profits. The contribution to the common good, according to this external critique, does not need to go through social responsibility and sustainability, since, as Friedman says, the free market and market mechanisms, not civic, are the “appropriate way to determine the allocation of scarce resources” (Friedman, 1970).

(4) Committed capitalism’s critique of traditional capitalism

The committed capitalism’s critique of initiatives primarily oriented by market and industrial worth seeks to deconstruct the opposition, generally considered irreducible, between the public good and private interests (Boltanski & Thévenot, 2020: 391). Moreover, when this critique explains problems in traditional capitalism, it stresses the differentials of this capitalism, strengthening the compromise that supports it. Also, it questions the viability of the purely market-industrial arrangement, pointing out the need and even urgency of combining this arrangement with the civic worth. Often, committed initiatives are presented as exemplary, pragmatically demonstrating what can and should be done by companies to solve a social and/or environmental problem (Sales, 2018).

According to this critique, it is possible and desirable to generate both economic profit and “social profit” (Yunus, 2008) through capitalist activities, not just as externalities. Therefore, actors demonstrate the necessity for those engaged in traditional capitalist practices (business as usual) to be made aware of committed capitalism and engage in new business and financial practices. Excerpts (q), (r), and (s) are examples:

(q)

It is necessary to have a systemic look at social policies.

The world post-pandemic will exacerbate current demands. Companies must contribute to the well-being of society, going beyond their

purpose of just generating gains for shareholders. Building a reliable market will also require policies and incentives for micro, small, and medium entrepreneurs and investors, so they have space for diversity, creativity, and economic activities in different territories. In this sense, the connection between philanthropy, civil society organizations, the business sector, and public policies will also be fundamental (Setubal, July 18, 2020).

(r)

In order for companies to shift their focus from net income to net pride and to act more on behalf of their community than their shareholders, they will need to negotiate [...] with their investors. But in this group, there are also no signs of change. Green funds are a rising tide in the markets, and the rush for green technologies is the new gold rush. Capitalism, like everything else, always needs to reinvent itself. Excessive concentration of income is the root cause behind humanity's greatest problems. The squandering of this liquidity is an affront. And the wasteful and reckless use of the planet's resources is the path to destruction. Therefore, it is essential that the great CEOs take upon themselves an agenda of a statesperson (Guanaes, September 24, 2019).

(s)

Investing in sustainability is not cheap, especially for those who do not have the resources to do so, such as small business owners. However, the financial return, through savings in processes or the possibility of commercial partnerships, is worth it. The problem is that more than 40% of these entrepreneurs do not associate sustainability with the opportunity for gains. A 2013 Sebrae survey shows that 20.2% of respondents think these practices do not generate gains nor expenses, and 20.3% only associate them with expenditures (Ferrasoli, September 22, 2019).

In (q), Maria Alice Setubal says that “companies must contribute to the well-being of society, going beyond their purpose of just generating gains for shareholders.” As heiress and one of the major shareholders of the largest private bank in Brazil, she points out systemic demands as justifications for engaging in social causes, which she supports, implying that the market-industrial- civic compromise is at the heart of the discussion on the possibility of maintaining the existence of the capitalist system itself – “the world post-pandemic will exacerbate current demands.”

Excerpt (r) criticizes the performance of companies that are shareholder-oriented rather than community-oriented, i.e., leading to an excessive concentration of income – “the root cause behind humanity’s greatest problems.” It points out “the wasteful and reckless use of the planet’s resources” and requests that CEOs should “take upon themselves an agenda of a statesperson,” incorporating in their concerns more than the individualistic well-being of shareholders, but the civic orientation toward solidarity. In quote (s), the criticism turns to small and medium entrepreneurs’ difficulty associating sustainability with the opportunity for gains. Proving the market viability of the compromise, i.e., the possibility of profiting from investing in sustainable practices would solve part of the problem, showing these entrepreneurs that committed action should not be left to large companies but is a responsibility of all.

Finally, the critique of the individualism also supports the accusation of the purely market-industrial compromise in capitalism. In excerpt (v), the collaborative spirit and solidarity are pointed out as virtues that have been losing ground to the “culture of individualism.” The critique calls on people to understand themselves as changemakers and engage in committed capitalism:

(v)

The point is that much of what should be considered a task for human reason, such as the collaborative spirit and solidarity, has lost ground to the culture of individualism. The lack of empathy, of putting yourself in another’s shoes, has distanced us and reduced cooperation, whether in the political field, in the corporate world, or in our daily lives as citizens.

[...] Companies can and should think beyond jobs and taxes and need to propose solutions to social issues because the search for these issues also involves facing their problems. Public authorities, in turn, must be part of this process, and society must exercise its monitoring role. We urgently need to take the lead and stop hiding behind branding and positions. There are no companies, directors, or CEOs. There are people who will define through their actions what companies, directors, CEOs, and society will be like. The decision is in the hands of each one (Calais, December 19, 2018).

Conclusion

In this article, we sought to contribute to the debate on the declared commitment of economic actors to socio-environmental causes and the related changes in contemporary capitalism. Theoretically, we draw on Boltanski and Thévenot's concept of compromise, underscoring the interplay and tensions between value frameworks. The complexity surrounding this commitment, its controversies, and the indetermination and elusiveness of companies' social and environmental achievements motivated us to explore Brazilian newspapers – *O Globo*, *Folha de S. Paulo*, and *Valor Econômico* – to bring to light the moral grounds and devices underlying the interplay of criticisms and defense arguments of CSR, corporate sustainability, and social finance. Thus, we present a pragmatic sociology of critique, the orders of worth they express, and the devices that make up these commitments. Despite the emphasis on moral and normative aspects, we do not deny that an agonistic dimension of power relations is equally relevant to understanding these dynamics. We only reject that the first is reducible to the second. Their integration into a diachronic investigation of the emergence of committed capitalism is a task for future research.

Deconstructing the image of businesses, companies, and financial investments as oriented simply by the accumulation of capital and the private interests, the actors who declare to be committed – through their capitalist activities – to social and environmental causes make explicit the effort to stabilize the compromise among the market, industrial, and civic orders of worth. They reiterate discourses of commitment to responsibilities commonly associated with the third sector, with political and ecological activism, and with the public sector. The first two *cités*, market and industrial, form the core values backing classical economic action. The assimilation of the civic *cité* into the value compromise fosters a shift in the understanding of the role of capitalist companies in society. Boltanski and Chiapello (2005) claim that a civic component was already part of the second spirit of capitalism during a phase of organized capitalism in the 20th century, notably through labor law and collective bargaining agreements. The renewed apology of capitalist enterprise we examined plays down the relation with organized labor – though it does not abandon it altogether – and adds a new layer of commitment with social change, that would be directly promoted by the capitalist firm, also accommodating a market logic.

However, this commitment is constantly challenged, undergoes tests, and is subjected to criticisms internally and externally. Four types of critiques were inferred from the textual corpus: 1) internal critiques, indicating mismatches in socioeco-

conomic devices under the auspices of the market, industrial, and civic compromise; 2) the anti-capitalist or “statist” external critique, which points out the incongruity between the market-industrial composite and the civic worth; 3) the external critique made by traditional capitalism, according to which business action only produces the common good in pursuit of profit; and 4) the committed capitalism’s critique of the traditional capitalism, to mark its differentials, demonstrate its exemplary performance, and to convince and engage non-committed actors.

We believe that the study of controversies about economic arrangements that express a compromise of conflicting principles, notably civic and market ones, can contribute to the understanding of how actors engage in these initiatives and deal pragmatically with criticisms regarding what Boltanski and Chiapello (2009) called the incorporation of critique into a new spirit of capitalism – in order to endure, capitalism assimilates criticisms and includes them as elements of its own agenda, transforming itself from a problem into a solution. Furthermore, it helps us face the indetermination and complexity involved in making sense of these initiatives in contrast to both traditional capitalism and state or collectivist forms of socio-environmental consideration.

References

AGAMBEN, Giorgio. *What is an apparatus? And other essays*. Stanford, CA: Stanford University Press, 2009.

AGÜERO, Felipe. *Business, politics and the surge of corporate social responsibility in Latin America*. *Antropolítica*, n. 18, p. 57-76, 2005.

BARKI, Edgard; RODRIGUES, Juliana; COMINI, Graziella Maria. Negócios de impacto: Um conceito em construção. *Revista de Empreendedorismo e Gestão de Pequenas Empresas*, v. 9, n. 4, p. 477-501, 2020.

BARREIROS, Bruno. *A institucionalização da “sustentabilidade” no espaço empresarial brasileiro: a emergência de uma elite de top managers e a conformação dos neófitos*. Tese (Doutorado em Sociologia Política) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2019.

BARMAN, Emily. *Caring capitalism: the meaning and measure of social value*. New York: Cambridge University Press, 2016.

BESLEY, Timothy; GHATAK, Maitreesh. Retailing public goods: the economics of corporate social responsibility. *Journal of Public Economics*, v. 91, n. 9, p. 1645-1663, 2007.

BOLTANSKI, Luc. *L'amour et la justice comme compétences: trois essais de sociologie de l'action*. Paris: Métailié, 1990.

BOLTANSKI, Luc; THÉVENOT, Laurent. *On justification: economies of worth*. Princeton, NJ: Princeton University Press, 2006 [1991].

_____. *A justificação: sobre as economias da grandeza*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2020 [1991].

BOLTANSKI, Luc; CHIAPELLO, Ève. *O novo espírito do capitalismo*. São Paulo: Martins Fontes, 2009[1999].

BREJNING, Jeanette. *Corporate social responsibility and the Welfare State: the historical and contemporary role of csr in the mixed economy of Welfare*. Farnham: Ashgate, 2012.

CALLON, Michel. Civilizing markets: carbon trading between in vitro and in vivo experiments. *Accounting, Organizations and Society*, v. 34, n. 3-4, p. 535-548, 2009.

_____. An essay on the growing contribution of economic markets to the proliferation of the social. *Theory, Culture & Society*, v. 24, n. 7-8, p. 139-163, 2007.

_____ (Org). *The laws of the market*. Malden, MA: The Editorial Board of the Sociological Review, 1998.

CEFAÏ, Daniel. Públicos, problemas públicos, arenas públicas... O que nos ensina o pragmatismo, Parte 1. *Novos Estudos Cebrap*, v. 36, n. 1, p. 187-213, 2017.

CHATEAURAYNAUD, Francis. *Argumenter dans un champ de forces: essai de balistique sociologique*. Paris: Éditions Petra, 2011.

CHIAPELLO, Ève; GILBERT, Patrick. *Sociologie des outils de gestion: introduction à l'analyse sociale de l'instrumentation de gestion*. Paris: La Découverte, 2013.

DELEUZE, Gilles. Qu'est-ce qu'un dispositif? In: Michel Foucault philosophe. *Rencontre internationale*. Paris, 9, 10, 11 janvier 1988, p. 185-195. Paris: Les Éditions du Seuil, 1989.

DEWEY, John. *The public and its problems*. Athen, OH: Swallow Press, 1991 [1927].

_____. *Logic: the theory of inquiry*. New York: Henry Holt and Company, 1938.

DODIER, Nicolas; BARBOT, Janine. A força dos dispositivos. *Sociedade e Estado*, v. 32, n. 2, p. 487-518, 2017.

GEIGER, Susi; HARRISON, Debbie; KJELLBERG, Hans; MALLARD, Alexandre (Orgs.). *Concerned markets: economic ordering for multiple values*. London: Edward Elgar, 2014.

GODARD, Olivier. De la pluralité des ordres: les problèmes d'environnement et de développement durable à la lumière de la théorie de la justification. *Géographie, Économie, Société*, v. 6, n. 3, p. 303-330, 2004.

GRÜN, Roberto. *Decifra-me ou te devoro: o Brasil e a dominação financeira*. São Paulo: Alameda Casa Editorial, 2015.

HONNETH, Axel. Dissolutions of the social: on the social theory of Luc Boltanski and Laurent Thévenot. *Constellations*, v. 17, n. 3, p. 376-389, 2010.

ISLAM, Gazi. Practitioners as theorists: para-ethnography and the collaborative study of contemporary organizations. *Organizational Research Methods*, v. 18, n. 2, p. 1-21, 2014.

JAISWAL, Anand Kumar. The fortune at the bottom or the middle of the pyramid? *Innovations*, v. 3, n. 1, p. 85-100, 2008.

JAMES, William. *Pragmatism: a new name for some old ways of thinking*. Cambridge, MA: Harvard University Press, 1907.

LAFAYE, Claudette; THÉVENOT, Laurent. Une justification écologique? Conflits dans l'aménagement de la nature. *Revue Française de Sociologie*, v. 34, n. 4, p. 495-524, 1993.

LATOUR, Bruno. Moderniser ou écologiser: à la recherche de la septième cité. *Écologie & Politique: Sciences, Culture, Société*, n. 13, p. 5-27, 1995.

LEMIEUX, Cyril. *Mauvaise presse*. Paris: Métailié, 2000.

MAKEY, John; SISODIA, Rajendra; GEORGE, Bill. *Conscious capitalism: liberating the heroic spirit of business*. Cambridge, MA: Harvard University Press, 2014.

MÉNDEZ RIVAS, Charo ¿Hacia cuáles finalidades se orienta la RSE?. In: GUÉDEZ, Víctor. *La RSE en perspectiva: ideas para su diseño, implantación, desarrollo y evaluación*, p. 41-47. Caracas: Venamcham, 2014.

MORAIS-DA-SILVA, Rodrigo Luiz; NOBRE, Farley Simon; ORSIOLLI, Thálita. Empresas atuantes na base da pirâmide e as suas contribuições para a sustentabilidade: quadro de análise e evidências empíricas. *Cadernos Ebape.BR*, v. 16, n. 2, p. 286-301, 2018.

O'TOOLE, James. *The Enlightened capitalists: cautionary tales of business pioneers who tried to do well by doing good*. New York: Harper Business, 2019.

PEIRCE, Charles S. How to make our ideas clear. In: _____. *The essential Peirce*, v. 1: "Selected philosophical writings, (1867-1893)", p. 124-141. Bloomington, IN: Indiana University Press, 1992 [1878].

PORTER, Michael; KRAMER, Mark. Creating shared value: how to reinvent capitalism – and unleash a wave of innovation and growth. *Harvard Business Review*, *Shared Value*, Jan.-Fev. 2011.

PRAHALAD, C. K.; HART, Stuart. The fortune at the bottom of the pyramid. *Strategy + Business*, n. 26, 2002.

SALES, Samantha. *Empreendimentos exemplares: um estudo sobre a gestão moral dos negócios de impacto*. Dissertação (Mestrado em Sociologia [com concentração em Antropologia]) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2018.

SARTORE, Marina. Da filantropia ao investimento socialmente responsável: novas distinções. *Caderno CRH*, v. 25, n. 66, p. 451-464, 2012.

SOARES, Gianna Maria de Paula. Responsabilidade social corporativa: por uma boa causa!? *RAE eletrônica*, v. 3, n. 2, art. 23, 2004.

SOULE, Sarah. *Contention and corporate social responsibility*. Cambridge, MA: Cambridge University Press, 2009.

SOULE, Sarah; KING, Brayden. Markets, business, and social movements. In: DELLA PORTA, Donatella; DIANI, Mario (Orgs.). *The Oxford Handbook of social movements*, p. 696-708. Oxford, UK: Oxford University Press, 2015.

STARK, David. *The sense of dissonance: accounts of worth in economic life*. Princeton, NJ: Princeton University Press, 2009.

THÉVENOT, Laurent. Economía y sociología de la acción coordinada: racionalidad y normas sociales. In: _____. *La acción en plural: Una Introducción a la sociología pragmática*. Buenos Aires: Siglo Veintiuno, 2016, p. 75-111.

_____. Les investissements de forme. In: _____. *Conventions économiques*, p. 21-71. Paris: Presses Universitaires de France, 1986.

VANDENBERGHE, Frédéric. Metateoria, teoria social, teoria sociológica: prefácio à tradução brasileira. In: _____. *Uma história filosófica da sociologia alemã*. São Paulo: Annablume, 2012.

WEBER, Max. *A ética protestante e o “espírito” do capitalismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2004 [1904].

_____. A “objetividade” do conhecimento na ciência social e na ciência política (1904). In: _____. *Metodologia das ciências sociais*, p. 107-154. São Paulo: Cortez, 2001 [1904].

WERNECK, Alexandre. Obstáculos na “pista livre”: algumas considerações sobre a pragmática dos dispositivos da “Lei do Trânsito” no Rio de Janeiro. *Antropolítica*, n. 50, p. 327-355, 2020.

_____. Sobre a cité hedonista: uma ordem de grandeza baseada no prazer e na alegria. In: CORRÊA, Diogo Silva; CHARTAIN, Laura; CANTU, Rodrigo; LEAL, Sayonara (Orgs.). *Crítica e pragmatismo na sociologia: diálogos entre Brasil e França*, p. 89-116. São Paulo: Annablume, 2018.

_____. *A desculpa: as circunstâncias e a moral das relações sociais*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012.

_____. *O invento de Adão: O papel do ato de dar uma desculpa na manutenção das relações sociais*. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2009.

YUNUS, Muhammad. *Um mundo sem pobreza: a empresa social e o futuro do capitalismo*. São Paulo: Ática, 2008.

Press articles

AMORIM, Máira. A (falta da) ética na pós-graduação. *O Globo*, “Economia”, 24 Jun. 2012.

_____. Cadeia de valores socioambientais cresce preocupação das empresas com seus fornecedores. *O Globo*, “Economia”, 13 Ago. 2013.

ARCOVERDE, Letícia. O capitalista esclarecido faz a coisa certa no longo prazo. *Valor*, “Ensino Executivo”, 7 Jun. 2016.

CALAIS, Claudia Buzzette. Empresas podem e devem procurar soluções para questões sociais. *Folha de S. Paulo*, “Opinião”, 19 Dez. 2018.

COSTA, Daiane. Brasileiro é mais “verde” e incrédulo do que europeus. *O Globo*, “Economia”, 15 Maio 2013.

DESSEN, Márcia. Escândalos envolvendo meio ambiente alertam empresas para adotar ESG. *Folha de S. Paulo*, “Colunas e Blogs”, 2 Ago. 2020.

FAVARETTO, Sonia. O estímulo à adoção de boas práticas no mercado. *Valor*, “Finanças”, 22 Abr. 2016.

FERRASOLI, Dante. Investimento em sustentabilidade é alto, mas retorno sempre compensa: ações responsáveis de pequenos negócios geram economia e facilitam parcerias com grandes empresas. *Folha de S. Paulo*, “MPME”, 22 Set. 2019.

FRIEDMAN, Milton. The social responsibility of business is to increase its profits. *The New York Times*, “Section SM”, p. 12, 13 Set. 1970. Disponível em: <<https://www.nytimes.com/1970/09/13/archives/article-15-no-title.html>>.

GAMA, Mara. Empresas lançam desafio para estimular consumo consciente. *Folha de S. Paulo*, “Mercado”, 13 Mar. 2019.

GUANAES, Nizan. Melhorando a relação: concentração de renda é a serpente por trás dos maiores problemas da humanidade. *Folha de S. Paulo*, “Colunas e Blogs”, 24 Set. 2019.

LEHMANN, Jean-Pierre. Protestos, aqui, ali, em todo lugar. *Valor*, “Opinião”, 2 Jul. 2013.

NERA, Luanda. ABC da RSE: Um glossário com 20 definições para que você possa entender a responsabilidade social empresarial. *Folha de S. Paulo*, “Sinapse”, 25 Jan. 2005.

_____. Os invisíveis. *Folha de S. Paulo*, 28 jun. 2005.

PEREIRA FILHO, Arthur. Empresas adotam responsabilidade social: Corporações estão investindo em novo comportamento na busca do sucesso comercial. *Folha de S. Paulo*, “Dinheiro”, 29 Jun. 1998.

PERRIN, Fernanda. Setor dois e meio lucra com ação social. *Folha de S. Paulo*, “Especial”, 19 Abr. 2015.

SARKOVAS, Yacoff. O ativismo empresarial na política. *Folha de S. Paulo*, “Opinião”, 28 Set. 2018.

SETUBAL, Maria Alice. Desigualdades no cenário pós-pandemia: será preciso olhar sistêmico para políticas sociais. *Folha de S. Paulo*, “Opinião”, 18 Jul. 2020.

THE ECONOMIST. The Birth of Philanthrocapitalism. *The Economist*, “Special Report: Wealth and Philanthropy”, 23 Fev. 2006.

VIALLI, Andrea. Evolução lenta. *Valor*, “Recursos Humanos”, 28 set. 2018.



Instituições sociais: um diálogo entre sociologia de Chicago e filosofia pragmatista*

Recebido: 07.05.21
Aprovado: 21.06.21

Daniel Cefai (<https://orcid.org/0000-0002-3099-5497>),
École des Hautes Études en Sciences Sociales (Ehess), Paris, França¹.

Resumo: Este artigo volta às propostas teóricas de Robert E. Park e William I. Thomas sobre o processo de desorganização/reorganização social e a forma como isso foi tratado em algumas das dissertações de sociologia de Chicago na década de 1920. As instituições sociais eram consideradas organismos vivos que nascem, crescem e morrem e que existem através de suas transações com seus ambientes e através da gênese dessas transações. Os processos básicos desta ecologia de instituições sociais, nas ordens biótica e moral, foram apreendidos com as categorias de competição e seleção, isolamento, invasão e sucessão, cooperação, parasitismo e simbiose, conflito, acomodação e assimilação. As descrições e análises estatísticas e cartográficas tornaram possível dar conta de processos ecológicos de diferenciação funcional e territorial, étnica e racial, distribuição e segregação. Esta primeira etapa, nos anos 1920-1930, ajuda a entender como W. F. Whyte, H. Blumer e E. C. Hughes estudaram o processo de institucionalização de hospitais, empresas, sindicatos, igrejas e organizações de movimentos sociais nos anos 1940-1960. Essa perspectiva ecológica clássica é enriquecida aqui através de seu confronto com a filosofia pragmatista – da qual Park e Thomas eram próximos. As instituições sociais, além de sua base ecológica, são tomadas como campos experimentais e matrizes culturais, que crescem em torno de tentativas de definir e dominar os problemas sociais. As noções tomadas emprestadas a Dewey de razão pública, inteligência coletiva e aprendizagem coletiva pelas comunidades de debatedores, investigadores e experimentadores, entram em jogo. As instituições sociais são acumuladores, condensadores e geradores de experiência, *know-how* e conhecimento: elas empoderam ou desempoderam seus membros ou beneficiários. Tal conjunto de questões nos permite abordar numa nova perspectiva algumas questões de sociologia das organizações.

Palavras-chave: Instituições sociais. Pragmatismo. Interacionismo. Escola de Sociologia de Chicago. Sociologia das organizações.

Social institutions: a dialogue between sociology Chicago and pragmatist philosophy

Abstract: This paper goes back to Robert E. Park and William I. Thomas statements on the process of social disorganization/reorganization and the way this was dealt with in some of the Chicago sociology dissertations in the 1920s. Social institutions were considered to be living organisms which are born, grow and die and which exist through their transactions with their environments and through the genesis of these transactions. The basic processes of this ecology of social institutions, in the biotic and the moral orders, were grasped through the categories of competition and selection, isolation, invasion, and succession, cooperation, parasitism, and symbiosis, conflict,

* Tradução do francês de Diogo Corrêa e Luana Almeida Martins, a quem o autor agradece muito a ajuda.

I. Daniel Cefai é diretor de estudos na Ehess, pesquisador no Centro de Estudo dos Movimentos Sociais (Cems); é cofundador e diretor de redação da revista *Pragmata* (<https://revuepragmata.wordpress.com/les-numeros>). Suas áreas de estudo abarcam a história da sociologia nos Estados Unidos, particularmente a pesquisa de campo (*L'Engagement ethnographique*, Paris: Éditions de l'Ehess, 2010) e a sociologia da ação pública, das mobilizações coletivas e dos problemas públicos, em uma perspectiva pragmatista (*Pourquoi se mobilise-t-on?* Paris: La Découverte, 2007). Criou a Bial de Etnografia da Ehess e pesquisou sobre a questão dos moradores de rua (*L'urgence sociale en action: ethnographie du Samusocial de Paris*. Paris: La Découverte, 2011). Coeditou *Arenas públicas. Por uma*

etnografia da vida associativa (Niterói, RJ: Editora UFF, 2011), *L'Expérience des problèmes publics* (com Cédric Terzi, 2012, *Raisons Pratiques*), e, mais recentemente, *Pragmatisme et sciences sociales: explorations, enquêtes, expérimentations* (*Sociologies*, 2015) e *Problèmes, expériences, publics: une enquête pragmatiste* (*Sociologie et Sociétés*, 2019). <cefaei@ehess.fr>.

accommodation, and assimilation. The statistical and cartographical descriptions and analyses made it possible to account for ecological processes of functional and territorial, ethnic and racial differentiation, distribution and segregation. This first stage, in the 1920-30s, helps to understand how W. F. Whyte, H. Blumer, and E. C. Hughes studied the process of institutionalization of hospitals, firms, unions, churches, and social movement organizations in the 1940s-60s. This classical ecological perspective is enriched here through its confrontation with pragmatist philosophy – Park and Thomas were close to. Institutions, beyond their ecological grounding, are taken as experiential fields and cultural matrices, which grow up around attempts to define and master social problems. The Deweyan notions of public reason, collective intelligence, and collective learning by communities of debaters, investigators, and experimenters, come into play. Social institutions are accumulators, condensers and generators of experience, know-how and knowledge: they empower or disempower the people. Such a set of questions allows us to tackle in a fresh perspective some issues of sociology of organizations.

Keywords: Social Institutions. Pragmatism. Interactionism. Chicago School of Sociology. Sociology of organizations.

O ponto de partida deste artigo é o tipo de ecologia humana que foi inventado por Robert E. Park, Roderick McKenzie e Ernest W. Burgess, no Departamento de Sociologia da Universidade de Chicago, na década de 1920. Park era próximo de William I. Thomas, que o convidou a vir a Chicago e foi o primeiro a analisar processos de organização e desorganização social. Ambos são considerados, dentre outros, inventores dos estudos de campo em sociologia (*field studies*) – especialmente estudos migratórios, raciais e urbanos, nos quais eles e seus alunos produziram inovações, passando de ensaios mais teóricos a estudos de casos empíricos. Ambos tinham fortes conexões com a filosofia pragmatista. Thomas era um amigo próximo de George Herbert Mead e John Dewey e desenvolveu sua concepção de organização e situação social a partir de seu contato com eles. Park frequentou os cursos de Dewey na Universidade de Michigan e de William James em Harvard, antes de se tornar colega de Mead em Chicago. Todos esses autores contribuíram para a fundação de uma perspectiva original sobre as “instituições sociais”, que pode ser encontrada nas teses de doutorado em sociologia dos anos 1920 e 1930. Eles desenvolveram uma visão de “instituições sociais” como processos de diferenciação e de integração funcional, processos que são dependentes dos ambientes em que operam e acontecem e que se recompõem constantemente por meio dos esforços de seus membros para resolver problemas práticos. Essa tradição permaneceu nos ensinamentos e escritos de Herbert Blumer e Everett C. Hughes e foi renovada de diferentes maneiras por seus alunos – Strauss, Becker, Gusfield, Freidson, Goffman... até o *System of professions* de Andrew Abbott (1988), que se baseia neste legado. O texto a seguir propõe uma reconstrução, no sentido de Dewey (1920), de algumas hipóteses seminais dessa sociologia das instituições (Burns 1980). Ele mistura essas hipóteses com os *insights* primeiramente desenvolvidos pela filosofia pragmatista – sobre experimentos sociais, inteligência coletiva, ex-

periência criativa, razão pública, aprendizado evolutivo e empoderamento institucional (Ansell, 2011). Essas hipóteses permearam a sociologia de Chicago – muitas vezes, involuntariamente. Elas apontam na direção de uma *perspectiva ecológica* e *processual* sobre organizações, bem diferentes das versões desenvolvidas pela sociologia das organizações a partir dos anos 1970.

História natural de organização e desorganização

Em primeiro lugar, as instituições são vistas como um momento em um *processo de organização e desorganização* (Cooley 1909; Thomas & Znaniecki 1919-1920). Elas não são tomadas como estruturas, mas sobretudo como processos. A questão da historicidade é crucial no estudo das instituições, de acordo com Thomas ou Park. É preciso explorar a gênese de uma instituição, voltar aos primeiros instantes de sua fundação para entender quais funções desempenhou em seus primórdios, qual necessidade foi correspondida por ela, quais interesses se uniram por meio dela, e quais conflitos ela criou ou resolveu. Em qualquer comunidade, certas soluções compartilhadas são dadas aos problemas: atividades de codefinição, cooperação e comunicação geram respostas comuns a situações problemáticas e, depois, uma série de processos de invenção de hipóteses, experimento recorrente, difusão coletiva, ratificação mútua, às vezes validação política, formas habituais e formalizadas do processo da vida social (*social life-process*) crescem e se estabilizam. Elas são chamadas de “instituições sociais” (Dewey & Tufts, 1932, Parte III; Dewey, 1935; Mead, 1934: 260-273). A sociologia de Chicago acrescentou mais um passo a esta concepção de institucionalização de “habitats” materiais, bem como de “hábitos” – atitudes, maneiras e convenções (Mead, 1934). Park e Burgess (1921) tinham o projeto de capturar os ciclos de vida institucionais e seus estágios típicos de crescimento e declínio. O método que propunham era o de estudar casos específicos, compará-los e tentar abstrair padrões mais gerais de desenvolvimento de um tipo de instituições – com a ambição de descobrir, a longo prazo, as leis universais da gênese das instituições.

Esse processo de institucionalização foi pensado, na esteira de Darwin e Spencer, como uma *história natural das instituições*. Este conceito de história natural, aplicado por Park (1923) à imprensa, por exemplo, ainda estava em uso na sociologia dos problemas sociais (Spector & Kitsuse, 1977) dos anos 1970. Os cientistas sociais tentaram capturar fases estáveis da vida institucional em seu ambiente – hoje, falaríamos de fases homeostáticas de um ecossistema – e reordená-las em sequências. Eles descreveram momentos de crise – os pontos de bifurcação nas carreiras

das instituições (Hughes 1971) – e tentaram entender quais eram os mecanismos, atores e fatores eficazes de mudança. O exemplo prototípico era a seita.

As seitas têm suas origens na agitação social (*social unrest*) a que dão uma direção e expressão em formas e práticas que são em grande parte determinadas pelas circunstâncias históricas; movimentos que a princípio eram impulsos incoerentes e aspirações emergentes gradualmente tomam forma; políticas públicas são definidas, doutrina e dogmas formulados; e eventualmente uma maquinaria administrativa é desenvolvida para efetivar políticas e propósitos (Park & Burgess 1921: 873; Park, 1927).

Qualquer seita *começa como um movimento social* – um “movimento de reforma e regeneração social”. Ela surge, muitas vezes, para protestar contra a injustiça ou para reformar os costumes, antes de passar por uma série de etapas de institucionalização.

Um movimento violento, confuso e desordenado, mas entusiasmado e popular surge. O movimento toma forma; desenvolve liderança, organização; formula doutrinas e dogmas. Finalmente, ele é aceito, estabelecido, legalizado. O movimento morre, mas a instituição permanece (Park & Burgess 1921, 873-874).

Por exemplo, um movimento religioso começará com o florescimento de comportamentos expressivos e o surgimento de profetas ou fanáticos; ele esfriará e passará por uma dinâmica de estabelecimento de rituais e líderes: o movimento se torna uma seita; finalmente, o ocaso do carisma e a despersonalização de cargos levam à substituição de funções legais e burocráticas pela autoridade pessoal: a seita vira instituição. A efervescência coletiva e a pungência dos primeiros dias se perdem – *o movimento social se tornou uma instituição social* (Hughes, 1942; 1962). Esse modelo simples será complexificado, mais tarde, pelos estudantes de Hughes nos anos 1950, quando analisarão a inovação profissional e organizacional como movimento social (Bucher & Strauss, 1961; Strauss et al., 1964).

As instituições e o seu processo de crescimento e implementação

Muitas instituições – justiça, direito, ética – devem tanto romper com os usos e costumes quanto permanecer enraizadas neles. Elas atendem às necessidades e satisfazem os desejos, estabelecem caminhos e controlam hábitos. O livro *Folkways* (1906) de William G. Sumner foi nesse aspecto uma referência importante. Os *Chicagoanos* se basearam no esquema evolutivo proposto no livro, desde os

usos e costumes, para os rituais e as convenções, e, por último, para formas institucionais. As instituições são consideradas, ao mesmo tempo, como processos de crescimento e implementação, *rebolos naturais e iniciativas racionais*, e isso em várias proporções. Elas mantêm um vínculo com a experiência coletiva das comunidades nas quais estão assentadas. Essas comunidades nunca deixam de enfrentar desafios e definir problemas, afirmar valores, lutar em torno de questões, segregar formas organizacionais e culturais – e isso não de forma diferente das formigas ou abelhas, ainda que com uma maior flexibilidade que a permitida pelos instintos – além de projetar propósitos que as instituições assumem (processo de *seleção natural*). Ao mesmo tempo, as instituições são projetadas com o propósito de cumprir funções específicas: elas são autônomas, têm seus próprios hábitos coletivos de fazer e pensar; estabelecem suas próprias agendas de assuntos e se baseiam em seus próprios padrões de solução de problemas, dependendo de sua percepção e valorização de dinâmicas de meios e fins (processo de *seleção racional*) (Ansell, 2011).

Houve, em Chicago, um significado vago da palavra “institucionalização”, que se referia a qualquer processo de coletivização, organização, padronização e formalização de comportamento. O comportamento coletivo, de acordo com Park ou Blumer, pode levar à desorganização – pensemos em manias coletivas (*crazes*) e multidões enlouquecidas (*crowds*) – mas, em muitos casos, ele age como uma força motriz produtora de ordem social, incluindo instituições sociais. A maioria das instituições sociais começa como um movimento social. A política antiálcool de 1920-1933 e as leis e instituições de Proibição, por exemplo, foram o resultado das campanhas de mobilização da Women’s Christian Temperance Union ou da Anti-Saloon League (Gusfield, 1954). O que as pessoas estavam interessadas em Chicago era como essas mobilizações, fluidas no início, tornavam-se cada vez mais complexas e rígidas, formais e impessoais. Observe a contradição entre duas concepções de historicidade:

1. de acordo com uma versão reta da história natural (Park & Burgess, 1921: 16ss), as instituições se desenvolvem de forma definida e previsível, de acordo com uma forma pré-determinada ou entelégia, atualizando processos internos característicos, estágios e mecanismos;
2. de acordo com a versão pragmatista, ao contrário, o processo institucional é imprevisível e indefinido, sua temporalidade é feita de eventos de emergência (Mead, 1932), os atos intencionais que compõem esse surgimento envolvem um exercício da imaginação coletiva e acarretam consequências não antecipáveis.

Além desse significado vago, há um uso mais específico da palavra “instituição” para designar unidades institucionais que se pode identificar e que exibem unidade relativa, auto-organização e autorreflexão. Os dois melhores exemplos na sociologia de Chicago dos anos 1920 foram os estudos de Everett C. Hughes sobre o *Chicago Real Estate Board* (1928-1979) e de Ernest H. Shideler sobre cadeias de lojas em distritos comerciais (1927). Esses dois casos mostram como uma instituição ou um complexo de organizações se auto-organiza por meio de processos de diferenciação e unificação, dissociação e integração que levam à maior complexidade. Isso implica que as instituições não são consideradas apenas como um conjunto inquebrável. O processo de institucionalização é um processo de *diferenciação funcional*, agregação e desagregação, com uma divisão de trabalho e especialização de tarefas entre os seus diferentes “órgãos”, que vai de mãos dadas com a produção de hierarquias, técnicas e políticas, de *superordenação* e *subordinação*. Naturalmente, tal diferenciação funcional gera áreas de *coordenação* e *intermediação*, nas quais a indeterminação favorece atividades de comércio, disputa, investigação, experimentação, tradução, discussão. E isso significa que tais atividades não são apenas processos naturais, mas envolvem um *processo de convencionalização* numa ordem social, moral e política. Podemos tomar de empréstimo a metáfora de Emirbayer e Mische (1998: 968): instituições são “fluxos de eventos aninhados em múltiplos níveis”. Instituições como objetos de estudo nada mais são do que “imagens congeladas” (Strauss, 1993) extraídas de *patchworks*, arranjos e rizomas de processos interligados e histórias entrelaçadas. As instituições não deixam de acontecer, não como eventos naturais discretos tal como na ontologia temporal de Whitehead, mas como complexos de “emaranhados sobrepostos e interpenetrados de sistemas temporais” (Aviles, 2021). O presente institucional, “*passing*”, se estende “na memória e na história, na antecipação e na previsão” (Mead, 1932: 23-24) e se desdobra, aqui e agora, como “momentos” em carreiras fluentes de pessoas e objetos (Becker & Strauss, 1956), arquiteturas complexas de “redes cooperativas” (por exemplo, em Becker (1981), de conexões entre fornecedores, artistas, vendedores, críticos e consumidores de arte), e “segmentos organizacionais” especializados que incorporam diferentes linhas do tempo (por exemplo, em Strauss et al. (1964), sobre instituições e ideologias psiquiátricas).

As instituições enraizadas em ambientes e permeadas com histórias

As instituições são organizações específicas que parecem atuar como unidades ecológicas dotadas de certa autonomia e individualidade que as tornam reconhecíveis — e até mesmo algum tipo de soberania e autoridade sobre seus membros (Dewey, 1891: 172). A metáfora de um órgão que cumpre uma função fisiológica no corpo

social tem, no entanto, seus limites, e isso é ainda mais verdadeiro quando se desce ao nível dos indivíduos tratados como operadores do funcionamento do organismo. ... A divisão do trabalho em organizações humanas não pode ser reduzida à coordenação e à regulação de processos de vida, análoga à complementaridade de mecanismos instintivos observáveis em comunidades de formigas ou abelhas – um ponto que já estava claro para Park. Os sociólogos de Chicago, no entanto, mantiveram essa base biológica em sua ecologia humana – limitando-a à dimensão da competição numa ordem biótica, enquanto os mecanismos de regulação e transformação da competição em processos de conflito, assimilação e acomodação (Park e Burgess, 1921) eram tratados como específicos das sociedades humanas. É um erro tratar os sociólogos de Chicago como porta-vozes do darwinismo social: Park e Thomas e, antes deles, Mead se opuseram fortemente, teórica e politicamente, a qualquer tipo de tese sobre as causas biológicas da pobreza econômica da inferioridade racial.

Vamos agora seguir a intuição de tais autores e considerar essa proposta a partir de uma perspectiva pragmatista. As instituições são organismos assentados em ambientes: suas estruturas, hierarquias, estratégias, interesses e recursos não são examinados *per se*, mas como elementos processuais de uma *teia de vida* (*web of life*). Nela, algumas das formas vivas (*living forms*) encontram e criam seus nichos, desenvolvem relações de solidariedade e lutam com organizações da mesma espécie, e fora dela, com outras cadeias e complexos de formas vivas. Assim, as instituições são como plantas ou animais: nascem, crescem, florescem, murcham e morrem – caso falhem em “adaptar”-se. Elas respondem às dinâmicas de *invasão* e *sucessão*, *competição* e *seleção*, *acomodação* e *dominação*, *cooperação* e *simbiose*. Na esteira da geografia das plantas (Humboldt) e dos animais (Wallace), o trabalho estatístico e cartográfico da sociologia de Chicago teve como objetivo explicar o processo ecológico de diferenciação, distribuição e segregação *funcional* e *territorial*, *étnica* e *racial*. Os pontos nos mapas ou as figuras nos gráficos, que fizeram boa parte da ecologia das instituições sociais de Chicago – por exemplo, a cartografia histórica e a estatística da distribuição no espaço ao longo do tempo das lavanderias, tomadas como organizações empresariais (Siu, 1953) – são indicações de tais processos de vida – por exemplo, de transformação da comunidade chinesa, de sua ocupação de nichos comerciais, de sua relação com outras comunidades, da situação migratória, econômica e demográfica dos chineses. O que as pessoas chamam de sociedades são tais *arranjos ecológicos* nos quais diferentes comunidades de vida se entrelaçam (Lee, 1948), coabitam e competem, crescem mais complexas, lutam entre si, mas não podem viver uma sem a outra. É em tais comunidades de vida que indivíduos e grupos encontram os rumos e os recursos para ganhar a vida e jogar os jogos sociais.

McKenzie (1968) estava ciente de que as instituições são coisas concretas, feitas de “tijolos e argamassa” – usando, então, uma metáfora de alvenaria – que atualizam propósitos e realizam funções, que associam complexos de objetos e *clusters* de pessoas. Follett (1924) indicou que tais “arranjos” materiais não podem ser pensados nem como mera “agregação” de elementos materiais, nem como mero “ajuste” ou “adaptação” às “condições externas”. Eles requerem processos de “*experiência criativa*”, por meio dos quais se desenrolam processos de autogeração, autossustentação, autorrenovação, autoevolução e autorreflexão da vida (Follett, 1924). As instituições, tomadas como o fluxo de transações entre um organismo social e seus ambientes, não são “*assemblages*”, no sentido popularizado pela teoria do ator-rede, e não são mais sistemas de funções aos quais correspondem *status* e papéis específicos. A unidade das instituições, tomadas como comunidades de vida em seu ambiente vivo, é dada como processo de integração entre os diferentes elementos da experiência organizacional, parcialmente feita de “reação circular”, “relação recíproca” e “interações intermináveis” – que geram “sentimentos do grupo”, “vontade do grupo”, “pensamento do grupo” e “consciência do grupo” (Follett, 1918). Não há lugar aqui para desenvolver uma perspectiva tão poderosa – Chris Ansell (2011) propôs algumas hipóteses nessa direção.

O que se pode apontar aqui, também, é o limite da metáfora ecológica: as instituições sociais são diferentes das comunidades vegetais ou animais. Elas são permeadas por todo tipo de “quadros” (*frames*) ou “roteiros” (*scripts*) – são feitas de um nexo de narrativas em curso (*ongoing stories*). A concepção de uma história natural é, portanto, superada: ela dá lugar a uma ecologia histórica e cultural. As instituições sociais experimentam a sua temporalidade enquanto se projetam em cenários a respeito do futuro e reconstroem a sua história passada (Mead, 1932). Elas são representadas por líderes tais como porta-vozes no palco, líderes que emergem da dinâmica institucional de integração e se apresentam em nome da própria instituição que representam (Follett, 1918). Elas precisam de muita fala para descrever e avaliar as situações que seus membros devem controlar para lidar com seus fins, meios e valores, e para tornar possível o ato de fazer coisas em conjunto (*doing things together*). As atividades de elaboração de estratégias, coordenação de uns com os outros, análise de situações problemáticas, garantia de procedimentos e decisões, e relato de resultados incluem necessariamente momentos de “produção de sentido” (*sense-making*) – para falar como Weick (1995). As instituições percebem a si mesmas por meio de diferentes narrativas. Uma delas é a ecológica. Outra narrativa comum encena as condições de guerra: de acordo com a *metáfora da estratégia*, instituições dão ordens para marchar, atacam concorrentes, recrutam membros, disciplinam as tropas, financiam campanhas, lançam operações, montam armadilhas, lutam por seu território, esmagam o inimigo e reclamam a vitória

(Weick, 1979: 49). Essa metáfora da estratégia é com frequência combinada com uma *metáfora econômica*: as instituições checam a relação entre custos e benefícios, visam a um equilíbrio entre ganhos e perdas, poupam seus lucros, buscam o negócio mais lucrativo... e com uma *metáfora da engenharia*: as instituições são feitas de peças como motores e precisam ser tão racionais, isto é, tão eficazes quanto possível. Essas são várias histórias por meio das quais os membros das instituições organizam sua experiência coletiva. Depois de um processo de naturalização, essas tramas são tomadas como a própria realidade. Mas não se deve perder de vista essa dimensão crucial do processo de ordenação: *o enredamento de experiências, ações e situações, projetos e identidades em narrativas* (Ricoeur, 1984). O processo coletivo de coprodução de instituições sociais, em parte consciente, em parte inconsciente, envolve séries temporais de sequências de definição e resolução de problemas, que permitem a coemergência e a coconstituição de instituições e ambientes (o que Bentley e Dewey (1949) chamam de “transações”). Essa dinâmica ecológica, por intermédio da qual as instituições sociais emergem, atingem objetivos ou materializam valores, ideias e ideais, pode ser percebida por meio de diferentes lentes – tais como máquinas de guerra, motores bem afinados ou negócios altamente lucrativos, ou como organismos vivos em seus ambientes ecológicos.

As instituições como campos de experiência e matrizes culturais

As instituições têm uma função muito importante na formação dos “campos de experiência” (Mead, 1934: 138 e 155) de seus membros, nos quais eles sentem, percebem, avaliam, escolhem, agem e falam: a gama de questões que eles podem pensar e discutir, a gama de atividades e interações nas quais podem se envolver, dependem do que é permitido por seus “campos de experiência”. Esses “campos de experiência” organizam nossa vida privada e comum em “habitats experienciais” (Mead, 1934: 90). Nas transações entre as instituições e seus ambientes são estabelecidos hábitos, procedimentos concretos e práticas convencionais. Os animais humanos moldam seus habitats (Mead, 1934: 349ss) e desenvolvem o que poderíamos chamar, seguindo Park (1936), de *ecologias culturais, morais e políticas*. Por um lado, eles fazem brotar os contextos de significados, símbolos e ferramentas, nos quais eles vivem: eles fazem os campos de experiência e os universos de discurso que os fazem – parafraseando a famosa frase de Marx sobre a história. Eles estão enredados nas múltiplas teias de significados que teceram, entrelaçadas umas nas outras, mas diferenciadas em casulos específicos; as configurações de suas experiências concretas são “inelutavelmente locais, indivisíveis de seus instrumentos e seus encaixes” (Geertz, 1983: 4). Por outro lado, animais humanos têm liberdade suficiente para tentar “controlar conscientemente” as forças ambientais às quais

estão submetidos e para reorientá-las por meio da ação. A ecologia humana pode não ser completamente modelada pela ecologia vegetal e animal – “não suficientemente abrangente para incluir todos os elementos que logicamente se enquadram no âmbito da ecologia humana” (McKenzie, 1924: 287-88). A capacidade do ser humano em moldar seu próprio ambiente, sua “capacidade de contornar e adaptar o ambiente às [suas] necessidades”, de se mover e procurar novos habitats, escolher e modificar as condições de sua vida, é fundamental e vital.

Assim, as instituições não são o resultado de mera luta pela vida e sobrevivência dos mais aptos: elas são *campos de experiência e matrizes culturais*.

Ao falar de “cultura”, nos referimos aos entendimentos convencionais, manifestos em atos e artefatos que caracterizam as sociedades. A “compreensão” são os significados relacionados a atos e objetos. Os significados são convencionais e, portanto, culturais, na medida em que se tornaram típicos para os membros dessa sociedade por causa da intercomunicação entre os membros (Redfield, 1941: 132-33).

Os membros da instituição, líderes e seguidores, clientes e beneficiários vivem em ambientes culturais nos quais e através dos quais inventam e descobrem o sentido das situações. Eles moldam campos de experiência, pessoais e coletivos, em suas transações com seus ambientes. Eles herdam certas configurações de agência cognitiva e normativa que perpetuam ao performá-las e, ao mesmo tempo, transformam esses repertórios de argumentos e narrativas, assim como de fatos e artefatos, projetando novos objetivos no futuro. “A experiência é a *dynamo station*” ou a geradora (*power-house*) dos pensamentos, valores e ideais, em particular da vontade, das crenças e dos hábitos coletivos (Follett, 1924: 85 e 133). A experiência é a base (*homebase*) na qual diferentes correntes da história organizacional convergem, fundem-se e geram discontinuidades, articulando novas arquiteturas de significado e exigindo novos esforços da práxis, de interpretação e aprendizagem sociais. Ela é o intervalo situado espaço-temporalmente a partir do qual crescem e são extraídos novos horizontes de memória e projetos.

Às vezes, quando as situações se tornam “problemáticas”, as pessoas têm que definir “o que está acontecendo aqui”. Elas discutem, criticam, denunciam, reivindicam – uma atividade coletiva é muitas vezes relacionada à cristalização de novos interesses em torno das linhas de frente, e muitas vezes está relacionada a desafios de direito e de justiça, de liberdade e de equidade. Elas entram em conflitos em torno de questões (*issues*), que precisam definir e controlar. Os movimentos sociais organizados e as instituições de políticas públicas são cruciais para fazer eco

a esses problemas e preocupações, dando-lhes uma forma pública, compreensível e aceitável para o público, seus dirigentes e a imprensa, enquadrando visões de mundo, canalizando emoções coletivas, formulando explicações e interpretações, atribuindo causas e responsabilidades, moldando interesses e identidades. Eles estabelecem o que está em jogo nos conflitos, pontos retóricos em controvérsias ou apostas em jogos estratégicos – articulam uma democracia centrada em torno de situações problemáticas (*problem-centered democracy*) (Ansell, 2011). Eles esclarecem as operações de avaliação que ainda estavam confusas e as conectam com outras lutas ou casos anteriores. Eles desdobram repertórios interpretativos e normativos e, com base no aprendizado social anterior, identificam novos problemas, inventam novas hipóteses, submetem-nos a novos testes e projetam novas soluções na esfera pública. As culturas organizacionais e as culturas públicas crescem graças ao exercício da imaginação coletiva, quando as pessoas enfrentam novos desafios. Uma boa parte deste crescimento se deve a processos de discussão, investigação e experimentação sobre questões factuais ou normativas (Follett, 1924; Lindeman, 1924; Dewey, 1927). E é somente após momentos de turbulência e crise que as organizações alcançam novos estados de relativa estabilidade – isto é, uma validação consensual de perspectivas comuns e de entendimentos comuns sobre expectativas mútuas (“comum” implica aqui uma redução da equivocidade e da discórdia – Weick (1979) –, mas não significa “desprovido de conflito”).

Instituições, estrutura formal e informal

Dentro das organizações, uma *estrutura informal* se desdobra abaixo de fluxogramas, regras legais e cargos formais. Isso tem uma consequência metodológica: as instituições só podem ser exploradas por meio de um detalhado trabalho de campo, entrevistas em profundidade e densa investigação documental. A maior parte dos projetos de pesquisa, baseados em *surveys* quantitativos ou em uma única entrevista com líderes organizacionais passam ao largo da questão. Esse ponto foi crucial nos ensinamentos de Park e Hughes... Seus alunos estavam fazendo trabalho de campo a fim de se tornarem *insiders* e obterem acesso aos bastidores das instituições – tornarem-se capazes de observar o que estava acontecendo fora do palco e, às vezes, secretamente. Eles tinham que contornar o trabalho de gestão de impressões (Goffman, 1959) por equipes de *insiders* a fim de controlar as facetas públicas das instituições diante do público externo. Diferentemente de Parsons e Merton, os sociólogos de Chicago não estavam interessados em organizações de elites de alto nível, como associações profissionais de advogados e médicos, astutos em projetarem imagens de si mesmos por meio de estratégias de comunicação. Eles também estudaram organizações ocupacionais mais humildes como escolas públicas, sindicatos de funcionários técnicos, departamentos de enfermagem em

hospitais, comparando as últimas como as primeiras. Além disso, eles não prestaram atenção apenas às organizações formais. Em uma microperspectiva, a pessoa “atua segundo um cargo (*office*)” (Cooley, 1909): ela tem que se comprometer com um objetivo comum e seguir as regras e procedimentos estabelecidos com o objetivo de ser um membro ratificado da instituição. Um cargo é um “conjunto padronizado de deveres e privilégios que recaem sobre uma pessoa em certas situações definidas” (Hughes, 1937). Mas ao fato de uma pessoa ocupar um cargo, determinado pela atribuição de uma função e pelas prescrições explícitas a ela relacionadas, soma-se o fato de que esta pessoa também ocupa um lugar numa ordem moral, na qual os padrões de exigência em relação a qualidades morais, autoridade, ou confiabilidade, por exemplo, não são os mesmos que os dados nas descrições de cargos do organograma. Espera-se que a pessoa “assuma os fardos e desfrute as honras do cargo”, em conformidade com um determinado conjunto de direitos e obrigações que circunscrevem seu papel institucional – oficial e informal. Mas ela nunca se funde com os cargos que ocupa. Apenas uma parte do seu *self* é oficial, uma vez que ela mantém uma vida externa – como membro de uma família, um clã, uma classe, uma casta, uma raça, um gênero, como veterano, ativista... E até mesmo o seu *Self* oficial pode ter de fazer avaliações e tomar decisões que não são programadas nem pelo papel típico nem pelo cargo padronizado que ele performa. Os membros das instituições sociais têm uma capacidade de “distanciamento do papel” (Goffman, 1961), graças à qual olham a si mesmos atuando, e são dotados de autonomia. Mesmo em organizações com funcionamento fluido e bem azeitado, espera-se que não sejam meras engrenagens, e que, às vezes, discordem das regras ou das políticas. Isso traz indeterminação no processo organizacional.

Após a Segunda Guerra Mundial, a investigação inspirada por Hughes, bem como por Warner e Whyte, começou no Departamento de Sociologia da Universidade de Chicago a se concentrar em circuitos de cooperação informal ou hierarquias de autoridade, em grandes departamentos de lojas, fábricas ou burocracias, abaixo da encenação de fluxogramas oficiais. Do topo (Dalton, 1949) à base (Roy, 1952) das organizações, pesquisadores de campo descreveram como os membros se organizam em bandos e turmas informais, inventam seus próprios esquemas de cooperação, desenvolvem uma multiplicidade de microculturas, nunca param de criar soluções que reforçam repertórios de rotinas coletivas (Dewey, 1922) e, inevitavelmente, contornam as regras quando as coisas deixam de funcionar. De um ponto de vista coletivo, a organização formal vive através dessa constante invenção de novas maneiras de fazer e de fazer-juntos em escritórios e oficinas, do desdobramento concreto de novas relações entre gerentes e funcionários, e do reajuste da estrutura de autoridade por meio de pressões tácitas e negociações coletivas. A dinâmica ecológica não é apenas externa, mas interna à organização: ela continua-

mente estabelece novos ambientes de experiência e de ação para seus membros. A organização gera seu próprio ambiente. A perspectiva de Chicago era, portanto, diferente da perspectiva funcionalista. Ela levava em consideração como os membros e beneficiários das instituições definem as situações com as quais eles chegam a um acordo, e como a organização de sua experiência está relacionada a atividades situadas. Cada processo de *identificação e resolução de problemas* envolve um certo tipo de seleção de competências, recursos, papéis e objetivos integrados em uma determinada configuração de *dialética fins-meios*. Os fluxogramas são apenas capturas instantâneas de estruturas em fluxo e de cenários em movimento (Strauss et al., 1964). As instituições se fazem por meio dessa atividade coletiva contínua de autointegração criativa de seus ambientes externos e internos em permanente mudança.

Instituições do Estado, inteligência coletiva e razão pública

Mencionamos anteriormente o papel da imaginação coletiva na constituição de organizações abertas que, como “sociedades abertas”, são capazes de autorreflexão, autointerrogação e auto-organização. De acordo com os pragmatistas, as instituições sociais são dotadas de uma *inteligência coletiva* (Dewey et al., 1917) e de uma *aprendizagem coletiva* (Argyris & Schön, 1978; Ansell 2011). Assim como os indivíduos podem abandonar o seu regime habitual – costumes, crenças e opiniões aos quais estão habituados – e adotar uma atitude exploratória, as instituições são capazes de sair de suas rotinas e caminhar na direção de processos de investigação, experimentação e discussão (Follett, 1918; 1924; Dewey, 1922; Mead, 1934). Essa capacidade de criar soluções ou de inventar melhorias frequentemente vem de “minorias ativas”, que abalam o conformismo da maioria e desenvolvem inovações – pequenas mudanças, que estão mais ou menos silenciosamente integradas às rotinas do dia a dia, ou alternativas maiores, que podem levar à formação de movimentos sociais dentro do ambiente organizacional e, no caso de situações de bloqueio, incentivar estratégias de voz ou saída (Hirschman, 1970); por exemplo, seitas que rompem com igrejas (Park & Burgess 1921) ou escolas alternativas que rompem com o sistema estatal (Spector & Kitsuse, 1977). A imaginação coletiva, por perturbar hábitos e interesses já consolidados, gera conflitos de poder, que podem ser sobredeterminados por variáveis étnicas, de classe, ou de gênero, ou mais simplesmente, pela rotação de gerações (Gusfield, 1954). De uma forma menos dramática, as instituições sociais são capazes de uma inteligência coletiva na medida em que podem monitorar a si mesmas. Elas têm uma “*autonomia organizacional*” – conceito que pode ser construído com base nos comentários de Eliot Freidson (1970) sobre a “autonomia profissional” dos médicos. Elas têm um poder

de autorregulação e de autogoverno, elas controlam a situação dos membros e lidam com conflitos entre eles, elas valorizam a qualidade das ações executadas em seus nomes, elas tomam decisões sobre seus investimentos e compromissos, e, a fim de implementá-los, elas mobilizam seus circuitos de cooperação e cadeias de comando. Essa “autonomia organizacional” tem outra dimensão. As instituições podem diagnosticar seus problemas, identificar suas causas e razões e transformar suas comunidades de praticantes em *comunidades de investigadores, experimentadores, intérpretes e debatedores* (Gross, 2009; Ansell, 2011; Hernes, 2014; Lorino, 2018). Elas evoluem por meio dessa atividade coletiva de pensamento reflexivo, observação, testagem, medição, conhecimento, julgamento, registro, arquivamento e remediação de seus membros.

Isso nos leva, incidentalmente, à concepção de “público” de John Dewey (1927). Confrontados com uma situação problemática, indivíduos, grupos e organizações param de sentir, agir, pensar e julgar como estão acostumados e fazem investigações e experimentos juntos, discutem novos fatos e hipóteses. Essa inteligência coletiva, escreve Dewey, é “organizada”. Ela é *equipada* com todos os tipos de instrumentalidades e *distribuída* em várias instituições – em primeiro lugar, organizações não governamentais, universidades de ensino superior, sindicatos, movimentos sociais, agências cívicas, meios de comunicação de massa e assim por diante. Essa contínua razão pública é diferente de um mero processo de acomodação e de transigência, ou do uso da força e dominação: ela está embutida na *dinâmica ecológica da investigação pública, experimentação e discussão* que gera novos ambientes de vida, e provoca uma rearticulação da política, da legislação e da administração. Os públicos renovam o Estado. Park (1929: 1193), em sua avaliação de “Public and its problems” de Dewey (1927), aprova essa “abordagem naturalística do Estado”: trata-se de uma tentativa de descrever o Estado de forma realista como um *affaire en cours*, um empreendimento concreto, em andamento, enfrentando todos os tipos de problemas práticos, “em vez de uma abstração filosófica definida em termos legais e normativos”. O Estado é o produto emergente da vontade pública. Ele incorpora alguns dos desejos, crenças, interesses, ideias morais e valores políticos que ganharam alcance público no processo de constituição de problemas públicos. *O processo de institucionalização* está no cerne da transição do público para o Estado – por meio de métodos de *experimental design* e *problem-solving*, incorporados às políticas públicas – de Campbell (1969) a Chisholm (1995) e Ansell (2011). Lembrem-se dos conselhos de democracia participativa brasileiros. Claro, as agências de governo e de administração têm sua própria lógica e dinâmica, são projetados e fundados por atos de instituição e seu crescimento depende principalmente do tipo de problemas que encontram e resolvem, de acordo com sua própria racionalidade. Elas têm que cumprir as leis, obedecer às decisões do governo e da

burocracia de alto nível, seguir regras e rotinas específicas e estar o mais alinhadas possível com suas performances anteriores. Esse processo autopoiético – tomando emprestado este conceito da descrição por Maturana e Varela da “organização circular de sistemas vivos”, bastante alinhado com a tese de Follett sobre “reação circular” – da administração do Estado, fechado sobre si mesmo, está paradoxalmente acoplado, pelo menos em um regime democrático, a um requisito de responsividade às necessidades e às reivindicações dos cidadãos. As agências do Estado têm de respeitar algumas das manifestações da vontade popular. Elas têm de negociar e intermediar interesses organizados em conflito, registrar no corpo das leis o progresso dos costumes conforme reclamado pelas organizações cívicas, ouvir os porta-vozes de movimentos sociais ou grupos de interesse e estar abertas às propostas e deliberações civis. Esse é um dilema básico entre a eficiência e autoridade estatal e a criatividade e o senso de liberdade, direito e justiça do público. Algumas vezes, no período do pós-Primeira Guerra Mundial, tempo de duras críticas à transcendência e soberania do Estado, os pragmatistas foram tentados pela redução de sua autonomia. Eles queriam fazer do Estado uma expressão “verdadeira” ou “real” da vontade pública – o Estado tinha que se confundir com o público, nada além disso (Follett, 1918; Dewey, 1927) –, pavimentando o caminho para uma democracia participativa na qual as investigações, experimentos e discussões dos cidadãos seriam a fonte viva das instituições estatais. Mais especificamente, isso significa que uma “competição cooperativa” deve existir entre públicos organizados, especialistas e representantes. Pessoas em cargos eletivos, peritos ou funcionários dentro das instituições do Estado devem ser receptivas às consultas e às petições, às reclamações e, por vezes, aos clamores e às iras do público, tendo em conta as questões levantadas pelos conflitos, e devem abrir espaço para a participação cívica, por meio de uma gama de mecanismos de consulta, deliberação e representação. Essas instituições estatais devem contribuir para a organização da experiência pública, isto é, para a definição dos problemas públicos e a configuração dos conflitos públicos, garantindo o Estado de direito e impedindo o domínio esmagador de megagrupos de interesse. Mas em nenhum caso, eles podem suplantam e substituir os públicos.

Instituições e capacidades: empoderamento e desempoderamento

Aqui, mais uma ligação entre a sociologia de Chicago e a filosofia pragmatista pode ser notada e enfatizada. As instituições sociais – por exemplo, assentamentos sociais: Addams (1899) ou Mead (1907-1908) – são *acumuladoras, condensadoras e geradoras de experiência, de know-how e de conhecimento*. Elas contribuem para construir ecologias favoráveis e para aumentar as capacidades de seus membros e, além disso, do público. Em uma “sociedade autoconsciente” (Mead, 1934: 259),

elas fomentam a inteligência coletiva, fornecem às pessoas ferramentas de discussão, investigação ou experimentação que as ajudam a encontrarem o seu caminho. Elas promovem a igualdade de oportunidades por meio da educação, redistribuindo raros recursos, ou trazendo novas carreiras. Podem também, no sentido oposto, impedir as pessoas de pensar e agir, moldar hábitos conservadores, espalhando propaganda ou fabricando consentimento. Elas obstruem seu poder de agir. Elas dificultam qualquer tentativa de fazer as coisas andarem. As instituições podem ser fontes de opressão ou de emancipação (Mead, 1934: 262). Elas podem impor estereótipos e bloquear a inovação. Sua “rígida e inflexível não progressividade esmaga ou anula a individualidade, ou desencoraja quaisquer expressões distintas ou originais de pensamento e de comportamento”. Elas podem, ao mesmo tempo, encorajar o amadurecimento de personalidades e incentivar o exercício coletivo da imaginação, proporcionar “muito espaço para originalidade, flexibilidade e variedade” das condutas (Mead, 1934) e deixar brotar novas ideias e dar vida a novos ideais. Entretanto, elas sempre têm um papel crucial nos campos de experiência e ação coletivas. Elas são os pilares do mundo comum e os pivôs e os vetores de uma *ecologia das capacidades*.

Muito cedo, Dewey, desde 1891, apresentou fortes hipóteses sobre “capabilidades”. Contra uma concepção demasiadamente psicológica ou cognitivista das capacidades, ele propôs distinguir duas dimensões da “individualidade”. Por um lado, ela significa especial disposição, temperamento, dons, propensão ou inclinação; por outro, significa situação, ambiente, limitações, recursos, constrangimentos, oportunidades. “Ou, digamos, significa *capacidade específica e ambiente específico*” (Dewey, 1891: 97). O exercício de suas capacidades depende das condições ecológicas, incluindo arranjos sociais, legais e políticos que fornecem suporte, ativos, orientação, incentivos... por meio dos quais o poder de agir se torna realidade. Essas condições ecológicas não existem objetivamente, mas apenas como um “ambiente *prático ou moral*” (Dewey, 1891: 99), definido e controlado por indivíduos socializados, em ação e em situação. E Dewey insistiu na função das instituições “morais” e “políticas” (família, igreja, escola, cidade...) (Dewey, 1891: 169ss) por meio das quais as pessoas encontram necessidades e fins comuns e se envolvem em “modos de ação cooperativa”. “Essas instituições são moralidade [ouçam *Sittlichkeit*], real e objetiva; o indivíduo torna-se moral à medida que compartilha desse mundo moral e assume o devido lugar nele”. Essas práticas “expressões de propósitos e ideias comuns” são “vontade e razão públicas” (Dewey, 1891: 170), escreveu Dewey. Em *Human nature and conduct* (Dewey, 1922), ele enfatizou o poder da liberdade em ação – contra uma metafísica liberdade de escolha (Dewey, 1922: 303). A liberdade inclui “eficiência na ação, capacidade de realizar planos, a ausência de obstáculos impeditivos e restritivos”, “a capacidade de variar planos, de mudar o

curso de ação, de experimentar novidades” e, por último, “o poder do desejo e da escolha para ser determinante nos eventos”. A ação requer que a organização seja eficaz, mas a “superorganização” pode ser um obstáculo à liberdade. Ao mesmo tempo, “não há liberdade efetiva ou objetiva sem organização”: não temos liberdade sem costumes civis, instituições sociais, arranjos materiais, bem como modelos formais e leis públicas para nos guiarem. As instituições são “hábitos corporificados” (Dewey, 1922: 108) que podem “petrificar e se rigidificar” (Dewey, 1922: 102), mas que também possibilitam a “plasticidade” e a “criatividade” da ação individual e coletiva (Joas, 1996). Elas fornecem condições concretas para garantir a continuidade e a estabilidade, ao longo do tempo, dos mundos da vida (*life-worlds*), além de exercitar a imaginação e a inteligência coletivas. As instituições organizam a potência ou a impotência da ação. Portanto, não há mundo social (Dewey, 1927) sem agências que impulsionam, coordenam, pilotam, regulam, registram, refletem, reúnem, pressionam, comunicam, representam, reivindicam, negociam e comprometem. Não há vida coletiva livre de tal ecologia de organizações.

Constelações de instituições: setores funcionais, mundos sociais e arenas públicas

A sociologia de Chicago tem sido frequentemente criticada por seu interesse exclusivo por organizações de comunidades locais, mas esta visão questionável obscurece o fato de que, em muitos estudos, as instituições foram tomadas como nós num fluxo de recursos, dinheiro, pessoas, tecnologias, em escala nacional ou mundial. A ecologia das instituições não era necessariamente paroquial. Em muitos aspectos, antecipou os estudos atuais em *etnografia global*. A escala relevante de observação e de análise depende da extensão espacial e temporal das transações entre as instituições e seus ambientes. Isso já era verdade na década de 1920: organizações de migrantes (Thomas & Znaniecki, 1919-1920; Park & Miller, 1921), cadeias de lojas (Shideler, 1927) ou “sistemas de plantation colonial” (Thompson, 1932) já foram estudados em correlação com fluxos econômicos, demográficos e tecnológicos em torno da orla do Pacífico ou entre o Velho e o Novo Mundo. McKenzie, já em 1927, ofereceu uma fotografia panorâmica da economia mundial e suas relações de dominação; Andrew Lind (1938) e Clarence Glick (1938) escreveram ecologias históricas de assentamentos de migrantes, hierarquias de *status*, mercados de trabalho ou mudanças urbanas, estudando o caso de Havaí como foco de processos internacionais. Thomas e Znaniecki (1919-1920) conectaram as pequenas associações polonesas que descreveram em Chicago com os movimentos demográficos de pessoas entre os Estados Unidos e a Europa Oriental e descreveram *transplantes transnacionais* de redes sociais, organizações comunitárias e formas culturais.

Mais especificamente, Hughes escreveu que as comunidades são feitas de “constelações de instituições” em transações entre si. O que é que são essas constelações? As instituições geralmente se agrupam em setores funcionais, muitas vezes situados em áreas urbanas, como no modelo concêntrico de zoneamento de Burgess, no qual compartilham interesses comuns. Elas podem entrar em relações ecológicas de isolamento, simbiose, cruzamento ou predação, mas são orientadas pelos mesmos motivos para os mesmos objetivos. Enormes conglomerados de empresas ou profissões se reúnem, tomam conhecimento e lutam por seus interesses comuns e, além do processo de competição, aliam-se para defendê-los nas negociações com os adversários. No espaço urbano, crescem os distritos de negócios, as zonas industriais ou comerciais, muitas vezes por razões fiscais e legais, mas também para tirar vantagens dos benefícios de estar no mesmo local e de partilhar infraestruturas e serviços.

Mas a constelação de instituições pode tomar outra forma. Como Dewey ou Park demonstraram, instituições também se agrupam em arenas organizacionais em torno de preocupações comuns, mas que também são contestadas como, por exemplo, no caso dos problemas sociais que elas tentam examinar, determinar e dominar (Cefaï 2017). Nesse caso, elas entram em relações de complementaridade e hostilidade, cooperação e competição em suas tentativas para controlar e resolver situações problemáticas. Quando estas passam a ser percebidas como assuntos de interesse público, várias instituições formam o que Park (1929) e Dewey (1927) chamam de público: diferentes associações lutam em torno de definições e valorações do bem público, buscam soluções práticas, recrutam organizações econômicas, cívicas e religiosas, competem por recursos ou clientelas, propõem esquemas de ação pública, sensibilizam segmentos da administração, partidos e sindicatos e geram fóruns de posições argumentativas. Como visto anteriormente, por meio de novos processos de institucionalização, elas, às vezes, criam novos cargos públicos e novas agências governamentais.

Constelações, mundos, redes, setores ou arenas: os processos ecológicos sustentam a morfodinâmica da vida social e política. Eles ajudam a entender como o mercado ou o Estado, ou o que hoje é chamado de terceiro setor, se desenvolvem, se enraízam, criam nichos, disponibilizam novos bens e serviços, trazem para a existência novas organizações de recursos, de pessoal, de interesses e de valores. Como eles lutam, se dividem, se fundem, se espalham, colonizam, incorporam, abrem falência ou, em outra linha metafórica, brotam, desabroçam, florescem, cruzam, polinizam, murcham e morrem. As instituições estão no centro do processo político. Elas dão vértebras às dinâmicas de problematização e “publicização” por meio do qual novos problemas públicos emergem e novas ações públicas são implementadas.

Elas são fundamentos cruciais para a esfera pública, bem como operadoras para canalizar as energias públicas, para transformá-las em campos de experiência e contextos de ação, e para preservar, reinventar e cultivar o interesse público. Não há espaço para desenvolver aqui este ponto, mas a teoria do “público” de Dewey, baseada em processos de associação, comunicação e cooperação, poderia se tornar empiricamente mais convincente se levasse em consideração essa coreografia de transações entre instituições e de instituições com seus ambientes.

Conclusão

A perspectiva ecológica nos estudos sobre organizações foi redescoberta nos Estados Unidos nos anos 1960-1970, embora de uma forma muito mais macrossociológica, formal e econômica, por meio do legado de Amos Hawley (1950), que substituiu Roderick McKenzie em Ann Arbor, na Universidade do Michigan. Essa ecologia das organizações de Michigan, ironicamente, voltou à Universidade de Chicago nos anos 1960, com Mayer Zald e Morris Janowitz. De alguma forma, eles foram herdeiros da sociologia de Chicago dos anos 1920, ainda que despojados de sua base biológica e espacial. Hawley partiu em 1966 para Chapel Hill, Universidade da Carolina do Norte, onde treinou John Freeman e Michael Hannan (1977), autores de *The population ecology of organizations* – uma versão bem diferente da perspectiva de Chicago. Junto-me a Andrew Abbott (2009) quando encontra sua inspiração nessa primeira onda da sociologia de Chicago e defende esse modelo ecológico e processual. Esse modelo ainda tem virtudes – talvez agora mais do que nunca. As instituições, sejam elas públicas ou privadas, vivem em ambientes que “flutuam constantemente e estrategicamente” e suas respectivas “ecologias ligadas” (*linked ecologies*) vêm a ressoar umas nas outras (Abbott, 2005). A resposta delas parece ser a de:

desmontar e remontar o que em meados do século XX teríamos chamado de “organização”, vendendo-a, carregando-a com dívidas, pilhando-a, amalgamando-a, desmontando-a, e assim por diante. Tudo isso com o objetivo de reduzir os custos da força de trabalho, ou economizar impostos, ou transferir lucros para outros países, ou desistir das obrigações de aposentadoria, ou alcançar retornos tecnológicos em escala, ou o que quer que seja (Abbott, 2009: 419).

O mesmo é verdade, a meu ver, se considerarmos o fato de que as políticas públicas não são mais de cima para baixo, mas envolvem todo tipo de coletivos, associações, organizações, instituições... governamentais e não governamentais, emergentes ou bem estabelecidas, na coprodução de ações público-privadas, em configurações

complexas de cooperação competitiva que a ecologia humana está mais apta a entender do que qualquer modelo funcionalista ou culturalista. A visão de organizações, empresas ou burocracias bem integradas e estabelecidas, que prevaleceu desde os anos 1940 até os anos 1960, está desatualizada. Novas hipóteses, baseadas na teoria dos mundos sociais, nos estudos científicos e tecnológicos (STS), na sociologia cultural, e no neoinstitucionalismo cresceram. A perspectiva de Chicago de uma dinâmica processual e ecológica das instituições, em ambientes em mudança, tem um forte potencial para ampliar e aprofundar estas tentativas.

Referências

ABBOTT, Andrew. Organizations and the Chicago School. In: *The Oxford handbook of sociology and organization studies: classical foundations*, p. 399-420. Oxford, UK: Oxford University Press, 2009.

_____. Linked ecologies: States and universities as environment for professions. *Sociological Theory*, v. 23, n. 3, p. 245-274, 2005.

_____. *The system of professions: an essay on the division of expert labor*. Chicago, IL: The University of Chicago Press, 1988.

ADDAMS, John. A function of the social settlement. *Annals of the American Academy of Political and Social Science*, v. 13, p. 33-55, 1899.

ANSELL, Christopher. *Pragmatist democracy: evolutionary learning as public philosophy*. Oxford, UK: Oxford University Press, 2011.

ARGYRIS Chris; SCHÖN Donald. *Organizational learning: a theory of action perspective*. Reading, MA: Addison-Wesley, 1978.

AVILES N. B. Pragmatism and social worlds analysis as a lens for studying meso-level processes in STS. In: GROSS, N.; REED, I.; WINSHIP, C. (Orgs.). *The New Pragmatist Sociology: Inquiry, Agency, and Democracy*. New York: Columbia University Press, 2021 (forthcoming).

BECKER, Howard S. *Art worlds*. Berkeley, CA: University of California Press, 1981.

BECKER, Howard S.; STRAUSS, Anselm. Careers, personality, and adult socialization. *American Journal of Sociology*, v. 62, n. 3, p. 253-263, 1956.

BLUMER, Herbert. Collective behavior. In: Lee, A. M. (Ed.). *Principles of sociology*, p. 67-121. New York: Barnes & Noble, 1951 [1939].

BOLTON, Herbert Eugene. The mission as a frontier institution in the Spanish-American colonies. *The American Historical Review*, v. 23, n. 1, p. 42-61, 1917.

BUCHER, Rue; STRAUSS, Anselm. Professions in process. *American Journal of Sociology*, v. 66, n. 4, p. 325-334, 1961.

BURGESS, Ernest W. The growth of the city: an introduction to a research project. In: PARK, R. E.; BURGESS, E.; MCKENZIE, R. D. *The city*. Chicago, IL: University of Chicago Press, 1925.

BURNS L. R. The Chicago School and the study of organizational-environment relations. *Journal of the History of the Behavioral Sciences*, v. 16, p. 342-358. 1980.

CAMPBELL, Donald T. Reforms as experiments. *American Psychologist*, v. 24, p. 409-429, 1969.

CEFAÏ, Daniel. Públicos, problemas públicos, arenas públicas... O que nos ensina o pragmatismo. *Cadernos Cebrap*, Part 1, v. 36, n. 1, p. 187-213, 2017.

_____. Públicos, problemas públicos, arenas públicas... O que nos ensina o pragmatismo. *Cadernos Cebrap*, Part 2, v. 36, n. 2, p. 129-142, 2017.

CHISHOLM, Donald. Problem solving and institutional design. *Journal of Public Administration Research and Theory*, v. 5, n. 4, p. 451-491, 1995.

COOLEY, Charles Horton. *Social organization: a study of the larger mind* (Caps. XX-VIII-XXX). New York: Charles Scribner's Sons, 1909.

DALTON, Melville O. *A study of informal organization among the managers of an industrial plant*. PhD Sociology, University of Chicago, 1949.

DEWEY, John. *Outlines of a critical theory of ethics, in the early works, 1882-1898*, Carbondale & Edwardsville, Southern Illinois University Press, v. 3., 1969 [1891].

_____. *Logic: the theory of inquiry*. New York: Henry Holt and Company, 1938.

_____. *Liberalism and social action*. New York: G. P. Putnam, 1935.

_____. *The public and its problems*. New York: Henry Holt, 1927.

_____. *Human nature and conduct: an introduction to social psychology*. New York: Henry Holt, 1922.

_____. *Reconstruction in philosophy*. New York: Henry Holt & Co, 1920.

DEWEY, John; TUFTS, James Hayden. *Ethics*. New York: Henry Holt, 1932.

DEWEY, John; MOORE, Addison W.; BROWN, Harold Chapman; MEAD, George H.; BODE, Boyd H.; STUART, Henry Waldgrave; TUFTS, James Hayden; KALLEN, Horace M. *Creative intelligence: essays in the pragmatic attitude*. New York: Henry Holt and Co., 1917.

EMIRBAYER, Mustafa; MISCHE, Ann. What is agency? *American Journal of Sociology*, v. 103, n. 4, p. 962-1023, 1998.

FOLLETT, Mary Parker. *Dynamic administration: the collected papers of Mary Parker Follett*. New York: Harper & Brothers Publishers, 1942.

_____. *Creative experience*. New York: Longman, 1924.

_____. *The new state: group organization, the solution of popular government*. New York: Longmans, Green and Co., 1918.

FREEMAN, John; HANNAN, Michael. The population ecology of organizations. *American Journal of Sociology*, v. 82, n. 5, p. 929-964, 1977.

FREIDSON, Eliot. *Profession of medicine*. New York: Harper & Row, 1970.

GEERTZ, Clifford. *Local knowledge*. New York: Basic Books, 1983.

GLICK, Clarence E. *The Chinese migrant in Hawaii: a study in accommodation*. Ph.D. Sociology, University of Chicago, 1938.

GOFFMAN, Erving. *Encounters: two studies in the sociology of interaction*. Indianapolis, IN: Bobbs-Merrill 1961.

_____. *The presentation of self in everyday life*. Chicago, IL: The Free Press, 1959.

GROSS, Matthias. Collaborative experiments: Jane Addams, Hull House and experimental social work. *Social Science Information*, v. 48, n. 1, p. 81-95, 2009.

GUSFIELD, Joseph R. *Organizational change: a study of the Woman's Christian Temperance Union*. PhD Sociology, University of Chicago, 1954.

HANNAN, Michael T.; FREEMAN John. The population ecology of organizations. *American Journal of Sociology*, v. 82, n. 5, p. 929-964, 1977.

HAWLEY, Amos H. *Human ecology: a theory of community structure*. New York: Ronald Press, 1950.

HERNES, Tor. *A process theory of organization*. Oxford, UK: Oxford University Press, 2014.

HIRSCHMAN, Albert O. *Exit, voice, loyalty*. Cambridge, MA: Harvard University Press, 1970.

HUGHES, Everett Cherrington. *The growth of an institution: the Chicago Real Estate Board*. Chicago, IL: The University of Chicago Press, 1928-1979.

_____. Cycles, turning points, and careers. In: RIESMAN, D.; BECKER, H. (Orgs). *The sociological eye: selected papers on institutions & race*, p. 124-133. Chicago, IL; New York: Aldine-Atherton, 1971.

_____. Going concerns: the study of American institutions. In: RIESMAN, D.; BECKER, H. (Orgs). *The sociological eye: selected papers on institutions & race*, p. 52-64. Chicago, IL; New York: Aldine-Atherton, 1971.

_____. Disorganization and reorganization. *Human Organization*, v. 21, n. 2, p. 154-161, 1962.

_____. *French-Canada in transition*. Chicago, IL: University of Chicago Press, 1943.

_____. The study of institutions. *Social Forces*, v. 20, n. 3, p. 307-310, 1942.

_____. Institutions. In: PARK, R. E. (Ed.). *An outline of the principles of sociology*. New York: Barnes and Nobles, 1939 (reed. A. M. Lee, New Outline, 1946).

_____. Institutional office and the person. *American Journal of Sociology*, v. 43, p. 404-413, 1937.

_____. The ecological aspects of institutions. *American Sociological Review*, v. 1, n. 2, p. 180-192, 1936.

JOAS, Ernst Troeltsch. *The creativity of action*. Chicago, IL: University of Chicago Press, 1996.

LEE, Rose Hum. *The growth and decline of Chinese communities in the Rocky Mountain Region*. PhD Sociology, University of Chicago, 1948.

LIND, Andrew W. *An island community: ecological succession in Hawaii*. Chicago, IL: University of Chicago Press, 1938.

LINDEMAN, Eduard C. *Social discovery: an approach to the study of functional groups*. New York: Republic Publishing Company, 1924.

LORINO, Philippe. *Pragmatism and organization studies*. Oxford, UK: Oxford University Press, 2018.

MCKENZIE, Roderick D. *Roderick D. McKenzie on human ecology*. HAWLEY, A. H. (Ed.). Chicago, IL: The University of Chicago Press, 1968.

The concept of dominance and world-organization. *American Journal of Sociology*, v. 33, n. 1, p. 28-42, 1927.

_____. The ecological approach to the study of the human community. *American Journal of Sociology*, v. 30, n. 3, p. 287-301, 1924.

MEAD, George Herbert. *Mind, self, and society, from the standpoint of a social behaviorist*. Chicago, IL: University of Chicago, 1934.

_____. *The philosophy of the present*. London: The Open Court Company, 1932.

_____. *The social settlement: its basis and function*. Chicago, IL: University of Chicago Record, 1907-1908.

PARK, Robert Ezra. Readings in public opinion: its formation and control. *American Journal of Sociology*, v. 34, n. 6, p. 1192-1194, 1929.

_____. Human nature and collective behavior. *American Journal of Sociology*, v. 32, n. 5, p. 695-703, 1927.

_____. The natural history of the newspaper. *American Journal of Sociology*, v. 29, n. 3, p. 273-289, 1923.

PARK, Robert Ezra; BURGESS, Ernest W. *Introduction to the science of sociology*. Chicago, IL: University of Chicago Press, 1921.

PARK, Robert Ezra; MILLER, Herbert Adolphus, (& THOMAS, W. I.). *Old world traits transplanted*, Cap. 6: "Immigrant institutions". New York: Henry Holt, 1921.

PEIRCE, Charles Sanders. How to make our ideas clear. *Popular Science Monthly*, v. 12, p. 286-302, 1878.

REDFIELD, Robert. *The folk culture of Yucatán*. Chicago, IL: University of Chicago Press, 1941.

_____. *Tepoztlán, a Mexican village: a study in folk life*. Chicago, IL: University of Chicago Press, 1930.

RICŒUR, Paul. *Temps et récit*, v. 1. Paris: Les Éditions du Seuil, 1984.

ROY, Donald. *Restriction of output by machine operators in a piecework machine shop: a preliminary analysis*. PhD Sociology, University of Chicago, 1952.

SHIDELER, Ernest Hugh. *The chain store: a study of the ecological organization of a modern city*. PhD Sociology and Anthropology, University of Chicago, 1927.

SIU, Paul. *The Chinese laundryman: a study in social isolation*. PhD Sociology, University of Chicago, 1953.

SPECTOR, Malcolm; KITSUSE, John. *Constructing social problems*. Hawthorne, NY: Aldine de Gruyter, 1977.

STRAUSS, Anselm. *Continual permutations of action*. New York: Aldine de Gruyter, 1993.

STRAUSS, Anselm; SCHATZMAN, Leonard; BUCHER, Rue; EHRLICH, Danuta; SABSHIN Melvin. *Psychiatric ideologies and institutions*. New York: Free Press, 1964.

SUMNER, William Graham. *Folkways: a study of the sociological importance of usages, manners, customs, mores, and morals*. Boston, MA: Ginn and Co, 1906.

THOMAS, William I. The province of social psychology. *American Journal of Sociology*, v. 10, p. 445-455, 1905.

THOMAS, William I.; ZNANIECKI, Florian. *The Polish peasant in Europe and America*, v. 1 and 2. New York: Octagon, 1919-1920.

THOMPSON, Edgar Tristram. *The plantation*. PhD Sociology, University of Chicago, 1932.

WEICK, Karl E. *Sensemaking in organizations*. London: Sage, 1995.

_____. *The social psychology of organizing*. New York: McGraw-Hill, 1979.



Transitar no habitar e habitar transitando: nos rastros da experiência criativa de um pintor abstrato residente no Pisão^I

Recebido: 30.03.21
Aprovado: 02.06.21

José Manuel Resende (<https://orcid.org/0000-0002-7233-2237>),
Universidade de Évora, Évora, Portugal^{II}.

José Maria Carvalho (<https://orcid.org/0000-0002-1479-2155>),
Universidade de Évora, Évora, Portugal^{III}.

Resumo: Tendo por fito a atividade de pintura abstrata de um residente numa instituição de apoio social, ensaiamos uma leitura a partir de uma pesquisa etnográfica de pendor pragmático-fenomenológico em curso que enfatiza a centralidade dos efeitos de temporalização na coordenação da ação situada. A experiência criativa inerente ao curso da ação da pintura requer que os atores que nela se envolvem se sincronizem e orientem, pelo que nos propomos identificar e descrever a pluralidade de temporalidades que pautam a pintura, bem como a malha de operações corporais, gestuais, objetais e discursivas que as imbricam.

Palavras-chave: Temporalidade. Situação. Criação artística. Sociologia pragmatista. Pisão.

*Flowing in dwelling and dwelling in flowing:
tracking the creative experience of an
abstract painter resident of Pisão*

Abstract: *Contemplating the abstract painting process of a resident in a social care institution, we propose a reading based on an ongoing ethnographic research with a pragmatic-phenomenological approach that emphasizes the centrality of the temporalization effects in the coordination of the situated action. The creative experience inherent in the course of the action of painting requires that the actors involved in it synchronize and orient themselves, so we propose to identify and describe the plurality of temporalities that guide the painting process, as well as the mesh of bodily, gestural, objectual and discursive operations that overlap them.*

Keywords: *Temporality. Situation. Artistic creation. Pragmatist sociology. Pisão.*

I. Pesquisa financiada por:



II. José Manuel Resende é professor catedrático de sociologia da Universidade de Évora, Évora, Portugal.
<josemenator@gmail.com>.

III. José Maria Carvalho é doutorando em sociologia na Universidade de Évora, Évora, Portugal.
<carvalhoze10@hotmail.com>.

1. A reflexão proposta no presente texto insere-se no trabalho de pesquisa que se tem vindo a desenvolver no âmbito de um projeto de doutoramento em sociologia, apostado em compreender a experiência criativa artística e as suas modalidades de (re) subjetivação junto de populações portadoras de vulnerabilidades várias em contexto institucional. O projeto ainda se encontra em curso, pelo que as leituras analíticas dispostas devem ter isso mesmo em conta, não podendo ser tomadas como resultados finais. Elas são, todavia, robustecidas por variadas outras entradas que, por economia de espaço, não puderam constar do texto e que são fruto de uma etnografia intensiva que leva cerca de cinco meses (já descontadas as interrupções devido à pandemia). No texto garante-se o anonimato dos participantes do estudo, nomeadamente pelo emprego de nomes fictícios. Nota ainda de agradecimento à Fundação para a Ciência e Tecnologia (FCT), entidade financiadora da pesquisa (referência de bolsa: 2020.07755.BD), ao Centro de Apoio Social do Pisão (Casp), instituição que acolhe a mesma

A partir do Pisão: explorar as experiências criativas situadas dos seus residentes¹

A atividade artística, nos seus mais variados ramos, é promovida em inúmeras instituições que trabalham junto de populações em contextos de vulnerabilidade e, em particular, com indivíduos portadores de patologia psiquiátrica. Se esta constatação se vê acompanhada pelo recente aumento de literatura científica em áreas do saber adstritas às mais diversas práticas clínicas e psicoterapêuticas, da arteterapia, em sentido estrito, à psicologia clínica, passando pelas ciências médicas, como a psiquiatria, até à própria arte, o mesmo não se verifica na sociologia. O nosso intuito, longe de se deter na averiguação dos motivos desta lacuna, é explorá-la, trazendo à liça uma série de questões que os fazeres artísticos colocam para aquele que se apresente com o objetivo de compreender a experiência criativa de um ponto de vista sociológico.

Para tanto, no âmbito de um projeto de doutoramento, temos vindo a levar a cabo uma pesquisa etnográfica que acompanha as atividades artísticas desenvolvidas no Centro de Apoio Social do Pisão (doravante, “Casp”), instituição situada no concelho de Cascais (região metropolitana de Lisboa), pertencente ao Instituto da Segurança Social e gerida pela Santa Casa da Misericórdia. Com cerca de 350 residentes adultos/as em regime de internamento devido a patologia psiquiátrica (entre as quais predomina o quadro psicótico esquizofrénico) e/ou *deficit* cognitivo, o Casp acolhe, pois, uma população em situação de franca vulnerabilidade, em muitos casos agravada por dificuldades de cariz socioeconómico, requerendo apoios básicos de subsistência e de saúde. Além de visar assegurar as necessidades elementares de alimentação e higiene à sua população residente e de lhe disponibilizar os cuidados clínicos e farmacológicos adequados, o Casp tem igualmente por objetivo zelar pelo seu equilíbrio bio-psico-social, favorecer os sentimentos de segurança, autoestima, autonomia e individualidade, assim como promover a sua reabilitação e reinserção na comunidade, quando possível. Uma das apostas do Casp com vista à prossecução destes desígnios é o desenvolvimento de *ateliers* de terapia ocupacional e artística. Debruçar-nos-emos sobre a prática da pintura, à qual se dedica, uma vez por semana, um grupo nunca superior a dez residentes, durante sensivelmente uma hora e meia a duas horas, e particularmente ao trabalho de um residente, Leopoldo, pintor abstrato.

Orientados no quadro das sociologias pragmatistas, propomo-nos estudar a experiência criativa artística. É nossa convicção que elas contêm aportes significativos, ao mesmo tempo que salvaguardar alguns dos inquestionáveis contributos da Teoria Ator-Rede (doravante, “ANT”), aprofundar outros tantos e até responder a algu-

mas das suas insuficiências. Por isso mesmo, pese embora tratando-se aqui de um texto iminentemente analítico e arrimado em dados provenientes da pesquisa empírica, não nos inibiremos de, sempre que pertinente, lançar a discussão no quadro teórico das tradições que movem o presente dossier.

e aos seus residentes e funcionários que nos acolheram com hospitalidade impar.

Declarar que se tem as situações concretas em que a ação se desenrola por unidade de análise tornou-se vulgar, muitas vezes ao preço de adotar irrefletidamente o conceito de *situação*. Neste texto, por isso, considerando que a ação é irremediavelmente situada, procuraremos elucidar a relação entre a (inter)ação e a situação. Se é verdade que uma das conquistas da ANT é precisamente a de superar em definitivo a aceção *regional* (Mol & Law, 1994) da situação, demonstrando em inúmeros trabalhos que esta transcende um espaço-tempo recortado por determinações respetivamente euclidianas e cronológicas, alargando-a num espaço *reticular* e assim tornando frívola a discussão sociológica do par micro-macro e local-global em termos dualistas, não é menos verdade que ela não leva até às últimas consequências esta rutura, preservando uma determinação extensiva da situação.

Tal segue-se, a nosso ver, da sua abordagem deficitária à temporalidade, conforme já apontado por Theodore Schatzki (2010) ou Tim Ingold (2011). Como desejamos mostrar, a exploração das temporalidades na sua variedade e pluralidade composicional é uma via profícua para compreender as situações, na medida em que a ação nunca é uma unidade discreta, mas a própria transação com o meio ambiente, que inclui atividade e passividade, onde o organismo se faz sujeito pelo mesmo movimento em que o ambiente se torna meio potencial (da ação), um afetando e sendo afetado pelo outro (Dewey, 2008).

Se é uma *sequência* (Ogien, 2014), e não uma unidade, se ela está sempre em curso, não sendo delimitável *a priori*, então segue-se que a ação (*i*) contém inexoravelmente uma densidade temporal (Colapietro, 2013): é linha, não ponto, o que significa que se caracteriza essencialmente pelo seu “rasto” (no próprio agente, no outro e no meio ambiente), isto é, pela possibilidade do passado e do futuro, sem a qual a ação não seria mais do que a resposta a um estímulo. Além disso, sendo em primeiro lugar uma questão de transação, a ação (*ii*) é fundamentalmente situada. Fundamentalmente, pois que a situação não é propriamente um repositório externo da ação, mas sim um seu termo indissociável, já que é no mesmo processo em que o organismo deixa de responder a estímulos para agir que o meio ambiente passa a ser uma situação (Quéré & Schoch, 1998). É na articulação destas duas linhas indissociáveis que a experiência se cose. A situação é o *todo qualitativo* (Dewey, 2008) que confere sentido à presença humana, que fornece apoios afetivos e cognitivos à ação, mas também uma atmosfera habitável onde simplesmente se

pode estar. E é esta dimensão experiencial, segundo a qual a situação é um modo de durar intensivo e qualitativo, que faz dela um meio ecológico, mais do que uma rede (Ingold, 2000; 2011), de onde uma abordagem pragmático-fenomenológica.

A coordenação situada da ação passa, pois, inelutavelmente pela necessidade de ajustes temporais, residindo assim numa dimensão afetiva, rítmica, corporal, abaixo das convenções (Bidet, 2007; Brahy, 2014; Breviglieri, 2016). Nesta senda, recorreremos a algumas entradas do diário de campo (doravante, “DC”) respeitantes a situações diretamente presenciadas pelo pesquisador em três sessões de pintura (22 de maio de 2020, 5 de junho de 2020 e 12 de junho de 2020) para identificar, descrever e compreender as diferentes temporalidades em jogo nas mesmas, bem como caracterizar as sequências de ação das quais elas provêm. Veremos que a temporalidade institucional que delimita a sessão de pintura é insuficiente para compreender a sua prática e experiência, sendo necessário seguir as linhas temporais que lhes são imanentes e as modulam, rastreando a presença e as práticas dos vários participantes, objetos e discursos, todos eles geradores de efeitos de temporalização que tornam a situação criativa artística porosa e/ou imune a certas sequências de ação, que lhe conferem linhas de continuidade e sedimentação, mas igualmente de fratura.

Caso de estudo: breve caracterização

Salvo imponderáveis, o *atelier* de pintura do Casp decorre com uma frequência semanal, em dia, sala e horário predefinidos. As sessões são dinamizadas e supervisionadas por uma monitora, sempre a mesma, responsável pela atividade, secundada por mais um ou dois monitores, que podem variar. Em tese, participam os residentes que estejam formalmente inscritos na atividade, pese embora a monitora responsável nunca rejeite a presença daqueles que, não estando inscritos, pontualmente, mostrem o desejo de (experimentar) pintar, desde que a sala afetada tenha ainda espaço suficiente para os acolher. Tudo somado, a sessão raramente excede os dez participantes.

Nesta simples descrição procurámos, tanto quanto possível, salientar os traços institucionais gerais que delimitam a atividade em causa. Evidentemente, não seria despidendo aprofundar a caracterização do local das atividades, os códigos deontológico e de conduta dos monitores, o nível de autonomia dos pintores ou os objetos e materiais que intervêm na atividade. Todavia, repare-se como não foi necessário abandonar o grau de generalidade descritiva adotado para perceber que é logo nele que se começa a revelar a sua insuficiência. Desde logo porque numa

instituição com o volume e a densidade populacional aludidos (ao que acresce cerca de 150 funcionários) os imponderáveis referidos, sem beliscar a sua imponderabilidade, fazem parte do dia a dia, obrigando, não raras vezes, a alterar o local da sessão e até as próprias atividades levadas a cabo (se bem que sempre ligadas ao ramo da pintura); também porque, como se viu, o grupo de participantes, com exceção de um núcleo de cinco ou seis residentes, varia, assim como os monitores auxiliares. A incerteza e ambiguidade que as determinações institucionais visam apaziguar são inerentes à situação, pelo que é nossa convicção que a descrição que a mesma exige tem que ir para lá da identificação e caracterização do local, horário e participantes (humanos e não humanos). Estes formatos, mais ou menos cristalizados e, nessa medida, participando efetivamente na ordenação da situação, não são negligenciáveis, porém, somente adquirem sentido (logo, função e eficácia) quando reenviados para as situações em que os atores, face a problemas e anseios concretos, coordenam o curso da ação e modalizam o seu envolvimento na mesma.

*Leopoldo no ambiente do atelier:
os usos dos saberes situados e a composição do seu curso*

Partindo da seguinte entrada do DC, procuremos deslindar, tendo a dimensão temporal da (situ)ação como *leitmotiv*, a sua natureza composicional e plural, para que destarte possamos acompanhar a experiência criativa artística, no caso pictórica, mais do que *já* constituída e qualificada, no fazer-se que lhe é próprio, isto é, no seu *ter lugar*:

Um dos residentes recém-chegados à sessão, Leopoldo, dirige-se ao seu lugar, onde os seus materiais de trabalho (paleta, caixa com os tubos de tinta, tela, pincéis) se encontram organizados especificamente para si. Mal se senta, com a tela em branco à sua frente, questiona a monitora se é ele que coloca as tintas na paleta. Neste processo, acabo por intervir, perguntando-lhe se vai iniciar uma tela nova. Ele responde-me que sim. Acrescenta ainda que, na sua pintura, “não parte de nenhuma imagem”, que se trata de “pintura abstrata”, que “demora cerca de duas a três horas a terminar” cada tela e que já expôs os seus trabalhos, alguns dos quais, inclusive, foram vendidos (DC, 22 Maio 2020).

Antes de mais, cabe-nos informar que as três sessões aqui evocadas através das anotações diarísticas decorreram num espaço partilhado com outras atividades ocupacionais de cariz mais oficial ou ocupacional. A sala deve, assim, ser questionada e relativizada quanto à sua capacidade heurística: ela mostra-se, enquanto unidade, insuficiente para circunscrever espacialmente a atividade pictórica, reve-

lando-se no seu lugar uma *topografia afetiva-cognitiva* complexa e mista (Breviglieri, 2012), denotada, de resto, na distribuição espacial dos residentes. É notório que os pintores se localizam a um canto da sala, reunidos em torno de duas mesas que ocupam talvez cerca de um quarto da sua dimensão total, as quais se encontram previamente arranjadas e equipadas pela monitora responsável em função de cada um dos residentes participantes e do respetivo grau de autonomia. Se os monitores circulam ao longo de toda a sala, os residentes raramente saem dos lugares afetados aos seus trabalhos, a não ser para a habitual interrupção a meio da sessão ou para ir à casa de banho. Tanto assim é que Leopoldo sabe *imediatamente* para onde se deve dirigir, reconhecendo, logo à entrada, o local onde o seu trabalho decorrerá, seja pela presença dos seus colegas de atividade no local apropriado, seja pelos materiais depositados em cima da mesa. Chegado à sala, Leopoldo detém um saber tácito e prático que o faz *perceber* a sala, não como um todo indiferenciado ou uniforme, mas como uma paisagem dotada de certas *preensões e referências* que ancoram as atividades (Chateauraynaud, 2017; Gibson, 1986; Ingold, 2000), matizando a sala, tornando-a passível de orientação.

Segue-se que devemos, em primeiro lugar, evitar subsumir esta diversidade de espacialidades e temporalidades numa unidade empírica que rasuraria as suas diferenças, assim obnubilando o acesso às particularidades da experiência pictórica. Contrariamente, rastreamos os traços de *significância* (no seu duplo sentido de significado e valor) tatuadores de relevos que demarcam regiões atmosféricas distintas numa mesma sala, mas que longe de serem incomunicáveis, se descobrem ao mesmo tempo ligadas por canais de passagem, mas na verdade frequentemente colocados à prova. É neste quadro que a multiplicidade de efeitos de temporalização e o modo como uns e outros se costuram na prática, abrindo assim a situação a distintos modos de *durar*, são o fito da presente análise.

Sem embargo da aparente facilidade e automatismo com que Leopoldo se dirigiu para a mesa da pintura, rapidamente nos apercebemos que não devemos incorrer no engodo de tratar aquilo que denominámos *atmosferas*, para enfatizar o seu carácter poroso e afetivo (Bidet, 2007), como espaços de determinação de disposições para agir. Aliás, talvez se nos imponha um parêntesis para efeitos de clarificação terminológica: aquilo que estamos a designar por atmosfera talvez seja, na verdade, apenas outro termo para epitetar o todo qualitativo que é a situação; não podemos sabê-lo com segurança, visto ser esta, justamente, aquilo que perseguimos. Talvez venhamos a ver na situação um movimento de ordenação *mise en abyme* da ação, o substrato, precisamente, da sua serialidade, sempre se (re)fazendo. Em todo o caso, o que podemos adiantar por ora é que toda a situação comporta um certo *tónus* afetivo que, por ter uma qualidade perfeitamente individualizada (embora

não sendo nem subjetiva, nem objetiva), mas cujo aparecimento fenomenológico é difuso e vago, chamamos atmosfera (Gil, 2001).

Ora, a facilidade em reconhecer a sua região da sala e de para ela se encaminhar corresponde a uma temporalidade serena, fluída porque isenta de perturbações, onde o espaço é aquilo que o povoa prolonga o corpo que nele se move, fornecendo um conjunto de apoios – práticos e cognitivos – que reasseguram Leopoldo (Breviglieri, 2012; Thévenot, 2001). Mas a dúvida logo se insinua, interpondo-se sob a forma de interpelação verbal: quem é o responsável por colocar as tintas na paleta? E com ela uma outra temporalidade. Leopoldo, por momentos, ignora o passo seguinte e, por conseguinte, a adequabilidade da conduta a assumir torna-se problemática: deve ele tomar a iniciativa ou deve aguardar pela monitora? Esta dúvida atrela a incerteza, a tensão, por mais ligeiras que sejam.

*...na passagem dos tempos situados –
buscas futuras titubeantes*

Como se passou de uma temporalidade a outra e qual a natureza dessa passagem? Devemos, segundo pensamos, afastar a hipótese de uma simples substituição. Por um lado, a temporalidade não se presta à *análise, stricto sensu*, ou seja, à operação que decompõe a organicidade e sequencialidade da ação em componentes ontologicamente distintas para depois, juntando-as mecanicamente, recompor a unidade (Dewey, 2008; Mead, 2010). Por outro lado, do ponto de vista empírico, o simples facto de Leopoldo (se auto-)interrogar vincula-o à situação, não só porque a própria dúvida só surge sob o fundo de um quadro de inteligibilidade minimamente estabilizado (Thévenot, 2019), estando sempre, desde o seu surgimento, já investida por este, mas também porque a pergunta, na medida em que é verbalmente formulada, solicita uma resposta, seja ela qual for, isto é, a reposição de uma temporalidade serena.

Então, somos tentados a ver nesta passagem, não tanto a troca de uma temporalidade por outra, quanto uma *bifurcação* onde o novo caminho traçado arrasta o anterior como seu avesso. Uma e outra acham-se enlaçadas, girando sobre si mesmas conforme a solidez dos traços de significância e as circunstâncias. É o que Laurent Thévenot (2019), do nosso ponto de vista acertadamente, indica a respeito da noção de *engajamento*: este não existe sem a promessa que abre um futuro em função do qual a ação se coordena e orienta. *Deixar-se cair para o futuro*, sem o que não se age, requer um mínimo de segurança, providenciada por processos de *investimento em formas* (Thévenot, 1984), os quais, ao mesmo tempo que sedimentam e facilitam o curso da ação, inevitavelmente sacrificam outras possibi-

lidades de formatar. Assim, à fluidez e previsibilidade de um espaço confortável junta-se, como seu avesso insinuante e sempre à espreita, a dúvida, a incerteza, a *outra* possibilidade, e vice-versa.

Se esperamos ter esclarecido a relação entre as duas temporalidades, mostrando que a situação, conforme a entendemos, longe de ser um bloco monolítico, é iminentemente temporal, na medida em que dura, e durar é mudar, sabemos, contudo, que ficou por descrever esse momento-limite em que uma temporalidade se vê abalada por uma outra que a *toma* e desvia. Esse momento, na ocasião a que nos reportamos, parece-nos ser aquele em que Leopoldo e a tela-em-branco se encontram. Por encontro não nos referimos à mera presença da tela em branco no campo visual-percetivo de Leopoldo, mas ao momento em que aquela é o objeto intencionado deste. Como se sabe e se verá adiante, os objetos temporalizam (Law, 2002) por vias materiais e simbólicas.

O caso da tela-em-branco é especialmente curioso. É que como o seu conteúdo é a sua forma (superfície lisa, quadrangular ou retangular, branca), um identificando-se irremediavelmente com o outro, tem-se que ao mesmo tempo que a tela-em-branco nada diz (é a-significante) fala enquanto *apelo* ao fazer (a uma determinação externa que a venha completar e conferir sentido). Ela é, nesta aceção, o mais recalcitrante dos objetos, fixando Leopoldo a um presente insuperável (que só a irrupção do *signo*, em toda a amplitude que Charles S. Peirce (1998) lhe confere, desbloquearia), e simultaneamente o mais simbólico, na medida em que, não detendo margens de significação definidas, clama não tanto por este ou aquele símbolo específico quanto pelo ato de inscrição em si, fundamento da simbolização. Não deixa de ser sintomático que Leopoldo nos diga, ainda nessa mesma sessão, que “não pensa em nada à partida”, ou que utilize o verbo *sair* para explicar como lhe surgem os traços que ele depõe na tela (“os riscos saem-me naturalmente da cabeça” (DC, 22 Maio 2020). Neste apelo, Leopoldo não pode deixar de ser *arrancado* ao presente para se *lançar* no futuro – de onde, a irrupção da formulação verbal da pergunta, da possibilidade do diálogo, demandando projetar-se; de onde, a centralidade da “imaginação” no seu ato de pintar, e não tanto da “imitação”, como também ainda nessa sessão nos declara. Já nos encontramos em condições, portanto, de identificar uma peculiaridade da experiência criativa em questão: a tela-em-branco gera um choque que tensiona a passagem do *chegar* ao *permanecer* na situação, o que significa que, contrariamente à larga maioria das experiências quotidianas, é *no* e *pelo* estado de incerteza e inquietude que Leopoldo nela se instala.

A este acresce um outro dado considerável. Quando Leopoldo nos refere que já expôs e vendeu telas, fá-lo num tom orgulhoso e brioso que aponta para a im-

portância na experiência criativa da abertura de um *horizonte de reconhecimento* público. Repare-se:

Enquanto Leopoldo pinta, entra na sala uma funcionária do Casp que, caminhando até junto da monitora que acompanhava as atividades, entabula conversa com esta. A conversa desenrola-se sensivelmente a um metro de Leopoldo. Este mantém o foco no trabalho que por ora o prende, mas dá-se conta, com um breve e rápido olhar, da sua presença. A certa altura essa mesma funcionária recém-chegada dirige-se diretamente a Leopoldo, saudando-o e perguntando-lhe se está tudo bem. Leopoldo interrompe o trabalho, sorridente, retribuindo a saudação. Quando perguntado se o trabalho corre bem, responde que sim, apontando com a mão, ato contínuo, para uma tela que se encontra atrás dele, encostada à parede, e completando que “essa também é minha”. Após congratulá-lo pelo trabalho, a funcionária despede-se, circulando por outras paragens da sala. Leopoldo, por seu turno, volta ao seu trabalho, concentrado (DC, 12 Jun. 2020).

*...atravessamentos temporais em atmosferas situadas:
atividades em ritmos plurais*

Três linhas de reflexão já mencionadas encontram suporte na anotação *supra*: a pluralidade, encontro e porosidade de atmosferas diferentes no seio da mesma sala; o efeito de temporalização dos objetos; e, finalmente, o horizonte de reconhecimento implicado na experiência criativa.

Leopoldo encontra-se a pintar. Parece-nos interessante partir das circunstâncias que o levam a abandonar o *foco atencional* que até então concentrava na sua atividade para pensar a sua natureza. Noutros termos, tomar a perda de atenção como entrada para a atenção, o que pressupõe, assumo-se já, uma conceção de atividade *polirrítmica*. A atividade desdobra-se na medida em que o seu foco oscila, no que concerne aos conteúdos focados (intencionalidade), tanto quanto ao grau e qualidade do próprio foco (intensidade). A monitora e a funcionária conversam junto a ele. Apesar da proximidade física, ultrapassada, antes de tudo mais, pelo som ecoado no aparelho auditivo de Leopoldo pelas palavras proferidas por aquelas, não se pode dizer que as duas linhas de atividade (a conversa, de um lado, a pintura, de outro) propriamente se *cruzem*. Leopoldo, segundo nos é dado a perceber, dá pela presença da nova companhia. O facto, porém, é que uma sequência de atividade está para a outra como a água está para o azeite: coexistem sem se misturar. Qual o limite a partir do qual Leopoldo direciona realmente a atenção para elas? A interpelação direta, pessoal e intransmissível, sob a forma de saudação. A *civilidade* impõe-se ao alheamento que até então vigorava. Ou melhor, visto Leopoldo já ter

dado conta da presença das duas senhoras e não ter intervindo, tudo indica, por considerar que era uma conversa que não lhe dizia respeito, a civilidade já estava, desde o início, a investir a coexistência pacífica das duas séries de atividade sob a forma de *desatenção civil* (Goffman, 2011). Estas duas séries ligam-se, num primeiro momento, por laços de um respeito mútuo, se bem que desinteressado, maneira pela qual se assente e atesta a presença do outro como estando presente na mesma sala, mas sem a ela se vincular. Não se trata, é claro, de um total e completo desinteresse, sem o que, em rigor, a percepção não ocorreria; simplesmente, parece-nos que aqui o *desinteresse é um modo de perceber* pelo qual a sequência de atividade da monitora e da funcionária, por um lado, e a de Leopoldo, por outra, não se misturam, mas tocam-se *tangencialmente*, por força de um olhar de través que cuida em não demorar-se demasiadamente, rapidamente deslizando para outras paragens, justo modo através do qual ambas *mantêm* o seu curso diferenciado (Breviglieri & Stavo-Debaugé, 2007).

Cedo a conversa irrompe, pondo em jogo os termos convencionais da saudação cordial. As temporalidades das duas sequências da ação, até aqui inequivocamente separadas, mais do que subitamente interrompidas, cuja violência do inesperado não poderia deixar de produzir manifestações de sobressalto, invasão ou espanto, antes coagulam, expressão que mais não alude senão à maneira pela qual o curso de cada uma das sequências, se se interrompe, não cai no vazio, mas solidifica-se, prende-se, para que possa expandir-se até à outra sequência e acolhê-la. Neste processo, escusado é dizer, ambas as sequências, e respetivas temporalidades, se alteram: a conversa ajusta-se ao trabalho de Leopoldo, e o inverso. Não surpreende, por isso, que às saudações comuns se siga com naturalidade a pergunta dirigida pela funcionária a Leopoldo acerca do seu trabalho.

As duas sequências enlaçam-se, a situação transforma-se, e mais importante do que saber se ainda se trata, para Leopoldo, da mesma situação, sobrestimando e impondo divisas provavelmente artificiais ao fluxo da ação, é ser sensível a essa *membrana*, que no fundo é a própria situação (Goffman, 1961), que constantemente cortando e recortando o quadro pertinente da ação, bem como as suas vias possíveis, seleciona e reúne elementos das sequências anteriores e exclui outros. Se nos debruçarmos na conversa, vemos que ela toma como seu objeto o trabalho de Leopoldo. A resposta de Leopoldo fornecer-nos-á pistas significativas quanto ao modo como a sua pintura pode ser integrada na sequência dialógica.

Quando afiançou que não tem uma ideia do que vai pintar antes de iniciar o trabalho, impressão corroborada em outras conversas com o pesquisador onde em nenhum momento Leopoldo intenta determinar racionalmente a sua pintura, ele

já legitimara a nossa suspeita de que a sua pintura dificilmente acede à ordem discursiva, ou melhor, que ela somente lhe acede transformando-se. No curto diálogo captado na anotação diarística *supra* essa impressão parece confirmar-se na resposta lacônica que devolve à pergunta da funcionária: questionado se o trabalho vai bem, um “sim” singelo, desacompanhado, sem o complemento necessário ao prosseguimento do diálogo acerca do trabalho. A resposta, sem deixar de corresponder à pergunta, seca-a na fonte, esconjurando o seu desenvolvimento.

O diálogo, apesar de tudo, não morre. O que acontece é que ele sofre uma ligeira *torção* que o desvia por forma a acomodar a pintura de Leopoldo. Como? Fazendo seguir ao “sim” um gesto que aponta para o local em que jaz a sua última tela terminada, identificando-a depois verbalmente como *também* sendo dele, Leopoldo opera com subtileza, independentemente de o saber, uma guinada no curso da interação. É que com o assinalado “também” confere sentido e ordem às duas telas. *Ordem*, do ponto de vista perceptivo, pois implica que tenha havido um primeiro olhar para a tela atual que antecede o olhar para a segunda tela, mais antiga. Não única e exclusivamente devido ao “também”, bem-entendido, mas sobretudo à sua integração sincrônica num conjunto de movimentos corporais e oculares que estruturam micro-sequências perceptivas: primeiro, o corpo destapa a tela, desviando-se ligeiramente, posicionando-se de lado para a tela, fixando nela as atenções; depois, num breve lapso de tempo, indicando com a mão a outra tela, conduzindo os olhares da monitora e da funcionária a percorrer de um ponto ao outro, assim *distendendo* o tempo. *Sentido*, porque reúne ambas as telas ao longo de um mesmo traço comum á luz do qual adquirem inteligibilidade, o de serem pintadas por ele. Ordenando, abala o até então *centro de gravidade* do diálogo, a sua pintura atual; conferindo sentido, *recentra-o*, não tanto no trabalho propriamente dito, mas no produto desse trabalho, não tanto como resultante de um conjunto de procedimentos concretos, mas mais no produto *qua* produto, isto é, como obra, abrindo a possibilidade da *equivalência* (Boltanski & Thévenot, 1991). Como correlato, temos que Leopoldo adquire o estatuto de pintor, qualidade em função da qual, como adiante se esclarecerá, pretende ser reconhecido, dando lugar a mais um modo da situação pulsar.

*...desdobramentos temporais em que o outro surge
ao reconhecer as suas qualidades como pintor*

Nesse sentido, retenha-se apenas o rasgado sorriso estampado no rosto de Leopoldo no momento em que se viu interpelado. O visível agrado com que interrompeu o trabalho que estava a realizar, a ulterior diligência e solicitude que demonstra ao longo do diálogo, vincado na iniciativa de (se) mostrar sem ser por resposta a um

pedido explícito, parecem indicar que Leopoldo viu na interpelação da funcionária uma oportunidade de ter a sua pintura apreciada, valorizada e assim reconhecida. Pela temporalidade inerente a esta demanda pelo reconhecimento, a experiência pictórica de Leopoldo é acomodada no diálogo. Isto porque esta temporalidade é, por definição, interativa, sempre clamando por um *outro capaz de consideração*. Ser reconhecido, na aceção que lhe damos, é ser considerado, não unicamente ao nível mais elementar do reconhecimento primário da humanidade comum, que ao mesmo tempo nos dá o outro na sua irredutível estranheza, mas também não exclusivamente do reconhecimento ao nível das qualificações e desempenhos, já *posicionado*. A temporalidade do reconhecimento obriga Leopoldo a arriscar-se no sempre indeterminado julgamento do outro, no caso o julgamento que a monitora e a funcionária tecem da sua pintura, engrandecendo-o ou diminuindo-o enquanto pintor, mas acopla identicamente uma dimensão em que é a sua humanidade, enquanto semelhante, mas singular e único que está em jogo. É por isso que no reconhecimento sempre se descobre implícita uma carga *moral*, que garante a passagem do singular ao geral, e vice-versa, e sem a qual não há reconhecimento, se por este entendermos justamente o resultado dessa passagem. Acontece que o reconhecimento nunca está garantido de uma vez para sempre. Tal não deve ser imputado a determinações psicológicas, sendo antes uma impossibilidade inscrita no coração do próprio reconhecimento graças ao cariz sequencial da ação: até ao momento da morte pode dar-se um evento que mude, de um só relance e retrospectivamente, toda o curso da vida. É do futuro, ou da sua impossibilidade de se fechar, que vem o reconhecimento.

Estamos, pois, perante uma temporalidade cujo nervo é o *diferimento* sobre o qual não pode deixar de se arrimar o movimento de se abandonar ao outro, assim como de deixar o outro vir a si. O diferir difere, logo o reconhecimento granjeado está sempre por terminar. Note-se quão heurístico se revela a monitorização destes pequenos deslocamentos da situação (que por vezes, inclusive, parece conduzir para fora da situação pertinente ao objeto de estudo, a criação artística), atenção pela qual pensamos ter recuperado algo essencial para compreender sociologicamente o ato de pintar e a pintura: ela *destina-se* sempre a outro, mesmo que, e sobretudo se, esse outro estiver em *falta*, indeterminado. Falta, paradoxalmente, que se dá a sentir precisamente no momento em que o outro já está sendo chamado, isto é, quando o reconhecimento já começou a arregimentar convenções qualificadoras. O outro e a falta acham-se sempre atrasados relativamente um ao outro.

Curioso será notar como a partir da banal pergunta de como está a correr o trabalho, aplicada à atividade presente, se desdobram, desenvolvendo-se juntamente, formando uma duração situacional consistente, várias temporalidades diferentes: a

de um futuro sempre por vir, ligado ao reconhecimento, como vimos, mas também a de um passado, materialmente contido no objeto-tela-antiga, portador de um outro espaço-tempo, e chegado até ao diálogo sob a forma de continuidade e permanência, resultante da maneira como Leopoldo o captura numa malha corporal, gestual e verbal. Mais uma vez, os objetos temporalizam. Somente se apanhados nesta malha que lhes dá oportunidade de *enrugar* a situação, é certo, mas não apenas por isso: a tela terminada há duas semanas, pelo mero facto de estar concluída, detém a força centrípeta dos objetos fechados, remetendo para o *contexto* em que foi produzida e assim delimitando e cravando um ponto no tempo. Pontuar é temporalizar. Além disso, paradoxalmente, a própria pintura, no seu conteúdo, mesmo que abstrato, exerce uma força no sentido contrário, centrífuga, *descontextualizante*: a pintura, o pintado, (per) dura para lá do seu contexto de produção, transcende as condições subjacentes à sua emergência, assim oferecendo ao mesmo tempo, por um lado, a dimensão da continuidade (enquanto objeto que permanece e resiste fechado), da pontuação temporal de que depende a cronologia, por outro, enquanto *evento*, oferecendo o instante enquanto momento vazio, irredutível a um ponto, já e sempre cindido num passado e num futuro (Quéré, 2013).

*...pela experiência criativa,
a interpelação de si no resultado do seu trabalho*

Por fim, as duas sequências de atividade, inicialmente distintas e separadas, depois juntas e imbricadas, voltam a desligar-se. A monitora e a funcionária afastam-se do local de trabalho de Leopoldo, que redireciona o foco de atenção para a pintura e retoma a sua atividade. O que resulta interessante é notar a reversibilidade desta sequência. Reversibilidade, não no sentido de regressar a um momento do passado tal-qual ele foi vivido e como se nada do que se seguiu tivesse ocorrido, o que é evidentemente impossível, mas no sentido de a interrupção da pintura imposta pela conversa não ter ameaçado a sua continuação após o interregno. Com efeito, Leopoldo recupera com aparente facilidade, denotada na ausência de qualquer manifestação (verbal, gestual ou facial) sintomática de perda de referência, a atividade no ponto em que a havia deixado aquando da interpelação da funcionária. Alegar a estrita diferença das duas sequências como condição desta retoma é insuficiente, descurando o fundamental, ou seja, a maneira como essa diferença se toca e afasta sem ser anulada. Tendo em conta o dito sobre a temporalidade da demanda do reconhecimento, da sua forma de se desenvolver em direção a um futuro que sempre se encontra em processo de determinar, podemos identificar a operação de *congratulação* que a monitora e a funcionária dirigem ao trabalho de Leopoldo, como sendo a ocasião em que o reconhecimento é colocado à *prova*, sendo superada e permitindo que o desenlace das duas sequências se proporcione serenamente,

sem o assalto de nenhuma perturbação ou dificuldade eventualmente geradores de autoquestionamento.

A premência do fenómeno da retoma do trabalho acentua-se, porém: se Leopoldo nos diz demorar cerca de duas ou três horas a terminar cada tela, se a sessão nunca ultrapassa a duração de duas horas, então dificilmente uma tela é iniciada e concluída numa só sessão, o que significa que a pintura de uma mesma tela se transporta de uma sessão para outra, separadas no mínimo (conquanto Leopoldo não falte) por uma semana.

Nesta sessão, Leopoldo propõe-se a dar seguimento à tela iniciada quinze dias antes, a 22 de maio. Pede ajuda com as tintas à monitora, para começar: onde estão os tubos de tinta? Como colocar a tinta na paleta? Que quantidade? E o diluente, onde se encontra? São todas questões em que, ainda antes de começar a pintar, Leopoldo requer o auxílio orientador da monitora, preferindo esperar (por vezes alguns minutos, quando a monitora se encontra a prestar apoio a outros residentes presentes na sessão) a resolver por sua iniciativa, logo também por sua conta e risco, estas questões logísticas/práticas. Em tendo estas questões resolvidas, inicia a continuação da tela. Pergunto-lhe se lhe é fácil ou se tem dificuldade em continuar o trabalho passado duas semanas. Ele responde que não, que “não lhe custa nada”, parecendo-me, embora sem certeza, que a própria questão lhe apareceu, de certo modo, desprovida de sentido (DC, 5 Jun. 2020).

Leopoldo, porque faltou a uma sessão, é obrigado a dar continuidade a um trabalho iniciado duas semanas antes. Nota-se novamente a plethora de dúvidas de natureza prática a que Leopoldo dá voz antes de iniciar a pintura, mas desta feita a perplexidade do observador aumenta na medida em que o trabalho já está iniciado, pelo que seria de supor que já tivesse uma ideia mais aproximada daquilo que consideraria necessitar. Mais uma vez, é pela dúvida que Leopoldo se instala na sequência de atividade pictórica, na situação que lhe é apropriada, nos ritmos pulsados pelas suas temporalidades. Já não, como então, pelo confronto com a tela-em-branco, mas talvez, e propomo-lo como mera hipótese, pelo confronto com uma tela *lacunar*. Não nos podemos deixar de questionar acerca da (in)completude da tela e respetiva *finalização* da pintura.

Durante a pintura, Leopoldo, vendo que eu permaneço sentado junto dele, inicia ele próprio a conversa comigo, sem com isso deixar de prosseguir o seu trabalho. Neste diálogo, refere-me várias coisas: sublinha a dificuldade de pintar abstrato, confidencia-me que não consegue pintar uma tela há dois meses (venho-me a aperceber que este “não conseguir” significa, não o ato em si de

pintar, mas o facto de a levar até ao fim e gostar do resultado), diz que gostaria muito de acabar a tela que está a pintar naquele momento, mas que sabe que já não terá tempo suficiente e que, assim sendo, só poderá continuar passado uma semana (DC, 22 Maio 2020).

*...no descompasso dos tempos:
pouco importa a lacuna da falta;
a insatisfação está no ensejo de pintar até ficar no ponto*

O carácter lacunar da tela incompleta é, antes de tudo mais, *sentido*, como tal, longe de ser neutro, ele já se encontra sempre revestido de uma carga afetiva, ligada sobretudo à *falta*. Para que possa atuar efetivamente na sequência da ação, esta sensação de falta precisa de perdurar, isto é, de adquirir uma forma que lhe garanta consistência e solidez bastante, as quais apenas por intermédio da determinação de um conteúdo se fazem possíveis (noutros termos, juntando uma referência intencionada à carga intensionada). É por isso que à sensação *de* falta se deve juntar uma sensação *do* que falta, sem o que a primeira seria inoperante. Ora, acontece que, como se viu, Leopoldo não tem à partida uma chegada aonde a sua pintura deva desembocar, premissa que obstaculiza uma completa determinação do conteúdo em falta. Assim, compreende-se por que é o término da tela (logo, todos os seus estados intermédios, em processo de se fazer) uma questão que tem tanto de central como de problemática. Sem finalidade predefinida, ou tratando-se, quiçá, de uma *finalidade sem fim*, como diria Kant, já que, na verdade, a falta só se faz sentir quando referenciada ao completo, somos conduzidos a conceber algo como uma *intencionalidade a-teleológica* (Joas, 1996). Há qualquer coisa, brumosa e vaga, que atua às *arrecuas* e que não pode ser plenamente determinada a não ser pelo próprio ato de pintar, já que é justamente este que lhe vai dando uma forma concreta à medida que pincela. O que quer dizer que é do mesmo passo que a finalidade sem fim adquire, a cada vez, forma, e que esse indeterminável é alojado no seio da pincelada, o que precisamente impede que esta seja determinável em função de uma qualquer meta preestabelecida. Também por isso se possa talvez ousar dizer que estamos perante a forma no momento mesmo em que se esboroa e dilui *no* e *pelo* ato que lhe dá existência.

Esta é uma temporalidade do *anseio*, daquilo que *se espera* que chegue sem saber ao certo o que é nem se vai efetivamente chegar. Realmente, Leopoldo não sabe se a tela vai chegar a bom termo. Ultimamente, por exemplo, não tem conseguido consumir nenhum trabalho. O trabalho finda onde a sensação de falta, na sua dupla valência de intencionalidade e intensidade, é saciada. A certa altura, com maior subitaneidade ou progressividade, percebe-se que o trabalho terminou. Veremos

que este momento não tem necessariamente que coincidir com a efetiva cessação do ato de pincelar, o que muito nos dirá acerca desta temporalidade. Encontramo-nos, enfim, em condições de arriscar uma leitura da possibilidade de retomar com aparente facilidade o trabalho iniciado há duas semanas. A tela lacunar, incompleta, despoleta uma sensação de falta, presente durante todo o tempo e que em torno dela trabalha, o que significa que é exatamente o anseio por esse fim, sempre mudo, que pontua o término da sessão em que iniciou a pintura sem a ter acabado, lançando-o num horizonte de espera que cobre o arco que vai de uma sessão a outra, doando-lhe uma linha de continuidade. Duas semanas depois, Leopoldo, depa-
rando-se com a sua tela, lacunar, vê-se enredado na sensação de falta, *desposando* aquela linha e, assim, vendo no início da nova sessão a *oportunidade* de retomar os trabalhos no ponto em que haviam sido deixados. Por isso é que a questão do pesquisador lhe pareceu desprovida de sentido, não obstante ter respondido, mas precisamente por causa dessa resposta: o “não custar nada” retomar a pintura não pertence tanto, como poderia fazer supor à primeira vista, a uma gramática da facilidade e do relaxamento (a linha de continuidade, aqui, não se estriba no hábito, na familiaridade, mas na espera ansiosa) quanto a uma urgência que se lhe é imposta sob a figura de oportunidade evidente, evidência que esvazia de sentido a questão do pesquisador.

Este caráter de urgência na pintura de Leopoldo é notório no ritmo a que pinta:

Leopoldo está preocupado com o tempo que (não) tem para acabar o seu trabalho ainda hoje. Caso contrário, terá que aguardar uma semana até haver novamente sessão de pintura. Leopoldo quer acabar rapidamente, mas teme não ter tempo. Transmite-o à monitora, que o tranquiliza, dizendo-lhe que tem até às 16 horas para pintar. [...]. A dado momento, a hora de encerramento da sessão aproxima-se e a monitora comunica aos residentes que devem começar a arrumar os materiais, a limpar as mesas e a ir saindo com calma. Leopoldo revela-se tenso, a sua face contrai-se, mas resoluto, veloz e ágil nos movimentos que a pintura lhe solicita: molhar o pincel na tinta, aplicar a tinta na tela por intermédio do pincel, lavar, quando é necessário mudar de cor, o pincel com diluente, por vezes ir até ao lavatório, situado a aproximadamente cinco metros do local em que se encontra a pintar, e que percorre literalmente em passo de corrida, para lá e para cá, para molhar o pincel com água e posteriormente secá-lo com papéis. Quando ouve a monitora, murmura algo para si que eu, embora junto dele, não consigo compreender. Continua a pintar, quase sofregamente, garantindo à monitora, de viva voz, que está prestes a terminar. Olha para o relógio de pulso com frequência. Tudo isto enquanto pinta. Ainda assim, não se inibe de ser criterioso: apesar da superior morosidade que a troca de cor comporta, ele fá-lo sempre

que entende necessário. Finalmente, diz que acabou, em voz alta, embora continue a pincelar a tela por mais uns breves minutos, talvez dois ou três (DC, 5 Jun. 2020).

Como é que Leopoldo, que se mostra incapaz de organizar devidamente os seus materiais antes de iniciar o trabalho, assim que o começa adquire a capacidade e destreza de os utilizar? E, o que é mais curioso, não apenas de os utilizar, mas de os manusear numa cadência a tal ponto veloz, frenética até, que dificilmente pode ser associado ao tempo sereno que costuma pontuar nos ambientes em que os utensílios consistem, à força do hábito, numa extensão do corpo. É, no mínimo, paradoxal que ao aumento de dificuldade técnica no uso dos instrumentos de trabalho atrelada ao aumento de velocidade não corresponda uma diminuição das capacidades de manuseio de Leopoldo, mas justamente o contrário. Não menos paradoxal é o facto de ser no momento em que Leopoldo passa a conseguir fazer um uso pleno dos materiais de pintura que, longe de se entrar num tempo calmo, como seria de esperar, vê-se antes emergir uma temporalidade *turbilhonante*, espiralada num movimento ascendente, progressivamente mais veloz que, em vez de providenciar segurança e previsibilidade, desencadeia o *frenesim*. Isto sem embargo dos esforços da monitora para o tranquilizar a respeito das horas. A seguinte entrada diarística, encadeada com a anterior, permitir-nos-á desenvolver esta e outras leituras:

[Depois de uma fase final de sessão semelhante à anterior, numa corrida contra o tempo], Leopoldo, já muito pressionado pela monitora relativamente ao fim da sessão, diz que a tela está concluída, ainda antes de efetivamente a concluir. Até concluí-la efetivamente, diz à monitora: “entreguei o meu máximo, doutora. Deu muito trabalho. Mesmo que não fique bonito, ficou a ideia”. Assim que termina realmente a tela, isto é, de pintar, Leopoldo pergunta como deve fazer para lavar a paleta e o restante material, mostrando-se, se bem que descomprimido, desnorreado, sem saber o que fazer, perdido. Acabando a tela, dá a sensação de querer libertar-se o mais rapidamente possível do atelier (DC, 12 Jun. 2020).

Se, num primeiro momento, a monitora procura serenar Leopoldo, mas é também este que por si próprio se consegue alhear da passagem do tempo, com o avançar da hora a monitora *age falando*, proclamando o fim dos trabalhos e o início do processo de saída da sala, impregnando a sessão de uma atmosfera *crepuscular*, sensação de entardecer, declínio, queda após o auge, de onde a possibilidade do *atraso*. As duas descrições transatas parecem atestá-lo. Não tanto, talvez, pela velocidade imprimida, mas por um gesto particular: o olhar para o relógio. Este olhar, entre duas pinceladas, edifica uma ponte entre a pintura e a temporalidade institucional da sessão. O relógio, medida-padrão do tempo, fixa esta última e torna-a o eixo em

função do qual as restantes temporalidades em jogo se medem. A pintura sai da “sua” temporalidade, coloca-se à medida das horas, sabe que lhe restam poucos minutos, atrasa-se.

*...daquilo que está instituído transgredindo-o pelo instituinte:
da extrema sagacidade nos usos dos tempos ao seu imprevisível desnorte*

Assomam, portanto, duas linhas de reflexão complementares acerca da aceleração que se produz na pintura de Leopoldo. Uma delas é esta última, que vê na temporalidade institucional, configurada por um conjunto de elementos inescapáveis – relógio, autoridade da monitora para decretar o encerramento da atividade, preestabelecimento do horário, etc. –, um acelerador externo das restantes temporalidades, sendo que se apresenta às outras temporalidades como sua medida-padrão. O momento de descompressão que segue imediatamente ao término da tela alude justamente ao facto de uma temporalidade se libertar da pressão da outra, aliviando-se. Prova disso mesmo é o facto de Leopoldo, mal acaba o trabalho, começar a falar dele no particípio passado, como se a tela pudesse cair para um tempo que já passou por se ter libertado de um enlaçamento temporal que a asfixiava.

Mas a descompressão parece provir igualmente de outras paragens, abrindo para uma outra linha de reflexão, não menos crucial, que segue o rastilho *interno* que acende e acelera a sua pintura, o qual é tão mais importante quando se observa que o aumento de velocidade não implica uma diminuição do *critério* que criva as suas opções pictóricas. Como argumentamos, enquanto a tela está por terminar ela apresenta-se a Leopoldo na qualidade de falha, gerando a espera ansiosa pela oportunidade apropriada de a colmatar. Vimos também que esta espera é a-teleológica, espera da espera, sem finalidade determinada, pelo que é a própria falha, enquanto urgência evidente, a magnetizar, ritmar, acelerar o ato de pintar, para aí adquirir e perder os seus contornos, renovando-se a cada pincelada. Neste sentido, a descompressão é também ela o alívio interno provocado pela colmatação da falha, pela sua completude, isto é, a *consumação* inerente ao carácter sequencial da ação (Dewey, 2008). Só desta maneira, isto é, tendo em mente o modo como a falha atua às arrecuas, se torna inteligível o facto de Leopoldo já se encontrar em descompressão, falando descontraidamente do seu trabalho à monitora, sem *efetivamente* ter parado de pincelar.

Ambas as linhas se acham juntas nas situações reportadas. Na verdade, só há atraso na espera, como só há espera na potencialidade do atraso. Formam um par indissociável, mas matizado situacionalmente. Veja-se como Leopoldo concilia em seu benefício estas duas linhas temporais.

A dada altura, assinala verbalmente a conclusão da tela. Todavia, continua a pintar. Isto acontece em ambas as situações relatadas. Mais um paradoxo que não deve ser encarado como falsidade, imprecisão, lapso, ou acessório, mas antes, em primeiro lugar, como a semente a partir da qual ambas as temporalidades referidas se dão a ver, e em segundo lugar, como operação atuante na situação e na sequência da ação. Projetando-se numa fase da ação posterior à atual, *presentificando-a* fora do seu lugar, o que Leopoldo fundamentalmente faz é *antecipar-se* à ação. Talvez que seja a própria ação a ser *ela mesma* antecipada, já que, sem obstar à dissonância entre a sua proclamação e a sua ação física, só é possível a Leopoldo lançar-se desta maneira para a consumação da sequência da ação se estiver seguro dos próximos passos. Nesse sentido, é realmente a própria sequência que se antecipa, na medida em que o seu fim contamina a ação presente com um conteúdo, agora sim, já determinado. Não fosse assim e a frase de Leopoldo seria uma *aposta* cega que o colocaria em risco, sobretudo no contexto de pressão que se descreveu, e o impediria de falar relaxadamente com a monitora no lapso que vai da proclamação do término ao término físico.

O que acontece com esta antecipação? Decretando-a, Leopoldo fecha a sequência da ação antecipadamente. Porque se desvincula (deixa de haver com que se vincular), modificando o seu registo emocional, a diretiva pronunciada pela monitora de terminar a atividade perde o seu alvo, ecoa no vazio, já que a sequência da ação de Leopoldo *refluiu*. Claro que ele se encontra materialmente ali, pintando, mas *modalizou a sua presença* a ponto de se projetar numa outra sequência em que a pintura já faz parte do passado. Escudando-se em este estar-mas-não-estar (Piette, 2013), retira o tapete à diretiva de concluir e sair, desinvestindo a sua eficácia e desarmando a monitora. Desta maneira, mais do que propriamente ganhar tempo, aquilo que Leopoldo consegue é insuflar a temporalidade institucional, inserir no seu âmago uma bolsa de ar no qual se pode proteger da injunção de acabar o trabalho e do imperativo de sair da sala, onde adquire uma *folga* para dar lugar proeminentemente a outras temporalidades. Fixando a monitora, pela frase que profere, numa ação que já acabou, ele preocupa-se em realizá-la para efetivamente terminá-la. Interessante é notar como a assimetria das relações interativas treme, mesmo que não ostensivamente, em função destas micro-operações que aplicam novas determinações à situação, fazendo o seu quadro deslizar.

Não podemos deixar de notar o que está para lá da descompressão. Leopoldo termina a sua pintura, outras tarefas se lhe impõem, do foro prático e logístico, digamos, antes de sair da sala. O que é facto é que se já tínhamos sublinhado a dificuldade de Leopoldo no relacionamento com os materiais adstritos à pintura *fora* do ato de pintar em sentido estrito, no caso assumindo a figura da dúvida, da

hesitação no começo da pintura, agora essa mesma dificuldade surge no final da sequência. Terminada a tela, parece ser tomado por um desnorte que o torna claramente *deslocado*. De repente, o *atelier* torna-se-lhe estrangeiro, sabe que deve lavar os materiais, mas não como o deve fazer, procura desembaraçar-se o mais rapidamente da sua bata e luvas, ambas descartáveis, os olhos vagam perdidos, ao mesmo tempo muito abertos, denotando alguma surpresa. A estranheza com que a mudança ocorreu, pela sua repentinidade, pelo facto de Leopoldo pintar há cerca de três anos, mas também pela radicalidade da alteração do seu estado, podem fazer supor algum afazer agendado para instantes depois. Não sabemos se assim é. Mas mesmo sendo esse o caso, seria de supor, sim, um conjunto de diligências para *abreviar* o processo de saída da sala, que poderiam passar putativamente por algum atropelo à civilidade convencional, mas não justifica a *desorientação* aguda que apontamos. Este episódio merece ser considerado na pesquisa que se encontra em curso, mas à data do presente texto ele parece mostrar um processo de perda de controlo da situação, onde Leopoldo se revela incapaz de encontrar os seus traços de significância, de entrar no ritmo adequado (de voltar a comprimir?), vendo-se desfasado, *assíncrono*. Não encontrando o pulso da temporalidade, Leopoldo é remetido para fora do tempo, ficando assustado e até, num certo sentido, paralisado.

A situação vai-se formando ao longo de linhas que a atravessam e transformam. Ora, estas transformações nem sempre são acomodáveis na situação atual, conduzindo, por vezes, à sua *fratura*, a qual é, não raras vezes, necessária e até desejável. Comummente, cada situação detém modos próprios, mais ou menos codificados, de se lhe aceder e sair, pelo que os atores, seres que participam em várias situações, mas também em várias sequências de ação, mesmo no seio da mesma situação, devem estar munidos das gramáticas apropriadas para transitar entre elas. No caso apresentado, mesmo não tendo ocorrido nenhum evento abrupto, a situação parece ter sido cindida, não conseguindo Leopoldo ajustar a sua conduta adequadamente de forma a sair daquela sem percalços de maior. Estas dificuldades, no entanto, não são a regra, pelo menos no caso de Leopoldo. Leia-se, para rematar, a seguinte entrada do diário, onde fica patente a *astúcia situacional* do residente do Casp em manejar duas sequências de ação diversas:

A monitora, passando junto de Leopoldo, e tendo este já praticamente terminado o seu trabalho, pergunta-lhe “de que modo o seu trabalho tem a ver com a Covid-19?” [durante a pandemia a instituição tem promovido a realização de trabalhos tendo a mesma por mote, mesmo que indiretamente]. Responde-lhe Leopoldo que “não pintou com nenhum intuito”. A partir daí, a monitora começa a interpretar a tela em função da pandemia: nalguns traços

sobressai a forma de gaivotas, de onde a alusão à liberdade, a qual se encontra limitada pelas restrições impostas. Leopoldo, ouvindo atentamente, concorda com a interpretação e diz que “não tinha pensado nisso”. De facto, nem antes nem depois da explicitação da monitora o Leopoldo adiantou qualquer tipo de explicação, interpretação, sequer comentário do conteúdo da tela, muito menos ligando-o à Covid-19 (DC, 22 Maio 2020).

Mais uma vez, Leopoldo vinca explicitamente a ideia de que “não pinta com nenhum intuito”, pelo que o seu trabalho não é passível de ter por base um motivo predefinido. É por isso que ele “nem pensou” na relação que a sua tela poderia ter com a pandemia de Covid-19. Até aqui, nada de novo. Entretanto, a monitora sugere, verbalizando, uma leitura do trabalho corrente em que encadeia inferencialmente símbolos evocadores, levando o mesmo a desaguar naquilo que deveria ter sido o seu mote. O que está em causa é um processo inferencial que opera uma reversão que converte a interpretação da tela no seu mote, alquimia que não encontra suporte naquilo que Leopoldo nos diz do seu trabalho (a ausência de ponto de partida etc.). Como reage Leopoldo? Primeiro, volta a atenção para a interlocutora, escuta-a, concede lugar no seu trabalho à interpretação alheia; depois, dizendo que “não tinha pensado nisso”, lança mão de uma modalidade cordial pela qual consegue aceitar a sugestão, que afronta ostensivamente a sua afirmação de ausência de intuito, sem com isso criar conflito, sequer tensão.

A civilidade do “não tinha pensado nisso” é irresistível pela duplicidade que institui: ele é simultaneamente um “não tinha pensado nisso, *não importa*” e um “*de facto*, não tinha pensado nisso”. Esta duplicidade não se atém simplesmente ao conteúdo das palavras, mas à envolvente em que Leopoldo as profere: voltando a atenção para a monitora, confere importância e centralidade ao seu discurso, valorizando-o e integrando-o na sequência pictórica, mas o modo como se escusa a complementá-lo é lapidar, no sentido de ser conciso, mas igualmente sepulcral. Nesta duplicidade, o residente consegue aceitar a leitura da monitora, sem discordar, podendo inclusivamente até dar-se ao luxo de concordar, legitimando-a, mas outorga-lhe nesse mesmo passo o estatuto de superfluidade, relativizando a sua concordância. Estamos, pois, perante uma operação de *amortecimento do significado* (Piette, 2013), através da qual Leopoldo está e não está presente em cada uma das sequências de ação que aqui se encontram e cujo confronto poderia, de resto, conduzir à supressão do seu trabalho. Ele encontra um abrigo, plataforma de descanso, no qual está distante na presença. O “sim, *pode* ser isso” implícito no “não tinha pensado nisso” amortece na medida que torna irrelevante o conteúdo da interpretação, podendo ele, a partir daí, concordar com *indiferença*, sem aderir. É por isso que, logo depois, reinicia a sua pintura sem obstáculos.

Finalizar para abrir outros feixes temporais a explorar no futuro

Com o rastreio da multiplicidade de temporalidades no atelier de pintura do Casp pensamos ter podido mostrar que a noção de situação, conforme cunhada nas sociologias pragmatistas, não implica, antes pelo contrário, que nos limitemos às condições imediatas da atividade prática (Dodier & Motlow, 1995). Ela não se restringe a um aqui-e-agora. Se ela, equivocadamente, assim tem sido compreendida, deve-o ao facto de a sociologia ter reduzido a variedade de temporalidades a duas grandes tendências: uma que privilegia a consolidação do futuro, enfatizando a centralidade do esquema estratégico-racional-individual, outra voltada para a cristalização do passado, de cariz mais disposicional (Breviglieri & Stavo-Debauge, 1999). Talvez possamos ainda acrescentar outra, segundo a qual, de pendor mais historicista, a temporalidade se conduz segundo uma lógica evolutiva. Primando ambas pela consolidação de uma só temporalidade a que conferem primazia, ou, no caso desta última, uniformizando as várias temporalidades, tornando-as sucessivas, é natural que vejamos na situação um mero presente vazio de significância.

Da nossa perspetiva, a situação só o é justamente à força de não-univocidade nem determinabilidade do tempo, que a abre a um horizonte de futuro, mas também a uma continuidade do passado, e cuja experiência fenomenológica é variável. Como vimos – o que aliás é crucial para pensar a vulnerabilidade –, nem sempre é possível *fazer situação*, por diversas razões. Aí, os atores tornam-se deslocados e a ação é inibida, paralisada. É por isso que é imprescindível resistir a subsumir a multiplicidade de temporalidades a um recorte espaço-temporal empírico que rasuraria a variedade e perderia as modalidades específicas em que as mesmas se enlaçam e compõem, para nos lançarmos no acompanhamento dos ajustes reais feitos pelos atores no curso da ação e através dos quais os vários regimes de ação se articulam e derrapam uns para os outros.

Este *presentismo* metodológico não anula o facto de, como disse George H. Mead (1932), toda a situação ser simultaneamente uma *história* e uma *profecia*. O esforço etnográfico realizado, conforme aqui foi apresentado, procurando reunir alguns referenciais das tradições pragmatista e fenomenológica, atendeu às dimensões existenciais, práticas, afetivas, climático-atmosféricas, corporais, objetais e discursivas da situação na esperança de cumprir o desígnio de dar ao leitor a ideia de como as temporalizações são feitas *in situ* (Cefai, 2010), linhas a partir das quais os atores se sincronizam e dessincronizam no curso da ação, *modulando* o seu engajamento com o mundo, adquirindo e perdendo o controlo das situações, ao fim e ao cabo, pintando. Pensamos, desta forma, ter podido enriquecer a conceção reticular das

situações, onde cada ator, seja humano ou não-humano, pertence às mesmas na medida da sua participação ativa, do seu caráter atuante, da sua presença, mesmo que à distância. Mais do que conectar e dar forma a uma rede, as linhas que ligam e seguram a situação são experienciadas segundo modos presenciais diversos (Ingold, 2011), isto é, segundo capturas (Chateauraynaud, 2017) que vinculam afeções, percepções, ações, cognições em geometrias variáveis. Como vimos, a situação só o é na medida em que coloca o ator num eixo sempre misto, entre a ausência e a presença, a passividade e a atividade, mas, salvo raras exceções, nunca completamente um ou outro. O pragmatismo sociológico conforme o pretendemos desenvolver permite, na senda de outros trabalhos (Breviglieri, 2016; Stavo-Debaugue, 2012), dar conta dos momentos em que os atores se encontram paralisados e onde a ação é inibida, mas igualmente percorrer toda a gama de modos de estar e engajar-se consigo, com os outros e com o mundo. É contra esta rasura das modulações temporais e uniformização do *modus* presencial que leva Nick Lee e Steve Brown (1994) a alertar contra o risco da *actor-network theory* (ANT) se tornar uma formulação metalinguística sem espaço para o estranho, para o irredutivelmente outro (Stavo-Debaugue, 2015), mas também para as transformações, elementos fundamentais para pensar as modalidades de habitar o espaço.

A natureza paradoxal de boa parte do que foi afirmado no texto poderá soar a artifício linguístico, subterfúgio retórico mediante o qual apresentar as contradições como possíveis. Se assim for, simplesmente esclarecemos que o nosso ponto de vista é divergente: é a contradição que é produto da linguagem, sobretudo a logicista, mas não só, a qual despoja o paradoxo da sua riqueza, capturando-o segundo a fórmula *ou-ou*. O paradoxo é a mola do sentido, o disparo originário da fricção exercida entre duas sequências de ação irredutivelmente diferentes, embora comunicáveis e que se ligam debaixo de uma lógica *e-e*, mais não seja pela resistência bruta que impõem e sem a qual não há engajamento no mundo. É por isso que consideramos que a conduta de Leopoldo a que fomos assistindo não deve ser subsumida ao abrigo de um qualquer conceito que se proponha explicá-la a partir de determinações exteriores e/ou individuais. Veja-se que é *ao mesmo tempo* que Leopoldo lamenta não poder prosseguir a sua pintura de modo a terminá-la na sessão em causa e que diz que não lhe custa retomar a pintura após interrupção; do mesmo modo que é ao mesmo tempo que ele não sabe o que fazer com os materiais antes e depois de iniciar a pintura e que durante a mesma os manuseia com uma agilidade veloz digna de registo. Tudo isto, é claro, depende do que queremos dizer com a expressão “ao mesmo tempo”, o que só enfatiza a premência e necessidade de desposar com o olhar, mas com os restantes canais sensoriais fundamentais à pesquisa, as várias temporalidades em cena e o jogo dos seus cruzamentos para compreender o *quando* da situação da criação pictórica. A situação amarrota-se, adquire, de um só

jato, sentido e valor, na medida em que se temporaliza, isto é, modalizando o seu aparecimento, durando. Foi nessas águas que navegámos em compassos e descompassos, levando a sério os laços de Leopoldo com os seus ambientes atmosféricos, não deixando de atender às minudências das ações observadas.

Referências

BIDET, Alexandra. Le corps, le rythme et l'esthétique sociale chez André Leroi-Gouhan. *Techniques & Culture*, n. 48-49, p. 15-38, 2007.

BOLTANSKI, Luc; THÉVENOT, Laurent. *De la justification. Les économies de la grandeur*. Paris: Éditions Gallimard, 1991.

BRAHY, Rachel. L'engagement en présence: l'atelier de théâtre-action comme support à une participation sociale et politique. *Lien Sociale et Politiques*, n. 71, p. 31-49, 2014.

BREVIGLIERI, Marc. Pensar a dignidade sem falar a linguagem da capacidade de agir: uma discussão crítica sobre o pragmatismo sociológico e a teoria do reconhecimento de Axel Honneth. *Terceiro Milênio: Revista Crítica de Sociologia e Política*, v. 6, nº. 1, pp. 11-34, 2016.

_____. L'espace habité que réclame l'assurance intime de pouvoir. *Études Ricoeuriennes / Ricoeur Studies*, v. 3, n. 1, p. 34-52, 2012.

BREVIGLIERI, Marc; STAVO-DEBAUGE, Joan. L'hypertrophie de l'œil. Pour une anthropologie du "passant singulier qui s'aventure à découvert". In: CEFAL, Daniel; SATURNO, Carole (Dirs.). Itinéraires d'un pragmatiste. *Autour d'Isaac Joseph*. Paris: Economica, 2007.

_____. Le geste pragmatique de la sociologie française. Autour des travaux de Luc Boltanski et Laurent Thévenot. *Antropolítica*, n. 7, pp. 7-22, 1999.

CEFAL, Daniel. Provações corporais: uma etnografia fenomenológica entre moradores de rua de Paris. *Lua Nova*, n. 79, p. 71-110, 2010.

CHATEAURAYNAUD, Francis. A captura como experiência: investigações pragmáticas e teorias do poder. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 32, n. 95, p. 1-21, 2017.

COLAPIETRO, Vincent. Time as experience/Experience as temporality: pragmatic and perfectionist reflections on extemporaneous creativity. *European Journal of Pragmatism and American Philosophy*, v. 5, n. 1, 2013.

DEWEY, John. *El arte como experiencia*. Barcelona, Es: Paidós, 2008.

DODIER, Nicolas; MOTLOW, David. The conventional foundations of action. Elements of a sociological pragmatics. *Réseaux*, v. 3, n. 2, p. 145-166, 1995.

GIBSON, James. *The ecological approach to visual perception*. Mahwah, NJ: Lawrence Erlbaum Associates Inc, 1986.

GIL, José. *Movimento total: o corpo e a dança*. Lisboa: Relógio d'Água, 2001.

GOFFMAN, Erving. *Ritual de interação. Ensaios sobre o comportamento face a face*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

_____. *Encounters*. Indianapolis, IN: Bobbs-Merrill, 1961.

INGOLD, Tim. Against space: place, movement, knowledge. In: KIRBY, Peter (Ed.). *Boundless worlds. An anthropological approach to movement*, p. 29-43. Oxford, UK: Berghahn Books, 2011.

_____. *The perception of the environment: essays on livelihood, dwelling and skill*. London: Routledge, 2000.

JOAS, Hans. *The creativity of action*. Cambridge, UK: Polity Press, 1996.

LAW, John. Objects and spaces. *Theory, Culture & Society*, v. 19, n. 5-6, p. 91-105, 2002.

LEE, Nick; BROWN, Steve. Otherness and the actor network: the undiscovered continent. *American Behavioral Scientist*, v. 37, n. 6, p. 772-790, 1994.

MEAD, George Herbert. *Mente, self e sociedade*. São Paulo: Ideias & Letras, 2010.

_____. *The philosophy of the present*. Illinois, IL: Open Court, 1932.

MOL, Annemarie; LAW, John. Regions, networks and fluids: anaemia and social topology. *Social Studies of Science*, n. 24, p. 641-671, 1994.

OGIEN, Albert. Pragmatismes et sociologies. *Revue Française de Sociologie*, v. 55, n. 3, p.563-579, 2014.

PEIRCE, Charles Sanders. *The essential Peirce: selected philosophical writings*, v. II (1893-1913). Indianapolis, IN: Indiana University, 1998.

PIETTE, Albert. Au coeur de l'activité, au plus près de la présence. *Réseaux*, n. 182, p. 57-88, 2013.

QUÉRÉ, Louis. Les formes de l'événement. In: BALLARDINI, Elio; PEDERZOLI, Roberta; REBOUL-TOURÉ, Sandrine; TRÉGUER-FELTEN, Geneviève (Eds.). *Mediazioni*, n. 15, Special Issue: "Les facettes de l'événement: des formes aux signes", 2013.

QUÉRÉ, Louis, SCHOCH, Cynthia. The still-neglected situation? *Réseaux. The French Journal of Communication*, v. 6, n. 2, p. 223-253, 1998.

SCHATZKI, Theodore. Materiality and social life. *Nature and Culture*, v. 5, n. 2, p.123-149, 2010.

STAVO-DEBAUGE, Joan. De "The Stranger" d'Alfred Schutz au cas "Agnès" d'Harold Garfinkel. Des théories sociales étrangères à l'hospitalité et au pragmatisme? *Sociologies [En ligne]*, Dossiers: "Pragmatisme et sciences sociales: explorations, enquêtes, expérimentations", Fev. 2015.

_____. Des "événements" difficiles à encaisser. Un pragmatisme pessimiste. In: CEFAL, Daniel; TERZI, Cédric (Dirs.). *L'expérience des problèmes publics. Perspectives pragmatistes*. Paris: Éditions de l'Ehess, 2012.

THÉVENOT, Laurent. "Ce qui engage: la sociologie des justifications, conventions et engagements, à la rencontre de la norme". *La Revue des Droits de L'Homme*, n. 16, 2019.

_____. Pragmatic regimes governing the engagement with the world. In: KNORR-CETINA, Karin; SCHATZKI, Theodore; SAVIGNY, Eike von (Eds.). *The practice turn in contemporary theory*, p. 56-73. London: Routledge, 2001.

_____. Rules and implement: investment in forms. *Social Science Information*, v. 23, n. 1, p.1-45, 1984.



(Re)aproximando os pragmatismos da análise das políticas públicas. Experimentação e investigação pública em um cenário de crise democrática

Recebido: 14.04.21
Aprovado: 17.06.21

Carolina Andion (<https://orcid.org/0000-0003-4723-3437>),
Curso de Administração Pública e Programa de Pós-Graduação
em Administração, Universidade do Estado de Santa Catarina (Udesc),
Florianópolis, SC, Brasil^I.

Thiago Magalhães (<https://orcid.org/0000-0002-6595-6519>),
Núcleo de Inovações Sociais na Esfera Pública no Centro de Ciências
da Administração e Socioeconômicas, Universidade do Estado de Santa Catarina
(Udesc), Florianópolis, SC, Brasil^{II}.

I. Carolina Andion é professora do curso de Administração Pública e do Programa de Pós-Graduação em Administração da Udesc.
<andion.esag@gmail.com>.

II. Thiago Magalhães é membro do Núcleo de Inovações Sociais na Esfera Pública no Centro de Ciências da Administração e Socioeconômicas da Udesc.
<magalhaesgthiago@gmail.com>.

Resumo: Este ensaio teórico explora as contribuições da lente pragmatista para a análise da governança das políticas públicas em um cenário de crise das democracias. Para tanto, inicia-se abordando o debate recente no campo da administração pública sobre governança e a análise das políticas públicas, evidenciando que esse remete a uma dupla dicotomia: entre modos de governar e de reformar o Estado e de formas de analisar as políticas públicas e seus efeitos. A partir das lacunas evidenciadas nesse debate, adentramos a discussão sobre as noções de experimentalismo democrático e de investigação pública e aprofundamos como tais noções podem ser inspiradoras para olhar de outra forma o “fazer política” cotidiano, especialmente ao considerar os desafios da ação pública na atualidade, diante dos problemas públicos cada vez mais complexos em uma realidade de crise e retrocesso democrático em vários países e, sobretudo, no Brasil.

Palavras-chave: Administração pública. Governança pública. Análise de políticas públicas. Experimentalismo democrático. Investigação pública. Pragmatismo.

*(Re)approaching the pragmatisms of public policy analysis.
Experimentation and public inquiry in
a scenario of democratic crises*

Abstract: This theoretical essay explores the contributions of the pragmatist lens to the analysis of public policy governance in a scenario of crisis in democracies. Therefore, it begins by exploring the recent debate in the field of public administration on governance and the analysis of public policies, showing that this leads to a double dichotomy: between ways of governing and reforming the State and ways of analyzing public policies and its effects. From the gaps evidenced in this debate, we entered the discussion on the notions of democratic experimentalism and public inquiry arguing how such notions can be inspiring to look at everyday “policy making” in a dif-

ferent way, especially considering the challenges imposed to the public action faced with public problems increasingly complex in a reality of crisis and democratic setback in several countries and, above all, in Brazil.

Keywords: Public Administration. Public governance. Analysis of public policies. Democratic experimentalism. Public inquiry. Pragmatism.

Introdução

Segundo dados do relatório Índice da Democracia, do The Economist Intelligence Unit (EIU, 2020), a pontuação média global dos países avaliados caiu de 5,48, em 2018, para 5,44, em 2019 (numa escala de 0 a 10), atingindo a pior pontuação desde que o índice foi produzido, em 2006. Isso foi impulsionado sobretudo pela forte regressão democrática nos países da América Latina, que tiveram o pior desempenho do ano entre todas as regiões do mundo.

Essa tendência não se expressa apenas nos índices estatísticos. Diversos são os autores, de várias disciplinas das ciências sociais, que discutem a crise das democracias liberais na atualidade, tanto no Norte como no Sul global. Tais autores utilizam noções semelhantes para qualificar a situação atual vivenciada em diversos países como: crise e ruptura da democracia (Offe, 1996; Bauman, 2000; Santos & Avritzer, 2003; Santos, 2012; Castells, 2018); esvaziamento da democracia (Dalla Corte & Dalla Corte, 2018); declínio da democracia e retrocesso democrático (Fukuyama, 2015; Levitsky & Way, 2015; Levitsky & Ziblatt, 2019; Monedero, 2019). Os autores citados, apesar de apresentarem diferentes compreensões sobre o fenômeno, denunciam que as coisas não vão bem e nos convidam a refletir sobre novas possibilidades, para (re)significar e fortalecer as democracias e a administração pública e a sua governança diante desse cenário.

Ao destacar as múltiplas crises da atualidade, Manuel Castells (2018: 8) sinaliza para a ruptura da relação entre governantes e governados, produzindo a “total decomposição do sistema político, inclusive no Brasil”. Tal colapso da democracia liberal, enquanto modelo político de representação e governança, abre espaço, segundo o autor, ao pós-liberalismo, que se caracteriza pela emergência de partidos nacionalistas, xenofóbicos e críticos à política. O autor constata que a crise das democracias tem uma dimensão global, apesar de suas especificidades locais e se configura como um “colapso gradual de um modelo de representação” (Castells, 2018: 10).

Já Steven Levitsky e Daniel Ziblatt (2019: 8), a partir de uma análise internacional, discutem o processo de transição para os regimes autocráticos. Ressaltam que as

democracias, de forma geral, correm riscos, e salientam que “o trágico paradoxo da rota eleitoral para o autoritarismo é que os assassinos da democracia usam as próprias instituições da democracia – gradualmente, sutilmente e até legalmente – para matá-la”. Para os autores, é nos momentos de crise, como o que vivenciamos atualmente, que as sementes do autoritarismo são cultivadas, a partir de algumas práticas comuns como:

- i. a rejeição, em palavras ou ação, das regras democráticas do jogo;
- ii. a negação da legitimidade dos oponentes políticos;
- iii. a tolerância ou incentivo à violência; e,
- vi. a disposição de reduzir as liberdades civis dos oponentes, incluindo a mídia.

No âmbito da administração pública – foco deste artigo –, o debate sobre essa crise mais ampla evidencia que os fatores que podem (re)significar as democracias vão muito além do estabelecimento de procedimentos formais democráticos, como as eleições regulares, livres e justas. Osvaldo Iazzetta (2013), por exemplo, argumenta que a lógica da qualidade democrática transcende em muito os elementos procedimentais (pois eles são insuficientes), necessitando reavaliar seu conteúdo (direitos) e seus resultados (atingidos a partir das políticas públicas). Já Francis Fukuyama (2015) discute que a legitimidade de muitas democracias pelo mundo depende tanto do aprofundamento de suas instituições, quanto de sua capacidade de oferecer uma governança de alta qualidade.

Em diálogo com autores pragmatistas contemporâneos, os quais se inspiram no trabalho percussor de John Dewey, nossa tese neste ensaio teórico é a de que os modelos clássicos de estudo da governança e das políticas públicas são insuficientes para compreender e agir diante dos problemas públicos robustos enfrentados nesse cenário de democracias em crise. Isso porque tais leituras se limitam por assumir uma posição normativa, tendendo a olhar para o Estado, os problemas públicos, para a administração pública e para a governança das políticas públicas, a partir de lógicas prescritivas, compreendendo-as *a priori*, o que limita seus potenciais para pensar e agir sobre estes, tanto em termos de efetividade, quanto de legitimidade.

Portanto, exploramos aqui a contribuição “dos pragmatismos”¹ para a consecução de análises mais realistas, que permitam compreender mais de perto a (re)configuração da administração pública e da governança das políticas públicas na

1. Utilizamos aqui “pragmatismos” no plural por considerar que a influência do pensamento pragmatista nas ciências sociais é ampla e diversa e se configura por uma pluralidade de abordagens inspiradas ou não diretamente do pragmatismo clássico. Neste artigo, mais especificamente, estamos interessados em explorar mais diretamente as vias abertas pelo pensamento de John Dewey e por outros autores contemporâneos nos campos da sociologia dos problemas públicos, da ação pública, da administração pública e da governança que se inspiram nas ideias do pragmatismo clássico e vão além dele focalizando nas noções de investigação pública e de experimentação democrática.

atualidade, com vistas a contribuir para conceber novas perspectivas epistêmicas e vias de análise das políticas públicas. Mais particularmente, abordamos a herança e as contribuições mais recentes do pensamento pragmatista para compreender a “governança da ação pública”. A noção implica um deslocamento da ideia de “governo” para “governança” e de “política pública” para “ação pública” (Dorf & Sabel, 1998; Fung, 2002; Zimmermann, 2006, Lascoumes & Le Galès, 2012; Shields, 2008; Briggs, 2008; Bohman, 2008; 2012; Sabel, 2012; Ansell, 2011; 2012).

No que se refere à análise das políticas públicas, isso significa uma (re)aproximação com uma concepção de democracia radical proposta por John Dewey, considerando a ideia de ação pública como contraponto à noção de política pública em sua acepção racional e normativa tradicionalmente predominante no campo, desde a sua origem, com Harold Lasswell (1936). Isso pressupõe considerar a interconexão de escalas, de formas de regulação e de redes de atores que exigem uma “revisão das concepções estatistas de intervenção pública em benefício de análises mais abertas” (Lascoumes & Le Galès, 2012: 17).

A política pública deixa então de ser interpretada enquanto programa estrito e intervenção racional, passando a ser compreendida como “experimentação” a ser observada quando colocada em prática; concebida como quebra-cabeça a ser resolvido, levando em conta a incerteza dos fins e do jogo de atores que as fazem acontecer na prática cotidiana. Trata-se de ir além da concepção de política pública como algo que pertence apenas ao Estado, de forma segmentada, entendendo que a consecução da ação pública se promove sempre a partir de “interações socioestatistas” (Lavalley & Swako, 2015), mesmo que não envolva necessariamente o protagonismo da sociedade civil.

Neste texto, partimos da ideia de que processos centrados na investigação e na experimentação dos problemas públicos – que em Dewey constitui a base para a consecução do Estado democrático – podem ajudar a compreender, e gerar oportunidades para fomentar dinâmicas em que diferentes públicos possam fazer parte e influenciar a governança das políticas públicas ou o artesanato político cotidiano. Ao parafrasear Daniel Cefaï (2012), as abordagens pragmatistas, pautadas no resgate da concepção de “público”, parecem “reabrir” alguns canteiros de obras no campo da análise de políticas públicas, na medida em que a atenção se transfere dos dados oficiais e das instituições e normas para a trajetória dos problemas públicos, fazendo com que a coisa pública deixe de ser monopólio do governo, passando a ser inserida na vida cotidiana, a partir do enfrentamento de situações de prova diante dos problemas públicos experimentados.

Para explorar tal perspectiva, este texto é estruturado em seis seções para além dessa introdução. Inicia com uma análise da literatura recente no campo da administração pública sobre governança e a análise das políticas públicas, evidenciando que esse debate remete a uma dupla dicotomia: entre modos de governar e de reformar o Estado e de formas de analisar as políticas públicas e seus efeitos. A partir das lacunas evidenciadas nesse debate, adentra-se na discussão sobre como a lente pragmatista pode lançar novas pistas para a agenda de pesquisa no campo, a partir das noções de experimentalismo democrático e de investigação pública. Busca-se aprofundar como tais noções podem ser inspiradoras para olhar de outra forma o “fazer política” cotidiano, sobretudo considerando os desafios atuais colocados por problemas públicos cada vez mais complexos em uma realidade de crise e retrocesso democrático em vários países, especialmente no Brasil. Nas considerações finais, apresenta-se um quadro síntese com algumas noções-chave que podem ser inspiradoras para fazer avançar a agenda de pesquisa no campo e para estudos que se interessam em analisar a governança das políticas públicas, a partir de enfoques pragmatistas.

Do governo à governança: superando as dicotomias para a análise da ação pública

No âmbito da administração pública e das políticas públicas, a crise das democracias traz à tona o debate sobre a redefinição do Estado democrático, dos estilos de governança e de produção da coisa pública. Como discute Chris Ansell (2011), a crise atual revela uma clivagem entre as formas de representação e regulação (que garantem mandatos legítimos) e as formas de governança (gestão e formas de resolver os problemas públicos). Isso faz com que emergja em vários países uma descrença quanto à capacidade da administração pública e das políticas públicas para responderem aos problemas públicos, cada vez mais complexos e multifacetados. Isso tudo vai ampliar o descrédito na política e na administração pública – bem como nos servidores públicos – muitas vezes entendidos como sinônimos de um “mal necessário” pelo cidadão médio, estando associados, em muitos discursos, à corrupção, à ineficiência e ao corporativismo. Isso faz, com que a administração pública seja vista e interpretada por muitos como estando fora de controle democrático e sendo vazia de moral (Ansell, 2011).

Para fazer face ao duplo colapso de governabilidade e de governança do Estado, vários países do mundo vão buscar reformá-lo a partir dos anos 1970. A literatura especializada distingue, entretanto, duas ondas de reformas (Pollitt & Bouckaert, 2002), tendo por base modelos teóricos e práticas diferenciadas. Ansell (2012) e

outros autores da administração pública, discutem esse movimento que vai culminar em uma oposição entre duas perspectivas reformistas do Estado exemplificados pelas narrativas do *New Public Management* – NPM (Nova Administração Pública) e do *New Public Service* – NPS (Novo Serviço Público).

O movimento do NPM se intensifica a partir da década de 1970, como contraponto ao modelo burocrático de administração pública e diante da crise do Estado de bem-estar social, uma vez que, segundo muitos de seus críticos, os dilemas atribuídos pelos limites fiscais e a incapacidade de regulação das questões públicas, o tornaram inviáveis. A perspectiva de reforma do Estado aqui preconizada privilegia a adoção de estratégias e técnicas de gestão embasadas na lógica de mercado, enfatizando a competição e o foco nos resultados (Andion, 2012). Há então uma ideia de separação entre política e técnica, resultando no avanço de uma perspectiva gerencialista da governança pública. As propostas do NPM avançaram rapidamente em uma época de ascensão das ideologias neoliberais, logo espalhando-se pelo Norte e pelo Sul globais (Motta, 2013).

No entanto, no decorrer desses mais de 30 anos, as políticas públicas, as estruturas, os processos de trabalho e os instrumentos gerenciais, aplicados à governança pública e seus efeitos, têm sido crescentemente questionados. De acordo com Paulo Roberto Motta (2013: 4), “o otimismo e o entusiasmo inicial com o NPM reduziram-se, não por decepção ideológica, mas pelo fracasso nos resultados e na qualidade do serviço público.” Como discutido por vários estudos, mesmo quando mais empresariais, menos onerosas e mais eficientes, as administrações públicas não se tornaram mais favoráveis aos cidadãos após as reformas gerenciais (Motta, 2013; Kissler & Heidemann, 2006).

A partir dessas críticas, o NPS se estabelece como contraponto e novo “modelo” de reforma, ainda na década de 1990. O foco central dessa perspectiva é servir ao interesse público entendido como o “resultado do diálogo sobre valores compartilhados” (Denhardt & Denhardt, 2003: 67). Aqui, o engajamento do cidadão nas decisões públicas, de forma ativa e atuante, é colocado como fator preponderante. De acordo com Janet Denhardt e Robert Denhardt (2003) o NPS é inspirado no ideal de democracia participativa, preocupando-se em reafirmar a conexão entre os cidadãos e seus governos. A partir dessa leitura, a administração pública “andaria de mãos dadas” com os cidadãos de forma responsiva e construtiva por meio de uma estrutura dinâmica, criativa e inovadora capaz de se antecipar aos problemas.

Embora a perspectiva do NPS resgate a integração entre as dimensões política e administrativa, sua narrativa se caracteriza por conceber a administração pública

a partir de uma perspectiva normativa e idealizada que aparece como positiva e natural (Motta, 2013), assim como no discurso do NPM. Tal crítica é destacada por autores como Chris Ansell (2012) e Berk (2012), que nos convidam a olhar para as práticas e sair da armadilha da naturalização dos modelos ideais como saída para repensar a administração e a governança públicas, já que esses por si mesmos não respondem à resolução dos complexos problemas colocados às democracias, conforme discutido brevemente nessa introdução.

Ansell (2012) argumenta que apesar do avanço nas discussões no campo da gestão pública, as dicotomias e dualismos se tornam pouco produtivos para a compreensão das dinâmicas de governança e na análise das políticas públicas. Nessa mesma linha, Xavier Briggs (2008) destaca que soluções inovadoras para os problemas nas sociedades democráticas exige formas mais multidimensionais de ação e prestação de contas, envolvendo combinações hábeis de aprendizado e negociação por atores cívicos, indo além da retórica contemporânea do “agir em parceria” ou produzir política “de baixo para cima”. Como complementação, James Bohman (2008) e Ansell (2012) adicionam que tais modelos normativos e prescritivos acabam por encaixar tanto na teoria como na prática e suas experiências se tornam parte do próprio problema da administração pública na atualidade.

Diante disso, na tentativa de responder aos desafios atuais e transcender a oposição entre os clássicos modelos normativos, diversos autores têm buscado inspirações tanto do pragmatismo clássico americano, o qual possui como figura central o filósofo John Dewey, como também em autores pragmatistas contemporâneos, acessando novos prismas para repensar a administração pública, as políticas públicas e sua governança.

Ao seguirmos essas pistas, nos concentraremos neste texto em promover o diálogo entre dois campos disciplinares para imprimir um novo olhar sobre a administração pública, a governança e a análise das políticas públicas. Primeiramente, nos inspiramos nos autores da sociologia dos problemas públicos que tratam dos processos de investigação pública, inspirados no trabalho precursor de John Dewey (Bovet & Terzi, 2012; Cefaï, 2002; 2009; 2011; 2016; 2017; Cefaï & Terzi, 2012; Chateauraynaud, 2011; Frega, 2019; Joseph, 2004; Karsenti & Quéré, 2004; Quéré & Terzi, 2015; Stavo-Debaugé, 2012; Stavo-Debaugé & Trom 2004; Terzi, 2015; Zask, 2004).

Recorremos também a diversos estudos recentes no campo da administração pública que (re)discutem a gestão pública, a governança pública e a análise das políticas públicas fundamentados nos pragmatismos, com destaque para: Ansell (2011; 2012); Ansell, Sørensen e Torfing (2020); Bohman (2008; 2012); Briggs (2008); Dorf

e Sabel (1998), Zimmermann (2006); Lascoumes e Le Galès (2012), Sabel (2012), Sabel e Zeitlin (2011). Esses autores exploram a perspectiva de análise oferecida pelo “experimentalismo democrático”, trazendo pistas importantes para compreender os processos de governança e as políticas públicas enquanto estes fenômenos estão ocorrendo, e seus respectivos dilemas, concentrando-se na ação pública, como será mais explorado a seguir.

Pragmatismos e a sua contribuição para um novo olhar para o Estado e a administração pública

Aproximar os pragmatismos da administração pública e da análise da governança pública exige recuperar a herança da teoria da democracia radical proposta por Dewey (1927), que tem como ponto de partida a crítica à visão normativa do Estado e da própria democracia. O autor rejeita a interpretação “burocrática” ou “estatística” da democracia, baseada na ideia de maioria, encarando-a como um verdadeiro “modo de vida” (Stavo-Debaugé & Trom 2004: 197). A experiência compartilhada é um bem valioso para John Dewey, pois lugar de realização individual, de promoção de autonomia, de formação e de aprendizagem do viver junto. Como salienta Cefaï (2017), havia nesse momento uma “indagação social” que significava não apenas um sinal de modernização – com a difusão do espírito científico, da especialização e da tecnologia –, mas também a prática de intervenções a valorizarem as potencialidades do ambiente, numa perspectiva de concretizar os fins no intuito de promover melhorias na qualidade de vida das populações. Este era o sentido dos *social survey* na época e, em seguida, na pesquisa sociológica seja no trabalho social ou na política urbana dos anos 1920 promovida pelos sociólogos de Chicago.

Atualmente, passados quase cem anos, certamente o cenário das democracias se modificou enormemente, como discutido anteriormente, ampliando em muito o efeito da *Great Society*, denunciado por Dewey em seu livro *The public and its problems*, o que leva a formação de sociedades que são verdadeiros mosaicos, permeadas por desigualdades de vários tipos e compostas de públicos dispersos, móveis e plurais. Isso ainda é mais desafiador em países em desenvolvimento e de baixa renda, com fortes desigualdades, como o Brasil, no qual a ideia de público se coloca como verdadeira utopia, diante, até mesmo, da invisibilidade de muitos grupos e vozes. Tudo isso levanta uma série de questões sobre os alcances da democracia em suas diferentes matrizes, seja ela representativa, participativa ou deliberativa. Por outro lado, o cenário atual lança também pistas para novos entendimentos sobre a prática democrática cotidiana, que, nas palavras de Claude Lefort

(1986), é sempre uma obra inacabada, cujo sentido do que vem depois estará sempre em suspenso e será construído, com os desafios, os limites e as possibilidades dos espaços públicos nos quais essas democracias se inscrevem.

É diante de uma nova compreensão desse processo de “fazer política” que as ideias de Dewey parecem ganhar um novo fôlego. Mas essa retomada do pensamento Deweyano se dá, sob novas bases e lentes, considerando as importantes mudanças ocorridas nas últimas décadas nos sistemas políticos e nas práticas democráticas e na própria administração pública. Nesse sentido, gostaríamos inicialmente de discutir algumas noções-chave do pensamento pragmatista de Dewey, as quais vêm sendo resgatadas e discutidas por autores contemporâneos e que podem ser inspiradoras para (re)significar e lançar novas pistas para o estudo da administração pública, da governança e a análise das políticas públicas, como será discutido adiante.

Esse resgate das ideias de Dewey pelos autores contemporâneos destaca uma primeira noção central que diz respeito à importância de focalizar na *resolução dos problemas públicos*. De acordo com Ansell (2011), numa leitura pragmatista, o aprendizado coletivo e colaborativo é “orientado a problemas”. Tal perspectiva reflete a ênfase na relação adaptativa entre os seres humanos e seu ambiente natural e cultural. Segundo o autor, ao desafiar o conhecimento e a experiência estabelecidos, os problemas públicos também oferecem oportunidades críticas para a aprendizagem. Eles estimulam o questionamento e incentivam as pessoas a desenvolverem estratégias criativas para a solução das questões que vivenciam. O foco em problemas concretos também serve como estratégia frutífera para a interação política produtiva. Embora uma abordagem orientada a problemas não dissolva magicamente diferenças ou valores políticos, nem a cultura política, e os substitua por investigações racionais (Festenstein, 2001), o foco nos problemas pode ajudar as partes opostas a evitar disputas improdutivas e dogmáticas.

Uma segunda noção central na obra de Dewey e de outros pragmatistas clássicos recuperada pelos autores contemporâneos é a centralidade da *experiência*. De acordo com Maria Cristina Ferreira (2011), a noção de experiência está intimamente relacionada ao conjunto dos nossos sentidos, e estes, por sua vez, interagem com a cognição de um agente. No entanto, para Dewey (1956), a noção de experiência ultrapassa essa visão “cognitivista”, colaborando com a instauração ou na manutenção de hábitos. Dessa maneira, a experiência passa a ter relevância nas atividades cotidianas, principalmente através dos conhecimentos acumulados, uma vez que a experiência não se limita ao ato no presente, mas também remonta ao que foi aprendido no passado (incluindo as memórias) e se reporta ao futuro. O

ponto central para Dewey não é o sujeito nem o objeto, nem a natureza ou o espírito, mas as relações entre eles: e a experiência é o lugar central dessa interação. As ideias e os fatos não existem fora da experiência (Dewey, 1956).

Uma terceira noção importante e relacionada à noção de experiência trata da *indagação/inquirição/investigação*. É no livro *Lógica, a teoria da investigação*, publicado já no final de sua vida, que Dewey dispõe integralmente a sua teoria da investigação, problematizando a lógica e contextualizando-a em sua teoria, relacionando-a com suas concepções filosóficas, educacionais e sociais. A teoria da investigação ou, como Dewey a denominou, a lógica, de acordo com Maria N. Amaral (2007), não consiste em uma teoria no seu sentido abstrato, ou seja, em analogias dedutivas entre enunciados, mas sim numa teoria que versa sobre a relação dos seres humanos com seus ambientes, destacando assim a importância da experiência situada e do processo de experimentação.

Como dispõe Caio Cabral (2014), o que consiste no ato de investigar para Dewey é a conexão entre o pensamento reflexivo e a inquirição objetiva. O ato de investigar passa a ser então entendido como o artifício adequado para viabilizar o conhecimento válido, ou seja, um conjunto de “asserções garantidas” experimentalmente e de caráter progressivo. No entanto, o processo investigativo não se limita apenas à observação e à experimentação em si, mas também leva em conta as teorias, os conceitos, as formas lógicas e o próprio conhecimento, os quais emergem do próprio processo de pesquisa e de experimentação, servindo como instrumentos para o decorrer do próprio ato investigativo ou para novas investigações com o intuito principal de solucionar situações problemáticas. O conhecimento é compreendido pelo autor como solução prática de situações problemáticas que são vivenciadas na natureza. Essa solução é encontrada pelo processo de investigação colocado em prática pelas pessoas, sendo o conhecimento então o “término apropriado da investigação” (Dewey, 1956: 8).

Esse conhecimento então torna-se instrumento possível de manipulação pelas pessoas experimentalmente, ou “utilizados na condução de novas investigações em novas situações problemáticas” (Dewey, 1956: 119). Apesar da importância dada pelo filósofo à ciência, o processo de investigação para ele está relacionado também e sobretudo aos problemas gerais da vida cotidiana. Para Dewey (1956), o processo investigativo em torno das situações problemáticas geralmente ocorre de forma coletiva, uma vez que as pessoas, isoladamente, pouco podem fazer para satisfazer às suas condições de vida, já que essa ocorre em sociedade. Assim, o filósofo destaca que os conhecimentos e a inteligência advindos desse processo de investigação é algo experimental e construtivo, que se desenvolve a partir das con-

tribuições das diversas pessoas e, por esse motivo, é capaz de gerar conhecimentos com maior qualidade.

Assim, o conhecimento deriva da associação e da comunicação, o que torna possível, mesmo que de forma indireta, influenciar o processo de reconstrução de hábitos em alguma direção determinada. As noções de experiência e de investigação em torno de problemas tornam-se centrais na teoria democrática de Dewey, pois a centralidade da experiência e da investigação em torno dos problemas públicos é essencial para a formação dos públicos, o que consiste para o filósofo a base estruturante do Estado democrático.

Para o autor, o fortalecimento do Estado democrático está relacionado com a formação dos “públicos”, que surgem da experiência associativa e da consideração das consequências dessa experiência. Assim, Dewey (1927: 131, grifo nosso) argumenta que “o alicerce do desenvolvimento do Estado é o *reconhecimento público dos problemas da ação associada*”, que acontece na prática diária. Em outras palavras, é a constituição de interesses comuns e sua publicização, ou seja, constituição dos públicos, que cultivam as bases da democracia. “O público, portanto, é constituído por todos aqueles que se veem afetados pelas tramas sociais e, por conta disso, encontram-se forçosamente envolvidos com outros com quem compartilham o desenvolvimento das consequências”.

Cefaï (2017) retoma essa noção de público entendida como comunidade que se constitui em torno de “*public issues*” (questões públicas); o que reengendra um mundo que, por mais dividido que seja, nos cabe em comum. Esse processo pode gerar oportunidades para que os públicos influenciem nas trajetórias de seus territórios e na construção de novos futuros possíveis. É nessa dinâmica de constituição do público, de reconhecimento da situação problemática e de suas consequências na busca de respostas para tais problemas, que se constitui a investigação pública. Para Cefaï (2017: 189), essa capacidade de investigação, que não é exclusiva de especialistas, refere-se “à condição dos públicos de perceberem a consequência de situações problemáticas, nomeá-las, identificá-las, interpretá-las, construir conhecimento e propor soluções para elas”. Nesse sentido, os cidadãos comuns são capazes de uma “atitude de cognição” (Cefaï, 2016: 24) e de adotar métodos para fazer frente aos problemas públicos, ou seja, eles são capazes de fazer política pública.

Mas como tais noções, brevemente exploradas aqui, se aplicam e podem ajudar na análise da governança e das políticas públicas? A seguir discutimos mais de perto essa questão, buscando evidenciar como as noções de investigação pública e experimentação podem ser empregadas na análise das políticas públicas.

Explorando o campo das políticas públicas e as contribuições da perspectiva pragmatista de análise

O campo de análise de políticas públicas tem sua origem intrinsecamente relacionada ao pragmatismo clássico, já que um dos “pais” fundadores do campo e criador do termo – Harold Lasswell (1902-1978) – estudou na Universidade de Chicago e foi fortemente influenciado pelas ideias de John Dewey. Entretanto, a perspectiva mais “pragmática” do que “pragmatista” que inaugura o campo de análise de políticas públicas vai claramente se afastar da noção de democracia radical e das propostas de Dewey, brevemente exploradas acima, e se filiar mais a uma abordagem funcionalista (na qual Lasswell também se inspirava), buscando fazer com que o conhecimento acadêmico direcionasse a prática dos governos, num viés de modernização e regulação social (Lascoumes & Le Galès, 2012).

Com a consolidação do campo, embora novas perspectivas analíticas emergjam, esse viés normativo-prescritivo se fortalece e assume papel preponderante, ganhando a etiqueta de análise racional de políticas públicas (Boullosa, 2013). Conforme discutem Frank Fischer, Gerald Miller e Mara Sidney (2007: 14), até os anos 1960 tal perspectiva racional predominava e “os problemas públicos e as políticas públicas existiam como fatos a serem apreendidos pelo analista, a partir da utilização do método científico, conduzindo à hegemonia de uma abordagem positivista”.

Essa perspectiva expandiu-se no campo a partir da década de 1960, com a propagação de teorias que postulavam estratégias de maximização dos interesses, da racionalização e do princípio da eficiência para direcionar as ações governamentais (Lascoumes & Le Galès, 2012). Com o passar dos anos, novas abordagens, conceitos e entendimentos foram sendo desenvolvidos, configurando o campo como difuso, permeados por diversas abordagens teóricas e modelos. Isso se reflete na própria interpretação da política pública que pode ser definida e compreendida a partir de diferentes lentes, dependendo do autor de referência, como exemplificado no Quadro 1.

Essa amplitude de definições ilustra como o campo de análise de políticas públicas vem se expandido consideravelmente nas últimas décadas, tanto no contexto internacional quanto no Brasil (Souza, 2007). Diversas são as perspectivas de estudos nesse campo, indo de leituras mais teóricas e gerais, centrando-se na discussão das definições dos conceitos, paradigmas, teorias e abordagens analíticas, até questões mais específicas e empíricas, incluindo o ciclo de gestão das políticas públicas, envolvendo seu planejamento, implementação e avaliação. Com isso, especialmente a partir dos anos 1970, emerge uma série de estudos que se contrapõe e faz uma crítica à análise racional de políticas públicas.

QUADRO 1
DEFINIÇÕES SOBRE AS POLÍTICAS PÚBLICAS NA LITERATURA

Autor	Definição e dimensões de análise
Thoenig (1973)	Designa as intervenções de uma autoridade investida em poder público e de legitimidade governamental sobre um domínio específico da sociedade ou do território.
Dye (1976)	Tudo aquilo que os governos escolhem fazer ou não fazer.
Lipsky (1980)	Atividade de execução, elaborada pelos burocratas de rua.
Lynn (1980)	Conjunto de ações do governo que irão produzir efeitos específicos.
Muller (1989)	Uma forma de institucionalização da divisão do trabalho governamental [...], operação de recorte do real, através da qual a substância dos problemas a serem enfrentados ou a natureza das populações afetadas serão delimitadas e formatadas.
March (1991)	Heterogeneidade das sequências das ações, sua combinação aleatória e racionalização.
Rose (1994)	Um programa de ação governamental que consiste numa combinação específica de leis, destinação de recursos financeiros, administrativos e humanos para a realização de objetivos mais ou menos definidos com clareza.
Commailles (1999)	Espaço de negociação de interesses sociais.
Considine (2005)	Interações entre atores e instituições.
Page (2006)	Combinação de quatro elementos: uma representação geral sobre a maneira de conduzir os negócios públicos, prioridades específicas, decisões e instrumentos e comportamento dos funcionários em realizar as medidas estabelecidas.
Dryzek (2006)	Discursos de convicção.

Fonte: Elaborado pelos autores, com base nos autores citados.

Sem adentrar numa discussão aprofundada da multiplicidade de abordagens e modelos de análise de políticas públicas, o que fugiria do escopo deste ensaio, apresentamos a seguir, no Quadro 2, uma síntese das principais abordagens teóricas predominantes no campo, seus aspectos centrais e os principais autores, o que evidencia o predomínio das abordagens racionais-legais de análise, apesar da diversificação epistemológica e paradigmática do campo nas últimas décadas.

Essa constatação é confirmada por Michael Howlett, M. Ramesh e Anthony Perl (2013), que, ao fazerem uma análise epistemológica do campo de estudos sobre as políticas públicas, destacam duas principais vertentes: a análise racional de políticas públicas (*policy analysis*) e os estudos sobre políticas (*policy studies*). A primeira vertente, segundo os autores mais tradicional, ancora-se numa concepção positivista e racional que compreende a política pública enquanto fato, expressada a partir das ações governamentais, caracterizando a centralidade do governo e a perspectiva hierárquica de cima para baixo. O foco da análise está na avaliação formal, racional e neutra dos resultados (*outputs*) e do impacto (*outcomes*) das políticas, a partir de métodos quantitativos, preocupando-se, assim, mais com os fins do que com o processo. Essa abordagem tem sido muito aplicada nos estudos da administração pública no Brasil, a partir de uma orientação racional-instrumental, considerada por Rosana Boullosa (2013) como resultado da forte influência da corrente norte-americana nas escolas de administração pública do país.

QUADRO 2
ABORDAGENS TEÓRICAS DOMINANTES NA ANÁLISE DAS POLÍTICAS PÚBLICAS

Abordagens teóricas dominantes	Aspectos centrais das teorias	Autores
Racional	Problema como fato a ser apreendido pelo pesquisador a partir de procedimentos científicos. Comparação exaustiva de alternativas, com base em análise de custo-benefício. Ciclo de política pública como uma sucessão lógica e cronológica de etapas. A formulação (decisão) é muitas vezes considerada como a etapa fundamental do processo, da qual decorre a implementação (abordagem <i>top-down</i> da implementação). A política escolhida é vista como “a” melhor alternativa.	Lasswell (1936)
Racionalidade limitada	Existência de limitações informacionais e cognitivas na definição do problema e no estudo de alternativas. A política escolhida é a melhor diante das informações disponíveis e da capacidade de processamento de informações no estudo de alternativas.	Simon (1972)
Incrementalismo e Teoria do Ótimo Normativo	Influência de fatores políticos e de valores no estudo de alternativas. Limitações de tempo e de recurso dificultam o estudo exaustivo de alternativas. As comparações se dão como um processo sucessivo e limitado. A alternativa é escolhida com base em um processo de tentativa e erro. O processo de formulação é incremental. A alternativa é a possível (inclusive considerando fatores políticos) e não “a melhor” e ótima. Influência de fatores extrarracionais.	Easton (1953; 1965); (Lindblom, 1959); Baratz e Lukes (1963); Etzioni, Lowi e Barch (1969)
<i>Garbage Can</i>	Inversão da sequência problema-solução. Diante de limitações das capacidades estatais, os gestores escolhem o problema a ser “resolvido”. Soluções desenvolvidas anteriormente são buscadas numa “lata de lixo” para solucionar o problema escolhido.	Cohen, March e Olsen (1972)
Neo-institucionalismo: ▢ Escolha racional ▢ Sociológico ▢ Histórico	Os atores que tomam a decisão (formuladores) – selecionando a alternativa a ser adotada – são condicionados por instituições formais e informais (regras, incentivos etc.).	Katznelson (1981); Thelen; Steinmo, (1992); Skocpol (1992); Hattari (1993); Evans (1993); Limongi (1994); Immergut, (1998); Hall; Taylor (2003)

Fonte: Elaborado pelos autores com base nos trabalhos de Farah (2016), Marques e Faria (2013) e Souza (2007).

Quanto à segunda vertente, os autores a caracterizam como antipositivista, permitindo a ampliação na compreensão da política pública e em suas dimensões de análise, baseando-se numa visão mais interpretativa dos processos de política pública e destacando o seu caráter político. De forma diversa da concepção racional, destacam que há uma série de determinantes e condicionantes que influenciam os processos de políticas públicas e, conseqüentemente, os seus resultados e, por conseguinte, buscam examinar não apenas os efeitos das políticas e programas públicos, mas também suas pressuposições, seus processos, bem como o conteúdo das políticas que estão imersas em sistemas políticos (Howlett, Ramesh & Perl, 2013).

Dito isso, pode-se constatar aqui a mesma polarização criticada por Ansell (2011) no campo da administração pública, que leva a privilegiar análises pouco capazes de levar em consideração as múltiplas dimensões e escalas das políticas públicas, bem como examiná-las *in situ*, sendo gestadas – já que privilegiam modelos normativos

e prescritivos e focalizam pouco os processos de enfrentamento dos problemas públicos na prática – a partir de sistemas de governança multiatores e multissetores.

Diante dessas lacunas, acredita-se que as lentes pragmatistas, brevemente exploradas na sessão anterior, permitem conceber uma perspectiva diferenciada para a análise das políticas públicas, permitindo acompanhar – *in vivo* – a experiência processual da ação pública coproduzida por múltiplos atores em diferentes escalas espaciais e temporais e em diferentes situações vivenciadas. Trata-se aqui, não de negar as abordagens anteriores, mas colocá-las para dialogar, fixando o foco principalmente sobre a governança das políticas, nos processos e dinâmicas de investigação pública e nas experimentações democráticas (Ansell, 2011; 2012; Berk, 2012; Frega, 2019) que ocorrem nas arenas públicas, como será explorado na próxima seção.

Análise pragmatista de políticas públicas: investigação pública e experimentação democrática em arenas públicas

No campo da administração pública, as perspectivas pragmatistas de análise têm sido resgatadas por diferentes atores, ganhando força principalmente a partir de década de 1990. Michael Dorf e Charles Sabel (1998), ancorados no trabalho de Dewey, advogam por uma nova forma de compreender a governança pública a partir do experimentalismo democrático, na qual prevalece um processo de descentralização do poder para permitir que cidadãos e outros atores utilizem seu conhecimento local para encontrar soluções para suas circunstâncias individuais, assim como para as coletivas.

Patricia Shields (2008: 5), por sua vez, resgata as noções de investigação pública e experimentação, defendendo que tais noções fornecem uma lente útil para mostrar como a democracia participativa pode nutrir um serviço público criativo e colaborativo, uma vez que, junto com os demais atores, os administradores públicos podem examinar com mais eficiência como eles abordam os problemas, consideram os dados e se comunicam. Além disso, a autora salienta que tais noções “também reconciliam algumas das controvérsias importantes na administração pública, como a dicotomia prática/teoria, o papel da especialização e as formas de incluir a democracia na prática”.

Ao resgatar a ideia central de democracia como resposta de determinados problemas, Briggs (2008) argumenta que a teoria e a prática da democracia (e o que a faz funcionar) incluem, necessariamente, o estudo da solução de problemas em ação e

a capacidade coletiva de resolver problemas. Isso não apenas para deliberar sobre o mundo e definir rumos para o governo, mas para mudar o estado do mundo, por meio da ação coletiva; ou seja, não apenas para decidir, mas para fazer. O autor destaca a importância de a administração pública considerar a ação pública local no enfrentamento dos problemas públicos, uma vez que é possível construir formas efetivas de capacidade cívica, mesmo quando a história não dota o lugar com uma tradição de cooperação cívica ou confiança generalizada em instituições públicas.

A *ação pública* é assim coproduzida no encontro de diversas ações coletivas que se encontram e assim podem forjar a ordem social e política, a direção da sociedade, a regulação de suas tensões, a coordenação dos grupos e resolução dos conflitos (Lascoumes & Le Galès, 2007). Nesse sentido, a ação pública engloba as políticas públicas, mas não se reduz a estas. Como sugere Luís Miguel Carvalho (2015), a política pública pode ser analisada focalizando os entes governamentais, mas também pode ser vista e examinada, no próprio curso da ação social, indo além do governo.

Consequentemente [...] a adoção do prisma da ação pública altera a perspectiva e a focalização das políticas públicas. E essa alteração pode ser associada a dois grandes planos: *o da ampliação dos contextos de ação* – e de atores – que são tomados como significativos para a análise das políticas; *o da ruptura com visões lineares e verticais* das políticas públicas e seus processos (Carvalho, 2015: 317).

Nessa mesma linha, Ansell (2011), ao discutir sobre as democracias modernas, parte da concepção deweyana da democracia e salienta que a análise das instituições representativas tradicionais são insuficientes diante da complexidade dos problemas socioambientais vivenciados na atualidade. O autor resgata alguns pensadores pragmatistas, como John Dewey, Mary Parker Follet e Jane Addams, que já salientavam que as instituições públicas precisam complementar os canais tradicionais de representação com formas mais diretas e deliberativas de construção de consentimento, com foco na resolução de problemas públicos. Nesse sentido, o autor argumenta que as organizações públicas podem servir como vetor importante de fortalecimento da democracia, porque podem construir o consentimento da sociedade para as políticas, por meio da resolução eficaz de problemas locais junto aos públicos e do redesenho das instituições.

Os autores citados trazem, a nosso ver, importantes contribuições para análise das políticas públicas e sua governança, ao salientarem a importância das “experimentações democráticas”, que podem emergir de dinâmicas de investigação pública anteriormente exploradas e, assim fazendo, podem contribuir para relacionar as

dimensões institucionais da regulação e da legitimidade com a dimensão da resolução dos problemas na administração pública (Fung & Wright, 2003; Bohman, 2004; Shields, 2008; Briggs, 2008; Ansell, 2012; Frega, 2019).

Em virtude dessa mesma compreensão em seu livro *Pragmatismo e uma visão ampla da democracia*, de 2019, Roberto Frega recoloca a questão da crise das democracias liberais discutida na introdução desse artigo. Para o autor, essa crise vai muito além de uma crise apenas institucional-legal (de procedimentos). Ela também não se resume a uma crise de regimes de governança ou ao mero esvaziamento da substância “participativa” da democracia. Para Frega (2019), o desafio passa por (re)pensar e (re)construir a forma como entendemos e olhamos as democracias. Trata-se de considerá-las como democracias para além de seu aspecto formal, vistas enquanto combinações de instituições e regras que traduzem fielmente os anseios populares na política. Isso significa considerar as potencialidades dos *diversos padrões de interação social* ou de ação pública que compõem as democracias enquanto fonte de ação criativa, de inovação social e de transformação do instituído.

Compreender os processos de *experimentação democrática* nas ações públicas é proposto por esses autores como caminho para entender como ocorre – ou não – a interface entre as democracias e os processos de *inovação social* (Frega, 2019), ou seja, como os diversos “públicos” se engajam em processos para fazer face aos problemas públicos e reinventar o instituído. Para complementar, Ansell (2012) destaca que a perspectiva pragmatista não assume que a transformação/inovação vá ocorrer e, por isso, o foco das análises é mais o de compreender e fomentar as condições para que essas transformações possam acontecer.

Chris Ansell (2012) e Roberto Frega (2019) destacam, nesse sentido, a centralidade das instituições, que nessa concepção podem ser acessadas não apenas pela análise dos *dispositivos e instrumentos* (leis, normas, regras, rotinas, procedimentos e convenções sociais), mas a partir de interações sociais que constituem, no cotidiano, as democracias. As instituições, sejam elas sociais ou políticas, são um dos pilares da concepção pragmatista de democracia, já que uma sociedade cujas instituições não estão devidamente democratizadas constitui-se uma sociedade antidemocrática. Este julgamento diz respeito ao mesmo tempo às instituições – particularmente, mas não exclusivamente políticas – como possíveis agentes de democratização da sociedade e como locais onde a vida social pode se desenvolver, de acordo com padrões democráticos (Frega, 2019: 272).

Assim, os autores chamam atenção para a importância do *desenho das instituições* na prática ou esse “*artesanato democrático*” e seu potencial de, ao mesmo tempo,

fortalecer os hábitos democráticos e promover diferentes formas e espaços de interações sociais nos diversos níveis da vida social. Por outro lado, essa “experimentação” pode contribuir para identificar, articular e resolver problemas sociais concebidos como problemas dos “públicos”, ou seja, problemas que o cidadão comum considera digno de resolução (Frega, 2019).

Apesar de a literatura sobre experimentação democrática claramente priorizar as instituições e organizações como agentes de inovação social, existe uma diversidade de formas de experimentação social que ocorre fora de ambientes institucionais e organizacionais. Assim, o processo de democratização amparado na inovação social relaciona-se à *criatividade e ao potencial inovador de “formas diversas, mas não menos significativas, formas de experimentação social* que ocorrem onde novas linguagens, novos quadros interpretativos, novas visões para o futuro estão constantemente em formação” (Frega, 2019: 302).

Portanto, tal perspectiva de um “*experimentalismo democrático*” defendida por Frega (2019: 287), amparada na investigação pública, pode possibilitar compreender de outra forma as políticas públicas e sua governança, ajudando a construir vias para torná-las mais reflexivas, efetivas, democráticas e legítimas, questões centrais no cenário de retrocesso democrático que vivenciamos. Trata-se de processo contínuo de “experimentar” que pode gerar um potencial de inovação social e novos regimes de ações coletivas, de governança das políticas públicas, de ação pública e de interações socioestatais.

Para o autor as instituições são *experimentalistas* na medida em que:

- i. aumentam as oportunidades de experimentar soluções alternativas para problemas complexos;
- ii. institucionalizam o exercício da dúvida voltado para o questionamento permanente das rotinas;
- iii. enfatizam que os experimentos de teste têm, em primeiro lugar, validade local porque estão enraizados em problemas cuja forma não é universal, mas depende de variáveis contextuais; e
- iv. definem procedimentos padrão para permitir a comparação de dados produzidos, de acordo com procedimentos homogêneos, preservando a autonomia local e, ao mesmo tempo, possibilitando a aprendizagem coletiva.

Democráticas pois:

- i.* por meio da descentralização, aumentam a chance de que aqueles que são afetados por um problema possam participar da busca de soluções;
- ii.* promovem ampla inclusão, ampliando a participação desde a percepção inicial de um problema até o momento final da tomada de decisão em todo o processo de investigação social; e
- iii.* valorizam os recursos epistêmicos dos atores locais, impulsionando os ativos ao invés de envolvimento passivo em práticas e instituições sociais.

Cumpra lembrar que o experimentalismo democrático não é algo natural na administração pública, nem conquistado de uma vez por todas, mas sim algo que está em constante construção e, por esse motivo, exige constante engajamento ante as mudanças e situações desafiadoras. O processo de “inquirição” é aprendido enquanto exercitado e, dessa maneira, requer esforço na construção de práticas e hábitos de indagação e de construção de aprendizado social.

Outra questão também destacada pelos autores é que o aprendizado social e as experiências de experimentação democrática requerem, necessariamente, a inclusão social e a constante reflexividade. Logo, diante dessas características, torna-se importante o fortalecimento das redes, do envolvimento de diferentes públicos, especialistas e leigos, do centro e da periferia, com maior e menor poder, favorecendo a pluralidade, a coconstrução de conhecimento, a partir do encontro de saberes e de aprendizagem colaborativa (Ansell, 2012; Frega, 2019).

Para complementar, Frega (2019) destaca:

As decisões tenderão a afetar diferentes grupos de formas diversas, de modo que sua legitimidade e eficácia requerem efetiva inclusão nos processos de investigação e, em certa medida, nos processos de gestão (Frega, 2019: 299).

Em outras palavras, o autor refere-se à necessidade da construção de modos de governança colaborativa dos problemas e dos projetos de reforma e gestão dos recursos coletivos. Ansell (2012) também destaca que a governança colaborativa é fundamental para processos de experimentação, pois pode promover processos reflexivos, criativos e geradores de aprendizagem diante dos problemas enfrentados e, assim, o passo intermediário entre a definição e a solução do problema é o próprio processo colaborativo de investigação e experimentação.

Diante disso, acreditamos que focalizar nos processos de investigação pública/experimentação democrática pode ser frutífero para a análise das políticas públicas e sua governança, uma vez que, como destaca Frega (2019), tais processos podem permitir integrar ambas as dimensões da democracia: a participação na tomada de decisões e o envolvimento na solução de problemas, ou seja, trata-se não somente de influenciar as agendas políticas, mas de envolver-se na construção/implementação concreta das políticas; compreendendo a política enquanto essa é exercida, vivida, “*en train de se faire*” (sendo feita).

Com base nas considerações feitas até aqui, acredita-se que uma análise pragmatista das políticas públicas pode contribuir para compreender melhor como ocorrem as dinâmicas de investigação pública e experimentação democrática na governança das políticas, seus alcances, limites e seus efeitos. A seguir, no Quadro 3, buscamos delinear as diferenças e contribuições dessa abordagem analítica em relação às vertentes positivistas e antipositivista anteriormente exploradas.

Uma análise pragmatista considera, então, que as políticas públicas, compreendidas pela lente da “ação pública” são promovidas por diferentes atores em resposta aos problemas públicos vivenciados. Essas têm como *locus* central a esfera pública, que passa a ser compreendida sob uma outra ótica, diferentemente daquela tradicionalmente concebida por Jürgen Habermas (1984). Cefaï (2017) argumenta que, atualmente, os espaços públicos são mais híbridos, dinâmicos e até mesmo virtuais, caracterizados por múltiplos atores em interação. O autor propõe então compreendê-la a partir da noção de “*arena pública*” (Cefaï, 2002) que vai além dos dispositivos institucionais, técnicos ou jurídicos da ação pública e dos espaços de posições estruturadas de um campo político. É um espaço de combate, de disputas, mas também de construção de acordos, realizações e performances que promovem efeitos em termos de ação pública.

Nas arenas públicas, podem se engajar – ou não – uma multiplicidade de atores, a partir de uma pluralidade de regimes de engajamento e interesses, o que pode gerar processos de investigação pública em torno das situações problemáticas vivenciadas. Logo, destaca-se a importância de uma visão multicêntrica, que permita considerar a diversidade e a pluralidade de atores e de suas interações nas arenas públicas.

Outra questão importante na visão pragmatista é que, apesar de o foco de análise estar na ação pública situada/territorializada, dá-se lugar para a análise de *diferentes escalas* em que o problema público e a política pública se constituem, ou seja, torna-se central compreender como as decisões e as ações que se estabelecem em

QUADRO 3
PRINCIPAIS ABORDAGENS DE ANÁLISE
DAS POLÍTICAS PÚBLICAS EM COTEJO COM A ABORDAGEM PRAGMATISTA

Elementos de análise	Abordagem racional (<i>Policy analysis</i>)	Abordagem argumentativa (<i>Policy studies</i>)	Abordagem pragmatista
Compreensão de política pública	Ação governamental que se expressa por meio dos registros oficiais da tomada de decisão governamental tais como leis, atos, regulamentações e relatórios oficiais.	Diferentes compreensões, que incluem na análise as ações, os atores, os espaços e os argumentos, destacando o processo e o caráter político do fazer político.	Ação pública, que vai além da política pública, em resposta aos problemas públicos. Trata-se de um processo de experimentação, de codefinição e codomínio das situações problemáticas
Espaço, lócus	Governo.	Diferentes organizações como não governamentais, privadas, movimentos sociais.	Arenas públicas, articulações negociadas, redes.
Dimensões de análise	O foco está nos resultados e em sua relação com o planejado/formulado, a partir de uma análise neutra e racional, sobretudo de caráter quantitativo.	Análise interpretativa, considerando o processo e o caráter político das políticas públicas.	Busca compreender as experiências, a política enquanto elas estão sendo feitas e acontecem e os múltiplos enquadramentos, engajamentos e visões dos atores
Escalas de análise	Macroestratégica.	Nos diferentes níveis, estratégico, operacional e básico.	Em todo espectro da ação pública, buscando ressaltar a interconexão entre as escalas da realidade (macro, meso e micro).
Compreensão do problema público	Algo dado <i>a priori</i> a partir de análises oficiais e estatísticas.	Considera as múltiplas dimensões dos problemas públicos.	Percepções compartilhadas em processos de codefinição e de codomínio de situações percebidas como problemáticas que provocam a mobilização de diversos atores que passam a agir coletivamente nas arenas públicas.
Atores centrais e protagonismo	Atores governamentais, protagonismo dos especialistas.	Diversidade de atores, públicos, privados e sociedade civil.	Multiplicidades de atores, interesses, e formas de engajamento.
Relação entre os atores	Relação instrumental, barganha.	Diferentes tipos de relação e discursos.	Múltiplas formas de relações, caracterizadas por processos de cooperação e competição.
Lógica de Governança da PP	Governança centrada no governo, hierárquica <i>top-down</i> .	Governança participativa .	Governança colaborativa, experimentalista.
Estudos e atores centrais	Lasswell (1950), Simon (1957).	Fisher e Forester (1996); Hajer (1996); Radin (2000); Stone (2002); Fischer, Miller e Sidney (2007a; b).	Dorf e Sabel (1998); Zimmermann (2006); Shields (2008); Sabel e Zeitlin (2015); Ansell (2011; 2012); Berk (2012); Lascoumes e Le Galès (2012).

Fonte: Elaborado pelos autores.

diferentes escalas influenciam umas às outras, como as ações e mudanças podem incidir no processo de governança do problema público e na própria política pública.

Dessa forma, para compreender e analisar as políticas públicas torna-se essencial olhar para as práticas, ou seja, acompanhar – *in vivo* – a experiência processual de múltiplos atores em diferentes escalas espaciais e temporais e em diferentes si-

tuações vivenciadas e experimentadas (Gonsalves & Andion, 2019). Nesse sentido, abordagens analíticas que priorizem a *etnografia de arenas públicas* (Magalhães, Andion & Alperstedt, 2020; Andion, 2020) colocam-se como alternativas metodológicas interessantes para examinar as políticas públicas de outro modo.

Trata-se de considerar as políticas públicas enquanto elas se produzem, imersas em situações/experiências de resolução de problemas públicos. Para tanto, é importante capturar as diferentes cenas do “fazer política”, nas quais diversos atores e actantes (Latour, 2012) com origens distintas têm poder de agência e fazem emergir múltiplas ações coletivas e formas de engajamento, eventos, memórias, representações e argumentos, instituições (normas, regras, convenções, procedimentos), processos, práticas e efeitos produzidos no tempo e no espaço. Considerar essa rede intrincada de interações e as suas consequências nos parece essencial para compreender as dinâmicas de transformação da ação pública e seus efeitos reais na atualidade.

Considerações finais

Buscamos neste ensaio teórico evidenciar as contribuições da aplicação de uma leitura pragmatista, sobretudo aquela ancorada na teoria da democracia radical de John Dewey, para a análise da governança e das políticas públicas. Para finalizar, no Quadro 4, a seguir, apresentamos uma síntese das noções-chave e dos aspectos centrais das dinâmicas de investigação pública e de experimentação democrática exploradas no ensaio teórico aqui proposto.

Entretanto, é preciso lembrar, como salienta Dewey (1956: 560) em sua obra *Lógica, teoria da investigação*, que:

2. Para conhecer melhor as aplicações da etnografia de arenas públicas em estudos empíricos recomendamos a leitura das pesquisas realizadas no quadro do Núcleo de Inovações Sociais na Esfera Pública, no âmbito da Universidade do Estado de Santa Catarina. Em particular, recomenda-se as teses de Magalhães (2020) e Santo (2021).

Os conceitos teóricos significativos começam a desempenhar seu papel unicamente quando o problema em questão é claro e definido; quer dizer a teoria por si só não pode dizer que relações podem ser estabelecidas e como pode ser entendido um determinado fenômeno (Dewey, 1956: 560).

Para transformar uma situação indeterminada em uma situação problemática não basta, segundo Dewey (1950), uma aproximação teórica, faz-se necessário adentrar o fenômeno e suas interações práticas². Esperamos assim que este ensaio seja inspirador para as pesquisas empíricas, ensejando novos enfoques analíticos e questões para o estudo da governança e a análise das políticas públicas, contribuindo para construção de novas trilhas e caminhos de fortalecimento das democracias, num mundo em que as mesmas estão cada vez mais em xeque em vários países e especialmente no Brasil.

QUADRO 4
NOÇÕES-CHAVE DO PRAGMATISMO
PARA ANÁLISE DA GOVERNANÇA E DAS POLÍTICAS PÚBLICAS

Estado democrático e ação pública: Existe uma diversidade de formas políticas e o arquétipo de Estado unificado ou do bom Estado é um mito. A formação do Estado é um processo experimental o qual está associado aos processos de investigação pública, por meio do engajamento dos públicos com os seus próprios problemas. É assim que o Estado democrático se forma e se transforma.
Investigação pública: Confrontadas com uma situação problemática é possível que as pessoas se inquietem, se interroguem, investiguem, experimentem, discutam, tentem definir o problema, determinar suas causas e seus efeitos e estabelecer as responsabilidades. Podem associar-se e organizar-se, tomar a palavra, testemunhar, avaliar, argumentar, criticar, deliberar, interpor a opinião e os poderes públicos. Essa dinâmica coletiva pode fazer emergir ao mesmo tempo novas agendas de políticas públicas e novos públicos. Ela também é importante para garantir a publicização e o reconhecimento das questões públicas.
Público: Conjunto de pessoas, organizações e instituições indiretamente afetadas pela percepção compartilhada das consequências indesejadas da situação problemática e que podem ou não se mobilizar ou se sensibilizar para tentar resolvê-la.
Situação problemática: Situação que surge de um incômodo, de uma consequência percebida, que provoca perguntas e que, portanto, leva ao exame, ao debate e à investigação. Relaciona-se a uma experiência, por isso não é apenas sentida, mas também vivenciada.
Arena pública: Vai além dos dispositivos institucionais, técnicos ou jurídicos da ação pública e dos espaços de posições estruturadas de um campo político. É um lugar de combate, disputas, mas também de construção de acordos e realização de performances que promovem efeitos na ação pública.
Problematização: compreensão mais aprofundada e refletida de uma situação pública, suas causas, consequências e responsáveis etc.
Publicização: As consequências de uma situação problemática não concernem apenas àqueles indivíduos que a sofrem diretamente. Elas criam públicos que buscam agir sobre o problema e que também vão buscar novas composições e coalizões para o seu enfrentamento.
Experimentação democrática: Trata-se de um processo de resolução de problemas que alia inquirição (questionamento, construção de conhecimento e teste) com abordagens inclusivas e democráticas. Relaciona-se com a capacidade resolver os problemas comuns em resposta às crises externas, de forma colaborativa, gerando inteligência coletiva.
Investigação pública – elementos centrais
▫ Não é um processo natural; nem sempre um distúrbio ou situação problemática vai gerar uma investigação. É um processo dinâmico de resolução de problemas que envolve sentimento, observação, análise, hipótese e ação experimental. ▫ Os resultados da investigação são fundamentalmente provisórios: quaisquer resultados alcançados pela investigação (que podem ser codificados como “leis”, “princípios” e assim por diante) devem ser entendidos como “confiáveis” ou “garantidos”, mas nunca absolutamente “verdadeiros”. Por isso a importância da criação do hábito/cultura da dúvida, do aprendizado evolutivo. ▫ É um processo que está sujeito a erros, a modificação, idas e vindas, por isso precisa ser autocorretivo. Diante de ambientes complexos e em constante mudança, as técnicas padrões de respostas e suposições específicas de qualquer investigação devem permanecer abertas para correção, modificação ou exclusão. ▫ A investigação nesse caso é sempre social: envolve colaboração e comunicação entre pessoas. A comunicação e a diversidade de atores e olhares sobre o problema em questão permite fomentar as possibilidades de pensamento reflexivo, aprendizado coletivo e do potencial de inovações. ▫ Apresenta ainda uma dimensão normativa de imputar responsabilidades, denunciar negligências, designar vítimas e culpados. ▫ A publicização é um elemento central para que o problema público possa chegar a diferentes níveis, esferas e agendas. É a capacidade de publicizar que possibilitará o problema público a ganhar destaque e ser foco da agenda política, podendo assim gerar mudanças no instituído. ▫ São em regra definidas em arenas públicas, em dinâmicas de colaboração e disputas, acomodamentos e competições, de negociações e arranjos, de protestos e consentimentos, de promessas e engajamentos, de contratos e convenções, de concessões e compromissos, de tensões e acordos mais ou menos simbolizados e ritualizados, formalizados e codificados. São portanto territorializadas e possuem características particulares, repertórios de ação e uma cultura política que influencia em suas dinâmicas. ▫ Se estabelecem no decorrer de longas trajetórias, com momentos de descontinuidade, de calmaria, de constante ação em que se configuram as situações de prova, isso porque os problemas públicos são frutos de longas trajetórias não lineares, da cristalização das situações de prova. ▫ Permitem gerar conhecimentos e experiências, dispositivos e uma capacidade nos atores de enquadramento do problema, possibilitando a construção de argumentos e críticas, bem como a escolha de determinados cursos de ação incidindo nas trajetórias dos problemas públicos.

Experimentação democrática – elementos centrais

- A experimentação democrática não assume que haverá transformações, mas busca fomentar as condições para que possa ocorrer. Apesar de o foco estar nas instituições, há uma diversidade de formas de experimentação que ocorrem fora dos ambientes institucionais e que precisam ser consideradas na análise.
- As experimentações democráticas podem promover o potencial inovador do qual os processos de democratização, transformação e inovação social dependem. Isso porque, ao possibilitar os atores experimentarem soluções alternativas para os problemas complexos, promovem a pluralidade e a inclusão podendo, gerar aprendizado reflexivo e coletivo em resposta aos problemas públicos.
- Desse modo pode-se institucionalizar o exercício da dúvida voltado para o questionamento permanente das rotinas na administração pública. Na experimentação os testes têm, em primeiro lugar, validade local porque estão enraizados em problemas cuja forma não é universal, mas dependem de variáveis contextuais. Por isso, a importância de se atentar para os níveis mais amplos e a troca de conhecimentos com outras realidades. Esse processo define procedimentos padrão para permitir a comparação de dados produzidos, de acordo com procedimentos homogêneos, preservando a autonomia local e, ao mesmo tempo, possibilitando a aprendizagem coletiva.
- Por outro lado, por meio da descentralização, aumenta a chance de que aqueles que são afetados por um problema possam participar da busca de soluções. Isso porque se amplia a participação desde a percepção inicial de um problema até o momento final da tomada de decisão ao longo do processo de experimentação, valorizando os recursos epistêmicos dos atores locais e impulsionando ativos, ao invés do envolvimento passivo em práticas e instituições sociais.
- A experimentação democrática também não é algo natural e exige fomento e fortalecimento das experiências, e por isso a importância do fortalecimento das redes e da inclusão de diferentes atores promovendo maiores níveis de reflexividade e colaboração.
- É um processo que exige a inclusão concreta dos atores, baseado numa perspectiva da governança colaborativa, de inclusão em todas as etapas, uma vez que os atores possuem diferentes enquadramentos da situação, e isso permite gerar legitimidade.

Fonte : Elaborado pelos autores, com base nas referências citadas.

Referências

AMARAL, Maria N. *Dewey: filosofia e experiência democrática*. São Paulo: Perspectiva, 2007.

ANDION, Carolina. Atuação da sociedade civil no enfrentamento dos efeitos da Covid-19 no Brasil. *Revista de Administração Pública*, v. 54, n. 4, p. 936-951, 2020. Disponível em: <<https://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rap/article/view/81891>>.

_____. Por uma nova interpretação das mudanças de paradigma na administração pública. *Cadernos Ebape*, v. 10, n. 1, p. 1-19, 2012.

ANSELL, Chris. What is democratic experiment? *Contemporary Pragmatism*, v. 9, n. 2, p. 159-180, 2012.

_____. *Pragmatist democracy: evolutionary learning as public philosophy*. Oxford, UK: Oxford Scholarship Online, 2011.

ANSELL, Chris; SØRENSEN, Eva; TORFING, Jacob. The COVID-19 pandemic as a game changer for public administration and leadership? The need for robust governance responses to turbulent problems. *Public Management Review*, v. 23, n. 1, p. 1-12, Set. 2020.

BAUMAN, Zygmunt. *Em busca da política*. Rio de Janeiro: Zahar, 2000.

BERK, Gerald, On Christopher K. Ansell pragmatist democracy: evolutionary learning as public philosophy. *Socio-Economic Review*, v. 10, n. 3, Jul. 2012. Disponível em: <<https://doi.org/10.1093/ser/mwr040>>.

BOHMAN, James. Democratic experimentalism: from self-legislation to self-determination. *Contemporary Pragmatism*, v. 9, n. 2, p. 273-285, Dez. 2012.

_____. Réaliser la démocratie délibérative comme mode d'enquête: le pragmatisme, les faits sociaux et la théorie normative. *Tracés – Revue de Sciences Humaines*, n. 883, 2008.

_____. Realizing deliberative democracy as a model of inquiry: pragmatism, social facts and normative theory. *Journal of Speculative Philosophy*, v. 18, n. 1, p. 3-4, 2004.

BOULLOSA, Rosana F. Mirando ao revés nas políticas públicas: notas sobre um percurso de pesquisa. *Pensamento e Realidade*, v. 8, n. 3, 2013.

BOVET, Alain; TERZI, Cédric. La composante narrative des controverses politiques et médiatiques: pour une analyse praxéologique des actions et des mobilisations collectives. *Réseaux*, n. 132, p. 111-132, 2012.

BRIGGS, Xavier. *Democracy as problem solving: civic capacity in communities across the globe*. Cambridge, MA: MIT Press, 2008.

CABRAL, Caio. *As bases naturalísticas da teoria da investigação de John Dewey*. Dissertação (Mestrado em Filosofia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, SP, 2014.

CASTELLS, Manuel. *Ruptura: a crise da democracia liberal*. São Paulo: Zahar, 2018.

CARVALHO, Luís Miguel. As políticas públicas de educação sob o prisma da ação pública: esboço de uma perspectiva de análise e inventário de estudos. *Currículo sem Fronteiras*, v. 15, n. 2, p. 314-333, Maio-Ago. 2015

CEFAÏ, Daniel. Públicos, problemas públicos, arenas públicas: o que nos ensina o pragmatismo. *Novos Estudos Cebap*, v. 36, n. 1, p. 187-213, Mar. 2017.

_____. L'enquête ethnographique comme écriture. l'écriture ethnographique comme enquête. In: MELLITI, Imed (Éd.). *La fabrique du sens: écrire en sciences sociales*. Marseille, FR: Riveneuve éditions 2016.

_____. “¿Qué es una arena pública? Algunas pautas para un acercamiento pragmático.” In: CEFAÏ, Daniel; JOSEPH, Isaac (Orgs.). *La herencia del pragmatismo. Conflictos de urbanidad y pruebas de civismo*, p. 51-81. La Tour d'Aigues, FR: Éditions de l'Aube, 2012.

_____. Diez propuestas para el estudio de las movilizaciones colectivas. De la experiencia al compromiso. *Revista de Sociología*, n. 26, p. 137-166, Santiago de Chile, 2011.

_____. Como nos mobilizamos? A contribuição de uma abordagem pragmatista para a sociologia da ação coletiva. *Dilemas. Revista de Estudos de Conflitos e Controle Social*, v. 2, n. 4, p. 11-48, 2009.

_____. Qu'est-ce qu'une arène publique? Quelques pistes pour une approche pragmatiste. In: CEFAÏ, Daniel; JOSEPH, Isaac (Orgs.). *L'héritage du pragmatisme. Conflits d'urbanité et épreuves de civisme*. La Tour d'Aigues, FR: Éditions de l'Aube, 2002.

CEFAÏ, Daniel; TERZI, Cedric. *L'expérience de problèmes publics*. Paris: Perspectives Pragmatistes, 2012.

CHATEAURAYNAUD, Francis. *Argumenter dans un champ de forces: essai de balistique sociologique*. Paris: Éditions Pétra, 2011.

COMMAILLE, Jacques ; JOBERT, Bruno. Les métamorphoses de la régulation politique. *Droit et Société*, v. 24, Paris, 1999.

CONSIDINE, Mark. *Making public policy: institutions, actors, strategies*. Cambridge, UK: Polity, 2005.

DALLA CORTE, Tiago; DALLA CORTE, Thaís. A democracia no século XXI: crise, conceito e qualidade. *Passagens: Revista Internacional de História Política e Cultura Jurídica*, v. 10, n. 2, 2018.

DENHARDT, Janet V.; DENHARDT, Robert. *The new public service: steering, not serving*. New York: Sharpe, 2003.

DEWEY, John. *Lógica: teoría de la investigación*. New York: Holt, 1956.

_____. *The public and its problems*. Chicago, MI: Swallow Press, 1927.

DORF, Michael C.; SABEL, Charles F. A constitution of democratic experimentalism. *Columbia Law Review*, v. 98, n. 2, 1998.

DYE, Thomas R. *Policy analysis: what governments do, why they do it, and what difference it makes*. Tuscaloosa, AL: University of Alabama Press, 1976.

FARAH, Marta F. Análise de políticas públicas no Brasil: de uma prática não nomeada à institucionalização do “campo de públicas”. *Rev. Adm. Pública*, v. 50, n. 6, 2016.

FERREIRA, Maria Cristina. The notion of experience in John Dewey, progressive education and science curriculum. *Anais VIII Enpec*, Campinas, SP, 2011.

FESTENSTEIN, Matthew. Inquiry as critique: on the legacy of deweyan pragmatism for political theory. *Political Studies*, v. 49, n. 4, 2001.

FISCHER, Frank; FORESTER, John. *The argumentative turn in policy analysis and planning*. Durham, NC: Duke University Press Books, 1996.

FISCHER, Frank; MILLER, Gerald; SIDNEY, Mara. *Handbook of public policy analysis*. Abingdon, UK: Taylor & Francis, 2007a.

_____. *Handbook of public policy analysis: theory, politics and methods*. London; New York: Routledge, 2007b.

FREGA, Roberto. *Pragmatism and the wide view of democracy*. Gewerbestrasse, CH: Palgrave Macmillan, 2019.

FUKUYAMA, Francis. Is democracy in decline? *Journal of Democracy*, v. 26, n. 1, 2015.

FUNG, Archon. Deliberative democracy and international labor standards. *Governance*, v. 16, n. 1, 2002.

FUNG, Archon; WRIGHT, Erik Olin. *Deepening democracy: institutional innovations in empowered participatory governance*. London: Verso, 2003.

GONSALVES, Agatha K.; ANDION, Carolina. Ação pública e inovação social: uma análise do sistema de garantia de direitos da criança e do adolescente de florianópolis. *Revista O&S*, v. 2, n. 3, 2019.

GUERREIRO RAMOS, Alberto. A modernização em nova perspectiva: em busca do modelo da possibilidade. In: HEIDEMANN, Francisco G.; SALM, José Francisco (Orgs.). *Políticas públicas e desenvolvimento: bases epistemológicas e modelos de análise*. Brasília: Editora UnB, 2009.

HABERMAS, Jürgen. *Mudança estrutural na esfera pública*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.

HAJER, Maarten. Coalitions, practices, and meaning in environmental politics: from acid rain to BSE. In: *Howarth et al. (Eds.). Discourse theory in european politics*, 1996.

HOWLETT, Michael; RAMESH, M.; PERL, Anthony. *Política pública: seus ciclos e sub-sistemas. Uma abordagem integral*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2013.

IAZZETTA, Osvaldo. Democracia, calidad de la democracia y democratización. *Revista Debates*, v. 7, n. 1, p. 139-150, Jan.-Abr. 2013.

JOSEPH, Isaac. L'athlète moral et l'enquêteur modeste. Parcours du pagmatisme. In: KARSENTI, Bruno; QUÉRÉ, Louis (Eds.). *La croyance et l'enquête. Aux sources du pragmatisme*, p.19-52. "Raisons Pratiques", v. 15. Paris: Éditions Ehes, 2004.

KARSENTI, Bruno; QUÉRÉ, Louis (Eds.). *La croyance et l'enquête: aux sources du pragmatisme. "Raisons Pratiques"*, v. 15. Paris: Éditions de l'EHESS, 2004.

KISSLER, Leo; HEIDEMANN, Francisco G. Governança pública: novo modelo regulatório para as relações entre Estado, mercado e sociedade? *Revista de Administração Pública*, v. 40, n. 3, 2006.

LASCOUMES, Pierre; LE GALÈS, Patrick. *Sociologia da ação pública*. Maceió: Editora da Ufal, 2012.

_____. *Sociologie de l'action publique*. Paris: Armand Colin, 2007.

LASWELL, Harold D. *Politics: who gets what, when, how*. Cleveland, OH: Meridian Books, 1936-1958.

_____. *The decision process: seven categories of functional analysis*. College Park, MD: The Oxford Handbook of Classics in Public Policy and Administration, 1956.

LATOUR, B. *Reagregando o social: uma introdução à teoria do ator-rede*. Salvador: Editora UFBA, 2012.

LAVALLE, Adrian Gurza; SZWAKO, José. Sociedade civil, Estado e autonomia: argumentos, contra-argumentos e avanços no debate. *Opinião Pública*, v. 21, n. 1, p. 157-187, Abr. 2015.

LEFORT, Claude. *The political forms of modern society: bureaucracy, democracy, totalitarianism*. Cambridge, MA: MIT Press, 1986.

LEVISTIKY, Steven; WAY, Lucan Ahmad. The myth of democratic recession. *Journal of*

Democracy, v. 26, n. 1, 2015.

LEVISTIKY, Steven; ZIBLATT, Daniel. *How democracies dies*. New York: Penguin Random House, 2019.

LINDBLOM, Charles. The science of “muddling through”. *Public Administration Review*, v. 19, n. 2, 1959.

LIPSKY, Michael. *Street level bureaucracy: dilemmas of the individual in public services*. New York: Russell Sage Foundation, 1980.

LYNN, Lawrence E. *Design public policy: a casebook on the role of policy analysis*. Santa Monica, CA: Goodyear, 1980.

MAGALHÃES, T. *Garantir direitos não é brincadeira! Investigação, experimentação e inovação social na política pública de proteção integral de crianças e adolescentes em Florianópolis*. Tese (Doutorado) – Universidade do Estado de Santa Catarina (Udesc), Centro de Ciências da Administração e Socioeconômicas (ESAG), Programa de Pós-Graduação em Administração, Florianópolis, 2020.

MAGALHÃES, Thiago G.; ANDION, Carolina; ALPERSTEDT, Graziela D. Social innovation living labs and public action: an analytical framework and a methodological route based in pragmatism. *Cadernos Ebape*, v. 18, número especial, p. 680-696, Nov. 2020.

MARCH, James G. Exploration and exploitation in organizational learning. *Organization Science*, v. 2, n. 1, p. 71-87, 1991.

MARQUES, Eduardo; FARIA, Carlos Aurélio. *A política pública como campo multidisciplinar*. São Paulo; Rio de Janeiro: Editora Unesp; Editora Fiocruz, 2013.

MONEDERO, Juan Carlos. 15M and indignant democracy: legitimation problems within neoliberal capitalism. In: PEREIRA-ZAZO, Óscar; TORRES, Steven (Eds.). *Spain after the Indignados/15M Movement*. London: Springer International Publishing; Palgrave Macmillan, 2019.

MOTTA, Paulo Roberto M. O estado da arte da gestão pública. *Rev. Adm. Empresa*, v. 53, n. 1, 2013.

MULLER, Pierre. *Les entrepreneurs ruraux: agriculteurs, artisans, commerçants, élus locaux*. Grenoble, FR: Université des Sciences Sociales de Grenoble, 1989.

OFFE, Claus. New social movements: challenging the boundaries of institutional politics. *Social Research*, v. 52, 1996.

PAGE, Edward C. *How policy is really made*. London: Public Management and Policy Association, 2006.

POLLITT, Christopher; BOUCKAER, Geert. *Public management reform: a comparative analysis*. *Long Range Planning*, v. 33, n. 6, 2002.

QUÉRÉ, Louis; TERZI, Cedric. Pour une sociologie pragmatiste de l'expérience publique. Quelques apports mutuels de la philosophie pragmatiste et de l'ethnométhodologie. *Sociologies [en ligne]*, "Dossiers. Pragmatisme et sciences sociales: explorations, enquêtes, expérimentations", 2015. Disponível em: < <https://doi.org/10.4000/sociologies.4949>>.

RADIN, Beryl A. *Beyond Machiavelli: policy analysis comes of age*. Washington, DC: Georgetown University Press, 2000.

ROSE, Richard. Getting things done with social capital. *New Russia Barometer VII Studies in Public Policy*, n. 303, 1994.

SABEL, Charles. Dewey, democracy and democratic experimentalism. *Contemporary Pragmatism*, v. 9, n. 2, 2012.

SABEL, C.; ZEITLIN, J. Experimentalist governance. In: LEVI-FAUR, D.. (Ed.). *The Oxford Handbook of Governance*. Oxford, UK: Oxford University Press, 2015.

SANTO, A. L. E. *No rural tem inovação social! Um estudo em dois assentamentos rurais na zona fronteira Brasil-Bolívia*. Tese (Doutorado) – Universidade do Estado de Santa Catarina (Udesc), Centro de Ciências da Administração e Socioeconômicas (Esag), Programa de Pós-Graduação em Administração, Florianópolis, 2021.

SANTOS, Boaventura de Souza. Public sphere and epistemologies of the South. *Africa Development*, v. 37, n. 1, 2012.

SANTOS, Boaventura de Souza; AVRITZER, Leonardo. Para ampliar o cânone democrático." In: SANTOS, Boaventura de Souza (Org.). *Democratizar a democracia*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

SIMON, Herbert A. Administrative behavior: a study of decision-making processes. In: _____. *Administrative organization*. 2. ed., New York: Macmillan, 1957.

SHIELDS, Patricia M. *The community of inquiry: insights for public administration from Jane Addams, John Dewey and Charles S. Pierce*. Public Administration Theory Network, 2008. Disponível em: < <https://digital.library.txstate.edu/bitstream/handle/10877/3979/fulltext.pdf?sequence=1&isAllowed=y>>.

SOUZA, Celina. Estado da arte da pesquisa em políticas públicas. In.: HOCHMAN, Gilberto; ARRETCHE, Marta; MARQUES, Eduardo (Orgs.). *Políticas públicas no Brasil*, p. 65-86. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2007.

STAVO-DEBAUGE, Joan. *Le loup dans la bergerie: le fondamentalisme chrétien à l'assaut de l'espace public*. Genève, CH: Labor & Fides, 2012.

STAVO-DEBAUGE, Joan; TROM Danny. Le pragmatisme et son public à l'épreuve du terrain. Penser avec Dewey contre Dewey. in KARSENTI, Bruno; QUÉRÉ, Louis (Dir.). *La croyance et l'enquête: aux sources du pragmatisme*. Paris: Éditions de l'Ehess, 2004.

STONE, Deborah. *Policy paradox: the art of political decision making*. New York: W.W. Norton & Company, 2002.

TERZI, Cedric. The publicization of public space. *Environment and planning A: Economy and Space*, v. 49, n. 3, 2015.

THOENIG, Jean-Claude. *L'ère des technocrates: le cas des ponts et chaussées*. Paris: Éditions l'Harmattan, 1973.

THE ECONOMIST INTELLIGENCE UNIT (EIU). *Democracy Index 2020: In sickness and in health?* 2020.

ZASK, Joëlle. *L'enquête sociale comme inter-objectivation*. Paris: Éditions de l'Ehess, 2004.

ZELIZER, Viviana A. *A negociação da intimidade*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011 [2005].

ZIMMERMANN, Bénédicte. Pragmatism and the capability approach: challenges in social theory and empirical research. *European Journal of Social Theory*, v. 9, n. 4, 2006.



“Y’a toujours à penser, à trouver mieux”.

Moments effondristes et activisme du quotidien face à la catastrophe écologique

Recebido: 18.04.21
Aprovado: 26.07.21

Alexandra Bidet (<https://orcid.org/0000-0003-4470-9831>),
Centre Maurice Halbwachs, Centre National
de la Recherche Scientifique, Paris, França^I.

Solène Sarnowski (<https://orcid.org/0000-0003-4470-9831>),
École des Hautes Études en Sciences Sociales, Paris, França^{II}.

I. Alexandra Bidet é professora de sociologia e pesquisadora no Centre Maurice Halbwachs (CNRS-EHESS-ENS), Centre National de la Recherche Scientifique (CNRS), Paris, França. <alexandra.bidet@gmail.com>.

II. Solène Sarnowski é mestrandia na École des Hautes Études en Sciences Sociales, Paris, França. <solene35.sarnowski@gmail.com>.

Résumé: Face à la catastrophe écologique, de nouvelles formes d’engagement apparaissent, qui font la part belle à l’enquête. A partir d’entretiens menés avec des personnes engagées dans la sensibilisation aux enjeux écologiques, nous mettons ainsi en évidence un activisme du quotidien, dont les protagonistes soumettent à une enquête permanente leurs habitudes de vie, mais aussi le crible même de leurs enquêtes: ce qu’écologique veut dire. Un tel engagement contrarie la dissociation commune entre éthique et politique. Les enquêtes de ces activistes, portées par une passion plus pratique que cognitive, sont en effet aussi habitées par l’horizon d’un monde commun et de la production d’irréversibilités au sein de nos formes de vie.

Mots-clés: Écologie. Enquête. Engagement. Citoyenneté. Habitudes.

“Há sempre algo para se pensar ou fazer de melhor”.

Momentos de colapso e ativismo cotidiano diante de uma catástrofe ecológica

Resumo: Diante do desastre ecológico, novas formas de engajamento que dão lugar de destaque à investigação estão surgindo. A partir de entrevistas realizadas com pessoas envolvidas na sensibilização para as questões ecológicas, destacamos assim um ativismo cotidiano, cujos protagonistas submetem seus estilos de vida a um levantamento permanente, mas também ao próprio crivo de seus levantamentos: este que é ecológico. Esse compromisso impede a dissociação comum entre ética e política. As investigações desses ativistas, movidas por uma paixão mais prática do que cognitiva, são, de fato, habitadas também pelo horizonte de um mundo comum e pela produção de irreversibilidades dentro de nossas formas de vida.

Palavras-chave: Ecologia. Pesquisa. Engajamento. Cidadania. Hábitos.

1. Le terme apparaît avec l'ouvrage en 2015 de P. Servigne et R. Stevens, *Comment tout peut s'effondrer*. Mais L. Semal rappelle que ce thème contemporain prolonge "une inquiétude existentielle propre à l'écologie politique depuis ses origines: le déclin ou l'effondrement de la civilisation thermo-industrielle comme conséquence possible, probable ou certaine de la catastrophe écologique globale déjà amorcée" (Semal, 2019b).

2. Entretien avec A. Damasio, "Sans renouement avec le vivant, il n'y a pas de sortie du technocapitalisme", *Reporterre*, 2 mai 2019.

3. "Appels sans suite (1)", Blog. mondediplo.net, 12 octobre 2018.

4. F. Thoreau et B. Zitouni, "Contre l'effondrement: agir pour des milieux vivaces", *Lundimatin*, 19 décembre 2018.

5. Sans souci d'inventaire exhaustif, mentionnons en quelques-unes: le concept d'effondrement est "particulièrement pauvre en termes critiques", estime la sociologue E. Lagasse in "Contre l'effondrement, pour une pensée radicale des possibles",

"You can always think further, find something better" *Collapsing moments and day-to-day activism* *in the face of the ecological disaster*

Abstract: In front of the ecological disaster, new forms of engagement give great importance to the practice of inquiring. Based on interviews conducted with people involved in raising awareness on ecological issues, we thus highlight a day-to-day activism, whose protagonists subject their lifestyles to a permanent scrutiny, but also the very criterion of their valuations: what ecology means. Such a commitment thwarts the common dissociation between ethics and politics. The investigations of these activists, driven by a more practical than cognitive passion, are indeed also inhabited by the horizon of a common world and the production of irreversibilities within our forms of life.

Keywords: Ecology. Investigation. Commitment. Citizenship. Habits.

"Le manque criant ne se manifeste pas tant au niveau de la volonté d'agir en fonction de biens déjà connus que dans la volonté de savoir ce qu'ils sont".
(John Dewey, 2014: 284).

L'idée d'effondrement, associée depuis le milieu des années 2010 à la "collapsologie"¹, "compilation transdisciplinaire" (Cravatte, 2019) alertant sur les risques du franchissement des "limites planétaires", est spontanément tenue pour démobilisatrice, sinon dépolitisante. "Il y a une énorme complaisance à dire qu'on va droit dans le mur. Je ne trouve pas cela mobilisant", juge A. Damasio². F. Lordon a tourné en dérision les appels pour le climat, en écrivant qu'ils veulent "avertir de la fin des temps pour exiger la fin des touillettes"³. F. Moreau et B. Zitouni tiennent l'idée d'effondrement pour "le plus mauvais service que l'on puisse rendre aux gens et aux collectifs en lutte contre les ravages environnementaux"⁴. Et de résumer le verdict en estimant que privilégier une "pensée de la rupture" sur une compréhension des continuités fabrique "des êtres nus, arrachés à ce qui les tient et à ce qui leur importe [...] des citoyens ignorants et désemparés", ayant "tout perdu", "sans peuples et sans devenirs particuliers" (ibidem). Les prises de position en ce sens ont été abondantes⁵. Toutes supputent les effets d'une notion sans en explorer les usages ni les espaces de circulation. Ainsi, les critiques de "l'effondrisme" laissent les "publics de l'effondrement" à l'état de "fantômes" (Allard, Monnin & Tasset, 2019: 59). Elles ne soumettent pas à l'enquête l'idée que les "effondrés" se contentent d'"attendre l'effondrement du capitalisme fossile", comme

l'écrit J.-B. Fressoz, ou que "collapsos et *preppers* ne se préparent à rien et ne préparent pas grand-chose", comme le soutient F. Tison.

Or les premiers travaux concernant ces publics (Allard, 2019; Chamel, 2019; Semal, 2019a; Tasset, 2019) suggèrent non seulement que l'effroi catastrophiste n'empêche nullement les militants de s'engager (Semal, 2019a), mais aussi que des "formes collectives hésitantes" se constituent bel et bien "autour de la conviction catastrophiste" (Tasset, 2019). Explorer "l'effondrement vu d'en bas", à travers ce "*que fait* l'effondrement, et *ce qu'en font* celles et ceux à qui cette idée fait quelque chose" (Allard, Monnin & Tasset, 2019), c'est frayer une posture *a contrario* pragmatiste, qui réinscrit les idées dans le monde pour en explorer la portée, et piste les visées et les idéaux *in the making* en suivant la "fabrique pratique de problèmes amis", où se fabule "la réalité du possible", selon les formules de J. Rafanelli et Orta (2018: 82). Les échanges au sein de groupes Facebook organisés autour de la collapsologie (notamment *Transition 2030*, *Coming-out effondrement*, *La collapsologie heureuse* etc.), en forte croissance numérique depuis l'été 2018, font bien de l'effondrement un problème sans cesse requalifié, qui subit un net glissement quand l'expérience associée ne consiste plus tant à s'approprier ni à synthétiser un corpus de connaissances, qu'à *faire avec* le surgissement d'un monde où ce qui faisait milieu s'est défait; car, suivant l'expression de B. Latour, il n'y a plus de terre où atterrir (2017). L'effondrement n'est alors plus tant une catastrophe qu'on guette, redoute ou appelle, que le fil d'Ariane d'un concernement qui éprouve et fait *faire*, c'est-à-dire aussi *défaire*. Que ce terme cristallise le caractère "irrévocable"⁶ d'une préoccupation, ne signifie pas qu'il détourne des choix relatifs aux "conditions matérielles existantes", comme le redoute J. Cravatte (2019). La nécessité soudaine, pour les "effondrés", d'explorer les relations situées qui les font exister radicalise au contraire volontiers l'attention qu'ils leur portent. Les participants de ces groupes multiplient les enquêtes face à des questions urgentes et intriquées: quoi faire, où habiter, avec qui, comment s'associer, où se rencontrer etc.? La diffusion accélérée du vocable d'effondrement témoignerait donc de la multiplication des enquêtes pour trouver une terre où atterrir (Bidet, 2019), plus que de la force intrinsèque d'une idée ou d'une promesse (Charbonnier, 2019). L'importance des échanges et du partage d'expériences en ligne et hors ligne s'éclaire aussi: enquêter intensément sur ce qui vaut suppose la production continuée d'un "sentiment de confiance", pour pouvoir passer outre la quête de certitudes (Dewey, 2014: 26).

Afin de contribuer à explorer les formes d'engagement de "publics" de l'effondrement, et la portée de "moments effondristes" au gré de trajectoires ne passant pas forcément par des associations ou des groupes se revendiquant tels, nous allons nous pencher, sans souci de représentativité, sur l'expérience de neuf personnes

paru le 18 juillet 2018 dans la revue *Contretemps*; la philosophe E. Hache, in "Écologie politique et écoféminisme", tient l'effondrement pour "une façon très dépolitisée de poser le problème", *Présages*, 14; l'historien des sciences J.-B. Fressoz, "La collapsologie: un discours réactionnaire?", paru dans *Libération* le 7 novembre 2018, voit dans "la vogue de l'effondrement" le risque de "négliger la dimension politique des enjeux écologiques"; il est question de "résignation fataliste" dans la contribution de D. Tanuro, "L'effondrement des sociétés humaines est-il inévitable? Une critique de la 'collapsologie': c'est la lutte qui est à l'ordre du jour, pas la résignation endeuillée", *Gauche Anticapitaliste*, 27 mars 2018, repris sur *Contretemps*, le 19 juin 2018; F. Tison estime que l'accent mis sur l'effondrement à venir, plutôt que sur la catastrophe en cours, "ne laisse pas beaucoup d'autres perspectives qu'une nouvelle forme de passivité, fébrile et repliée, même si elle invite à autre chose", in "Redéfinir la situation – Notes sur la collapsologie et son impact", *Lundimatin*, 18 juillet 2019; le philosophe B. Bégout voit dans ce qu'il qualifie de "sophistique

permanente de la catastrophe” un ferment de “pure et simple résignation”, in “L’anti-évangile de notre temps”, *Junkpage*, juillet-août 2019; dans le dossier “Comment penser l’effondrement?” de la revue *Dard/dard*, v. 2, n. 2, 2019, le philosophe P.-H. Castel stigmatise “la futurologie des catastrophes”, tout en considérant qu’il “est vraisemblable que le monde va s’effondrer dans un certain ordre”, et que “c’est même toute idée classique d’action et d’action collective qui s’effondre du même mouvement synchrone que les écosystèmes qui lui avaient aimablement, jusqu’ici, prêté leur fidèle support”. Enfin, dans leur ouvrage *Le pire n’est pas certain. Essai sur l’aveuglement catastrophiste*, en septembre 2020, C. et R. Larrère opposent les réactions supposément privées et dépolitisées des collapsologues à ce qui relèverait de luttes locales autour des milieux de vie.

6. “Irrévocablement, s’empare alors de vous la révélation que jamais plus vous ne serez celui que vous avez été” (Fitzgerald, 1936).

7. Au moment des entretiens, trois enquêté.e.s sont membres de Citoyens Pour Le Climat, une est bénévole à la

engagées, ou aspirant à s’engager, dans la sensibilisation aux enjeux écologiques. Afin de diversifier les profils et de ne pas partir d’une catégorie prédéfinie, leur recrutement s’est fait au fil des interactions permises par la présence de l’une d’entre nous à des actions écologiques ouvertes à tous: le blocage des ponts mené à Paris en octobre 2019 par l’association Extinction Rébellion, une conférence organisée le même mois à l’Université de Nanterre sur le thème “Que faire pour la planète?” et des Marches pour le climat. Parmi les enquêté.e.s rencontrés, six sont engagés dans divers collectifs ou associations⁷, depuis quelques semaines ou plusieurs années. Trois personnes manipulent de très près les prévisions du GIEC (Groupe d’Experts Intergouvernemental sur l’Étude du Climat), car elles participent à des activités de vulgarisation et de sensibilisation aux enjeux climatiques. Âgés de 17 à 53 ans, ces enquêté.e.s comptent six femmes et trois hommes. Huit habitent en région parisienne, dans des conditions allant de la maison familiale périurbaine entourée d’un grand jardin au petit appartement parisien, et du périurbain ou de la proche banlieue aux denses 10^e et 12^e arrondissements, en passant par les banlieues du sud et de l’ouest parisien. Tout.e.s n’ont pas toujours habité en ville. Parmi les six enquêté.e.s en couple, cinq vivent avec leur partenaire, l’un a trois enfants, et la plus jeune habite encore le foyer parental. Malgré des situations professionnelles hétérogènes (agricultrice, isolateur, ingénieur aéronautique et *designer* écologique, pour ceux qui ne sont plus étudiants), le niveau de diplôme, au moins Master, est plutôt homogène.

Présenter les aspects partagés de leurs expériences va nous conduire à thématiser un *activisme du quotidien*, où les nombreuses initiatives prises pour transformer sa façon de vivre peuvent se mêler, sans solution de continuité ni hiérarchie, à des actions de rue et/ou à des actions de sensibilisation, diversement inscrites dans des initiatives collectives et/ou des collectifs, en brouillant les frontières entre les espaces d’activité. Au lieu de se définir à partir de la scène militante ou même associative (Ollitrault, 2009), cet activisme s’ancre dans la vie quotidienne, où tous décrivent une “transformation douce” de leurs habitudes de vie au “crible” de l’écologie – un crible divers et mouvant, lui-même soumis à une enquête permanente: “y’a toujours à penser, à trouver mieux”. Tout en partageant l’orientation vers le “faire autrement” d’autres publics de l’écologie, à l’instar des écologistes radicaux étudiés par B. Mège (2017) et G. Pruvost (2013), “véritables enquêteurs” développant des savoir-faire “impliquant une succession d’essais et d’erreurs”, ils s’en distinguent toutefois. Car c’est ici dans un contexte plus ordinaire que s’observe une trajectoire de “politisation du moindre geste” que G. Pruvost (2015) a étudié pour sa part à travers “l’expérience politique totale” de la participation à un chantier participatif. Les activistes du quotidien considérés ici n’ont pas réorienté leurs activités autour de l’autoproduction, vivent pour la plupart en ville, et fréquentent des

milieux de travail ou d'éducation supérieure encore peu investis par des projets de "redirection écologique" (sur l'exemple du *design*: Monnin & Allard, 2020; Bonnet et al., 2019). L'inconfort de leur position frontière, située entre le tout-venant et les "écologistes radicaux" – et investie comme telle d'une visée de sensibilisation, va apparaître à la mesure de leurs efforts pour travailler leur propre plasticité et, indirectement aussi, celle des autres.

Bascule, une à La Base et un aux Amis de la Terre. Plusieurs participent à des actions d'Extinction Rébellion.

Partir de leurs moments effondristes va nous conduire à préciser la singularité des enquêtes qu'ils mènent (1), ce qu'elles leur font (2), le type de radicalité que leurs pratiques déploient (3) et la façon dont des irréversibilités s'y cherchent à l'horizon d'un monde commun (4).

Passion cognitive ou passion pratique?

Aucun des enquêté.e.s ne se dit "effondriste" ou "collapso"; le terme d'effondrement est néanmoins présent dans un entretien, celui de "collapsologie" dans un autre, et la référence à Pablo Servigne dans un troisième. Et tous font état d'un horizon catastrophique: un "énorme problème", une "menace ultime", la perspective du "pire futur", un "génocide", "y'a tout qui va craquer", "c'est la merde" etc. Des "chiffres graves" les ont "assis": "j'étais jamais allé voir dans les chiffres, et quand tu vas voir les courbes principales issues du GIEC, y'en a une qui te met une grande claque dans la tête, en disant que pour l'instant on a pas du tout varié de trajectoire, et si on ne varie pas du tout de trajectoire, la courbe d'émission de gaz à effet de serre se met à stagner autour de 2080... la grosse rouge ouais, celle qui stagne parce qu'on tue des centaines de millions de personnes". Ils narrent des périodes où ils se sont "plongés dans les chiffres à fond", comme des moments plus ponctuels où ils vont "voir dans les chiffres", pour "creuser" une question ou trancher un différend ("sujet classé"): "[mon mari] n'avait pas les chiffres, il ne pouvait pas comprendre". Ils thématisent aussi l'idée d'effondrement à travers l'évocation de civilisations passées, l'image du "mur", ou de façon plus diffuse, à travers un horizon de catastrophes, la récurrence d'alertes, la mise en danger de l'espèce humaine ou du vivant, ou encore le surgissement d'un sentiment de vulnérabilité qui est tout autant personnel qu'"historique", comme en témoigne ce parallèle fait avec les attentats parisiens de 2015:

Après les attentats... Pendant longtemps, tu prends le métro et tu te dis 'ah ouais, je ne suis pas en sécurité en fait'. Et là pareil, j'ai l'impression de participer à une période de changement historique, où y'a des changements de pratiques, et cet instinct de

survie surtout je pense. Clairement, je sens que l'espèce est en danger, moi je sens au plus profond de moi-même que notre espèce est en danger.

L'attention ainsi prêtée aux chiffres, et l'expérience associée au défaut de terre "où atterrir", n'impliquent pas un rapport scientifique à l'idée d'effondrement, que l'on entende par là un événement brutal ou bien un enchaînement graduel, multiforme, voire même imperceptible, de phénomènes aux temporalités disparates, dont les mécanismes pourraient être tracés à l'avance. Jusque sur les forums "effondristes", le vocable d'effondrement se voit d'ailleurs reprocher son "flou", son simplisme, son côté attrape-tout – quand il n'est pas évalué à sa seule portée rhétorique par ses promoteurs mêmes. Or ni les effets de cette notion ni sa prétention à totaliser des savoirs ne semblent vraiment préoccuper nos enquêtés.e.s. L'effondrisme comme "passion cognitive", analysé par C. Tasset (2020) comme une expérience intellectuelle d'autant plus intense qu'elle imbrique "l'annonce d'une débâcle et la conquête d'un savoir", n'est pas au cœur de leurs récits. Quand ils narrent des périodes de visionnage intensif de vidéos Youtube ou d'autres ressources en ligne, c'est à la manière d'une activité ponctuelle, ouvrant sur une révision de leurs habitudes de vie, plus que sur la relance indéfinie d'une entreprise de totalisation intellectuelle:

En faisant ce travail de vulgarisation, j'ai appris plein de choses, j'ai acquis une vision un peu plus globale du problème, et bah là quand tu vois l'urgence, tout de suite, au niveau des pratiques individuelles, ça impactait, au premier janvier donc on est devenu vraiment végétariens, enfin flexitariens;

Le climat, par rapport à la biodiversité, comme je m'y connais un peu moins, j'ai moins tendance à changer mes habitudes pour cela: je le fais quand même, mais moins.

L'accumulation de connaissances passe, elle-même, autant par des explorations pratiques. Ainsi, pour cette enquêtée lors de son long séjour à Montréal: "C'est une période où j'ai découvert la permaculture, le zéro déchet, le végétarisme, le véganisme, c'est là aussi où je me suis intéressée à d'autres formes d'agriculture, l'agriculture urbaine, l'aquaponie, enfin plein de choses... du coup c'était, ouais, une espèce d'émulation intellectuelle parce que je me renseignais, j'acquerrais des connaissances etc., autant des conférences que de mes cours, mais aussi de la mise en pratique directe". De même, l'agencement de ressources en ligne – série de blogs ou d'abonnements Instagram, vise avant tout à entretenir une dynamique d'action(s), à répondre à un intense "besoin d'agir": "Je n'étais pas à fond. J'étais abonnée à quelques trucs sur Insta, maintenant je suis abonnée à plein de trucs

sur Insta. J'ai toujours plein de trucs pour être toujours dans le *mood* tu vois, pas lâcher, parce qu'avec le rythme de la vie tu peux facilement lâcher prise, mais faut pas lâcher tu vois". La création de liens est une autre médiation très importante ici, à travers aussi bien des "dynamiques de co-information sur ce qui se passe" (entre ami.e.s), qu'un partage des rôles (très fréquent au sein des couples: "elle trouve et j'exécute", "il produit et moi je coordonne", "on se complète, c'est elle qui me motive") ou des formes d'émulation ("ok, ma mère m'a dépassée!"). Le lexique se fait même volontiers militaire pour décrire la mobilisation propre à entretenir cet engagement: "ma bagarre quotidienne", "sur le front", "engagée à 100%", "à fond dans l'écologie", "participer à l'effort de guerre".

Mais c'est peut-être comme une enquête que cette passion pratique se laisse le mieux décrire, tant son objet reste largement indéterminé, ouvrant sur des fins-en-vue sans cesse renouvelées: non pas préparer, précipiter ou éviter "l'effondrement", mais "l'écologie".

Enquêter:
attester d'un possible,
changer de monde

La posture d'enquête se manifeste par des préventions partagées: on se garde de croire que l'on sait définitivement "quoi faire" – il y a toujours des choix pratiques à "creuser", la nécessité de "se renseigner", de "pousser la réflexion"; comme on se refuse à penser que l'on "en fait assez" – on cherche constamment comment en "faire plus", "se démarquer", "progresser", ou bien "se relancer" quand on a l'impression de "stagner" ou d'avoir atteint un "palier". Tous soulignent le caractère "hyper graduel", "progressif", "complexe" ou encore "par petites touches", d'une "transformation douce", qu'ils ressentent néanmoins d'autant plus vivement qu'elle produit au cœur de leurs habitudes les plus quotidiennes des irréversibilités, à l'image de "caps" passés, excluant toute perspective de retour en arrière.

Associées à des tâtonnements, ces irréversibilités sont fort éloignées des "étapes", à la destination fixée d'avance, des visions classiques de l'engagement. "L'engrenage", décrit au sein du quotidien ("une fois que tu changes une brique de ton style de vie, tout arrive, tout change") peut en effet s'y maintenir sans que l'engagement ne perde sa valeur ni sa portée. Les valuations négatives ("l'angoisse", "je me stresse de ouf", "désespérant", "déprimant" etc.) associés à la catastrophe écologique sont aussi nombreuses que les valuations positives ("inouï", "gens incroyables", "répercussions énormes", "super intéressant" etc.), sanctionnant l'événement de "participer à quelque chose de global", d'"être au cœur du truc": "J'étais

tellement enthousiaste dans ce truc-là, et tellement contente d'avoir, tu vois, appris autre chose, et de me dire, mais oui, mais en fait, mais purée, c'est tellement évident, mais c'est hyper satisfaisant dans l'écologie quand t'apprends un petit geste qui en fait a des répercussions énormes". Faire, participer, s'organiser: en même temps que le plaisir pris aux activités, se dit la "sensation agréable que des choses se mettent en place".

Chez ces enquêté.e.s, au niveau d'études élevé, le désir de s'assurer une expérience sensée *hic et nunc* ne s'épuise nullement dans une totalisation intellectuelle. Il s'agit plutôt d'attester d'un possible *au présent*. Dans une perspective pragmatiste, ce possible est d'autant plus important que les visées n'émergent "qu'en fonction des possibilités propres aux situations dont on a fait l'expérience effective" (Dewey, 2011: 300), dans des moments où "l'imagination idéalisante saisit les choses les plus précieuses rencontrées dans les moments cruciaux de l'expérience et les projette" (Dewey, 2011b: 137). Tout se passe comme si l'exploration pratique des possibles, au ras du quotidien, les faisait "sauter à pieds joints"⁸ dans un monde aux transformations désirables. Et ce, par leurs entours, pourrait-on dire, plus qu'en réinvestissant une figure classiquement prométhéenne du geste humain (Flahaut, 2008). L'auto-dérision n'est d'ailleurs jamais loin du désir de "sauver le monde en ramassant des déchets" ou d'être "Alice au pays des merveilles écologiques".

8. W. James souligne ainsi qu'un choix engage toujours un acte de croyance (Stengers, 2007: 153).

Changer de monde. Leur enquête, en aspirant à se faire systématique, favorise une *totalisation de leur existence*, que la situation d'entretien ne fait que souligner: "au fond, toute ma vie est liée à la question", "je sais déjà que je passe déjà toutes mes décisions au crible de ces questions-là. Et là, cela ressort d'autant plus quand je t'en parle!". En témoigne l'usage systématique d'expressions ordinairement moins communes: chacun thématise son "mode de vie", son "organisation de vie", son "nouveau style de vie", la façon dont il a "réorganisé" sa vie etc. Et de narrer les différents renoncements, aisés ou difficiles, opérés, en cours, projetés, ou encore peu envisageables – viande, avion, vêtement neuf, emballage, chat, plastique, Netflix, collants, voiture, *smartphone*, maternité etc. L'impact des habitudes concernées est pointé, comme le trouble sensible associé: "on s'en parlait de passer au vrac, moi je ne pouvais plus voir mes poubelles"; "ça me semblait démentiel d'acheter et jeter des trucs en permanence"; "ça me va pas de déplacer deux tonnes de voiture chaque fois que j'ai besoin de vérifier si la serre s'est pas ouverte ou d'aller fermer l'eau". Les "caps" franchis laissent *a posteriori* un sentiment d'évidence, même s'ils ont pu être négociés âprement et ne sont pas à l'abri d'aléas. L'inconfort émane aussi d'un processus qui "s'auto-entretient", cette "routinisation de la réflexivité" déjà documentée dans le domaine alimentaire (Halkier, 2009): "on a réfléchi à

quasiment l'intégralité de nos achats, même le chocolat", "maintenant, tout ce qu'on achète, on réfléchit beaucoup beaucoup beaucoup, peut-être même trop". Pour ne pas devenir invalidante, elle exige de savants dosages, mais aussi de la souplesse et des révisions locales:

Si tu passes vraiment tout le temps tout le temps à te poser des questions, tu t'en sors plus en fait. Et vraiment, on a dû passer des heures à aller, à errer d'un resto à un autre, jusqu'à ce que j'abandonne et que je prenne un truc qui en plus ne me convenait pas en général, et ça a été douloureux, ça a été pendant plusieurs mois, et à un moment, on s'est dit, bon, aller, faut arriver à lâcher prise sur ça parce que là ça nous rend trop malheureux... J'ai dit tant pis sur ce bout-là. Parce que c'était l'angoisse: merde, on va devoir manger dehors [rire]. Sinon cela voulait dire préparer l'intégralité de nos repas, et transporter... ça aurait pu, on l'a fait à un moment, mais c'était devenu... c'est vrai, trop complexe.

Changer *de* monde. Ce saut engage également le paysage social environnant tant les enquêtes ont leur milieu associé: une "société qui change", des "gens incroyables", "motivés", "super intéressants" etc. Un "nouveau monde" se surimpose à un "monde qui se détruit". L'effet est majoré quand l'activisme, en revêtant une dimension institutionnelle, décuple le champ de vision: "en tant qu'activiste, on est invité dans différents endroits [...] on est quand même aux premières loges, on voit par exemple tous les gens qui se sont engagés, par exemple sur la permaculture, y'a plein de réseaux en Ile-de-France, nous on les connaît. Donc en fait, dans notre paysage à nous, on rencontre plein de gens, on discute".

Ces activistes ou aspirants activistes répondent à l'effroi effondriste par un changement de monde constamment cultivé "à l'échelle de la vie quotidienne, dans les instants accordés à la pensée et à l'exploration de multiples attachements personnels (Bidet & Boutet, 2013). Là où l'horizon pourrait être absorbé par l'anticipation ou la crainte d'un basculement à venir, l'attention est plutôt focalisée sur le présent, dont l'inconfort chronique, entretenu par la propension à sans cesse relancer l'enquête, coexiste avec le constat d'une multitude d'effets heureux. Aux bords de l'irréversible, les irréversibilités gagnent en relief, au point même de pouvoir nourrir des bifurcations professionnelles. La radicalité thématisée par les enquêtés.e.s, si elle n'est pas en tant que telle "effondriste", n'est alors pas sans lien avec la "puissance de désertion" de l'effondrissement (Chédin apud Tasset, 2019).

Radicalité, bifurcations et multi-engagement

Le thème de la radicalité trame les entretiens: on exige de soi “un minium de radicalité”, on se déclare “radicalisé”, “devenant radicale”, “très radicale dans tout ce que je veux faire” (ne pas avoir d’enfants notamment pour une enquêtée), on juge son conjoint “moins extrême” etc. Le chemin parcouru, ou que l’on projette de parcourir, est marqué par une transformation de soi entretenue et travaillée dans une radicalité de la posture. Entre revendication et prévention du stigmate – tel ce soupçon de pathologie répandu envers les “*preppers*” (Barker, 2019), les enquêtée.s laissent la porte ouverte à une distance au rôle quand ils se considèrent “monomaniaque”, “obsessionnelle”, “psychopathe”, “un peu fou”, attentif à ne “pas devenir dingue”, ou capable de se “déconnecter” (“si je veux, je peux débrancher, aller dans un musée, et je me pose pas la question de savoir si au XV siècle, le pigment...”).

Au-delà, ce vocable signale aussi des choix d’orientation professionnelle pour les plus jeunes et de véritables bifurcations, souvent au long cours, pour ceux déjà en activité. La vie laborieuse, comme les études, revêtent des airs d’activisme, quand elles ne s’y confondent pas. Ceux en études (dont deux en Master de “gestion des risques”) s’emploient ainsi à aligner leur “choix de métier” sur leur engagement bénévole (diffusion d’une revue de presse de sensibilisation sur son temps libre, organisation de week-ends zéro déchet etc.), quand ceux en activité témoignent de parcours où les réorientations ont largement estompé les frontières entre espaces d’activité.

Une des enquêtée.s (53 ans), après un début de vie professionnelle dans le numérique, a ainsi réinvesti ses compétences pour développer la présence en ligne de plusieurs grosses ONGs suite à ce qu’elle décrit comme une “grande transformation”, qui l’a vue partir en Angleterre pour un Master de *design* écologique, à la suite duquel elle se réoriente vers l’accompagnement au changement (écologique) des entreprises. La continuité entre vie personnelle et vie professionnelle se donne à lire, au détour d’un banal achat, comme une simple concurrence pratique:

Je cherche des chaussures de qualité en cuir, j’essaye de trouver chaussure à mon pied, je n’y arrive pas, donc je discute avec les gens dans les magasins qui sont responsables des marques, un peu comme une enquête participante, mais émergente, je cherche pas du tout à travailler dans le milieu de la mode! [...]. Les chaussures, elles ont de plus en plus de plastique; là ce n’est pas moi qui change de pratiques, c’est le secteur de l’habillement;

du coup, ce que je faisais jusqu'à présent se trouve refoulé en pratiques de pointe! [...] Plusieurs fois, je me suis dit: je vais contacter les marques, ça commence vraiment à me saouler... [...] Je n'ai pas eu le temps et puis parce qu'au niveau professionnel, j'ai des leviers, je ne peux pas tout mettre sur les gestes qui sont personnels, parce que j'ai tellement de leviers de changement...

Un autre enquêté (43 ans) thématise cette continuité en termes de “vases communicants”. Salarié depuis plus de 15 ans dans un grand groupe du secteur de l'énergie, il s'en détache quand le produit, tourné vers l'isolation énergétique, lui semble céder le pas à une logique financière. Il rejoint alors un groupe activiste après une Marche pour le climat: “je crois dans le produit, je croyais plus en [l'entreprise] en tant que telle, et donc y'avait un gros vase communicant, toute l'énergie que je pouvais avoir, je la mettais dans le [nom du collectif]”. Après un passage à vide, il obtient une rupture conventionnelle et devient, à titre alimentaire, consultant externe pour son précédent employeur, tout en élargissant son activité à d'autres industries via une formation: “en montant ma propre structure, en travaillant pour moi, de la manière dont je l'entends, avec les gens que je veux, et surtout en me préparant une activité qui est plus au niveau climatique, de bilan carbone et d'aide aux entreprises, pour avoir le plus d'impact possible”. La bifurcation vers l'engagement associatif n'en est pas moins devenu irréversible, dans ce qui s'énonce comme une recherche d'“alignement”: “maintenant je ne reviendrais pas en arrière, c'est super intéressant le côté association, mais je réaligne aussi mon bureau pour me focaliser sur ça”. Il s'engage ainsi dans la transformation climatique de son habitat, en même temps que son activité associative de sensibilisation aux enjeux climatiques s'emploie à “aller chercher le citoyen où il est”, à l'université, en entreprise, dans les collèges etc. Le cas est proche de celui d'un autre enquêté, qui tient son activité associative, par la continuité des efforts qu'il y déploie et l'implication temporelle qu'elle engage, comme “quasiment une activité professionnelle”.

La tendance à prêter une inégale dignité politique aux “écogestes” et aux mobilisations collectives ou au lobbying politique manquerait le sens, mais aussi la dynamique de cet activisme du quotidien, en laissant hors champ les apprentissages, les effets d'engrenage et les décloisonnements inhérents à un processus où se co-transforment personnes et milieux. Une enquêtée en fait même une conviction:

Je crois que tous les niveaux sont nécessaires, à la fois ce qu'on fait au quotidien, et qui vient planter ses racines, et vraiment infuser autour, l'aspect de ce que tu fais dans ton métier, l'aspect politique local, l'aspect politique général, on fait beaucoup de lobbying citoyen, avec le collectif, on essaye d'informer pour faire changer les pratiques. [...] En fait, tu peux tout à fait retourner les choses.

Alors, ce n'est pas suffisant, et cela ne va pas du tout assez vite, mais pour moi c'est la seule façon de faire, attaquer à tous ces niveaux là en même temps.

Cette vision continuiste, où activisme du quotidien et engagement multiforme se confondent, les amène aussi à tenir à distance les figures, souvent croquées, du "militant classique, vindicatif", "agressif", ou de "l'écolo qui a toujours raison sur tout".

Transformer ses habitudes de vie et habiter un monde commun, même combat

À rebours d'une posture de surplomb, les enquêté.e.s valorisent, vis-à-vis des proches comme des inconnus, et jusque dans les activités de sensibilisation, ce qu'ils désignent comme une "posture basse", ou "plus relax", n'aspirant pas (ou plus) à convaincre ou à cliver. De même qu'ils manifestent leur méfiance face à tout "entre soi", ils multiplient les marques de compréhension à l'égard de ceux ne partageant pas leur "mode de vie" ou ayant "moins le temps de se remettre en cause": "Je comprends encore que certaines personnes veulent voyager dans le monde, moi j'en ai plus besoin aujourd'hui, mais je comprends aussi ça"; "j'ai été critique, maintenant je me dis acceptation!". Bien sûr, cela ne les empêche nullement d'éprouver un vif dégoût dans certaines circonstances, mais l'indignation reste tue et les "débats sans fin", soigneusement évités (sauf au sein des couples, où les "clashes" entre co-équipiers sont aussi rares qu'intenses):

On s'était retrouvé pour une 'réunion de travail' dans une crêperie en l'occurrence, et une des copines arrive, et se prend une crêpe au nutella, et j'étais hyper choquée, je ne lui ai rien dit. Genre: 'mais tu manges encore du nutella! [rire]. Mais qu'est-ce qu'il faut pour te faire comprendre?' Je ne lui ai rien dit. Je me suis trouvée fantastique. Mais oui, effectivement, j'étais hyper choquée, parce que la plupart des gens de mon groupe ont complètement abdi-qué ce genre de trucs.

Et de se décrire comme eux-mêmes "incohérents sur plein de points", et sensibles à l'inconfort de se frotter, fût-ce avec méthode, à ce qui éprouve: "c'est dur", "c'est compliqué", "ce n'est pas facile tous les jours" etc. L'avion figure souvent parmi les habitudes les plus difficiles à réviser, même si des avancées sont aussi soulignées ("c'est la première année où on commence vraiment à dire non"):

Donc là y'a eu une réflexion, quand je vais voir ma copine, et hop je prenais l'avion, c'était Easyjet en l'occurrence, comme un taxi,

je faisais même plus attention aux horaires, j’y allais, j’avais totalement intégré le truc, et donc il a fallu déconstruire ça. Et ça a été par étapes.

Y’avait un ingénieur, il faisait beaucoup de vélo et il m’a dit ‘écoute, voilà’. Ils n’ont pas insisté trop, et j’ai mis un certain temps à réaliser, c’est là où je dis c’est progressif, j’étais déjà écolo engagé, je prenais encore beaucoup l’avion, je pense c’est par le mouvement des Villes en Transitions où le sujet a été abordé aussi, je sais plus exactement, et petit à petit je me suis rendu compte que y’avait un problème, ‘ah là...’. Et il a fallu que j’ai quand même une petite discussion avec moi-même, ça n’a pas été évident, changer de pratique là-dessus, et même encore parfois aujourd’hui si je suis honnête.

On est à l’opposé de la posture “d’innocence” (Haraway, 2020) qui associe un savoir *sur* l’effondrement à un rapport déagagé à l’action, dont l’impuissance est simplement actée et attribuée à l’impéritie des autres, comme dans ce post Facebook: “Nous devons diviser nos émissions par huit, ça représente non pas une décroissance mais un *effondrement*. Nous devons précipiter notre effondrement. Bonne chance pour faire entrer cela dans les consciences. [...] En raccourci, il faudrait aller dans le sens du ‘tous comme le Bhoutan’ et là on peut commencer à discuter du comment”. Le “comment” est au contraire ici d’emblée partie prenante d’une enquête, qui s’emploie à ne pas dénier aux autres la capacité de changer, dont l’expérience est faite pour soi:

Super souvent, quand on fait de la sensibilisation, les gens disent ‘nan mais de toute façon les gens ne changeront pas, il faut une dictature écolo’, naaaaaan [rire]! Déjà arrêtez de dire ça, c’est qui les gens, toi tu changeras? Ouais... Bah voilà! Alors si toi tu changeras, y’a pas de raison que les autres ils ne changent pas, faut arrêter de pas avoir confiance en les gens, ça suffit!

Prendre ainsi parti sur ce que peuvent “les gens”, leur plasticité, leur capacité à apprendre de leurs expériences, c’est pouvoir compter sur les interdépendances, c’est-à-dire sur les effets indirects ou ce que J. Dewey appelle le “*collateral learning*” (Bidet, 2020):

Pour moi y’a un vrai rôle de l’exemplarité, c’est à dire que je le vois, même dans ma classe, avec mes petits pochons, enfin là je ne les ai pas là, mais mes pochons de coton, avec mes, avec ma poire dedans, ou mes Tupperware, enfin c’est ... ou ma gourde, bah ça, ça fait parler. C’est difficile de dire à une personne ‘bah nan t’as tort de faire ça, t’achète plus de plastique c’est quand même bizarre’, alors que face à un parti politique c’est tellement plus fa-

claire de critiquer un programme; tu vois ce que je veux dire? Alors que si t'incarne vraiment, dans tes pratiques, ouais là je pense tu touches quelque chose là.

Ainsi, il s'agit de *pousser sans pousser*. Si on "ne peut pas pousser", car à la fois "ça ne marche pas" et "c'est le choix de chacun", "chacun est libre", on considère néanmoins qu'"agir à côté de manière différente, ça ça pousse": "quand tu changes tes habitudes, ça les affecte". Et de thématiser l'effet "tâche d'huile", éprouvé aussi pour eux-mêmes, de ce qui "infuse ton quotidien au fur et à mesure, plante ses racines". La suggestion est parfois plus directe, dans un moment où l'on se dit alors "particulièrement militant": "'bon, allez, ce midi, j'ai récupéré des bocaux, tout le monde part avec ses bocaux, on va chercher à manger comme ça' [rires]. Parfois ça marchait. Bon, je n'ai pas la foi de le faire tous les midis, mais y'avait une démarche qui commençait chez certains".

Cet *activisme du quotidien* – apparent oxymore – contrarie la disjonction entre éthique et politique souvent postulée par les critiques de l'effondrissement, qui tendent à rabattre les "petits gestes" du quotidien et les "transformations locales" des "effondrés" sur un "discours de moralisation" ou de "culpabilisation individuelle" dépolitisant⁹. Ce faisant, ces discours médiatiques ignorent que le politique peut aussi se lire dans la difficulté à se défaire de gestes, dont les habitudes engagent des visées, des idéaux ou même des idéologies métabolisées de longue date par nos sociétés; comme il se lit dans le travail pour en élaborer de nouveaux et dans la façon même d'interagir avec "les gens" avec lesquels produire les irréversibilités propices à d'autres "formes de vie" – une expression par laquelle J. Dewey définit, à travers la démocratie, la communauté idéale (Bidet & Gayet-Viaud, 2020).

Conclusion.

L'activisme du quotidien, aux marges de l'effondrissement?

Les activistes ou aspirants activistes considérés ici relèvent des publics de l'effondrissement, ont des moments effondristes, mais ne correspondent pas pleinement à la *skolê* effondriste documentée par C. Tasset. La logique d'auto-affectation par la connaissance, relevée sur des terrains explicitement "effondristes" (Tasset, 2020, cet ouvrage), cède en effet le pas à une dynamique d'"auto-affectation par l'action", où l'émotion de *créer* – ou passion, si l'on veut marquer son caractère entretenu (Roux, Charvolin & Dumain, 2009: 373) prime sur la passion de savoir. L'engagement des enquêtés dans la révision de leur "mode de vie" et la sensibilisation à l'écologie s'alimente à sa propre félicité, à mesure qu'il rend tangible à leurs yeux un "nouveau monde".

9. Cet extrait de post Facebook peut l'illustrer: "L'ascétisme et le souci de soi ont toujours été la politique de l'autruche des âges impériaux. Tes toilettes sèches et ton potager permaculturé ne changeront pas le monde buddy! Par contre, l'action publique, l'investissement syndical et associatif, le rapport de forces sont les signes sains d'une réelle transformation" (apud Bidet, 2019).

Ce “nouveau monde” est éprouvé *au plus intime* comme une transformation de soi, mais aussi, jusque dans les espaces *les plus publics*, comme une contamination du milieu environnant. Ainsi, les entretiens témoignent de quêtes de fidélité à soi-même, ponctuées de “*transformative moments*” (Hards, 2012), de “chocs moraux” (Traïni, 2011), de dynamiques exploratoires (Bidet & Boutet, 2013), de “bifurcations” (Negroni, 2005), où les intéressés (re)découvrent des attachements “viscéraux”, aspirent à se défaire d’“étiquettes” accolées par des tiers et font prévaloir des épreuves de convenance personnelle (“je me sens mieux”, “ça me convient”, “c’est pas que j’essaye, c’est qui je suis en fait”). Simultanément, la transformation de ses habitudes de vie, comme le plaisir pris à sa narration, partie prenante d’une publicisation, manifeste un “esprit public” au sens de N. Eliasoph (2010), c’est-à-dire une orientation vers un monde commun¹⁰: on compte sur les connexions, on se soucie des interdépendances, on éprouve l’efficace de l’exemple, on parie sur la réciprocité, on cultive le principe de symétrie, on ménage la responsabilité d’autrui etc. L’activisme du quotidien, comme enquête continuée et pervasive, associe ainsi à une totalisation de l’existence, tournée vers la catastrophe écologique, le souci de cultiver la capacité de chacun à y répondre.

10. Cette articulation entre “transformation de soi” et engagements collectifs est aussi attestée in Chamel (2019).

Peut-on séparer ce qui fait expérience, au sens fort du terme, de l’exploration *in situ* de formes désirables de coexistence – ce processus où se transforme continûment la culture politique d’une société (Bidet et al., 2015; Gayet-Viaud, Bidet & Le Méner, 2019)? Si l’on peut en douter, l’attention aux moments effondristes amène alors à poser de façon plus ouverte la question de la portée politique de l’effondrissement, en la réinscrivant plus largement dans nos efforts pour hériter de notre monde (Bonnet, Landivar & Monnin, 2021).

Références

ALLARD, Laurence; MONNIN, Alexandre; TASSET, Cyprien. Est-il trop tard pour l’effondrement? *Multitudes*, n. 76, p. 53-67, 2019.

ALLARD, Laurence. Les vulnérabilisé.es volontaires du climat: narrations de soi colapsologistes sur les réseaux socio-numériques. *Signes, discours, société*. “Dynamiques discursives de la vulnérabilité”, n. 76, p. 53-67, Sep. 2019.

BARKER, Kezia. How to survive the end of the future: Preppers, pathology and the everyday crisis of insecurity”. *Transactions of the Institute of British Geographers*, v. 45, n. 2, p. 483-496, 2019.

BIDET, Alexandra. Considérer la fragilité, composer un monde". Faire en citoyen l'expérience du flux des passagers du métro. In: GEFEN, Alexandre; LAUGIER, Sandra (Dirs.). *Le pouvoir des liens faibles*, p. 27-48. Paris: Éditions du CNRS, 2020.

_____. Faut-il "avertir de la fin des temps pour exiger la fin des touillettes"? Les ressorts de l'engagement écocitoyen. *Multitudes*, n. 76, Dossier "Est-il trop tard pour l'effondrement?", p. 134-141, 2019.

BIDET, Alexandra; GAYET-VIAUD, Carole. Des écrits politiques de John Dewey à une ethnographie de la citoyenneté comme "vie commune". *Pragmata. Revue d'Études Pragmatistes*, n. 3, à paraître, 2020.

BIDET, Alexandra; BOUTET, Manuel; CHAVE, Frédérique, GAYET-VIAUD, Carole, LE MÉNER, Erwan. Publicité, sollicitation, intervention. Pistes pour une étude pragmatiste de l'expérience citoyenne. *SociologieS*, "Dossier Pragmatisme et sciences sociales: explorations, enquêtes, expérimentations", mis en ligne le 23 février 2015.

BIDET, Alexandra; BOUTET, Manuel. Pluralité des engagements et travail sur soi. Le cas de salariés ayant une pratique ludique ou bénévole. *Réseaux, La Découverte*, v. 6, n. 182, p. 119-152, 2013.

BONNET, Emmanuel; LANDIVAR, Diego; MONNIN, Alexandre; ALLARD, Laurence. Le design, une cosmologie sans monde face à l'anthropocène. *Sciences du Design*, v. 2, n. 10, p. 97-104, 2019.

CHAMEL, Jean. Faire le deuil d'un monde qui meurt. Quand la collapsologie rencontre l'écospiritualité. *Terrain. Anthropologie & Sciences Humaines, Apocalypses*, n. 71, p. 68-85, 2019.

CHARBONNIER, Pierre. Splendeurs et misères de la collapsologie. Comment rendre l'effondrement désirable. *Revue du Crieur*, v. 13, Juin 2019.

CHATEAURAYNAUD, Francis; DEBAZ, Josquin. *Aux bords de l'irréversible. Sociologie pragmatique des transformations*. Paris: Petra, 2017.

CRAVATE, Jérémie. L'effondrement parlons-en... Les limites de la collapsologie. *Barricade*, 2019. Disponible en: <https://www.barricade.be/sites/default/files/publications/pdf/2019_etude_l-effondrement-parlons-en_1.pdf>.

DEWEY, John. *La quête de certitude. Une étude de la relation entre connaissance et action*. Paris: Gallimard, 2014 [1929].

_____. *La formation des valeurs*. Paris: La Découverte, 2011a.

_____. *Une foi commune*. Paris: La Découverte, 2011b.

DOBRÉ, Michelle. *L'Écologie au quotidien. Éléments pour une théorie sociologique de la résistance ordinaire*, Collection "Sociologies et environnement". Paris: Harmattan, 2002.

ELIASOPH, Nina. L'évitement du politique. Comment les Américains produisent l'apathie dans la vie quotidienne. *Economica*, Collection "Études sociologiques", 2010 [1998].

FITZGERALD, F. Scott. *L'effondrement*. Paris: Rivages poche, 2011 [1936].

FLAHAULT, François. *Le crépuscule de Prométhée. Contribution à l'histoire de la démesure humaine*. Paris: Mille et une Nuits, 2008.

GAYET-VIAUD, Carole; BIDET, Alexandra; LE MÉNER, Erwan. Enquêter sur la portée politique des rapports en public. *Politix*, n. 125, p. 7-30, 2019.

HALKIER, Bente. A practice theoretical perspective on everyday dealings with environmental challenges of food consumption. *Anthropology of food, Can consumers save the world?*, Sep. 2009.

HARAWAY, Dona. *Vivre avec le trouble*. Vaulx-en-Velin, FR: Les Éditions Des Mondes à Faire, 2020 [2018].

HARDS, Sarah. Tales of transformation: the potential of a narrative approach to pro-environmental practices, *Geoforum*, n. 43, p. 760-771, 2012.

LATOURE, Bruno. *Où atterrir? Comment s'orienter en politique*. Paris: La Découverte, 2017.

MÈGE, Arnaud. "Faire autrement". Tensions entre idéaux et contraintes pratiques de militants pour la décroissance. *Terrains & travaux*, v. 31, n. 2, p. 63-86, 2017.

_____. "Une vie qui nous convient". La décroissance, "c'est aussi pour le bien-être de la planète et pour soi aussi... c'est un mieux-être". *Savoir/Agir*, v. 14, n. 4, p. 57-63, 2010.

MONNIN, Alexandre; ALLARD, Laurence. Ce que le design a fait à l'Anthropocène, ce que l'Anthropocène fait au design. "Introduction du dossier 'Anthropocène et effondrement'". *Sciences du Design*, v. 11, n. 1, p. 21-31, 2020.

NEGRONI, Catherine. La reconversion professionnelle volontaire: d'une bifurcation professionnelle à une bifurcation biographique. *Cahiers Internationaux de Sociologie*. n. 119, p. 311-331, 2005.

OLLITRAULT, Sylvie. *Militer pour la planète. Sociologie des écologistes*, Collection "Res publica". Rennes, FR: Presses Universitaires de Rennes, 2009.

PRUVOST, Geneviève. Chantiers participatifs, autogérés, collectifs: la politisation du moindre geste. *Sociologie du Travail*, n. 57, 2015.

_____. L'alternative écologique. Vivre et travailler autrement. *Terrain*, n. 60, "L'imaginaire écologique", p. 36-55, 2013.

RAFANELL I ORRA, Josep. *Fragmenter le monde. Contribution à la commune en cours*. Paris: Éditions Divergences, 2018.

ROUX, Jacques; CHARVOLIN, Florian; DUMAIN, Aurélie. Les "passions cognitives" ou la dimension rebelle du connaître en régime de passion. *Revue d'Anthropologie des Connaissances*, v. 3, n. 3, p. 369-385, 2009.

SARNOWSKI, Solène. *Les ressorts de l'engagement écologique: enquête sur la formation et la transformation des activités*. Mémoire de Master 1 de Sociologie, EHESS, Paris, 2020.

SEMAL, Luc. *Face à l'effondrement. Militer à l'ombre des catastrophes*, Collection "L'écologie en questions". Paris: Presses Universitaires de France, 2019a.

_____. Le catastrophisme fait partie de l'écologie politique. Entretien avec Hugo Struna, Usbek & Rica, 30 Mai 2019b.

STENGERS, Isabelle. William James: une éthique de la pensée. In: DEBAISE, Didier (Dir.). *Vie et expérimentation: Peirce, James, Dewey*. Paris: Vrin, 2007.

SZUBA, Mathilde; SEMAL, Luc. Rationnement volontaire contre "abondance dévastatrice": l'exemple des crags. *Sociologies Pratiques*, v. 20, n. 1, p. 87-95, 2010.

TASSET, Cyprien. L'effondrisme comme passion de savoir. "Puissance d'expression et réalisme épistémique". Document de travail, 2020.

_____. Les "effondrés anonymes"? S'associer autour d'un constat de dépassement des limites planétaires. *La Pensée Écologique*, v. 1, n. 3, p. 53-62, 2019.

TRAÏNI, Christophe. L'enfance et les sensibilités primordiales de la lutte pour la protection animale. In: MUXEL, Anne (Dir.). *La politique au fil de l'âge*, p. 213-228. Paris: Presses de Science Po, 2011.



O valor de uma existência: uma análise pragmática de valorizações da vida humana em situações envolvendo dinheiro

Recebido: 30.03.21
Aprovado: 15.06.21

Camille Porto (<https://orcid.org/0000-0001-6849-4033>),
Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ), Rio de Janeiro, RJ, Brasil;
École des Hautes Études en Sciences Sociales (Ehess), Paris, França^I.

Alexandre Werneck (<https://orcid.org/0000-0002-7529-7633>),
Departamento de Sociologia e Programa de Pós-Graduação
em Sociologia e Antropologia da Universidade Federal do
Rio de Janeiro (UFRJ), Rio de Janeiro, RJ, Brasil^{II}.

I. Camille Porto
é doutoranda
em sociologia no
Instituto de Estudos
Sociais e Políticos
da Uerj e da École
des Hautes Études
en Sciences Sociales
Ehess.
<camilleporto@
outlook.com>.

II. Alexandre
Werneck é professor
do do Departamento
de Sociologia
e Programa de
Pós-Graduação
em Sociologia e
Antropologia da
UFRJ.
<av.werneck@ifcs.
ufrj.br>.

Resumo: O objetivo deste artigo é analisar a ideia de valoração de uma existência, por meio do estudo de situações de valorização fundadas na avaliação em termos monetários. Isso é feito com a simetrização entre duas pesquisas baseadas em entrevistas em profundidade, uma sobre como pessoas em processo de egressão do sistema penal comparam o dinheiro que ganham na “vida honesta” com aquele oriundo anteriormente do crime e outra sobre como juízes calculam indenizações por danos morais relativas a mortes e perdas corporais. O diálogo entre as duas frentes permitiu observar que entra em jogo nas definições dessas situações um movimento de tornar tanto dinheiro quanto existência significativos e tornou possível depreender dois regimes de valorização da existência, um centrado no reconhecimento intrínseco da vida humana e outro concentrado na avaliação da biografia.

Palavras-chave: Existência. Dinheiro. Valoração. Avaliação. Valorização.

The value of an existence: a pragmatic analysis of valuations of human life in situations related to money

Abstract: The article aims to analyze the idea of valuing an existence by analyzing valorization situations based on evaluation in monetary terms. This is done employing the symmetrization between two studies based on in-depth interviews: one about how people in the process of egressing from the penal system compare the money they earn in “honest life” with that originally earned in crime; and one about how judges calculate compensations for moral damages related to deaths and other body losses. The dialogue between the two studies made it possible to observe that comes into play in the definitions of these situations a movement towards making both money and existence significant. It also made it possible to deduce two regimes for valorizing existence,

one centered on the intrinsic recognition of human life, and the other focused on the evaluation of one's biography.

Keywords: Existence. Money. Valuation. Evaluation. Valorization.

O objetivo deste artigo é analisar a ideia de *valoração de uma existência* em situações de valorização fundadas na *avaliação* envolvendo o dinheiro. Isso é feito por meio do diálogo entre duas frentes empíricas distintas, mas concentradas em um equivalente universal a relacionar-se com as avaliações morais da vida humana pelos atores. A *simetrização* (Callon & Latour, 1992) entre uma pesquisa sobre como pessoas em processo de egressão do sistema penitenciário (chamadas aqui de *egressantes*)¹ comparam o dinheiro ganho na “vida honesta” com aquele oriundo anteriormente do crime e uma sobre como juízes avaliam indenizações por danos morais relativas a mortes e perdas corporais, ambas as investigações já exploradas separadamente em outros trabalhos – respectivamente, Camille Porto (2017; 2019) e Alexandre Werneck (2019b) –, permitiu colocar em contato diferentes experiências de pensar a relação entre dinheiro e *existência*, notadamente no âmbito *moral*, por meio, de um lado, de sua tradução em valores financeiros e, de outro, da *efetivação* (Werneck, 2012) de um ganho pecuniário, como dois *regimes de valorização da existência*, um centrado no reconhecimento intrínseco da vida e outro centrado na avaliação de uma biografia. Assim, foi possível problematizar mais abstratamente os fenômenos que Werneck et al. (2020) argumentam constituir a matriz da questão do valor, a *valoração*, a *avaliação* e a *valorização*, em momentos em que os atores são chamados a traduzir e/ou coordenar valores financeiros e valores morais.

As duas frentes, observadas em uma chave *compreensiva* (Weber, 1947), *pragmatista* (Peirce, 1992; James, 1907; Dewey, 1938) e *pragmática* (Boltanski & Thévenot, 2020; Thévenot, 2006) e, consequentemente, *situacionista* (Thomas, 1969, Cicourel, 1964), que têm marcado os nossos trabalhos em separado (Werneck, 2012; 2014; 2015; 2020; Porto, 2017; 2019), permitiram melhor entender aquilo que chamamos de *disputas de valor* – quando os atores são chamados a controvérsias sobre os termos da atribuição de valores – nas situações em que entram em jogo *objetos de valor* intangíveis e/ou associados a domínios por eles considerados como apartados da vida econômica, ou *propriamente humanos* (Abercrombie, 2020), aqueles, como mostram em outro trabalho um de nós e uma colega (Werneck et al., 2020) e, reiteraremos aqui, marcados pela *singularidade absoluta*. Nos dois casos, observamos entrar em cena a busca por um *caráter significativo* nas *definições de situação* (Thomas, 1969): por um lado, egressantes, ao revisitarem suas histórias a partir de um ponto fixo no presente – fase híbrida, estabelecida

1. Sobre a diferença entre a condição de egresso e a de egressante, ver Camille Porto (2019):

fora dos limites físicos da prisão, mas ainda inserida no sistema penitenciário –, qualificam este seu momento e o anterior – e os *selves* (James, 1950; Cooley, 1902; Mead, 1934) a eles correspondentes² – a partir dos montantes financeiros obtidos, de onde o dinheiro vem, da “facilidade” ou dificuldade de obtê-lo e/ou a que ele se destina, demonstrando uma busca por uma qualificação dessas relações com o ganho³ como *significativas*; por outro lado, juízes, ao avaliarem o quanto se deve pagar como compensação pelos chamados *danos morais* (Sanseverino, 2010; Bittar, 2015), enfrentam o desafio de um duplo ajustamento entre a razoabilidade do valor financeiro vis-à-vis outros casos (e princípios legais), e entre esse mesmo valor e a busca pelas especificidades do caso particular, tornando a compensação também *significativa* para os envolvidos.

Vejamos, então, duas situações de avaliação representativas de nossos campos⁴:

Enquanto o dinheiro do crime evaporou [...] de uma forma tão mágica, a mixaria que recebo do trabalho rende pra caramba. Um carro que eu conseguia numa noite, agora eu estou pagando em um ano. Hoje foi um dia [de trabalho] muito bom, tá? Então, vamos contar comigo aqui [saca a carteira e começa a contar dinheiro], vamos lá: R\$ 100, R\$ 200, R\$ 300, R\$ 400. Eu fico feliz de pegar essa mixaria aqui e pagar a prestação do meu carro. Eu fico feliz de comprar pro meu filho a moto que ele queria, sabe? É gostoso, esse dinheiro aqui rende pra caramba. Sendo que com R\$ 30 pra R\$ 40 mil eu voltava duro de sexta pra segunda-feira, sabe? Sem dinheiro nenhum, nenhum, durinho. Aí eu tinha que roubar de novo. Isso aqui não, isso aqui eu pago a faculdade do meu filho, eu pago... É difícil, não sobra nada, mas é gratificante, sabe?

Em caso semelhante – de morte de feto por atendimento inadequado – o STJ [Superior Tribunal de Justiça] fixou a compensação por dano moral em R\$ 150 mil [...]. Nesse aspecto, [é] importante salientar que o médico que assistiu a autora durante o pré-natal atuou dentro da boa prática médica, como destacado pelo perito [...], e que o dever de compensação ora reconhecido visa punir a falta de integração entre os médicos das rés no que atine a resultados de exames realizados, e não a um erro que tenha sido cometido pelo médico assistente, razão pela qual se reduz a compensação para R\$ 100 mil, devendo ainda incidir sobre tal valor o percentual de 56,26%, que corresponde à probabilidade de o feto nascer com vida em um parto prematuro. Por conseguinte, o valor da compensação fica fixado em R\$ 56.260,00 a ser dividido entre os autores.

O primeiro trecho mostra uma comparação promovida por um “beneficiário”⁵ de livramento condicional, em uma entrevista em 2016, entre o salário de seu trabalho atual e os ganhos anteriores no crime. No usufruto dos chamados “benefícios

481).

2. Conforme a citada bibliografia a respeito, o self é uma unidade de individuação sênica formada por outras unidades sênicas (o eu – sua dimensão mais íntima e constante, referente aos comportamentos assumidos e criados pelo indivíduo diante de reações sociais formalizadas – e o mim – a mais variante, já que concerne à reprodução das reações socialmente construídas e às perspectivas aprendidas sobre si mesmo com os outros significativos, o que ocorre em conformidade com as mais diversas situações nas quais os indivíduos se encontram no decorrer de suas trajetórias). Partindo dessa premissa, tomamos os diferentes momentos e contextos da vida dos atores como configurações produtoras, muitas vezes, de selves distintos.

3. Como procedimento metodológico/epistemológico, a simetriação ultrapassa os limites da mera comparação, já que tem como objetivo, segundo Callon e Latour (1992: 348), “não alternar entre um realismo naturalista e um realismo social, mas [...] descrever natureza e sociedade [ou quaisquer pares originalmente

distintos como universos refratários um ao outro] como resultados gêmeos de uma terceira atividade, [...] a construção de redes”. Trata-se aqui de tomar os dois mundos empíricos com o mesmo ferramental analítico, a fim de compreender a fenomenologia subjacente (isto é, o enredamento de elementos, ainda segundo os autores) a ambos em termos da tríade valorativa aqui estudada.

4. A fim de preservar as identidades de todos os envolvidos, nos trechos de processos judiciais e entrevistas, de juízes ou egressantes, os agentes não serão identificados e terão evitadas quaisquer alusões identificadoras – sendo usados inclusive os gêneros genéricos próprios a cada substantivo.

5. É assim que egressantes costumam ser designados em documentos oficiais da Secretaria de Estado de Administração Penitenciária do Rio de Janeiro (Seap/RJ), que os qualificam nos termos de seus benefícios penais e os conduzem ao processo de egressão do sistema.

penais”, o apenado, tornado, assim, egressante, tem sua pena restritiva de liberdade convertida em pena restritiva de outros direitos, cujo cumprimento ocorre no interior da sociedade mais ampla, após o cumprimento de regime fechado (Porto, 2019: 494). Os benefícios são concedidos pela Vara de Execuções Penais (VEP), do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro (PJRJ), e fiscalizados pelo Patronato Magarinos Torres, órgão da Secretaria de Estado de Administração Penitenciária do Rio de Janeiro (Seap/RJ). Nessa condição, os atores precisam, entre outras obrigações, se apresentar regularmente ao Patronato para assinar prontuários, comprovar empregabilidade e se submeter a atendimentos técnicos dos departamentos de Psicologia, Serviço Social e Terapia Ocupacional. Como mostram vários trabalhos (Zaluar, 1985; 2004; 2005; Misse, 1999; Grillo, 2013; Teixeira, 2013; Feltran, 2014) e a fala do entrevistado, o crime pode render ganhos de grande monta que rivalizam simbolicamente com os do “trabalhador” (Machado da Silva & Leite, 2008).

O segundo trecho, por sua vez, advém de uma sentença sobre danos morais, proferida pela primeira instância da Justiça Fluminense em 2017. De acordo com a definição do próprio direito, os danos morais são aqueles “relativos a elementos [do] complexo valorativo intrínseco [*do indivíduo*], nas projeções da sociedade” ou “relativos a atributos valorativos, ou virtudes, da pessoa como ente social, ou seja, integrada à sociedade, [...], dos elementos que a *individualizam como um ser*” (Bitar, 2015: 34-35). Dessa maneira, o sentido do termo “moral” nessas causas explicita sua dimensão interpretativa, apontando para seu caráter abstrato e subjetivista: seria moral aquilo que demanda esforço para ser objetivado porque pertence ao domínio interpretativo. Trata-se da causa em que, diferentemente dos *danos patrimoniais* ou dos *danos pessoais*, ambos de tangibilidade objetiva (como a perda de um bem ou um prejuízo pessoal de valores financeiros definidos), se avalia a compensação por uma perda em um plano puramente abstrato. No caso em questão, a questão é se se compensa os pais pela *dor da perda* de seu bebê, natimorto por suposto erro médico – algo além, portanto, de compensá-los como consumidores por um mau atendimento na prestação de um serviço.

No primeiro caso, vê-se uma reinterpretação de dados quantitativos qualitativamente: poucas centenas de reais para uma família por um mês “rendem mais” do que R\$ 30 mil ou R\$ 40 mil para um único indivíduo em um fim de semana. É uma experiência de comparação radical a seu próprio respeito e a respeito especialmente daquilo com que se gasta o dinheiro: enquanto os ganhos agigantados oriundos da ocupação como ladrão de carga eram usualmente direcionados a prazeres imediatos – ele diz que “gastava com bebidas, mulheres, viagens, curtidão”, o que levava o entrevistado a voltar para casa “de sexta pra segunda-feira, sem dinheiro nenhum, nenhum, durinho” –, os ganhos modestos do trabalho como motorista de

van são direcionados ao sustento de sua família, a bens duráveis e ao futuro – dessa monta, como destaca, “não sobra nada”, mas “essa mixaria”, diferentemente da renda anterior, “é gratificante”.

No caso dos danos morais, por outro lado, o magistrado decidiu acolher a demanda do casal, reconhecendo, assim, que a perda da vida do filho merecia a resposta chamada pela Justiça de “reparação integral” (Sanseverino, 2010)⁶. O que chama atenção no trecho, entretanto, é a forma de quantificar o valor, baseada em uma espécie de fator de correção: como um especialista havia indicado um percentual de probabilidade de sobrevivência de um bebê prematuro, o juiz conclui que em vez do que deveria ser pago como compensação por um bebê nascido no tempo normal – e que corresponderia a 100% da indenização –, deveria ser paga uma proporção desse total, que o minora praticamente à metade. A decisão, após recurso, foi reformada na segunda instância, reconhecendo-se o direito à íntegra do valor e não a uma proporção baseada em uma atenuação (justificada, naquele caso específico) pela hipertensão materna: em vez do valor original único para o casal, o desembargador determinou o pagamento de R\$ 100 mil para cada um dos pais.

Assim, trata-se, no primeiro caso, de se julgar se um dinheiro ganho é bom ou não. No segundo, a questão é julgar se é bom ou não que um dinheiro seja ganho.

A pesquisa sobre os egressantes penais consistiu em uma análise sobre a “carreira moral” (Goffman, 1974) de pessoas que se encontram em processo de egressão do sistema penitenciário fluminense (Porto, 2017; 2019) por meio de 25 entrevistas semiestruturadas no interior do Patronato Magarinos Torres e nas quais os egressantes foram convidados a refletir sobre suas trajetórias. A pesquisa sobre os danos morais, por sua vez, analisou o desafio fundamental da Justiça para ser justa quando se opera um modo de justiça não inscrito na objetividade. Para tanto, foram realizadas 16 entrevistas semiestruturadas com magistrados, entre juízes de primeira instância, desembargadores e um ministro do STJ, ao mesmo tempo que se analisaram 32 ações de danos morais⁷. O objetivo era refletir sobre como os julgadores objetivam em valores monetários danos morais, como a perda de uma vida ou outros elementos intangíveis (Werneck, 2019b).

Os dois casos apresentados, como os outros analisados, expressam uma tensão entre esferas por vezes representadas como imiscíveis, a da economia e a do *propriamente humano*. Trata-se de uma representação apontada por Viviana Zelizer (2011) como a construção de *mundos hostis* (em seu tratamento, o econômico e o da intimidade) e por Nicholas Abercrombie (2020) como distintos *regimes de valor* (opondo o dinheiro e o sagrado). Os exemplos expressam uma disjunção que salta

6. Doutrina segundo a qual se alguém é vítima de um dano deve buscar a reparação mais ampla possível, em todas as dimensões, até mesmo em termos morais.

7. A estratégia adotada para se entrevistar os julgadores consistiu em seguir os processos judiciais: a partir da amostra de ações por danos morais, buscou-se falar com os magistrados envolvidos e seguir uma bola de neve de cada caso. Mas nem todo julgador pôde ser acessado ou concordou em falar.

aos olhos, já que tanto a tentativa de atribuir pouco valor a muito dinheiro e muito valor a pouco dinheiro soaria para certo olhar como um moralismo irracional por parte daquele que qualifica esses montantes não em termos de poder monetário e/ou aquisitivo, mas de satisfação (“é gratificante”) – um relativismo tão imerso no cotidiano da vida econômica quanto dizer que um automóvel é barato enquanto um doce é caro (Weber, 2002; Neiburg, 2010) –, quanto a tentativa de critério para a objetivação do valor da perda da vida de um filho soa como mecanização que sequestra sua humanidade e sua singularidade (Karpik, 2010) – o que é expresso no recurso amparado pela segunda instância com a afirmação de que “[a] falha dos [r]éus retirou não 56,26% de chance de vida [*do filho*] dos autores – como afirma a sentença –, mas sim 100%, porque a este não foi dada sequer a chance de nascer para sobreviver”. Essa disjunção entre domínios nos apareceu na análise como uma composição complexa entre aquilo que, em outro trabalho, um de nós e uma colega (Werneck et al., 2020) chamaram de *hostilizações*, oposições/críticas situadas à economia, e um quadro de indefinição da situação (Werneck, 2019a; 2020) que permite aos atores fazerem conviver em um mesmo processo de avaliação o mundo de singularidades próprio aos “valores morais” (expressos por meio da interpretação) e o mundo de diferenciações próprio aos “valores objetivos” (ajustados a e lastreados em elementos objetivos do mundo).

O valor como questão sociológica e os três fenômenos valorativos relevantes

O problema analítico fundamental aqui em jogo tem a ver com a análise do papel desempenhado pelo valor em um tipo específico do que William I. Thomas (1969: 42) chamou de definição da situação, “um estágio de exame e deliberação [...] preliminar a qualquer ato comportamental autodeterminado” e que diz *o que está acontecendo ali*, permitindo aos humanos tratarem as situações como “reais em suas consequências” (Thomas & Thomas, 1938: 572). Ao adotar essa partida situacionista, concentramo-nos nas situações em que o dinheiro possa comparecer como elemento para efetivar o valor de um humano, situações cuja definição implica avaliar uma existência e agir a partir dessa avaliação.

O empreendimento de uma pesquisa sobre o que chamamos de *conflitos de valoração* (Werneck et al., 2020), no âmbito do “estudo dos valores e das valorações” (Cefaï et al. 2015), nos fez mergulhar na reflexão sobre o conceito de valor, que vai dos clássicos, como Georg Simmel (2011) ou Karl Marx (Ash, 1965), a tratamentos contemporâneos (Kluckhohn, 1951; Baier, 1973; Heilbroner, 1983; Graeber, 2001; Rezsohazy, 2006; Pedersen, 2008; De Lastic, 2014; Brosch & Sander, 2016; Heinich,

2017). Das múltiplas abordagens analisadas, concentramo-nos na ideia de *sociologia axiológica* (Heinich, 2017: 140): o valor é um atributo associável a “coisas, pessoas, ações e estados do mundo”. Mas, para adotá-la, nos municiamos de um tratamento clássico: partimos do tratamento de Max Weber (1947), segundo o qual o valor é uma camada do *sentido*, chave de sua sociologia da ação, compondo uma espécie de, como mostra Werneck (2019a: 7 e 9), *semiótica social*. Nessa chave, o termo *valor* passa a expressar um tipo peculiar de significado, aquele que, construído como *grandeza* (Boltanski & Thévenot, 2020; Heinich, 2017), sendo passível de medição e comparação, expressa a *importância atribuída a algo*, na forma da quantidade dessa grandeza – e essa importância se torna a forma privilegiada do sentido efetivador de algo.

Trata-se, dessa maneira, *de um nome do bem*, uma de suas formas, preenchendo coisas com quantidades desse bem e permitindo compará-las. Assim, em um modelo compreensivo, os atores são chamados a legitimar, *efetivar* (Werneck, 2012; 2021) uma ação (aqui, uma situação) – e, por extensão de sentido, tudo que lhe sirva de metonímia (como dissemos a partir de Nathalie Heinich, “coisas, pessoas, ações e estados do mundo”), por meio da demonstração de seu preenchimento com uma dessas formas do bem, com valores. Pode ser honra, pode ser beleza, pode ser justiça, podem ser R\$ 400 ou R\$ 40 mil, pode ser seu caráter significativo – qualquer designativo que permita dizer que algo tem mais ou menos dele do que outro algo, atribuindo-lhe importâncias comparativas.

Heinich (2017) qualifica ainda três sentidos do termo valor: como grandeza (caso em que o fenômeno em jogo é a expressão do *quanto* algo vale); como objeto (em que a questão é a designação de *algo* como valioso); e como princípio (segundo o qual o horizonte é o da *designação do princípio*, do valor segundo o qual se avalia), de modo que em seu tratamento os três fenômenos relevantes são, em seus termos: o *atrelamento*, a *medição* e o *julgamento*. Em nossa interpretação, propomos Werneck et al., 2020) outra tipologia, centrada nos processos efetivos de operação do valor:

i. valoração: a qualificação interpretativa de coisas segundo quadros valorativos (isto é, a escolha do critério de interpelação da *efetividade* de algo – ou seja, apontando em que termos algo é o bem, é bom);

ii. avaliação: a ponderação da magnitude do peso de algo segundo um valor (isto é, a medida do quanto algo A vale em termos de valor B) e a comparação ponderada entre diferentes coisas segundo esse mesmo critério (isto é, a definição de que coisa, C ou D, apresenta mais do valor B, sendo mais valiosa que a outra segundo esse parâmetro);

iii. *valorização*: a ampliação e/ou o reconhecimento do valor de algo segundo o critério eleito na valoração (isto é, o quanto E pode passar a ser mais valioso, tendo isso sido notado ou não, tendo acrescentado a si mais de valor B).

A existência como forma de efetivar a vida humana e seu valor

A análise mostrou uma passagem entre dois estados de qualificação nas situações de valoração da vida humana (tomada em sua natureza biológica), o de *humano* e o de *uma existência*. A distinção entre os dois estados se encontra na transição entre uma indistinção produzida por um estado de crença (Peirce, 1992) a respeito do estatuto de pertencimento à humanidade comum⁸ (isto é, de uma ideia de “humano” em sua dimensão político-social, o que confere a ele lugar de dignidade) e a entrada em jogo de uma reflexão a respeito do lugar desse humano na existência (Boltanski & Thévenot, 2020), uma reflexividade sobre si e os outros *a partir do reconhecimento de sua finitude e de seus afetos e sofrimentos* (Williams, 1982), cujo processo está intimamente relacionado ao de constituição de selves (James, 1950; Mead, 1934), como “uma existência”, portanto. É no quadro desse exame de estatuto que se pode falar de uma existência (um humano *problematizado* em suas afecções com o mundo). As pesquisas mostraram, por meio de dois tipos de avaliação que colocam sobre a mesa notadamente as finitudes e os valores existenciais das pessoas, que esse movimento corresponde a um primeiro passo do processo aqui em jogo, o de *valoração* desse humano: é por meio da eleição de quadros de valor pertinentes para qualificar esse humano que ele se implica no quadro da existência. Foi possível, então, discernir duas principais formas de conferir sentido a essas existências, dois *regimes*, implicando duas formas de qualificação: uma centrada no humano como portador de uma biografia (isto é, de uma história singular que efetiva a existência como boa, determinando um reconhecimento meritório ou pelo menos congruente com essa história); outra, concentrada no humano como unidade intrínseca e por isso digna de reconhecimento – no sentido de Georg W. F. Hegel (Honneth, 2009) – de humanidade equânime e *equivalente* com os outros (Boltanski & Thévenot, 2020), mas ao mesmo tempo *singular absoluta* (Werneck, 2012) em sua existência mesma. Em um primeiro plano, a pesquisa com os egressantes mostrou fortemente como a biografia pode ser mobilizada para dar sentido a um humano como existência: é por meio de uma narrativa biográfica de oposição entre o self pré-cárcere e o pós-cárcere que os egressantes atribuem valor não só a diferentes momentos da vida, mas principalmente a eles próprios como pessoas. Por sua vez, a pesquisa com as indenizações deixou claro o papel do reconhecimento (de direito e dignidade) como núcleo dessa mesma humanidade valorada (existência).

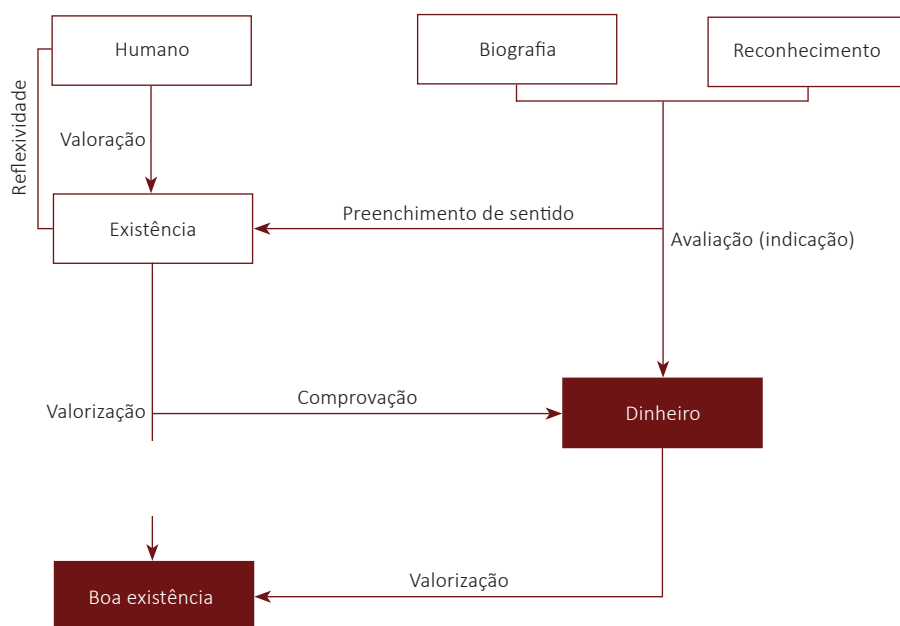
8. Sobre a relativização desse quadro, ver Jussara Freire (2010) e Jussara Freire e César Pinheiro Teixeira (2016).

Mas se a operação de oferta de sentido é suficiente para qualificar uma vida como existência, foi possível ver que a qualificação moral desta muito se beneficia do comparecimento de objetos que possam lhe servir como *índices* (Peirce, 1977): em vez de se promover uma passagem automática da existência à *boa existência* (aquela que, sendo finita, conta), torna-se necessário um processo de *comprovação* (Boltanski & Thévenot, 2020): é necessária a *indiciação* da positividade dessa existência, ou seja, de tratamento desse objeto como um tipo de signo capaz de indicar o caráter *existencializado* da vida. Trata-se, nesse sentido, da *valorização* dessa existência, do processo de explicitação (e de ampliação aos olhos dos avaliadores) da grandeza, do valor das existências vis-à-vis os critérios estabelecidos na valoração.

E foi nesse ponto que o dinheiro se mostrou um dispositivo digno de nota: esse equivalente universal, notadamente porque expressa a livre agência dos humanos (Simmel, 2011; Bloch & Parry, 1989), se ofereceu nas duas pesquisas como o índice capaz de sustentar a qualificação de boa existência ao se colocar como metonímia tanto para a biografia como para o reconhecimento. Esse processo de indiciação, correspondendo a um processo de *avaliação*, busca ponderar por meio de valores financeiros (quantificados, portanto) e por sua qualificação moral o valor daquela existência. Assim, se no caso do criminoso o que efetiva a boa existência é uma equivalência entre dinheiro e sua condição por meio do montante desmedido e continuamente acessível, disponível (o que explicita sua capacidade de agenciamento), no do egressante é na origem, o “trabalho honesto”, no destino, o sustento, e na afirmação de sua liberdade que se traduz a relação entre dinheiro e existência positiva⁹. Ao mesmo tempo, no caso das indenizações, será o montante (grandeza) justamente atribuído, razoável e ponderado o responsável por transacionar, em uma primeira camada, boa existência e reconhecimento. Esses dois diferentes regimes de valorização da existência por meio da avaliação em termos de um equivalente, um *regime de biografia* e um *regime de reconhecimento*, permitiram qualificar, então, gramáticas da efetivação da boa existência nas quais o dinheiro comparece como elemento ao mesmo tempo efetivador e a ser efetivado, em um processo mútuo de valorização: ele faz as existências valerem ao mesmo tempo que extrai de suas formas práticas (a história de vida e a ponderação da vida em si) sua efetividade para agenciar as participações desses atores, cuja existência está em avaliação nas situações em que as comparem como tais.

O argumento pode ser sintetizado pelo seguinte esquema:

9. Isso também permitiu observar as desvalorizações cruzadas, segundo as quais o trabalhador desqualifica a existência de seu passado/self criminoso justamente pela relativa facilidade de acesso e pela abundância e o mesmo por parte do criminoso, que desqualifica a alternativa de viração baseada no trabalho lícito por meio da origem “otária” do dinheiro e seu destino “careta”.



Elaboração própria

No caso dos egressantes Porto (2017; 2019), havia já demonstrado que a experiência de encarceramento produz uma sequência regular de mudanças nas máquinas valorativas dos atores a respeito de si e do mundo. Trata-se, em outras palavras, de uma transformação na parcela da cognição que analisa o que é importante e como isso ocorre, influenciando suas operações de valoração, avaliação e valorização. Para a autora (2017; 2019), a nova chave avaliativa de egressantes penais se estabelece nos termos do que ela chama de ressaca, um sintoma da incorporação da experiência de prisão, que revela o anseio de “nunca mais voltar para aquele lugar”, e, no limite, de se afastar permanentemente do crime. Mas, embora essa ressaca se manifeste em todos os casos, a parcela desses atores de interesse aqui é aquela que se engajou, em sua vida pregressa ao cárcere, no universo de ação e significação representado como o “mundo do crime” (Ramalho, 1979; Zaluar, 1985; Machado da Silva, 1993; Misse, 1999; Barbosa, 2006; Feltran, 2008; Hirata, 2010; Lyra, 2013; Grillo, 2013; Teixeira, 2013) – diferentemente de outros, que praticaram apenas um delito e/ou não se engajaram em uma carreira criminosa. E apesar de a inserção no mundo do trabalho formal ser uma exigência institucional para comprovação de reeducação pós-prisional, esse movimento é representado por eles como índice de seu comprometimento com a vontade de “mudar de vida” e permanecer “no lado certo”.

O tratamento em termos de definições de selves nos dois momentos da carreira moral observados no estudo dos egressantes permitiu tratar uma mesma pessoa

efetivamente como dois personagens distintos, uma vez que, dada a transformação no “esquema de imagens [*da pessoa*] para julgar a si mesma e aos outros” (Goffman, 1974: 128) determinada pela carreira, tem lugar dois regimes completamente distintos de tratar o valor de si por meio do dinheiro e o valor do dinheiro por meio de si. Ao mesmo tempo, a definição de um self *vítima* e de um self *indenizando* da parte da Justiça buscam direcionar a forma de avaliação por um ajustamento entre figuras típicas e valores congruentes (a vítima é aquele self que, definido, merece ter sua perda compensada e o indenizando aquele que, injustiçado, merece a justa compensação)¹⁰.

De fato, as transformações produzidas na carreira moral de egressantes influenciam seus modos de moralizar e se relacionar com o dinheiro e seu uso no decorrer de suas trajetórias, o que é demonstrado por suas falas sobre os períodos precedente e posterior ao cárcere. Por sua vez, as entrevistas com os magistrados diante dos processos mostraram, como dito, um investigativo movimento pendular entre ajustamento à normalidade e avaliação moral em termos de singularidade. Assim, tomamos o dinheiro como entidade moral carregada de ideias, crenças e valores não concedidos *a priori* e sim dependentes de serem construídos e efetivados em seu empreendimento (Wilkis, 2013).

Os magistrados citam a mobilização de um imperativo mais ou menos estabelecido no Brasil, em torno do chamado método “binário” ou “bifásico” (Sanseverino, 2010), fundado em uma avaliação em duas etapas: em uma primeira, faz-se um levantamento de outros resultados indenizatórios praticados em casos semelhantes, para, deles, se buscar um valor típico e o justo por referência a este, objetivando-se o montante por seu caráter habitual, conferindo-lhe razoabilidade¹¹; em uma segunda fase, busca-se observar a causa específica para, em suas particularidades, medir-se o quão ela esteja aquém ou além do tipo ideal prospectado na primeira fase, e, com isso, se ajustar o valor a partir desse cotejamento. As entrevistas revelaram que esse segundo movimento, em vez de representar uma nova rodada de ajustamento objetivo, pelo comparecimento de especificidades que permitiriam comparar (diferenciar) objetivamente os casos (como em uma precificação), implica, antes, um movimento investigativo (Dewey, 1938) de busca por elementos de singularidade, a fim de tornar a indenização *significativa*. O objetivo seria ultrapassar uma disputa valorativa: eles relatam deparar-se com algo que poderíamos chamar de *excesso de justeza* na avaliação, uma “dureza” de estabelecimento por demais ajustado à normalidade, porque muitas vezes os valores pecuniários parecem ainda soar ruidosos aos ouvidos da ideia de justiça e de compensação de um *sofrimento*, como percebem ao avaliar o caso. Como diz um desembargador:

10. Evidentemente, em vários processos a vítima e o indenizando são a mesma pessoa.

11. Alguns magistrados, entretanto, preferiram se referir ao “bom senso” como princípio norteador dessa avaliação. Além disso, há da parte de juízes mais progressistas a tendência a indenizações segundo outras metodologias, mas que igualmente mostram uma – digamos – vontade de significância. A análise desses outros modelos, menos recorrentes, ultrapassaria os limites deste artigo.

Não se trata de apreçar o montante da dor, o que é incomensurável, mas, de alguma forma, dar àquela pessoa um lenitivo qualquer, e aí na forma de um valor de dinheiro, que pudesse de alguma forma, *de alguma forma*, compensá-la. Mas, em alguns momentos, alguém no plenário simplesmente encontra um problema: “Espere aí! Esse valor não está certo!” Como ele sabe? Ele não vê como aquele valor possa importar para os envolvidos.

Os magistrados, assim, expressaram muitas vezes que sua tarefa de justiça está sempre incompleta no caso dos danos morais, já que seria impossível compensar “verdadeiramente” uma perda tão grande quanto a de um ente querido, de uma carreira, de uma reputação. Para dar conta disso é que parece surgir o mecanismo da singularização, da indenização com o *valor significativo*. Nesse sentido, esse valor adquire um caráter semiótico mais complexo, porque se projeta que ele *tenha algo a dizer*.

Uma nota sobre o dispositivo analítico de simetrização aqui utilizado: as pesquisas nos colocaram, como entrevistadores, diante de atores que, analiticamente traduzidos em um sistema actancial, isto é, como *actantes* (Greimas, 1976; Latour, 1997), tratamos como *avaliadores*. Eles promovem as operações de valoração, avaliação e valorização de um ser *objeto de sofrimento existencial* e, portanto, promovem uma operação de reflexão (avaliativa) sobre esse sofrimento. Ora, essa reflexão se dá, na pesquisa, incontornavelmente em três possíveis dimensões, uma prática, uma analítica e uma prático-analítica. Na primeira, os atores “refletem sem refletir”, isto é, colocam em ação sua capacidade moral e ponderam, sem sequer pensar nisso reflexivamente e/ou tomar consciência disso (é o refletir *para fazer*, quando se pondera, por exemplo); na segunda, pensam no que estão fazendo como atividade controlada pela consciência (é o refletir para pensar no que se faz/fez, como na entrevista); na terceira, fazem esta mesma operação, mas no âmbito de uma ritualística da reflexão, em que são levados a expressar em termos comunicáveis a própria operação reflexiva (por exemplo, no relatório do processo judicial, no qual o magistrado justifica seu julgamento, o que é reflexivo, mas conformado pelos elementos linguageiros e operacionais da burocracia e da lógica do direito ou, no caso dos egressantes, nas narrativas sobre o que tiveram que dizer para o Estado ou para os familiares sobre sua condição anterior). Ora, nas entrevistas, os pesquisados são estimulados pelo pesquisador a revisitar essas operações, produzindo-se uma camada reflexiva a mais sobre todas elas. Como este é um estudo sobre representações dos atores sobre suas práticas avaliativas, consubstanciadas pelos *accounts* (Scott & Lyman, 2008) por eles oferecidos ao pesquisador e/ou a terceiros (na terceira dimensão), as circunstâncias específicas dessas operações se tornam elementos internos de suas reflexões e não dados ecológicos objetiváveis, estando

a simetrização concentrada nos pontos em comum relativos à operação reflexiva/avaliativa.

Nesse sentido, é digno de nota que estejamos diante de movimentos de diferentes naturezas em cada um dos campos e que se equalizem no plano analíticos porque se equalizam no plano reflexivo: os juízes avaliam as existências de outras pessoas (vítimas primárias e secundárias/indenizando) enquanto os egressantes avaliam a si mesmos. Mas a simetrização se torna possível a partir do momento em que o que está em jogo é justamente uma operação reflexiva. Ora, em uma “carreira moral” (Goffman, 1974; Porto, 2019), o self é transformado em sua parcela avaliativa, mas continua sendo o mesmo self, uma vez que, por estatuto, este não apenas é sempre cambiante como é entendido como integrando um *continuum*. Enunciados comuns, como: “Eu era criança, hoje sou adulto” ou “Eu era assim ou assado e não sou mais”, são frases sobre si que estabelecem ao mesmo tempo a compreensão de um *continuum* (“Eu”) e um distanciamento que representa uma operação analítica da parte do próprio pesquisado (ao mesmo tempo em que é construída como tal pelo pesquisador): ele se separa de si para falar de si – é o self de hoje falando do self de ontem, tornando-o “mim” em uma operação de espelhamento. Por sua vez, os magistrados olham para os sofrimentos de vítimas “diretas” e “indiretas” – expressões usadas na vitimologia para distinguir aqueles que objetivamente foram afetados pelo evento-chave e aqueles que sofreram suas consequências indiretamente (como, respectivamente, o bebê e os pais no primeiro caso apresentado), mas que evidentemente representam posições passíveis de ser ocupadas pela mesma pessoa (como, em outro processo, um homem ferido e preso ao ser confundido com um criminoso e indenizado por danos morais) – e esses magistrados fazem isso sem precisar pensar “em si” diretamente. Ora, como aquela operação de reflexão dos egressantes é feita por distanciamento (construído abstratamente, o que pressupõe um trabalho social semelhante ao de se tornar juiz), na prática as operações dos avaliadores aqui observados se equalizam. O importante é que, do ponto de vista do quadro aqui esboçado para dar conta de avaliações da vida humana existencializada, as valorizações são resultado de uma complexa operação de distanciamentos e aproximações operadas no curso das definições de situação aqui observadas.

O dinheiro “fácil”, o “enriquecimento ilícito”

Uma primeira face da participação do dinheiro na valorização de uma existência advém de uma *hostilização* do dinheiro considerado indevido, injusto ou imerecido, seja no que diz respeito a seu recebimento, seja relativamente ao montante. Nos

dois campos, observa-se a mobilização de uma crítica a qualquer grandeza mercantil obtida sem a observação de uma fórmula de investimento adequada (Boltanski & Thévenot, 2020). Assim, o econômico é hostilizado na medida em que se torna um índice de valor injusto: entra em jogo uma dicotomia moral, segundo a qual o dinheiro ganho é avaliado como *bem de si* reprovável por não representar um *bem comum* (Boltanski & Thévenot, 2020; Werneck, 2012). Assim, vemos, de um lado, o dinheiro ganho na vida pregressa do crime ser hostilizado pelos egressantes como “fácil” e aquele pago como indenização a certas causas de danos morais ser descrito por juízes como “enriquecimento ilícito”.

Os egressantes descrevem o mundo do crime como uma entidade sedutora, cujas propriedades comprometeriam o discernimento e os sentidos, sobretudo a visão, produzindo uma espécie de cegueira orientada pelos ganhos dessa vida e ofuscando os prejuízos, custos e riscos. Assim, eles atribuem a essa forma de vida um caráter ilusório, construído no contato com amigos, *status*, poder, excitação e, sobretudo, dinheiro. Essa ilusão consistiria em uma representação construída em um momento de “desilusão”, de “desencanto”, de “clareza”, em que seria possível, enfim, enxergar. Para eles, o principal motivo de engajamento no mundo do crime é o expressivo ganho monetário em curtíssimos períodos se comparado ao modelo das atividades lícitas. Como conta um: “Eu fiquei nessa porque era tão fácil, tanto dinheiro guardado, vou trabalhar pra quê? Mas tudo mais fácil uma hora dá ruim, não tem jeito”. De fato, a relativa facilidade descrita se refere a uma posse exponencial – e incoerente com o tempo investido – apresentada a eles como certa e previsível. Por isso, o dinheiro “fácil” é tomado como aquilo que Luc Boltanski e Laurent Thévenot (2020) chamam de “graça”, uma grandeza caracterizada, uma dádiva concedida e singularizada a seus beneficiários. Mas isso parece levar a certa banalização da posse desse dinheiro, que passa a ser experimentada circunstancialmente (Werneck, 2019a), isto é, de modo “aberto para um perene estado de contingência e surpresa, na medida das circunstâncias que vão se impondo *ad hoc*, coordenando-se com os outros de forma também concebidas para o momento” (Werneck, 2020: 348). Os rendimentos do crime costumam ser direcionados a objetos de valor imediato, como “o carro do ano, uma moto maneira, uma roupa, um sapato maneira” ou, ainda, “mulherada, curtir um show, ir pra festa, noitada, balada, beber as melhores bebidas...”. Como descreveu um entrevistado, após o roubo de um carro ou uma moto, pensava: “Caramba, hoje estou aqui com R\$ 10 mil, R\$ 20 mil, posso ir ali gastar tudo no shopping. [...] Por um momento você se ilude, tu vê dinheiro que rende dinheiro, mas depois... Só Jesus”.

Ao considerar que a ampla maioria dos engajados no mundo do crime é oriunda da classe de baixa renda, com pouco poder aquisitivo de partida, o poder (e a liberda-

de) de compra proporcionados pelas atividades ilegais permite redescobrir o valor do dinheiro e de si próprios (Porto, 2019) mediante a posse de bens valorizados e reconhecidos. Contudo, em suas falas, o caráter ilusório atribuído no período de egressão ao mundo do crime é transmitido aos demais elementos dele provenientes: os amigos (reinterpretados como “falsos”), o dinheiro (ressignificado como “sujo”), o *status* aparentemente conquistado e mesmo o valor que se acreditava ter. Como diz um:

Essa rua aí [o mundo do crime] é sem saída... É com saída enquanto tu tá aí na fama, tá no auge, tá indo para o baile, gastando mil, dois mil, tu tá rodeado de amigos. Mas quando a casa cai, amigo, sabe como é: ninguém pega uma guimba de cigarro e manda pra te fortalecer. Quando a casa cai, te tira tudo, tira família, amigos, tira tudo. Aí, quando tu foi ver, tu tá dentro do buraco sozinho. [...] Tu acha que tá no poder, que tá na fama, mas é tudo ilusão, cara.

Por sua vez, os titulares avaliativos dos processos também se digladiam com a representação do dinheiro como algo “fácil” em suas avaliações de danos morais: as indenizações, conquanto não possam ser “muito baixas”, não podem tampouco implicar “enriquecimento ilícito” do indenizado – imperativo expresso no princípio da razoabilidade da avaliação (Sanseverino, 2010). Os magistrados costumam protocolarmente trazer em suas decisões sobre danos morais a observação da necessidade de observância desse princípio, a fim de justificar uma espécie de limite para as indenizações. Como diz um deles: “Não pode ser nem um valor alto, que desrespeite o princípio da razoabilidade, nem um valor tão baixo que não queira dizer nada, o que é aviltante, vitimiza a parte, os parentes da vítima, pela segunda vez”.

Há, então, para os julgadores entrevistados, um “ piso imaginário de *decência*” (o termo é de um ministro) e um teto imaginário de contenção. Não cabe à Justiça intervir na trajetória econômica dos indenizados, tornando-os ricos (se eles não forem). Por maiores que sejam suas perdas abstratas, elas nunca podem ser mobilizadas como substitutos da biografia como história da posse de dinheiro. A indenização tem que se explicitar destacadamente como *compensação* e não como *acumulação*. Um desembargador, responsável pela reforma de um julgamento, reduzindo um montante de danos morais da ordem de centenas de milhares de reais para R\$ 25 mil, explica: “Não é um prêmio da loteria, que chega para mudar as vidas dos indenizados. As vidas deles já foram mudadas pela perda [no caso analisado, da *honra*]. É um curativo, que chega para tratar suas feridas”. Por sua vez, um desembargador, ao analisar um caso em que o tribunal optou por reduzir a indenização “em uma casa” (de R\$100 mil para R\$80 mil), indica uma leitura simbólica do dinheiro:

“É preciso levar em conta os ganhos atuais do indenizado, porque se a indenização for tão alta que o enriqueça ilicitamente, passa-se uma mensagem errada, esse dinheiro passa a ser um ganho desmerecido, que ele não fez por merecer. Nesse caso, parecia demais passar a casa dos 100 mil, poderia passar uma mensagem errada.” Há também, dessa forma, uma construção de um self imaginado – virtual, nos termos de Goffman (1986), passível de ser efetivado ou não – em relação ao *indenizando*: ele é idealizado para ser modesto e contido, alguém que permanecerá sofrendo apesar da indenização, que não poderá receber a reparação como um bem hedonista e sim como um bem medicamentoso: ela deve combater a dor, não proporcionar prazer. Trata-se de um dinheiro “sério”. Assim, hostiliza-se qualquer possibilidade de invasão da singularidade do sofrimento por uma dimensão econômica que a encapsule (algo expressado pelo termo “enriquecimento ilícito”). Nesse movimento, o self virtual do vitimado também é imaginado: ele é a vítima, alguém para quem o dinheiro se mostra em sua dimensão mais idealizada, como equivalente universal e metonímia da liberdade agencial): o equacionamento é entre a singularidade desse self vitimado e o caráter significativo de uma indenização que tenta ao mesmo tempo expressar a *empatia* (Clark, 2007) da Justiça com seu sofrimento e a vontade de devolver à vítima sua agência com ele perdida.

O dinheiro “suado”, a indenização “compensatória e razoável”

Quando o dinheiro ganho expressa claramente uma fórmula de investimento ou a grandeza por ele expressa se coloca no lugar conveniente de uma forma de justiça (Boltanski & Thévenot, 2020), ele é tomado como um “bom dinheiro” e, ao mesmo tempo, uma metonímia da grandeza adequada da existência em questão: ela se ergue da comprovação valorizada por uma quantia ou uma posse que, em caso de hostilização, poderia ser tratada como estigma, mas que aqui se mostra como presença harmônica da economia nas vidas das pessoas.

A renda proveniente do trabalho formal no período de egressão do sistema penitenciário costuma ser descrita como fonte geradora de rendimentos duráveis e observáveis ao longo do tempo, uma vez que é investida naquilo que “realmente importa”, como descrevem os egressantes. Essa expressão, muito presente nas falas dos entrevistados, concerne àquilo a que dizem ter aprendido a “dar valor” no cárcere, normalmente se referindo ao âmbito da vida doméstica. Nesse quadro, um investimento naquilo que “realmente importa” corresponde às despesas que envolvem a casa e a dinâmica familiar. Na medida em que o dinheiro suado é fruto de um emprego mantido por exigência do benefício penal conquistado, esse montante agencia uma forma

de liberdade outra, não a do poder de compra, mas a de um sentido mais literal do termo: manter-se fora das grades e cada vez mais distante dessa biografia.

Nesse caso, o dinheiro é empreendido com vistas a projetos de vida, ao futuro e ao compromisso de engajamento em um plano (Thévenot, 2006) e em mundos significativamente distintos daquele descrito anteriormente, os quais correspondem, no modelo da economia das grandezas (Boltanski & Thévenot, 2020), aos mundos cívico (ele agora se integra a um todo como pequeno sob proteção de um Estado garantidor e ocupante da condição de grande), mercantil (ele agora trabalha e ganha seu dinheiro justo em troca de seu esforço) e do renome (ele reconstitui uma reputação e demonstra ajuste à dinâmica da opinião). Assim, o dinheiro pode ser tomado como objeto cuja instrumentalização se apresenta de maneiras distintas em cada um desses universos. Enquanto o dinheiro fácil “vai fácil”, o dinheiro suado “é difícil se acabar”, como descrevem os egressantes. O que fica em evidência nessa dicotomia é a percepção de um caráter efêmero sobre o primeiro, representado sob o aspecto ilusório do mundo que lhe é afim, em contraposição ao aspecto verdadeiro, legítimo e “real” atribuído não somente ao dinheiro suado, mas ao contexto no qual é produzido e conquistado. De fato, não se trata de o dinheiro oriundo do crime ser menos real, mas de haver uma fórmula de investimento (Boltanski & Thévenot, 2020), um cálculo entre um sacrifício que paga “de verdade” e uma de relativa facilidade que paga, no final das contas, mal. Se, no mundo do crime, se gasta muito (porque se ganha muito) com bebidas, festas, roupas – isto é, com coisas que “passam”, futilidades com as quais se pode gastar quando se tem “sobrando” –, no período de egressão do sistema, o dinheiro é contido e investido em coisas de retorno “mais definitivo”, como as despesas da casa e da família – isto é, coisas que “duram” e cujo valor se pode ver “sempre”. Nesse quadro, os rendimentos do “trabalho honesto” permitem ao egressante redescobrir um valor do dinheiro e de si próprio diretamente relacionado ao resgate de sua cidadania e à expectativa de manter a decisão anunciada pela ressaca.

Como disse um:

Aprendi na pele mesmo, sofri. Basta agora dar continuidade à minha vida, do lado certo. Porque não vale a pena, não. Prefiro ganhar pouco, ganhar menos, e não passar por isso de novo. Nem que eu coma arroz, feijão e ovo, mas eu vou comer na rua, que é completamente diferente de uma cadeia. É isso que eu espero pra mim. [...] Coisa que me leva pra cadeia eu quero distância. Eu prefiro tá no meu emprego, do lado da minha filha, da minha esposa, do meu pai, da minha mãe, da minha avó, do que tá no meio de várias amizades que possam me levar de novo para o mau caminho.

No caso dos danos morais, o bom dinheiro é aquele que qualifica adequadamente a vítima como sofredora e o indenizando como injustiçado, pronunciando, como dissemos na seção anterior, o caráter modesto deste e o self decaído em grandeza daquele. Esse montante bom e sua boa posse costumam ter esse caráter positivo expresso por seu destino: ele serve, em um nível, para significar uma resposta em termos de justiça; em outro, ele é especulado a serviço de *fins úteis*, para pagar um psicólogo – muito embora esse tipo de despesa possa ser alocado nas indenizações por danos pessoais, muitos magistrados mobilizam essa possível despesa em suas justificativas –, para se fazer um curso e conseguir uma nova profissão uma vez que não seja mais possível atuar na anterior (por, por exemplo, se perder um membro ou se ficar traumatizado), para se fazer uma viagem e se recuperar da dor – algo sugerido por alguns magistrados, especialmente nos casos de pais que perdem filhos – ou, simplesmente, para se “refazer a vida”:

Se esse dinheiro puder servir como base para as pessoas se refazerem do dano, ele terá desempenhado seu papel. É um gesto de fazer justiça com a paz de espírito das pessoas e com a sensação de que, afinal, a Justiça olhou por elas em uma hora em que sua identidade de humano foi agredida. As pessoas precisam poder se sentir pessoas de novo depois de um trauma e é para isso que serve uma indenização de danos morais.

As prestações de conta (Scott & Lyman, 2008) a respeito do bom dinheiro dos danos morais, assim, se direcionam para seu bom uso pelos destinatários. Mas esse bom uso não é deixado ao sabor das agências: ele será previamente controlado pela temperança do juiz em lhe oferecer o suficiente – e *não mais que isso* – para esse bom uso. Esse controle, dessa maneira, se torna o dispositivo privilegiado de comprovação da valorização da grandeza do indenizando porque a Justiça garantiria a manifestação de um self modesto pela oferta de uma indenização ela também contida.

Conclusões

	Egressante		Juiz/Indenizando
	Criminoso	Trabalhador	
Forma do bem representada pelo dinheiro	Prazer Distinção	Sustento Garantia de liberdade	Compensação “Reparação integral”
Forma atencional da experiência com o dinheiro	Fácil Abundante	Difícil Escasso	Ponderado Parcialmente escasso
Dinheiro errado	O do trabalho	O do crime	O do cálculo não razoável
Motivo da negatividade do dinheiro	“Mané” Não compensa o sacrifício (de trabalhar) porque paga pouco	“Fácil” Não compensa o sacrifício (de assumir os riscos), porque é “ilusório”	Enriquecimento ilícito (demais) Não compensação integral (de menos)
Forma de sacrifício (investimento condutor ao dinheiro)	Risco da vida e da liberdade	“Suor” Modéstia Postergação do gozo	A perda originadora da ação (vítimas) A contenção no uso dos recursos (indenizando)
Forma pedagógica do dinheiro	Catalisador do engajamento na vida do crime	Índice do cumprimento do benefício penal concedido	Dispositivo de punição exemplar (judicial) Dispositivo de ensinamento existencial
“Lição” ensinada pelo dinheiro	O crime compensa	A liberdade não tem preço	A vida é preciosa e não pode ser desvalorizada A vida pode ser “refeita”
Processo pedagógico	Valorização de si mediante a posse de bens até então inacessíveis	Valorização de si mediante a reconquista e a manutenção da liberdade	Informar ao réu que a vida tem valor e não pode ser negligenciada como foi (valorização das vidas singulares) Informar ao indenizando que a Justiça olhou por ele e que sua vida pode seguir em frente
Dimensões significativas (singularização do receptor)	A abundância A agência (do montante desmedido)	A origem O destino	O montante (grandeza) razoável e dotado de um fim modesto e portanto justo
Termos da significância	Graça, ganho inesperado	Ressaca	Aquele caso singular e que se distingue por humanos significativos

Elaboração própria

Esse quadro sintetiza o diálogo cruzado e simetrizador aqui esboçado, a explicitar sobretudo a maneira como os atores mobilizam o dinheiro como dispositivo de valorização das existências, isto é, das humanidades tomadas em seu estatuto de objeto de valor diante de sua finitude. Isso permitiu compreender como o econômico pode participar de um processo muitas vezes marcado pela hostilização da dimensão econômica – porque esta não representaria para os atores o que é *sagrado* (Abercrombie, 2020). E permitiu ainda mapear os processos por meio dos quais os dinheiros são definidos como bons ou maus em nossos campos e como isso pode ser extrapolado para a positivação do dinheiro como componente da valorização das existências em geral.

Os pares dinheiro fácil/enriquecimento indevido e dinheiro suado/indenização justa são uma expressão da complexa coordenação entre hostilização e rotinização do econômico proporcionada pela sublimação do dinheiro como metonímia da valorização da existência. Enquanto o egressante qualifica qualitativamente uma monta quantitativa (o dinheiro tem mais importância do que a própria importância), os juízes quantificam uma perda qualitativa (afetos muitas vezes qualificados como o que “não se mede” ou “não tem preço”). O fato de os atores qualificarem uma versão positiva e uma negativa do dinheiro ao mesmo tempo, qualificando-o como bem moral e o integrando a um processo pedagógico, permite que ele compareça como actante central na valorização que torna significativa a existência humana ao se tornar ele próprio significativo.

Observamos aqui um caso específico, do que em outros trabalhos (Werneck, 2019b; Werneck et al. 2020), chamamos de *disputas de valoração* (isto é, aquelas relativas à definição dos quadros de valores atinentes às situações), aquele em que a dimensão conflitiva entre a dimensão econômica e outras dimensões consideradas pelos atores como não econômicas serve apenas como ponto de partida explicitador de uma solução ao fim e ao cabo coordenada com o econômico. Esses casos acabam por definir, por meio de suas operações de instauração, o estabelecimento, em uma parcela do empreendimento (aquela relativa a se sublinhar a sacralidade da existência) do que David Stark (2009) chamou de *dissonâncias, fricções produtivas* entre quadros de valores, capazes, portanto, de definir as situações sem a necessidade de depuração valorativa e, mais ainda, beneficiando-se justamente da tensão entre os dois. Em outra parcela desse processo, entretanto, pareceu entrar em jogo aquilo que um de nós em outros textos (Werneck, 2019b; 2020) chamou de *indefinição da situação*, o fenômeno segundo o qual “os atores podem se beneficiar [...] de uma evitação/postergação [da] definição [da situação, nos moldes de Thomas], estabelecendo com o mundo indefinido uma fricção produtiva” (Werneck, 2020: 348): diante da pergunta de se o que está em jogo é uma prática existencial ou financeira, os atores parecem optar por, em vez de decidir, driblar a definição e deixar o mundo com esta resposta em suspenso, tirando partido de parcelas de um lado e de outro, enquanto possível.

No caso dos apontamentos de valores financeiros para expressar elementos abstratos ou intangíveis como a compensação pela perda de uma vida ou da capacidade de trabalho expressada pela perda de membros superiores ou a validade de um momento de sua biografia (como a “vida honesta” de um egressante do sistema prisional ou a vida no crime anteriormente experimentada), muitas vezes a condição de indefinição ou de dificuldade de definição do que seja econômico ou não oferece aos atores sociais todo um leque de possibilidade de ação da qual se bene-

ficiam. Isso nos levou a pensar em como essas operações expressam um conjunto peculiar de formas denominadas por Thévenot (2006) *engajamento*, isto é, perguntando-nos sob que lógicas os atores *se coordenam* uns com os outros por meio de elementos integrantes das situações – neste caso, o dinheiro. E esse dinheiro se mostrou um elemento fundamental de percepção de um plano: ele traz à tona o fato de que a existência ali em jogo participa de um projeto com os elementos típicos do planejamento:

[O] engajamento no plano é favorável à comunicação verbal como elemento da coordenação [...]. A cristalização em um plano se presta à exteriorização e à formação de depósitos capazes de oferecer meios de coordenação (Thévenot, 2006: 119).

Esse tipo de engajamento é percebido, segundo o autor, quando, na definição da situação, é possível designar determinados elementos-chave um *planejador*, um *objetivo* e *elementos* (dispositivos) capazes de orientar a situação no sentido dessa meta. Assim, em nossas pesquisas, o dinheiro se mostrou um especial dispositivo capaz de oferecer a relação entre, de um lado, a biografia ou o valor intrínseco da vida e, de outro, o projeto de sua valorização. É ele que oferece a *comprovação* (Boltanski & Thévenot, 2020), o momento de avaliação sobre o valor da existência, justamente ao ingressar como personagem na situação em que aquelas vidas humanas entram em jogo. Nesse quadro, o planejador se torna indicial: de um lado, a biografia explicita um domínio sobre o próprio plano, atribuindo ao indivíduo essa posição actancial; de outro, o reconhecimento do valor da vida atribui ao avaliador externo esse lugar. Em ambos os casos, a *planificação* se torna a maneira de qualificar a existência: ela se integra como um todo coerente em um horizonte temporal – nos casos específicos de nossos campos, seja como carreira seja como processo judicial, mas no sentido mais amplo, como projeção de uma existência em uma história dotada de sentido.

A simetrização analítica de nossas pesquisas de campo, conquanto tenham permitido enxergar as formas peculiares como em cada um deles a valorização de uma existência é operada, permitiu observar o comum entre ambos, na ordem dos regimes de valorização explicitados por cada um (e em funcionamento em ambos). As maneiras como o dinheiro é tratado como um bem (em sua articulação com a humanidade); como ele se torna um actante nessas comprovações; como ele é qualificado como bom ou mau (certo ou errado); como ele qualifica uma fórmula de investimento (um sacrifício) para o humano em questão; como ele assume uma forma pedagógica, implicando um processo pedagógico e ensinando uma lição específica; e a forma como ao fim qualifica uma existência significativa. Tudo isso compõe uma matriz de elementos gramaticais definidores dos dois regimes

de valorização da existência aqui explicitados: o *biográfico* e o de *reconhecimento intrínseco*. Essas duas formas de tornar existências (isto é, humanidades refletidas) algo significativo e, portanto, valorizável, são intermediadas justamente pela relação com o dinheiro, algo tornado possível por uma indefinição que permite ao dinheiro ser e não ser uma tradução do econômico e do existencial, permitindo aos atores sociais se beneficiarem da dissonância entre existência e economia.

Referências

- ABERCROMBIE, Nicholas. *Commodification and its discontents*. London: Polity, 2020.
- ASH, William. *Marxismo e moral*. Rio de Janeiro: Zahar, 1965.
- BAIER, Kurt. The concept of value. In: LASZLO, Ervin; WILBUR, James B. *Value theory in philosophy and social science*, p. 1-11. London: Routledge, 1973.
- BARBOSA, Antônio Rafael. O baile e a prisão: onde se juntam as pontas dos segmentos locais que respondem pela dinâmica do tráfico de drogas no Rio de Janeiro. *Cadernos de Ciências Humanas: Especiaria*, v. 9, n. 15, p. 119-135, 2006.
- BITTAR, Carlos Alberto. *Reparação civil por danos morais*. São Paulo: Saraiva, 2015.
- BLOCH, Maurice; PARRY, Jonathan. *Money and the morality of exchange*. Cambridge, UK: Cambridge University Press, 1989.
- BOLTANSKI, Luc; THÉVENOT, Laurent. *A justificação: sobre as economias da grandeza*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2020 [1991].
- BROSCH, Tobias; SANDER, David. From values to valuation: an interdisciplinary approach to the study of values. In: _____. *Handbook of value*, p. 397-404. London: Oxford University Press, 2016.
- CALLON, Michel; LATOUR, Bruno. Don't throw the baby out with the bath school! A reply to Collins and Yearly. In: PICKERING, Andrew (Org.). *Science as practice and culture*, p. 343-368. Chicago, IL: University of Chicago Press, 1992.
- CEFAÏ, Daniel; ZIMMERMANN, Bénédicte; NICOLAE, Stefan; ENDREß, Martin. Introduction: sociology of valuation and evaluation. *Human Studies*, v. 38, n. 1, p. 1-12, 2015.
- CICOUREL, Aaron V. *Method and measurement in sociology*. New York: The Free Press, 1964.

CLARK, Candace. *Misery and company: sympathy in everyday life*. Chicago, IL: University of Chicago Press, 2007.

COOLEY, Charles Horton. *Human nature and the social order*. New York: Charles Scribner's Sons, 1902.

DE LASTIC, Adélaïde. *Que valent les valeurs?* Paris: L'Harmatan, 2014.

DEWEY, John. *Logic: the theory of inquiry*. New York: Henry Holt, 1938.

FELTRAN, Gabriel de Santis. O valor dos pobres: a aposta no dinheiro como mediação para o conflito social contemporâneo. *Caderno CRH*, v. 27, n. 72, p. 495-512, 2014.

_____. O legítimo em disputa: as fronteiras do “mundo do crime” nas periferias de São Paulo. *Dilemas: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social*, v. 1, n. 1, p. 93-126, 2008.

FREIRE, Jussara. Agir no regime de desumanização: esboço de um modelo para análise da sociabilidade urbana na cidade do Rio de Janeiro. *Dilemas: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social*, v. 3, n. 4, p. 119-142, 2010.

FREIRE, Jussara; TEIXEIRA, César Pinheiro. Humanidade disputada: Sobre as (des) qualificações dos seres no contexto de “violência urbana” do Rio de Janeiro. *Terceiro Milênio: Revista Crítica de Sociologia e Política*, v. 6, n. 1, p. 58-85, 2016.

GOFFMAN, Erving. *Stigma: notes on the management of spoiled identity*. New York: Touchstone, 1986 [1963].

_____. *Manicômios, prisões e conventos*. São Paulo, Perspectiva, 1974 [1961].

GRAEBER, David. *Toward an anthropological theory of value: the false coin of our own dreams*. New York: Palgrave, 2001.

GREIMAS, Algirdas J. *Semântica estrutural: pesquisa de método*. São Paulo: Cultrix; Editora da USP, 1976 [1966].

GRILLO, Carolina. *Coisas da vida no crime: tráfico e roubo em favelas cariocas*. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia (PPGSA) da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Rio de Janeiro, RJ, 2013.

HEILBRONER, Robert L. The problem of value in the construction of economic thought. *Social Research*, v. 50, n. 2, p. 253-277, 1983.

HEINICH, Nathalie. *Des valeurs: une approche sociologique*. Paris: Gallimard, 2017.

HIRATA, Daniel Veloso. *Sobreviver na adversidade: entre o mercado e a vida*. Tese (Doutorado em Sociologia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH) da Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, SP, 2010.

HONNETH, Axel. *Luta por reconhecimento: a gramática moral dos conflitos sociais*. São Paulo: Editora 34, 2009 [1992].

JAMES, William. *The principles of psychology*. Oxford, UK: Dover, 1950 [1890].

_____. *Pragmatism: A new name for some old ways of thinking*. Cambridge, MA: Harvard University Press, 1907.

KARPIK, Lucien. *Valuing the unique: the economics of singularities*. Princeton, NJ: Princeton University Press, 2010.

KLUCKHOHN, Clyde. Values and value-orientations in the theory of action: an exploration in definition and classification. In: PARSONS, Talcot; SHILS, Edward (Orgs.). *Toward a general theory of action*, p. 388-433. Cambridge, MA: Harvard University Press, 1951.

LATOUR, Bruno. *Ciência em ação: como seguir cientistas e engenheiros sociedade afóra*. São Paulo: Editora Unesp, 1997 [1987].

LYRA, Diogo. *A república dos meninos: juventude, tráfico e virtude*. Rio de Janeiro: Mauad, 2013.

MACHADO DA SILVA, Luiz Antônio. Violência urbana: representação de uma ordem social. In: NASCIMENTO, Elimar Pinheiro; BARREIRA, Irlys (Orgs.). *Brasil urbano: cenário da ordem e da desordem*, p. 131-142. Rio de Janeiro, Notrya, 1993.

MACHADO DA SILVA, Luiz Antônio; LEITE, Márcia. Violência, crime e polícia: o que favelados dizem quando falam desses temas?”. In: MACHADO DA SILVA, Luiz Antônio (Org.). *Vida sob cerco: violência e rotina nas favelas do Rio de Janeiro*, p. 47-76. Rio de Janeiro: Faperj; Nova Fronteira, 2008.

MEAD, George Herbert. *Mind, self, and society: from the standpoint of a social behaviorist*. Chicago, IL: University of Chicago Press, 1934.

MISSE, Michel. *Malandros, marginais e vagabundos: a acumulação social da violência no Rio de Janeiro*. Tese (Doutorado) – Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (IUPERJ), Universidade Cândido Mendes, Rio de Janeiro, RJ, 1999.

MUNHOZ, Sara Regina. Confiscações semânticas e afetivas: famílias na jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça. In: VILLELA, Jorge Mattar; ALENCAR VIEIRA, Suzane de (Orgs.). *Insurgências, ecologias dissidentes e antropologia modal*, p. 210-243. Goiânia: Imprensa Universitária, 2020.

NEIBURG, Federico. Os sentidos sociais da economia. In: DIAS DUARTE, Luiz Fernando (Org.). *Horizontes das ciências sociais no Brasil: antropologia*. São Paulo: Anpocs; Barcarolla; Discurso Editorial, 2010.

PEDERSEN, David. Introducton: toward a value theory of anthropology. *Anthropological Theory*, v. 8, n. 1, p. 5-8, 2008.

PEIRCE, Charles S. How to make our ideas clear. In: *The essential Peirce*, v. 1: "Selected philosophical writings (1867-1893)", p. 124-141. Bloomington, IN: Indiana University Press, 1992 [1878].

_____. Divisão dos signos. In: _____. *Semiótica*, p. 45-61. São Paulo, Perspectiva, 1977 [1897].

PORTO, Camille. *Selves em cadeia: um estudo sociológico sobre a carreira moral de "egressantes" do sistema penitenciário fluminense*. Dissertação (mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia (PPGSA), Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), 2017.

_____. O que há de moral na carreira moral: sobre dispositivos de transformação de si em "egressantes" do sistema penitenciário. *Dilemas: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social*, v. 12, n. 3, p. 477-498, 2019.

RAMALHO, José Ricardo. *Mundo do crime: a ordem pelo avesso*. Rio de Janeiro, Graal, 1979.

REZSOHAZY, Rudolf. *Sociologie des valeurs*. Paris: Armand Colin, 2006.

SCOTT, Marvin B.; LYMAN, Stanford M. Accounts. *Dilemas: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social*, v. 1, n. 2, p. 139-172, 2008 [1968].

SANSEVERINO, Paulo de Tarso Vieira. *Princípio da reparação integral: indenização no Código Civil*. São Paulo: Saraiva, 2010.

SIMMEL, Georg. *The philosophy of money*. London: Routledge, 2011 [1908].

STARK, David. *The sense of dissonance: accounts of worth in economic life*. Princeton, NJ: Princeton University Press, 2009.

TEIXEIRA, César Pinheiro. *A teia do bandido: um estudo sociológico sobre bandidos, policiais, evangélicos e agentes sociais*. Tese (Doutorado), Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia (PPGSA) da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Rio de Janeiro, RJ, 2013.

THÉVENOT, Laurent. *L'action au pluriel: sociologies des régimes d'engagement*. Paris: La Découverte, 2006.

THOMAS, William I. *The unadjusted girl: with cases and standpoint for behaviour analysis*. Monclair, CA: Patterson Smith, 1969 [1923].

THOMAS, William I.; THOMAS, Dorothy Swaine. *The child in America: behavior problems and programs*. New York: A. A. Knopf, 1938 [1928].

WEBER, Florence. Práticas econômicas e formas ordinárias de cálculo. *Mana: Estudos de Antropologia Social*, v. 8, n. 2, p. 151-182, 2002.

WEBER, Max. *The theory of social and economic organization*. Glencoe, UK: The Free Press, 1947 [1922].

WERNECK, Alexandre. Apontamentos para uma sociologia da efetivação (isto é, uma sociologia pragmática). In: NEVES, Fabrício; CORRÊA, Diogo; PETERS, Gabriel (Orgs.). *Construção conceitual nas ciências sociais*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2021 (no prelo).

_____. Obstáculos na “pista livre”: algumas considerações sobre a pragmática dos dispositivos da “lei do trânsito” no Rio de Janeiro. *Antropolítica: Revista Contemporânea de Antropologia*, n. 50, p. 327-355, 2020.

_____. O milagre da multiplicação: valores, situações e circunstâncias. Sobre “A lenda do santo bebedor”, de Joseph Roth. Trabalho apresentado no seminário Ficção e Ciências Sociais, IFCS, UFRJ, 2019a.

_____. A moral dos danos, o valor da moral: avaliações de indenizações como formas de valorização significativa. Trabalho elaborado para apresentação no I Seminário Internacional Questões de Moral, Moral em Questão: Sociologia e Antropologia do Bem em Tempos Desafiadores, postergado para 2021 por conta da pandemia, IFCS, UFRJ, 2019b.

_____. Dar uma zoadá, botar a maior marra: dispositivos morais de jocosidade como formas de efetivação e sua relação com a crítica. *Dados: Revista de Ciências Sociais*, v. 58, n. 1, 2015, p. 187-222.

_____. Sociologia da moral, agência social e criatividade. In: WERNECK, Alexandre; CARDOSO DE OLIVEIRA, Luís Roberto (Orgs.). *Pensando bem: estudos de sociologia e antropologia da moral*, p. 25-48. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2014.

_____. *A desculpa: as circunstâncias e a moral das relações sociais*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2012.

WERNECK, Alexandre; MOTTA, Eugenia; LORETTI, Pricila; CORRÊA, Diogo; SALES, Samantha; TALONE, Vittorio da Gama; PORTO, Camille. Conflitos de valoração: as disputas e a administração de diferentes sentidos dos “bjetos de valor” entre legal, ilegal, estado e cidadãos no Rio de Janeiro. Relatório de pesquisa, CNPq, 2020.

WERNECK, Alexandre; SALES, Samantha. A indefinição capital: Uma sociologia das definições de economia a partir das hostilizações ao econômico. Texto de trabalho, Necvu, 2020.

WILKIS, Ariel. *Las sospechas del dinero: moral y economía en la vida popular*. Buenos Aires: Paidós, 2013.

WILLIAMS, Christopher J. F. *What is existence?* Oxford, UK: Clarendon, 1982.

ZALUAR, Alba. Violência, dinheiro fácil e justiça no Brasil: 1980-1995. In: ACSELRAD, Gilberta (Org.). *Avessos do prazer: drogas, Aids e direitos humanos*, p. 65-88. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2005.

_____. *Integração perversa: Pobreza e tráfico de drogas*, v. 1. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

_____. *A máquina e a revolta*. São Paulo: Brasiliense, 1985.

ZELIZER, Viviana A. *A negociação da intimidade*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011 [2005].



As ascensões da economia do enriquecimento e da extrema direita: uma entrevista com Luc Boltanski e Arnaud Esquerre

Recebido: 29.03.21
Aprovado: 18.06.21

Francesco Tomei (Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-9424-8263>)^I
Universidade de São Paulo, São Paulo, SP, Brasil;
École des Hautes Études en Sciences Sociales (EHESS), Paris, França.

Pedro Grunewald Louro (Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-7227-7349>)^{II}
Universidade de São Paulo, São Paulo, SP, Brasil.

Ana Paula Hey (Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-3513-8598>)^{III}
Universidade de São Paulo, São Paulo, SP, Brasil.

I. Francesco Tomei é doutorando em sociologia na Universidade de São Paulo / École des Hautes Études en Sciences Sociales (Ehess). <francescotomei@gmail.com>.

II. Pedro Grunewald Louro é doutorando em sociologia na Universidade de São Paulo. <pedro.louro@usp.br>.

III. Ana Paula Hey é professora e pesquisadora do Departamento de Sociologia e do Programa de Pós-graduação em Sociologia da Universidade de São Paulo. <anaphey@uol.com.br>.

Resumo: Na presente entrevista com Luc Boltanski e Arnaud Esquerre, abordam-se as duas últimas obras que escreveram em coautoria, nomeadamente *Vers l'extrême* e *Enrichissement*. Realizada por ocasião do XIX Congresso da Sociedade Brasileira de Sociologia, em 2019, a entrevista se inicia discutindo a elaboração do *Enrichissement*, destacando como seus autores foram gradualmente constituindo as chamadas “economias do enriquecimento” como objeto, assim como os desafios metodológicos que tiveram de ser encarados para tanto. Depois, os autores são interpelados quanto às mudanças e permanências que a obra estabelece ante os seus trabalhos anteriores, haja vista as transformações históricas analisadas em *O novo espírito do capitalismo* e a discussão acerca das relações entre sociologia e crítica social forjadas em *De la critique*. Por fim, a entrevista avança em direção às imbricações entre a nova classe patrimonial – formada no seio da economia do enriquecimento – e o conservadorismo político despontado pela extrema direita com crescente sucesso eleitoral.

Palavras chaves: Boltanski. Esquerre. Enriquecimento. Dominação gestonária. Classe patrimonial.

The rises of the economy of enrichment and of the extreme right: an interview with Luc Boltanski and Arnaud Esquerre

Abstract: In this interview with Luc Boltanski and Arnaud Esquerre, we shall approach the last two oeuvres that they wrote together, namely Vers l'Extrême and Enrichissement. Held during the 19th Congress of the Brazilian Sociological Society, in 2019, the interview begins by discussing the preparation of Enrichissement, highlighting how their authors gradually conceived the so-called “economies of enrichment” as object, as well as the methodological challenges that had to be faced in doing so. Following that, the authors are asked about changes and permanencies that

this oeuvre establishes in relation to their previous works, given the historical transformations analyzed in The new spirit of capitalism and the discussion about relationships between sociology and social critique forged in De la critique. Finally, the interview moves towards imbrications between the new patrimonial class – formed within the economy of enrichment – and the political conservatism emerging from the extreme right and its growing electoral success.

Keywords: Boltanski. Esquerre. Enrichment. Managerial domination. Patrimonial class.

Introdução

O sociólogo Luc Boltanski se afirmou como referência incontornável na teoria social e sociológica contemporânea. De origem francesa, sua trajetória autoral pode ser vista em perspectiva quanto aos movimentos de ruptura e de reconciliação com relação à sociologia crítica de Pierre Bourdieu, presente desde cedo em sua formação. Em sua tese de *doctorat d'État*, que veio a se tornar a obra *Les cadres – la formation d'un groupe social* (1982), ele trata de maneira original a questão da formação e representação de uma “nova classe social”, um grupo social que não é tipicamente nem proletário, nem burguês: os “gerentes” franceses que trazem consigo uma ideologia tecnocrática e meritocrática, de modo que, ao congregarem uma multiplicidade de agentes caracterizados por propriedades sociológicas díspares entre si, não cabem mais no esquema explicativo bourdieusiano calcado nas relações de homologia entre estruturas simbólicas e estruturas objetivas. Entre os anos 1980 e 1990, há a publicação das principais obras que demarcariam o movimento de ruptura, como *L'amour et la justice comme compétences* (1989) e *De la justification* (1991), com as quais, na companhia de Laurent Thévenot, Boltanski buscava passar de uma sociologia crítica interessada em desvelar as relações de dominação nas suas formas mais denegadas para uma sociologia pragmática da crítica voltada para a elucidação das competências críticas que os atores ordinários põem em movimento nas situações mais variadas da vida cotidiana. Desse modo, Boltanski renunciava à atitude de corte epistemológico, em que o conhecimento sociológico instaura uma descontinuidade radical em relação ao conhecimento dos atores concernidos, para uma atitude à maneira de uma epistemologia (uma ciência da ciência), seguindo a fabricação do social pelos próprios atores em ação.

Se no início ele buscava colocar entre parênteses o quadro conceitual forjado por Bourdieu, e com o qual ele próprio havia colaborado ativamente nos seus anos de formação – em especial no artigo conjunto “La production de l'idéologie dominante” (1976) – a fim de encampar o seu próprio programa de pesquisa, doravante vai retornando paulatinamente às questões postas por aquela referência primeira. Isso é patente em sua obra em coautoria com Ève Chiapello, de 1999, *O novo espírito do*

capitalismo (2009), na qual exprime esse momento de confronto com três questões sociológicas antes relegadas ao segundo plano (Boltanski, 2002), isto é, a perspectiva histórica, as relações de força e a escala macrosociológica dos fenômenos, mas articulando com as suas preocupações no que se refere a interpelar a vida social na perspectiva da dinâmica entre operações críticas e de justificação. Tal obra seminal, contudo, submeteu o seu aparato analítico a inflexões cruciais, as quais exigiriam um esforço adicional em forjar uma nova constelação de conceitos capazes de dar conta tanto da reconciliação de seu programa com o de Bourdieu, quanto de seu diagnóstico do presente histórico sobre as sociedades capitalistas e democráticas. A obra *De la critique: précis de sociologie de l'émancipation* (2009), que cunhou o conceito de dominação gestonária como tentativa de atualização da questão da dominação em face da possibilidade da crítica de produzir efeitos na vida social, resulta desse esforço, de modo que as investigações posteriores colocaram à prova o novo modelo analítico ante diferentes objetos.

A entrevista que se segue foi realizada durante o XIX Congresso da Sociedade Brasileira de Sociologia, em Florianópolis. Nela, procuramos interrogar os autores sobre suas obras posteriores a 2013, data da última vinda de Luc Boltanski ao Brasil. Nos últimos anos, ele trabalhou com seu ex-orientando, Arnaud Esquerre, em duas obras bastante distintas que foram o tema da entrevista. A obra mais recente, *Enrichissement – une critique de la marchandise* (2017), dá continuidade, em larga medida, às preocupações já encaminhadas em *O novo espírito do capitalismo*, no que se refere às mudanças do capitalismo. E, no entanto, tal como observa Nancy Fraser (2017), trata-se agora de investigar não mais o espírito que anima os partícipes nos mais diversos ramos econômicos, isso porque, a orientação gramatical presente na pluralidade de ordens de grandeza daquele primeiro momento se desloca agora para a investigação das estruturas da mercadoria. Interessados em compreender os efeitos causados pelas recentes mudanças econômicas da Europa Ocidental (desindustrialização, financeirização e gentrificação), eles observam o declínio da economia industrial e o surgimento de uma “economia do enriquecimento” que se baseia na construção de narrativas nacionais e na exploração da história para conferir valor aos objetos. As economias do enriquecimento – como veremos – produzem efeitos ideológicos e materiais decisivos nas relações de força entre classes, países e entre os atores que nela atuam. Atividades como o turismo, os bens de luxo, a arte e a alta gastronomia requerem uma abordagem que demonstre seu funcionamento conjunto, sem a qual não será possível identificar as formas nascentes de exploração e de opressão, pois, segundo os autores, cabe à sociologia oferecer recursos críticos para contribuir à reabilitação de movimentos reivindicatórios e de contestação.

Nessa obra, de um lado, eles avançam o conceito de exploração forjado em *O novo espírito* ao propor a identificação e descrição do conjunto de grupos (servidores, criadores e rentistas) que entretêm relações assimétricas para com as remunerações na economia do enriquecimento, mas sendo todos eles necessários para o seu funcionamento global; de outro, recuperam o legado de Fernand Braudel ao cunhar o conceito de capitalismo integral ao final do livro, isto é, o processo de valoração que perpassa todas as estruturas da mercadoria por eles identificadas, no sentido de que a extração de valor não se esgota apenas na esfera da produção (mais-valia absoluta e relativa), mas também se acrescenta na esfera da circulação (mais-valia mercantil), sendo replicada, incessantemente, nos mercados financeiros e nos setores industriais.

Diferentemente de *Enrichissement, Vers l'extrême: extension des domaines de la droite* (2014), pequeno opúsculo político que acompanha a ascensão da extrema direita ao longo de diversos domínios de representação – ou seja, não só na política, mas também simbólicos (teatro, cinema, literatura, filosofia e ciências sociais) –, mediante a coordenação de atores, à primeira vista insulados. Sobretudo circunscrito à conjuntura política francesa mais recente, o livro habita o mesmo pano de fundo daqueles processos macrosociológicos que configuram a economia do enriquecimento. Por outro lado, trata-se de uma questão eminentemente política, voltada para a compreensão da presente situação excepcional na qual a extrema direita passa a atestar força eleitoral inequívoca. A proposta mais consequente da obra identifica a posição dual que as reivindicações postas pela extrema direita ocupam, de tal modo a canalizar os interesses pela reindustrialização e pela restituição das garantias por parte do antigo proletariado, cada vez mais precarizado com a globalização e, ao mesmo tempo, a atender aos interesses da classe patrimonial, à medida que igualmente explora a identidade e a narrativa nacionais francesas.

Assim, a proposta da entrevista foi de reconstruir o percurso intelectual posterior a *De la critique* e como compreender essa virada política e analítica que os autores tomaram nos últimos anos ao se interessarem por objetos eminentemente atuais. Nós propomos, visto a proximidade temporal das obras, tentar compreender a unidade delas, ou seja, como o processo de enriquecimento e a ascensão da extrema direita poderiam se imbricar e como compreendê-las na sequência de um empreendimento teórico de fôlego, a exemplo daquele apresentado em *De la critique*. Como se verá, ambas as obras expõem uma longa reflexão que joga nova luz a fenômenos prementes e interroga uma série de áreas da sociologia, tanto clássica como em suas linhagens mais contemporâneas. É como se os autores nos revelassem uma concepção de trabalho intelectual, cujas condições institucionais de realização são hoje cada vez mais difíceis. Além do notável trabalho teórico em torno da

atualização dos conceitos em face da prova do presente histórico – ou em termos de uma “ontologia do presente” –, uma série de rotinas e expedientes (seminários, grupos de pesquisa e conversas informais), não raramente “amadores”, é relatada por eles como parte do processo de construção de um programa de pesquisas.

Entrevista

— **Entrevistadores:** Inicialmente, gostaria de me dirigir ao Sr. Boltanski, pois creio que a primeira vez que eu o vi foi em 2013, na Universidade de São Paulo, se não me engano a última vez em que o senhor veio ao Brasil. Nessa época, o senhor tinha acabado de publicar *Énigmes et complots* (2013), [mas] falava bastante sobre *De la critique* (2009). Todas as suas conferências no Brasil trataram desse livro. Logo depois vocês dois publicaram *Vers l'extrême* e, em seguida, *Enrichissement*. Qual seria o fio condutor na trajetória desse período? O que há de comum nos escritos depois de 2013, após essa última visita ao Brasil?

— **Boltanski:** Realmente num trabalho de sociologia há sempre uma parte de interesses que se mantém. Desde a época em que eu trabalhava no *Les cadres*, há um interesse pelas operações críticas, pelo fazer operações críticas e também há um novo interesse sobre o capitalismo. [Tudo isso] envolve aquilo que eu teria escrito antes: *Les cadres*, *Le nouvel esprit du capitalisme*. Também há um interesse por... como poderia te dizer?

— **Esquerre:** Enfim, eu te digo isso vindo de fora, um dos princípios entre *Énigmes et complots* e *Enrichissement* é o princípio da incerteza.

— **Boltanski:** Sim, se você preferir há uma linha teórica que é geral. Ontem falamos um pouco disso num fórum improvisado por Frédéric Vandenberghe, que nos interrogou sobre a modelização. Nesse momento, discorremos um pouco acerca da maneira pela qual se concebe a sociologia como elucidação das competências dos atores. Se você concordar, isso se mantém de um tema para outro. Mas em relação aos próprios campos, devo dizer que jamais teria sido capaz de ficar num mesmo campo, como é o caso de certos sociólogos. Eu não estou criticando. Eu sou preguiçoso demais para isso... Falávamos disso com Arnaud: um dos interesses do ofício de sociólogo é o de estar ao mesmo tempo nas bibliotecas e nos livros, bem como encontrar pessoas e conhecer mundos novos. Tendo em vista o mundo do enriquecimento, Arnaud o conhece muito bem, porque ele já trabalhou no Ministério da Cultura antes de ingressar no Centre National de la Recherche Scientifique (CNRS). Já eu conheço um pouquinho, visto que meu irmão¹ é um artista plástico bastante conhecido e nós conversamos frequentemente, logo, tenho muitos informantes

1. Trata-se do artista plástico Christian Boltanski, escultor, fotógrafo, pintor e cineasta, considerado hoje um dos mais consagrados artistas contemporâneos. Em 2012 fez sua primeira mostra individual no Brasil e, em 2014, inaugurou obra inédita no Sesc Pompeia, produzida a partir de sua percepção de São Paulo.

nesse universo. Então é isso, não há um sistema: não somos Hegel, porque não há um sistema que procuramos desenvolver. Aliás, nem mesmo somos Bourdieu, que procurava sempre desenvolver o mesmo sistema a partir de diferentes exemplos. Essa não é nossa maneira de trabalhar. A nossa maneira está no oposto: ir em direção aos espaços que não conhecemos, na esperança de que aquilo que sabemos não funcione. Assim, será preciso inventar alguma coisa nova.

— **Entrevistadores:** É que quando lemos *Vers l'extrême*, logo observamos alguns traços ou pistas da sociedade do enriquecimento...

— **Boltanski:** Nós os escrevíamos juntos, os dois livros ao mesmo tempo.

— **Esquerre:** Já havíamos começado o trabalho do *Enrichissement* quando escrevemos *Vers l'extrême*. De manhã discutíamos em torno do *Enrichissement*, ao meio dia íamos almoçar falando de política e, à tarde, voltávamos a trabalhar no *Enrichissement*. Portanto diríamos que *Enrichissement* é o livro da manhã e da tarde, enquanto o *Vers l'extrême* é o livro do almoço – e dessa maneira terminamos este mais rápido. Mas esses livros seguem juntos, de modo que *Vers l'extrême* é, de certa maneira, um complemento político de *Enrichissement*.

— **Entrevistadores:** É realmente interessante poder ler todos os artigos² que vocês publicaram desde 2014 até a publicação de *Enrichissement*. Podemos verificar o vai e vem do pensamento, os diálogos com Nancy Fraser na *New Left Review*, a construção de uma maneira de pensar e do próprio livro em desenvolvimento. Portanto, constitui uma obra cuja construção foi bem pública, principalmente quando a comparamos a um livro já finalizado. Vocês poderiam comentar sobre o processo de elaboração desse livro? As dificuldades, as mudanças de opinião? Pensamos, por exemplo, na forma tendência que não está presente nos primeiros artigos e depois vocês admitem tê-la descoberto. Vocês poderiam falar um pouco mais sobre isso?

— **Esquerre:** De início, em termos metodológicos, levamos muito tempo para compreender sobre o que trabalhávamos, isto é, as mudanças que nos cercavam e que atingiam todas essas atividades, como o turismo, o luxo e a arte. Mas encontrávamos dificuldades por três razões. Primeiramente, o que é tão próximo de nós é aquilo que é difícil de pensar que devemos tomá-lo como objeto. Em seguida, é que todas as atividades estão dispersas, estão separadas, tal como é explicado no livro. Nesse sentido, estabelecer a relação entre elas não era evidente. E, finalmente, algo relacionado às duas questões anteriores, não havia um quadro estatístico que nos permitisse acumular dados para manter uma coerência. Portanto, levamos tempo para juntar os

2. Antes da publicação de *Enrichissement*, foram publicados diversos artigos em revistas que mostram a elaboração do livro. Entre eles, cabe mencionar: Luc Boltanski & Arnaud Esquerre (2014a: 5-72; 2015: 75-83; 2016a: 41-58; 2016b: 31-54). Este último artigo provocou uma réplica de Nancy Fraser (2017: 57-65).

elementos. Fizemos seminários, seminários de pesquisa para os quais convidávamos um grande número de pessoas que nos permitiram evoluir paulatinamente.

– **Boltanski:** Nós não estávamos também muito satisfeitos com o que encontrávamos no universo teórico circundante, quer seja a sociologia clássica, quer seja a pragmática, e [por isso] precisávamos trabalhar para encontrar novos suportes teóricos. Notadamente, dois aportes que não tínhamos até então foram Lévi-Strauss e a sua ideia de grupo de transformação e também o emprego da matemática – o que veio por acaso. [Isso porque] um matemático me contactou, um matemático filosófico ou filósofo. Ele se interessa também pela filosofia da matemática e é especialista na Teoria das Categorias. Ele leu *De la justification* e me escreveu para propor que seria um bom exemplo para implementar a teoria das categorias, então lhe respondi: “nós estamos fazendo outro livro que está igualmente entre estruturalismo e pragmatismo, você não gostaria de trabalhar conosco?”. E, de repente, um novo plano de abordagem que não tínhamos utilizado, nenhum de nós anteriormente, foi empregado.

Um segundo ponto que foi complicado foi o ajuste em relação, digamos, ao marxismo. Atualmente pensamos em outros problemas que vão além da economia, nos quais o marxismo não nos é mais útil. Mas, no domínio da troca ou da produção, o marxismo pode permanecer interessante. E, no entanto, nesse caso, a contribuição foi de Braudel, o que foi um pouco accidental. Nós tínhamos lido *O capitalismo* de Braudel fazia muito tempo. Relendo, vimos que claramente as ideias de “mais-valor mercantil” e de “deslocamento” se encaixavam muito bem no livro. Assim, como é frequente em nossa maneira de trabalhar, acontece ao mesmo tempo um vai e vem entre as novas áreas, as ferramentas que podemos já ter forjado antes e que experimentamos de novo, normalmente para ver que elas não funcionam tão bem, mas ainda assim retomamos – como é o caso, assim, [dos conceitos] de “prova” e “justificação” para “preço” e “valor”. Ocorrem, por exemplo, pesquisas de inovações teóricas, como na música. Você sabe, na música a inovação funciona frequentemente ao transcrever e ao replicar os quadros que vêm dos músicos clássicos. Por exemplo, as formas musicais de Webern, ele as transcreveu. É isso que tentamos fazer e muitas vezes trabalhamos assim, procurando objetos mais antigos, reaplicando-os. Faz muito tempo que eu passei uma temporada em Princeton, no Institute for Advanced Study. Foi a única vez em que vi cientistas que, poderíamos dizer, das ciências mais duras: os físicos teóricos e matemáticos. E os matemáticos criticavam muito os físicos, porque eles diziam que em relação aos físicos, principalmente aqueles que são da física aplicada, eles consideram que tudo aquilo que foi feito três anos antes, hoje já é velho, não os interessa mais. Enquanto os matemáticos diziam: “nós vamos à biblioteca o tempo todo, lemos livros dos séculos XVII e XVIII e

encontramos elementos para inovar”. Eu penso que é muito importante na sociologia não ficar sempre no último *gadget*. É necessário conhecer a literatura e sobre o que se passa no pequeno domínio no qual trabalhamos e no nível mais abrangente, mas também é importante pensar a disciplina em si mesma, nos seus elementos teóricos que podem ser reajustados sobre aquilo que pode ainda ser feito.

— **Esquerre:** Um outro elemento na construção do livro foi uma discussão que tivemos quase até o final da sua escrita, que se referia a saber se tínhamos um livro ou dois livros pela simples razão de que há uma modelização, a qual chamamos de “estrutura da mercadoria”. Por outro lado, há uma dimensão histórica que é dupla, isto é, há ao mesmo tempo o estabelecimento da economia do enriquecimento que vai ganhando importância em relação à economia industrial. Assim, era extremamente complexo articular a dimensão histórica e a dimensão da modelização enquanto estrutura da mercadoria. De certa maneira, isso foi resolvido quando nos conscientizamos da importância da forma *standard* (ou padrão) na estrutura da mercadoria que se apresentou, de tal modo que a forma *standard* provocou essa estruturação da mercadoria. Naquele momento, mesmo que não estivesse presente no livro, havia uma história na qual, inicialmente, apareciam as estruturas da mercadoria a partir do surgimento da forma *standard*. Na sequência, num momento que datamos ainda no século XIX, bem como no final do século XX, notadamente a partir dos anos 1980, o desenvolvimento dessa economia do enriquecimento apoia-se naquilo que chamamos de forma coleção. Era uma discussão muito presente entre nós de saber como articular. Se você preferir, trata-se de um problema clássico a articulação entre estrutura e história, se você preferir. Mas pouco articulado, embora apareça na maioria dos livros. Ou seja, se você tomar um livro como, por exemplo, *A distinção*³, você não encontra história...

— **Boltanski** [interrompendo]: Não mesmo. Em *O novo espírito do capitalismo*, a articulação se dava através da noção de *cit  *, retomada do *De la justification*. Era uma ideia de uma nova *cité* associada a um conjunto de conflitos ocorridos entre os anos 1970 e 1990.    verdade que na maioria dos livros, mesmo os de história, não se encontra isso.

— **Entrevistadores:** No prefácio do livro vocês dizem que há um eixo histórico e um eixo analítico. Mas na quarta parte, intitulada “Os contornos da sociedade do enriquecimento”, é justamente a que vocês menos discutem em suas apresenta  es e artigos, ao focarem os grupos sociais que começam a aparecer nessa forma  o da economia do enriquecimento. Portanto, quem se beneficia dessa economia do enriquecimento? Em qual eixo o senhor colocaria essa parte? É uma parte mais histórica, eu imagino. Por que exatamente ela é tratada com menos frequência [nos artigos e nas palestras]?

3. Ver Pierre Bourdieu (2007).

— **Boltanski:** Porque é mais sociológico! O que nos interessava era chegar aos limites da relação entre sociologia e economia. Mas é preciso levar em conta que *Enrichissement* é um programa de pesquisa. É um programa de pesquisa que poderia se aplicar em diferentes domínios, e esperamos que seja esse mesmo o caso. Contudo, qual a razão de os contadores do Estado não levarem em conta essa economia? Podemos dizer que é um programa crítico em relação à economia, na medida em que, na esfera dos conceitos, os problemas por ela abordados são inteiramente construídos a partir de uma economia industrial, tais como custos de produção. Ao passo que, pouco a pouco, o trabalho iniciado a partir dos anos 1970, principalmente pela economia das convenções⁴, traz à tona também conceitos como custos de transação ou os trabalhos sobre os mercados de segunda mão. Mesmo assim, pensamos que a economia continua muito relacionada à produção industrial e calcada numa oposição notável entre os bens e os serviços que, evidentemente, não têm mais sentido em relação a uma economia do enriquecimento. Desse modo, pensamos que existe um trabalho muito importante a ser feito, mas que exigiria grandes pesquisas sobre as mudanças propriamente sociais, no sentido mais clássico do termo, produzidas precisamente devido a esse deslocamento econômico.

No começo, sugerimos isso em termos regionais, pois as regiões que eram mais ricas se tornaram bastante pobres, enquanto as regiões que estavam em direção a uma economia rural tradicional em declínio, tais como as montanhosas, mudaram completamente de economia. De maneira anedótica, se você pegar como exemplo um vilarejo do departamento do Gard, onde havia oliveiras, cabras, queijos e assim por diante, agora resta uma velha senhora com suas cabras. De resto, são residências de veraneio de ricos aposentados ou de pessoas que trabalham em Frankfurt ou em Amsterdam, que vêm quando têm tempo para passar uma temporada. Desse modo, você constata um outro conjunto de trabalhadores que se instalam, que são pedreiros para reformar as casas, ou como um jardineiro intitulado “anti-quário de árvores”, pois você pode comprar árvores antigas dele para replantá-las, sobretudo para ele fazer esse trabalho, dado que as pessoas de Amsterdam ou de Frankfurt não têm tempo para tal atividade. Além disso, existem as pessoas que trabalham em restaurantes, pessoas do serviço pessoal, entregadores de pizza etc. Assim, pensamos que o livro está muito aquém do que poderia ser mostrado quanto aos efeitos relacionados às transformações sociológicas. Mas nós dois o fizemos de maneira artesanal, sem ajuda de uma grande equipe. Para isso, seria preciso desenvolver um trabalho bem mais consequente em termos do número de colaboradores e de financiamento.

— **Entrevistadores:** Quando o lemos pela primeira vez... o livro é imenso no sentido material e, ao mesmo tempo, se percebe que há ainda muito a ser feito. Eu diria

4. A assim chamada economia das convenções emerge nos anos 1970 e em torno de pesquisadores que atuavam no Institut National de la Statistique et des Études Économiques (INSEE), reunindo autores, entre os quais, Alain Desrosières, Laurent Thévenot e Robert Salais. Ao emergir como crítica às tradições regulacionista e institucionalista, o enfoque da economia das convenções recai sobre as modalidades de qualificação de coisas e pessoas, partindo da premissa de que a racionalidade dos atores econômicos é restringida por formas convencionais e, por isso, não apenas pautada pelo autointeresse (Dosse, 2018).

mesmo que o livro tem quase um aspecto normativo ao exigir índices, indicadores sociais [para determinar e visualizar a economia de enriquecimento]. Igualmente, os diagnósticos sobre as possibilidades de ação tanto em *Enrichissement* como nos artigos que o antecipam parecem consideravelmente mais restritivos do que antes. Nos trabalhos anteriores, como no caso de *O novo espírito do capitalismo* ou *De la critique*, me parece que havia uma visão mais antifatalista. Principalmente neste último, quanto à capacidade da sociologia pragmática da crítica contribuir para a emancipação. Não falamos mais de uma incorporação seletiva da crítica estética nos dispositivos de dominação, mas, ao contrário, os pressupostos que constituem a experiência da arte mesma se transformaram numa outra forma de acumulação capitalista. Além disso, também há essa nova forma de capitalismo, que vocês qualificam como integral, que é um adjetivo bastante forte. Desse modo, gostaria de perguntar como a sociologia pode contribuir à crítica das injustiças sociais? Pois me parece que o horizonte para a ação é muito mais restritivo ao final do livro, mas diria que pode ser certa leitura [nossa]...

— **Esquerre:** Uma questão que se coloca no livro é a do “exterior”. Uma questão que discutimos bastante quando escrevemos o livro, a saber: deve-se partir do exterior para se poder fazer a crítica, para poder imaginar um outro mundo possível. Portanto, muito frequentemente, em diversos trabalhos, essa exterioridade está enraizada em algo bastante antigo, ou até mesmo em algo mais recente. Eu penso, por exemplo, em trabalhos como os de Rancière, que estão bastante na moda. Ele propôs uma posição artística ou do artista como se a arte ou a posição do artista fosse um meio de resistência ao capitalismo. Com efeito, partimos de uma posição realista: da maneira pela qual essas atividades poderiam ser compreendidas no cerne da economia do enriquecimento. Assim, os pontos de apoio que pareciam óbvios, que seriam a posição do artista em relação às finanças ou à economia industrial, desaparecem de repente. Eis, então, a questão: quais são os pontos de apoio que podemos nos valer para fazer uma crítica em relação à forma vigente do capitalismo integral? Não temos resposta para isso, ainda que o que esteja formulado ou apresentado nesse livro ofereça algumas pistas. Além disso, compartilhamos da ideia de que um trabalho de sociólogo é aquele que te oferece outra compreensão do mundo ao terminar de lê-lo. Isto é, o mundo que está ao seu redor, você o compreende diferentemente, embora seja aquele em que você vive diariamente. Ao compreendê-lo diferentemente, você pode ter uma outra relação com esse mundo. Acredito que uma das questões do livro estava relacionada a isso.

— **Boltanski:** Sim, entendo que a questão do exterior é bastante importante. Em relação à sua questão sobre as injustiças sociais, penso que, em relação ao livro, precisaria desenvolver ou estimular dois tipos de crítica. Uma primeira crítica seria:

as pessoas que trabalham na economia do enriquecimento poderiam fazer valer suas demandas em relação a um melhor tratamento em termos de condições de trabalho, segurança, finanças etc.? Isso é algo que nos perguntamos no último capítulo acerca dos “criadores”, que é um setor no qual as características do capitalismo moderno se desenvolvem profundamente, ou seja, um nível de insegurança muito grande e um nível em que não se pode distinguir facilmente entre a venda da força de trabalho e a venda de si mesmo. É uma situação na qual a concorrência entre as pessoas torna bastante difícil uma solidariedade mínima que permita pressionar os empregadores. Trata-se um pouco do retorno ao começo do capitalismo industrial, no qual observamos uma forte concorrência entre artesãos arrancados do artesanato e trabalhadores. Consideramos o que estava sendo feito nesse campo, em especial os trabalhos de uma ex-aluna que fez sua tese comigo, Irène Pereira⁵, que era uma militante anarquista e escreveu sobre como atualmente é difícil mobilizar ativamente para a luta as pessoas que trabalham no domínio da cultura – e, portanto, tentamos entender o porquê. Uma das razões para isso é, evidentemente, o amor pela cultura e sua enorme dificuldade de a distinguir... um pouco como os trabalhadores do século XIX chamados “os perfeitos”, que eram apaixonados pelo trabalho industrial e, ao mesmo tempo, buscavam desenvolver formas de revolta. Logo, esse é o primeiro ponto. Ou seja, não nos cabe ensinar aos outros como eles devem lutar, mas podemos lhes dar os argumentos para fazê-lo. Há também outro ponto central, no qual o livro pode contribuir, que é ativar uma crítica sobre a divisão internacional do trabalho. Evidentemente, essa economia do enriquecimento se desenvolve nos países ricos da Europa e é uma economia para os ricos, mas não estamos de forma alguma em um domínio, como bem dissemos, em uma temática pós-industrial, no qual toda a economia se tornaria seja coletiva, seja do enriquecimento. Ao contrário, pensamos que jamais houve tantos objetos [advindos da economia industrial] no nosso entorno: mesas, cadernos etc. Certamente, trata-se de uma divisão internacional do trabalho, de modo que é por isso que começamos o livro pela desindustrialização, o que levou a fabricar objetos na China ou no Brasil, no caso da agricultura.

5. Ver Irène Pereira (2009).

— **Entrevistadores:** Mas, para um país emergente, temos uma taxa de desindustrialização importante.

Boltanski: Esse é um ponto importante e também o que significa ter uma economia focada apenas nos ricos? Ao menos a economia industrial nos países da Europa nos anos 1950 tinha algo, meio mito e meio realidade pós-fordista, que os ganhos de produtividade seriam redistribuídos e permitiriam aos trabalhadores de comprar mercadorias – o que era em parte verdade, tais como os equipamentos domésticos, os carros etc. Atualmente há um dualismo completo se pensarmos, por exemplo,

no nível de alimentação, porque existe uma alimentação orgânica para os ricos e depois uma alimentação industrial [para os pobres]. Assim, na minha visão, os recursos críticos oferecidos pelo livro são importantes, mas o problema é que não nos encontramos diante de movimentos críticos nos quais se desenvolveriam tais recursos, ainda que haja a esperança de que eles se aproveitem do livro para se desenvolverem. Ademais, essa economia do enriquecimento é muito frágil, uma vez que boa parte depende de agradar turistas estrangeiros. É preciso que eles estejam contentes e seguros. Para destruir uma economia industrial é preciso uma dezena de bombardeiros, mas para destruir a economia do enriquecimento basta certa insegurança. É suficiente uma bomba nos espaços públicos todos os meses. A Tunísia, por exemplo, experimentou de fato isso com o turismo.

— **Esquerre:** Ou a França com os atentados...

— **Entrevistadores:** Nesse sentido, seus objetos são sempre europeus ou mesmo franceses na maior parte do tempo. Mas, diversas vezes, nos seus trabalhos, vocês têm um interesse pelos objetos do Sul [Global]. Vocês dão muitos exemplos disso... Assim, quando citam frequentemente a hiperinflação argentina, principalmente no *De la critique*. Qual o lugar que o Sul [Global] ocupa na teoria de vocês, nos seus trabalhos? Como se apropriam ou dialogam com ele? No *Enrichissement* não vemos muito bem...

— **Esquerre:** Há duas ordens de resposta a essa pergunta. Uma primeira ordem de resposta seria que desde os anos 1980 e 1990, mas especialmente com a virada pragmática e o desenvolvimento das teorias de Bruno Latour e de Philippe Descola, temos interesse que no trabalho sociológico haja um princípio de simetria. Esse princípio parte da ideia que simetrizando, simetrizamos as posições de todos. Parece-me que uma atitude importante é que, por humildade, nós nos autorizamos pouco a falar das coisas em geral sobre outras partes do mundo, porque consideramos que o que conhecemos melhor é a nossa sociedade e que outros conhecem melhor a sociedade deles, portanto não vamos falar em nome deles, das coisas que eles sabem. Eu acho que há um princípio muito importante em relação a isso. Isso dito, em relação ao *Enrichissement* a situação é um pouco diferente, no sentido que esse tipo de economia se desenvolveu particularmente na Europa, principalmente na França e na Itália. E quando olhamos os grandes grupos, sobretudo em termos de luxo, são principalmente empresas francesas, italianas, suíças. Assim, há uma hipótese que da mesma forma que havia na Inglaterra uma economia industrial ou, enfim, das premissas de uma economia industrial, consideramos que a França e a Itália são casos interessantes para desenhar os contornos, os princípios da economia do enriquecimento.

— **Boltanski**: Estou totalmente de acordo com o que disse Arnaud. Eu acrescentaria que não tenho certeza se conceitos, como a oposição Norte-Sul, sejam sempre adequados. Mas eu não trabalhei suficientemente nessa área, porque isso consiste em hierarquizar os países, o que não é completamente falso. Há hierarquias de poder entre os países, evidentemente, mas isso não leva em conta as hierarquias sociais dentro desses países. Foi muito utilizada durante o entreguerras, na Europa, essa hierarquia de poder misturada com as hierarquias sociais, particularmente com a ideia de que havia povos proletários. Era uma noção importante no fascismo, que defendia os povos proletários, mas defendia também as oligarquias locais. Logo, acredito que essa oposição Norte-Sul tem uma dimensão real e uma dimensão ideológica muito importante, que torna o seu uso muito difícil para um trabalho sociológico preciso e empírico como este que tentamos fazer.

— **Esquerre**: Isso dito, aconteceu de discutirmos com Marie-France [Garcia-Parpet] que trabalhou recentemente sobre a cachaça⁶, reutilizando os modelos estabelecidos em *Enrichissement* para mostrar as transformações a partir dos anos 1990 e, particularmente, a valorização das atividades onde havia plantações, com visitação turística. Há toda uma narrativa associada e penso que a dimensão programática do livro aparece aí, sem dúvida, com suas variações próprias. Estamos muito felizes com o trabalho de Marie-France, uma pesquisa relacionada ao que ela sabe fazer, pois é isso, cabe aos pesquisadores fazerem pesquisas e ver como isso ajuda a compreender outro tipo de situação.

6. Ver Marie-France Garcia-Parpet & Patricia Alves Ramiro (2018: 75-91).

7. Ver Marie-France Garcia-Papet (2009).

— **Boltanski**: Que fez também um livro sobre os vinhos da França, que é formidável⁷.

— **Entrevistadores**: Vocês pensam que haveria algum tipo de limite para o desenvolvimento dessa economia do enriquecimento? Haveria um ponto máximo que ela poderia atingir? Eu sei que é uma pergunta hipotética...

— **Esquerre**: Não, não. Há limites muito concretos. Falamos pouco disso no livro, mas há limites que estão relacionados à organização do espaço e da população. Em cidades como Veneza e Barcelona, que são extremamente modificadas pela economia do enriquecimento, vemos esses limites aparecerem. É verdade que falamos pouco. Isso precisaria de um desenvolvimento específico pela razão de que, se uma cidade está totalmente patrimonializada, se o preço dos imóveis aumenta, ela está voltada para o acolhimento de turistas. Quer dizer, na verdade há uma capacidade, de um lado, de receber os turistas que é problemática e, de outro, que mais ninguém pode ali viver. Os moradores permanentes devem morar fora da cidade, daí o problema que nelas se coloca premente, mas muito premente, em relação ao

que é comum: dos bens comuns ou dos comuns. Então a situação de Veneza ou de Barcelona é exemplar, quando enxergamos muito claramente o problema do limite da economia do enriquecimento. Em Paris estamos em uma situação fronteiriça, principalmente no que concerne ao metrô, aos imóveis, à transformação de certos bairros. Vemos esses problemas que se colocarão nos próximos anos. Principalmente no centro de Paris.

— **Boltanski:** Há sem dúvida também uma saturação simbólica. O enriquecimento desenvolve a ideia de uma mais-valia proibida (*plus-value défendue*), quer dizer, o capitalismo está sempre no limite do que é mercantilizável e do que não é mercantilizável. E no caso da economia do enriquecimento, uma das excitações dessa economia, para parte dos compradores, é a de descobrir algo que ainda não foi completamente patrimonializado, totalmente enriquecido, assim dando a impressão de participar no trabalho de enriquecimento. Claramente, a partir de certo patamar, esse tipo de lucro diminui. Novamente usemos o exemplo das cidades invadidas pelos turistas: há um paradoxo do turista, principalmente do turista amador, que está preocupado com a economia do enriquecimento, ao dizer que gostaria de ir a um lugar não turístico. É um paradoxo estranho, porque, no momento em que ele vai, o local torna-se turístico. Mas certamente isso constitui um limite relativo à extensão. Além disso, visto que se trata de uma economia voltada para os ricos, a extensão da economia do enriquecimento vai depender do crescimento da riqueza num nível internacional e do crescimento das desigualdades. Logo não é nem um pouco certo que ela vai poder se desenvolver no mesmo ritmo.

— **Entrevistadores:** Vocês desenvolvem, tanto em *Vers l'extrême* como em *Enrichissement*, o surgimento de uma classe patrimonial que estaria, ao mesmo tempo, na origem da ascensão de certo tipo de nacionalismo. Vocês poderiam retomar um pouco esse movimento? Por que essa classe patrimonial tenderia a ir para a direita no espectro político?

— **Esquerre:** É uma classe patrimonial que tem patrimônio. E acontece que, para valorizar esse patrimônio numa economia do enriquecimento, ela utiliza o passado, ou mais especificamente, uma narrativa do passado. E essa narrativa do passado, em verdade, se refere a uma história que deve se vincular ao território e às personagens. Todo o problema disso é que há uma tendência de ela [a narrativa] ser conservadora e nacionalista, o que ilumina de maneira bastante diferente. Faz-se muito pouco a conexão entre nacionalismo e economia para além da ideia de que haveria um patriotismo econômico que defenderia as indústrias. Então, geralmente, se inverte a relação entre nacionalismo e economia, de tal maneira que, por medo da globalização, o discurso que se quer nacionalista exigiria um tipo de protecionismo

para defender um nacionalismo econômico. Temos uma análise que esclarece de maneira muito diferente a narrativa nacionalista, vinculando-a com as desigualdades econômicas e com essa classe chamada patrimonial. A razão é que para essa economia do enriquecimento, para valorizar esse patrimônio, para aumentar esse patrimônio, para aumentar o seu valor e o preço desse patrimônio, é necessário uma narrativa do passado e que é nacionalista, voltada para um conservadorismo local, mesmo que em pequena escala local. Por exemplo, as grandes marcas de luxo são a imagem de uma França eterna. E há questões muito importantes para os historiadores franceses atuais, há numerosas polêmicas bem significativas sobre a escrita da história e sobre o que chamamos a “narrativa nacional”.

— **Boltanski:** O que faz mesmo que no interior desse universo haja aqueles que lucram com a economia do enriquecimento e aqueles que trabalham na economia do enriquecimento, tendo como resultado tensões importantes. As pessoas que possuem patrimônio têm interesse, ou melhor, têm tendência a nacionalizar seu patrimônio. Por exemplo, se você possui um castelo numa região tradicional da França e vai transformá-lo em um hotel de luxo com investimentos importantes, você não tem interesse de que trabalhadores estrangeiros venham morar ao lado, nem que se forme um acampamento de ciganos ou de magrebinos etc. Isso porque retiraria valor do lugar. Contudo, as pessoas que trabalham na economia do enriquecimento não são nacionalistas, há toda uma parte da crítica da extrema direita dirigida aos “bobos”⁸, que são amplamente trabalhadores do enriquecimento, no sentido de que eles seriam insuficientemente nacionalistas e seriam *hors-sol*⁹, uma vez que iriam de uma exposição em Nova York a outra em Paris etc. Assim todas essas divisões atravessam o mundo dessa nova economia.

— **Esquerre:** E outra tensão é a arte contemporânea; quer dizer, ao mesmo tempo a arte contemporânea entra na economia do enriquecimento, mas, com sua entrada, há o aumento dessa narrativa, dessa exploração permanente do passado.

— **Entrevistadores:** Mas quando vemos as tensões no livro, ao mesmo tempo vocês insistem muito sobre a solidariedade das ações na economia do enriquecimento. Como podemos compreender, esse equilíbrio tenso para que a economia do enriquecimento funcione, digamos, enquanto acordo político?

— **Esquerre:** A questão é muito mais ao inverso: porque quando funciona em conjunto não aparece como funcionando dessa forma? O problema, de fato, está relacionado ao estatuto da arte, cujo pressuposto é de que ela deve ficar de fora da mercantilização. E especialmente com as ideias de que o capitalismo uniformizaria a arte, retomando teorias do tipo da Escola de Frankfurt. Então, o funcionamento

8. Termo francês que é a junção das palavras *bourgeois* (burguês) e *bohème* (boêmio). Serve para classificar as classes médias altas intelectualizadas e escolarizadas.

9. Termo de difícil tradução, composto dos termos *hors* (fora) e *sol* (solo), que designa a pessoa ou um grupo que parece estar completamente desconectado da realidade nacional e dos constrangimentos (sobretudo econômicos) da vida cotidiana.

da economia do enriquecimento está extremamente ligado, por isso digo que a questão se formularia ao inverso.

— **Boltanski:** Mas você sabe, você tem um fenômeno. É muito interessante. Eu não tinha pensado nisso antes. Sua pergunta é que me fez pensar. Do meio do século XIX até os anos 1960, se teve na França um fenômeno muito interessante comparativamente que foi a sacralização da literatura. Não da arte, mas da literatura e dos literatos que se supunha estarem acima das divisões sociais e políticas. E eu estava lendo um livro recente sobre Proust, ele que era meio judeu e que tinha como um de seus melhores amigos e mais antigos admiradores Léon Daudet, filho de Alphonse Daudet, um escritor de extrema direita, antissemita e ligado à Action Française¹⁰. Então, num dado momento, Léon Daudet diz: “Eu acredito mais na literatura do que na política. Então tanto faz que seja Proust. Eu sou um grande antissemita. Mas tanto faz que Proust seja judeu ou não, porque a literatura está acima disso”. Creio que, atualmente, de uma forma bem misteriosa para mim, complexa pelo menos, há a transposição dessa atitude, que não está mais presente na literatura, visto que não é mais sacralizada ou divinizada, mas para a arte, notadamente a arte contemporânea. Você concorda?

— **Esquerre:** Absolutamente.

— **Entrevistadores:** Há um conceito que parece que o senhor abandonou recentemente que é o de dominação gestonária. Ele não ajudaria a explicar esse fenômeno?

— **Boltanski:** Ah, mas então, algumas vezes, deixamos de lado alguma coisa não porque ela está errada, mas porque ela está muito badalada! [risos] Logo não é mais tão interessante. Essas análises que comecei com Bourdieu, quando escrevemos sobre a ideologia dominante, faz agora várias décadas, são muito difundidas. O que tentamos descrever e, acredito, continua ainda muito pertinente e também muito reconhecido, mas não é tão empolgante de analisar sempre a mesma coisa... Suas perguntas são muito interessantes e me fazem pensar... Tem um elemento que é muito importante, pois esse modo de dominação gestonária está muito vinculado à ideia de crescimento e estava muito relacionada à dificuldade de questionar uma economia fundada na [ideia] do crescimento industrial e da redistribuição. Contudo, hoje, temos dois fenômenos novos: a ecologia, que faz com que o argumento do crescimento, que convencia a todos há 40 anos, tenha muito mais dificuldades a convencer. E se tem outro argumento que é a questão das finanças, quer dizer, os constrangimentos que vão ser postos sobre a economia serão atribuídos a restrições financeiras compreendidas por todos como falsas questões. Se é verdade ou não, é outro problema. Mas a mudança de tom faz com que a sacralidade dos ar-

10. A Action Française se refere a um movimento contrarrevolucionário monarquista e orleanista que tomou forma quando do caso Dreyfus, no qual defendeu a condenação sumária do suposto crime de traição do capitão Alfred Dreyfus com base em argumentos explicitamente antissemitas. Na obra *Vers l'extrême* (2014b), os autores analisam a mudança semântica que ocorreu da Action Française para o Front National, propondo que o significante judeu de outrora foi substituído pelo significante “bobo”.

gumentos gestores de boa gestão e do imperativo de crescimento econômico, eu penso, são muito mais difíceis de serem utilizados pelos políticos como era há 40 anos. E, ainda assim, era o começo da ecologia. Os anos 1970! Mas apesar de tudo, no geral, quando fizemos esse dicionário da ideologia dominante, nos divertimos muito recortando as frases dos políticos dos anos 1970. Acredito que hoje seria ainda mais ridículo tentar se expressar nessa linguagem.

— **Entrevistadores:** Mas ainda é atual não?

— **Boltanski:** Sim, ainda é atual. Mas eu penso que é mais atual na América Latina. Mariana Heredia¹¹, na Argentina, mostrou como há uma linguagem econômica que funciona em qualquer regime político. Mas eu temo que, na França, o nível da crítica geral torne muito difícil uma aplicação inalterada dos mesmos esquemas.

— **Entrevistadores:** Finalmente, para terminar, gostaria de saber como o projeto do pragmatismo estruturalista ajudou vocês no *Enrichissement*? Gostaria que vocês o comparassem principalmente com as outras abordagens pragmáticas da sociologia francesa contemporânea.

— **Esquerre:** Bom, isso volta um pouco às questões que vocês nos perguntaram no início sobre como fizemos, ao mesmo tempo, uma abordagem histórica, que “modeliza”, e outra que tenta levar em consideração a ação dos atores. Portanto, se tem essas três dimensões que tentamos agregar, considerando que poderiam fortalecer a disciplina sociológica, mais do que uma única abordagem na qual faltariam elementos que estão simplesmente no mundo. Assim, as abordagens pragmáticas, tais como se apresentam hoje, são muito interessantes, são muito úteis, só que muitas vezes elas não têm a dimensão histórica e lhes falta uma visão mais geral. Mas nas visões que são mais gerais ou somente históricas falta explicar, de maneira mais concreta, como as coisas acontecem. O programa do estruturalismo pragmático tentou dar conta do conjunto dessas dimensões, sobretudo levando em consideração que o estruturalismo tinha dois sentidos: um cognitivo e outro de estrutura social.

— **Boltanski:** Essa conclusão do livro é um pouco a explicação de um procedimento que é muito mais antigo, que desenvolvemos desde os anos 1990. Na França, vocês sabem que os rótulos são postos pelos outros, não por aqueles que praticam uma ou outra abordagem. Assim nos puseram o rótulo de pragmatistas, sendo que nossa influência pragmatista mais importante era a linguística¹². Mas, desde o início, quisemos fazer alguma coisa que era uma junção dessas duas abordagens: estruturalista e pragmática. Diria simplesmente duas coisas: de um lado, o estruturalismo que

11. Ver Mariana Heredia (2015).

12. Trata-se, sobretudo, de autores como John Austin e Ludwig Wittgenstein, e não os autores da assim chamada filosofia pragmatista americana, a exemplo de John Dewey, Herbert Mead e William James, os quais vêm sendo retomados por sociólogos franceses contemporâneos.

nos interessa é, digamos, um estruturalismo cognitivo inspirado em Lévi-Strauss, ele mesmo inspirado em Jakobson, logo, da linguística, e não da noção que gostaria de trabalhar agora, até mesmo porque ela é muito complicada, confusa e utilizada de modo impreciso, que é a de estrutura social. Precisamente no sentido braudeliano, que seria uma mistura de direito, de economia, de parentesco e que iria querer dizer, na verdade, como a trabalhamos esse ano [2018-2019] em nosso seminário: estrutura social é pensada sempre em oposição a acontecimento. Como sendo o que é duro em relação ao que acontece. Nós não estamos contentes, não gostamos dessa oposição. Mas mantemos o estruturalismo cognitivo [barulho de crianças]. Vejam, é pragmático esse barulho! Nós o mantemos por duas razões. Aprendemos muito, há 30 anos, com a chegada na França da etnometodologia e do interacionismo simbólico, ambos inspirados na pragmática, como Goffman etc. Mas nossa posição é que essa armadura teórica demanda demais dos atores. Ela demanda dos atores mais do que eles podem fazer e se vivêssemos todo tempo num mundo pragmático, estaríamos esgotados. Vocês sabem, como as crianças. Foram feitos trabalhos sobre crianças dessa idade [aponta para as crianças de cinco a sete anos que brincam no hall do hotel], se você faz um adulto fazer todos os gestos que uma criança faz, mesmo se for um atleta, ao cabo de meia hora ele estará completamente esgotado. Aqui, é parecido. Se você quer que um ser humano viva unicamente no pragmatismo, fazendo tudo na situação, interpretando tudo, ele não conseguirá. Por outro lado, as posições que centram tudo no código puramente estruturalista, não atribuem suficientemente ação para os seres humanos. Elas retiram deles a capacidade de plasticidade, de ajustamento, de microinterpretação etc. Logo, são observações muito simples, de bom senso que fazem que, para nós, o desenvolvimento da sociologia repouse, em larga medida, num plano teórico, na capacidade de articular, como é o caso na linguística onde, apesar de tudo, há a articulação entre o que provém do código e o que provém da situação de enunciação, chegando em análises do mesmo tipo. Logo, no *Enrichissement*, a dimensão pragmática é a análise da troca à prova em certas circunstâncias, levando em conta que o preço vai mudar segundo as circunstâncias. E a dimensão estruturalista é para que possamos sair da incerteza da situação — afinal, um dos interesses da pragmática é colocar em primeiro plano a incerteza das situações —, e para sair delas é necessário que vendedor e comprador possam ter elementos estruturais de referência (*bordage*) que lhes sejam comuns.

— **Entrevistadores:** Finalmente uma última pergunta. No fim de *Vers L'extrême*, vocês retomam uma expressão de Foucault dizendo que gostariam de fazer uma “ontologia do presente”. O que vocês querem dizer com isso?

— **Boltanski:** Ah, mas essa era a última. Então, vamos lá! É ele o foucaultiano! [Aponta para Esquerre].

— **Esquerre:** O projeto sociológico... O que a disciplina sociológica pode trazer é apenas uma compreensão do mundo no qual estamos. E penso que é justamente isso que nos propusemos a fazer no *Enrichissement*, ou, enfim, o que propomos regularmente nos diferentes tipos de trabalho que fazemos, mas particularmente no *Enrichissement*. E eu penso que isso está no coração do projeto sociológico.

— **Entrevistadores:** Agradecemos imensamente pela entrevista. Esperamos também contribuir com esse projeto sociológico de compreensão de nosso mundo ao divulgar este diálogo tão instigante.

Referências

BOLTANSKI, Luc. *De la critique: précis de sociologie de l'émancipation*. Paris: Gallimard, 2009.

_____. Nécessité et justification. *Revue Économique*, v. 53 n.2, p. 275-289, 2002.

_____. *L'amour et la justice comme compétences: trois essais de sociologie de l'action*. Paris: Métailié, 1989.

_____. *Les cadres: la formation d'un groupe social*. Paris: Les Éditions de Minuit, 1982.

BOLTANSKI, Luc; CHIAPELLO, Ève. *O novo espírito do capitalismo*. São Paulo: Martins Fontes, 2009 [1999].

BOLTANSKI, Luc; ESQUERRE, Arnaud. *Enrichissement: une critique de la marchandise*. Paris: Gallimard, 2017.

_____. L'énigmatique réalité des prix. *Sociologie*, v. 7, p. 41-58, 2016a.

_____. The economic life of things. *New Left Review*, n. 98, p. 31-54, 2016b.

_____. Grappling with the economy of enrichment. *Valuation Studies*, v. 3, n. 1, p. 75-83, 2015.

_____. La "collection", une forme neuve du capitalisme la mise en valeur économique du passé et ses effets. *Les Temps Modernes*, n. 679, p. 5-72, 2014a.

_____. *Vers l'extrême: extension des domaines de la droite*. Bellevaux, FR: Éditions Dehors, 2014b.

BOLTANSKI, Luc; THÉVENOT, Laurent. *De la justification: les économies de la grandeur*. Paris: Galimard, 1991.

BOURDIEU, Pierre. *A distinção: crítica social do julgamento*. São Paulo: Editora Edusp, 2007.

BOURDIEU, Pierre; BOLTANSKI, Luc. La production de l'idéologie dominante. *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, n. 2-3, p. 3-73, 1976.

DOSSE, François. *O império do sentido: a humanização das ciências humanas*. São Paulo: Editora Unesp, 2018.

FRASER, Nancy. A new form of capitalism? A reply to Boltanski and Esquerre. *New Left Review*, n. 106, p. 57-65, 2017.

GARCIA-PAPET, Marie-France. *Le marché de l'excellence : les grands crus à l'épreuve de la mondialisation*. Paris: Les Éditions du Seuil, 2009.

GARCIA-PARPET, Marie-France; RAMIRO, Patricia Alves. La "cachaça": boisson d'esclave ou boisson d'élite? Réconversions de "senhores de engenho" do Brejo de l'État de Paraíba au Brésil. *Psihologia Socială*, n. 42, p. 75-91, Bucarest, 2018.

HEREDIA, Mariana. *Cuando los economistas alcanzaron el poder: o cómo se gesto la confianza en los expertos*. Buenos Aires: Siglo Veintiuno, 2015.

PEREIRA, Irène. Un nouvel esprit contestataire: la grammaire pragmatiste du syndicalisme d'action directe libertaire. Thèse de doctorat en sociologie dirigée par Luc Boltanski, directeur de programme à l'École des Hautes Etudes en Sciences Sociales (Ehess), 2009. Disponível em: <<https://tel.archives-ouvertes.fr/tel-00392699/document>>.



Artigos

Medo do crime, desordens e coesão social no Distrito Federal

Recebido: 16.09.20
Aprovado: 24.05.21

Arthur Trindade M. Costa (<https://orcid.org/0000-0002-1427-4622>),
Universidade de Brasília (UnB), Brasília, DF, Brasil^I.

I. Arthur Trindade M. Costa é professor do Departamento de Sociologia da UnB, pesquisador do CNPq.

Marcelo Ottoni Durante (<https://orcid.org/0000-0002-2333-2775>),
Universidade Federal de Viçosa (UFV), Viçosa, MG, Brasil^{II}.

II. Marcelo Ottoni Durante é professor do Departamento de Sociologia da UFV, subsecretário de gestão da informação da Secretaria de Segurança Pública e da Paz Social do Distrito Federal, Brasília, DF, Brasil.

Resumo: Neste artigo analisamos o medo do crime entre os moradores do Distrito Federal, utilizando os dados da Pesquisa Distrital de Vitimização, realizada em 2015. Inicialmente apresentamos as principais abordagens sobre o medo do crime e seus achados mais importantes. Em seguida, após descrever o medo do crime entre os moradores do DF, exploramos sua correlação com alguns fatores ambientais: a presença de desordens, a coesão social e a qualidade dos serviços públicos. Verificamos que dentre esses fatores ambientais, as desordens e a qualidade dos serviços públicos estão mais fortemente associadas ao medo do crime, ao passo que a coesão social se mostrou menos importante para explicar o fenômeno.

Palavras-Chave: Medo do crime. Desordens. Coesão social. Serviços públicos. Distrito Federal.

Fear of crime, disorders and social cohesion in the Brazilian Federal District

In this article we analyze the fear of crime among residents of the Brazilian Federal District using data from the victimization Survey, conducted in 2015. Initially, we present the main approaches to fear of crime and its most important findings. Then, after describing the fear of crime among residents, we explored its correlation with some environmental factors: the presence of disorders, social cohesion and the quality of public services. We found that among these environmental factors, disorders and the quality of public services are more strongly associated with fear of crime, while social cohesion was less important in explaining the phenomenon.

Key Words: *Fear of crime. Disorders. Social cohesion. Public services. Federal District.*

Introdução

Os primeiros estudos sobre medo do crime, publicados na década de 1970, apontaram que o medo do crime e a vitimização são fenômenos autônomos que se assentam em causas diferentes (Clement & Kleinman, 1977; Baumer, 1979; Garofalo, 1979). A partir de então surgiram várias pesquisas apontando que, ao contrário do que supõe o senso comum, o medo do crime e a per-

cepção de risco não estão necessariamente associados à vitimização criminal (Hale, 1996). Essa relação depende do tipo de crime e do número de vezes que a pessoa foi vitimada. Pessoas que foram vítimas de crimes violentos ou que foram vítimas de vários crimes tendem a sentir mais medo (Gray, Jackson & Farrall, 2008; Tseloni & Zarafonitou, 2008). Além desses aspectos, devemos também considerar a vitimização indireta. Quando a vítima é um membro da família (ou alguém com fortes laços afetivos), a associação entre vitimização e medo do crime tende a ser muito mais forte (Warr & Ellison, 2000). Em resumo, o medo do crime não é delimitado apenas pela vitimização. A constatação de que há pouca relação entre estes dois fenômenos fez com que os pesquisadores buscassem entender os principais fatores explicativos do medo do crime, bem como analisar seus impactos na qualidade de vida das pessoas.

O medo é uma ansiedade suscitada pela consciência de perigo. A ideia de que algo ou alguém possa ameaçar a segurança ou a vida, faz com que o cérebro ative, involuntariamente, uma série de compostos químicos que provocam reações físicas como aumento dos batimentos cardíacos, aceleração da respiração e contração muscular. O medo, portanto, é uma sensação de alerta de extrema importância para a sobrevivência humana. Normalmente, para surgir o medo é necessário a presença de um estímulo que provoque ansiedade e insegurança no indivíduo.

O medo do crime é um tipo particular de ansiedade provocada pela percepção do risco de ser vítima de crime. Essa ansiedade pode ser provocada por uma ameaça imediata ou ser resultado de crenças e representações sociais a respeito do crime e dos criminosos. Portanto, o medo do crime está associado às representações do risco de vitimização criminal. Estas representações sociais variam de acordo com o perfil dos indivíduos, a classe social e o lugar onde residem.

O medo do crime tem consequências bastante concretas. Ele tem efeitos psicológicos negativos, causando algumas doenças mentais relacionadas a ansiedades, descrenças nos outros e insatisfações com a vida urbana. No plano social, o medo restringe alguns comportamentos, fragiliza os laços vicinais e esvazia os espaços públicos. O medo crime também tem consequências econômicas. Ele leva ao aumento de gastos das pessoas e empresas com segurança, produz processos de gentrificação e especulação imobiliária, bem como condiciona as formas de acesso das pessoas ao mercado. No plano político, o medo abre espaço para discursos punitivistas, sexistas, racistas e xenófobos.

Dentre os vários fatores associados ao medo do crime, as condições ambientais e a coesão social têm recebido especial atenção dos pesquisadores. Alguns estudos sugere-

rem que há forte associação entre as condições de vida, o ambiente social e o medo (Sacco, 1993; Sampson & Groves 1989). O local de residência impactaria no medo do crime em função de dois aspectos: a existência de desordens e a coesão social.

Vizinhanças barulhentas, cheias de pichações, com a presença de pessoas alcoolizadas, drogadas, com lixo acumulado e equipamentos urbanos danificados podem significar a decadência dos vínculos e da coesão social. Esses sinais são chamados de desordens. Por outro lado, conhecer e confiar nos vizinhos, bem como ter amigos no bairro onde reside ajudariam a diminuir as taxas de medo. Ou seja, enquanto a percepção de desordens tenderia a aumentar a sensação de medo, a coesão social levaria à sua redução (Box, Hale & Andrews, 1988; Eve & Eve 1984; Hale, Pack & Salked, 1994; Skogan, 1990).

No Brasil, os estudos sobre medo do crime e suas consequências ainda são incipientes. De forma geral, os estudos tendem a associar medo e criminalidade como se um fossem consequência direta um do outro. A literatura especializada aponta que os dois fenômenos são autônomos, que se assentam em causas distintas e têm consequências diferentes. Em geral são estudos etnográficos sobre como a “fala do crime” é construída e afeta o cotidiano das famílias (Caldeira, 2000; Machado, Borges & Moura, 2014). Ainda são poucos os estudos baseados em *surveys*. Alguns buscaram relacionar as características sociodemográficas e o medo do crime (Cardoso et. al. 2013; Borges 2011); outros exploraram a relação entre o medo do crime e o ambiente urbano ou a coesão social (Silva & Beato Filho, 2013; Mello Neto, 2016; Rodrigues & Oliveira, 2012).

Neste artigo, analisaremos o medo do crime entre os moradores do Distrito Federal, utilizando os dados da Pesquisa Distrital de Vitimização, realizada em 2015. Inicialmente apresentaremos as principais abordagens sobre o medo do crime e seus achados mais importantes. Em seguida, após descrever o medo do crime entre os moradores do Distrito Federal, iremos explorar sua correlação com alguns fatores ambientais: a presença de desordens, a coesão social e a qualidade dos serviços públicos. Ao final, analisaremos quais desses fatores ambientais estão mais fortemente associados ao medo do crime no Distrito Federal.

O medo do crime e os fatores ambientais

O medo é um fenômeno social complexo e multifacetado. Portanto, há diversos ângulos possíveis para analisá-lo. Assim, é importante distinguir as principais abordagens sobre o tema. Alguns autores distinguem o medo enquanto “experiência vivida” do medo enquanto “expressão” de vários tipos de ansiedades (Farrall, Jack-

son & Gray, 2009). O primeiro tipo de medo refere-se à experiência de situações concretas vivenciadas direta ou indiretamente pelas pessoas. Já o segundo diz respeito a um sentimento geral de desconforto com as condições da vida contemporânea. Enquanto o “medo vivido” seria resultado de fatores demográficos, ambientais e sociais, como vitimização e desordens, o “medo expressivo” derivaria de uma variedade de ansiedades causadas pelas profundas mudanças sociais, econômicas e culturais experimentadas pelas sociedades contemporâneas.

Desta forma, podemos distinguir duas grandes perspectivas para analisar o fenômeno do medo. A primeira, mais ampla, busca explorar as causas e consequências da emergência daquilo que tem sido chamado de “sociedade de risco” (Giddens, 1990; Beck, 1992; Bauman, 2006). O risco de vitimização criminal é tratado como tipo específico de discurso, característico das sociedades atuais. Nesta perspectiva, os estudos sobre o medo assumem que as mudanças nas estruturas tradicionais, que geravam seguranças e certezas, acabaram por aumentar a percepção de risco e insegurança, transformando-se numa ansiedade generalizada. Essa seria a essência da sociedade de risco. É bem possível que a emergência da sociedade de risco tenha amplificado os vários tipos de medos e ansiedades que povoam os pesadelos das pessoas.

Já a segunda perspectiva busca entender um fenômeno bem mais específico: o medo do crime. O medo do crime não é novo. Ele sempre existiu, embora no contexto da sociedade de risco tenha se tornado um (meta)símbolo para os problemas sociais. Se, por um lado, ele não pode ser dissociado das ansiedades modernas, por outro, o medo do crime deve ser estudado como fenômeno relativamente autônomo, que apresenta dinâmicas próprias e se assenta em causas específicas (Hirtenlehner & Farrall, 2013).

Após 40 anos de estudos, a literatura específica sobre o medo do crime tem buscado explicar o fenômeno a partir de duas abordagens distintas. A primeira refere-se aos fatores que aumentam o medo, tais como vulnerabilidades físicas, sociais e ambientais. A segunda, diz respeito aos fatores que reduzem o medo, tais como os laços sociais, os vínculos comunitários e a coesão social (Franklin & Franklin, 2009). Obviamente, esses e outros fatores coexistem de forma muito específica em cada bairro e afetam as pessoas de forma diferente.

Alguns estudos concentram-se em analisar como alguns fatores individuais (vulnerabilidades físicas ou sociais) afetam a sensação de insegurança (Schafer, Heubner & Brynum, 2006; Goodey, 1997). As vulnerabilidades físicas afetam o medo devido à percepção de que as pessoas têm sobre risco de sofrer algum tipo de violência em função de desvantagem física relacionada à falta de mobilidade, força ou com-

petência. Já as vulnerabilidades sociais estão relacionadas às condições sociais de moradia, educação e renda (Cohen & Felson, 1979; Killias & Clerici, 2000; Pantazis, 2000; Franklin & Franklin, 2009). Em outras palavras, as pessoas tendem a sentir mais medo se não são capazes de correr rápido, ou não se sentem fortes o suficiente para reagir a agressões, ou porque não podem comprar equipamentos de segurança para suas casas, ou ainda porque não podem evitar áreas ou contextos problemáticos. Segundo a literatura, quatro grupos se enquadram mais frequentemente nessas situações: mulheres, idosos, negros e pobres.

Além dos aspectos individuais, a presença de alguns fatores ambientais também tende a aumentar a sensação de insegurança. Os estudos têm apontado que as desordens estão fortemente associadas ao medo do crime. Os moradores de regiões com baixas taxas de criminalidade, mas com altos índices de medo, frequentemente apontam que são as desordens, e não a criminalidade em geral, os maiores problemas da comunidade (Lewis & Salem, 1986; Box, Hale & Andrews, 1988; Donnelly, 1988; Skogan, 1990).

Alguns estudos têm diferenciado desordens e incivilidades, sendo que as incivilidades estariam mais fortemente associadas ao medo do crime (Sampson & Raudenbush, 2004; Kershaw & Tseloni, 2005; Wikström & Dolmén, 2001; Ceccato, 2016). De acordo com esses estudos, as incivilidades referem-se às condutas criminosas ou antissociais de alguns membros da comunidade. Locais com alta frequência de crimes interpessoais (roubos, ameaças, tráfico de drogas e agressões) tenderiam a aumentar o medo do crime. Da mesma forma que a presença de pessoas drogadas, alcoolizadas, bem como prostituição e moradores de rua estariam diretamente associados à sensação de insegurança. Já as desordens estariam relacionadas às características físicas do ambiente. Locais com infraestrutura deteriorada, áreas abandonadas, sujas, barulhentas e mal iluminadas tenderiam a aumentar a sensação de insegurança.

Entretanto, esta distinção entre desordens e incivilidades tem causado mais confusão do que ajudado na compreensão do fenômeno. Pois muitos dos comportamentos associados às incivilidades são em realidade crimes. E outros comportamentos e situações estão relacionados – ou são resultados – de desordens. Portanto, neste trabalho nos concentraremos em analisar as desordens: prédios e carros abandonados; terrenos vazios; lixo acumulado; mato alto; barulhos de tiros; cheiros desagradáveis; música alta e gritaria.

Ainda segundo as pesquisas, o ambiente social não impactaria o medo do crime apenas em decorrência da existência de desordens; está também associado ao

medo em função da coesão social de cada comunidade. Os estudos sugerem que haveria uma correlação negativa entre coesão social e medo do crime (Box, Hale & Andrews, 1988; Hale, Pack & Salked, 1994; Sampson & Raudenbush, 1999).

Alguns estudos sugerem que a integração social, ou seja, conhecer e confiar nos vizinhos, bem como ter amigos no bairro, tenderia a reduzir o medo do crime (Crank & Giacomazzi, 2003). A noção de integração social depende de conceitos adicionais de apoio social, capital social e eficácia coletiva. Como muitos termos sociológicos, esses conceitos são multifacetados e frequentemente mal definidos. Apoio social refere-se à frequência de contato que os residentes têm uns com os outros, a quantidade de ajuda que eles fornecem uns aos outros e a satisfação com esse apoio. O capital social refere-se à força das redes ou associações comunitárias e os sentimentos de confiança dos residentes, enquanto a eficácia coletiva diz respeito ao nível de coesão entre os moradores e sua disposição de intervir em nome do bem comum.

Uns dos primeiros a associar medo e coesão social foram Clifford Shaw e Henry McKay (1942). Em sua teoria da desorganização social, eles sugeriam alguns aspectos importantes para aferir a coesão social:

- i.* capacidade da comunidade de supervisionar e controlar os mais jovens, especialmente aqueles envolvidos com atividades delinquentes;
- ii.* capacidade de fortalecer os laços de solidariedade social; e
- iii.* comunidades com grande heterogeneidade social (ou novas) tenderiam a ter reduzida coesão social.

A despeito da grande influência que a teoria da desorganização social alcançou, sua aplicação empírica sempre foi muito difícil. Exatamente por isso, seus achados sempre foram questionados. Novos estudos surgiram então tentando aplicar o conceito de capital social, voltado à aplicação empírica. Entretanto, com o passar do tempo, capital social tornou-se mais uma ideia do que um conceito, comportando diferentes definições, normalmente mal interpretadas e utilizadas de forma distinta (Lin, 2001, D'Araújo, 2003). Apesar das diferentes definições de capital social, os autores concordam que um conjunto de aspectos relacionados às interações entre os vizinhos estariam associadas ao medo do crime (Ferguson & Mindel, 2007). Basicamente, capital social se refere a uma rede de apoio, de instituições locais, confiança e reciprocidade entre os membros de uma comunidade (Coleman, 1990; Putman, 1993; 2000).

Mas certamente, foi o conceito de eficácia coletiva de Robert Sampson que logrou maior influência nos estudos recentes sobre medo e coesão social. Em termos gerais, *“o conceito de eficácia coletiva reúne dois mecanismos fundamentais – coesão social (a parte ‘coletiva’ do conceito) e expectativas compartilhadas de controle (a parte da ‘eficácia’ do conceito)”* (Sampson, 2012: 2647, tradução nossa). O conceito baseia-se na ideia fundamental da teoria da desorganização social de que o controle social é um desafio coletivo, que não pode ser resumido aos aspectos individuais dos moradores de uma vizinhança. Além disso, eficácia coletiva refere-se ainda à possibilidade de os moradores contarem com o apoio das agências e dos serviços públicos para conter a delinquência e a criminalidade: *“a capacidade dos moradores de exercerem controle (o que inclui a possibilidade de chamar a polícia) deve ser um mecanismo capaz de influenciar as oportunidades para que se cometa crimes interpessoais na comunidade”* (Sampson, 2012: 2670, tradução nossa). A partir dessa abordagem, alguns estudos têm buscado relacionar criminalidade, violência e eficácia coletiva (Sampson, Raudenbush & Earls, 1997; Sampson & Raudenbush, 2004; Sampson & Graif, 2009).

A utilidade do conceito de eficácia tem sido bastante contestada, uma vez que o conceito consegue explicar as variações de taxas criminais nos bairros de uma mesma cidade, mas perde força explicativa quando é aplicado a diferentes cidades e países (Zaluar & Ribeiro, 2009). Há outras características das comunidades que parecem interferir nas taxas criminais: existência e qualidade dos serviços públicos, oportunidades e mercado de trabalho e a real disponibilidade dos vizinhos em controlar o comportamento dos mais jovens.

Apesar dos problemas de aplicação dos conceitos de coesão social, capital social e eficácia coletiva na explicação da variação das taxas criminais, a literatura sobre medo do crime tem apontado que conhecer e confiar nos vizinhos têm efeitos sobre o medo do crime (Box, Hale & Andrews, 1988; Hale, Pack & Salked, 1994; Ferguson & Mindel, 2007). Além das desordens e da coesão social, este artigo também incorpora a qualidade dos serviços públicos, pois o funcionamento do transporte público, o serviço de coleta de lixo, o controle do trânsito, bem como dos pontos de cultura, esporte e lazer também afetam a nossa percepção de segurança.

Metodologia

A fonte de dados para elaboração deste artigo foi a Pesquisa de Vitimização Distrital (PVD) realizada no Distrito Federal, em 2015. Financiada pela Secretaria do Estado de Segurança Pública do Distrito Federal (SSPDF) e realizada a partir da contratação de uma empresa especializada na realização de pesquisas de opinião, esta iniciativa

foi parte de um projeto de gestão da informação da SSPDF que contou ainda com outras três pesquisas de vitimização e várias outras pesquisas na área de segurança pública. Essa pesquisa envolveu a realização de um *survey* em uma amostra de 19.897 membros da população residente no Distrito Federal, com idade superior a 16 anos. A seleção dos entrevistados foi efetuada em um processo de dois estágios: primeiro a seleção aleatória dos domicílios a serem visitados por Região Administrativa a partir do cadastro de endereços (IPTU) e, em seguida, dentro de cada domicílio, a seleção aleatória do morador a ser entrevistado, a partir da listagem das pessoas residentes no domicílio. A pesquisa, representativa da situação do Distrito Federal e de cada uma das 31 Regiões Administrativas em particular, teve uma margem de erro de 0,7% para o Distrito Federal.

Há diferentes formas de mensurar o medo do crime. Alguns estudos exploram os aspectos afetivos relacionados ao medo. Em razão de as pessoas sentirem raiva e indignação com a perspectiva do crime, algumas pesquisas perguntam “do que você tem medo?”. Outras pesquisas exploram aspectos cognitivos associados ao medo do crime. De certa forma, as pessoas avaliam o risco de serem vítimas de crimes. Assim, os pesquisadores perguntam “qual a possibilidade de você ser roubado?” (ou furtado, agredido, ameaçado etc.). Também existem pesquisas que avaliam alguns aspectos comportamentais derivados do medo do crime. Os pesquisadores perguntam “o que as pessoas evitam?”. Elas podem evitar em certas áreas, usar certos objetos, se deparar com certas situações. Essa forma de medir o medo do crime é bastante simples, pois aborda o comportamento das pessoas e não suas atitudes e percepções.

O questionário utilizado na Pesquisa de Vitimização do Distrital abordou o medo nas perspectivas da sensação de insegurança, do risco percebido de ser vítima de um conjunto de crime e daquilo que as pessoas evitam fazer em função do medo. Assim, foi perguntado se as pessoas se sentem seguras nos seguintes contextos: em casa (1) sozinho e (2) acompanhado pela família e nas vias públicas do (3) bairro onde reside de dia, (4) bairro onde reside à noite, (5) outros bairros da cidade de dia e (6) outros bairros da cidade à noite. Os pesquisadores também perguntaram qual a percepção da pessoa sobre o risco de ser vítima de (1) violência sexual, (2) morta por homicídio, (3) roubo e (4) sequestro. Por último, foi perguntado se as pessoas evitam: (1) sair à noite ou chegar muito tarde em casa, (2) frequentar locais desertos ou eventos com poucas pessoas circulando, (3) frequentar locais com grande concentração de pessoas, (4) sair de casa portando muito dinheiro, objetos de valor ou outros pertences que chamem atenção, (5) usar algum transporte coletivo, (6) conversar ou atender pessoas estranhas, (7) frequentar locais onde se consome bebidas alcoólicas e (8) ficar em casa sozinho(a).

Por fim, a pesquisa subsidiou nossa análise ainda com as seguintes: informações de perfil socioeconômico do entrevistado (gênero, idade, raça, grau de educação e renda familiar) e informações sobre sua vitimização por eventos criminais de forma geral (furto, roubo, fraude, ameaça, agressão física, ofensa sexual, sequestro e discriminação) e crimines violentos (roubo, sequestro, agressão física e ofensa sexual).

No questionário, a questão relativa ao gênero trazia apenas as opções masculino e feminino para resposta; a questão da renda foi trabalhada a partir da renda total mensal em salários mínimos de todas as pessoas que moram no domicílio, somando todas as fontes como salário, pensão, aposentadoria, benefícios sociais, aluguéis e bicos; a raça trazia como opções de resposta branca, preta, parda, amarela ou indígena; a idade trazia uma questão aberta para ser respondidas em anos completos; e a educação trazia como respostas possíveis sem instrução, ensino fundamental completo e incompleto, ensino médio completo e incompleto, superior completo e incompleto e pós-graduação.

Para avaliar a coesão social, realizamos uma caracterização da rede de relacionamentos da pessoa baseada nas seguintes informações: (1) tempo de moradia na vizinhança, (2) conhecimento dos vizinhos, (3) confiança nos vizinhos e a (4) prática da troca de favores dos seguintes tipos: (a) auxiliar em caso de doença, (b) pedir dinheiro emprestado, (c) pedir alimento ou objetos emprestados, (d) cuidar de alguém (criança, idoso, doente, pessoa com deficiência etc.), (e) tomar conta da casa enquanto ele não está, (f) alimentar ou cuidar de algum animal doméstico e (g) resolver conflitos ou brigas na vizinhança.

Para analisar os serviços públicos, perguntou-se aos moradores do Distrito Federal como eles avaliam a qualidade: (1) comércio local, (2) iluminação das ruas, (3) coleta de lixo e entulho nas ruas, (4) organização do trânsito, (5) pavimentação e manutenção das ruas e calçadas, (6) policiais a pé, (7) policiais em viatura, (8) locais de esporte, cultura e lazer, (9) transportes públicos, (10) equipamentos coletivos e (11) serviços de saúde.

Dada a multiplicidade de desordens analisadas, realizamos uma análise de *clusters* hierárquica para agregar estas desordens no sentido de fatores que caminham juntos. A partir dos resultados de dendrogramas, construímos novos fatores a partir da junção dos fatores individuais: (1) pessoas sozinhas ou em grupo pichando, fazendo arruaça ou destruindo equipamentos coletivos; (2) imóveis ou carros abandonados ou destruídos nas ruas ou quadras; (3) pessoas se prostituindo, realizando atos obscenos ou indecentes, fazendo fezes, jogando ou apostando dinheiro em jogos nas ruas e instalações irregulares obstruindo a circulação da população; (4) ruído,

música alta, gritaria e cheiro ruim; (5) pessoas vivendo na rua, pedindo esmolas e vendedores ambulantes; (6) terrenos ou lotes vagos cheios de lixo e entulho ou com mato alto, cercados ou não; e (7) barulhos de tiro.

Medo do crime

Os dados da pesquisa de vitimização revelam que as situações de medo do crime são mais comuns em contexto noturno e em regiões desconhecidas (outros bairros da cidade). Por outro lado, as pessoas tendem a se sentir mais seguras em casa e no bairro onde residem, principalmente durante o dia. Apenas 16,1% da população se sente segura em todas as situações analisadas e, por outro lado, 13,3% da população se sente insegura em todas estas situações.

TABELA 1
MEDO DO CRIME POR CONTEXTOS OU LOCAIS (DF- 2015)

Contextos de Sensação de Insegurança	Sensação de Segurança			
	Muito seguro	Seguro	Inseguro	Muito inseguro
Casa acompanhado apenas pelo cônjuge	15,2%	68,4%	14,1%	2,3%
Casa acompanhado familiares	14,4%	68,6%	14,7%	2,2%
Casa sozinho	9,1%	65,4%	22,2%	3,3%
Bairro onde reside durante o dia	5,5%	53,9%	34,1%	6,4%
Bairro onde reside durante a noite	3,0%	31,9%	43,4%	21,7%
Outros bairros durante o dia	1,4%	33,3%	54,2%	11,1%
Outros bairros durante a noite	0,9%	18,8%	53,6%	26,7%

Fonte: GDF/SSP - Pesquisa de Vitimização Distrital (2015).

Medo e desordens

As desordens mais frequentes no Distrito Federal são a combinação de ruído, música alta, gritaria e cheiro ruim. De acordo com a Tabela 2, 63,6% da população do DF teve

TABELA 2
PERCEPÇÃO DE DESORDENS NA VIZINHANÇA NOS ÚLTIMOS 12 MESES (DF- 2015)

Desordens e Incivilidades	Não	Sim
Pessoas sozinhas ou em grupo pichando, fazendo arruaça ou destruindo equipamentos coletivos	79,3%	20,7%
Imóveis ou carros abandonados ou destruídos nas ruas ou quadras	85,9%	14,1%
Pessoas se prostituindo, realizando atos obscenos ou indecentes, fazendo fezes, jogando ou apostando dinheiro em jogos nas ruas e instalações irregulares obstruindo a circulação da população	65,3%	34,7%
Ruído, música alta, gritaria e cheiro ruim	36,4%	63,6%
Pessoas vivendo na rua, pedindo esmolas e vendedores ambulantes	37,0%	63,0%
Terrenos ou lotes vagos cheios de lixo e entulho ou com mato alto, cercados ou não	77,4%	22,6%
Barulhos de tiro	51,2%	48,8%

Fonte: GDF/SSP - Pesquisa de Vitimização Distrital (2015).

contato com estas situações em 2015 na sua vizinhança. Outras situações que também são bastante frequentes: pessoas vivendo na rua, pedintes e vendedores ambulantes (63,0%) e barulhos de tiro (48,8%). Por outro lado, 14,1% dos moradores convivem com imóveis ou veículos abandonados nas ruas da vizinhança onde residem.

Dentre as desordens analisadas, barulho de tiro, música alta, ruídos, cheiro ruim, prostituição, jogo, instalações irregulares atrapalhando a circulação de pessoas e pessoas pichando ou fazendo arruaça são os fatores que mais fortemente promovem o medo. Na análise da Tabela 3, os valores de Razão de Chance positivos demonstram que a presença da desordem provoca a sensação de insegurança e os valores negativos demonstram que a presença da desordem diminui a sensação de insegurança. Assim, cabe salientar que a presença de moradores de rua, pedintes e camelôs e a existência de imóveis e carros abandonados caminham em sentido oposto, não provocando o medo. Por fim, terrenos com lixo e mato alto na vizinhança provocam medo quando a pessoa está em casa e provocam redução do medo fora de casa durante o dia.

TABELA 3
RAZÃO DE CHANCE DO IMPACTO DAS DESORDENS NO MEDO (DF- 2015)

Contextos de Sensação de Insegurança	Pessoas pichando ou fazendo arruaça	Imóveis ou carros abandonados	Prostituição, jogo e instalações irregulares	Ruído, música alta e cheiro ruim	Moradores de rua, pedintes e camelôs	Terrenos com lixo e mato alto	Barulhos de tiro
Bairro Reside Dia	24,9%		32,8%	30,1%		-8,0%	78,2%
Bairro Reside Noite	18,1%	-15,9%	25,7%	39,8%	15,8%		62,9%
Outros Bairros Dia	21,4%		34,5%	26,1%	-21,7%	-9,0%	40,5%
Outros Bairros Noite	24,7%		17,2%	32,0%			27,8%
Casa Sozinho		-12,8%	29,1%	18,5%	-12,5%	10,0%	77,7%
Casa Acompanhado Familiares		-12,7%	41,8%		-24,7%		82,4%
Casa Acompanhado Cônjuge		-14,1%	40,1%	13,2%	-11,4%	11,5%	84,4%

Fonte: GDF/SSP- Pesquisa de Vitimização Distrital (2015).

Cerca de 2,4% da população do Distrito Federal vive em regiões onde existe a combinação de barulhos de tiro, música alta, ruído, cheiro ruim, prostituição, jogo e instalações irregulares atrapalhando a circulação de pessoas. Nessas áreas, a sensação de insegurança e percepção de risco são bem mais elevados do que no restante do Distrito Federal. Ou seja, algumas poucas áreas concentram um grande número de desordens. Nas áreas onde isso acontece, o medo e a percepção de risco são significativamente maiores.

Medo e rede de relacionamentos na vizinhança

A maior parte da população do Distrito Federal (55%) vive em sua atual moradia há mais de dez anos, denotando uma longa convivência com o ambiente e bom conhecimento da região onde reside. Justamente por esta razão, identificamos que 37,3% dos moradores conhecem todos ou quase todos os vizinhos e 16,1% conhecem muitos vizinhos. Esta situação, no entanto, não implica numa confiança generalizada nos vizinhos.

TABELA 4
PERCENTUAL DA POPULAÇÃO
QUE CONHECE OS VIZINHOS

Conhece os vizinhos	Percentual
Conhece todos ou quase todos	37,3
Conhece muitos	16,1
Conhece alguns	40,8
Não conhece nenhum	5,7
Total	100,0

Fonte: GDF/SSP - Pesquisa de Vitimização Distrital (2015).

Cerca de 52% confia apenas em alguns vizinhos e 21% não confia em nenhum vizinho. Por fim, vale ressaltar que a maioria da população (51%) não troca favores com os vizinhos. Os três tipos de favores mais praticados entre os vizinhos é pedir alimentos ou objetos emprestados (33,1%), tomar conta da casa (32,6%) e auxiliar no cuidado de pessoas doentes (32,6%). Além disso, 23,8% já pediu dinheiro emprestado, 18,5% já pediu para cuidar de crianças e idosos e 16,3% pediu para cuidar de animais domésticos. Apenas 11,1% já pediu para os vizinhos auxiliarem a resolver algum conflito em casa ou na vizinhança.

TABELA 5
PERCENTUAL DA POPULAÇÃO
QUE CONFIA NOS VIZINHOS

Confia nos vizinhos	Percentual
Confia na maioria deles	26,9
Confia em alguns deles	52,2
Não confia em nenhum deles	20,9
Total	100,0

Fonte: GDF/SSP - Pesquisa de Vitimização Distrital (2015).

Na análise da Tabela 6, os valores de Razão de Chance positivos demonstram que quanto maior o tempo na vizinhança, mais conhecimento dos vizinhos e a troca do favor específico leva ao aumento do medo; os valores negativos demonstram que o aumento da confiança nos vizinhos e a troca do favor específico diminui a sensação de insegurança. Dentre as dimensões analisadas, apenas a confiança nos vizinhos demonstrou ter impacto forte no sentido da redução do medo. Os contextos onde a coesão social apresenta maior impacto no medo são no bairro onde reside durante o dia e em casa sozinho. O conhecimento dos vizinhos não impacta na redução do medo e o tempo de moradia teve efeito contrário, podendo ser um indicativo de que as pessoas com mais tempo na vizinhança estão percebendo um processo de desorganização do ambiente se instaurando.

TABELA 6
RAZÃO DE CHANCE DO IMPACTO DA REDE DE RELAÇÃO NO MEDO (DF- 2015)

Contextos de sensação de insegurança	Tempo de moradia na vizinhança	Conhece os vizinhos	Confia nos Vizinhos	Tipo de ajuda praticada entre vizinhos						
				Auxiliar em caso de doença	Pedir dinheiro emprestado	Pedir alimentos ou objetos emprestados	Cuidar de alguém	Tomar conta da casa está enquanto se ausenta	Cuidar de animal doméstico	Resolver conflitos ou brigas
Bairro reside dia	22,0%		-54,5%	23,6%		-9,1%	17,8%	11,8%		
Bairro reside noite	14,6%	8,7%	-46,0%	17,9%		14,5%		13,0%	-18,3%	-42,9%
Outros bairros dia	16,5%		-40,0%		-10,1%	-12,4%	25,1%	28,7%		-28,9%
Outros bairros noite	21,3%		-33,3%	12,4%	-16,9%	15,4%		11,2%		-64,5%
Casa sozinho	10,1%		-45,2%		10,7%		33,2%	33,5%	-12,8%	
Casa com outros familiares	8,9%		-44,2%				26,8%	27,8%		15,0%
Casa apenas com cônjuge	12,5%		-41,0%		13,1%		24,0%	28,2%		

Fonte: GDF/SSP- Pesquisa de Vitimização Distrital (2015).

A análise do impacto dos tipos de favor prestados entre vizinhos na sensação de insegurança demonstrou principalmente que pedir para o vizinho tomar conta da casa é uma situação que indica que o medo da pessoa está relativamente elevado, o mesmo pode se dizer sobre cuidar de alguém (criança ou idoso). Em apenas alguns contextos, a prestação de favores mostrou estar determinando uma redução da sensação de insegurança: pedir ao vizinho a mediação em conflitos ou brigas teve impacto no medo fora de casa; cuidar de animal doméstico teve impacto no medo em casa sozinho e no bairro onde reside durante a noite; pedir alimentos ou objetos emprestados impactou o medo fora de casa durante o dia; e pedir dinheiro emprestado impactou o medo nos outros bairros. Podemos concluir que a

prestação de favor entre vizinhos termina assumindo um caráter mais de estratégia reativa diante da sensação de insegurança do que propriamente preventiva.

Medo e qualidade dos serviços

Dentre as 11 dimensões de serviços públicos analisadas, o comércio local (60,7%), a iluminação (59,9%) e a coleta de lixo (57,7%) receberam as melhores avaliações (bom e ótimo). Já a pavimentação de ruas e calçadas (35,8%), policiamento em viatura (30,2%) e locais de esporte, cultura e lazer (24,8%) receberam avaliação moderada. A disponibilidade de transporte público (23,1%), serviços de saúde (9,4%) e policiamento a pé (8,1%) foram os itens mais mal avaliados.

TABELA 7
AVALIAÇÃO DA QUALIDADE DOS SERVIÇOS
PELA POPULAÇÃO NA VIZINHANÇA ONDE RESIDEM

Dimensões infraestrutura urbana	Ótimo	Bom	Regular	Ruim	Péssimo	Não tem
Comércio Local	9,20%	51,50%	24,50%	7,20%	5,80%	1,90%
Iluminação das ruas	6,80%	53,10%	24,30%	8,90%	6,60%	0,30%
Coleta de lixo e entulho nas ruas	7,30%	50,40%	27,60%	7,60%	5,40%	1,70%
Organização do trânsito (placas, faixas, etc)	2,60%	34,80%	34,60%	12,80%	7,60%	7,60%
Pavimentação e manutenção das ruas e calçadas	3,10%	32,70%	28,80%	16,20%	16,20%	3,00%
Policiamento em viatura	3,80%	26,40%	36,60%	14,90%	11,80%	6,60%
Locais de esporte, cultura e lazer	2,30%	22,50%	26,70%	16,50%	11,90%	20,10%
Transportes públicos	1,70%	21,40%	28,10%	19,30%	28,00%	1,50%
Equipamentos coletivos	1,50%	18,50%	25,40%	18,90%	13,60%	22,00%
Serviços de saúde	0,80%	8,60%	15,60%	18,20%	50,60%	6,10%
Policiamento a pé	0,90%	7,20%	10,80%	9,60%	8,50%	63,00%

Fonte: GDF/SSP - Pesquisa de Vitimização Distrital (2015).

Na análise da Tabela 8, os valores de Razão de Chance positivos demonstram que a qualidade boa do serviço provoca a sensação de insegurança e os valores negativos demonstram que a qualidade boa do serviço diminui a sensação de insegurança. De forma geral, predominaram as situações em que a qualidade dos serviços está associada a uma redução do medo, especialmente nos contextos da iluminação, dos locais de esporte, da cultura e lazer e do policiamento a pé. Assim, por exemplo, dentre aqueles que consideram boa a iluminação das ruas, 36,4% sentem medo no bairro onde residem durante o dia e, dentre os que tem opinião contrária sobre estes locais, 50,5% sentem medo nas mesmas condições.

Por outro lado, encontramos também a relação contrária, quando a qualidade do serviço leva ao aumento do medo, especialmente no contexto da organização do

TABELA 8
RAZÃO DE CHANCE DO IMPACTO
DA QUALIDADE DOS SERVIÇOS NO MEDO (DF- 2015)

Contextos de sensação de insegurança	Comércio	Iluminação	Pavimentação	Locais de esporte e lazer	Equipamentos coletivos	Transporte público	Policimento a pé	Policimento em viatura	Postos de saúde	Coleta de lixo	Organização do trânsito
Bairro Reside Dia		-21,0%	-16,8%	-20,8%	-24,0%		-26,9%	-21,9%			25,3%
Bairro Reside Noite	18,6%	-22,2%	-20,5%	-21,1%	-32,6%		-44,6%		-24,8%	12,2%	16,1%
Outros Bairros Dia		-31,4%	-11,2%	-14,7%		-13,3%	-22,0%	-12,7%	-17,4%		24,6%
Outros Bairros Noite		-31,8%	-10,7%		-30,3%		-44,3%	22,2%	-41,5%	28,6%	
Casa Sozinho		-17,4%		-31,9%			-28,2%	-38,0%	25,2%	-18,2%	15,7%
Casa Acompanhado Familiares		-19,3%	17,1%	-27,2%			-38,0%	-56,9%	52,6%	-36,1%	15,8%
Casa Acompanhado Cônjuge		-19,2%	13,5%	-33,0%			-46,4%	-53,3%	53,1%	-36,6%	15,8%

Fonte: GDF/SSP - Pesquisa de Vitimização Distrital (2015).

trânsito, mas também alguns fatores isolados que impactam o medo dentro de casa: a qualidade dos serviços de saúde e a qualidade da pavimentação. A combinação destes três serviços (pavimentação, serviço de saúde e organização do trânsito), que se destacaram por promover o medo, são típicos de regiões que concentram atividades e, por conta disto, um volume maior de pessoas. Cabe adicionar ainda a este argumento a questão da qualidade do comércio, que também promoveu o medo, mesmo que seja de forma muito mais tênue, pois teve impacto significativo apenas no bairro onde a pessoa reside à noite. Ainda conjugado a este argumento, cabe destacar que a coleta de lixo promove o medo nas ruas durante a noite, seja no bairro onde reside ou nos demais bairros. Nessas regiões, devido ao elevado volume de pessoas e veículos nas ruas, a coleta de lixo costuma ser realizada durante a noite.

Principais determinantes do medo

Apresentaremos, a seguir, uma análise visando identificar – dentre os fatores analisados acima no contexto das desordens, da rede de relacionamentos e da qualidade dos serviços públicos – os principais determinantes do medo. No contexto dos serviços públicos, a análise apontou que uma melhora na qualidade impacta a presença do medo, ou seja, na tabela percebemos que quem mora numa região com boa iluminação tem 23,7% menos chance de sentir-se inseguro nas ruas do bairro onde reside durante o dia. No contexto das desordens, verificamos que a presença de desordens impacta no medo do crime, ou seja, quem mora numa região onde existe terreno com lixo tem 13,1% menos chance de sentir-se inseguro. Por fim, no

contexto da rede de relacionamento, a análise apontou que o aumento do tempo de residência, o aumento do número de pessoas que conhece na vizinhança, o aumento da confiança nos vizinhos e a efetivação da prestação do favor para o vizinho impacta na presença do medo, ou seja, quem confia nos vizinhos tem 43,1% menos chance de sentir-se inseguro. Por fim, cabe ressaltar que os valores delimitados por () estão com sentido de análise invertido, ou seja, no contexto das desordens, as pessoas que residem onde existe arruaça durante o dia tem 24,9% mais chance de se sentirem inseguras nas ruas do bairro onde residem.

A partir da análise do Exponencial de Beta, pode-se ainda avaliar comparativamente a força do impacto dos fatores em cada contexto do medo. Assim, por exemplo, em relação ao medo no bairro onde reside durante o dia, os três fatores mais impactantes em ordem foram: presença de terrenos com lixo, qualidade da pavimentação e qualidade dos espaços públicos de esporte e lazer. Por outro lado, os três fatores menos impactantes em ordem foram: barulhos de tiro, confiança nos vizinhos e pedir algum alimento ou objetos para os vizinhos.

Conforme era esperado, os serviços de modo geral impactam no medo em sentido negativo, ou seja, a melhora na sua qualidade reduz o medo; as desordens de modo geral impactam em sentido positivo, ou seja, sua presença leva ao aumento do medo; as redes de relacionamento de modo geral tiveram resultados divergentes: por um lado, a confiança nos vizinhos mostrou ser importante para conter o medo e, por outro lado, o tempo de residência e alguns tipos de favores mostraram ter o impacto de levar ao crescimento do medo.

Dentre os diversos fatores determinantes analisados, encontramos alguns que impactam reduzindo o medo na maioria dos contextos: iluminação das ruas, locais públicos de esporte e lazer, policiamento a pé e em viatura e a confiança nos vizinhos; e outros aumentando o medo na maioria dos contextos: ruídos, música alta e gritaria, prostituição, instalações irregulares e pessoas jogando, fazendo fezes ou atos obscenos nas ruas, barulhos de tiro, tempo de residência e pessoas pedindo a vizinhos para cuidar de alguém da casa. O único fator que mostrou não impactar o medo em nenhum contexto analisado foi conhecer os vizinhos.

Os resultados dessas análises corroboraram o argumento de que as desordens são bastante impactantes na produção do medo (Sampson & Raudenbush, 2004; Kershaw & Tseloni, 2005; Wikström & Dolmén, 2001; Ceccato, 2016). A associação encontrada entre troca de favores e presença de medo demonstrou que a prática do favor convive com o medo. Ou seja, não basta confiar nos vizinhos, é preciso que as pessoas também tenham a confiança de que podem contar com os serviços públicos,

especialmente a polícia. Sem esses serviços, a troca de favores é apenas uma forma de as pessoas se ajudarem em âmbito individual sem promover a eficácia coletiva.

Relacionada ainda a esta questão, identificamos que existe uma dimensão de desordem que mostrou ter uma relação negativa forte com o medo: presença de moradores de rua, pedintes e camelôs. Uma explicação para esta contradição é que a presença destes atores pode levar a instauração de uma ordem social alternativa no local, que traz mais segurança do que a situação de ausência de ordem decorrente da ausência do Estado e da incapacidade da população de se organizar. No entanto, se, por um lado, a presença desses atores diminui a sensação de medo, por outro, a presença de prostituição e do jogo leva ao aumento do medo, demonstrando que a sociedade atribui a essas atividades um caráter criminal.

Por fim, resta ainda salientar que conhecer os vizinhos não impacta o medo em nenhum contexto analisado – nem de forma positiva nem de forma negativa – e que, contrariando o esperado, o aumento de tempo de moradia na vizinhança não implica numa coesão na sociedade que leva à redução do medo. Em relação ao tempo de moradia, cabe destacar que as pessoas mais velhas são as que apresentam maior medo. A confiança nos vizinhos é que mostrou ser o fator determinante da redução do medo.

No contexto das ruas do bairro onde a pessoa reside, identificamos como principais determinantes do medo, por um lado, a pavimentação das ruas e calçadas e locais públicos de esporte e lazer, no sentido de que quanto melhor a qualidade do serviço menor o medo, e, por outro lado, o tempo de residência na vizinhança e solicitar ao vizinho cuidados para alguém, no sentido de que quanto maior o tempo que se solicita este favor maior o medo.

No contexto das ruas dos outros bairros, identificamos como principais determinantes do medo, o policiamento em viatura, mas de dia promove a redução do medo e à noite promove o seu aumento; o tempo de residência na vizinhança que impacta positivamente (aumenta o tempo e aumenta o medo) e o favor de pedir dinheiro emprestado que impacta negativamente, reduzindo o medo.

No contexto da casa, destacou-se a questão da ordem social alternativa, pois o medo diminui onde existem moradores de rua, pedintes e camelôs. Ainda neste argumento, como foi salientado anteriormente, identificamos que o medo é maior em regiões com melhor pavimentação e melhor organização do trânsito, que concentra maior número de atividades e pessoas. Por fim, o medo mostrou ser menor também onde existem imóveis e veículos abandonados.

TABELA 9A

RAZÃO DE CHANCE DOS IMPACTOS DOS SERVIÇOS PÚBLICOS,
DESORDENS E REDE DE RELACIONAMENTO NO MEDO DO CRIME (DF – 2015)

FATORES DETERMINANTES DA SENSÇÃO DE INSEGURANÇA	Reside dia		Reside noite		Outros dia		Outros noite		Casa sozinho		Casa com familiares		Casa só com cônjuge	
	Razão Chance	Exp (B)	Razão Chance	Exp (B)	Razão Chance	Exp (B)	Razão Chance	Exp (B)	Razão Chance	Exp (B)	Razão Chance	Exp (B)	Razão Chance	Exp (B)
Comércio			(-21,9%)	,803										
Iluminação	-23,7%	,789	-24,7%	,781	-32,4%	,723	-35,1%	,704	-20,4%	,816	-21,4%	,807	-20,8%	,812
Pavimentação	-15,2%	,859	-16,5%	,848							(-16,8%)	,845	(-17,4%)	,840
Espaços públicos	-15,3%	,858	-13,4%	,875	-8,9%	,915			-27,1%	,762	-23,0%	,794	-25,6%	,774
Equipamentos coletivos	-20,5%	,815	-23,1%	,794			-20,2%	,817						
Transportes públicos					-16,3%	,850								
Policimento a pé	-19,1%	,826	-35,0%	,705	-17,2%	,842	-32,7%	,721	-19,0%	,827	-32,9%	,720	-41,5%	,661
Policimento em viatura	-21,3%	,809			-9,5%	,910	(-16,9%)	,845	-33,5%	,715	-47,3%	,623	-42,7%	,652
Serviços saúde			-18,7%	,830	-16,4%	,849	-38,9%	,678	(-27,7%)	,758	(-56,9%)	,566	(-62,6%)	,535
Coleta de lixo							(-26,3%)	,768	-13,8%	,871	-30,3%	,738	-33,7%	,714
Organização do trânsito	(-25,9%)	,772	(-20,2%)	,817	(-19,7%)	,821			(-15,4%)	,857	(-15,9%)	,853	(-16,5%)	,848
Arruaça	(-24,9%)	,779	(-17,8%)	,837	(-19,0%)	,827	(-21,5%)	,806						
Imóveis /carros abandonados			-14,3%	,866					-12,8%	,880	-12,7%	,881		
Atividades irregulares	(-30,4%)	,738	(-25,5%)	,775	(-33,8%)	,713	(-19,7%)	,821	(-25,8%)	,773	(-38,5%)	,681	(-34,6%)	,707
Ruído ou música alta	(-22,5%)	,799	(-33,7%)	,714	(-21,1%)	,810	(-22,1%)	,802	(-12,0%)	,887				
Morador de rua e camelo			(-8,4%)	,920	-22,0%	,803			-10,6%	,899	-19,7%	,821		
Terrenos com lixo	-13,1%	,878			-9,6%	,909								
Barulhos tiro	(-72,6%)	,484	(-56,2%)	,570	(-30,9%)	,734	(-23,8%)	,788	(-67,8%)	,508	(-75,6%)	,470	(-77,6%)	,460

TABELA 9B

RAZÃO DE CHANCE DOS IMPACTOS DOS SERVIÇOS PÚBLICOS,
DESORDENS E REDE DE RELACIONAMENTO NO MEDO DO CRIME (DF – 2015)

FATORES DETERMINANTES DA SENSÇÃO DE INSEGURANÇA	Reside dia		Reside noite		Outros dia		Outros noite		Casa sozinho		Casa com familiares		Casa só com cônjuge	
	Razão Chance	Exp (B)	Razão Chance	Exp (B)	Razão Chance	Exp (B)	Razão Chance	Exp (B)	Razão Chance	Exp (B)	Razão Chance	Exp (B)	Razão Chance	Exp (B)
Tempo de residência	(-21,0%)	,811	(-13,4%)	,875	(-15,7%)	,855	(-20,7%)	,813	(-7,9%)	,924				
Confiança nos vizinhos	-43,1%	,650	-30,4%	,738	-30,0%	,741	-23,1%	,794	-32,9%	,720	-29,5%	,745	-25,3%	,776
Auxiliar caso saúde	(-23,4%)	,791	(-9,1%)	,913										
Pedir dinheiro emprestado					-13,5%	,874	-12,4%	,883						
Pedir alimento ou objetos	-31,3%	,731			-23,7%	,789								
Cuidar de alguém	(-21,0%)	,810			(-28,5%)	,752			(-30,7%)	,736	(-17,3%)	,841	(-13,9%)	,870
Tomar conta da casa					(-24,3%)	,784			(-22,7%)	,797	(-20,4%)	,815	(-20,1%)	,818
Cuidar de animal									-20,3%	,816				
Resolver conflitos			-45,9%	,632	-32,9%	,720	-53,1%	,588						

Valores de Razão de Chance entre parênteses estão com sentido invertido de análise.
Fonte: GDF/SSP - Pesquisa de Vitimização Distrital (2015).

Conclusões

As pesquisas sugerem que haveria uma correlação negativa entre coesão social e medo do crime (Box, Hale & Andrews, 1988; Hale, Pack & Salked, 1994; Sampson & Raudenbush, 1999). Desta forma, expectativas, pautadas pela literatura especializada, eram de que o aumento da rede de relacionamentos (maior a confiança nos vizinhos, conhecimento maior dos vizinhos, aumento do tempo de moradia na vizinhança e aumento da troca de favores entre os vizinhos) levaria as pessoas a sentirem menos medo.

Essas expectativas não se confirmaram, pois verificamos que o aumento do tempo de moradia caminha junto ao medo e que o medo convive com a prestação de favores num âmbito individual e não coletivo. Apenas para a confiança nos vizinhos identificamos o resultado esperado: quanto maior a confiança, menor o medo.

As pesquisas têm apontado que as desordens estão fortemente associadas ao medo do crime. Os moradores de regiões com baixas taxas de criminalidade, mas com altos índices de medo, frequentemente apontam que são as desordens, e não a criminalidade em geral, os maiores problemas da comunidade (Lewis & Salem, 1986; Box, Hale & Andrews, 1988; Donnelly, 1988; Skogan, 1990).

Assim, esperávamos que a presença de desordens e a má qualidade dos serviços públicos levariam as pessoas a sentirem mais medo e ter maior percepção de risco. Em termos gerais, as expectativas quanto às desordens e aos serviços públicos foram confirmadas, com exceção apenas para os fatos de que o medo está mais presente nas regiões com melhor pavimentação e organização do trânsito e o medo está menor onde existe uma ordem social alternativa trazida pelos moradores de rua e camelôs.

Ao comparar a importância das dimensões – serviços públicos, desordens e rede de relacionamento – na determinação do medo, cabe salientar que não encontramos uma situação onde se possa definitivamente dizer que uma delas tem mais ou menos força em relação às demais. Também na questão do sentido da relação, não encontramos uma dimensão onde marcadamente as coisas ocorram mais no sentido esperado. Tanto no contexto das desordens quanto no contexto dos serviços públicos, cerca de 75% das relações se encaminharam no sentido esperado, ou seja, há redução do medo com a melhora da qualidade do serviço público e com a solução do problema das desordens. No contexto das redes de relação, este percentual cai para 48%, fundamentalmente porque o tempo de moradia mostrou ter o impacto de aumentar o medo e porque alguns favores (cuidar de alguém e cuidar da casa) tem impacto de aumentar o medo.

Os aspectos acima delineados são subsídios importantes para a compreensão das dinâmicas associadas à sensação de insegurança. Essas conclusões deixam claro que, levando em conta os fatores ecológicos, o medo do crime é consequência da má qualidade de alguns serviços públicos (iluminação das ruas, qualidade dos locais públicos de esporte e lazer, policiamento etc.) e de algumas condutas humanas entendidas como desordens (ruídos, música alta e gritaria, prostituição, instalações irregulares, barulhos de tiro e pessoas jogando, fazendo fezes ou atos obscenos nas ruas) e tem seus principais constrangimentos também resultantes da conduta das pessoas nos laços de confiança entre os vizinhos ou na ordem social alternativa produzida por moradores de rua e camelôs.

Referências

- BAUMAN, Zygmunt. *Liquid fear*. Cambridge, UK: Polity Press, 2006.
- BAUMER, Terry L. Research on fear of crime in United States. *Victimology*, v. 3, n. 3-4, p. 254-264, 1979.
- BECK, Ulrich. *The risk society: towards a new modernity*. London: Sage, 1992.
- BORGES, Doriam. Vitimização e sentimento de insegurança no Brasil em 2010: teoria, análise e contexto. *Mediações*, v. 18, n. 1, p. 141-163, 2015.
- BOX, Steven; HALE, Chris; ANDREWS, Glen. Explaining fear of crime. *British Journal of Criminology*, v. 28, p. 340-356, 1988.
- CALDEIRA, Teresa Pires do Rio. *Cidade de muros: crime, segregação e cidadania em São Paulo*. São Paulo: Editora 34; Edusp, 2000.
- CARDOSO, Gabriela Ribeiro; SEIBEL, Erni José; MONTEIRO, Felipe Matttos; RIBEIRO, Ednaldo Aparecido. Percepções sobre a sensação de segurança entre os brasileiros: investigação sobre condicionantes individuais. *Revista Brasileira de Segurança Pública*, v. 7, n. 2, p. 144-161, 2013.
- CECCATO, Vania. Public space and the situational conditions of fear of crime. *International Criminal Justice Review*, v. 26, n. 2, p. 69-79, 2016.
- CHADDEE, Derek; YING, Nikita K.; HEATH, Linda. Fear of crime: the influence of general fear, risk, and time perspective. *Journal of Interpersonal Violence*, v. 34, n. 6, p. 1-23, 2016.

CHON, Don Soo; WILSON, Mary. Perceived risk of Burglary and fear of crime: individual and country-level mixed modeling. *International Journal of Offender Therapy and Comparative Criminology*, v. 60, n. 3, p. 308-325, 2016.

CLEMENT, Frank; KLEINMAN, Michael B. Fear of crime in United States: a multivariate analysis. *Social Forces*, v. 56, n. 2, p. 519-532, 1977.

COHEN, Laeren, FELSON, Marcus. Social changes and crime trends: a routine activity approach. *American Sociological Review*, v. 44, r. 4, p. 588-608, Ago. 1979.

COLEMAN, James S. *Foundations of social theory*. Cambridge, MA: Harvard University Press, 1990.

CRANK, John P.; GIACOMAZZI, Andrew. Fear of crime in a nonurban setting. *Journal of Criminal Justice*, v. 31, n. 3, p. 249-263, 2003.

D'ARAÚJO, Maria Cecília. *Capital social*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

DAVIS, Corine; PEIXOTO, Betânia. *Medo e espaço urbano: uma análise da percepção do risco de vitimização local e não local*. Trabalho apresentado no XI Congresso Brasileiro de Sociologia, Campinas, SP, 2003.

DONNELLY, Patrick G. Individual and neighborhood influences on fear of crime. *Sociological Focus*, v. 22, n. 1, p. 69-85, 1988.

EVE, R. A.; EVE, S. B. The effects of powerlessness, fear of social change and social integration on fear of crime. *Victimology*, v. 9, n. 2, p. 290-295, 1984.

FARRALL, Stephen; JACKSON, Johathan; GRAY, Emily. *Social order and the fear of crime in contemporary times*. Oxford, UK: Oxford University Press, 2009.

FERGUSON, Kristin M.; MINDEL, Charles. Modeling fear of crime in Dallas neighborhoods: a test of social capital theory. *Crime and Delinquency*, v. 53, n. 2, p. 322-349, 2007.

FERRARO, Kenneth F. *Fear of crime: interpreting victimization risk*. Albany, NY: Suny Press, 1995.

FRANKLIN, Cortney; FRANKLIN, Travis. Predicting fear of crime: considering differences across gender. *Feminist Criminology*, v. 4, n. 1, p. 83-106, 2009.

GAROFALO, James. Victimization and the fear of crime. *Journal of Research on Crime and Delinquency*, v. 16, n. 1, p. 80-97, 1979.

GIDDENS, Anthony. *The consequences of modernity*. Cambridge, UK: Polity Press, 1990.

GOODEY, Jo. Boys don't cry: masculinities, fear of crime and fearlessness. *British Journal of Criminology*, v. 37, n. 3, p. 401-419, 1997.

GRAY, Emily; JACKSON, Johathan; FARRALL, Stephen. Reassessing the fear of crime. *European Journal of Criminology*, v. 5, n. 3, p. 363-380, 2008.

HALE, Chris. Fear of Crime: a review of the literature. *International Review of Victimology*, v. 4, p. 79-150, 1996.

HALE, Chris; PACK, Pat; SALKELD, John. The structural determinants of fear of crime: an analysis using census and data from England and Wales. *International Review of Victimology*, v. 3, p. 211-223, 1994.

HIRTENLEHNER, Helmut; FARRALL, Stephen. Anxieties about modernization, concerns about communities, and fear of crime: testing two related models. *International Criminal Justice Review*, v. 24, n. 1, p. 5-24, 2013.

KERSHAW, Chris; TSELONI, Andromachi. Predicting crime rates, fear and disorder based on area information: evidence from the 2000 British Crime Survey. *International Review of Victimology*, v. 12, p. 293-311, 2005.

KILLIAS, Martin; CLERICI, Christian. Different measures of vulnerability in their relation of different dimension of fear of crime. *British Journal of Criminology*, v. 40, p. 437-450, Jun. 2000.

LEWIS, Dan A.; SALEM, Greta. Community crime prevention: an analysis of a developing strategy. *Crime and Delinquency*, v. 27, p. 405-426, 1986.

LIN, Nan. *Social capital: a theory of social structure and action*. New York: Cambridge University Press, 2001.

MACHADO, Lia Zanotta; BORGES, Antonádia; MOURA, Cristina Patriota. *A cidade e o medo*. São Paulo: Francis, 2014.

MELLO NETO, David Maciel. Zonas do medo: variações geográficas do sentimento de (in) segurança no suplemento Vitimização e Acesso à Justiça da PNAD de 2009. *Revista Brasileira de Segurança Pública*, v. 10, n. 2, p. 172-191, 2016.

PANTAZIS, Christina. Fear of crime, vulnerability and poverty. *British Journal of Criminology*, v. 40, p. 414-436, 2000.

PUTMAN, Robert. *Bowling alone: the collapse and renewal of an American Community*. New York: Simon & Schuster, 2000.

_____. *Making democracy work*. Princeton, NJ: Princeton University Press, 1993.

RODRIGUES, Corinne D.; OLIVEIRA, Valéria Cristina. Medo de crime, integração social e desordem: uma análise da sensação de insegurança e do risco percebido na capital de minas gerais. *Revista Teoria & Sociedade*, v. 20, n. 2, p. 1-29, 2012.

SACCO, Vincent F. Social support and fear of crime. *Canadian Journal of Criminology*, v. 35, p. 187-196, 1993.

SAMPSON, Robert J. *Great American city: Chicago and the enduring neighborhood effect*. Chicago, IL: The University of Chicago Press, 2012.

SAMPSON, Robert J.; RAUDENBUSH, Stephen W. Seeing disorder: neighborhood stigma and the social construction of broken windows. *Social Psychology Quarterly*, v. 67, n. 4, p. 319-342, 2004.

_____. Systematic social observation of public space: a new look at social disorder in urban neighborhoods. *American Journal of Sociology*, v. 105, p.603-651, 1999.

SAMPSON, Robert J.; RAUDENBUSH, Stephen W.; EARLS, Felton. Neighborhood and violent crime: a multilevel study of collective efficacy. *Science*, n. 277, p. 918-924, 1997.

SAMPSON, Robert J.; GRAIF, Corina. Neighborhood social capital as differential social organization. *American Behavioral Scientist*, v. 52, n. 11, p. 1579-1605, 2009.

SAMPSON, Robert J.; GROVES, W. Byron. Community structure and crime: testing social disorganization theory. *American Journal of Sociology*, v. 94, p. 774-802, 1989.

SCHAFER, Joseph; HEUBNER, Beth; BRYNUM, Timothy. Fear of crime and criminal victimization: gender based contrasts. *Journal of Criminal Justice*, v. 34, p. 285-301, 2006.

SHAW, Clifford R.; MCKAY, Henry D. *Juvenile delinquency in urban areas*. Chicago, IL: University of Chicago Press, 1942.

SILVA, Bráulio; BEATO FILHO, Claudio. Ecologia social do medo: avaliando a associação entre contexto de bairro e medo de crime. *Revista Brasileira de Estudos de População*, v. 30, p. 155-170, 2013.

SKOGAN, Wesley. G. *Disorder and decline: crime and the spiral of decay in American neighborhoods*. New York: The Free Press, 1990.

TSELONI, Andromachi; ZARAFONITOU, Christina. Fear of crime and victimization: a multivariate multilevel analysis of competing measurements. *European Journal of Criminology*, v. 5, n. 4, p. 387-409, 2008.

WARR, Mark; ELLISON, Christopher. Rethinking social reactions to crime: personal and altruistic fear in family households. *American Journal of Sociology*, v. 106, n. 3, p. 551-578, 2000.

WIKSTRÖM, Per-Olof; DOLMÉN, Lars. Urbanization, neighborhood social integration, informal social control, minor disorder, victimization and fear of crime. *International Review of Victimology*, v. 8, p. 121-140, 2001.

ZALUAR, Alba; RIBEIRO, Ana Paula Alves. Teoria da eficácia coletiva e violência: o paradoxo do subúrbio carioca. *Novos Estudos Cebrap*, n. 84, p. 175-196, 2009.



Antes das grades: perfis e dinâmicas criminais de mulheres presas em Minas Gerais

Recebido: 29.10.20
Aprovado: 08.07.21

Ludmila Ribeiro (<http://orcid.org/0000-0003-4304-2254>),
Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Belo Horizonte, MG, Brasil^I.

Natalia Martino (<https://orcid.org/0000-0001-5377-2993>),
Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Belo Horizonte, MG, Brasil^{II}.

Thais Lemos Duarte (<https://orcid.org/0000-0002-9149-7387>),
Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Belo Horizonte, MG, Brasil^{III}.

I. Ludmila Ribeiro é doutora em sociologia, professora no Departamento de Sociologia e pesquisadora no Centro de Estudos de Criminalidade e Segurança Pública (Crisp), ambos na UFMG. <lmlr@ufmg.br>.

II. Natalia Martino é doutoranda em ciência política e pesquisadora no Centro de Estudos de Criminalidade e Segurança Pública, ambos na UFMG. <natymartino@gmail.com>

III. Thais Lemos Duarte é doutora em ciências sociais, pesquisadora de pós-doutorado em sociologia e pesquisadora do Centro de Estudos de Criminalidade e Segurança Pública, UFMG. <thais-duarte@hotmail.com>.

Resumo: O aumento vertiginoso do número de mulheres presas no Brasil na última década, especialmente por tráfico de drogas, ocasionou a proliferação de estudos sobre criminalidade e encarceramento feminino. Parte majoritária desses trabalhos apresenta narrativas relacionadas aos papéis tradicionais de gênero para explicar o envolvimento das mulheres em redes ilegais, sendo a expressão “amor bandido é chave de cadeia” uma síntese dessa compreensão. A partir de uma pesquisa qualitativa e quantitativa com custodiadas por tráfico de drogas de unidades prisionais de Minas Gerais, analisamos em que medida esse enquadramento acadêmico condiz com os relatos das mulheres sobre suas trajetórias. De acordo com as presas, há uma convergência entre o campo de estudo da criminalidade feminina e o tratamento fornecido pelos atores do sistema de Justiça Criminal à questão. Essa homogeneidade das ideias, porém, não é suficiente para abarcar a diversidade de pertencimentos das mulheres aos mercados ilegais de drogas.

Palavras-chave: Criminalidade feminina. Tráfico de drogas. Papéis de gênero. “Amor bandido”. Sistema de Justiça Criminal.

Before the bars: Profiles and criminal dynamics of women prisoners in Minas Gerais

Abstract: The increase in the number of women prisoners in Brazil in the last decade, especially for drug trafficking, has led to the proliferation of studies on crime and female incarceration. A major part of these works presents narratives linked to traditional gender roles to explain the involvement of women in illegal networks, the expression “bandit love is the key to jail” being a synthesis of this understanding. Based on a qualitative and quantitative research with custodians for drug trafficking in Minas Gerais, we analyzed the extent to which this framework is consistent with women’s reports on their trajectories. According to the inmates, there is a convergence between the field of study on female crime and the treatment provided by the actors of the criminal justice

system to this issue. This homogeneity of ideas, however, is not enough to encompass the diversity of women's belongings to the illegal drug markets.

Keywords: Female crime. Drug trafficking. Gender roles. "Bandit love". Criminal justice system.

Apresentação

Nas últimas décadas, as mulheres “criminosas” têm recebido maior atenção por parte dos estudos voltados ao funcionamento do sistema de Justiça Criminal (Azevedo & Sinhoretto, 2018) e a descortinar as experiências femininas atrás das grades (Lourenço & Alvarez, 2018). Todavia, tais análises tendem a enquadrar as mulheres em relações de subordinação aos homens, seja como cuidadoras dos presos (Silvestre, 2012), seja como mulas ou guardadoras de drogas (Valença & Castro, 2018). Poucas são as pesquisas que analisam as escolhas pessoais, como discutido por Ludmila Carneiro (2015), Mônica Cortina (2015) e Mariana Barcinski (2009). Cabe questionar, portanto, se, de fato, os homens têm tamanho papel de destaque na vida delas ou se esse tipo de olhar deriva de vieses acadêmicos ou de órgãos relacionados à pauta penal.

De fato, chama atenção o aumento progressivo de mulheres privadas de liberdade (Carneiro, 2015): só entre 2006 e 2016 esse percentual cresceu 455% no Brasil, sendo a maioria delas autuada por tráfico de drogas (Ministério da Justiça, 2017). Se, em 2000, havia 5,6 mulheres presas para cada 100 mil mulheres, em junho de 2017 havia 35,6 para cada 100 mil (Ministério da Justiça, 2017). Enquanto os homens encarcerados por tráfico de drogas somam 30% da população carcerária masculina, as mulheres superam os 60% da feminina, indicando que esse delito é o principal motivo para o encarceramento delas (Ministério da Justiça, 2017). Em dezembro de 2019, o país contava com mais de 42 mil custodiadas (World Prison, 2020).

Neste contexto, a proposta deste artigo é analisar traços da trajetória criminal de presas por tráfico de drogas em duas unidades penitenciárias de Minas Gerais: o Complexo Penitenciário Feminino Estevão Pinto, em Belo Horizonte, e o Centro de Referência à Gestante Privada de Liberdade, em Vespasiano. Em específico, procuramos compreender as consonâncias e as dissonâncias entre o apontado por mulheres presas sobre as dinâmicas criminais por elas empreendidas em relação ao enquadramento dado a essas práticas pela literatura especializada e pelo sistema de Justiça Criminal. Para tanto, iremos analisar os relatos das custodiadas no que diz respeito às redes ilícitas relacionadas ao varejo de drogas que elas compunham – ou não –, bem como o contexto de suas prisões e de seus julgamentos.

O escrutínio desses depoimentos evidencia que as mulheres mantêm uma variedade de vínculos com os mercados ilegais, o que contrasta com o tratamento monolítico normalmente fornecido a elas. Para entender como a academia e o sistema de Justiça Criminal constrói a narrativa do “amor bandido como chave de cadeia”, ignorando o protagonismo dessas mulheres na construção de sua própria história, na próxima seção apresentaremos um breve apanhado de como classe, gênero e raça se entrecruzam, consubstanciando relações produtoras de dominações e opressões.

Reflexões sobre gênero e dinâmicas criminais

Abordar a dinâmica criminal feminina necessariamente requer discutir aspectos sociais e econômicos que se mesclam. A ideia de articular relações sociais de sexo e de classe foi proposta na França, ao final dos anos 1970, por Danièle Kergoat (1978) para desvelar, de maneira não mecânica, as práticas sociais de homens e mulheres diante da divisão social do trabalho em sua tripla dimensão: de classe, gênero e raça (Hirata, 2014).

Para Helena Hirata e Danièle Kergoat (2007), o problema do feminismo na França é consequência de o movimento não se atentar às questões de classes social e origem, fazendo com que as mulheres produzissem relações de exploração de suas semelhantes, sob o signo de que precisavam ocupar a vida pública. As mulheres brancas de classe média contratavam as pobres e imigrantes para a realização do trabalho doméstico, o que permitia às mais ricas conjugar as demandas entre cuidado e mercado de trabalho, ainda que às expensas daquelas que sequer conseguiam garantir a sua própria sobrevivência. Tal constatação sublinha a importância de se analisar conjuntamente as dominações estruturais, não contribuindo para sua reprodução.

Por isso, questões relativas à raça, ao gênero, à classe devem ser lidas conjuntamente, já que conferem trajetórias peculiares, em especial às mulheres (Scott, 1995). Donna Haraway (1995), identificando a tendência da ciência de reificação de papéis sociais, propôs a busca da “objetividade corporificada”: a construção de um conhecimento científico que não se pretenda transcendental, mas que assuma sua visão segmentada e a torne objetiva ao deixar clara a parcialidade. O que a autora sugere é a adoção de uma visão a partir dos grupos oprimidos, não por romantizar tal perspectiva, mas por saber que esse é o ponto de referência mais comumente apagado nas narrativas sociais hegemônicas.

Na mesma direção, Sandra Harding (2001) identifica três tradições de estudos feministas:

- i.* a fenomenológica, concentrada nas experiências das mulheres e nos significados que elas atribuem às vivências;
- ii.* a socialista, focada nos lugares sociais e econômicos destinados às mulheres;
- iii.* a culturalista, preocupada com a forma como os discursos sociais modelam a vida das mulheres.

Para a autora, é preciso conjugar essas três perspectivas na produção de um conhecimento não reificante da posição feminina.

Ao conjugar Hirata e Kergoat (2007), Haraway (1995) e Harding (2001), o nosso intento neste trabalho é apresentar uma leitura sobre o lugar ocupado por mulheres negras e pobres (interseccionando classe e raça) a partir dos discursos que elas próprias produziram. Num primeiro plano, destacamos a forma como se estrutura a discriminação social brasileira, que coloca a mulher negra no estrato mais baixo da pirâmide de classe e do prestígio ocupacional. Num segundo momento, problematizamos como essas mulheres têm suas narrativas silenciadas pelo sistema de Justiça Criminal que, ao invés de perguntar-lhes sobre as razões para o envolvimento com o tráfico de drogas, nega-lhes o poder de agência, atribuindo tal escolha a uma determinação masculina.

Para iniciar essa discussão, nos fundamentamos das reflexões de Lélia Gonzalez (2020), importante intelectual e ativista negra de nosso país. Ao analisar o contexto histórico brasileiro, a autora afirmou que o racismo, enquanto articulação ideológica e conjunto de práticas, denota sua eficácia estrutural na divisão racial do trabalho, compartilhada por todas as formações socioeconômicas contemporâneas. Embora boa parte da população brasileira tenha se pautado pelo mito da “democracia racial”, proposto por Gilberto Freyre (Schwarcz, 2013), a raça é um dos principais fatores de estruturação do sistema de classes e de prestígio ocupacional. Não à toa, é a população negra que compõe o exército de reserva ou a massa marginal crescente.

Logo, o que opera no país não é apenas uma discriminação efetiva, materializada nas desigualdades econômicas entre as pessoas de diferentes raças. Aciona também representações sociais mentais, que se reforçam e se reproduzem de múltiplas maneiras, institucionalizando um racismo cultural, que leva tanto algozes como vítimas a considerarem natural as pessoas negras desempenharem papéis sociais des-

valorizados (Gonzalez, 2020). Mais do que isso, entende-se como compreensível e justificável esses indivíduos serem alvos constantes do sistema de Justiça Criminal, como se fossem suspeitos em potencial (Gonzalez & Hasenbalg, 1982).

Cabe, pois, ao homem negro e pobre o trabalho precarizado e/ou cair nas malhas do controle estatal, sendo objeto de dura repressão. Em geral, seu destino ou é a morte ou é o cumprimento de pena em unidade de privação de liberdade (Gonzalez, 2020). Já a mulher negra vive sob tripla discriminação, pois os estereótipos impulsionados pelo racismo e pelo sexismo aumentam a opressão sobre ela (Ericson, 2020). Ela costuma exercer atividades destinadas ao conforto das classes mais abastadas para somar sua renda doméstica, acrescida da dupla jornada de trabalho. Longe de ser algo emancipador, esse tipo de tarefa a torna vulnerável ao abuso e ao assédio (hooks, 2020), por isso as mulheres negras são as mais susceptíveis às baixas ocupações no mercado de trabalho ou a se enquadrarem na categoria de “desalentadas” (Ericson, 2020).

A inserção em dinâmicas criminais se apresenta como uma das vias para as mulheres negras e pobres auferirem seu sustento e o de sua família (Carneiro, 2015; Cortina 2015; Barcinski, 2009). Sua caracterização social, como parte de um grupo tradicionalmente visto como “suspeito” pela raça e pelos locais de moradia marcados pela pobreza, as deixa também mais suscetíveis ao enquadramento da Justiça Criminal. No entanto, nem sempre a literatura sobre criminalidade feminina teve esse olhar sobre o problema. Em alguns casos, a apresentação do conhecimento científico como “superior” terminou por inferiorizar os subalternos, reificando lugares tradicionalmente destinados a esses grupos (Alcoff & Potter, 1993). A seguir, nos aprofundaremos nesse debate, expondo como as pesquisas nacionais retratam a inserção feminina nas redes do tráfico de drogas.

Como a literatura brasileira retrata a mulher no tráfico de drogas?

De acordo com Olga Espinoza (2004), a criminologia tendeu, por muito tempo, a analisar apenas os homens em contato com o sistema de Justiça Criminal, ignorando as especificidades das mulheres. O feminismo procurou reverter essa lacuna ao introduzir o olhar de gênero no sistema de punição. Para tanto, foi preciso estudar as mulheres de acordo com a visão de “mundo” delas próprias, o que significa compreendê-las a partir do questionamento da sociedade. Significa também propor políticas que não sejam baseadas na “reabilitação das presas”, mas na transformação “das relações sociais de sexo e das instituições que as sustentam” (Espinoza, 2004: 74-75). Infelizmente, poucos foram os avanços ocorridos nesse campo no cenário brasileiro.

O aprisionamento feminino começou a atrair atenção acadêmica no Brasil apenas nas duas últimas décadas, quando as taxas de encarceramento das mulheres passaram a crescer exponencialmente (Lourenço & Alvarez, 2018). Pouco sabemos sobre os mecanismos e os padrões que as levam ao cárcere, de modo que a maioria das análises focaliza as condições da privação de liberdade, sem compreender a trajetória pregressa dessas mulheres. Aqui cabe uma breve retomada dessa história.

Quando as primeiras prisões femininas foram inauguradas no Brasil, nos anos 1930, a “perturbação da ordem”, categoria que englobava delitos como prostituição e homicídios “passionais”, praticados contra maridos, filhos ou outros membros da família, constituíam os desvios que mais encarceravam as mulheres (Angotti & Salla, 2018). O primeiro tipo aprisionava, em especial, as pobres que precisavam trabalhar no espaço público (Angotti, 2012). Quando privadas de liberdade, ficavam separadas daquelas que tinham cometido homicídio. Em geral, quando uma mulher matava alguém, considerava-se que tinha agido por “loucura” em face até mesmo da própria condição feminina e suas variações hormonais. Por isso, seu crime era visto como menos gravoso (Ratton & Galvão, 2016), o que justificava a sua separação das demais nas unidades prisionais. Os trabalhos com enfoque histórico tenderam a não se estender para além da década de 1950.

Um lapso entre os anos 1960 e 1970, quando a narrativa sobre os cárceres brasileiros girou em torno das prisões políticas ocasionadas pela ditadura civil-militar, nos dificulta a compreensão de quando e como as detenções femininas começaram a ser acarretadas por crimes contra o patrimônio. Este foi o cenário encontrado por Julita Lemgruber (1999), posto que 60% das mulheres privadas de liberdade na década de 1980 ali estavam por delitos como roubo, ao passo que 20,8% tinham sido encarceradas por tráfico de entorpecentes. Se o perfil criminal mudou, essas análises mantiveram a reflexão de que as mulheres costumam ser duplamente punidas quando cometem um delito: primeiro, por terem rompido com uma regra do sistema de Justiça Criminal; segundo, por não atenderem aos papéis de gênero socialmente dominantes.

De fato, historicamente o universo de presas costuma ser expressivamente menor em relação ao de homens. Algumas pesquisas atribuíram tal proporcionalidade a uma maior leniência do sistema de Justiça Criminal em relação às mulheres (Ribeiro & Lopes, 2019). Não à toa, a partir de entrevistas com custodiadas no Complexo Penitenciário Estevão Pinto, no início dos anos 2000, Ludmila Ribeiro (2003) identificou que as mulheres acreditavam ser “invisíveis” às autoridades policiais. Entretanto, a criminalização dos comportamentos em decorrência do tráfico de drogas mudou radicalmente este cenário (Miyamoto & Krohling, 2012). Em 2000, pela primeira vez, os crimes relacionados às drogas superaram os delitos contra o patrimônio, sendo

responsáveis por 56% das prisões femininas no Brasil (Soares & Ilgenfritz, 2002). Foi nesse período que o encarceramento feminino começou a crescer proporcionalmente de forma mais rápida do que o masculino (Ministério da Justiça, 2017).

Para entender essa curva ascendente de mulheres em situação de cárcere, é preciso remeter à nova Lei de Drogas (Lei 11.343/2006). A legislação retirou a pena de prisão para usuários e, ainda, tornou o comércio de drogas um crime hediondo (Carneiro, 2015). No entanto, não apresentou formas objetivas de diferenciação entre consumo e venda, de forma que a classificação do ato se pauta, em boa medida, na discricionariedade de agentes de Segurança Pública, notadamente policiais (Valença & Castro, 2018). Com efeito, pessoas das classes baixas, geralmente negras e pobres, tendem a ser mais enquadradas como traficantes do que outros perfis socioeconômicos (Azevedo & Sinhoretto, 2018).

Em parte, isso ocorre porque esses grupos mais susceptíveis à criminalização pelo tráfico de drogas vivem em periferias (Carneiro, 2015). De acordo com Maria Ivone Cunha (2018), algumas tecnologias governamentais direcionam os policiais para espaços marginais urbanos, como se apenas nesses territórios o crime pudesse acontecer ou precisasse ser reprimido. No Brasil, o resultado foi a explosão de pessoas privadas de liberdade por crimes relativos às drogas, posto que os policiais tendem a concentrar suas atividades em que, na visão desses profissionais, o comércio de substâncias ilegais ocorre de forma mais visível. As mulheres seriam, assim, aprisionadas no mesmo contexto que os homens.

Acreditamos que foi em razão dessa coincidência do lugar territorial em que homens e mulheres de baixa renda são presos por tráfico de drogas que foi criada a tese sobre a afinidade entre relações emocionais e comerciais. Segundo Cortina (2015: 767), tal coincidência “não se explica somente através da superficial leitura de que foram aliadas ou influenciadas pelos companheiros e familiares envolvidos com a mercancia ilegal, apesar de tal circunstância de fato existir”. O tráfico de drogas é uma escolha pessoal, permitindo que as mulheres componham a renda doméstica juntamente com outros tipos de ocupações (Padovani, 2015). No entanto, mesmo dentro dos *networks* ilícitos, as mulheres tendem a ocupar as posições inferiores, se dedicando à realização de serviços desvalorizados, ou tarefas associadas ao feminino como cozinhar, limpar, embalar drogas ou realizar pequenas vendas (Carneiro, 2015).

Conclusões dessa natureza resvalam nas narrativas de que o amor bandido é “chave de cadeia” (Helses, 2014), com efeitos imediatos nos padrões de policiamento e de processamento do sistema de Justiça Criminal (Ribeiro & Lopes, 2019). Na expectativa de que os homens, se presos, irão pressionar suas mulheres a assumir

o negócio, os policiais realizam as famosas “batidas” nas residências, com vistas à apreensão de drogas e armas. No sistema prisional, na condição de visitas a homens privados de liberdade, essas mulheres se tornam vítimas de ações vexatórias de revista. Se encarceradas, “provindo dos mesmos bairros, as reclusas chegam à prisão articuladas em teias de interconhecimento combinando laços de parentesco, amizade e vizinhança” (Cunha, 2018: 6). Elas se auxiliam na reorganização de suas vidas, sendo que essa aproximação poderia mesmo facilitar a conexão das presas dentro de *networks* ilegais (Padovani, 2015).

Rosângela Gonçalves e Josiane Brito (2019) se dedicaram a compreender a inserção de mulheres nas rotinas do grupo criminal Primeiro Comando da Capital (PCC). O coletivo as incorpora em suas atividades e estruturas, mas em funções e papéis associados ao trabalho considerado “leve”, “limpo”, isto é, realizado sem violência. São atividades que demandam precisão, paciência, cuidado, afeto e altruísmo, de modo que as tarefas atribuídas às mulheres são sempre atreladas a uma concepção de feminilidade, sem retorno financeiro. Cabe a elas atividades circunscritas ao espaço doméstico, como repassar ordens de seus companheiros, cuidar da contabilidade, da organização e do tráfico de drogas.

Lucia Sena (2015), cujo estudo focou as redes do mercado ilegal de entorpecentes em Belo Horizonte, destoa dessas narrativas. Para ela, as mulheres ocupam diferentes posições na hierarquia das redes criminais, das mais baixas às mais altas. Desenvolveriam uma espécie de “funcionalidade moral”, não sendo apenas vítimas de características tradicionalmente imputadas às mulheres e consideradas inferiores em relação aos masculinos. Em alguns momentos, as mulheres instrumentalizariam tais atributos para atingir níveis mais elevados na criminalidade. Ou seja, mobilizam predicados socialmente considerados femininos, como passividade e cordialidade, para dissimular seu papel nas redes de tráfico de drogas, o que as garantiria maior lucratividade e menor visibilidade.

A partir dessas reflexões, uma dimensão que nos parece pouco problematizada na literatura, e da qual trataremos nos próximos tópicos, se relaciona ao fato de como as mulheres instrumentalizam a narrativa do “amor bandido como chave de cadeia” para garantir menor reprovação de suas condutas. Argumentamos que as mulheres talvez lancem mão de uma espécie de “funcionalidade moral” (Sena, 2015), com vistas a alcançar menores penas pelo tráfico de drogas. Com isso, elas seriam mais facilmente “desculpadas” da violação de seus papéis de gênero pela prática de um crime. Afinal, o crime só aconteceu porque elas estavam dando vida a um outro papel feminino: o de se sujeitar às demandas e vontades masculinas.

Aspectos metodológicos

Os dados analisados neste artigo foram coligidos no âmbito de um projeto de pesquisa desenvolvido entre os anos de 2017 e 2018, realizado com o apoio da Fapemig (APQ 01648-16) e aprovado pelo Comitê de Ética (Caae: 84242418.4.0000.5149). Este estudo compreendeu a coleta de informações quantitativas e qualitativas no Complexo Penitenciário Estevão Pinto e no Centro de Referência à Gestante Privada de Liberdade, ambos localizados na Região Metropolitana de Belo Horizonte.

Minas Gerais é um estado de destaque na temática do encarceramento feminino, abrigando mais de quatro mil presas, o que representa 10% da população prisional feminina brasileira (Ministério da Justiça, 2017). Do total de presas nos cárceres mineiros, 10% (ou quase 400) estão nas unidades por nós pesquisadas. O Complexo Penitenciário Estevão Pinto é a maior e mais antiga penitenciária para mulheres do estado e uma das mais antigas do Brasil, voltada a distintos tipos de cumprimento de pena (Martino, 2019). Já o Centro de Referência à Gestante Privada de Liberdade é uma unidade materno-infantil inaugurada em 2009 no município de Vespasiano, referência para outras experiências do gênero no Brasil e na América Latina (Chaves & Araújo, 2020). É a única unidade desse tipo no estado, portanto, recebe todas as mulheres gestantes e lactantes encarceradas em Minas Gerais.

Uma parte da investigação se referiu a um *survey* realizado com 170 das 396 custodiadas no Complexo Penitenciário Estevão Pinto e 25 das 51 internas do Centro de Referência à Gestante Privada de Liberdade, totalizando 195 questionários¹. Para a coleta desses dados, as pesquisadoras se dirigiram até as unidades e apresentaram às mulheres os objetivos do estudo. Em seguida, perguntaram se havia interessadas em responder ao formulário e, em caso positivo, iniciaram a entrevista. No Complexo Penitenciário Estevão Pinto, a aplicação dos questionários ocorreu nas celas e em ambientes laborais e, no Centro de Referência à Gestante Privada de Liberdade, nos pátios onde as mulheres passam a maior parte do dia. O instrumento abrangia, entre outros aspectos, questões sobre o perfil das presas, suas características familiares, as dinâmicas empreendidas durante o cometimento do(s) crime(s) que as levaram às unidades penitenciárias, além das condições em que foram presas e julgadas. Especificamente, cerca de 86% já tinham recebido uma sentença condenatória no momento de realização da pesquisa, ao passo que aproximadamente 14% aguardavam decisão judicial.

Além do *survey*, a pesquisa também abrangeu 22 entrevistas semiestruturadas com as custodiadas. Dezesseis foram desenvolvidas com mulheres acusadas ou conde-

1. Data base para cálculo da amostra com base no número de mulheres presas nas unidades: 01 de julho de 2017 (para o Centro de Referência à Gestante Privada de Liberdade) e 01 de fevereiro de 2018 (para o Complexo Penitenciário Estevão Pinto).

nadas por envolvimento com tráfico de drogas, nove delas da Complexo Penitenciário Estevão Pinto e sete do Centro de Referência à Gestante Privada de Liberdade. As conversas foram travadas a partir de convites realizados nos dias da pesquisa de campo, sendo efetivadas em salas reservadas, sem a presença de terceiros, e com a garantia de anonimato.

Nas próximas seções, procuramos apresentar como as mulheres entrevistadas tematizam seus envolvimento nas atividades de tráfico de drogas. Para tanto, utilizamos os dados quantitativos e qualitativos coletados. Com vistas à preservação da identidade das mulheres privadas de liberdade, as entrevistadas receberam nomes fictícios, que não guardam qualquer relação com seus nomes reais.

Tráfico e prisão

Dentre as entrevistadas, 58% foram enquadradas pelo sistema de Justiça Criminal como traficantes. Ao comparar este grupo com as demais custodiadas, não verificamos qualquer diferença estatisticamente significativa em termos de idade, cor da pele, grau de escolaridade ou existência de filhos fora da prisão. De fato, como pode ser observado na Tabela 1, tanto as presas por tráfico de drogas como por outros crimes são provenientes de estratos socioeconômicos mais baixos, são jovens, negras (pretas e pardas) e estudaram menos de nove anos (equivalente ao ensino fundamental completo). Ainda, a maioria tem filhos fora da prisão.

O perfil das entrevistadas é semelhante ao padrão geral das mulheres presas no Brasil e, também, ao de homens encarcerados (Ministério da Justiça, 2017). Essas similaridades podem ser visualizadas no Gráfico 1, a seguir, que demonstra como, apesar de o grupo entrevistado ter um nível médio de escolaridade um pouco mais alto e ser composto por uma porcentagem menor de pessoas negras, as categorias “ensino fundamental incompleto” e “negros” são predominantes. Isso confirma “a seleção discriminatória do sistema penal, pois submete à prisão mulheres jovens, mães de mais de um filho ou de mais de uma filha” (Cortina, 2015: 777), que poderiam estar trabalhando de forma regular no mercado de drogas, caso esse comércio não fosse criminalizado.

Nas análises subsequentes, focalizaremos apenas as entrevistadas acusadas ou condenadas por tráfico de drogas (106 mulheres), sendo que as demais serão consideradas do estudo em razão dos objetivos aqui propostos. Dividiremos o debate empírico a partir de três pontos centrais: *i.* traços das trajetórias e dinâmicas criminais relatadas pelas mulheres; *ii.* características das detenções que acarretaram a privação de liberdade; e *iii.* perfis dos julgamentos que levaram às condenações.

TABELA 1
PERFIL DAS MULHERES ENTREVISTADAS NA Complexo Penitenciário Estevão Pinto
E no Centro de Referência à Gestante Privada de Liberdade,
DE ACORDO COM O CRIME QUE LEVOU AO ENCARCERAMENTO

Perfil	Presa por tráfico		Presa por outros crimes	
	N	%	N	%
Idade				
Entre 18 e 29 anos	56	52,8%	34	38,2%
Entre 30 e 49 anos	45	42,5%	51	57,3%
Mais de 50 anos	5	4,7%	4	4,5%
Total	106	100,0%	89	100%
Qui-quadrado = 1,64, DF=2, P>0,050				
Cor da pele				
Negras (pretas e pardas)	87	82,1%	71	79,8%
Branças (brancas e amarelas)	19	17,9%	18	20,2%
Total	108	100,0%	89	100%
Qui-quadrado = 0,35, DF=1, P>0,050				
Escolaridade				
Ensino Fundamental incompleto	53	50,0%	31	34,9%
Ensino Fundamental completo	9	8,5%	12	13,5%
Ensino Médio incompleto	19	17,9%	17	19,1%
Ensino Médio completo	20	18,9%	20	22,5%
Ensino Superior incompleto	1	0,9%	3	3,4%
Ensino Superior completo	4	3,8%	6	6,7%
Total	106	100,0%	89	100%
Qui-quadrado = 4,297, DF=5, P>0,050				
Filhos fora da prisão				
Não	24	22,6%	22	24,7%
Sim	82	77,4%	67	75,3%
Total	106	100,0%	89	100%
Qui-quadrado = 0,251, DF=1, P>0,050				

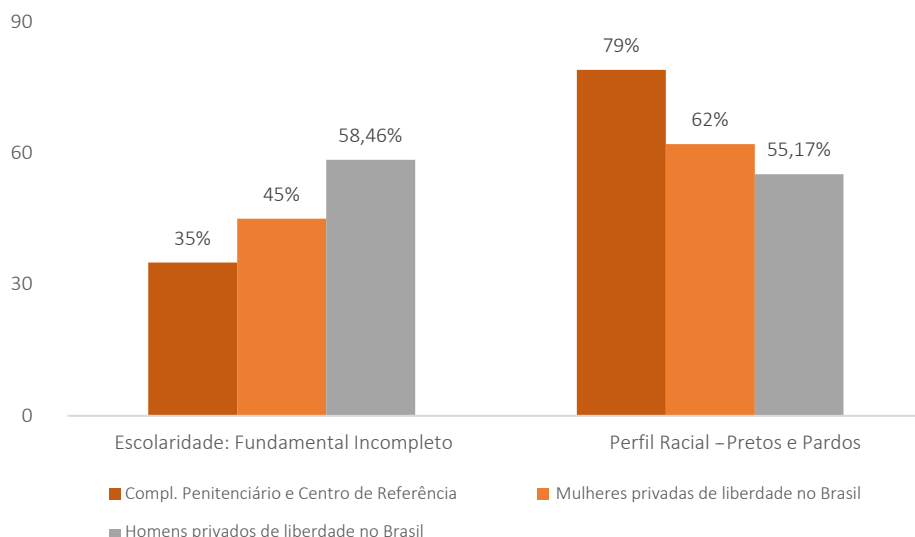
Fonte: Produzido a partir dos dados da pesquisa.

Trajetórias e dinâmicas criminais

A sociologia norte-americana se dedica cada vez mais a entender como o superencarceramento de homens jovens, negros e residentes de áreas periféricas aumenta o contato indireto das mulheres com as prisões. Por um lado, o fenômeno pode ser explicado em face das visitas que elas realizam aos parentes. Por outro, a questão está na vivência direta das engrenagens do sistema penal que, em razão da vigilância policial, as tornam suspeitas preferenciais quando um crime é registrado ou investigado (Melander, 2020).

Nossos dados corroboram ambas as hipóteses: 66% das entrevistadas indicaram ter tido algum parente preso em algum momento de sua vida, em especial irmãos e companheiros. Ou seja, familiares de presos tendem a ser criminalizados pelo

GRÁFICO 1
CATEGORIAS DE RAÇA E ESCOLARIDADE COM MAIOR INCIDÊNCIA
ENTRE O GRUPO ENTREVISTADO E OS GRUPOS DE MULHERES E HOMENS PRESOS NO PAÍS



Fonte: Produzido a partir dos dados da pesquisa e dos dados do **Infopen (2018)**.

sistema de Justiça Criminal, já que são vistos como criminosos potenciais (Carneiro, 2013; Silvestre, 2012). Chamamos atenção, porém, a outra parcela das custodiadas: 34% destacaram não ter familiares que já experienciaram a privação de liberdade, não sendo possível ignorar que esse conjunto constitui um número significativo dentre as estudadas. Dito de outro modo, em alguma medida, esse dado ajuda a desconstruir a perspectiva de que as mulheres apenas têm contato com o cárcere em razão de vivências relacionadas a outros parentes, sobretudo, seus parceiros. Muitas não tiveram familiares custodiados, inexistindo, pois, uma relação determinística entre a trajetória criminal da mulher e a do esposo privado de liberdade².

A despeito disso, como já destacado, a explosão da quantidade de mulheres privadas de liberdade relacionadas ao tráfico de drogas é explicada por grande parte da literatura e pelos operadores do sistema de Justiça Criminal como consequência direta do “amor bandido” (Helpes, 2014; Ribeiro & Lopes, 2019). O afeto obrigaria as mulheres a transportar a droga aos seus companheiros privados de liberdade, momento em que seriam presas em flagrante (Varella, 2017). As forçariam ainda a assumirem posição de distribuidoras nas redes criminais em razão da prisão do parceiro (Diniz, 2015; Queiroz, 2015). Nossos dados, porém, nos indicaram que esse enquadramento não é suficiente para entender as dinâmicas femininas no tráfico de drogas, em reforço a algumas outras pesquisas sobre o tema (Carneiro, 2015; Barcinski, 2009).

2. Para testar esse argumento com maior profundidade, foi feito um teste de correlação entre a mulher declarar-se reincidente e dizer que o companheiro estava preso e não foi encontrada associação estatisticamente significativa.

Embora parte das entrevistadas tenha indicado que, normalmente, as mulheres começam a participar de atividades criminosas por influência masculina (58,8%), um número substantivo delas afirmou o contrário (41,2%). Ao serem questionadas diretamente se tinham entrado nas atividades do tráfico em decorrência de seus relacionamentos com homens, apenas 23,5% forneceram uma resposta positiva. Rosa, que cumpria pena no Centro de Referência à Gestante Privada de Liberdade, foi uma das mulheres que afirmou ter entrado no mercado de drogas em razão do marido, destacando que os papéis de gênero tradicionais, que colocam a mulher como submissa ao homem, colaboram para esse impulsionamento. No entanto, ela mesma reforçou que a decisão final de se envolver ou não no crime é da mulher.

Entrevistada – Ah, porque, tipo assim, a mulher é submissa. Ela fica submissa ao homem. Homem manda e dá, às vezes, muito medo também. A mulher sempre fica submissa ao homem. Não adianta, eles... Esse jeito deles, machista de ser, são terríveis. O pai dos meus filhos, nó! Eu já levei droga no presídio. Ainda bem que eu não “rodei, tá!” O pai dos meus filhos!

Pesquisadora – E... Quase que você cai por causa disso?

Entrevistada – Não caí por causa dele, caí por causa de mim mesma [risos]. Não, toda vez que eu estava na Igreja, ele me perturbava, me perturbava para eu sair da Igreja. Está vendo como maldito o homem é? Depois que ele... Depois que o Satanás me colocou para fora da Igreja, aí eu tive que buscar meus recursos (Rosa, custodiada do Centro de Referência à Gestante Privada de Liberdade, entrevistada para a pesquisa).

Observamos, com base em nossos dados quantitativos, que, em termos genéricos, as custodiadas afirmam que os homens influenciariam a entrada das mulheres nas redes ilegais de drogas, mas, em termos das histórias individuais, essa narrativa é relativizada. As mulheres reconheceram o papel dos homens, ou como exemplo ou como parceiro nas redes ilegais, mas não renunciam ao poder de agência sobre as suas trajetórias. Maria, por exemplo, teria se inspirado na atuação do irmão mais velho, “o dono da favela”. Ele conseguia “dinheiro fácil” e, para seguir o mesmo caminho, ela entrou para outra rede, que não a do irmão, de forma a marcar sua independência. Já Alessandra nos contou o seguinte:

Pesquisadora: Quando você se envolveu foi por causa de algum homem também?

Entrevistada: Por causa dele, porque ele tava com mandado de prisão, então ao invés dele ir fazer as coisas que ele tinha que fazer, eu coloquei o peito na frente e falei que pode deixar que eu fazia. Aí teve uma certa época que eu falei: “Nós tem que parar”. Aí ele começou a trabalhar... (Alessandra, custodiada do Complexo Penitenciário Estevão Pinto, entrevistada para a pesquisa).

Ao perguntarmos às mulheres os fatores que as levaram a atuar de modo mais penoso em dinâmicas do tráfico, se sobressaíram como motivos o sustento (27,72%), seguido daquelas que indicaram razões diversas às listadas pelo questionário (17,8%), como desilusão amorosa, pouca maturidade, falta de sabedoria e busca de adrenalina. Outras razões foram também apontadas, como querer gastar o dinheiro angariado consigo mesmas (10,9%) e manter o vício em drogas (16,8%). Vale destacar, ainda, aquelas que disseram não vender, mas morar com alguém que era responsável pela mercadoria (17,8%), o que parece indicar a existência de uma política criminal que criminaliza sistematicamente familiares de traficantes de drogas (Carneiro, 2015).

Qualquer que seja o ângulo de análise, rompe-se, com base nessas respostas, com uma narrativa monolítica vigente, centrada na submissão das mulheres em relação aos homens no mundo do crime. A despeito da dispersão das respostas, é possível observar a centralidade da questão financeira na maioria das justificativas acionadas para o envolvimento com o tráfico. Nesta direção, Cortina (2015) indicou que o ingresso das mulheres no tráfico de drogas precisa ser entendido como um efeito da feminização da pobreza. Situações típicas desse fenômeno são aquelas em que as mulheres, conforme a condição social de gênero feminino, ficam responsáveis pelos filhos. E, dado o contexto de precariedade econômica em que vivem, veem aumentar as dificuldades financeiras com o fim do relacionamento amoroso/sexual. Como muitas vezes não dispõem de outras pessoas para dividir o sustento do lar, as mulheres de periferia precisam se submeter a trabalhos precários e de baixa remuneração e, não raramente, completar e renda com atividades ilegais. Laura ressaltou sua trajetória inicial de vida como dona de casa e esposa dedicada, mãe de quatro filhos, sobre os quais fez questão de dizer:

Gostaria de ressaltar, que meus filhos não são filhos de cada um, são filhos do primeiro cara que eu namorei e casei com ele, que ele mesmo não valia nada e abandonou eu e os meus meninos. Eu toda a vida trabalhei e cuidei dos meus filhos sozinha (Laura, custodiada do Complexo Penitenciário Estevão Pinto, entrevistada para a pesquisa).

Uma vez sozinha com os filhos, acabou por se enveredar na atividade de venda de drogas ilícitas: “eu falei assim: ‘Cansei! Eu preciso comprar um lugar para morar, eu preciso comprar um carro para andar, eu não aguento mais sofrer, não aguento’”. Essa foi a realidade mais comum dentre as nossas entrevistadas: apenas 26% alegaram não ter ocupação ou citaram as atividades criminais como única fonte de renda antes da prisão. Todas as demais apontaram outras medidas laborais, com destaque para trabalhos desenvolvidos no comércio (30%), no setor de beleza (10%), no

âmbito da saúde (9%) e como empregadas domésticas (6%). Outras 14% disseram atuar com “bicos” ou como “autônomas”.

Ou seja, às mulheres pobres e negras são destinados serviços precários, com baixa remuneração, gerando opressões sociais e econômicas (Gonzalez, 2020; hooks, 2020). Não obstante, 72,6% das entrevistadas apontaram que, ou ajudavam a sustentar a casa, ou arcavam totalmente com as despesas domésticas antes do aprisionamento. Isto é, embora não necessariamente justificassem seu envolvimento com o tráfico em razão da manutenção do lar, a grande maioria das custodiadas com quem conversamos salientou o seu papel de centralidade na subsistência da família. Uma delas, Rogéria, contou como a busca por melhores condições financeiras a motivou a entrar nas redes de tráfico de drogas.

Pesquisadora – E me conta uma coisa, Rogéria, muita gente fala que as mulheres acabam entrando no tráfico por causa dos maridos, dos irmãos, você acha que isso é verdade?

Entrevistada – Olha, a maioria aí é, mas eu, particularmente, eu entrei por minha opinião mesmo, eu entrei pelo meu sofrimento mesmo. Porque eu cansei mesmo, se eu te mostrar a foto, o jeito que eu trabalhava.

Pesquisadora – Por quê?

Entrevistada – Porque eu trabalhava, trabalhava e eu não conseguia, eu não conseguia, entendeu? Se eu falar com você eu não tenho culpa em reclamar da comida, eu passava necessidade e não era por falta de trabalhar, porque na minha família todo mundo trabalha desde o dia que nasce, todo mundo trabalha muito, por toda a vida eu trabalhei muito, eu carregava e descarregava caminhão, minhas mãos viviam pingando sangue. De todo o jeito que você pensar, eu não tenho medo. Hoje eu tenho um braço só, mas eu não tenho medo de trabalho (Rogéria, custodiada do Complexo Penitenciário Estevão Pinto, entrevistada para a pesquisa)

Ao analisar os dados estatísticos à luz das entrevistas qualitativas, podemos questionar se respostas como “se sustentar”, “ambição” e “gastos pessoais” têm diferenças tão marcadas como o *survey* pareceu indicar. A entrevistada Vera disse que o marido era “trabalhador”, mas sua atuação como pedreiro e pintor não era suficiente para cobrir todas as despesas da família. Ela, por sua vez, não podia sair de casa para trabalhar e deixar os dois filhos pequenos sozinhos. Em mais uma demonstração de como gênero e classe se inter cruzam nas trajetórias dessas mulheres, decidiu se engajar no tráfico, atividade que exercia de casa, para adquirir “coisas que ele (o marido) não podia comprar”. Ao ser perguntada sobre o que precisava ser consumido, ela citou itens de sobrevivência e não artigos considerados “supérfluos”.

Entrevistada: Exemplo, tem... é... ele fazia as compras (verdura, carne, gás, as coisas de comer, higiene). Mas, exemplo, faltava pra pagar uma conta de telefone, a conta de luz, a conta de água... aí ficava atrasando... aí tipo assim, eu não estava me sentindo bem e ele de uma certa forma começou a jogar isso na minha cara (Vera, custodiada do Complexo Penitenciário Estevão Pinto, entrevistada para a pesquisa).

Ideias como “ostentação” ou “gastos pessoais” podem estar intrinsecamente relacionadas a confortos básicos da vida urbana, numa tentativa de reproduzir padrões de vida da classe média. A entrevistada Fernanda, também do Complexo Penitenciário Estevão Pinto, disse ter ingressado na rede “por necessidade”. Depois explicou que precisava comprar fraldas e sustentar os filhos, ao que adicionou: “porque mulher é muito interessante, quer uma roupa boa, quer um sapato bom e querendo ou não a vida do crime é uma coisa bem mais fácil de arrumar dinheiro” (Fernanda, custodiada do Complexo Penitenciário Estevão Pinto, entrevistada para a pesquisa).

Outra característica manifestada nas entrevistas é a necessidade de manter uma atividade remunerada no ambiente doméstico, ao qual muitas vezes a mulher está confinada, seja por determinação do companheiro, seja por necessidade de cuidar dos filhos pequenos. Para Cortina (2015), esse tipo de imposição reforça a clássica divisão sexual do trabalho, que destina às mulheres o labor no mundo privado, normalmente não remunerado, formando os chamados “guetos femininos” nas atividades do tráfico. Assim, não é um mero detalhe o fato de 80% das entrevistadas serem mães. Em média, as presas tinham dois filhos, com o mínimo de um e o máximo de sete crianças. Como elas mesmas diziam, “são muitas bocas para se alimentar”, o que muitas vezes as impulsionava a conjugar as atividades lícitas com as ilícitas, para garantir um melhor padrão de vida para si e para os filhos.

Ao que pareceu, o trânsito entre as atividades lícitas e ilícitas era em certa medida camuflado, tanto que 34,4% das mulheres pontuaram que seus familiares não sabiam que estavam envolvidas em atividade no varejo de drogas. Em muitos casos, ocorria situação diversa, já que 32,2% das entrevistadas afirmaram que os parentes tinham conhecimento das dinâmicas criminais empreendidas, mas não participavam. Por sua vez, 18,9% das presidiárias disseram que seus familiares sabiam e estavam envolvidos nas ações de varejo. Por fim, 17,8% citaram não ter relação com o tráfico, mas moravam com pessoas com condutas enquadráveis como “traficantes”, sendo custodiadas em razão de crimes cometidos por pessoas próximas a elas. Para além dos familiares, ao serem questionadas sobre suas redes criminais, 59,8% das mulheres informaram ter praticado o ilícito em parceria com outra pessoa, de modo que as restantes (40,2%) disseram traficar sozinhas.

Em síntese, é inegável que muitas mulheres têm, em suas trajetórias, o imbricamento direto ou indireto das famílias e dos companheiros no comércio ilegal, algo também observado no trabalho de Cunha (2018). Isso, porém, pode ser contrastado com um universo considerável de mulheres que não relataram essa experiência, inexistindo um padrão homogêneo em suas trajetórias. Mais do que o envolvimento de parentes nas dinâmicas criminais, há alguma prevalência nas narrativas da função central das mulheres no sustento das famílias, em especial no que diz respeito aos filhos. E isso não pode ser desconsiderado na análise.

Dito de outro modo, o enredamento feminino no varejo de drogas atravessa questões ligadas às redes familiares e aos relacionamentos afetivos, mas não necessariamente na forma de “má influência” ou de mera subordinação. É a partir das estratégias mobilizadas por essas mulheres pobres para garantir o sustento financeiro das famílias e das maneiras como a vigilância policial recai sobre elas que precisamos olhar para o fenômeno da criminalidade e do aprisionamento feminino (Carneiro, 2015). Nesse sentido, nossos dados reforçam o argumento de Vera Telles (2013) acerca da transitividade entre o formal e o informal, legal e ilegal, centro das dinâmicas de periferias urbanas. Para sobreviver, as mulheres acionam tanto a renda decorrente de trabalhos legais como aquela advinda de atividades informais, conjugada às provenientes de ocupações no tráfico de drogas.

Diante disso, cabe-nos entender como essas diferentes trajetórias foram enredadas pelo sistema de Justiça Criminal. Para tanto, procuramos descrever como ocorreram as detenções, o que será analisado na próxima seção.

Características das detenções

Para apreender como as mulheres acusadas ou condenadas por tráfico de drogas foram capturadas pelo sistema de Justiça Criminal, incluímos em nossos questionários algumas perguntas sobre suas detenções. Um primeiro aspecto a ser depreendido dos dados quantitativos diz respeito à experiência das mulheres com a vida carcerária, já que o grupo das presas por tráfico de drogas se divide quase homogeneamente entre as rés primárias (49,1%) e as com passagens anteriores pela prisão (50,9%). Entre essas últimas, a média de vezes que uma entrevistada disse ter sido previamente presa foi de três vezes, com o mínimo de duas detenções e o máximo de dezoito. A maioria delas – um total de 36,8% – tinha sido privada de liberdade antes por tráfico, mesmo que a conduta tenha sido cometida em associação com outros crimes, como roubo e homicídio. Apenas 15% das mulheres indicaram ter sido presas anteriormente por delito alheio ao varejo de drogas.

As mulheres sublinharam diferenças consideráveis sobre a quantidade de drogas ou de dinheiro com que foram apreendidas, o que espelha posicionamentos e atuações diferentes no tráfico. Cabe destacar que 35% delas pontuaram não portar qualquer tipo de droga durante a prisão. Ou essas mulheres tiveram receio em expor algo que as incriminasse diante da pesquisa ou foram mesmo presas sem que portassem qualquer substância. Dentre as que apontaram carregar consigo algum tipo de droga, a Tabela 2 resume o quantitativo de substâncias apreendidas, a quantidade mínima, a máxima e a média.

TABELA 2
PORTE DE DROGA DURANTE A PRISÃO

Tipo de droga	Total de mulheres presas ^a	Mínimo apreendido (kg)	Máximo apreendido (kg)	Média apreendida (kg)	Desvio padrão
Maconha	23	0,01 ^b	97	14	25,65
Cocaína	27	0,01 ^c	4.470	180	859
Crack	22	0,01 ^d	7	0,5	1,40

a. Não foi possível obter informações para quatro mulheres.

b. Sem informação para 5 casos.

c. Sem informação para 5 casos.

d. Sem informação para 15 casos

Fonte: Produzido a partir dos dados da pesquisa.

3. Utilizamos a conversão proposta pelo Instituto Igarapé, em 2015, para construir a tabela, qual seja:
i. Pino de cocaína = 0,5 gramas;
ii. Pedra de crack = 0,3 gramas;
iii. Cigarro ou baseado de maconha = 0,1 grama.

4. Como se pode observar, os valores médios são flutuantes em face das grandes diferenças entre o mínimo e o máximo de droga. Esse dado nos ajuda a reforçar a hipótese de que as mulheres se enquadram em diferentes perfis criminais, não havendo um tipo de conduta homogêneo entre elas.

5. Valor correspondente a 4,7 vezes o valor do salário mínimo vigente no momento da pesquisa, que era de R\$ 950,00.

A pergunta do *survey* a respeito das quantidades de drogas apreendidas foi aberta, de forma que as respostas usaram medições diferentes, como cigarros ou gramas no caso de maconha, pinos ou quilos no caso de cocaína. Portanto, para construir a Tabela 2 fizemos a conversão das informações obtidas conforme a proposta do Instituto Igarapé³. A partir dos dados levantados por essa metodologia, nota-se que foram apreendidos, em média, 14 quilos de maconha, 180 quilos de cocaína e 0,5 quilos de crack⁴. Apenas 7% das mulheres portavam, concomitantemente, os três tipos de drogas durante sua prisão. Tamanha dispersão é também visível na quantidade de dinheiro que elas traziam no momento da prisão. Cerca de 27% portavam algum recurso financeiro, mas, no geral, em pequena quantidade. Duas presas indicaram possuir apenas dez reais, a despeito de outra ter mencionado levar consigo R\$ 4.500,00⁵.

Segundo Sena (2015), outra característica do mercado de drogas operado por mulheres é a ausência de arma de fogo. Esse padrão foi encontrado entre as entrevistadas: 12,7% delas portavam armas de fogo durante sua detenção, ao passo que apenas 5% detinham as chamadas armas brancas. Somente 16 mulheres portavam ambos os tipos de armamento, bem como apenas 14 dispunham de drogas e armas simultaneamente.

so, nossa pesquisa indicou que mais de um terço das mulheres (36,8%) foi presa em casa. Este padrão contrasta com os homens privados de liberdade pelo mesmo crime, os quais, em sua maioria, são presos em via pública. Juliana de Oliveira Carlos (2015) constatou que, em São Paulo, as mulheres têm duas vezes mais possibilidade de serem presas em domicílio e dez vezes mais de serem autuadas nas portas das unidades prisionais, em comparação aos locais de flagrante dos homens. Elena, interna do Complexo Penitenciário Estevão Pinto, além de narrar a forma como ocorreu sua detenção, destacou que não tinha qualquer droga consigo e, mesmo assim, foi presa.

Entrevistada – A minha abordagem foi pela polícia civil, eu estava dormindo em casa e aí estava eu e meu namorado, meu ex-namorado, e eles entraram invadiram mesmo. Uns vinte policiais, mais ou menos, todos armados, encapuzados, eu nem sabia se era polícia o que era, porque era cinco horas da manhã. E aí abordaram a gente, me algemou e colocou na sala e levou ele para a cozinha e ficou lá querendo saber onde estava droga, onde estava dinheiro, vasculharam minha casa toda, foi um dia difícil. Eu apanhei, assim não fisicamente, eles puxaram muito meu cabelo, porque não tem como detectar, eu fui muito... Eu tive muito medo assim, porque tinha muitas armas apontada para o meu lado, ele apanhou muito também, mas eu não vi, então foi um dia muito difícil. Eles entraram na minha casa cinco horas da manhã, eu fui para a delegacia umas nove, dez horas da manhã, então eles ficaram muito tempo com a gente lá torturando, querendo saber.

Pesquisadora – E eles acharam droga na sua casa?

Entrevistada – Não (Elena, custodiada do Complexo Penitenciário Estevão Pinto, entrevistada para a pesquisa).

O elevado número de entrevistadas que alegou ter sido presa em casa suscita duas hipóteses, não necessariamente excludentes entre si. A primeira é a de que, como mencionado, algumas mulheres efetivamente desenvolvem a atividade a partir do ambiente doméstico, de forma a conjugá-la com obrigações relacionadas, por exemplo, ao cuidado dos filhos. Nessa linha, teríamos a feminilização da pobreza empurrando-as ao comércio ilegal (Cortina, 2015), combinada com o lugar tradicionalmente atribuído à mulher (o âmbito doméstico), o que as permitiria realizar a atividade sem despertarem maiores suspeitas, como pressupõe o conceito de funcionalidade moral (Sena, 2015).

A segunda hipótese está mais associada ao funcionamento da Justiça Criminal, baseada no policiamento em áreas periféricas (Cunha, 2018), cujos alvos preferenciais são indivíduos relacionados a pessoas presas (Carneiro, 2015) ou sob suspeita em razão de sua cor (Gonzalez & Hasenbalg, 1982). Nesse caso, teríamos o estigma das

áreas pobres como determinante do crime (Gonzalez, 2020), além da criminalização de familiares de presos (Silvestre, 2012), o que reverberaria na prisão dos parentes de “líderes do tráfico”, mesmo que esses sujeitos não estejam envolvidos, direta ou indiretamente, com o mercado ilegal (Carlos, 2015). A entrevistada Gabriela, ao contar sobre sua prisão, evidenciou uma das formas como o encarceramento pode ser o resultado do aumento da vigilância sobre as pessoas que circundam alguém que já está ou esteve privado de liberdade. Ela alegou ter sido capturada a partir de escutas telefônicas da polícia sobre o namorado, que era egresso do sistema prisional.

Entrevistada: É o contato que ele tinha comigo, ele saía comigo andava no meu carro e eu andava no dele, então eles colocaram assim, eles usaram muitas “sinopses” mesmo para poder falar, as vezes eu falava: “Ah eu estou indo na padaria” e eles entendiam que eu estava indo... entendeu? Fazer algo que era ilícito no caso (Gabriela, custodiada do Complexo Penitenciário Estevão Pinto, entrevistada para a pesquisa).

A hipótese da prisão de familiares de pessoas presas ou egressas do sistema prisional a partir do aumento da vigilância sobre as mulheres tem sido amplamente sustentada pela literatura relativa à seletividade penal (Valença & Castro, 2018). Suas ideias são de fundamental importância para entender o processamento criminal das mulheres posteriormente às suas detenções, como veremos na próxima seção.

Perfis dos julgamentos

De acordo com o nosso *survey*, ao serem perguntadas sobre quais foram as pessoas que figuraram como testemunhas em seus processos judiciais, 55,6% das entrevistadas citaram apenas os policiais que efetuaram as suas prisões. Por seu turno, 33,1% indicaram que, além dos agentes de segurança, vizinhos e parentes foram testemunhas. Apenas 5,1% delas não apontaram o envolvimento de policiais na tramitação de seus casos no sistema de Justiça. Esse padrão tem sido constatado nas pesquisas sobre funcionamento do sistema de Justiça Criminal, as quais sublinharam que a palavra do policial responsável pelo flagrante tem o *status* de verdade real, viabilizando a condenação incontestada daquele sujeito (Jesus, 2020).

A narrativa policial ajuda até mesmo a corroborar a visão de que as mulheres cometem crimes em razão do “amor bandido” (Helses, 2014), mesmo que muitas digam não só o contrário, como também narrem a não participação em atividades ilegais. Conforme o relato a seguir, parece existir, ao mesmo tempo, uma dissociação entre as investigações policiais que levaram ao convencimento judicial e a descrição das mulheres sobre suas inserções nas redes criminais.

Na pirâmide que eles (*os policiais*) fizeram (*no inquérito*), eles fizeram a divisão de três partes, a primeira, a segunda e a terceira. As mulheres ficaram na terceira parte, que eram das companheiras dos traficantes que ajudavam, gastavam o dinheiro, ajudavam a esconder. Tipo, eu sabia que ele era um traficante, então eu ajudava ele de uma certa forma por não denunciar, por não entregar para a polícia, por usar o dinheiro, por morar e usufruir (Elena, custodiada do Complexo Penitenciário Estevão Pinto, entrevistada para a pesquisa).

A entrevistada Elena, apesar de negar o envolvimento com os negócios do tráfico, demonstrou certo conformismo com a decisão judicial, posto que reconheceu que não denunciava e que usufruía do dinheiro auferido no tráfico. Não contestou, portanto, a decisão judicial, padrão comum a outras das entrevistadas. Apesar de essa narrativa afirmar o lugar da mulher como culpada, mais pela passividade do que por atos criminais em si, ao observar as condenações resultantes desses processos, notamos que as penas aplicadas são altas, com o mínimo de um ano e meio e o máximo de 33,6 anos, com a média de 9 anos. A maioria delas (59,9%) recebeu penas entre cinco e nove anos de prisão, ao passo que 27% foram condenadas a penas entre 10 e 14 anos.

Embora em número menor, chama atenção o fato de que 7,5% das mulheres tiveram penas de até quatro anos, o que, conforme a legislação penal brasileira, poderia gerar a conversão da privação de liberdade em outros tipos de sanção, como penas restritivas de direitos. Ou seja, há mulheres presas por tráfico que poderiam estar em liberdade. Ao cruzar os tempos de pena com outras características criminais relatadas pelas mulheres, não há um padrão que indique associação direta entre as dinâmicas narradas e suas condenações (Tabela 3).

A maioria das interlocutoras (74,5%) alegou ter sido condenada apenas pelo crime de tráfico de drogas, ao passo que 19,8% disseram ter sido presas por tráfico e outro crime não listado em nosso *survey*. Do ponto de vista estatístico, o tipo de crime pelo qual a mulher foi condenada está associado ao tempo médio de prisão que ela precisará cumprir. Aquelas sentenciadas somente por tráfico de drogas receberam, em média, oito anos de prisão, o que contrasta diretamente com as entrevistadas julgadas também por homicídio (22,5 anos, em média), por roubo (10,3 anos, em média) ou por algum outro crime (12,7 anos, em média).

A Tabela 3 indica que não há diferença estatisticamente significativa nos anos de condenação entre as mulheres com passagem anterior pelo sistema prisional em comparação às que informaram estar em contato com o cárcere pela primeira vez.

TABELA 3
MÉDIAS DE TEMPOS DE PENAS DAS PRESAS CONDENADAS
DO CENTRO DE REFERÊNCIA À GESTANTE PRIVADA DE LIBERDADE E DO COMPLEXO
PENITENCIÁRIO ESTEVÃO PINTO, POR CONDENAÇÕES ANTERIORES,
ASSOCIAÇÕES PARA O TRÁFICO E COMETIMENTO DE OUTROS CRIMES^a

Padrão	N	Mínimo	Máximo	Mediana	Média	Desvio
Quantas vezes você já foi presa?						
É a primeira vez	43	1,7	27,3	9,0	9,3	4,2
Mais de uma vez	50	2,5	33,6	7,5	9,4	6,5
Anova=0,000, DF=91, p>0,050						
Por qual delito você está presa?						
Tráfico de drogas (33)	70	1,7	19,0	7,5	8,0	3,1
Tráfico de drogas (33), Homicídio (121)	2	12,0	33,0	22,5	22,5	14,8
Tráfico de drogas (33), Outro	19	2,5	33,6	10,0	12,7	8,2
Tráfico de drogas (33), Roubo (157)	2	6,2	14,5	10,3	10,3	5,9
Anova=9,526, DF=91, p<0,000	93	1,7	33,6	8,0	9,4	5,5
Como você cometeu o crime?						
Cometeu sozinha	39	2,5	33,0	7,0	8,2	4,8
Cometeu com alguém	51	1,7	33,6	9,0	10,2	6,0
Anova=3,012, DF=89, p>0,050	90	1,7	33,6	7,9	9,3	5,6

a. Nove presas eram provisórias e, por isso, não responderam à questão sobre tempo de pena.

Fonte: Produzido a partir dos dados da pesquisa.

A média de pena de ambas é de nove anos. A condição de ré primária não foi, para as entrevistadas, garantia de penas mais brandas, o que gera certa revolta entre as custodiadas, como nos relatou Clara.

Entrevistada – Eu falo por mim assim, eu não aceito a minha pena sabe? Assim, hoje eu já vejo ela, que eu tenho que pagar o tempo que eu tenho que pagar, mas eu por ser réu primária por ter residência fixa, não ter passagem nenhuma em delegacia e nem nada eu creio que meu julgamento contém muitos erros. Então meu processo está sendo revisado, estou esperando apelação que vai para a segunda instância, já tem um ano e quatro meses e eu estou no aguardo para ver se cai para eu poder ir embora desse lugar (Clara, custodiada da Complexo Penitenciário Estevão Pinto, entrevistada para a pesquisa).

A custodiada mobilizou características de sua trajetória que, legalmente, deveriam resultar em redução ou aumento da pena. No entanto, em sua avaliação, tais questões não impactaram na decisão judicial. Retomando a Tabela 3, observamos que o cometimento do crime sozinhas também não pareceu ser preditor das penas, embora, legalmente, ter praticado o delito com outras pessoas possa aumentá-la, con-

forme disposto no artigo 35 do Código Penal. Ainda que as presas que realizaram o crime acompanhadas tenham recebido pena um pouco maior do que aquelas que o desenvolveram sozinhas (em média 10,2 anos *versus* 8,2 anos, respectivamente), essa diferença não é estatisticamente significativa.

Sobre esse ponto, Sena (2015) indicou existir diferenças significativas entre as dinâmicas de comércio de entorpecentes conduzidas por mulheres sozinhas e em parceria com outros indivíduos. A sobrevivência feminina no comércio de bocas, aquele realizado por pessoas de baixa renda, é estruturada a partir de “agentes cujas conexões estabelecem vínculos de subordinação relativos às posições hierárquicas das ocupações desempenhadas” (Sena, 2015: 57). Como estão diretamente vinculadas a outros sujeitos no *network* criminal, as mulheres pobres tendem a revender a mercadoria com a ajuda de alguém para garantir proteção e segurança. Situação distinta é encontrada no comércio identificado como “empreendedor”, em que as mulheres atuam sozinhas, por já estarem protegidas de clientes desonestos ou agressivos, “devido às restrições de reputação de classe atribuídas a essa droga” (Sena, 2015: 56).

Em outras palavras, o cometimento do delito em conjunto com outras pessoas pode ser uma relevante variável para entender as dinâmicas criminais. Entretanto, os relatos femininos sobre as práticas conduzidas, cruzados com as penas recebidas, não pareceram indicar que os órgãos públicos levem essas diferenças em consideração. Ou seja, assim como a literatura da área, o sistema de Justiça Criminal parece não ser capaz de processar as diferentes formas de pertencimento das mulheres às redes criminais. Características das trajetórias relatadas por elas, que incluem prisões anteriores, associações de outras pessoas para o cometimento do crime e quantidade de drogas envolvida pareceram não se relacionar com as prisões e penas aplicadas. Há indicativos, ainda, de que esse sistema tende a compreendê-las a partir de uma imagem homogeneizada (Ribeiro & Lopes, 2019), que encontra na literatura da área um espelho de mulheres orientadas por seus companheiros (Helpes, 2014).

Esse reflexo não foi necessariamente traduzido nas narrativas das mulheres com quem conversamos. Em algumas situações, elas até acionaram a narrativa do “amor bandido” como justificativa para a entrada no crime, mas reforçaram que a escolha final é da própria mulher. Os policiais, por sua vez, tendem a vigiá-las com enorme intensidade, especialmente, quando possuem um companheiro nas redes de revenda de mercadoria ilegal. As narrativas desses agentes são incontestáveis aos olhos da Justiça (Jesus, 2020). Nesse caso, elas poderiam até acionar a submissão aos homens como uma “funcionalidade moral” (Sena, 2015) para garantir menores punições. Todavia, como nos relataram as entrevistadas, isso parece não funcionar, já que suas punições

não são suavizadas nem mesmo diante de requisitos legais, como a primariedade ou a ausência de outras pessoas na prática do delito. O que vemos é um sistema de justiça bastante empenhado em puni-las com rigor pela prática do tráfico de drogas.

Considerações finais

O nosso objetivo neste artigo foi compreender as consonâncias/dissonâncias entre o apontado por mulheres presas por tráfico de drogas sobre as dinâmicas criminais por elas empreendidas vis-à-vis o enquadramento dado a essas práticas pela literatura especializada e pelo sistema de Justiça Criminal. Em boa medida, pareceu existir uma convergência entre as narrativas. Entretanto, tais perspectivas parecem não conseguir abarcar a multiplicidade de experiências dessas mulheres.

Ao analisarmos as trajetórias das participantes da pesquisa, evidenciadas tanto na fase quantitativa quanto na qualitativa, notamos que, nas diversas dimensões discutidas, não há uma tendência única. O número de presas pela primeira vez foi quase o mesmo daquelas já encarceradas anteriormente. Embora a maioria das mulheres tenha afirmado que algum de seus familiares já foi privado de liberdade, um número grande não teve essa experiência. A impossibilidade de construção de uma narrativa única se estendeu ainda a outras características das dinâmicas relatadas, desde as motivações ao engajamento no mercado ilegal de drogas até o envolvimento de outros indivíduos nas práticas delituosas. A mesma conclusão se pode extrair das condições das prisões das mulheres: há uma grande dispersão nos dados relativos à quantidade de drogas, de dinheiro e de armas apreendidos.

A despeito da diversidade de relatos, o tempo de condenação dessas mulheres pareceu não espelhar as características dos crimes por elas narrados. Ser ou não ré primária, bem como cometer o crime sozinha ou em associação a terceiros, não foram preditores das penas. Para entender esse descolamento, encontramos nas entrevistas qualitativas indícios de que as condenações tenderam a refletir mais uma compreensão geral e monolítica dos atores do sistema de justiça a respeito da criminalidade feminina ao invés de espelhar os casos individuais.

A percepção majoritária entre os operadores da Justiça Criminal pareceu convergir com ideias que dominam a literatura da área. Para ambos, haveria uma associação intrínseca entre a criminalidade feminina, os relacionamentos familiares e os afetos das mulheres envolvidas com tráfico de drogas. No entanto, ao analisar os relatos das trajetórias individuais das entrevistadas, essa narrativa se mostra insuficiente para explicar a heterogeneidade das dinâmicas estabelecidas pelas mulheres. Apesar disso, não deixa de ser notável que esse enquadramento, com o qual as custo-

diadas em sua maioria demonstrou não se identificar, é repetido por elas quando são realizadas perguntas mais gerais sobre criminalidade feminina. Não à toa, muitas disseram que as mulheres em geral se envolvem em dinâmicas delituosas em face do padrão de ação masculino.

Essa repetição demonstra como a ideia de que o “amor bandido é chave de cadeia” é forte entre atores do universo penal – sejam eles atores da Segurança Pública, operadores do direito, sejam as próprias mulheres privadas de liberdade. Por isso, não conseguem separar essa ideia homogeneizante dos casos individuais sobre os quais são instados a agir. Já as mulheres que vivenciam “na pele” o “peso do cárcere” têm narrativas bastante elaboradas sobre como o mundo legal e ilegal se inter-relacionam em suas próprias histórias.

Referências

ADORNO, Sergio; DIAS, Camila Nunes. Cronologia dos “Ataques de 2006” e a nova configuração de poder nas prisões na última década. *Revista Brasileira de Segurança Pública*, v. 2, p. 118-132, 2016.

ALCOFF, Linda Martin; POTTER, Elizabeth. Introduction. In: _____. *Feminist epistemologies*, New York: Routledge, 1993.

ANGOTTI, Bruna. *Entre as leis da ciência, do Estado e de Deus: o surgimento dos presídios femininos no Brasil*. São Paulo: Ibccrim, 2012.

ANGOTTI, Bruna; SALLA, Fernando. Apontamentos para uma história dos presídios de mulheres no Brasil. *Revista de História de las Prisiones*, v. 6, p. 7-23, 2018.

AZEVEDO, Rodrigo Ghiringhelli; SINHORETTO, Jacqueline. O sistema de justiça criminal na perspectiva da antropologia e da sociologia. *Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais (BIB)*, n. 84, v. 2, p. 188-215, 2018.

BARCINSKI, Mariana. Centralidade de gênero no processo de construção da identidade de mulheres envolvidas na rede do tráfico de drogas. *Ciências Saúde Coletiva [online]*, v. 14, n. 5, p.1843-1853, 2009. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S1413-81232009000500026>>.

CARLOS, Juliana de Oliveira. *Política de drogas e encarceramento em São Paulo, Brasil*. London: International Drug Policy Consortium, 2015.

CARNEIRO, Ludmila Gaudad Sardinha. *Mulas, olheiras, chefas & outros tipos: heterogeneidade nas dinâmicas de inserção e permanência de mulheres no tráfico de drogas em Brasília-DF e na cidade do México*. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade de Brasília, Brasília, 2015.

_____. Em busca dos direitos perdidos: ensaio sobre abolicionismos e feminismos. *Revista Jurídica da Presidência*, v. 15 n. 107, p. 605- 630, 2013.

CHAVES, Luana Hordones; ARAÚJO, Isabela Cristina Alves. Gestação e maternidade em cárcere: cuidados de saúde a partir do olhar das mulheres presas em uma unidade materno-infantil. *Physis: Revista de Saúde Coletiva*, v. 30, n. 1, 2020.

CORTINA, Mônica Ovinski Camargo. Mulheres e tráfico de drogas: aprisionamento e criminologia feminista. *Revista Estudos Feministas*, v. 23, n. 3, p. 761-778, 2015.

CUNHA, Maria Ivone. Entre o bairro e a prisão: tráfico e trajectos. Lisboa: Etnográfica Press, 2018.

DAUDELIN, Jean; RATTON, José Luis. Mercados de drogas, guerra e paz no Recife. *Tempo Social*, v. 29, n. 2, p. 115-134, 2017.

DIAS, Camila Nunes. *Da pulverização ao monopólio da violência: expansão e consolidação do Primeiro Comando da Capital (PCC) no sistema carcerário paulista*. Tese (Doutorado em Sociologia) – Departamento de Sociologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.

DINIZ, Debora. *Cadeia: relato sobre mulheres*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2015.

ERICSON, Sóstenes. “Desalentadas”: subjetivação em dizeres sobre as mulheres que desistiram de procurar trabalho. *Revista Katálisis*, v. 23, n. 3, p. 707-719, 2020.

ESPINOZA, Olga. *A mulher encarcerada em face do poder punitivo*. São Paulo: Ibcrim, 2004.

GONÇALVES, Rosângela Teixeira; BRITO, Josiane Silva. Os acordos entre o PCC e o Estado: a disseminação do comando nas unidades femininas de São Paulo. *O Público e o Privado*, n. 33, p. 41-72, 2019.

GONZALEZ, Lélia. A mulher negra na sociedade brasileira: uma abordagem político-econômica. In: RIOS, Flavia; LIMA, Márcia (Orgs.). *Por um feminismo afro-latino-americano*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 2020.

GONZALEZ, Lélia; HASENBALG, Carlos Alfredo. *Lugar de negro*. São Paulo: Marco Zero, 1982.

GRILLO, Carolina Christoph; POLICARPO, Frederico; VERÍSSIMO, Marcos. A “dura” e o “desenrolo”: efeitos práticos da nova Lei de Drogas no Rio de Janeiro. *Revista de Sociologia e Política*, v. 19, n. 40, p. 135-148, 2011.

HARAWAY, Donna, “Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial”. *Cadernos Pagu*, v. 5, p. 7-42, 1995.

HARDING, Sandra. Comment on Walby’s against epistemological chasms: the science question in feminism revisited. *Signs: Journal of Women in Culture and Society*, v. 26, n. 2, p. 511-525, 2001.

HELPES, Sintia Soares. *Vidas em jogo: um estudo sobre mulheres envolvidas com o tráfico de drogas*. São Paulo: Ibccrim, 2014.

HIRATA, Helena. Gênero, classe e raça Interseccionalidade e consubstancialidade das relações sociais. *Tempo Social*, v. 26, n. 1, p. 61-73, 2014. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0103-20702014000100005>>.

HIRATA, Helena; KERGOAT, Danièle. Novas configurações da divisão sexual do trabalho. *Cadernos de pesquisa* 37, n. 132, p. 595-609, 2007.

HOOKS, bell. *O feminismo é para todo mundo: políticas arrebatadoras*. 13. ed. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2020.

KERGOAT, Danièle. Ouvriers = ouvrières? Propositions pour une articulation théorique de deux variables: sexe et classe sociale. *Critiques de l’Économie Politique*, v. 5, nouvelle série, p. 65-97, 1978.

JESUS, Maria Gorete Marques. Verdade policial como verdade jurídica: narrativas do tráfico de drogas no sistema de justiça. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 35, n. 102, 2020.

LEMGRUBER, Julita. *Cemitério dos vivos: análise sociológica de uma prisão de mulheres*. 2. ed., Rio de Janeiro: Forense, 1999.

LOURENÇO, Luiz Claudio; ALVAREZ, Marco Cesar. Estudos sobre prisão: um balanço do estado da arte nas ciências sociais nos últimos vinte anos no Brasil (1997-2017). *Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais (BIB)*, n. 84, v. 2, p. 1-9, 2018.

MARTINO, Natália Cristina Costa. *Mulheres encarceradas: cruzamento entre redes familiares e redes prisionais*. São Paulo: IBCCRIM, 2019.

MELANDER, Lisa. Keeping connected while living apart: an exploration of a prison contact maintenance program. *Journal of Offender Rehabilitation*, v. 59, n. 5, p. 267-284, 2020.

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA. *Relatório temático sobre as mulheres privadas de liberdade*. Brasília: Departamento Penitenciário Nacional, Jun. 2017.

MIYAMOTO, Yumi; KROHLING, Aloísio. Sistema prisional brasileiro sob a perspectiva de gênero: invisibilidade e desigualdade social da mulher encarcerada. *Direito, Estado e Sociedade*, n. 40, p. 223-241, 2012.

PADOVANI, Natalia Corazza. *Sobre casos e casamentos: afetos e “amores” através de penitenciárias femininas em São Paulo e Barcelona*. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade de Campinas, Campinas, 2015.

QUEIROZ, Maria Lucena. A abordagem feminista das relações internacionais e violações de direitos humanos no Brasil – uma discussão sobre o sistema prisional. *Revista Transgressões: Ciências Criminais em Debate*, v. 3, n. 2, p. 5-31, 2015.

RATTON, José Luis; GALVÃO, Clarissa. Para além da maldade, da loucura e da vitimização: agência intencional e volição em crimes violentos praticados por mulheres. *Civitas – Revista de Ciências Sociais*, v. 16, n. 1, p. 26-41, 2016.

RIBEIRO, Ludmila Mendonça Lopes. *Análise da política penitenciária feminina do estado de Minas Gerais: o caso da Penitenciária Industrial Estevão Pinto*. Dissertação (Mestrado em Administração Pública) – Fundação João Pinheiro, Belo Horizonte, 2003.

RIBEIRO, Ludmila Mendonça Lopes; LOPES, Tacyana. Justiça criminal e gênero: o fluxo do tráfico de drogas em Montes Claros, Minas Gerais, de 2009 a 2014. *Dilemas – Revista de Estudos de Conflito e Controle Social*, v. 12, n. 2, p. 401-426, 2019.

SCHWARCZ, Lilia. *Nem preto nem branco, muito pelo contrário: cor e raça na sociabilidade brasileira*. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Educação e Realidade*. v. 20, n. 2, p. 71-99, 1995.

SENA, Lucia Lamounier. *I love my White: mulheres no registro do tráfico ilegal de drogas*. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais, Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2015.

SILVESTRE, Giane. *Dias de visita: uma sociologia da punição e das prisões*. São Paulo: Alameda, 2012.

SOARES, Barbara Musumeci; ILGENFRITZ, Iara. *Prisioneiras: vida e violência atrás das grades*. Rio de Janeiro: Garamond, 2002.

SOUZA, Luis Antonio. Francisco. As contradições do confinamento no Brasil: uma breve revisão da bibliografia sobre encarceramento de mulheres. *Sociedade em Debate*, v. 22, n. 2, p. 127-156, 2016.

TELLES, Vera. Jogos de poder nas dobras do legal e ilegal: anotações de um percurso de pesquisa. *Serviço Social e Sociedade*, n. 115, p. 443-461, 2013.

VARELLA, Drauzio. *Prisioneiras*. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.

VALENÇA, Manuela Abath; CASTRO, Helena Rocha C. de. Mulheres e drogas sob o cerco policial. *Revista Brasileira de Ciências Criminais*, n. 146, p. 483-514, 2018.

WORLD PRISON. *World prison brief data*. Disponível em: <<https://www.prisonstudies.org/world-prison-brief-data>>. Acessado em: Ago. 2020.



Auxílio Emergencial em tempos de pandemia*

Recebido: 31.08.20
Aprovado: 06.05.21

Mani Tebet Marins (<https://orcid.org/0000-0002-3524-4465>),
Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), Seropédica, RJ, Brasil,
Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Rio de Janeiro, RJ, Brasil^I.

Mariana Nogueira Rodrigues (<https://orcid.org/0000-0001-9724-0446>),
Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Rio de Janeiro, RJ, Brasil^{II}.

Jéssica Maldonado Lago da Silva (<https://orcid.org/0000-0002-0188-0375>),
Universidade Federal Fluminense (UFF), Rio de Janeiro, RJ, Brasil^{III}.

Karen Cristina Martins da Silva (<https://orcid.org/0000-0001-8047-1408>),
Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), Seropédica, RJ, Brasil^{IV}.

Paola Loureiro Carvalho (<https://orcid.org/0000-0002-3073-2494>),
Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Porto Alegre, RS, Brasil^V.

Resumo: Este artigo investiga o panorama internacional da implementação do Auxílio Emergencial no contexto da pandemia do Coronavírus. Para tanto, utilizamos: *i.* a base de dados do Social Protection and Jobs Responses to Covid-19 (Banco Mundial), produzida a partir do levantamento em cinco continentes; *ii.* os dados provenientes de matérias de jornais ao redor do mundo; e *iii.* dados dos sites oficiais dos governos locais em diferentes regiões do globo. Em particular no Brasil, encontramos várias adversidades dessa política emergencial: *i.* as longas filas para cadastramento do benefício, gerando aglomeração; *ii.* as dificuldades iniciais quanto ao CPF não regularizado; *iii.* a demora na tomada de decisão para o pagamento do auxílio; *iv.* a precariedade dos recursos humanos; *v.* o limitado conhecimento com as tecnologias digitais entre a população mais vulnerável; e *vi.* os problemas de ineficiências horizontal e vertical. Por fim, este estudo pretende trazer contribuições à relação conflituosa entre Estado e sociedade em tempo de crise sanitária.

Palavras-chave: Renda Básica Emergencial. Covid-19. Comparação internacional. Problemas da implementação no Brasil. Sistema de Proteção Social.

Emergency Income in times of pandemic

Abstract: This article investigates the international panorama of the implementation of Emergency Income in context of the Coronavirus pandemic. To this, we use: *i.* the database of Social Protection and Jobs Responses to Covid-19 (World Bank) produced from the survey on five continents; *ii.* data from newspaper articles around the world; and *iii.* data from the official websites of local governments in different regions of the globe. Particularly in Brazil, we found several adversities

* Gostaríamos de registrar nosso agradecimento ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e à Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (Faperj) que nos possibilitaram a aquisição de Bolsas de Iniciação Científica para um grande projeto de pesquisa que culminou na publicação deste artigo. Gostaríamos de agradecer a todos os integrantes do Diretório de Pesquisa Desigualdade, Interseccionalidade e Política Pública do CNPq, em especial a Kayná Bitencourt (Pibic/Faperj), a Mariana Ramos (Graduada em Ciências Sociais-UFRRJ) e a Thayla de Oliveira (Pibic/CNPq) que nos auxiliaram na sistematização dos dados sobre os impactos da pandemia no Brasil e no mundo.

I. Mani Tebet Marins é professora permanente do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da UFRRJ e do Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas em Direitos Humanos da UFRJ. <manitebet.ufrj@gmail.com>.

II. Mariana Nogueira Rodrigues é doutoranda em sociologia pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia (PPGSA) da UFRJ. <mariananogueira@gmail.com>.

III. Jéssica Maldonado Lago da Silva é mestranda pelo Programa de Pós-Graduação em Economia (PPGE) da UFF. <jessicalagosilva@gmail.com>.

IV. Karen Cristina Martins da Silva é graduanda de relações internacionais da UFRRJ. <karenmrt73@gmail.com>.

V. Paola Loureiro Carvalho é mestre em economia pelo Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural da Faculdade de Economia da UFRGS. <paola.loureirocarvalho@gmail.com>.

1. Disponível em: <<https://amb.org.br/noticias/oms-declara-emergencia-global-coronavirus/>>. Acesso em: Abr. 2020.

2. Disponível em: <<https://noticias.r7.com/internacional/coronavirus-13-da-populacao-mundial-esta-sob-quarentena-veja-4-tipos-de-restricao-25032020>>. Acesso em: Abril 2020.

of this emergency policy: i. the long lines for registration of the benefit generating agglomeration; ii. initial difficulties regarding non-regularized CPF; iii. the delay in making the decision to pay the aid; iv. the precariousness of human resources; v. little familiarity with digital technologies among the poorest population; and vi. the problems of horizontal and vertical inefficiency. Lastly, this study aims to bring contributions to the conflictual relation between State and Society in times of health crisis.

Keywords: *Emergency Basic Income. Covid-19. International comparison. Problems of implementation in Brazil. Social Protection System.*

Introdução

O agravamento da pandemia do novo Coronavírus ao redor do mundo afetou severamente a vida da população em decorrência das medidas de precaução adotadas no combate à doença. O rápido poder de contágio e a possibilidade de evolução da Covid-19 para quadros graves, especialmente em pessoas mais idosas e doentes crônicos, fizeram a Organização Mundial de Saúde (OMS) decretar, em 30 de janeiro de 2020, emergência de saúde pública de interesse internacional¹. Alguns meses depois, em 11 de março de 2020, a OMS declara que o surto global do Coronavírus havia evoluído para uma pandemia e que os países precisariam adotar medidas mais severas, a fim de melhor administrar a situação. Autoridades mundiais passaram então a recomendar que a população se mantivesse em casa e cumprisse medidas de isolamento social para frear o contágio, de modo que, no final de março de 2020, um terço da população mundial já se encontrava em quarentena ou com algum tipo de restrição de movimentação².

Diante desse cenário, as estratégias de quarentena, o isolamento/*lockdown* provocaram consequências graves para a economia mundial e, certamente, para as populações mais vulneráveis. Apesar de ser ainda cedo para mensurar qual será o real impacto econômico, social e geopolítico de todas essas transformações, organismos internacionais fazem projeções bastante desanimadoras para o futuro. Segundo o Fundo Monetário Internacional (FMI)³, uma profunda recessão para países europeus já é um dado confirmado. De acordo com um levantamento do Fundo, cada mês inativo para os setores não essenciais equivale a uma queda de 3% no PIB anual. O cenário se agrava ainda mais quando nos debruçamos sobre os dados do Relatório da Organização Internacional do Trabalho de 2019, que apontam 61% da força de trabalho mundial em empregos informais ou mal remunerados, com baixa proteção social e pouca garantia de direitos trabalhistas⁴. Soma-se a isso o alerta da Organização das Nações Unidas (ONU) sobre a possibilidade de que a pandemia leve mais de 265 milhões de pessoas para uma situação de miséria e fome⁵.

Dado o contexto e as previsões apresentadas, cerca de 151 países criaram ou reforçaram políticas de mercado de trabalho, seguridade e assistência social (Gentilini et al, 2020). Dentre as medidas adotadas, as que receberam maior destaque foram aquelas referentes à assistência social, através da criação ou ampliação de programas de transferência de renda. No caso do Brasil, pressões advindas de grupos variados da sociedade civil tiveram papel crucial diante dessa tomada de decisão, apontando para a responsabilidade e a necessidade de articulação das diferentes esferas governamentais (municipais, estaduais e federal). Essa indicação de articulação entre entes diversos visava dirimir as consequências socioeconômicas nefastas da Covid-19 para grupos vulneráveis, em especial para trabalhadores informais, autônomos, pequenos comerciantes e/ou trabalhadoras domésticas.

De acordo com o levantamento realizado por intermédio da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (Pnad Contínua 2019)⁶, a informalidade afeta a população de modo geral, mas se apresenta de maneira mais nociva entre as populações preta ou parda, entre as mulheres, entre os menos escolarizados e entre a população dos estratos de renda mais baixos. É nesse ponto que a ideia, muitas vezes divulgada pela mídia, de que a doença e a crise provocadas pelo Coronavírus seriam “democráticas”, pode ser refutada. A partir dos dados divulgados recentemente pelos *Boletins Epidemiológicos do Ministério da Saúde*, até 14 de junho de 2020, 55% das mortes causada pela doença são de pretos e pardos, enquanto o percentual de morte de brancos é de 37%⁷. Além disso, a Baixada Fluminense é o território que mais sofre com a doença, sendo as cidades de Caxias e Nova Iguaçu aquelas que apresentam os números mais elevados de óbitos por Covid-19⁸. De acordo com Ugo Gentilini e equipe (2020), aqueles que enfrentavam maiores obstáculos em termos de acesso a serviços de saúde, emprego formal, estabilidade financeira, condições mais dignas de alimentação e moradia estavam mais expostos às consequências da crise sanitária⁹.

No Brasil, após pressão e mobilização social, o governo brasileiro sanciona, em 2 de abril de 2020, o Projeto de Lei 13.982, que estabelece medidas de proteção social durante o período de enfrentamento da pandemia de Covid-19. O decreto regulamenta o Auxílio Emergencial¹⁰ no valor de R\$ 600,00, inicialmente destinado aos cidadãos com mais de 18 anos, aos beneficiários do Programa Bolsa Família¹¹, às famílias cadastradas no Cadastro Único¹² para Programas Sociais, aos trabalhadores informais, aos microempreendedores individuais (MEI) ou contribuintes individuais da Previdência Social; mas a proposta inicial era destinar R\$ 300,00 mensais para cada membro das famílias mais pobres do país, por um período de seis meses. A determinação exigia renda familiar mensal inferior a meio salário-mínimo *per capita* ou três salários mínimos no total, além de não ser beneficiário de outros progra-

3. Disponível em: <<https://g1.globo.com/economia/noticia/2020/03/30/recessao-profunda-na-europa-e-conclusao-ja-dada-aponta-fmi.ghtml>>. Acesso em: Abr. 2020.

4. Disponível em: <<https://g1.globo.com/economia/noticia/2020/01/20/numero-de-desempregados-no-mundo-deve-alcancar-1905-milhoes-neste-ano-diz-oit.ghtml>>. Acesso em: Abr. 2020.

5. Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/colunas/jamilchade/2020/04/21/pandemia-pode-levar-265-milhoes-a-fome.htm>>. Acesso em: Abr. 2020.

6. Disponível em: <<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/25066-pesquisa-revela-retrato-inedito-do-mercado-de-trabalho-do-interior-do-pais>>. Acesso em: Abr. 2020.

7. Disponível em: <<https://coronavirus.saude.gov.br/boletins-epidemiologicos>>. Acesso em: Jun. 2020.

8. Disponível em: <<http://painel.saude.rj.gov.br/monitoramento/covid19.html>>. Acesso em: Jun. 2020.

9. Disponível em: <<https://oxfam.org.br/blog/desigualdades-e-coronavirus/>>. Acesso em: Abr. 2020.

10. “Auxílio Emergencial” é a nomenclatura adotada pelo governo federal para designar a política pública de transferência de renda, em caráter temporário e emergencial, em decorrência dos efeitos da pandemia de Covid-19, conforme estabelece a Lei 13.983/2020. Para designar políticas similares implementadas nos demais países listados neste artigo, utilizamos a nomenclatura adotada por cada país.

11. Disponível em: <<http://www.caixa.gov.br/programas-sociais/bolsa-familia/Paginas/default.aspx>>. Acesso em: Jun. 2020.

12. Disponível em: <<http://www.caixa.gov.br/cadastros/cadastro-unico/Paginas/default.aspx>>. Acesso em: Jun. 2020.

13. Disponível em: <<https://oxfam.org.br/blog/desigualdades-e-coronavirus/>>. Acesso em: Abr. 2020.

14. Disponível em: <<https://radios.ebc.com.br/reporter-nacional/2020/04/>>

mas sociais (com exceção do Programa Bolsa Família) ou do seguro-desemprego¹³. As mães que morassem sozinhas e que atendessem ao critério de elegibilidade de renda tinham direito a receber o valor do auxílio em dobro. Além disso, no dia 16 de abril, a Câmara dos Deputados aprovou a expansão da medida para mães menores de idade e para toda família monoparental¹⁴.

Com relação à implementação dessa política, o processo foi pensado para ser realizado por intermédio de meios digitais, através da criação de um aplicativo e um site para que os beneficiários realizassem o cadastro, sendo aplicado o cruzamento dos dados das famílias cadastradas no Cadastro Único para Programas Sociais, daquelas receptoras – ou não – do Bolsa Família, com a finalidade de avaliar as condições de elegibilidade. No caso de aprovação das famílias já cadastradas no CadÚnico, a liberação do Auxílio Emergencial deveria ser automática. No entanto, o que deveria ser uma medida protetiva para evitar contato social acabou produzindo dificuldades de cadastramento (seja pela falta de informação, pelo sistema on-line instável, seja pela dificuldade de acesso à internet), ocasionando filas e aglomerações nas sedes da Receita Federal, Agências da Caixa Econômica, unidades do Centro de Referência de Assistência Social¹⁵ e lotéricas por todo o país¹⁶.

Diante do panorama apresentado, este trabalho propõe-se a discutir o processo de decisão que resultou na promulgação dessa política pública, levando em consideração que o debate sobre renda mínima universal atravessa várias décadas. Todavia, essa discussão vem sendo retomada em todo o mundo, em decorrência da crise de saúde pública mundial devido à Covid-19. Após a contextualização global da pandemia, buscaremos refletir sobre o processo de implementação da política de Auxílio Emergencial/Renda Emergencial¹⁷, colocando em evidência seus acertos e suas fragilidades. Neste *paper*, apontaremos alguns desafios enfrentados no desenho da política de Auxílio Emergencial/Renda Emergencial: sua cobertura, os problemas envolvendo o cadastramento, o valor do auxílio e seu tempo de duração, assim como a eficiência de sua focalização. Esse último desafio pode incorrer tanto em ineficiências horizontais (não atingindo todos aqueles que necessitam) quanto em ineficiências verticais (destinando os recursos para pessoas que não se encontram em situação de pobreza).

Políticas públicas e a relação entre Estado e sociedade

Na década de 1960, as pesquisas sobre políticas públicas se iniciam sobretudo no âmbito da administração pública e das ciências sociais, tendo como foco prioritário a questão das agendas e da formulação dessas políticas (Lotta, 2019). Nessa época,

muitos teóricos passam a sistematizar as agendas prioritárias de vários Estados nacionais, buscando compreender que elementos (ideológicos, identitários, de convicção religiosa ou de barganha política) levam um governo a priorizar determinada pauta política em relação a outras. Cientistas políticos e também pesquisadores da área de relações internacionais passam a estudar, nesse mesmo período, a formulação das políticas públicas, sobretudo seus princípios e os objetivos a serem atingidos por elas.

Ainda na década de 1960, com o alto investimento das agências multilaterais, o Estado de bem-estar social passa a usar a avaliação como forma de medir os resultados, a eficácia e a eficiência das políticas públicas em relação à população atendida. Em regimes democráticos, a avaliação também passa a servir como forma de controle social dos gastos investidos, mesmo que, no âmbito acadêmico, o debate acerca das políticas públicas girava em torno da questão da agenda, da formulação e da avaliação e apresentava ainda uma lacuna no que se refere à sua implementação: poucos estudos se propunham a analisar a defasagem entre normas institucionais da formulação e tomadas de decisão local (decisões muitas vezes arbitrárias e estigmatizantes). Além dessa brecha nos estudos acadêmicos, existiam poucas pesquisas que analisavam as questões de gênero, raça, classe e território, de forma interseccional, no âmbito da implementação local dessas políticas. Estudar implementação significa abrir a “caixa preta” dos processos de tomada de decisão dos agentes públicos e de suas consequências, às vezes não premeditadas e perversas para a população beneficiária (Arretche, 2001).

De acordo com Søren Winter (2013) e Gabriela Lotta (2019), existem três abordagens teóricas e empíricas dos estudos sobre implementação. Conforme aponta Winter (2013), a primeira se inicia nos anos 1970, e é marcada pelos estudos de casos exploratórios e indutivos com o objetivo de gerar teoria. Os estudos eram voltados para os problemas, as barreiras e os fracassos relacionados à implementação. Lotta (2019) acrescenta que as pesquisas eram prioritariamente norte-americanas, identificando o processo de implementação vindo de cima para baixo (modelo intitulado: *Top Down*), ou seja, partindo dos objetivos da política em direção a seus resultados. Assim, a lógica da política se apresentava como prescritiva e normativa (no sentido de fazer funcionar corretamente a política pública e de definir que caminho ela deveria seguir). A grande constatação desses estudos apontava para a falha neste tipo de orientação *Top Down*, uma vez que a implementação não segue necessariamente o que foi previamente formulado. Além disso, seus objetivos são abrangentes e ambíguos e, às vezes, o gestor dispõe de valores diferentes daqueles que implementa. A solução, como aponta Lotta (2019), seria definir com clareza os objetivos e aumentar o controle sobre quem os executa.

projeto-aprovado-pela-camara-deputados-amplia-lista-trabalhadores-que>. Acesso em: Abr. 2020.

15. O Centro de Referência de Assistência Social é uma unidade pública da assistência social que funciona como equipamento de proteção social básica e oferece atendimentos individualizados (ou em grupos) a indivíduos e famílias.

16. Disponível em: <<https://www.brasildefato.com.br/2020/04/15/angustia-e-falta-de-informacoes-sobre-renda-emergencial-leva-aglomeracoes-aos-bancos>>. Acesso em: Abr. 2020.

17. Em alguns países, o termo utilizado é Renda Emergencial, então, ao longo do texto, utilizaremos a categoria local da política implementada.

A segunda geração, de acordo com Winter (2013), foi desenvolvida na década de 1980, e é a das estratégias de pesquisa de cima para baixo, de baixo para cima e modelos de síntese. Lotta (2019) afirma que esses estudos privilegiam os papéis desempenhados pelos agentes públicos locais, suas ações, moralidades, comportamentos e formas de interação com os usuários dos serviços públicos (Hill, Hupe & Nangia, 2014). Este modelo observa de perto o processo de implementação local da política (analisando, por exemplo, centros de referência de assistência social, salas de aula, postos de saúde etc.). O modelo *Bottom Up* foi utilizado por vários pesquisadores nesse período (Pressman & Wildavsky, 1973; Gunn & Hogwood 1982; Sabatier & Mazmanian, 1979).

Ainda no que se refere aos estudos de implementação, a terceira abordagem se estabeleceu sobretudo a partir dos anos 1990, surgindo como alternativa ao binarismo *Top Down versus Bottom Up*. No mesmo trabalho, Lotta (2019) sugere que, para essa geração não há separação clara entre quem formula e quem executa a política, ou seja, formulação e implementação não são fases distintas, e sim processos decisórios contínuos. Aqui podemos citar autores como: Vincent Dubois (1999); Susan Barrett (2004); Richard Matland (1995); Musheno Maynard-Moody (2003); Pierre Lascoumès e Patrick Le Galès (2012).

Por fim, a quarta geração que, segundo Lotta (2019), apresenta uma contribuição especial da sociologia, que vem ofertando múltiplos modelos e formas distintas de análise sobre o objeto da implementação ao redor do mundo. As investigações se voltam prioritariamente para a relação entre Estado e sociedade – ou ainda entre beneficiários e agentes públicos – e para as consequências sociais, políticas, simbólicas e morais dessa relação. Essa nova abordagem sobre o processo de implementação ganha força no Brasil apenas a partir de 2010, quando alguns pesquisadores passam a aderir a essa perspectiva. Com esse novo paradigma advindo da sociologia, inicia-se a desconstrução dos binarismos: formulação e implementação; desigualdade de oportunidades e desigualdade de resultados; burocratas de alto escalão e burocratas de nível de rua (Lipsky, 1980); perspectiva unilateral da pobreza e perspectiva multidimensional da pobreza.

Assim, os estudos de implementação – que se debruçam sobre o fazer local da política e sobre os dispositivos cotidianos dos agentes públicos – podem trazer luz sobre valores morais, ideologias e práticas estigmatizantes no âmbito da burocracia governamental. E, ao contrário dos estudos de formulação, os estudos de implementação tendem a privilegiar o foco sobre os agentes estatais (funcionários públicos concursados e terceirizados) que se situam nas bases ou nos estratos intermediários da hierarquia burocrática (Pires, 2018).

Desde as primeiras pesquisas sobre implementação (Pressman & Wildavsky, 1973; Lipsky, 1980), vemos que as normativas das políticas não são executadas de forma neutra; ao contrário, são operacionalizadas de forma muitas vezes arbitrária, podendo alterar o conteúdo e o próprio resultado das políticas públicas (Hill, Hupe & Nangia, 2014). No âmbito da implementação, pode haver contradições e efeitos não premeditados como: classificações morais, estigmatizantes e preconceituosas em torno das famílias beneficiárias (Marins, 2017; 2019b). O poder discricionário dos agentes públicos pode levar a soluções de problemas emergentes, mas pode, também, provocar consequências graves para os beneficiários (Dubois, 1999). A partir do olhar da sociologia, compreendemos as políticas públicas como o resultado de disputas em torno de projetos políticos, ideologias, interesses, representações sociais e valores morais. Nesta direção, este trabalho objetiva fazer um levantamento das políticas de transferência de renda na era da Covid-19 e discutir os impactos, em particular no Brasil, do processo de implementação da Renda Básica Emergencial.

O surgimento das políticas de transferência de renda com a emergência dos Estados de bem-estar

Antes de analisar as políticas de Auxílio Emergencial/Renda Emergencial adotadas pelos países ao redor do mundo em decorrência da pandemia do Coronavírus, vamos discutir brevemente a emergência dos Estados de bem-estar social e a adoção de políticas de transferência de renda. Como afirma Célia Kerstenetzky (2012), estipular uma “origem” para o Estado de bem-estar social pode sugerir que antes deste momento não havia nenhuma forma de intervenção pública voltada para o estabelecimento do bem-estar. De acordo com a autora, a grande maioria dos países capitalistas hoje desenvolvidos, como a Inglaterra, contavam, desde o século XVI, com provisão de assistência aos mais pobres. No entanto, é com o advento dos Estados de bem-estar social que surgem, de maneira mais estruturada, os primeiros programas sociais.

A mudança na intervenção pública surge na Alemanha entre o século XIX e o século XX, como um experimento de Otto von Bismarck para construir um Estado Nacional. O “seguro compulsório” é uma marca dessas iniciativas, e tinha por objetivo proteger trabalhadores de acidentes no trabalho, doença, invalidez e velhice. Alguns países passam a implementar programas similares, como a França, a Itália e a Dinamarca, de modo que até a Primeira Guerra Mundial vários países da Europa Central possuíam benefícios dessa categoria. Outra revolução no modelo de intervenção surge no pós-Segunda Guerra na Inglaterra, dessa vez com o objetivo de reconstruir o país em decorrência dos impactos causados pelos confrontos interna-

cionais. Surgem, desse modo, os benefícios de seguridade social financiados com recursos tributários. É neste momento que os benefícios destinados às famílias se generalizam nos países da Europa Central (Kerstenetzky, 2012).

Na América Latina, o desenvolvimento do Estado de bem-estar social se fortalece posteriormente ao processo dos países classificados como desenvolvidos. Mesmo havendo no Brasil, desde o século XIX, algumas iniciativas e políticas enquadradas dentro do sistema de proteção social, é no período pós-ditadura militar e com a estruturação da Constituição de 1988 que teremos os marcos deste ciclo. Assim, a garantia dos direitos sociais entrava em cena na agenda pública, com a atuação de diversos setores da sociedade, como as coalizões social-democratas de centro-esquerda e os movimentos sociais organizados, que compreendiam que as desigualdades sociais constituíam um empecilho ao pleno desenvolvimento do país (Kerstenetzky, 2012).

Outras chaves de entendimento para pensar o Estado de bem-estar social nos países com a forte heterogeneidade socioeconômica da região latino-americana pontuam que as trajetórias percorridas pelos diferentes países dessa região foram diferentes em decorrência de processos históricos muito peculiares. Sônia Draibe e Manuel Riesco (2011) listam alguns dos padrões sob os quais esses Estados foram construídos:

[...] padrão colonial clássico sobre os antigos impérios; padrão de modernidade precoce em base à imigração tardia; padrão dos colonos pobres às margens dos antigos impérios e padrão das sociedades escravistas e de *plantations* (Draibe & Riesco, 2011: 236).

De acordo com os autores, a região construiu um sólido sistema de proteção social, um verdadeiro Estado desenvolvimentista, caracterizado pela transformação de estruturas sociais e pela construção de modernas instituições de política social. Ao observarem a experiência de bem-estar social em outras regiões do globo, especialmente no sul europeu e do leste asiático, Draibe e Riesco (2011) apresentam o conceito de Estado latino-americano desenvolvimentista de bem-estar. Os autores apontam que, mesmo na América Latina, esses sistemas se constituíram, em muitos casos, a partir de bases e características próprias.

Ainda segundo Draibe e Riesco (2011), alguns aspectos característicos do Estado latino-americano desenvolvimentista, especialmente no período pós-crise de 1929, é a forte atuação do Estado no intuito de fortalecer o desenvolvimento econômico, sem deixar de lado o progresso social. O empresariado, os trabalhadores assalariados urbanos juntamente com as novas classes médias, mas especialmente as políti-

cas sociais, desempenharam um papel-chave nessa construção. Os autores entendem, no entanto, que é preciso fazer ressalvas quanto ao modelo de proteção social adotado pelos países latino-americanos, muito focados no homem trabalhador urbano, e na mulher provedora do lar. De acordo com os autores, algumas populações permaneceram à margem desse sistema, e mesmo dos programas mais básicos de educação e saúde, como: “a população rural, os pobres urbanos e a massa de integrantes do crescente mercado informal de trabalho” (Draibe & Riesco, 2011: 240).

Dentro do contexto latino-americano, Kerstenetzky (2012) afirma que a experiência do Brasil é muito peculiar, de modo que, ao mesmo tempo em que se estruturava um sistema de proteção social bastante maduro quanto ao sistema de seguridade social, ou ao sistema único de saúde pública, havia também processos contraditórios, como a financeirização da economia e a ampla privatização de empresas estatais. São características da estruturação do Estado de bem-estar social no Brasil: a proteção social para servidores do Estado, civis e militares no século XIX, posteriormente estendida aos empregados da indústria e do comércio ao longo da primeira metade do século XX; a instituição do seguro social e os direitos assegurados pelo Ministério do Trabalho. Essas primeiras iniciativas ocorreram de maneira lenta, e com baixa cobertura, concentrando-se nos trabalhadores das áreas urbanas. É apenas a partir da Constituição de 1988 que alcançaremos uma estruturação mais universalista de políticas que conseguiriam atender, de fato, as populações mais empobrecidas da sociedade. São elas: “a institucionalização da assistência social, a criação do Sistema Único de Saúde (SUS), a extensão da cobertura previdenciária não contributiva e a política de valorização do salário-mínimo” (Kerstenetzky, 2012: 181).

Algumas diferenças significativas entre o modelo de bem-estar social adotado pelo Brasil e pelos países europeus podem ser observadas a partir da concepção de cidadania regulada (Santos, 1979) em relação aos direitos sociais. Entre 1964 e 1985, enquanto na Europa havia um ambiente democrático com direitos universais e participação social garantida, aqui a política social era construída sob a regência do regime militar. Após o período de 1985, abre-se brecha para uma segunda reforma social, sobretudo após o Plano Real (1994), que universalizaria direitos sociais (Grin, 2013). De acordo com Eduardo Fagnani (2017: 2), foi a Constituição de 1988 que inaugurou uma nova fase na construção da cidadania, desenvolvendo um sistema de proteção social guiado por alguns valores do Estado de bem-estar social como universalidade, seguridade social e direito.

A partir dos anos 1990, uma série de políticas sociais (em particular as de transferência de renda) entra em cena para tentar dirimir a pobreza e as desigualdades sociais ao redor do mundo. Em se tratando das políticas de transferência de renda,

Mani Marins (2017) argumenta que o entendimento da pobreza como problema multidimensional coloca em evidência na agenda dos órgãos internacionais a renda como meio de se atingir o desenvolvimento humano, e não mais como fim. A pobreza e as desigualdades sociais passam a ser consideradas como impedimento ao pleno desenvolvimento nacional e regional. Com o agravamento da situação de pobreza, nos anos de 1980 e 1990, especialmente nos países latino-americanos, o tema ganha ainda maior visibilidade. Nesse sentido, as agências internacionais de fomento passam a incentivar a estruturação de políticas e programas sociais voltados para a transferência de renda. De acordo com Marins (2017: 124), os programas de transferência de renda já se alastraram de tal modo que, “em 2010, já totalizavam 45 países em todo mundo, somando mais de 110 milhões de famílias”. A América Latina já conta com 19 programas dessa natureza (Pnud, 2013), reforçando, junto aos demais países ao redor do globo, a potencialidade de tais políticas enquanto instrumentos capazes de amenizar o ciclo intergeracional da pobreza. No Brasil, a cidade de Maricá, no estado do Rio de Janeiro, conta com uma política de transferência de renda que tem características similares a uma renda universal sem condicionalidades. Conforme Jéssica Lago da Silva e equipe (2020), a Renda Básica de Cidadania é estruturada em conjunto com outras iniciativas pautadas na economia solidária em atuação na cidade, como o Banco Comunitário e a moeda social Mumbuca. Ainda que não possa ser caracterizada como política de renda universal, posto que atinge apenas 25% da população, ela guarda duas similaridades: a incondicionalidade e a individualidade.

Na próxima seção, discutiremos como, em contexto de crise sanitária produzida pela Covid-19, as políticas de transferência de renda foram utilizadas na qualidade de instrumento de amenização dos graves impactos da crise sanitária, em diversos países do mundo, sob a alcunha de Auxílio Emergencial/Renda Emergencial: benefícios de transferência de renda temporários e emergenciais para as famílias mais vulneráveis e atingidas pela pandemia.

As políticas de Auxílio Emergencial/Renda Emergencial no mundo em tempo de pandemia

Para investigar o programa de Renda Emergencial para populações vulneráveis em tempo de Covid-19, apresentaremos o panorama internacional da implementação desta política pública. Para tanto, utilizamos vários recursos metodológicos: a base de dados *Social Protection and Jobs Responses to Covid-19*, produzida pelo Banco Mundial, e o levantamento de matérias de jornais ao redor do mundo: *Clarín* (Argentina); *El Universo* (Equador); *El Tiempo* e *El Espectador* (Colômbia); *24 horas* (Chile) e *O Globo* (Brasil), entre outros; além das informações coletadas nos sites

oficiais dos governos locais ao redor do mundo e da base de dados proveniente do Banco Mundial em cinco continentes (Ásia, Europa, Oceania, Ásia e América). A partir deste extenso levantamento, sistematizamos as ações dos mais variados governos para contornar as consequências da crise mundial de saúde pública. De acordo com estimativas da ONU, a suspensão das atividades produtivas se converteu em um aumento da vulnerabilidade das famílias, e a drástica previsão é de que haja uma ampliação de 600 milhões no número de pessoas em situação de pobreza em todo o mundo¹⁸. Dessa forma, uma das alternativas encontradas para reverter esse cenário foi a implementação de políticas de transferência de renda, através da criação ou do fortalecimento de programas de renda básica.

Dentre as políticas que se assemelham ao que foi implementado no Brasil, mediante o Auxílio Emergencial de R\$ 600,00 (US\$ 120,57), temos alguns exemplos na região da América Latina. A Argentina criou um programa de transferência de renda intitulado *Ingreso Familiar de Emergencia*, por meio do qual o governo pagou 10 mil pesos (US\$ 144) para famílias compostas por trabalhadores informais, desempregados, pequenos contribuintes, trabalhadores domésticos e beneficiários do programa *Asignación Universal por Hijo*. Alguns requisitos deviam ser preenchidos pelos beneficiários como: cumprir uma renda mínima, não estar no mercado de trabalho formal, não receber benefícios como seguro-desemprego ou outro suporte de renda¹⁹. Na Bolívia, além do programa *Bono Familia*²⁰, que transferiu 500 bolivianos (US\$ 72,45) aos pais de crianças matriculadas no sistema educacional, o governo criou o *Bono Universal*: um auxílio de mesmo valor destinado a residentes do país, na faixa etária entre 18 e 60 anos, que não estivessem no mercado de trabalho formal e não fossem pensionistas ou beneficiários do *Bono Familia* e do *Canasta Familiar*²¹. A Colômbia expandiu a cobertura do já existente *Familias em Acción*, para mais de 2,6 milhões de pessoas²².

Já o governo canadense, através do *Canada Emergency Response Benefit* (Cerb), transferiu \$ 2.000 (US\$ 1.477) por mês, durante quatro meses, a pessoas que interromperam suas atividades por causa do Coronavírus e cumpriam o critério de renda²³. Nos Estados Unidos, foi aprovado o maior pacote de estímulo econômico da história recente do país²⁴ e implementado um benefício que varia de acordo com a estrutura familiar, com pagamento único de US\$ 1.200 por família, acompanhado de um adicional de US\$ 500 por criança. Dessa forma, pessoas casadas podiam ter acesso ao benefício, se possuísem uma renda de até US\$ 198 mil por ano. Para pessoas solteiras, esse limite equivalia a US\$ 99 mil por ano. Outro aspecto interessante de seu desenho foi o *clawback* adotado, que possibilitava que o benefício fosse reduzido em US\$ 5 a cada US\$ 100 adicionais na renda. Isso evita problemas de ineficiência vertical, destinando menos aos mais ricos²⁵.

18. Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/internacional-52235230>>. Acesso em: Maio 2020.

19. Disponível em: <https://www.argentina.gob.ar/economia/medidas-economicas-COVID19/ingreso-familiardeemergencia>>. Acesso em: Maio 2020.

20. Disponível em: https://as.com/diarioas/2020/04/23/actualidad/1587674984_451890.html>. Acesso em: Maio 2020.

21. Disponível em: <https://eldeber.com.bo/177665_el-gobierno-aclara-que-el-cobro-del-bono-universal-es-personal-no-se-puede-delegar-a-otra-persona>. Acesso em: Maio 2020.

22. Disponível em: <<https://www.lafm.com.co/politica/duque-anuncia-giro-adicional-beneficiarios-de-familias-en-accion-y-adulto-mayor>>. Acesso em: Maio 2020.

23. Disponível em: <<https://www.canada.ca/en/services/benefits/ei/cerb-application.html>>. Acesso em: Maio 2020.

24. Disponível em: <<https://valor.globo.com/mundo/noticia/2020/03/26/>>

eua-senado-aprova-pacote-de-estmulos-estimado-em-us-2-tri-texto-vai-cmara.ghml>. Acesso em: Maio 2020.

25. Disponível em: <<https://www.vox.com/future-perfect/2020/3/23/21190955/stimulus-checks-from-government-approved>>. Acesso em: Maio 2020.

26. Disponível em: <<https://mof.gov.na/documents/35641/36580/Phase+1+VF+Stimulus+and+Relief+Package%2C+Republic+of+Namibia.pdf/9a2314de-4b39-00a1-b8bd-4ffcfe1f20d3>>. Acesso em: Maio 2020.

27. Disponível em: <<https://www.gov.za/coronavirus/socialgrants>>. Acesso em: Maio 2020.

28. Disponível em: <<https://www.gov.sg/article/solidarity-budget-2020-additional-cash-payments-to-help-families-get-through-circuit-breaker-phase>>. Acesso em: Maio 2020.

29. Disponível em: <<https://www.info.gov.hk/gia/general/202002/26/P2020022600420.htm>>. Acesso em: Maio 2020.

30. Disponível em: <<https://www>>.

A Namíbia, por exemplo, realizou um pagamento único de N\$ 750 (US\$ 45) para residentes, na faixa etária entre 18 e 60 anos, que perderam o emprego e não possuísssem outra garantia de renda²⁶. Na África do Sul, pessoas com mais de 18 anos – desempregadas, sem nenhuma fonte de renda ou que não contam com benefícios sociais – puderam solicitar o auxílio de R 350 (US\$ 20,54) por seis meses. Para os beneficiários do programa de suporte à criança, havia um adicional de R 300 (US\$ 17,60) em maio e R 500 (US\$ 29,34) de junho a outubro. Beneficiários de outros programas de assistência social receberiam uma renda extra de R 250 (US\$ 14,67) por mês durante os seis meses subsequentes à implementação inicial da política²⁷.

Cingapura realizou um pagamento único entre \$ 600 e \$ 1.200 (entre US\$ 432 e US\$ 864) para a população adulta e o valor variou de acordo com a renda da família. Ademais, os beneficiários contaram com um adicional de \$ 300 (US\$ 216) por dependente com menos de 21 anos. Já os trabalhadores autônomos receberam, através do esquema *Self-Employed Person Income Relief Scheme* (Sirs), \$ 3.000 (US\$ 2.161) por mês durante três meses²⁸. Hong Kong também adotou um pagamento único universal: residentes do país que tivessem 18 anos ou mais receberiam \$ 10 mil (US\$ 1.290)²⁹. Enquanto isso, a Índia optou por uma política focalizada, destinando um valor extra de Rs 1.000 (US\$ 13) para beneficiários do *National Social Assistance Program*³⁰.

A França utilizou os programas *Revenu de solidarité active* e *Allocation de solidarité spécifique* para transferir € 150 (US\$ 170,77) por família com um adicional de € 100 (US\$ 113) por criança³¹. Ainda na Europa, o governo italiano destinou € 600 (US\$ 683) para trabalhadores autônomos, agricultores, comerciantes e trabalhadores da área de turismo e entretenimento³². No Reino Unido, além do subsídio ao salário, o governo elevou o valor de benefícios de assistência social³³.

Por fim, a Austrália optou por um pagamento único de \$ 750 (US\$ 517,45)³⁴ para australianos cadastrados na seguridade social, idosos e pessoas que recebiam outros benefícios de renda. Além disso, criou o programa *Coronavirus Supplemmet*, auxílio de \$ 550 (US\$ 379,46) por quinzena, com duração de seis meses, que foi pago a beneficiários de alguns programas sociais do país³⁵.

A política de Auxílio Emergencial no Brasil

O Brasil foi o primeiro país do mundo a aprovar uma lei para instituir uma Renda Básica de Cidadania (RBC), através da Lei Federal 10.835³⁶, sancionada em 8 de janeiro de 2004, de autoria do então senador Eduardo Suplicy. A Lei de Renda Básica de Cidadania, instituída a partir de 2005, se constitui como um direito de todos os

brasileiros ou estrangeiros residentes cinco anos ou mais no Brasil, independentemente de sua condição socioeconômica. A proposta da lei é garantir o direito, aos cidadãos que moram em território brasileiro, de receberem anualmente um benefício monetário. O parágrafo primeiro da referida lei salienta que a RBC “será alcançada em etapas, a critério do Poder Executivo, priorizando as camadas mais necessitadas da população”.

É essencial pontuarmos esse fato ao discutirmos o Auxílio Emergencial, pois, a partir desse marco histórico, o debate foi gradativamente ganhando espaço em solo nacional. Cria-se em 2019, a Rede Brasileira de Renda Básica³⁷, que reúne pesquisadores acadêmicos, políticos e apoiadores da instauração de uma renda básica universal e incondicional no Brasil.

Desde então, vivemos a primeira etapa de implementação de um programa de transferência de renda que ganhou reconhecimento internacional no combate à extrema pobreza e à fome – o Programa Bolsa Família –, criado em 2003 ainda pelo governo do ex-presidente Luís Inácio Lula da Silva. O Programa Bolsa Família evoluiu de 3,5 milhões de famílias beneficiadas, em dezembro de 2003, para 14,2 milhões de famílias, em julho de 2014, com o Plano Brasil Sem Miséria. Em 2020, o governo de Bolsonaro cria o Auxílio Emergencial devido à pandemia do Coronavírus.

Ao resgatarmos a arena de disputa em torno do debate que instituiu a Auxílio Emergencial no Brasil, em meio a pandemia do Covid-19, precisamos compreender que as propostas eram diversas. O governo federal, através do Ministério da Economia, apresentava formalmente a proposta de uma renda de R\$ 200 (US\$ 40,16) para 38 milhões de trabalhadores informais e autônomos, no período de três meses, desde que já estivessem no Cadastro Único e não estivessem recebendo nenhum outro benefício social. No Congresso Nacional, as bancadas apresentaram diferentes projetos que variavam em torno do valor e do público, mas pressionavam o governo federal para não aprovar a proposta inicial.

Vale destacar, ainda, que mais de 160 entidades brasileiras organizaram a campanha “Renda Básica que Queremos”, que recebeu apoio de mais de 500 mil pessoas que assinaram a campanha lançada em março de 2020. A proposta era destinar R\$ 300 (US\$ 60,24) mensais para cada membro das famílias mais pobres do país, por um período de seis meses. Ao considerar que as famílias mais pobres contam, em média, com quatro pessoas, estima-se a um benefício mensal de R\$ 1.200,00 (US\$ 240,96) por família, garantindo acesso às condições básicas de vida em tempo de crise. Nessa proposta, havia previsão de atendimento de 77 milhões de brasileiros e brasileiras.

financialexpress.com/
money/modi-govt-to-
provide-3-months-
pension-in-advance-
to-senior-citizens-
differently-abled-
widows/1911387/>.
Acesso em: Maio
2020.

31. Disponível em:
<[https://www.
lemonde.fr/politique/
article/2020/04/15/
coronavirus-
emmanuel-macron-
souhaite-un-
moratoire-sur-la-
dette-des-pays-
africains_
6036639_
823448.html](https://www.lemonde.fr/politique/article/2020/04/15/coronavirus-emmanuel-macron-souhaite-un-moratoire-sur-la-dette-des-pays-africains_6036639_823448.html)>. Acesso
em: Maio 2020.

32. Disponível
em: <[https://
economia.estadao.
com.br/noticias/
geral,programas-de-
transferencia-de-
renda-sao-adotados-
por-30-paises-para-
proteger-populacao-
de-pandemia,7000
3244689](https://economia.estadao.com.br/noticias/geral,programas-de-transferencia-de-renda-sao-adotados-por-30-paises-para-proteger-populacao-de-pandemia,70003244689)>. Acesso
em: Maio 2020.

33. Disponível em:
<[https://inews.
co.uk/news-lifestyle/
money/universal-
credit-increase-2020-
april-explained-how-
much-dwp-benefit-
eligible-2525267](https://inews.co.uk/news-lifestyle/money/universal-credit-increase-2020-april-explained-how-much-dwp-benefit-eligible-2525267)>.
Acesso em: Maio
2020.

34. Disponível em:
<[https://www.abc.
net.au/news/2020-
03-31/coronavirus-
jobkeeper-payment-
vs-jobseeker-
payment/1210
5290](https://www.abc.net.au/news/2020-03-31/coronavirus-jobkeeper-payment-vs-jobseeker-payment/12105290)>. Acesso em:
Maio 2020.

35. Disponível em:
<[https://treasury.
gov.au/sites/default/
files/2020-04/](https://treasury.gov.au/sites/default/files/2020-04/)

Fact_sheet-
Income_Support_
for_Individuals.pdf>.
Acesso em: Maio
2020.

36. Disponível
em: <[http://www.
planalto.gov.br/
ccivil_03/_ato2004-
2006/2004/lei/
l10.835.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/lei/l10.835.htm)>. Acesso
em: Maio 2020.

37. Fundada em
2019, a Rede
Brasileira de Renda
Básica de Cidadania
(RBRB) tem como
objetivo servir de
elo entre todos os
indivíduos e grupos
interessados em
renda básica (ou seja,
pagamento periódico
incondicional
a todos,
individualmente,
sem teste de meios
ou exigência de
trabalho).

38. Relatório de
Informações Sociais
(Sagi), Ministério
da Cidadania.
Consultado em: 2
Jun. 2020.

39. Disponível
em: <[https://
caixanoticias.
caixa.gov.br/
noticia/20795/
auxilio-emergencial-
clique-aqui-para-
ver-os-ultimos-
numeros](https://caixanoticias.caixa.gov.br/noticia/20795/auxilio-emergencial-clique-aqui-para-ver-os-ultimos-numeros)>. Acesso
em: Abr. 2020.

Após longas semanas de mobilização e pressão de organizações, movimentos, cidadãos e parlamentares preocupados com os impactos provocados pelas medidas de enfrentamento do Coronavírus nas famílias brasileiras, foi aprovada a Lei 13.982/2020, que propõe a Renda Básica Emergencial no valor de R\$ 600,00 ou R\$ 1.200,00 para mães-solo que estivessem na condição de trabalhadoras informais, autônomas ou micro empreendedoras individuais, pelo período de três meses, podendo ser estendido, mediante a situação da pandemia. A lei, sancionada pelo Executivo em 2 de abril de 2020, acumula os seguintes critérios: ter idade mínima de 18 anos (exceção para mães adolescentes); não ter emprego formal; ter renda familiar mensal total de até três salários mínimos ou renda familiar mensal *per capita* de até meio salário-mínimo; no ano de 2018, não ter recebido em seu nome rendimentos tributáveis acima de R\$ 28.559,70 e não receber em seu nome outros benefícios previdenciários ou assistenciais do governo federal, com exceção do Bolsa Família.

O maior desafio, a partir de então, seria fazer com que a Renda Básica Emergencial chegasse, com a maior brevidade possível, aos trabalhadores informais, desempregados e famílias pobres, assegurando a preservação da vida e evitando aglomeração de pessoas em busca de novos cadastros. Um imenso desafio para um país que precisava organizar um modelo emergencial de implementação, que chegasse a públicos de vulnerabilidade diversos e nas mais diferentes realidades regionais. Diante desse desafio, duas posições extremas precisaram ser confrontadas: de um lado, a de minimizar a dificuldade operacional de transferir renda de forma rápida a um contingente de milhões de cidadãos; de outro, a de considerar impossível essa empreitada.

Ao regulamentar a lei e implementar a Renda Básica Emergencial, designada pelo governo federal como Auxílio Emergencial, o governo apresenta três grandes grupos de beneficiários: as famílias cadastradas no Cadastro Único para Programas Sociais; os beneficiários do Bolsa Família; e os trabalhadores autônomos, informais e microempreendedores que não estão na base de dados do CadÚnico. Os dois primeiros grupos não demandariam nenhum novo cadastramento; o terceiro realizaria a inscrição via aplicativo. Os três públicos iriam receber pela Caixa Econômica Federal, por conta já existente do Bolsa Família ou por abertura de conta digital.

Vale ressaltar que, no mês de abril de 2020, existiam 28.605.430 famílias inscritas no Cadastro Único para Programas Sociais; dentre elas, 14.281.761 famílias estavam recebendo o Bolsa Família³⁸. Após lançamento do aplicativo de cadastramento, segundo dados oficiais da Caixa Econômica Federal (atualizados em 30 de maio de 2020)³⁹, foram 116 milhões de cadastros processados. Desse total, 50,7 milhões

foram solicitações via aplicativo, mas apenas 38,2 milhões do total de beneficiários deste tipo de solicitação foram considerados elegíveis. Dentre os 32,1 milhões cadastrados no Cadastro Único, mas que não recebem o Bolsa Família, foram considerados elegíveis 10,5 milhões de pessoas. E, por fim, entre 19,9 milhões de pessoas analisadas que recebem o Bolsa Família, 19,5 milhões foram consideradas aptas a receber a Renda Básica Emergencial. Apesar da amplitude histórica desse novo programa assistencial, há diversos problemas no âmbito de sua implementação.

Primeiramente, é divulgada a informação de que o programa avaliaria a elegibilidade dos inscritos em cinco dias e, em seguida, faria o pagamento em três dias; contudo, a avaliação durou mais de 60 dias, provocando um retardo no calendário de pagamento. Isso gerou cenas desumanas e humilhantes – milhares de famílias dormindo em filas da Caixa Econômica, aguardando pelo benefício. Em virtude dos inúmeros obstáculos de implementação da Auxílio Emergencial no Brasil e do posicionamento da Rede Brasileira de Renda Básica sobre essas opções adotadas pelo governo, a referida Rede passa a acompanhar cada passo da implementação, bem como a articular ações conjuntas de controle social com diferentes entidades, dentre elas: a Defensoria Pública e o Ministério Público Federal, que mobilizaram a campanha pela “Renda Básica que Queremos”.

Nesse sentido, foi elaborado um relatório sobre os principais obstáculos e propostas de solução para a devida implementação da Renda Emergencial, reunindo mais de 20 pontos centrais que precisariam ser superados⁴⁰. Os pontos, para fins do debate aqui proposto, passam pela falta de transparência pública sobre as aprovações, reprovações e análises dos cadastros, as demoras em realizar as avaliações e a dificuldade em fazer com que o benefício chegue até as famílias. A estes problemas da implementação, somam-se ainda as dificuldades de acessibilidade digital como: uso do aplicativo, que exige familiaridade com a tecnologia, acesso à internet e posse de smartphones. Além disso, a falta de um canal de atendimento e orientação por telefone, ou mesmo on-line, dificultou a comunicação direta e de possíveis soluções simples de adequação do cadastro. A decisão de implementar o Auxílio Emergencial sem a articulação de estados e municípios, em uma perspectiva de pacto federativo e de descentralização das políticas públicas, também prejudicou ainda mais aqueles que necessitavam do benefício. Outro ponto importante observado no âmbito da implementação foi a ausência de esforços, em nível local, para a busca ativa das pessoas mais vulneráveis nos municípios.

Para além disso, graves distorções de atualização de cadastros negaram a concessão de Auxílio Emergencial a aproximadamente 43 milhões de pessoas⁴¹, sendo 700 mil do Bolsa Família, 21,6 milhões do Cadastro Único e 20,4 milhões de solicitações

40. Disponível em: <file:///C:/Users/Paola%20Carvalho/AppData/Local/Packages/Microsoft.MicrosoftEdge_8wekyb3d8bbwe/TempState/Downloads/Relatório%20de%20Implementação%20-%20Renda%20Básica%20Emergencial.pdf>. Acesso em: Abr. 2020.

41. Dados oficiais da Caixa Econômica Federal, disponíveis em: <<https://caixanoticias.caixa.gov.br/noticia/20795/auxilio-emergencial-clique-aqui-para-ver-os-ultimos-numeros>>. Acesso em: Abr. 2020.

42. Em seguida, a Justiça derrubou a exigência de ter CPF regular para receber o auxílio Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/economia/justica-derruba-exigencia-de-cpf-regular-para-receber-auxilio-emergencial-24374226>>. Acesso em: Abr. 2020.

43. Disponível em: <www.rendabasica.org.br>.

44. Fundação Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea). Nota Técnica nº 60, de Março de 2020 – Diretoria de Estudos e Políticas Sociais: estimativas de público elegível e custos do benefício emergencial criado pelo PL 9.236/2017.

via aplicativo. Além dessas distorções, o sistema de cadastro on-line não permitia a contestação nem mesmo a possibilidade de concluir a solicitação por falta do CPF⁴². Mesmo com o reconhecimento do governo federal de que não havia possibilidade de cruzamentos atualizados, as negativas persistiram e mantiveram milhares de pessoas em compasso de espera, especialmente os trabalhadores que perderam o vínculo de trabalho e os benefícios previdenciários como seguro-desemprego e auxílio doença nos últimos seis meses.

Deve-se observar, neste debate, que mesmo os cidadãos que já estavam na base de dados do Cadastro Único e do Programa Bolsa Família e que, em princípio, deveriam ter menor dificuldade de incorporação ao Auxílio Emergencial, foram alvos de desinformação e negativa em relação ao cadastro, sem explicação pública e transparente. Isso porque, ao tornar automática a análise dos dados das pessoas cadastradas no CadÚnico, recebendo ou não o Bolsa Família, o governo federal não permitiu nenhuma atualização ou nova solicitação via aplicativo, ou acesso aos dados existentes para atualização ou esclarecimento, pois a rede socioassistencial não estava autorizada a realizar alterações após a data de 20 de março de 2020.

Em síntese, os problemas de implementação aqui analisados foram gerados por diferentes instâncias governamentais, que dificilmente assumem suas responsabilidades. Tais dificuldades podem ser identificadas na Coordenação Geral do Ministério da Cidadania, nos cruzamentos de dados da Dataprev, no aplicativo e nos pagamentos pela Caixa Econômica Federal. No acompanhamento do processo de implementação da política de Auxílio Emergencial, podemos evidenciar o desafio de atender, com a urgência necessária e sem aglomerações, um número expressivo da população. É preciso, sobretudo, alcançar a totalidade de pessoas que vivem do trabalho informal, autônomos ou microempreendedores que estavam fora dos cadastros governamentais e desempregados cujo número é crescente, mas não é acompanhado de atualização cadastral.

A focalização trouxe problemas operacionais relacionados com a própria impossibilidade de manter as bases de dados em atualização simultânea, combinada com uma estimativa inicial do governo de atender, no máximo, 30 milhões de pessoas. Importa lembrar que as organizações⁴³ alertaram o governo para um público de aproximadamente 80 milhões de pessoas (Ipea, 2020)⁴⁴ que não possuem carteira assinada, ou que são trabalhadores intermitentes, ou que recebem valores abaixo do salário-mínimo. Essas ineficiências relacionadas à comprovação dos documentos e à operacionalização do Auxílio Emergencial geraram a exclusão de grupos vulneráveis. Ao mesmo tempo, permitiram a inclusão de militares e a aprovação de CPF vinculados a empresários e figuras públicas que comprovam alta renda.

Importante salientar que o governo federal sempre se posicionou contrário tanto em relação ao valor aprovado para o auxílio quanto em relação à cobertura vigente de beneficiários, além do fato de o presidente da República ter manifestado, por diversas vezes, sua opinião sobre a não necessidade do isolamento social. O ministro da Economia afirmou, no dia 20 de maio de 2020, em coletiva de imprensa, que esse tipo de renda, se ampliada por mais três meses: “[...] aí ninguém trabalha. Ninguém sai de casa e o isolamento vai ser de oito anos porque a vida está boa, está tudo tranquilo.” Essa frase atualiza imputações classificatórias e julgamentos morais dirigidos frequentemente aos beneficiários dos programas de transferência de renda ao redor do mundo. Esses enquadramentos estigmatizantes subentendidos – “preguiçosos”, “vagabundos” e que “mamam nas tetas do Estado” – já foram analisados por diversos autores em diferentes contextos (Small, Harding & Lamont, 2011; Lipsky, 1980; Hill & Hupe, 2003; Maynard-Moody, 2003; Dubois, 1999; Paugam & Duvoux, 2008; Marins, 2017; 2019a). Assim:

A explicação pela preguiça compreende uma concepção moral fundada sobre o sentido do dever e da ética do trabalho. Nessa ótica, os pobres são acusados de não levar a sério sua vida e, por isso, o poder público não os ajudará mais. [...] Os pobres são, antes de tudo, vítimas de um sistema que os condena. A ideia de preguiça pressupõe que é a pessoa que deve fazer justiça à sua própria sorte, ou seja, a culpa de sua situação não pode escapar senão a ela mesma (Paugam & Duvoux, 2008: 61)

A pandemia do Coronavírus retirou o debate sobre renda básica de sua condição utópica, fazendo com que essa proposta se transformasse em programa possível de ser implementado no combate à crise e para se pensar o pós-crise. Dentro desse contexto, pesquisadores, pessoas da sociedade civil e políticos recolocaram em discussão problemáticas centrais da sociedade brasileira, tais como as condições precárias de trabalho, a concentração de renda e a incidência da pobreza.

Mesmo com diversos problemas de implementação do Auxílio Emergencial, o total de beneficiários chegou a 68,3 milhões de pessoas que receberam ao menos uma das parcelas do Auxílio Emergencial, sendo 37,8 milhões de mulheres. Ainda com base nas estatísticas do Ministério da Cidadania, o programa alcançou 56,1% da população (percentual em relação a população estimada – IBGE/2020), se considerarmos a contagem de pessoas elegíveis e seus membros familiares.

Finalizados os cinco meses do Auxílio Emergencial, o governo federal publicou a Medida Provisória 1.000/2020⁴⁵. A nova fase do benefício trouxe algumas mudanças em relação ao Auxílio Emergencial que teve início em abril, pago às famílias por meio da Lei 13.982/2020, com alguns critérios de elegibilidade e mecanismos de

45. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2019-2022/2020/Mpv/mpv1000.htm>.

cruzamentos de dados para verificação do direito à extensão do auxílio ampliados. Outra questão trazida pela MP 1000, foi a reavaliação mensal da renda a partir de vínculo de emprego e de benefícios assistenciais ou previdenciários. Além do valor do benefício, que passou a ser de R\$ 300,00 ou de R\$600,00 (para os casos de famílias chefiadas por mulheres provedoras).

Nessa etapa, o beneficiário poderia receber até quatro parcelas mensais, mas não havia a exigência do recebimento de todas as parcelas, somente com avaliação caso a caso de cada beneficiário. O quantitativo de parcelas mensais a que o beneficiário teve direito estava determinado a partir do momento em que foi cessado o pagamento do Auxílio Emergencial de R\$ 600,00, encerrado no dia 31 de dezembro de 2020. Nessa etapa, vale destacar que dos 68,3 milhões de pessoas beneficiadas, apenas 43,5 milhões receberam as quatro parcelas da extensão e 55 milhões pelo menos uma das parcelas da nova fase.

Já em 2021, após quatro meses sem Auxílio Emergencial, o governo federal através da Emenda Constitucional 109/2021⁴⁶, que estabelece um teto de até R\$ 44 bilhões para o benefício, montante fora da regra do teto de gastos, das restrições para endividamento da União (“Regra de Ouro”) e da meta de superávit primário das contas públicas, publica a Medida Provisória 1039/21⁴⁷. Com o teto de gastos, o governo estabelece novas regras e valores para o pagamento do Auxílio Emergencial em 2021. Entre as principais alterações, trouxe a limitação a uma pessoa por família, sendo que mulher chefe de família monoparental com o direito a R\$ 375, pessoas com mais membros na família ou que em 2020 tinham dois membros recebendo o benefício, com direito a R\$ 250,00, enquanto o indivíduo que mora sozinho – família unipessoal – recebendo R\$ 150. Ainda que nenhuma pessoa pudesse solicitar o Auxílio Emergencial em 2021, somente seriam reavaliadas as que permaneciam como aptas em dezembro de 2020.

Os benefícios do Auxílio Emergencial 2021 começaram a ser pagos no mês de abril e na primeira parcela do benefício, demonstra uma redução expressiva do número de beneficiários. Segundo dados da transparência do Ministério da Cidadania, o benefício da primeira parcela foi paga a 39,2 milhões pessoas, sendo 18,3 milhões unipessoais (R\$ 150)⁴⁸, 12,3 milhões famílias (R\$ 250) e 8,6 milhões mulheres monoparentais (R\$ 375).

Ao compararmos o número de beneficiários da primeira etapa do Auxílio Emergencial, iniciada em abril de 2020 (Lei 13.982/2020), com a extensão do programa em 2021 (Medida Provisória 1000/2020), que pagou a primeira parcela em abril de 2021, identificamos uma redução de 28 milhões de beneficiários. Segundo o Ministério da

46. Disponível em: <<https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/emenda-constitucional-n-109-308527609>>.

47. Disponível em: <<https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/medida-provisoria-n-1.039-de-18-de-marco-de-2021-309292254>>.

48. A maior parte dos beneficiários que solicitaram via aplicativo recebem como família unipessoal, diferentemente do cadastro único. Essa questão foi apontada nos relatórios de problemas de implementação, pois as famílias não conseguiram cadastrar os demais membros.

Cidadania/Vis Data (2021), essa redução impactou os grupos da seguinte forma:

- i. beneficiários do Bolsa Família (redução de 19,5 milhões de pessoas em 2020 para 10 milhões em 2021);
- ii. famílias que integram o Cadastro Único, mas não recebem Bolsa Família (redução de 10,5 milhões de pessoas em 2020 para 5,2 milhões em 2021); e
- iii. público que solicitou o benefício pelo aplicativo (queda de 38,2 milhões em 2020 para 28,8 milhões de beneficiários em 2021).

Além do mais, é preciso dizer que, em 2018, apenas 43,4% da população brasileira tinha um rendimento proveniente de trabalho (IBGE, Rendimento de todas as fontes, 2018: 3). Em janeiro de 2020, a taxa de desocupação da população brasileira era de 11,2%. Ademais, estima-se que 54,45% dos empregos formais existentes no Brasil estão sob risco elevado ou muito elevado de automação até 2046. Soma-se a isso, a estimativa de que 17 milhões de postos de trabalho sejam destruídos por mês de isolamento no Brasil, e que, caso o isolamento seja mantido por três meses mais, haja uma redução de 21,6% no emprego total e uma elevação na taxa de desemprego a mais de 30% (Brancher, Magacho & Leão, 2020)⁴⁹. O Secretário Geral da ONU, António Guterres, afirmou, em Assembleia das Nações, em setembro de 2018, que as mudanças no mundo do trabalho no século XXI exigem que os governos ao redor do mundo fortaleçam sua rede de proteção social, levando em conta a possibilidade de adotarem uma renda básica universal.

Todos os instrumentos econômicos elaborados para viabilizar a política de renda básica precisam ser pensados a partir da garantia de direitos sociais, sem redução de políticas sociais já existentes e sem flexibilização de aspectos trabalhistas e previdenciários. Nesse sentido, torna-se urgente rediscutirmos nossa estrutura tributária que, de forma regressiva, aprofunda as desigualdades entre pobres e ricos, entre mulheres e homens, entre negros e brancos e entre regiões, onerando proporcionalmente os menos favorecidos (Fandiño & Kerstenetzky, 2019).

Algumas considerações

Neste artigo, a partir de diferentes perspectivas – sociológica, econômica e da assistência social –, mostramos como foi feita a implementação do Auxílio Emergencial/Renda Emergencial para populações vulneráveis em tempo de Covid-19 em diferentes partes do globo. O contexto complexo da crise sanitária produziu impactos socioeconômicos e no âmbito do mercado de trabalho, sobretudo para as popula-

49. Disponível em: <<https://easp.fgv.br/centros/centro-estudos-novo-desenvolvimentismo/noticias/impactos-economicos-crise-covid-19-e-programas-renda-basica-emergencial>>. Acesso em: 8 Abr. 2020.

ções mais vulneráveis. A partir do levantamento realizado de um amplo espectro de países (151 no total) que implementaram o Auxílio Emergencial/Renda Emergencial, verificamos que a forma de implementação do Auxílio Emergencial no Brasil se aproxima daquela realizada em outros países da América Latina, como Bolívia, Argentina e Peru e se afasta dos exemplos da Colômbia e do México em relação à cobertura, valor e tempo de implementação. Apesar de termos observado divergências entre a política adotada no Brasil e aquelas implementadas pela maioria dos países europeus, o Auxílio Emergencial na Itália e em Portugal se assemelha ao auxílio brasileiro, mais especificamente em relação aos trabalhadores informais.

As problemáticas de execução e de implementação do Auxílio Emergencial no Brasil prejudicaram enormemente os cidadãos vulneráveis. As longas horas na fila para cadastramento e recebimento do benefício, as dificuldades iniciais quanto ao CPF não regularizado, a demora no pagamento do Auxílio Emergencial, a instabilidade do site para cadastramento, a falta de recursos humanos no Centro de Referência de Assistência Social e a dificuldade de acessibilidade digital da população pobre indicam obstáculos relativos à garantia da cidadania e do acesso ao direito à assistência em momento de crise sanitária, econômica e social. A partir do conhecimento dessas adversidades, os governos (em particular, os governos municipais) podem melhorar sua capacidade de gestão, seja diminuindo a burocracia para o recebimento do auxílio assistencial, seja suprimindo arbitrariedades e possíveis preconceitos dos profissionais da ponta com a população pobre atendida.

Destacamos ainda, neste trabalho, que a avaliação das estratégias de enfrentamento à pandemia está diretamente vinculada à rapidez com que os diferentes países listados tomaram as medidas que incluem a remoção de barreiras financeiras em relação ao acesso à saúde, à segurança de renda, à inclusão de trabalhadores da economia informal, à proteção da renda e do emprego e às melhorias do sistema de proteção social. O Brasil, que viveu a condição de epicentro da pandemia do Coronavírus e chegou a apresentar mais de 4.000 mortos em apenas 24h no início de 2021⁵⁰, integrando a lista dos países com piores índices da pandemia⁵¹, viu ser reaberto o debate sobre a ampliação do Auxílio Emergencial, seja no que se refere à sua temporalidade, seja no que tange ao seu valor.

Por fim, neste artigo expomos os dilemas e as lacunas que a crise do Coronavírus deixou para os governos ao redor do mundo. É necessário refletir sobre a capacidade dos países em garantir a proteção social, em particular através da assistência social, com a finalidade de proteger de forma regular e contínua os mais vulneráveis. Este debate ganhou força tanto no Congresso Nacional como entre diferentes organizações civis, como a Rede Brasileira de Renda Básica de Cidadania (que conta com

50. Disponível em: <<https://agenciabrasil.ebc.com.br/saude/noticia/2021-04/covid-19-brasil-bate-recorde-com-4249-mortes-registradas-em-24-horas#:~:text=O%20Brasil%20bateu%20novo%20recorde,marcou%204.195%20vidas%20perdidas%20confirmadas%20>>. Acesso em: Maio 2021.

51. Disponível em: <<https://economia.estadao.com.br/noticias/geral/com-pandemia-brasil-fica-entre-os-piores-paises-em-mortes-por-covid-e-desemprego-em-2020,70003720015>>. Acesso em: Maio 2021.

a participação de políticos e pesquisadores), a Uneafro Brasil, o WWF Brasil, o Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social, a Ação Brasileira de Combate às Desigualdades (ABCD), a Associação Brasileira de ONGs (Abong) e tantas outras.

Tendo em vista a volatilidade dos governos e levando em consideração que vivenciamos um momento de mal-estar social (Foot Hardman, 2019), de abate social (Cohn, 2020) e de um Brasil em Colapso (Solano, 2019), essas organizações passam a discutir a possibilidade de implementação de uma política não apenas emergencial, mas contínua de renda básica (incondicional, universal e permanente) no pós-crise.

Referências

ARRETCHE, Marta Teresa da Silva. Uma contribuição para fazermos avaliações menos ingênuas. In: CARVALHO, Maria do Carmo Brandt; BARREIRA, Maria Cecília (Orgs.). *Tendências e perspectivas na avaliação de políticas e programas sociais*, p. 44-55. São Paulo: IEE/PUC-SP, 2001.

BARR, Nicholas. *Economics of the welfare state*. 5. ed. Oxford, UK: Oxford University Press, 2012, 386 p.

BARRETT, Susan S. Implementation studies: time for a revival? Personal reflections on 20 years of implementation studies. *Public Administration*, v. 82, n. 2, p. 249-262, 2004.

BRANCHER, Marco; MAGACHO, Guilherme; LEÃO, Rafael. *Impactos econômicos da crise do Covid-19 e dos programas de Renda Básica Emergencial*. FGV EAESP, 2020. Disponível em: <<https://eaesp.fgv.br/centros/centro-estudos-novo-desenvolvimentismo/noticias/impactos-economicos-crise-covid-19-e-programas-renda-basica-emergencial>>. Acesso em: 08 Abr. 2020.

COHN, Amélia. As políticas de abate social no Brasil contemporâneo. *Lua Nova*, n. 109, p. 129-160, 2020.

COSTA, José Ricardo Caetano. *O “estado de mal-estar social” brasileiro*. Belo Horizonte : Ieprev, 2020.

DOWBOR, Ladislau. *A era do capital improdutivo: nova arquitetura do poder – dominação financeira, sequestro da democracia e destruição do planeta*. São Paulo: Autonomia Literária, 2017.

DRAIBE, Sônia M.; RIESCO, Manuel. Estados de bem-estar social e estratégias de desenvolvimento na América Latina: um novo desenvolvimentismo em gestação? *Sociologias*, v. 13, p. 220-254, 2011.

DUBOIS, Vincent. *La vie au guichet. Relation administrative et traitement de la misère*. Paris: Économica Études Politiques, 1999.

FAGNANI, Eduardo. *O fim do breve ciclo da cidadania social no Brasil (1988-2015)*, Texto para discussão n. 308. Campinas: Unicamp, 2017.

FANDIÑO, Pedro; KERSTENETZKY, Celia L. O paradoxo constitucional brasileiro: direitos sociais sob tributação regressiva. *Brazilian Journal of Political Economy* (impresso), v. 39, p. 306-327, 2019.

FOOT HARDMAN, Francisco. O desgoverno Bolsonaro e o Estado de Mal-Estar: desafio à resistência e luta das esquerdas. In: GALLEGO, Esther Solano (Org.). *Brasil em colapso*, p. 121-134. São Paulo: Editora Unifesp, 2019.

GALLEGO, Esther Solano. *Brasil em colapso*. São Paulo: Editora Unifesp, 2019.

GENTILINI, Ugo et al. *Social protection and jobs responses to Covid-19: a real-time review of country measures*. Washington, DC: World Bank, 2020.

GRIN, Eduardo. Regime de bem-estar social no Brasil: três períodos históricos, três diferenças em relação ao modelo europeu social-democrata. *Cadernos Gestão Pública e Cidadania*, v. 18, n. 63, Jul.-Dez. 2013.

GUNN, Lewis; HOGWOOD, Brian. *Models of policy-making centre for the study of public policy*. Strathclyde, UK: University of Strathclyde, 1982.

HILL, Michael; HUPE, Peter. The multi-layer problem in implementation research. *Public Management Review*, v. 5, n. 4, p. 471-490, 2003.

HILL, Michael; HUPE, Peter; NANGIA, Monika. Studying implementation beyond deficit analysis: the top-down view reconsidered. *Public Policy and Administration*, v. 29, n. 2, p. 145-163, 2014.

KERSTENETZKY, Célia Lessa. *O Estado de bem-estar social na idade da razão: a reinvenção do Estado Social no mundo contemporâneo*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.

LASCOUMÈS, Pierre; LE GALÈS, Patrick. A ação pública abordada pelos seus instrumentos. *Revista Pós Ciências Sociais*, v. 9, n. 18, Jul.-Dez. 2012.

LIPSKY, Michael. *Street level bureaucracy: dilemmas of the individual in public services*. New York: Russeell Sage Foundation, 1980.

LOTTA, Gabriela. *Teorias e análises sobre implementação de políticas públicas no Brasil*, p.3-324. Brasília: Enap, 2019.

MARINS, Mani Tebet. As consequências não previstas do Programa Bolsa Família. In: LOTTA, Gabriela (Org.). *Teorias e análises sobre implementação de políticas públicas no Brasil*, p. 3-324. Brasília: Enap, 2019a.

_____. Estigma e repercussões do status de beneficiária. In: PIRES, Roberto (Org.). *Implementando desigualdades: reprodução de desigualdade na implementação de políticas públicas*, p. 657-678. Brasília: Ipea; Cepal, 2019b.

_____. A “feminino” como gênero do desenvolvimento. *Revista Estudos Feministas*, v. 26, p. 1-14, 2018.

_____. *Bolsa Família: questões de gênero e moralidades*. Rio de Janeiro: UFRJ; Faperj, 2017.

MATLAND, Richard. Synthesizing the implementation literature: the ambiguity-conflict model of policy implementation. *Journal of Public Administration Research and Theory*, v. 5, n. 2, p.145-174, 1995.

MAYNARD-MOODY, Musheno, M. *Cops, teachers, counselors: narratives of street-level judgment*. Ann Arbor, MI: University of Michigan Press, 2003.

OXFAM. *Tempo de cuidar: o trabalho de cuidado não remunerado e mal pago e a crise global da desigualdade*. Rio de Janeiro: Oxfam, 2020.

PAUGAM, Serge; DUVOUX, Nicolas. *La régulation des pauvres du RMI au RSA*. Paris: Presses Universitaires de France, 2008

PIRES, Roberto. O trabalho na burocracia de médio escalão e a sua influência nas políticas públicas. In: PIRES, Roberto; LOTTA, Gabriela; OLIVEIRA, Vanessa (Orgs.). *Burocracia e políticas públicas no Brasil: interseções analíticas*, p. 185-206. Brasília: Ipea;Enap, 2018.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO (PNUD/ONU). *Relatório do Desenvolvimento Humano 2013*. Disponível em: <<http://www.pnud.org.br/arquivos/rdh-2013.pdf>>. Acesso em: 10 Mar. 2020.

PRESSMAN, Jeffrey; WILDAVSKY, Aaron. *Implementation: how great expectations in Washington are dashed in Oakland; or, why it's amazing that federal programs work at all, this being a saga of the economic development administration as told by two sympathetic observers who seek to build morals on a foundation*. Berkeley, CA: University of California Press, 1973.

SABATIER, Paul.; MAZMANIAN, Daniel. The conditions of effective implementation. *Policy Analysis*, v. 5, 1979.

SANTOS, Wanderley Guilherme Dos. Cidadania e justiça: a política social na ordem brasileira. Rio de Janeiro: Campus, 1979.

SOLANO, Esther. *Brasil em colapso*. São Paulo: Editora Unifesp, 2019

SILVA, Jéssica Lago da et al. Políticas socioeconômicas de reação à crise da covid-19 no município de Maricá, Rio de Janeiro. *Mercado de Trabalho: Conjuntura e Análise*, n. 69, 2020.

SMALL, Mario Luis; HARDING, David J.; LAMONT, Michèle. Reavaliando cultura e pobreza. *Sociologia & Antropologia*, v. 1, p. 91-118, 2011.

WINTER, Søren. Perspectivas de implementação: status e reconsideração. In: PETERS, Gui; PIERRE, Jon. *Administração Pública Contemporânea*. São Paulo: Editora Unesp, 2013.



Operários nordestinos na Região do ABC Paulista: narrativas de classe e de masculinidades

Recebido: 20.08.20
Aprovado: 29.04.21

Jaime Santos Júnior (<https://orcid.org/0000-0002-7809-6976>),
Departamento de Sociologia e Programa de Pós-Graduação em Sociologia,
Universidade Federal do Paraná (UFPR), Curitiba, PR, Brasil^I.

Mariana Zanata Thibes (<https://orcid.org/0000-0002-6050-1160>),
Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, SP, Brasil^{II}.

Marilda Aparecida de Menezes (<https://orcid.org/0000-0001-5815-975X>),
Universidade Federal do ABC (UFABC), Santo André, SP, Brasil^{III}.

I. Jaime Santos Junior é professor do Departamento de Sociologia e do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFPR. Doutor em sociologia pela Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas da USP.
<jaimesjr@ufpr.br>.

II. Mariana Zanata Thibes é doutora e mestre em sociologia pela USP, com estágio na New York University.
<mthibesster@gmail.com>.

III. Marilda Aparecida de Menezes é PhD pela University of Manchester, professora visitante nacional sênior (Capes/PVNS) da (UFABC) desde novembro de 2012. Pesquisadora do CNPq, nível 1C.
<menezesmarilda@gmail.com>.

Resumo: Nesse artigo, recorreremos à resultados de pesquisas feitas entre 1980 e 1984, 2012 e 2018, que analisaram, em um mesmo *cluster*, trajetórias de trabalho e migração de camponeses que deixaram o sertão da Paraíba para se inserir nas indústrias automotivas da Região do ABC Paulista na segunda metade do século XX, estabelecendo um novo objetivo: arriscar o exercício metodológico de rever o conteúdo das entrevistas para pensá-las na chave da construção das masculinidades. Aspecto que emergiu da continuidade da pesquisa nos últimos anos e do desdobramento interpretativo dos achados que tínhamos em mãos. Os resultados sugerem que a pretensão do recorte longitudinal, que acompanha essas trajetórias de vida, sob o efeito de uma nova abordagem, realçou os aspectos do modo como operam as clivagens no interior de uma classe de trabalhadores desvelando as ambiguidades da construção da dignidade do trabalhador em um contexto de intensa exploração.

Palavras-chave: Memórias. Trabalho. Migração. Masculinidades. ABC Paulista.

Northeastern workers in the ABC Paulista region: class and masculinity narratives

Abstract: In this paper we used the outcomes of two researches carried out between 1980 to 1984 and 2012 to 2018 which analyzed, in the same cluster, work trajectories and migration of peasants who left Paraíba State to become workers at the automotive industries in ABC Paulista during the second half of the 20th century, establishing a new objective: to assume the methodological exercise of reviewing the interviews to think about them under the analytical key of masculinities. This issue has emerged from the continuity of the research in recent years besides the interpretive development of the findings we had in hand. The results that the longitudinal analyses which fol-

lows these life trajectories, under the effect of a new approach, highlighted some aspects which operate as cleavages within a class of workers, unveiling the ambiguities in self presentation of worker's dignity in a context of intense exploitation.

Keywords: Memories. Work. Migration. Masculinities. ABC Paulista.

Primeiras palavras

Este artigo se vale de achados de pesquisa que vêm sendo realizadas desde a década de 1980 com trabalhadores(as) que migraram de áreas rurais da Paraíba para trabalhar em indústrias no estado de São Paulo, ou em usinas de cana-de-açúcar no estado de Pernambuco¹. A primeira incursão em campo, ocorrida entre 1980 e 1984, resultou em dissertação de mestrado (Menezes, 1985), cujos objetivos eram compreender as estratégias de migrações de indivíduos que saíam do sertão paraibano para encontrar a sobrevivência no atraente e disputado mercado de trabalho das indústrias automotivas do ABC Paulista. A pesquisa insere-se na fortuna crítica de estudos que se debruçaram sobre as migrações de trabalhadores do Nordeste para o Sudeste, notadamente São Paulo e Rio de Janeiro, pensando-as enquanto processos de manutenção e reconversão de estratégias de vida. Os avanços desse primeiro trabalho permitiram, em outro momento, incorporar na análise deslocamentos de trabalhadores da mesma região para o corte de cana em Pernambuco (Menezes, 2002), para pensar a teia de formas de resistência que se constituem na experiência adquirida com esses deslocamentos.

Nesse longo percurso, entrevistamos e realizamos observação etnográfica com homens e mulheres que migraram e com os membros da família que ficaram nas localidades de origem, no entanto, ao rever estes primeiros investimentos, percebemos que os sujeitos que privilegiamos foram, principalmente, os homens; analisando suas experiências ocupacionais em indústrias metalúrgicas da Região do ABC Paulista e a de cortadores de cana em usinas de São Paulo e Pernambuco, setores de atividade econômica que empregavam majoritariamente homens.

Ainda debruçados sobre essas análises, notamos que a categoria mais recorrentemente mobilizada foi a de classe, com foco nos modos de vida, transformações das relações/condições de trabalho e de deslocamentos migratórios. Eram trabalhadores e famílias camponesas que se dedicavam ao cultivo de culturas alimentares, criação de animais e, devido às dificuldades de reprodução social, saíram de suas localidades para trabalhar como assalariados nas usinas de cana-de-açúcar e/ou em indústrias da Região Sudeste. É importante ressaltar que, embora o conceito de classe remeta a uma dimensão socioestrutural das relações econômicas no sistema

1. Ao longo desse tempo, os projetos incorporaram diferentes pesquisadores, o que permitiu abrir novas frentes de investimento analítico e alargar o alcance teórico dos achados originalmente colhidos. Ver, por exemplo, Cover (2015).

capitalista, que certamente “emolduram” as relações de trabalho que procuramos observar, as análises tentaram privilegiar aspectos menos comumente observados pela literatura da época, tais como elementos da identidade dos trabalhadores, de seus valores e de sua moralidade.

Nas narrativas registradas através dos métodos etnográfico e da história oral, percebe-se como os trabalhadores migrantes construíam autoimagens que valorizavam a força física, a disposição, a disciplina para fazer qualquer tipo de trabalho, habilidades e interesse para aprender atividades novas. No caso dos que trabalhavam nas usinas de cana-de-açúcar, aqueles atributos eram constituintes da identidade dos trabalhadores “de fora”, no caso, os “paraibanos”, que contrastavam com os trabalhadores locais “pernambucanos”, que eram representados por aqueles, assim como pelas chefias, como de menor produtividade, indisciplinados, acomodados e demandantes de direitos. Como observa Michèle Lamont (2000), em sua pesquisa com trabalhadores *blue collar* norte-americanos, a percepção do próprio valor advém de sua habilidade de autodisciplina e responsabilidade com o trabalho. Nesse sentido, os padrões morais – e, podemos acrescentar, a própria constituição da masculinidade – funcionam como alternativa às definições puramente econômicas de sucesso, oferecendo-lhes uma forma de manter a dignidade. Esses padrões servem não apenas para definir quem eles são, mas para diferenciá-los de outros trabalhadores, por meio de segmentações de classe, etnia e região de origem.

Entre os trabalhadores migrantes, que estavam nas indústrias da Região do ABC Paulista, os atributos de força física, a disposição e a disciplina para fazer qualquer tipo de trabalho conformavam uma construção identitária de “bons trabalhadores”, que compensava, de certo modo, sua condição de trabalhadores “em desvantagem” por serem provenientes do trabalho agrícola e com formação escolar primária, ou iletrados, sem qualificação profissional para o mercado de trabalho industrial e urbano. As narrativas evidenciavam marcadores de classe, mas também de gênero, ou seja, atributos que fundamentam e afirmam uma construção identitária masculina. No entanto, a chave analítica da “masculinidade” não foi mobilizada nessas primeiras pesquisas.

Em 2013, houve a possibilidade de retomar o contato com alguns entrevistados, dando início a uma nova agenda de pesquisa², passados mais de 30 anos da realização do primeiro contato com o grupo de trabalhadores originariamente analisados. Com efeito, novas entrevistas foram realizadas com esses e outros migrantes que permaneceram na Região do ABC, ou que retornaram aos seus municípios na Paraíba. Esse contato permitiu explorar novas dimensões de análise, como as rela-

2. No âmbito de dois projetos de pesquisa:

i. “Memórias de trabalhadores migrantes nordestinos na Região do ABC Paulista: 1950-1970”, trabalho desenvolvido entre outubro de 2012 e outubro de 2018, financiado por uma bolsa de professor-visitante sênior (PVNS/Capes/UFABC);

ii. “Ambivalências e disjunções em transmissões intergeracionais: trabalhadores nordestinos no ABC Paulista”, desenvolvido entre 2015 e 2016, com financiamento do CNPq, na forma de bolsa de pós-doutorado.

ções de gênero (Thibes, Menezes & Santos Júnior, 2018) e a construção de masculinidades. Essas duas ideias nos pareceram centrais tanto ao revisar as entrevistas mais antigas, quanto na consecução de novas análises, constituindo uma forma de conectar experiências temporalmente distantes.

Animados por esse desafio, propomo-nos implementar, neste artigo, um duplo movimento: por um lado, retornamos às primeiras narrativas colhidas há 30 anos no afã de analisar como a produção de masculinidades foi elaborada pelos trabalhadores que migraram de áreas rurais da Região Nordeste para cidades industriais de São Paulo. São pessoas que nasceram entre as décadas de 1940 e 1960 e vieram para a Região do ABC Paulista nas décadas de 1960 e 1970. Em sua maioria, se inseriram em indústrias metalúrgicas, pertencendo ao grupo que se reconhece e é reconhecido como “os metalúrgicos do ABC” (Tomizaki, 2005).

Procuraremos também analisar como a construção de atributos de masculinidade está entrelaçada com a proveniência, ou seja, por serem da Região Nordeste do Brasil e identificados como “nordestinos”. Não resistimos à pista deixada por Hernán Palermo (2017) que, pesquisando em outro contexto, chama atenção para esse aspecto,

Varios estudios afirmaron que no solo es necesario abordar las masculinidades desde una perspectiva de clase, sino también a partir de una relación generacional, de etnia y región, para acceder a una comprensión particular tanto histórica como social (Palermo, 2017: 25).

O conjunto de entrevistas apresentadas foram feitas com agricultores da microrregião do Sertão de Cajazeiras, Paraíba, que migraram para a Região do ABC Paulista nas décadas de 1960 e 1970. Por outro lado, e para ir além, colhemos novos relatos. Sendo assim, as entrevistas foram realizadas em dois períodos, de 1980 a 1984 (Menezes, 1985), período em que eram trabalhadores que estavam na fase produtiva da vida, inseridos no mercado de trabalho – a maioria contava entre 20 e 40 anos – e, após 30 anos, no período que vai de 2012 a 2018 (Thibes, Menezes & Santos Júnior, 2018; Santos Júnior, Thibes & Menezes, 2019), com alguns trabalhadores que foram entrevistados na década de 1980 e outros. Para esta última fase, as entrevistas foram com trabalhadores – homens e mulheres – que estavam na fase de aposentadoria. O trabalho não era mais o centro do cotidiano de suas vidas, todavia, em suas memórias, é narrado como sendo uma experiência central no ciclo de vida.

Arranjos metodológicos

Parecia claro o risco que assumiríamos ao retornar aos achados de pesquisas colhidos em diferentes momentos, ainda que com objetivos muito próximos. O fio da navalha nos tocava pelo viés do anacronismo, fecundando narrativas colhidas outrora com questões que nos inquietam no tempo presente. Mas consideramos que seria possível calibrar esse retorno, aproximando os achados de pesquisa por meio do seguinte artifício. Em termos metodológicos, o desafio proposto mira dois alvos:

- i. rever o material colhido em campo inserindo uma nova chave de interpretação, a da construção de masculinidades; e
- ii. o faz por meio de um desenho longitudinal, que retorna a campo para fazer entrevistas com o mesmo grupo de trabalhadores.

Não se trata, pois, de um estudo de painel, que demandaria maiores restrições na composição do universo dos casos analisados, mas sim de *cluster*, por considerar que o grupo de trabalhadores que nos interessa apresenta características internas semelhantes, mas distintas quando comparados a outros grupos. Importa dizer que são trabalhadores com origem rural, que comungam de um modo de vida próprio, com hábitos e valores que nos permitem circunscrevê-los em um *cluster*. Portanto, na seleção dos casos, não se exigiu que fossem os mesmos entrevistados há 30 anos. No Quadro 1, abaixo, reunimos alguns dados objetivos para facilitar a compreensão dos casos que selecionamos.

QUADRO 1
DISPOSIÇÃO DAS ENTREVISTAS

Nome fictício	Ano de nascimento	Ano da migração para a Região ABC	Ano da entrevista	Local da entrevista
Aldo Lemos	1958	1974	1984	São Bernardo do Campo/SP
Geraldo Lemos	1918	-	1983	Bonito de Santa Fé/PB
José Ramos	1959	1974	2014	São Caetano do Sul/SP
Joaquim Bernardo	1950	1967	1983	São Caetano do Sul/SP
Marcos Silva	1956	1978	1983	Santo André/SP

Fonte: elaboração própria.

Ao citar os fragmentos de entrevista, identificaremos a idade no momento da entrevista e o ano de sua realização. Para melhor organizar os achados, estruturamos a argumentação em três partes: a primeira analisa como os atributos de masculinidade, tais como força, disciplina e disposição para o trabalho estão associados ao termo nativo “coragem”. Na segunda, interessa-nos os modos de veiculação de

uma imagem de “macho”, como valor moral, enquanto atributo do “nordestino”. Por fim, exploramos os elos existentes entre as identidades de ser “macho” e “nordestino” como elementos disposicionais (Bourdieu, 1998) mobilizados para aguentar a humilhação e o sofrimento no cotidiano do trabalho.

“Coragem”:

força, disciplina e disposição para o trabalho

Do amplo movimento que mudou a face do Brasil, sabemos hoje que as migrações entre a Região Nordeste e São Paulo se intensificaram na década de 1950 (Lopes, 1967; Fontes, 2008) propiciando o fluxo de pessoas, mercadorias e notícias, ativando, no imaginário social, a imagem de São Paulo como lugar de emprego fácil, onde se ganhava muito dinheiro e havia facilidade para “comprar um terreno” e construir a casa própria. Circulavam, também, notícias da dureza do trabalho e da vida, das extensas jornadas de trabalho, sob os auspícios da quase obrigatoriedade de se fazer horas extras. Mais detidamente, o setor industrial da Região do ABC Paulista demandava trabalhadores com “força física”, com “disposição” para todo tipo de trabalho, com o acréscimo de serem “disciplinados”, ou seja, que fossem capazes de cumprir as regras de controle estabelecidas pelas fábricas (Negro, 2004).

A questão que nos orienta aqui é analisar se, nas narrativas dos trabalhadores procedentes de áreas rurais da Região Nordeste, emergem construções de si mesmos como homens com força, disciplina e disposição para o trabalho, e de que modo tais representações reverberam em pilares fundamentais não apenas do que é “ser homem”, mas do que é ser um homem com valores, qualidades e dignidade que o distingue de outros e, nesse sentido, compõe um elemento fundamental de sua identidade. Compreendemos que os textos gerados a partir das entrevistas são narrativas, nos termos propostos por Verena Alberti (2004).

Ao contar suas experiências, o entrevistado transforma aquilo que foi vivenciado em linguagem, selecionando e organizando os acontecimentos de acordo com determinado sentido. Esse *trabalho da linguagem* em cristalizar imagens que remetem a, e que significam novamente, experiência é comum a todas as narrativas (Alberti, 2004: 77, grifos nossos).

É através da linguagem que a experiência passada é organizada e significada. Assim, a linguagem é, ela mesma, ato, produção de algo. A narrativa não é um relembrar fiel do passado, mas sim uma ressignificação do passado a partir do presente (Bosi, 1994; Halbwachs, 2006). Ou, como propõe Alessandro Portelli (1997):

Mas o realmente importante é não ser a memória apenas um depositário passivo de fatos, mas também um processo ativo de criação de significações. Assim, a utilidade específica das fontes orais para o historiador repousa não tanto em suas habilidades de preservar o passado quanto nas muitas mudanças forjadas pela memória. Estas modificações revelam o esforço dos narradores em buscar sentido no passado e dar forma às suas vidas, e colocar a entrevista e a narração em seu contexto histórico (Portelli, 1997: 33).

Os narradores tecem os fios entre o presente e o passado para dar forma e sentido às suas vidas. No mesmo compasso, Rita de Cássia Paiva (1999) sugere que narrar é unir discontinuidades, ou seja:

O narrador ou o investigador, ao reescrever a ação e o discurso que lhe é inalienável, conectando seus fragmentos, efetua uma transcrição significativa. Esta não enuncia verdades sobre a ação, mas visa a dialogar tanto com o objeto (sujeito) quanto com as outras teorias que abordem o assunto sobre o prisma de uma outra racionalidade (Paiva, 1999: 98).

Imbuídos desse partido teórico, analisaremos fragmentos das narrativas dos trabalhadores migrantes de modo a propor um argumento para o nosso objeto de estudo; dito de outro modo, perseguimos o desafio de compreender como os trabalhadores migrantes de áreas rurais que se tornaram operários em metalúrgicas constroem suas identidades fundamentadas em referenciais de masculinidade cujos elementos partem de suas experiências no mundo do trabalho e/ou de sua origem regional. Vejamos.

Nosso primeiro personagem é Aldo, nascido em 1958, casado, três filhos, entrevistado em 1984, quando tinha 26 anos. Seus pais eram agricultores, possuíam uma pequena propriedade no município de Bonito de Santa Fé, Paraíba. Na ocasião do nosso encontro, tinha onze irmãos, sendo ele o décimo filho. O irmão mais velho contava 42 anos em 1984 e foi o primeiro a migrar para a Região do ABC Paulista, em 1970. Na sequência vieram outros sete irmãos, os demais ficaram no município de origem. Para se referir aos ensinamentos dos pais Aldo diz:

Todo mundo do Norte [Norte é um termo recorrente para se referir à Região Nordeste] achava bom lá. Houve 70 [1970] que foi seco, aí vem muita gente embora, aí depois de 70 o povo vinha, escrevia prá lá [Paraíba] ou ia passear lá e falava que aqui [São Paulo] era bom, que o cara trabalhava e ganhava muito dinheiro. Este povo que contava papo acho que tinha vergonha, porque tinha saído do Norte, queria voltar bem. Meu pai sempre dizia que pra quem é novo e tem *coragem* de trabalhar, São Paulo é bom

para viver, mas, pra quem não tem *coragem* de trabalhar, não dá não (grifos nossos, entrevista de 1984).

Coragem é um sintagma que aparece com recorrência tanto nas narrativas dos que migraram, quanto dos que ficaram na Região Nordeste, como veremos ao longo da exposição. Ele sintetiza alguns atributos do trabalhador – recordando, o ser “forte”, “disposto” para todo tipo de trabalho e “disciplinado”. São elementos, notem, de ordem moral, não sendo meramente um atributo físico. Em entrevista feita com o pai de Aldo, Geraldo, à época com 65 anos, em outubro de 1983, em sua casa na área rural do mesmo município, ele volta a mobilizar o termo *coragem* para designar um atributo de caráter dos que migram para São Paulo.

Por que o pessoal sai para São Paulo?

É um ato de coragem, porque o camarada sai daqui prá enfrentá a vida lá, é coragem. Porque se ele não tiver coragem, ele não sai (entrevista de 1983).

Na sequência, ao relatar sobre as condições de trabalho, renda e vida na agricultura em comparação com São Paulo, ele diz:

Eu acredito que o São Paulo é melhor do que aqui, se eu fosse um *homem novo* eu não tava aqui, eu tava em São Paulo. Porque lá [SP] trabalha, o que eu falo sempre é assim, que se aqui [Paraíba] todo mundo trabalhasse como o que vai prá São Paulo trabalhar, as condições daqui [Paraíba] era diferente, lá [São Paulo] trabalha de dia e de noite (grifo nosso, entrevista de 1983).

Nesse fragmento, observamos como o atributo de “coragem” está associado a um componente geracional, ser “homem novo”. Eis que Geraldo tem coragem, disposição e força para trabalhar, todavia, já não é mais jovem para enfrentar a dureza do trabalho fabril. As notícias sobre as regras de controle e disciplina do trabalho circulavam nos territórios de origem dos trabalhadores. A expressão “trabalhá de dia e de noite” evidencia como as condições de intensa exploração do trabalho em São Paulo, seja pela extensão da jornada, ou da intensidade, deixa-se entrever nas representações não apenas dos que migram, mas também dos que ficaram nas áreas rurais da Região Nordeste.

É com esse espírito que Aldo migra para São Bernardo do Campo, em 1979, almejando trabalhar na indústria, assim como seus irmãos, sonhando ganhar um bom salário e ascender na carreira profissional. No entanto, como a maioria dos migrantes (Fontes, 2008), seu primeiro emprego foi na construção civil. Passados três meses, resolve retornar para sua terra e trabalhar na agricultura. O que é assim narrado.

Voltei porque trabalhar no pesado, de construção, era melhor viver no Norte mesmo. Fiquei de 1979 a 1982 trabalhando na agricultura, voltei [para São Paulo] em fevereiro de 1982. Vim sozinho, a família veio em junho de 1982. Não veio tudo de uma vez, porque a condição de dinheiro não dava pra vir tudo de uma vez. Cheguei e enfrentei outra construção, com treze dias meu irmão arrumou [emprego] na fábrica (entrevista de 1984).

Em sua segunda vinda a São Bernardo do Campo, em 1982, o primeiro emprego foi novamente na construção civil. Mais uma vez ele recorre à noção de “coragem”, traduzida em ser trabalhador “forte”, disposto a todo tipo de trabalho – “de dia e de noite” – como eixo central de sua narrativa.

Porque tem muita gente, nordestino, que tá desempregado há muito tempo, mas não volta, passa o tempo todo vivendo de bico.

Eu mesmo, quando eu cheguei do Norte, eu falei: o primeiro serviço que eu encontrar eu pego. Aí eu cheguei na casa da minha irmã e falei: vou arrumar um serviço pra mim aqui.

— Ah! Você não tá doido não?

Eu digo: olha, quem tá sabendo como o sapato tá apertando é eu. Deixei minha família no Norte e tô precisando trabalhar prá mode ajudar a família. Aí eu cheguei lá e falei: tá pegando ajudante?

— Tá, você tem *coragem*?

Eu digo: mas rapaz, que é isso! Eu tenho a *coragem* de enfrentar tudo no mundo, rapaz. Aí ele falou:

—Tão magro e tão baixinho, eu acho que você não vai aguentar, não.

Eu falei: mas se engana, tu tá enganado.

Ele falou: tá, tudo bem, amanhã traga sua carteira e você vem aí.

Aí no outro dia eu cheguei, eles já me deram uma roupa, me deram um capacete e disse: não, você já começa a trabalhar (grifos nosso, entrevista de 1984).

A observação do funcionário da empresa de construção civil, que realça o aspecto físico do nosso entrevistado, estabelece um contraponto para o perfil requerido do trabalhador, que precisava ter um corpo forte para enfrentar a labuta diária. Mas expressa também uma noção de masculinidade para designar que não basta ser homem, é preciso, além dos atributos físicos mencionados, performar um comportamento viril. O emprego do verbo “aguentar” não é casual. Como transitivo direto, requer um complemento, e é neste campo semântico que se assenta a maneira como Aldo reage à dureza do trabalho: “eu tenho a coragem de enfrentar tudo no mundo”. Este é um elemento que ganha relevo em sua narrativa à medida que, a despeito de todas as adversidades da vida de Aldo, das ausências – falta de um corpo robusto, de

dinheiro, de educação formal –, o predicado da coragem basta para que ele conquiste a sua dignidade e se torne um homem cheio de atributos valorados.

Como observa Lamont (2000), sobre a diferença entre os valores mais prezados por trabalhadores *blue collar* brancos e negros nos Estados Unidos, enquanto entre os primeiros há maior ênfase na disciplina, na responsabilidade e na franqueza, os últimos valorizam, além da responsabilidade e do trabalho duro, os valores mais “coletivistas” da solidariedade e da generosidade, como resultado de sua experiência de luta coletiva contra a discriminação racial. Este é um ponto importante porque mostra que os valores mais prezados por determinada categoria de trabalhador refletem também o contexto e as condições estruturais de sua vivência. No caso dos trabalhadores nordestinos aqui retratados, a própria identidade de “nordestino” também servirá como cimento de solidariedades tecidas entre os trabalhadores com origem comum e que alimentará resistências contra os desmandos da fábrica; já a ênfase na força, na disposição e na disciplina revelam tanto um modo de se diferenciarem dos “paulistas”, que não compartilhariam da mesma força e não seriam capazes de suportar o mesmo tipo de lide, realizando os trabalhos leves de “planejamento”, quanto de fazerem frente à sua própria fragilidade.

Após 13 dias trabalhando na construção civil, indicado por um dos irmãos, Aldo conseguiu um emprego em uma metalúrgica de São Bernardo do Campo, inicialmente como ajudante de produção e depois como Caldeireiro. Se a construção civil era o primeiro emprego para a maioria dos migrantes nas décadas de 1960 e 1970, o desejo de todos era trabalhar na indústria, especialmente no setor metalúrgico, onde se esperava ter melhor salário e ascender na carreira profissional (Menezes, 2019). O trabalho na indústria representava para o migrante nordestino a possibilidade de adquirir uma profissão. A expectativa tinha como contexto a experiência de amigos e parentes (particularmente aqueles que migraram em décadas anteriores a 1970) que conseguiram adquiri-la. Em seu estudo sobre os migrantes nas fábricas automobilísticas do ABC na década de 1950, Antonio Negro (2004) também observa o desejo de entrar numa fábrica, especialmente a automobilística.

Um novo mundo se descortinava após o ingresso numa automobilística, e, de fato, o fenômeno da incorporação do migrante à indústria revestia-se de novos significados. No exercício fiscal anterior, entre os 582 empregados daquela “fervilhante colmeia de trabalho”, era comum deparar-se com o operário de construção que acabara de encerrar o serviço da edificação dos galpões industriais (Negro, 2004: 411).

A valorização do trabalho na fábrica vem atrelado, o mais das vezes, a um projeto de ascensão na carreira e estabilidade, cujos signos externos de afirmação social

envolvem práticas de consumo tais como adquirir terreno, casa, carro, itens reconhecidos e legitimados como símbolos de melhoria de vida. Mas há, também, o sentimento mais difuso de dignidade enquanto trabalhador que, brioso de sua “coragem”, trabalhou duro para se construir como homem digno e honrado, bom trabalhador e pai de família. A ideia de sucesso para esses indivíduos, embora vinculada a atributos do mundo do trabalho, não é constituída apenas por elementos desse universo. Há um projeto de vida que tem como centro a família e no qual eles desempenham o papel de provedores, enquanto as mulheres se responsabilizariam pelo trabalho doméstico (Thibes, Menezes & Santos Júnior, 2018). Esse arranjo já foi bastante discutido pela literatura no registro da ideologia patriarcal e da divisão sexual do trabalho (Safiotti, 1970). No entanto, pouco se atentou para o fato de que, do ponto de vista das necessidades dessas famílias, valoriza-se a situação da esposa que não precisa trabalhar em razão do salário auferido pelo marido e/ou filhos (French & Cluff, 2000). Assim, o trabalho da mulher fora de casa era visto como uma exceção provocada por dificuldades econômicas ou pelo desejo da família de buscar mobilidade social ascendente.

Os trabalhadores provenientes de áreas rurais tinham a experiência do trabalho familiar, regido por outras normas e valores, enquanto o trabalho assalariado demandava nova socialização. A própria rede de parentes e conterrâneos já atuava como guia a esse respeito, alertando para as novas exigências requeridas. Mas é a valoração de atributos físico e de comportamento que salta à vista operando, como queremos arguir, na chave da construção de um ideal de masculinidade. Nesse sentido, Palermo (2017), no estudo que fez com sobre trabalhadores petroleiros na Argentina, é inovador ao analisar a produção de masculinidades na disciplina do trabalho.

La disciplina fabril no solo es considerada a partir de los atributos técnicos requeridos para el trabajo. También forma parte de los criterios que se evalúen las maneras de comportarse como hombres (Palermo, 2017: 78).

Ao estudar as identidades de duas gerações de metalúrgicos do ABC, Kimi Tomizaki (2005) encontra os mesmos elementos.

Se tomarmos as relações com o corpo como eixo para olhar essas duas gerações, rapidamente percebemos que há, de fato, um fosso entre esses dois grupos. A primeira geração, em sua maioria absoluta, tem origem rural e foi introduzida em uma fábrica tipicamente fordista e taylorista. Trata-se, portanto, de trabalhadores formados pelo “trabalho pesado”, que valorizam a força física como um recurso identitário importante. Além disso, os aspectos

que definem sua masculinidade e virilidade são bastante visíveis tanto na forma tradicional de se vestir ou de cortar e manter o cabelo, quanto no cultivo dos hábitos de beber (geralmente cachaca) e fumar. A segunda geração, por sua vez, sendo constituída pela escola e gozando dos padrões de vida da classe média, apresenta uma outra relação com o corpo. A força física é mais eufemizada, o cuidado com as roupas, por exemplo, causa estranheza entre os mais velhos, além dos brincos, cabelos longos (ou cabeça raspada) e outros acessórios inimagináveis para a primeira geração, tais como anéis, pulseiras, colares e as inevitáveis tatuagens (Tomizaki, 2005: 21).

Os trabalhadores que entrevistamos nas duas etapas da pesquisa, no início da década de 1980 e entre 2012-2018, constituem o que Tomizaki (2005) identifica como sendo a primeira geração de metalúrgicos. Nos fragmentos que analisamos anteriormente, Aldo fala de sua “coragem” de enfrentar qualquer tipo de trabalho, em outros momentos da entrevista, a ideia de “coragem” é narrada não como sendo um atributo pessoal, mas constituinte da própria identidade do nordestino, vejamos o fragmento abaixo.

Prá começar, o nordestino é o seguinte: você sabe, que o que tiver aqui [São Paulo] ele tá pegando. O serviço que tiver, ele já... Porque você chegando do Nordeste aqui, então, prá começar ele não vai pegar serviço bom, ele vai ser ajudante numa firma. Ali então é toda vida de ajudante. Então chega aqui e a pessoa interessado em trabalhar, às vezes recebe seu salário prá dar à família... Aí fica trabalhando. Trabalha de dia e de noite direto (entrevista de 1984).

Vê-se como ele não fala propriamente de si, mas do trabalhador nordestino. É o nordestino, homem com coragem, “interessado em trabalhar” e provedor da família, com disposição para qualquer serviço.

Essa imagem do nordestino também emerge com ênfase na memória dos trabalhadores que entrevistamos no período de 2012 a 2018, os quais eram força de trabalho ativa nas indústrias metalúrgicas da Região do ABC Paulista nas décadas de 1970-1980. É o caso de José Ramos, entrevistado em 2014, que nasceu em maio de 1959 no município de São José de Piranhas (PB). A primeira viagem ao município de São Caetano do Sul (SP) ocorreu em 1974, quando ainda tinha 15 anos, acompanhado da mãe que faria tratamento de saúde. Ficou na casa de sua tia, irmã da mãe, por três meses e depois retornou à Paraíba. Em 1976, com 17 anos, viajou novamente, agora acompanhado de um tio. De 1976 a 1978, trabalhou em indústrias pequenas, aguardando uma chance para conseguir uma vaga em uma indústria maior, preferencialmente automobilística. Em 1978, conseguiu uma vaga na Bom-

bril e ficou até 1998. Entrou como “ajudante” e, em pouco tempo, foi promovido a “operador de máquina”. Em suas memórias sobre o início da trajetória ocupacional nas indústrias do ABC Paulista, José Ramos mobiliza a termo “coragem” para dar relevo a uma “narrativa de si” (Ricoeur, 1994) enquanto trabalhador com força física, disciplina e disposto para qualquer tipo de trabalho.

Eles registraram como ajudante?

Ajudante geral. Daí quando entrei lá dentro, aí comecei... Aí a gente vai desenvolvendo, sempre o nordestino ele tem *coragem* de trabalhar. E lá os trampo muito pesado, mas a gente foi indo, foi indo, até que me promoveram, me deram um aumento. Eu comecei tomar de conta de três máquinas. Aí de ajudante já passei a ser operador de máquina. Foi aí onde eu casei. Que eu casei eu estava na Bombril, só que depois que a minha filha nasceu houve uns fracasso, umas greve e eu e mais uns cara de nosso setor a gente saiu, foi mandado embora (José Ramos, entrevista de 2014, grifo nosso).

Observe-se que, junto à coragem para trabalhar aparece a imagem do que ele chama de “fracasso” e da demissão após a greve. É justamente para fazer face às inúmeras adversidades e necessidades que a “coragem” adquire lugar central na hierarquia de valores desses homens. O reforço desse valor moral, bem como a força e a disposição, constitui um recurso importante para transformar a “dificuldade em orgulho e a servidão em honra” (Rodgers, 1974).

A valorização do trabalhador nordestino pode ser situada no período em que a indústria automobilística, especialmente na Região do ABC Paulista, foi considerada o carro-chefe do desenvolvimento no Brasil, como nos explica Negro.

De fato, quando o *Última Hora* estampou a notícia da vitória na “batalha do automóvel nacional”, esta era mais um sinal de sua afinidade com desejos presidenciais. A indústria automobilística já podia ser considerada uma realidade: seria o “carro-chefe” da expansão acelerada e ainda oferecia um belo horizonte ao eleitorado. Se o ABC Paulista viria a ser o seu reduto, na personagem do lavrador-sertanejo-migrante-operário, vicejava a imagem de um país – a um só tempo – economicamente forte e socialmente viável (Negro, 2004: 407).

Em outra passagem, o mesmo autor prossegue.

Ramificando essa aura de progresso com paz social – e para compor a figura do migrante-operário –, a construção de fábricas de motores a combustão visou ao saque de um aspecto bem comum

na representação do “nordestino”. Após visitar a fábrica da Willys do Brasil, o jornalista Ofir Pinheiro relatou: “ali [...] o sertanejo foi encontrar de novo a sua terra e, com o rosto ainda crestado pelo sol impiedoso do Nordeste, adere à máquina, integra-se nela e dela vê orgulhoso brotar o fruto que seus braços produziram” (Negro, 2004: 408).

Esse texto do jornalista Ofir Pinheiro foi publicado em *O Jornal do Rio de Janeiro*, em 4 de fevereiro de 1960. Essa imagem do nordestino já vinha sendo construída desde a década de 1950 pela imprensa, pelos políticos e empresários do setor automobilístico. É exemplar uma frase de uma crônica sobre o nordestino em uma publicação intitulada “Vida na General Motors do Brasil”, de 1950: “O cearense não cede; é valente e não se dá por vencido...”

Em ambos os textos, é interessante observar que a descrição do “sertanejo” e do “cearense” remetem a atributos masculinos, como homem forte, cujo corpo, marcado pelo sol impiedoso do Nordeste, confunde-se com a máquina, orgulhando-se do fruto de seu corpo. A origem rural é enaltecida invertendo a imagem recorrente do Nordeste como região da seca, da fome e do atraso, para emprestar-lhe um sentido de berço de homens com corpos fortes e mão de obra disponível para o moderno setor industrial. É assim que José Ramos, apesar de se lamentar por ser iletrado e não ter qualificação para o que a indústria demandava, valoriza os elementos da sua socialização na roça, onde aprendeu a “trabalhar pesado”.

Eu tive todas as firmas que trabalhei, eu sempre tive um ambiente bom *porque eu sou, eu vim da roça, a pessoa que enfrenta uma roça, ele chega aqui, tem trampo pesado?* Tem, mas a pessoa trabalha, eu tive meu ambiente bom, é tanto que eu com quatro meses que eu tava na Bombril recebi uma promoção já de operador de máquina. Entrei como ajudante geral, que eu não sabia ler, então, foi assim.

Você chegou aqui sem saber ler?

Eu só sabia fazer meu nome e mal, então meu ambiente era muito bom. Era um cearense que era meu mestre, Luís o nome dele, o cara me deu toda força, ele viu meu interesse e num instante eu tava operando as máquinas, chamava-se recuperador de material (José Ramos, entrevista de 2014, grifos nossos).

As pistas deixadas por outros estudos também atestam como essas imagens do migrante-operário, do trabalhador nordestino, incorporaram-se nas representações que os migrantes-operários elaboravam sobre si mesmos. Se, de um lado, essas imagens contribuíram para suprir os setores produtivos das cidades com a força de trabalho capaz de suportar a intensa e extensa jornada de trabalho, de outro, tor-

naram-se um recurso cultural³ que contribuiu para que os trabalhadores migrantes não apenas se inserissem no mercado de trabalho mas, também, ascendessem na carreira profissional. No entanto, nem todos tiveram a experiência de mobilidade profissional, muitos não atendiam a esse perfil de trabalhador, outros se rebelaram, seja através de resistências silenciosas, invisíveis, no cotidiano da fábrica, ou através de suas expressões coletivas públicas, a exemplo das greves. Os que não se “adaptaram” retornaram para as suas localidades de origem.

Ao retomar a proposta que lançamos aqui – a de compreender como noções, imagens e atributos que se vinculam a um ideal de masculinidade emergem nas narrativas dos trabalhadores de áreas rurais da Região Nordeste que se tornaram operários na Região do ABC Paulista –, na próxima seção analisaremos alguns fragmentos de narrativas que enfatizam a condição de “macho” do nordestino.

Nordestino é “macho”

Para os casos que analisamos, vê-se como a socialização prévia no trabalho agrícola fornece os elementos que serão mais uma vez mobilizados discursivamente em outro contexto. Sendo assim, eles seriam treinados para o trabalho pesado, com jornadas longas e condições ambientais extenuantes como é o caso do trabalho rural no sertão. Ficamos sabendo que ter “coragem” é também estar disposto a enfrentar outras formas de organização e disciplina do trabalho, como sempre dizem: “o nordestino tem que aprendê a conviver com o próprio ambiente que vive”. Esta sorte de saber-comum pode ser lida como uma espécie de “sabedoria”, ou seja, incorporar as práticas, saberes e modos de lidar e driblar as regras de organização e controle do trabalho⁴. Enquanto em algumas narrativas a masculinidade se expressa como “coragem”, força física, disposição para qualquer tipo de trabalho, em outras, a masculinidade emerge em linguagem mais explícita, como é o caso da construção da imagem do nordestino como “machão”. Vejamos como isso aparece.

Joaquim Bernardo, que nasceu em 1950, migrou em 1967, aos 17 anos de idade, para o município de São Caetano do Sul, Região do ABC Paulista. A primeira entrevista que fizemos com ele ocorreu em 1984, quando já era metalúrgico, e, nessa ocasião, ele nos revelou o sonho de ser sindicalista. Em outro momento, na pesquisa realizada no período de 2012 a 2016, conseguimos o seu contato com uma de suas irmãs que nos forneceu seu telefone. Fizemos inúmeras tentativas, através de telefonemas, para agendar uma nova entrevista, após ter decorrido trinta anos do nosso primeiro encontro, no entanto, não obtivemos sucesso. Os motivos alegados foram os mais diversos, a falta de tempo, compromissos com a saúde, ou mesmo que não tinha nada de interessante para contar.

3. Para recorrer à ideia de “sistema cultural” como conjunto de proposições interdependentes que compõe um sistema mais amplo e que é visto na relação com as estruturas sociais e os agentes humanos. Sistemas culturais e estruturas sociais influenciam-se mutuamente, mas somente na medida em que criam contextos de ação (capacitadores ou constrangedores), uma vez que dependem da atuação dos agentes para reproduzir ou alterar as condições estruturais e culturais em que estão inseridos. Sobre isso, ver Archer (1996).

4. Na mesma acepção do que Michel Certeau (1994) chamou de “táticas”.

Embora não tenhamos mais elementos que nos permitam compreender os motivos dessa recusa, ficamos apenas com a entrevista realizada em 1984, quando ele tinha 34 anos de idade. Na passagem que diz ter o sonho de ser sindicalista, ele mobiliza a imagem de nordestino “machão”.

Você tava falando que em São Paulo, a maioria dos sindicalistas é nordestino. Por quê? O nordestino é mais de luta? Tem mais disposição de luta?

Acho que o nordestino tem mais, é mais macho, entende? Mais macho. Não é desprezando o paulista. Eu acho que o paulista é o melhor que tem de brasileiro, mas eu acho que o nordestino é mais macho. Tudo machão, a maioria dos homens são tudo machão. Não é que eles são machão, é o ritmo da terra. Sabe que lá no Norte, o paraibano principalmente, ele fala: “Eu sou homem, na minha casa quem manda sou eu”. Na minha casa quem manda sou eu também, mas tem que combinar com a mulher. Então eu acho que não tem nada a ver, eu acho que tem que se entender e todo mundo mandar, né? Porque ninguém manda, quem manda somos nós. Porque numa casa quem manda é a família. O que eu, a minha mulher e a minha filha. Quem manda em casa realmente mesmo eu acho que é minha filha (Joaquim Bernardo, entrevista de 1984).

5. John Humphrey (1983), em artigo que analisa a participação das mulheres no mercado de trabalho industrial e nos sindicatos, identifica que as diretorias dos sindicatos eram majoritariamente masculinas. Quanto à participação da mulher, considera que é um processo difícil, em parte devido à resistência dos homens, um tanto em razão da debilidade das posições feministas na classe operária naquele momento.

6. Os migrantes utilizavam com frequência o termo “Norte” para se referir à Região Nordeste do Brasil. Porém, ao falar das pessoas, é mais corrente o termo nordestinos.

Em sua narrativa, observamos que a ideia de “machão” é mobilizada como recurso para marcar a diferença entre espaços sociais distintos, tais como o sindicato, a empresa e a família. O fragmento acima está em um contexto no qual ele relatava que a maioria dos dirigentes sindicais era composta por nordestino⁵. Interessante observar que Joaquim Bernardo estabelece uma diferença entre um modo de exercício dessa masculinidade como domínio dos homens, para dizer que ela seria inquestionável na família no “Norte”⁶, no entanto, já relativiza esse domínio para o caso de sua família, em São Paulo. Em outros momentos da entrevista, a imagem de nordestino reafirma a visão do trabalhador com “coragem”, vejamos um fragmento.

E por que são os nordestinos?

Porque o nordestino, ele procura em fazer alguma coisa que seja em benefício dele e da fábrica. Então o nordestino, ele topa tudo. [...] Então o nordestino vem prá cá, ele vem em torno disso aí. Só que tem um pequeno detalhe, também o metrô em São Paulo, os prédios em São Paulo, tudo nordestino, entendeu? Quantos nordestinos não morreram aí? Migrantes nas rodovias, é tanta coisa. Então, ali, 90% que tava ali, o que eram? Nordestino! Se morreram oito lá, sete é nordestino. Isso aí eu tenho certeza. Por que? O nordestino é um cara que não tem medo de nada. É aquilo que eu te falei, é macho (Joaquim Bernardo, entrevista de 1984).

Vemos nesse fragmento como a “coragem” para trabalhar se vincula a um ideal de masculinidade como sendo “macho”. Conquanto nem sempre o termo “macho” esteja presente nas narrativas, os atributos de masculinidade são recorrentes e se expressam nas ideias de “coragem”, força física, disposição para qualquer trabalho. Assim, poderíamos dizer que essa noção mais ampla de masculinidade era um demarcador das representações identitárias dos trabalhadores que vêm da Região Nordeste para São Paulo.

Trata-se de uma construção identitária do nordestino como homem viril, forte, em outros termos, “macho”. Como entender essa identidade masculinizada do nordestino? Por certo, não se trata de uma identidade “essencializada”, mas sim construída historicamente. É com esta chave analítica que Durval Albuquerque Júnior (2000) demonstra como a identidade nordestina foi construída em torno da figura masculina.

O nordestino é uma figura que vem sendo desenhada e redesenhada por uma vasta produção cultural, desde o começo deste século [XX]. Figura em que se cruzam uma identidade regional e uma identidade de gênero. O nordestino é macho. Não há lugar nesta figura para qualquer atributo feminino. Na Região Nordeste até as mulheres são macho, sim senhor! Na historiografia e sociologia regionais, na literatura popular e erudita, na música, no teatro, nas declarações públicas de suas autoridades, o nordestino é produzido como uma figura de atributos masculinos (Albuquerque Júnior, 2000: 20).

Por aí podemos entender que essa representação identitária encontra assento na literatura, em jornais e folcloristas, sobretudo no período entre 1920 e 1940. É nesse início do século XX, período caracterizado pela transição de uma sociedade tradicional – rural e patriarcal – para uma sociedade moderna e urbana, em que sobressaem aqueles atributos de valentia e virilidade.

O nordestino seria macho pela própria história da região, que teria exigido a sobrevivência dos mais fortes, dos mais valentes e corajosos. Nessa descrição do nordestino, nós vamos perceber que, embora os intelectuais que estavam elaborando esse tipo regional estivessem ligados às elites, é no homem das camadas populares, principalmente do campo e do sertão, que se vai buscar um modelo típico de masculinidade para ser generalizado para todo ser regional. Os homens das elites decadentes, moles e impotentes, das novas elites burguesas, homens delicados e de punhos de renda, ou mesmo o morador pobre da cidade, efeminado por uma vida sem exercícios físicos duros, por uma vida que não era rústica, não serviam como modelo para esse novo homem que estava se pretendendo criar, capaz de significar uma resistência

viril contra a cultura moderna e delicada que ameaçava descaracterizar a região e submetê-la definitivamente a outras áreas do país. Por isso é nos tipos rurais tradicionais e em sua cultura que se vai procurar o tipo regional e a cultura regional (Albuquerque Júnior, 2003: 202).

O argumento é discursivo, encabeçado por uma aristocracia rural decadente, em face da emergência de uma elite urbana, que cultiva outros hábitos. Mas, como ele frisa, o elemento viril idealmente representado é depositado numa caricatura do homem simples, trabalhador do campo. Como propõe Albuquerque Júnior (2003; 2005), é esse ideal de masculinidade, em que pese as mudanças ocorridas com a decadência da sociedade açucareira e patriarcal, que dá origem ao Nordeste moderno e que encontra apelo no comportamento violento, na imagem de que todo nordestino é hábil com facas.

Se a construção da identidade nordestina como masculina expressou um modo de afirmação da Região Nordeste em um contexto histórico em que a aristocracia rural estava perdendo poder, ela tem sido mobilizada no decorrer do século XX como construção identitária de trabalhadores pobres de áreas rurais do Nordeste que migraram para São Paulo. Os atributos de coragem, valentia, virilidade e força foram, de certo modo, armas de autovalorização para se contrapor à baixa, ou nenhuma, escolaridade e habilitações técnicas requeridas no mercado de trabalho urbano-industrial. E foi também, como já fizemos referência anteriormente, mobilizada por empresários e a imprensa da época para atrair trabalhadores e legitimar as condições de exploração intensa. Iremos abordar na próxima seção como esses atributos de masculinidade orientam a conduta dos trabalhadores em face das exigências da disciplina do trabalho nas indústrias metalúrgicas na Região do ABC Paulista.

“Morre e não se entrega”: disciplina, humilhação e sofrimento

A incorporação de um ideal de masculinidade se expressa nas formas de lidar com as condições de exploração e as formas de dominação nos espaços de trabalho. Iremos selecionar alguns fragmentos de entrevistas que narram a disciplina para o trabalho e o sentimento de “humilhação”.

Filho de um pequeno proprietário, Marcos Silva nasceu em 1956, tinha 27 anos no momento da entrevista, em 1983, estava casado, com três filhos e trabalhava em uma metalúrgica de São Bernardo do Campo. Quando perguntado sobre São Paulo e os nordestinos, diz:

Bem, é o seguinte. Tem muitos que vêm, vem só aquilo na cabeça, que às vezes o cara é mais ou menos lá e fala: “não, eu vou prá São Paulo”. Aí chega aqui, quer viver uma vida, sabe, uma vida independente. Aqui o cara em São Paulo ele vive uma vida independente se ele for um cara que tiver uma boa condição, mas, se ele é um cara pobre, ele não pode viver uma vida independente, ele tem de viver uma vida humilhada. A vida humilhada assim, é, você vê, eu vim de lá prá cá, cheguei aqui tem, procurei uma firma, tô lá trabalhando, trabalhando, então, aí eu sou obrigado. Meu encarregado é um homem que só dava na minha cintura, a altura dele só dá aqui assim na minha cintura. Então, humilhado que eu falo é isso, eu falo, eu tô trabalhando num serviço, chega: “Ó, você vai fazer aquele outro”. Eu não posso falar que não vou, não posso falar que vou deixar meu serviço que tô trabalhando prá fazer aquele outro serviço. Não, eu tenho de ir. Então, a obrigação, a humilhação que a gente fala é isso aí. A gente vive humilhado (Marcos Silva, entrevista de 1983).

Apesar da menor estatura, o chefe ocupa uma posição superior na hierarquia das relações de trabalho, o que subverte os atributos físicos da masculinidade associados àquele que manda. A despeito de ser um elemento mais difuso, a sujeição às regras de dominação do trabalho assalariado é representada como conduta: “ele não pode viver uma vida independente, ele tem de viver uma vida humilhada”. Propomos duas leituras para o termo “humilhação” ou “vida humilhada”. A primeira como expressão crítica às formas de controle e dominação do trabalho implementadas pelas chefias, que cerceiam a autonomia e a dignidade do trabalhador. A atitude de aparente aceitação às regras das empresas não necessariamente significa que o trabalhador é passivo, mas, antes, sugere uma atitude estratégica necessária para a manutenção do emprego, portanto é ativa. A luta pela permanência no emprego, isto é, para adquirir “anos de casa” e para conquistar uma “profissão” expressava-se, muitas vezes, na aceitação das regras de controle do trabalho como cumprimento das atividades segundo os critérios da hierarquia da empresa e obediência ao chefe-encarregado. O segundo aspecto que merece destaque é que “viver uma vida humilhada” é, nesse contexto, traduzido na chave da honra, do papel que se lhe espera na família como provedor.

Tem alguma outra humilhação em São Paulo que o nordestino passa?

Sobre ser nordestino não tem. Porque você sabe, o Nordeste é... O nordestino é brasileiro. Então, a humilhação que acontece é isso aí, em todo serviço. Você prá conseguir alguma coisa na vida, você tem de trabalhar, ser humilhado, entendeu? Talvez tem uma pessoa que às vezes, não, talvez, não seja igual a você, mas, às vezes, tem aquela chance, tem aquilo tudo, tem o supervisor na firma.

Então, você tem que ser humilhado. Pelo nordestino, a força do braço do nordestino, mesmo com o nordestino ganhando seu dinheirinho. Mas, o nordestino são um pessoal que ele é, como é que se diz, ele morre e não se entrega, ele não abre do serviço, é um pessoal que pega qualquer serviço. Que toca o barco, o barco prá frente. É uma pessoa que tem coragem de trabalhar, é uma pessoa sofredora, acostumado a sofrer, assim, sofrer assim, trabalhar, bastante (Marcos Silva, entrevista de 1983).

A necessidade de trabalhar e saber contemporizar com as regras de dominação é um valor que se sobrepõe ao sentimento de humilhação, ou seja, estar sob o comando, na maioria das vezes autoritário, das chefias (Rainho, 1980). Em sua pesquisa sobre as condições de trabalho dos metalúrgicos da Região do ABC Paulista, Laís Abramo (1999) analisa o desgaste físico e a tensão psicológica resultante da dilapidação das energias físicas e psíquicas dos trabalhadores. Nos relatos que ela colhe, os trabalhadores também expressam igual sentimento de humilhação e onipotência em razão das condições de trabalho na fábrica.

A narrativa sobre a humilhação como sentimento, percepção da disciplina e do controle do trabalho é recorrente na maioria das entrevistas que realizamos nas duas pesquisas. Ela se mistura com as imagens do trabalhador incansável, que “morre e não se entrega”, que tem “coragem de trabalhar e está “acostumado a sofrer”. Atributos que são constituintes da identidade nordestina do “macho” (Albuquerque, 1999) e do ideal de masculinidade da disciplina do trabalho (Palermo, 2017).

A percepção de que se trata de uma vida humilhada é seguida pela reafirmação da ideia de coragem e sofrimento – pessoa sofredora – acostumada a sofrer. Assim, poderíamos dizer que mesmo que expressem e tenham o sentimento de que se trata de uma vida humilhada, eles são homens fortes, “machos”, estão acostumados a sofrer e por isso conseguem seguir em frente. Dessa forma, e este é o nosso argumento, a transmutação da humilhação e da dominação em honra e virtude permite que esses homens se sintam dignos. Daí a centralidade que o trabalho ocupa em suas vidas, como via de acesso aos atributos que constituem sua identidade e seu valor próprio.

Mas essa capacidade para suportar o sofrimento é interpretada nos achados de outros pesquisadores de maneira distinta. Assim, Rainho (1980) analisa um conjunto amplo de entrevistas com operários metalúrgicos identificados como peões do ABC Paulista sobre condições de trabalho no chão de fábrica, trajetórias de trabalho, moradia e consciência de classe. Na parte em que analisa a trajetória dos operários, ele destaca a origem rural, nordestina e o desejo de melhorar de vida. É nesse momento que ele identifica a lógica presente para suportar o sofrimento.

O sofrimento é considerado elemento integrante e por isso comum à obtenção do que aspiram. Há, portanto, um grande desejo e coragem de alcançar tudo aquilo que chamam de “vencer e melhorar na vida”. Trata-se, portanto, do mito do *self-made-man* inerente à própria fase pioneira de constituição do capitalismo (Rainho, 1980: 234).

Essa interpretação do *sofrimento* tem como fundamento teórico o conceito de classe. O suposto é do que esses trabalhadores não teriam formado “consciência de classe”, pois concebem suas condições de trabalho e problemas como individuais, ou atribuem a crenças que reforçam uma mentalidade passiva, fatalista e conformista. Luís Rainho (1980) não mobiliza a categoria de gênero nem o ideal de masculinidade, o que é compreensível no período em que a pesquisa foi realizada, finais da década de 1970, em que havia uma onda de estudos sobre a classe trabalhadora e apenas emergiam algumas pesquisas com o recorte sobre as relações de gênero, a maioria de mulheres pesquisadoras⁷.

Já para Palermo (2017), a capacidade para aguentar sofrimento é analisada na pesquisa sobre petroleiros na Argentina em outra chave.

7. Há um primoroso resumo da sociologia do trabalho industrial no Brasil de Nadya Guimarães (2004).

Un hombre petrolero debe exhibir cualidades como la resistencia al sufrimiento y para ello es imperioso que haya atravesado experiencias de sufrimiento en el pasado; debe saber soportar los golpes y sobre todo saber ser un hombre duro, lo contrario a un “pibe blandito”. Ser “duro” es aceptar el absurdo privilegio de la masculinidad que impone a todo hombre el deber de afirmar su virilidad ante cualquier circunstancia. Ser duro expresa la exaltación de valores masculinos que van concretando los sentidos solicitados por la disciplina fabril (Palermo, 2017: 88).

A análise de Palermo interpreta a resistência ao sofrimento como demonstração da masculinidade dos petroleiros; deles se espera que sejam fortes e duros diante das situações dolorosas, de exaustão de seus corpos. Ser capaz de aguentar o trabalho pesado e a dura jornada de trabalho na extração de petróleo é um modo de afirmação cotidiana de valores masculinos que são requeridos pela disciplina fabril.

Ao colocarmos as interpretações de Rainho (1980) e de Palermo (2017) em diálogo, não temos como propósito identificar qual delas seria a mais apropriada para compreender a experiência de sofrimento relatada pelos operários metalúrgicos no ABC Paulista e pelos petroleiros na Argentina, mas, a contrapelo, expor como os argumentos contidos nas escolhas conceituais e teóricas – no caso o conceito de classe e relações de gênero – resultam em explicações bem diferenciadas das narrativas de resistência ao sofrimento.

Considerações finais

Revisitar as entrevistas feitas há 30 anos colocando-as em diálogo com achados mais recentes, nossos e de outros pesquisadores, e propondo uma releitura por meio de outras categorias de análise, só é possível com uma estratégia metodológica que estabeleça os parâmetros dessa aproximação. Se a nossa pretensão é a de um estudo de tipo longitudinal (Safi, 2015), que reconstitui sequências de acontecimentos e permite acompanhar a trajetória ocupacional de *clusters* de trabalhadores migrantes com origem rural e sua inserção nas indústrias da Região do ABC Paulista, ousamos inserir novas questões para dar tratamento ao material já colhido. Saber que os relatos resultavam de objetivos distintos, como explicamos no início do texto, constituía um limite metodológico para o experimento e, ao mesmo tempo, atuava como uma espécie de espada de Dâmocles em nossas cabeças a alertar-nos sobre os riscos do anacronismo.

Logo percebemos que o emprego da categoria de classe para interpretar trajetórias de migração e trabalho acabou deixando na penumbra a clivagem de gênero. Tendo colhido relatos de homens, não era possível repensar as mesmas trajetórias agora vistas sobre o prisma das mulheres (esposas e/ou trabalhadoras)⁸. A novidade estava em se debruçar sobre as entrevistas e fazer novas perguntas, confessando, para tanto, a inspiração teórica principal que havia motivado essa reflexão. E ela surge no afã de compreender a construção de masculinidades nesses coletivos de trabalho.

O deslocamento analítico tornava legível o tipo de performance requerida para sagrar-se homem nesse meio. O argumento lança mão da hipótese de que a autoridade masculina, e os processos de legitimação a ela associados, estão desigualmente distribuídos entre os trabalhadores homens. O que sugere que nem todos performavam os requisitos necessários. Enquanto ideal, uma vez que as representações associadas à figura do “macho” se alimentam do quadro social mais amplo no qual estão inseridos esses indivíduos, não estamos falando apenas de práticas sociais de efetivação dos atributos requeridos, mas igualmente das configurações discursivas que aninham modos de afirmação. Vimos, assim, como importava dar testemunho da força física *pari passu* veicular no discurso uma “narrativa de si” (Ricoeur, 1994) em torno da figura do “nordestino”.

Mas esta autorrepresentação não atinge o seu limite como expressão de uma suposta passividade (ou seria falta de consciência de classe?) dos trabalhadores cujas histórias analisamos, encerrando-se como um exclusivo-explicativo que a entende apenas pelo prisma da efetividade do consentimento das formas de dominação da

8. Fizemos isso em Santos Junior & Menezes (2019).

disciplina fabril. Longe disso, o argumento que lançamos recupera a pista deixada por Lamont (2000) para dizer que as ambiguidades dos elementos probatórios dessa masculinidade, com a força do simbolismo ideal-típico que intitula uma região – o Nordeste – como provedora de indivíduos viris, assume a feição de construção da honra e da dignidade nas trajetórias desses trabalhadores. Este empenho em provar-se a si mesmo e aos outros, ainda que mais discursivo – lembremo-nos dos relatos de humilhação –, serviria para aplainar uma imagem de “bom trabalhador” e dar sentido às trajetórias de vida. Não tendo as habilidades técnicas requeridas para o trabalho na indústria, a provação é mobilizada como valor a ser reconhecido. É claro que, como vimos, as chefias também se valerão desse expediente para aumentar o controle. Quem cede, é para melhor controlar. Quem aceita, é para melhor viver.

Há, por fim, o aspecto geracional que se mostra decisivo nessas trajetórias. Se parece legítimo essa forma de armar questões, não se quer olvidar que estamos falando de uma geração de trabalhadores marcados por esse modo de representar o trabalho nas metalúrgicas, cuja expressão maior é a identidade de “peão”. Já houve avanços significativos na literatura (Tomizaki, 2005; Santos Júnior, Thibes & Menezes, 2019) que nos permitem afirmar que esse ideal de masculinidade já não é mais o mesmo, por conseguinte, mudaram também as estratégias de construção da dignidade do trabalhador. Mas isto já seria tema para outra pesquisa.

Referências

ABRAMO, Laís. W. *O resgate da dignidade: greve metalúrgica e subjetividade operária*. Campinas, SP: Editora Unicamp; Imprensa Oficial, 1999.

ALBERTI, Verena. Além das versões: possibilidades da narrativa em entrevistas de história oral. In: _____. *Ouvir contar. Textos em história oral*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval. M. De fogo morto: mudança social e crise dos padrões tradicionais de masculinidade no Nordeste no começo do século XX. *História Revista (UFG)*, v. 10, n. 1, p. 153-181, 2005. Disponível em: <<https://doi.org/10.5216/hr.v10i1.10103>>.

_____. *Nordestino: uma invenção do falo. Uma história do gênero masculino (Nordeste – 1920-1940)*. Maceió: Edições Catavento, 2003.

_____. Cabra macho, sim senhor! Identidade regional e identidade de gênero no Nordeste. *Territórios e Fronteiras*, v. 1, n. 1, p. 25-39, 2000.

_____. Quem é froxo não se mete: violência e masculinidade como elementos constitutivos da imagem do nordestino. *Projeto História (PUCSP)*, v. 19, p. 173-188, 1999.

ARCHER, Margaret. *Culture and agency: the place of culture in social theory*. Cambridge, UK: Cambridge University Press, 1996.

BOSI, Ecléa. *Memória e sociedade: lembranças de velhos*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

BOURDIEU, Pierre. *Practical reason. On the theory of action*. Stanford, CA: Stanford University Press, 1998.

CERTEAU, Michel. *A invenção do cotidiano: artes de fazer*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.

COVER, Maciel. “Andar pelo mundo” e “andar pelo sítio”: migração, trabalho e territorialidade de famílias de agricultores do sertão paraibano. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Universidade Federal de Campina Grande, Campina Grande, Paraíba, 2015.

FONTES, Paulo. *Um Nordeste em São Paulo. Trabalhadores migrantes em São Miguel Paulista (1945-66)*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2008.

_____. Migração nordestina e experiências operárias. São Miguel Paulista nos anos 1950. In: BATALHA, Claudio H. M.; SILVA, Fernando T.; FORTES, Alexandre (Orgs.). *Culturas de classe: identidade e diversidade na formação do operariado*. Campinas, SP: Editora Unicamp, 2004.

FRENCH, John D.; CLUFF, Mary Lynn P. As mulheres e a mobilização operária na época de pós-guerra em São Paulo, 1945-1948. *História Social*, n. 7, p. 171-211, 2000.

GUIMARÃES, Nadya A. *Caminhos cruzados. Estratégias de empresas e trajetórias de trabalhadores*. São Paulo: Editora 34, 2004.

HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Vértice, 2006.

HUMPHREY, John. Sindicato: um mundo masculino. *Novos Estudos Cebrap*, v. 2, n. 1, p. 47-52, 1983.

LAMONT, Michèle. *The dignity of working man: morality and boundaries of race, class, and immigration*. Cambridge, MA: Cambridge University Press, 2000.

LOPES, Juarez B. *Crise do Brasil arcaico*. São Paulo: Difel, 1967.

MENEZES, Marilda A. de. A migração Nordeste-São Paulo e a memória dos trabalhadores do ABC Paulista. In: LEITE LOPES, José S.; HEREDIA, Beatriz (Orgs.). *Trabalhadores urbanos, trabalhadores rurais: história e perspectivas*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2019.

_____. *Redes e enredos nas trilhas dos migrantes. Um estudo de famílias de camponeses-migrantes*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2002.

_____. *Da Paraíba prá São Paulo e de São Paulo prá Paraíba: migração, família e reprodução da força-de-trabalho*. Dissertação (Mestrado em Sociologia Rural) – Departamento de Ciências Sociais, Universidade Federal da Paraíba, Campina Grande, 1985.

NEGRO, Antonio. L. Zé Brasil foi ser peão. Sobre a dignidade do trabalhador não qualificado na fábrica automobilística. In: BATALHA, Claudio H. M.; SILVA, Fernando T. da; FORTES, Alexandre (Orgs.). *Culturas de classe: identidade e diversidade na formação do operariado*. Campinas, SP: Editora Unicamp, 2004.

PAIVA, Rita de Cássia Souza. O discurso e a ação: a volta do ator e a narração como opção metodológica. *Plural: Sociologia USP*, n. 6, p. 76-102, 1999.

PALERMO, Hernán M. *La producción de la masculinidad en el trabajo petrolero*. Buenos Aires: Biblos, 2017.

PORTELLI, Alessandro. O que faz a história oral diferente. *Projeto História*, n. 14, p. 25-39, Fev. 1997.

RAINHO, Luís F. *Os peões do Grande ABC*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1980.

RICŒUR, Paul. *Onself as another*. Chicago, IL: The University of Chicago Press, 1994.

RODGERS, Daniel T. *The work ethic in industrial America, 1850-1920*. Chicago, IL: University of Chicago Press, 1974.

SAFI, Mirna. A dimensão temporal dos fatos sociais: a pesquisa longitudinal. In: PAUGAM, Serge (Org.). *A pesquisa sociológica*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2015.

SAFFIOTI, Heleieth. *A mulher na sociedade de classes: mito e realidade*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1970.

SANTOS JUNIOR, Jaime; THIBES, Mariana Z.; MENEZES, Marilda A. de. Disjunções e ambivalências: famílias migrantes nordestinas no ABC Paulista. *Civitas, Rev. Ciênc. Soc.*, v. 19, n. 3, p. 675-691, Dez. 2019. Disponível em: <<https://doi.org/10.15448/1984-7289.2019.3.28647>>.

SANTOS JUNIOR, Jaime; MENEZES, Marilda A. de. À margem da história? Mulheres metalúrgicas e a memória das greves do ABC (1978-1983). In: LEITE LOPES, José S.; HEREDIA, Beatriz (Orgs.). *Movimentos cruzados, histórias específicas*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2019.

THIBES, Mariana Z.; MENEZES, Marilda A. de; SANTOS JUNIOR, Jaime. Narrativas assimétricas: gênero, família e trabalho no ABC Paulista. *Sociologia & Antropologia*, v. 8, n. 2, p. 519-541, Ago. 2018. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/2238-38752017v827>>.

TOMIZAKI, Kimi A. Envelhecer na fábrica: a redefinição da identidade dos metalúrgicos do ABC nos anos 90. Caxambu, MG: *Anais XXIX Encontro Anual da Anpocs*, 2005. Disponível em: <<https://www.anpocs.com/index.php/encontros/papers/29-encontro-anual-da-anpocs/gt-25/gt26-6>>.



Uma sociologia das políticas de *waterfront regeneration* no Brasil: análise de três casos emblemáticos

Recebido: 04.08.20
Aprovado: 26.01.21

Luciano Fedozzi (<https://orcid.org/0000-0003-2066-1677>),
Departamento de Sociologia e do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da
Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Porto Alegre, RS, Brasil^I.

Mariana Vivian (<https://orcid.org/0000-0001-5687-782X>),
Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia (INCT) do
Observatório das Metrópoles, Porto Alegre, RS, Brasil^{II}.

I. Luciano Fedozzi é professor do Departamento de Sociologia e do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFRGS, pesquisador do INCT Observatório das Metrópoles. <lucianofedozzi@gmail.com>.

II. Mariana Vivian é mestre em sociologia pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFRGS, pesquisadora do INCT Observatório das Metrópoles. <marianavivian@live.com>.

Resumo: Este artigo discute o tema das políticas de *waterfront regeneration* (WR) no Brasil. Especificamente, propõe uma sociologia política dos processos institucionais de produção de tais intervenções através da análise dos casos dos projetos Porto Maravilha, no Rio de Janeiro (RJ), do Cais Mauá, em Porto Alegre (RS) e do Porto Novo e Novo Recife, em Recife (PE). Para tanto, articula uma leitura teórica de diferentes abordagens direcionadas aos fenômenos do político e do urbano a uma pesquisa empírica qualitativa de estudo de casos múltiplos baseado em análises documentais e entrevistas. Ao final, propõe um modelo analítico para interpretação dos casos com base na síntese teórica desenvolvida e, especialmente, na perspectiva neoinstitucionalista, e apresenta um enquadramento possível de leitura dos processos de produção de tais políticas no Brasil.

Palavras-chave: *Waterfront regeneration*. Sociologia política. Urbanismo. Neoinstitucionalismo. Casos múltiplos.

A sociology of waterfront regeneration policies in Brazil: analysis of three emblematic cases

Abstract: This article discusses the issue of the waterfront regeneration (WR) policies in Brazil. Specifically, it proposes a political sociology of the institutional processes of production of such interventions through the analysis of the cases of the projects Porto Maravilha, in Rio de Janeiro (RJ), Cais Mauá, in Porto Alegre (RS), and Porto Novo and Novo Recife, in Recife (PE). For this purpose, it articulates a theoretical reading of different approaches directed at the phenomena of the political and the urban to a qualitative empirical research of multiple case study based on document analysis and interviews. At the end, it proposes an analytical model for the interpretation of the cases based on the theoretical synthesis developed and, especially, on the neo-institutionalist perspective, and presents a possible framework for reading the processes of production of such policies in Brazil.

Keywords: Waterfront regeneration. Political Sociology. Urbanism. Neo-institutionalism. Multiple cases.

Introdução

1. O artigo extrai elementos de dissertação de mestrado defendida junto ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (PPGS/UFRGS). Agradecemos o apoio prestado pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) durante este período.

2. Para a realização das entrevistas, buscou-se elencar, prioritariamente, representantes do Estado, em suas diferentes esferas e níveis, e dos grupos consorciais empresariais envolvidos mais diretamente com as intervenções projetadas. Foram também selecionados atores civis que tiveram um grau significativo de participação nos processos em estudo, como, por exemplo, representantes de movimentos de contestação local aos projetos. Elaborados com o fim de verificar indicadores específicos do modelo de análise, os roteiros de entrevistas adotaram três modelos distintos: um a ser aplicado com representantes do segmento governamental e legislativo; um a

A pesar de ainda pouco discutidas no Brasil, as políticas de *waterfront regeneration* (doravante WR) representam um fenômeno contemporâneo presente em inúmeras cidades do mundo. Direcionadas aos espaços de orla urbana, como cais e portos em desuso, tais políticas se apresentam como resposta a problemas urbanos em contextos diversos e ocupam hoje um espaço de relevo nas agendas e demandas de diferentes atores nas grandes e médias cidades. No Brasil, as últimas décadas testemunharam a emergência e difusão dessas propostas interventivas de norte a sul, e o tema ganhou destaque especialmente com os projetos de transformação das frentes d'água do Rio de Janeiro, Porto Alegre e Recife.

Nesse contexto, diferentemente dos estudos centrados na análise urbanística do desenho e/ou dos impactos urbanos representados pelos projetos de WR, o presente trabalho¹ objetiva conhecer como são produzidos os processos institucionais que viabilizam, ou buscam viabilizar, a implementação deste tipo de política urbana no país. Como se verá, a adoção de políticas de WR no Brasil exemplificam não apenas a reverberação de políticas urbanas globais no território brasileiro, mas também a relevância da dimensão política necessária à produção de tais intervenções. Nesse sentido, embora os três casos estudados possam comportar particularidades urbanísticas e jurídicas que os distanciem em certa medida, faz-se necessário investigar se eles representam um mesmo padrão de construção institucional frente a dilemas urbanos e sociais mais amplos presentes nas cidades portuárias do país no século XXI. Eis o problema central que orienta a investigação.

A pesquisa empírica adotou a estratégia do estudo de casos múltiplos (Yin, 2001), buscando conhecer em detalhe os processos de produção e viabilização dos projetos “Porto Maravilha”, no Rio de Janeiro (RJ), “Viva Cais Mauá”, em Porto Alegre (RS), e “Porto Novo” e “Novo Recife”, em Recife (PE). Para tal, os dados coletados e produzidos envolveram, principalmente, o levantamento documental, que reuniu e analisou documentos e registros oficiais relativos aos respectivos processos de transformação urbana, e a realização de entrevistas semi-estruturadas com os principais agentes partícipes em cada um dos três casos². Para a análise sociológica, um modelo analítico foi elaborado, tendo como base a síntese de uma leitura teórica de diferentes abordagens direcionadas aos fenômenos do político e do urbano, especialmente da abordagem neoinstitucional histórica. Centrado na noção de processo institucional, entendido como o período e o conjunto de relações que visam à produção de um resultado sociopolítico – neste caso, a implementação de uma política urbana –, o modelo distingue, como dimensões de análise, os atores

implicados, os procedimentos adotados, os recursos mobilizados, os arranjos institucionais criados e o contexto sócio-histórico incidente.

ser aplicado com representantes do segmento privado/empresarial; e um a ser aplicado com o segmento civil.

O artigo se divide em quatro sessões principais. A primeira discute o tema das políticas de transformações urbanas denominadas “revitalizações urbanas”, e, mais especificamente, aborda as políticas de WR como fenômeno sociológico contemporâneo de abrangência global, com reflexos nas cidades brasileiras. A sessão seguinte explora três casos, nas cidades do Rio de Janeiro, Porto Alegre e Recife, em que a discussão de tais políticas adquiriu um caráter mais sólido e emblemático. Na sequência são apresentadas algumas das abordagens teóricas existentes sobre a política urbana no campo das ciências sociais, com ênfase nas perspectivas neoinstitucionalistas que visam à explicação das dinâmicas políticas locais. Ao final, sugere-se uma sociologia política de tais intervenções urbanas, em que o modelo de análise formulado com base na síntese teórica é apresentado em maior detalhe e aplicado aos casos, produzindo enquadramentos que, argumenta-se, podem contribuir para uma melhor compreensão acerca de como políticas de transformação urbana ganham corpo no Brasil.

“Revitalizações urbanas” e as políticas de *waterfront regeneration*

As assim chamadas “revitalizações urbanas” podem ser entendidas como políticas de intervenção e transformação do espaço que aparecem, em primeiro lugar, como resposta à imagem de degradação e esvaziamento associada a certos territórios nas cidades, especialmente aos centros históricos urbanos. Visando promover a renovação ou a modificação dos usos que caracterizavam anteriormente estes espaços, as políticas de “revitalização urbana” traduzem um investimento público ou privado em áreas delimitadas da urbe voltadas à recuperação ou criação de centralidades urbanas em diferentes escalas. A partir de tais transformações, novas configurações – paisagísticas, econômicas, sociais, jurídicas, políticas, entre outras – são desencadeadas junto ao território alvo das intervenções. Se antes tais políticas eram voltadas prioritariamente a pequenas intervenções no patrimônio das cidades, contemporaneamente passaram a manifestar-se em impactantes transformações nas funções, no uso e no valor do solo urbano, como exemplificam os chamados Grandes Projetos Urbanos (Ribeiro, 2018).

Apesar de sua disseminada aplicação como política urbana contemporânea, o tema das “revitalizações urbanas” mostra-se bastante controverso no debate público, provocando uma variedade de análises, disposições e posicionamentos. Em pri-

meio lugar, merecem destaque as análises que colocam as “revitalizações” como produtos centrais de um novo urbanismo, ou de um novo modelo de planejamento urbano, em que a cidade passa a ser vista e pensada a partir de perspectivas que confrontariam a ideia do planejamento holístico e racional das décadas anteriores (Arantes, 2002). As abordagens críticas que tratam do urbanismo contemporâneo como ruptura em relação ao planejamento clássico frequentemente associam suas análises aos debates em torno dos paradigmas da “competitividade urbana”, do “city marketing” e do “empreendedorismo urbano” (Garcia, 1997; Vainer, 2002; Harvey, 2005). Nesse último caso, as revitalizações em forma de grandes projetos urbanos expressariam uma “nova ordem urbana” marcada pelas transformações econômicas, políticas e sociais do capitalismo contemporâneo que repercutem na produção desigual do espaço urbano (Gonçalves, 2013; Ribeiro, 2018). Desta forma, as “revitalizações” são entendidas como projetos pontuais de intervenção urbana multidimensional que operam como recursos para os municípios adentrarem a concorrência global intercidades e, com isso, atraírem investimentos. Para tanto, estratégias de transformação por meio de políticas de *gentrification* seriam necessárias e, em razão disso, o debate das “revitalizações urbanas” também é frequentemente associado às discussões sobre o tema da gentrificação (Smith, 2006).

No outro extremo, análises entusiastas das “revitalizações” veem nessas políticas uma solução para um conjunto de problemas que as cidades contemporâneas enfrentam (Roberts, 2000). Transformações deste tipo são entendidas como o resultado da inter-relação entre inúmeras fontes de influência, como as forças externas à cidade que ditam uma necessidade de mudança e adaptação, e as pressões internas que podem levar ao seu crescimento ou declínio.

Dentre as experiências de intervenção recentes, as “revitalizações” de áreas e regiões portuárias assumem certa centralidade, na medida em que se referem a territórios que, por força de transformações generalizadas no sistema global de trocas marítimas, passaram por processos similares de reestruturação. Em muitos casos, tais espaços deixaram de exercer suas funções portuárias em razão de sua própria obsolescência frente a novas necessidades infraestruturais decorrentes do desenvolvimento das novas tecnologias de transporte marítimo, a partir de meados do século XX (Hoyle, 2000). Nesse contexto, os projetos e as políticas de WR emergem e parecem adquirir relativa aceitação por todo o globo, especialmente na medida em que ancoradas em um discurso que afirma conferir a esses espaços nova vitalidade.

Os processos de WR tiveram início no contexto norte-americano da década de 1960 e, a partir de então, foram constituindo-se como fenômeno mundial. Os exemplos do Fisherman’s Wharf, em São Francisco, o Waterfront de Seattle, e a

construção da Opera House, em Sidney, são considerados pioneiros, todos iniciados ao final da década de 1950. No entanto, foi apenas com os casos de Baltimore e Boston que tais políticas adquiriram maior relevo. Na Europa, o caso das Docklands de Londres partiu destas inspirações para transformar sua área portuária em um distrito residencial e empresarial. A partir do caso de Londres, uma série de outros projetos despontou no continente europeu. São exemplos o Port Vell, em Barcelona; a instalação do Guggenheim Museum, na região de Abandoibarra, em Bilbao; a transformação do Kop Van Zuid, em Roterdã; e o caso de Gênova, com o famoso Porto Ântico. Estes casos influenciaram fortemente a adoção deste tipo de transformação em locais periféricos da globalização, como exemplificam os icônicos casos de Buenos Aires e o Puerto Madero e o Victoria & Alfred Waterfront da Cidade do Cabo.

Essas intervenções apresentam padrões similares no tocante à transformação física dos espaços portuários, que passam a abrigar complexos com uma variedade de atrativos, como shoppings centers, museus, lojas, centros de eventos, bares e restaurantes, casas de festas e shows, e até mesmo equipamentos mais espetaculares, tais como aquários, elevadores panorâmicos, cassinos, entre outros. Além disso, empreendimentos habitacionais e empresariais também aparecem em alguns desses projetos.

Os objetivos associados à produção de tais transformações são, em sua maioria, voltados à reconfiguração de um papel estratégico dos espaços selecionados, que devem se adaptar às demandas do mercado imobiliário e financeiro, assim como às novas demandas urbanas de lazer, entretenimento e turismo, atraindo investimentos para as cidades que, conforme alguns analistas, criariam nelas vantagens comparativas. Para tanto, faz-se necessária a mobilização de múltiplos instrumentos e diversos atores, além de diferentes tipos de capitais e recursos (Bassett, Griffiths & Smith, 2002).

Três casos brasileiros:

Rio de Janeiro, Porto Alegre e Recife

No Brasil, as experiências de WR obtiveram forte repercussão, especialmente a partir de fins do século XX e início dos anos 2000, gerando discussões e polêmicas em diversas cidades portuárias. A primeira experiência nacional ocorreu em Belém, com a implementação do Complexo Turístico e Cultural Estação das Docas, no ano de 2000. Além deste, três casos exemplares passaram a ocupar a agenda de debates das cidades do Rio de Janeiro, Porto Alegre e Recife, a partir da década de 1980.

Rio de Janeiro

No Rio de Janeiro, parte de sua zona portuária – constituída pelos bairros Saúde, Gamboa e Santo Cristo – foi alvo de uma política de intervenção de grande magnitude. Lançado no ano de 2009 pela administração municipal recém-eleita (prefeito Eduardo Paes, PMDB), o projeto “Porto Maravilha” avançou em um contexto de alinhamento político interfederativo e de preparo da cidade para sediar os Jogos Olímpicos de 2016, deixando para trás um histórico de sistemáticas propostas de transformação da região portuária.

Para o lançamento da proposta, uma série de medidas políticas foram postas em prática, especialmente a partir da deflagração do período eleitoral na cidade do Rio de Janeiro no ano de 2008. Neste momento, o Procedimento de Manifestação de Interesse (PMI) iniciado pelo executivo municipal, em 2006, em que empresas privadas foram convocadas a realizar estudos e estabelecer propostas de intervenção na região portuária, adquiriu especial relevância (Rio de Janeiro, 2006). Tão logo empossado, o novo prefeito Eduardo Paes (PMDB) buscou estabelecer diálogo com os governos estadual, de Sérgio Cabral (PMDB), e federal, de Lula (PT), ao mesmo tempo em que formava uma equipe municipal dedicada a levar adiante as propostas de transformações na área do porto (Rio de Janeiro, 2009a), tendo como ponto de partida as proposições privadas para o espaço construídas por ocasião do PMI³.

3. Acerca das proposições formuladas por ocasião do PMI, ver o relatório publicado pelo Grupo de Trabalho municipal “GT Portuária”, em Rio de Janeiro (2008).

4. A esse respeito, ver Rio de Janeiro (2009b; 2009c; 2009d; 2010).

Formalmente, a política foi viabilizada através de uma Operação Urbana Consorciada (OUC), instrumento complexo e bastante polêmico previsto no Estatuto da Cidade (Brasil, 2001), abrangendo uma área de aproximadamente cinco milhões de metros quadrados. Nessa operação, as obras e alguns serviços da região foram delegados à iniciativa privada, por meio da celebração de uma Parceria Público-Privada (PPP), de duração de pelo menos 15 anos, em que figuram como partes, de um lado, o Consórcio Porto Novo – composto pelas empresas Odebrecht, OAS e Carioca Engenharia – e, do outro lado, a Companhia de Desenvolvimento Urbano da Região Portuária do Rio de Janeiro (CDURP) – empresa pública de capital misto criada para o fim de gerir e fiscalizar a OUC⁴.

Orçada em cerca de oito bilhões de reais, a intervenção logrou viabilidade financeira a partir da emissão de Certificados de Potencial Adicional de Construção (‘s) na região pela Prefeitura e consolidou-se a partir da venda da totalidade dos certificados emitidos. Em um leilão de lote único, o Fundo de Investimentos Imobiliários Porto Maravilha (FIIPM), controlado pela Caixa Econômica Federal (CEF), adquiriu os ‘s e selou o direito prioritário de compra de alguns terrenos públicos localizados na região, ao passo que o Fundo de Investimentos Imobiliários da Região Portuária

(FIIRP), controlado pela CDURP, adquiriu a garantia de que contaria com o montante de recursos necessários para a operação.

As transformações na região portuária envolveram um conjunto de obras de infraestrutura com o objetivo de implantar um novo padrão urbano naquele espaço urbano, assim como a instalação de equipamentos voltados ao lazer, à cultura, ao comércio e ao turismo. Além disso, a operação também abriu espaço para a instalação de uma grande quantidade de empreendimentos imobiliários na área, fossem estes voltados à absorção da demanda por espaços comerciais e de escritórios na região central da cidade ou à produção de habitação de diversos padrões.

Porto Alegre

Em Porto Alegre, o projeto de “revitalização” envolvendo o seu Cais Mauá, espaço localizado no Centro Histórico e relevante no imaginário e na realidade sociourbana da cidade, teve início oficial em 2010⁵. Nesse ano, o governo do Estado do Rio Grande do Sul (Yeda Crusius, PSDB) lançou certame licitatório visando à sua transformação em um complexo de turismo, lazer e negócios. O edital previu a celebração de Contrato de Arrendamento da área com o grupo empresarial vencedor da licitação (Rio Grande do Sul, 2010)⁶.

A trajetória de seu processo institucional, contudo, remonta a períodos anteriores. No ano de 2007, por exemplo, uma Manifestação de Interesse foi lançada visando à recepção de propostas de investidores privados para a área (Rio Grande do Sul, 2007). A partir do que fora proposto, uma Comissão Técnica, formada por membros dos poderes executivos estadual e municipal, passou a elaborar o conjunto de diretrizes que fundamentariam a “revitalização”⁷. A mesma Comissão Técnica também elaborou projeto de lei trazendo novos regimes urbanísticos para a área e discutindo seus usos possíveis (Porto Alegre, 2010). Essa coordenação entre os níveis estadual e municipal de governo foi essencial para a construção do projeto, assim como a desvinculação jurídico-urbanística do espaço do Cais Mauá de seu entorno para fins de intervenção urbana com investimentos públicos e privados.

A partir de tais marcos, fez-se possível a deflagração do processo de “revitalização” do Cais Mauá, prevendo-se a construção e a implantação no local de um shopping center, estabelecimentos comerciais, culturais e gastronômicos, centros de eventos, hotéis, torres de escritórios e estacionamentos. Em uma época em que se reafirmava uma ideia de “Porto Alegre do futuro”, a transformação do Cais do Porto aparecia como política “necessária” para a cidade que viria a sediar a Copa do Mundo de 2014 e que queria ver seu Centro Histórico reabilitado.

5. Assim como no caso do Rio de Janeiro, contudo, em Porto Alegre o Cais Mauá foi alvo de diversas propostas de intervenção ao longo de sua história, especialmente a partir de fins da década 1980.

6. O grupo vencedor, único concorrente, foi o consórcio de empresas denominado Porto Cais Mauá do Brasil S.A., composto pela brasileira Contern, braço da construção civil do grupo brasileiro Bertin, e mais quatro empresas espanholas, com a arquitetura do projeto ficando a cargo dos escritórios de Jaime Lerner e do catalão Fermín Vázquez (Governo do Estado do Rio Grande do Sul, 2010).

7. Nessa época, representavam os governos do estado e de Porto Alegre respectivamente Yeda Crusius (PSDB) e José Fogaça (PPS e depois PMDB).

Contudo, apesar de todos os esforços empreendidos para a sua implantação, em especial pelas sucessivas administrações públicas estaduais e municipais, a proposta “Viva Cais Mauá” foi marcada por uma série de questionamentos de órgãos jurídicos e de controle, bem como por organizações civis. Por fim, os limites financeiros do consórcio para realizar os investimentos previstos levaram à rescisão do contrato pelo governo do estado em 2019. Em 2020, foi lançado chamamento para a desestatização do espaço do cais, visando à venda da área.

Recife

Em Recife, por sua vez, dois espaços de localização privilegiada e estratégica na frente d’água, relacionados às atividades portuárias de troca, armazenamento e circulação de pessoas e mercadorias, foram objetos de projetos específicos de “revitalização”. De um lado, parte da área portuária da cidade que deixou de exercer suas atividades operacionais, situada no Bairro do Recife e no Bairro de São José, seria transformada pelo projeto “Porto Novo”, e, de outro lado, o Cais José Estelita, localizado entre os bairros de Boa Viagem e Recife Antigo e em frente à Bacia do Pina, seria alvo do projeto “Novo Recife”.

As origens da discussão de uma possível transformação de ambas as áreas remontam ao início dos anos 2000, quando se discutia interfederativamente o famoso e ambicioso “Projeto Recife-Olinda” – proposta que veiculava a realização de uma grande operação urbana envolvendo 470 hectares de área de ambas as cidades, com a reconfiguração de suas linhas de frente d’água (Brasil, 2005; 2006). Entre os anos de 2007 e 2008, contudo, dois fatos geraram rupturas que inviabilizaram a implementação da proposta.

Por um lado, a nova gestão do governo do estado de Pernambuco de Eduardo Campos (PSB) decidiu por uma intervenção própria, na esteira da possibilidade de fazer de Recife uma das cidades sede da Copa do Mundo de 2014. O executivo estadual criou, assim, o Núcleo Técnico de Operações Urbanas (NTOU) – responsável por elaborar projetos urbanos de impacto, incluindo a região portuária – e aproximou-se da iniciativa privada para garantir a implementação de tais propostas. O projeto Porto Novo, dessa forma, foi viabilizado a partir do arrendamento da porção não operacional do porto de Recife a um consórcio privado de empresas, que seria responsável pela exploração e gestão do espaço por um prazo determinado (Pernambuco, 2011). Um complexo envolvendo as atividades de lazer, turismo, comércio e negócios foi em parte inaugurado em 2014, ano da Copa, e segue ainda sendo implementado.

Por outro lado, uma mudança de orientação política do governo federal fez com que a União decidisse leiloar o terreno da extinta Rede Ferroviária Federal (RFFSA), proprietária do Cais José Estelita, apostando em uma negociação direta com investidores privados⁸. A partir disso, um grupo de construtoras e empresas do ramo imobiliário arrematou o espaço do cais no leilão realizado no ano de 2008 e elaborou a proposta do Novo Recife, prevendo a ocupação da área com um empreendimento imobiliário de 13 torres ao longo da linha de frente d'água que estrategicamente conecta os polos turístico, tecnológico, comercial e empresarial da cidade. As repercussões do projeto, a partir de seu lançamento em 2012, desencadearam movimentos contestatórios e de crítica ao projeto, que passou por um conjunto de modificações a partir de então. Ainda assim, o projeto foi viabilizado com base em uma nova legislação urbanística aprovada no Conselho de Desenvolvimento Urbano da cidade (Recife, 2015). Atualmente, com obras em curso, já são divulgados os primeiros imóveis a serem comercializados na área.

As teorias da política urbana e o neoinstitucionalismo

Os três casos acima discutidos exemplificam não apenas a influência de políticas urbanas globais no Brasil, mas também a relevância da dimensão política necessária à produção de tais intervenções. Nesse contexto, a análise de seu processo de produção adquire particular importância, especialmente à luz da ausência substantiva de estudos deste tipo na sociologia urbana brasileira. Nesse sentido, o debate teórico internacional acerca das políticas do urbano vem buscando articular *insights* e perspectivas de campos diversos, como a ciência política, a sociologia, a geografia e os estudos urbanos em geral, pelo menos desde meados do século XX.

Nas décadas de 1950 e 1960, teóricos associados à perspectiva norte-americana do *"community power"*, por exemplo, trouxeram a política urbana para o centro de seus estudos e esforçaram-se para explorar a intencionalidade dos agentes na produção das cidades a partir da análise da forma pela qual tais atores moldavam decisões coletivas no plano local (Harding, 2009: 28-29). Assim, a "primeira onda" destes estudos, identificada com a perspectiva teórica elitista, tinha como questão central de investigação "quem dirige/comanda a cidade?" (*who runs cities?*), pergunta esta que Floyd Hunter (1953) se colocara para o estudo de Atlanta (Harding, 2009: 29-30). Para solucioná-la, o autor realizou uma espécie de "análise de reputação", concluindo que decisões importantes na urbe eram determinadas por um pequeno grupo de formuladores de políticas, os quais, por sua vez, eram dominados por executivos de negócios-chave da cidade. A "segunda onda" de tais investiga-

8. Uma possível razão da mudança de política seria oriunda da crise enfrentada pelo governo federal no episódio do chamado "mensalão", quando ocorreu a mudança no comando do Ministério das Cidades. O ministério até então adotava uma política de defesa da função social dos espaços urbanos. Nesse episódio, o Ministério das Cidades passou do comando de Olívio Dutra (PT), ex-prefeito de Porto Alegre e ex-governador do estado do Rio Grande do Sul, para Márcio Fortes Almeida, indicado pelo PP, partido situado à direita do espectro ideológico no país.

ções emergiu com o estudo do cientista político Robert Dahl (1961) acerca de New Haven, em 1961. A partir da questão “quem (se alguém) governa New Haven?” (*who – if anyone – governs New Haven?*), o autor propôs uma “análise de decisão”, observando situações particulares de tomada de decisão. A conclusão de Dahl reafirmou a concepção pluralista da democracia, distinguindo-se do enfoque elitista: ninguém governava a cidade em um sentido absoluto. Embora o poder fosse desigualmente compartilhado entre grupos sociais, o estudo de Dahl concluiu que este era suficientemente difuso para impedir o seu controle por uma elite (Dahl, 1961). Embora criticados pela adoção de um certo individualismo metodológico, o debate protagonizado por elitistas e pluralistas, no interior dessa abordagem, trouxe contribuições para o desenvolvimento posterior de pesquisas interessadas nas tomadas de decisões políticas realizadas na escala urbana, e influenciou o desdobramento de novas abordagens nas décadas posteriores. Duas novas linhas teóricas podem ser destacadas: a da “máquina de crescimento”, que pode ser entendida como uma abordagem elitista modernizada; e a dos “regimes urbanos”, que, por sua vez, apresentava antecedentes pluralistas (Harding, 2009: 33-37).

A abordagem da máquina do crescimento (*growth machines*) lançou seu olhar para as elites nas cidades, em especial para o grupo social dos promotores imobiliários e sua relação com os governos locais na produção da política urbana (Logan & Molotch, 1987). O argumento de fundo da abordagem proposta era o de que o desejo por crescimento era uma chave analítica convincente para a compreensão do consenso formado entre as elites locais mobilizadas politicamente no contexto norte-americano de seu tempo. O espírito da máquina de crescimento que penetra as cidades e a maior parte dos aspectos da vida local (o sistema político, a agenda para o desenvolvimento econômico, as organizações culturais etc.), tomaria formas diferentes a depender do período e do contexto estudado. Mas o resultado restaria o mesmo: embora compreendido como benéfico para toda uma localidade, o crescimento teria suas vantagens e desvantagens desigualmente distribuídas na cidade (Logan & Molotch, 1987: 13).

A abordagem dos regimes urbanos é uma proposta analítica que emerge na literatura anglo-saxã e que se intensificou a partir da década de 1980 (Fainstein & Fainstein, 1983; Elkin, 1985; Stone, 1989). Ela buscou estudar os modos de colaboração formais e informais entre os agentes dos setores públicos e privados, partindo da perspectiva de que a fragmentação do poder entre tais segmentos exige sua mútua cooperação, a fim de realizarem-se os objetivos políticos locais (Mossberger, 2009: 40). Compreendido como um conjunto de arranjos duradouros entre instituições governamentais e interesses econômicos privados, um regime urbano conduziria à elaboração de políticas urbanas específicas a partir de coalizões formadas por gru-

pos com algum poder de decisão ou pressão no direcionamento de uma agenda de intervenções na cidade (Stone, 1989). Aqui, o argumento de fundo seria a existência de uma interdependência entre a capacidade de formular políticas, própria das instituições governamentais democráticas, e os recursos de geração de riquezas, pertencentes à economia de mercado (Mossberger, 2009: 41). Dentre os atores que participam de um regime, seria possível distinguir dois tipos de relações: uma relação entre as organizações no núcleo central do regime – na literatura clássica dos regimes urbanos seriam tipicamente o governo local e corporações privadas-chave –, e uma relação entre quem ocupa este núcleo central e quem não ocupa – relação esta que se daria através da distribuição de incentivos seletivos, como, por exemplo, contratações, empregos e facilidades para uma comunidade, além de outros benefícios de pequena escala (Stoker, 2006).

Apesar dos avanços teóricos proporcionados por estas duas correntes, ambas apresentaram limitações e certas dificuldades operacionais. No caso da abordagem da máquina de crescimento, os limites estariam associados à sua adoção em contextos diferentes daquele representado pelo federalismo fiscal norte-americano, onde prevalece maior autonomia dos municípios e investimento privado nas políticas de desenvolvimento local. Além disso, suas conclusões orientadas para a existência de um consenso para o crescimento e de um protagonismo de uma elite específica também foram alvo de críticas (Harding, 2009: 35-36). Já a teoria dos regimes urbanos, em que pese ter ultrapassado fronteiras nacionais, recebeu discordâncias por apresentar componentes pouco flexíveis quanto à identificação dos regimes, na medida em que está associada a estudos de longa duração e na escala da cidade como um todo. A abordagem também foi criticada em razão de sua dificuldade para agregar pautas que prescindissem do desenvolvimento econômico e para identificar como são formados e mantidos regimes que priorizam demandas por justiça social (Mossberger, 2009: 40-41).

A partir dessas considerações, alguns pesquisadores adotaram a noção de governança urbana, compreendida de forma mais ampla e abrangente do que o regime urbano. Sob esta perspectiva, um regime urbano poderia ser entendido e observado como um tipo ou desdobramento desse fenômeno maior e menos limitado (Mossberger, 2009: 47). Ao ascender no grau de abstração e desenvolver um conceito guarda-chuva geral, o conceito de governança urbana seria útil, assim, à apreensão de formas diversas de articulação entre diferentes segmentos na produção da política local, com o incremento de possibilitar ainda a investigação dessas interações em contextos com diferentes graus de autonomia local e sua relação com os fenômenos globais mais amplos (Pierre, 1999). Contudo, embora tenha representado uma relativa descentralização no subcampo teórico das políticas do

urbano, o conceito de governança, além de ser considerado um tanto polissêmico e normativo (Peters & Pierre, 2012), acabou associado, principalmente, às pesquisas no ambiente político e institucional europeu.

Desde a década de 1980, ao mesmo tempo em que se intensificava a relevância das abordagens sobre a produção política das cidades, principalmente no contexto norte-americano e europeu, fortalecia-se, em um registro e escopo de abrangência mais amplo nas ciências humanas, a perspectiva neoinstitucionalista. Esta abordagem teórica emergiu a partir de um duplo movimento baseado, por um lado, na crítica à centralidade das instituições formais na análise de políticas e, por outro, na ênfase à importância do contexto institucional em que elas ocorrem. Desta forma, o neoinstitucionalismo mostrou-se atrativo àqueles pesquisadores interessados na compreensão dos processos de formulação e tomada de decisões políticas locais que não necessariamente se encaixavam nas proposições daquelas abordagens mais rígidas, a exemplo da teoria dos regimes urbanos.

De acordo com o neoinstitucionalismo, as instituições constroem o comportamento e, ao mesmo tempo, são transformadas pela agência (March & Olsen, 2008). Assim, nas análises dos processos políticos, as convenções e coalizões informais e as regras e estruturas formais que moldam o comportamento político merecem considerável atenção, bem como a maneira pela qual as instituições políticas incorporam valores e relações de poder (Lowndes, 2009: 92). Entretanto, apesar de tal núcleo consensual, o neoinstitucionalismo não constituiu uma corrente de pensamento unificada. De acordo com o esquema classificatório que adquiriu maior influência, três correntes poderiam ser identificadas no neoinstitucionalismo: o da escolha racional, o institucionalismo sociológico e o institucionalismo histórico (Hall & Taylor, 2003).

Nesse sentido, o institucionalismo histórico seria aquele com maior potencial heurístico, na medida em que marcado por uma mescla entre a perspectiva calculadora, que vê o comportamento como algo estratégico (perspectiva associada ao institucionalismo da escolha racional), e a perspectiva cultural, que salienta o papel da visão de mundo na adoção de determinado comportamento (associada ao institucionalismo sociológico). Assim, a vida política seria influenciada pelas instituições, mas também por outros fatores, como o desenvolvimento socioeconômico e a difusão das ideias na sociedade. Esta abordagem também permitiria analisar o conflito entre grupos rivais pela apropriação de recursos escassos na dinâmica política, ou seja, possibilitaria avaliar questões como a distribuição desigual de poder e de recursos distintos entre os diferentes atores e grupos sociais que constituem os fenômenos sociais (Hall & Taylor, 2003).

Um elemento importante da vertente histórica do institucionalismo consiste justamente em seu enfoque temporal, com vistas a compreender trajetórias, sequências e processos que levam a um resultado específico (Pierson & Skocpol, 2008). Neste caso, as instituições aparecem como produtos desenvolvidos a partir de lutas entre atores desiguais em termos de poder e acesso a recursos. Assim, demandas políticas e políticas públicas são estruturadas por densas interações entre atores econômicos, sociais e políticos, que trabalham de acordo com diferentes lógicas em diferentes contextos. Tais interações, a seu turno, são moldadas por atores coletivos e instituições que “suportam traços de sua própria história” (Immergut, 1998: 17, tradução livre). Nesse contexto, na análise social busca-se demonstrar que as situações políticas são complexas, geralmente envolvendo um leque de variáveis que interagem de diferentes formas entre si (Thelen & Steinmo, 1992).

No âmbito da complexidade e da historicidade que marcam esta abordagem, ganham especial destaque as noções de “dependência da trajetória” (*path dependence*) e de “conjuntura crítica” (*critical juncture*). A dependência da trajetória demonstra que, uma vez estabelecidas as regras do jogo institucionais e as formas gerais de pensar no mundo político, frequentemente serão geradas dinâmicas de retroalimentação (Pierson, 2000; Pierson & Skocpol, 2008). Em tais processos, as conjunturas críticas seriam aqueles momentos em que mudanças de maior impacto tornam-se possíveis, e em que as respectivas decisões tomadas acabam por influenciar os acontecimentos posteriores. Isto é, a conjuntura crítica introduz um processo de mudança que deixa um legado aos atores envolvidos na tomada de decisões políticas (Capoccia & Kelemen, 2007; Sorensen, 2014).

Deste modo, no que toca às políticas urbanas em específico, e aos agentes que as produzem, a abordagem neoinstitucional traria contribuições na medida em que se assume que

os jogadores dentro do “jogo” da governança urbana são diversos e incluem organizações (a autoridade local eleita, outras agências de serviços, partidos políticos, organizações voluntárias) e indivíduos (políticos, burocratas, profissionais de serviços, ativistas comunitários, eleitores). [...] As instituições da política urbana não podem, assim, ser reduzidas à organização específica da autoridade local eleita. A formulação da política urbana e a entrega de serviços envolvem hoje atores privados e voluntários, assim como atores do setor público; parcerias e redes são tão importantes quanto relações hierárquicas intraorganizacionais (Lowndes, 2009: 94, tradução livre).

Em sua variante histórica, os estudos urbanos neoinstitucionalistas permitiriam um enfoque profícuo à análise acerca de como padrões de desenvolvimento socioe-

conômicos e políticos são estabelecidos, lançando luz para a persistência de determinadas estruturas sociais e assimetrias de poder no contexto local (Davies & Trounstone, 2012: 59). Os arranjos institucionais estáveis em cada localidade, nesta perspectiva, são considerados à luz dos diferentes legados históricos das políticas locais (Sorensen, 2014). No processo de formulação de políticas, atores urbanos, impulsionados por uma racionalidade estratégica ou por modelos culturais, interagem em relações que podem ser formalizadas ou não e imbuídos de interesses e visões de mundo (ou de cidades) que se aproximam ou se distanciam.

Intervenções urbanas no Brasil a partir de uma sociologia política

Viu-se até aqui que as políticas de WR são entendidas como fenômeno contemporâneo de alcance global com repercussões nas cidades brasileiras, as quais, por meio do emprego de diferentes configurações políticas, têm buscado promover transformações de impacto em suas áreas e regiões portuárias não mais operacionais. Nesse contexto, a partir da discussão teórica realizada, a abordagem neoinstitucional, de forma geral, e, especificamente, aquela de orientação histórica, é a abordagem que fornece maior potencial heurístico para o fim de compreender como são construídas e viabilizadas tais políticas no Brasil.

A investigação empírica relativa ao problema de pesquisa foi operacionalizada a partir da elaboração de um modelo sociológico de análise⁹ que se ampara nestes referenciais e distingue as seguintes dimensões analíticas:

i. a dimensão dos atores, que visa identificar a composição dos atores coletivos envolvidos em tais processos, seus objetivos e interesses, e suas visões de mundo – isto é, os conteúdos cognitivos e valorativos que sustentam suas propostas;

ii. a dimensão do procedimento, com o objetivo de observar os respectivos modelos jurídico-administrativos em que operam tais processos – isto é, quais as alternativas escolhidas, dentre as possibilidades legais existentes, para enquadrar a condução formal de cada um dos processos –, a trajetória destes processos, e os momentos-chave de tomada de decisão;

iii. a dimensão dos recursos, com vistas a verificar os instrumentos – jurídicos e legislativos – e os incentivos formais e informais – políticos, econômicos, legais, entre outros – de que os atores envolvidos fazem uso;

9. O detalhamento do modelo e de sua construção e operacionalização pode ser consultado em Mariana Vivian (2019).

iv. a dimensão dos arranjos, com o propósito de definir o desenho de relação formal e informal, e as regras do jogo criadas ou resgatadas no curso de tais processos; e

v. a dimensão do contexto sócio-histórico, que visa considerar as situações socioeconômicas, espaciais, histórica e políticas presentes.

À luz dos debates teóricos e das realidades empíricas apresentados, entende-se que tal quadro analítico tem o potencial de contribuir para uma sociologia política de intervenções urbanas de alta complexidade. No caso das políticas brasileiras de WR estudadas, os resultados analíticos associados ao modelo são sintetizados a seguir.

Análise dos casos: uma síntese

Uma síntese dos resultados produzidos revelou que matizes comuns perpassam todos os processos institucionais analisados, embora tenham resultado em apropriações e criações diversas de políticas de WR. Nesses processos, como se verá, as relações contextuais que permeiam a realidade das cidades parecem ser determinantes para a eleição de determinados procedimentos, assim como para a participação em diferentes graus de atores e grupos sociais específicos, elementos estes que, a seu turno, parecem influenciar a organização de arranjos e a mobilização de recursos particulares, de forma a garantir as transformações almejadas. Este enquadramento geral é apresentado na sequência, a partir de cada uma das dimensões de análise.

Dimensão dos atores sociais

Os principais grupos e atores sociais envolvidos nos processos de “revitalização” das áreas portuárias em questão são as administrações públicas, das três esferas da Federação, com destaque para as respectivas esferas municipal e/ou estadual, além de atores do mercado, representados pela formação de consórcios empresariais de áreas diversas. Tais consórcios são, em grande medida, representativos do grupo de atores que têm seus processos de acumulação relacionados à valorização do espaço urbano, como empreendedores imobiliários, grupos financeiros, empreiteiras etc. Entram em cena, ainda, atores públicos e privados específicos que veem nesses processos de intervenção urbana oportunidades de investimento e rentabilização financeira, como fundos de investimentos e agências financeiras¹⁰.

Na esfera da chamada sociedade civil ou dos atores civis, a investigação demonstrou que sua participação em tais processos é episódica, e, por vezes, fragmentada.

10. Cabe destacar que participam também, em menor grau, os Poderes Legislativos Municipais e, por vezes, o Poder Judiciário, acionado por aqueles que contestam as propostas oficiais, além de órgãos de controle e agências nacionais reguladoras quando diretamente envolvidas. Há ainda a atuação dos Conselhos Municipais dos Plano Diretores, dotados do poder de analisar os projetos de intervenção urbana. Ganha destaque também a criação de agências com o propósito específico de conduzir as “revitalizações” planejadas e aprovadas.

O debate público acerca das alternativas para a “revitalização” dos respectivos territórios mostra-se limitado, na medida em que somente ocorre após as propostas já estarem delineadas pelos agentes promotores das respectivas intervenções, em especial as administrações municipais – evidenciando, assim, a ausência de espaços participativos com poder deliberativo em suas formulações.

Os interesses e objetivos em jogo na produção das políticas estudadas envolvem principalmente a mudança no uso do solo para a criação de valor a partir do espaço transformado – que pode ser mais ou menos distribuído – e para a criação de novas imagens urbanas de “sucesso” associadas a gestões políticas específicas. Nesse sentido, as propostas interventivas são amparadas por visões de mundo que concebem a cidade ideal como aquela que promove “crescimento” e que se apresenta como multidimensionalmente atrativa frente às demais – turística, estética, imobiliária e mercadológica. Além disso, a produção de políticas urbanas indutoras de crescimento e atratividade é vista como tarefa para a qual o segmento público detém pouca capacidade, devendo ser promovida através da delegação ou do estabelecimento de parcerias com o setor privado.

A produção das “revitalizações” nos moldes em que estão dadas é justificada pelos legados que promovem, incluindo a possibilidade de ocupação de espaços representados como degradados e abandonados, o desenvolvimento imobiliário das respectivas localidades em que estão situados, a geração de empregos com as obras, os serviços e os equipamentos a serem instalados, a preservação de ícones históricos e culturais, as melhorias sociais associadas à implementação dos projetos, dentre outros.

Dimensão do procedimento

Tais processos são caracterizados por diferentes procedimentos jurídico-administrativos de modelagem da política, em razão de fatores contextuais particulares. Tais modelos, contudo, mesmo que formalmente diversos, compartilham da característica fundamental da cessão de determinadas prerrogativas para os grupos privados envolvidos, que podem ser de ordem regulatória, exploratória e/ou de prestações de serviços, e são baseados no adensamento construtivo dos espaços e na valorização do solo – valorização esta que resulta não apenas da intensificação do uso da terra, mas também de seu crescimento por modernas infraestruturas e construções de alto padrão. A mais-valia urbana gerada com tais políticas é mais ou menos apropriada por tais atores, a depender da modelagem jurídico-administrativa formal adotada.

No todo, tais trajetórias podem ser genericamente identificadas a partir de quatro fases distintas: uma primeira fase, em que se consolida politicamente a decisão de intervir¹¹; uma segunda fase em que há a demarcação de diretrizes básicas para a intervenção¹²; uma terceira fase de aprimoramento e definição do modelo de intervenção¹³; e, por fim, uma quarta fase, caracterizada pelo início dos trâmites de estudos e licenciamentos necessários à execução das intervenções, além de outros desdobramentos específicos a cada caso.

Assim, os momentos-chave de tais processos institucionais são marcados inicialmente pelos lançamentos das primeiras propostas interventivas para as áreas em questão, colocando o tema da “revitalização” nas agendas públicas e privadas de cada localidade. Em seguida, destacam-se momentos em que, com o ingresso de novos atores políticos nas gestões municipais e/ou estaduais, são tomadas decisões que reservam aos projetos interventivos um lugar prioritário nas respectivas agendas de governo e que, em consequência, garantem avanços formais e informais a cada proposta. Tais avanços são logrados em diferentes graus e direções, a depender da presença ou ausência de alinhamento político para revitalizar em cada caso.

Na sequência, destacam-se momentos-chave de tomada de decisão em que são realizadas maiores aproximações público-privadas com o fim de garantir a viabilidade da implementação, nas quais são negociados os parâmetros definidores das políticas de “revitalização”. Estes momentos são especialmente relevantes, pois são os momentos em que são decididos quais serão os projetos implementados, assim como suas diretrizes. Estes ocorrem, em todos os casos, antes dos respectivos procedimentos licitatórios ou da publicização dos debates, por força da eleição de determinadas estratégias procedimentais pelas administrações públicas na maior parte dos casos¹⁴. No conjunto de tomadas de decisões dos respectivos processos, estas parecem ser aquelas que instauram marcos de difícil mudança quando estabelecidos, na medida em que demarcam os quadros de referência das políticas adotadas, dentro das quais qualquer mudança de direção se mostra politicamente custosa.

Nas trajetórias de tais processos, portanto, a sequência de atos e decisões em direção às respectivas “revitalizações” assume um papel central para o desencadear de resultados específicos. Nesse sentido, os três casos estudados apresentam momentos que expressam o poder que determinadas decisões tomadas exercem sobre as decisões seguintes, limitando paulatinamente a amplitude do debate em torno das intervenções. Se as discussões consideradas técnicas parecem incorporar um leque de atores coletivos, o mesmo não pode ser dito em relação às discussões políticas, desenvolvidas em um núcleo específico e bastante restrito de agentes. As publicizações das propostas mostram-se importantes para o ativismo contestatório

11. Nesta fase, percebe-se: a circulação internacional de ideias envolvendo as políticas de WR como modelo urbano de sucesso, a criação de imaginários locais favoráveis a tais modelos interventivos, as primeiras proposições públicas e privadas para as áreas, e as tentativas de estabelecimento de consensos políticos para o fim de intervir.

12. Em geral, nesta fase ocorrem os atos públicos que formalizam a participação de agentes privados do mercado imobiliário e financeiro nas intervenções e que estabelecem o grupo de atores públicos que irão analisar e negociar a partir das propostas dos agentes privados.

13. Esta fase representa o período em que se garantem os modelos negociados por meio da elaboração de editais, da formulação de projetos de lei e de acordos que podem ser formalizados em contratos ou não, entre outros.

14. Tais estratégias se dão através do uso dos mecanismos legais existentes que possibilitam esse tipo de ação, como procedimentos de Manifestação de Interesse – em que as

propostas privadas selecionadas e analisadas efetivamente contribuem na definição do conteúdo dos editais publicados e das políticas lançadas posteriormente – ou procedimentos burocráticos que permitem a demarcação conjunta de diretrizes para os empreendimentos.

aos modelos de cima para baixo, mas ocorrem apenas após a tomada de decisões fundamentais, fornecendo poucas alternativas de discussão pública dos usos possíveis do espaço.

Dimensão dos recursos

Esses processos também são marcados pela mobilização de instrumentais jurídicos e legislativos, os quais, ainda que formalmente diversos, cumprem, na prática, uma mesma função, em maior ou menor grau, de produção de novas normas para o espaço que garantam as transformações almejadas. Tais instrumentos servem ao propósito geral de assegurar o financiamento, a agilidade, a autonomia, a viabilidade econômica e a legitimação das políticas concebidas. Nesse sentido, são produzidas flexibilizações regulatórias, através de criações ou manipulações das normas formais, que operam como incentivo aos investidores. Estes instrumentos mobilizados contribuem para o adensamento e a valorização do solo e de seu entorno, produzindo espaços diferenciados do restante das cidades.

A mobilização de recursos financeiros também influencia no curso de tais processos, sendo operacionalizada em diferentes graus de complexidade em cada caso. Em termos econômicos, desta forma, os incentivos mobilizados são, em regra, direcionados aos grupos privados envolvidos, embora existam outros percursos e atores para os quais estes são orientados. Tais incentivos abrangem a criação de novos espaços urbanos com maior permissividade exploratória, o poder de negociação imobiliária nesses espaços, a transferência da prestação de serviços públicos, a lucratividade dos investimentos e o pagamento de contraprestações.

Ademais, a produção de um imaginário de “modernização” e de crescimento econômico e urbano opera como incentivo político, na medida em que garante, às respectivas administrações, produtos concretos de suas gestões no quadro da competição eleitoral. Por fim, todos os processos são assinalados pela mobilização de incentivos sociais diversos, tais como as chamadas contrapartidas que, mesmo que acessórias em relação aos demais, visam garantir a aprovação e a legitimidade dos projetos frente às populações locais.

Dimensão dos arranjos

Os arranjos institucionais adotados na produção das “revitalizações” têm em comum a associação entre as respectivas administrações públicas e os grupos empresariais, ainda que os desenhos formais dessa relação sejam diversos e possam envolver outros atores. As relações de poder entre os atores envolvidos, eviden-

ciadas, em grande parte, pelos recursos de que dispõem, mostram-se desiguais: os consórcios empresariais dispõem de posição privilegiada, pois contam com recursos técnicos e econômicos de que podem lançar mão; as administrações públicas detêm o poder de mobilizar instrumentais jurídicos e legislativos (poder político-estatal) para atender os objetivos traçados; e os setores sociais não estatais e que não pertencem aos grupos de interesse deste mercado são os mais desprivilegiados nessas relações, fazendo uso do Poder Judiciário e de alguns espaços políticos quando intentam contestar os respectivos processos no plano institucional formal.

No interior das administrações públicas, cumprem um papel fundamental determinados atores-chave selecionados para o fim de levar as políticas adiante em cada caso. Nesse sentido, o estabelecimento de agências mediadoras, sejam essas uma instituição, um agente individual ou um setor específico da administração pública, também fortalecem os arranjos estabelecidos para o fim de intervir¹⁵. Ademais, o suporte de outras instituições envolvidas com as transformações e o apoio do poder legislativo também cumprem funções de relevo nesses processos.

As regras do jogo que são criadas ou resgatadas através desses arranjos, em última análise, conduzem a uma estrutura de oportunidades e restrições desiguais entre os atores, de forma a reforçar relações de poder político previamente existentes entre os atores. O segmento privado envolvido logra, na maioria dos casos, uma redução dos riscos próprios às intervenções, em uma cadeia de tomada de decisões que paulatinamente limitam o debate político sobre estas. As regras adotadas promovem a transferência de prerrogativas públicas, incluindo a própria formulação dos projetos, que, na prática, é, em grande medida pautada pelos atores privados envolvidos. A distribuição de competências alocadas nesses arranjos parece ainda garantir a tais atores privados um amplo conjunto de poderes para a produção das projeções. Às administrações públicas resta um papel formal de fiscalização e, em certa medida, um papel informal de facilitação das intervenções nos termos acordados. Tais agentes imbricam-se, desta forma, em relações público-privadas que reproduzem uma associação característica da sociedade brasileira e que, na escala local, mostram-se mais assimétricas em termos de poderes decisórios.

No conjunto dos processos institucionais estudados, portanto, é notável a predominância de mandatos públicos e segmentos privados diversos (construção civil, imobiliário, financeiro) com objetivos e visões de mundo passíveis de coordenação, que optam por modelos interventivos baseados na transferência de prerrogativas e na valorização do solo. Tais modelos são negociados em circuitos fechados anteriores à publicização das intervenções. Nesses processos, ainda, criam-se ou manipulam-se normas para a garantia dos modelos interventivos acordados, com distribuição

15. O desempenho deste papel demonstra que, em algumas situações, o lócus governamental garantidor das intervenções está menos em um local específico das burocracias estatais do que em atores com expertise e confiança política com a incumbência de levar a cabo as políticas de “revitalização”. Para tal, é relevante o trânsito que dispõem nos meandros da administração pública e nas relações com os agentes privados.

16. A realização das conferências nacionais das cidades e a criação do Conselho Nacional das Cidades, vinculado ao Ministério das Cidades, surgido em 2003, no início do governo Lula, representou o ápice da participação nas políticas urbanas do país.

17. Estes últimos foram emblematicamente representados pela realização no país dos megaeventos esportivos: a Copa do Mundo de Futebol, em 2014, e as Olimpíadas, em 2016.

18. No Brasil, após redemocratização, ocorreu a expansão de espaços institucionais de participação social nas três esferas de governo. Juntamente com os conselhos de políticas públicas, a inovação mais notória foi a do Orçamento Participativo (OP). O seu caráter inclusivo está associado ao atendimento das carências básicas de acesso à infraestrutura urbana e serviços. Todavia, são poucos os casos de efetiva incidência nas prioridades orçamentárias. Além disso, pesquisas recentes indicam o declínio do número de OPs no país.

de incentivos de ordem econômica, política e social, por meio de arranjos que envolvem certa associação público-privada baseada em consensos decisórios, com ampliação da margem de atuação privada sobre a formulação das políticas.

Dimensão do contexto sócio-histórico

O contexto histórico do Brasil associado aos casos de WR em questão é marcado por décadas de crescimento urbano acelerado conjugado com a seletividade do investimento público em bens e serviços em determinadas áreas e regiões intraurbanas. À exclusão e à fragmentação social da urbanização brasileira daí decorrentes, já há muito conhecidas, soma-se a pouca atenção atribuída aos espaços públicos urbanos e às mudanças macroeconômicas a partir dos anos 1980, que, como discutido, determinaram a obsolescência de certas áreas portuárias situadas nas regiões centrais das cidades.

Não obstante o surgimento inovador de políticas urbanas em níveis nacional e local, na esteira da Constituição de 1988, cujo marco é o Estatuto da Cidade, a construção institucional dos projetos de intervenção em questão ocorreu em um contexto político e socioeconômico relativamente paradoxal. Por um lado, o crescimento econômico do país nos anos 2000 foi acompanhado de redução dos recursos federativos para os municípios, criando um quadro fiscal de escassez local para o investimento público em projetos de grande porte. Essa escassez abriu oportunidades para as políticas de cessão de equipamentos, áreas urbanas e serviços aos agentes do mercado. Por outro lado, as mudanças do contexto político nacional na década citada favoreceram a construção de consensos políticos inéditos. Assim, alianças e arranjos institucionais tornaram-se possíveis também porque a contestação político-partidária foi reduzida, comparativamente à contestação social e ambiental. Este caráter paradoxal na esfera federal é representado tanto pela ampliação da participação institucional na política urbana¹⁶, quanto pelo fortalecimento do *city marketing* e do empreendedorismo urbano conectados ao processo de globalização¹⁷.

No plano local, esses traços se manifestariam em uma experiência democrática com práticas pontuais de efetiva decisão popular na formulação de políticas para a urbe¹⁸ e com uma desigual distribuição de poder entre os atores nas cidades (Santos Junior & Montandon, 2011). Além disso, nos casos em estudo, as especificidades conjunturais de cada localidade garantiriam diferenciais de relevo no modo como as propostas foram viabilizadas. O caso da operação urbana no Rio de Janeiro é bastante ilustrativo, pois somente parece ter sido possível, nos moldes em que foi implementada, graças a um contexto muito específico da cidade no momento

de sua instauração. Enquanto os casos de Recife e Porto Alegre representam dinâmicas mais tradicionais e menos complexas de interação público-privada, no Rio de Janeiro o Porto Maravilha retratou uma operação, rapidamente desenvolvida e posta em prática, envolvendo uma PPP de grande magnitude e com a delegação de um conjunto de serviços públicos, financiada em grande medida por uma única agência federal estatal, em um arranjo financeiro e institucional complexo e inovador. Além de um contexto de pujança econômica, a cidade vivia um alinhamento político entre os três entes federados, nunca experimentado, e a convicção compartilhada de sediar os Jogos Olímpicos de 2016.

Considerações finais

O presente estudo buscou investigar os processos institucionais de construção dos projetos de WR em três importantes cidades brasileiras. A síntese dos resultados indica, de forma geral, que em todas um mesmo modelo de intervenção pôde ser observado, o qual se ampara na concessão de áreas públicas centrais, estratégicas e simbólicas, para exploração privada para fins diversos. Os processos institucionais que viabilizam, ou buscam viabilizar, tais políticas, por sua vez, são marcados por nuances específicas, em cada um dos casos, por se tratar de políticas que comportam modelagens jurídico-políticas próprias, realizadas em diferentes contextos locais, e que abrangem escalas distintas. Ao mesmo tempo, tais processos apresentam dinâmicas que se assemelham em muitos aspectos e que, de alguma forma, parecem indicar práticas compartilhadas pelos agentes promotores de tais políticas no Brasil. Desta forma, a despeito das particularidades de cada um dos casos, um enquadramento geral das políticas de WR no Brasil pode ser identificado, fornecendo uma chave de leitura comum aos processos institucionais de produção de “revitalizações” urbanas estudados.

Referências

ARANTES, Otília Beatriz F. Uma estratégia fatal: a cultura nas novas gestões urbanas. In: ARANTES, O.; VAINER, C.; MARICATO, E. (Orgs.). *A cidade do pensamento único: desmanchando consensos*. 3. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

BASSETT, Keith; GRIFFITHS, Ron; SMITH, Ian. Testing governance: partnerships, planning and conflict in waterfront regeneration. *Urban Studies*, v. 39, n. 10, p. 1757-1775, 2002.

BRASIL. Projeto urbanístico Recife-Olinda. 2006. Disponível em: < https://www.mdr.gov.br/images/stories/ArquivosSNPU/Biblioteca/ReabilitacaoAreasUrbanas/Biblioteca_Projeto_Urbanistico_Recife-Olinda.pdf>. Acesso em: 29 jul. 2020.

_____. *Reabilitação de centros urbanos*. Brasília: Ministério das Cidades. 2005.

_____. Lei n. 10.257, de 10 de julho de 2001.

CAPOCCIA, Giovanni; KELEMEN, R. Daniel. The study of critical junctures: theory, narrative, and counterfactuals in historical institutionalism. *World Politics*, v. 59, n. 3, p. 341-369, 2007.

DAHL, Robert. *Who governs?* New Haven,CT: Yale University Press, 1961.

DAVIES, Jonathan S.; TROUNSTINE, Jessica. Urban politics and the new institutionalism. In: JOHN, P.; MOSSBERGER, K.; CLARKE, S. E. (Eds.). *The Oxford handbook of urban politics*. *Oxford handbooks online*. Oxford, UK: Oxford University Press, 2012.

ELKIN, Stephen. Twenty century urban regimes. *Journal of Urban Affairs*, n. 5, p. 11-27, 1985.

FAINSTEIN, Norman; FAINSTEIN, Susan. Regimes strategies, communal resistance and economic forces. In: FAINSTEIN, N.; FAINSTEIN, S. (Eds.). *Reestructuring the city*. New York: Longman, 1983.

GARCIA, Fernanda E. Sanchez. *Cidade espetáculo: política, planejamento e city marketing*. Curitiba: Palavra, 1997.

GONÇALVES, Rafael S. Grandes eventos e renovação urbana do Rio de Janeiro em uma perspectiva histórica. In: _____. (Org.). *Pobreza e desigualdade social: ontem e hoje*. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2013.

GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. Governo abre o 2º envelope do processo de revitalização do Cais Mauá nesta sexta-feira. 2010. Disponível em: <<https://www.estado.rs.gov.br/governo-abre-o-2-envelope-do-processo-de-revitalizacao-do-cais-maua-nesta-sexta-feira>>. Acesso em: 22 Abr. 2020.

HALL, Peter; TAYLOR, Rosemary. As três versões do neo-institucionalismo. *Lua Nova*, n. 58, p. 193-223, 2003.

HARDING, Alan. The history of community power. In: DAVIES, J.; IMBROSCIO, D. (Ed.). *Theories of urban politics*. 2. ed. Los Angeles,CA: Sage, 2009.

HARVEY, David. *A produção capitalista do espaço*. São Paulo: Annablume, 2005.

- HOYLE, Brian. Global and local change on the port-city waterfront. *The Geographical Review*, v. 90, n. 3, p. 395-417, 2000.
- HUNTER, Floyd. *Community power structure: a study of decision makers*. Chapel Hill, NC: The University Of North Carolina Press, 1953.
- IMMERGUT, Ellen M. The theoretical core of the new institutionalism. *Politics & Society, Sage Publications*, v. 26, n. 1, p. 5-34, 1998.
- LOGAN, John; MOLOTCH, Harvey. *Urban fortunes: the political economy of place*. Berkeley, CA: University Of California Press, 1987.
- LOWNDES, Vivien. New institutionalism and urban politics. In: DAVIES, J.; IMBROSCIO, D. (Eds.). *Theories of urban politics*. 2. ed. Los Angeles, CA: Sage, 2009.
- MARCH, James G.; OLSEN, Johan P. Neo-institucionalismo: fatores organizacionais na vida política. *Revista de Sociologia e Política*, v. 16, n. 31, p. 121-142, 2008.
- MOSSBERGER, Karen. Urban regime analysis. In: DAVIES, J.; IMBROSCIO, D. *Theories of urban politics*. 2. ed. Los Angeles, CA: Sage, 2009.
- PERNAMBUCO. Edital de concorrência pública porto do Recife n. 007/2011, de novembro de 2011.
- PETERS, Guy; PIERRE, Jon. Urban governance. In: JOHN, P.; MOSSBERGER, K.; CLARKE, S. (Eds.). *The Oxford handbook of urban politics. Oxford handbooks online*. Oxford, UK: Oxford University Press, 2012.
- PIERRE, Jon. Models of urban governance: the institutional dimension of urban politics. *Urban Affairs Review, Sage Publications*, v. 34, n. 3, p. 372-396, 1999.
- PIERSON, Paul. Increasing returns, path dependence, and the study of politics. *American Political Science Review*, v. 94, n. 2, p. 251-267, 2000.
- PIERSON, Paul; SKOCPOL, Theda. El institucionalismo histórico en la ciencia política contemporánea. *Revista Uruguaya de Ciencia Política*, v. 17, n. 1, p. 7-38, 2008.
- PORTO ALEGRE. Lei Complementar n. 638, de 04 de março de 2010.
- RECIFE. Lei Municipal n. 18.138, de 04 de maio de 2015.
- RIBEIRO, Luiz C. Q. *A metrópole em questão: desafios da transição urbana*. 2. ed. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2018.
- RIO DE JANEIRO. Concorrência Pública n. 001/2010 – AEIU da Região Portuária do Rio de Janeiro, 2010.

_____. Decreto n. 30.355, de 01 de janeiro de 2009a.

_____. Lei Complementar n. 101, de 23 de novembro de 2009b.

_____. Lei Complementar n. 102, de 23 de novembro de 2009c.

_____. Lei Complementar n. 105, de 22 de dezembro de 2009d.

_____. *Diário Oficial do Município do Rio de Janeiro*, Ano XXI, n. 192, 02 Jan. 2008.

_____. Decreto n. 26.852, de 08 de agosto de 2006.

RIO GRANDE DO SUL. Edital de Concorrência n. 01/2010, de 8 de julho de 2010.

_____. Decreto Estadual n. 45.187, de 27 de julho de 2007.

ROBERTS, Peter. The evolution, definition and purpose of urban regeneration. In: ROBERTS, P.; SYKES, H. (Eds.). *Urban regeneration: a handbook*. Los Angeles, CA: Sage, 2000.

SANTOS JUNIOR, Orlando A.; MONTANDON, Daniel T. (Orgs.). *Os planos diretores municipais pós-estatuto da cidade: balanço crítico e perspectivas*. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2011.

SMITH, Neil. A gentrificação generalizada. In: BIDOU-ZACHARIASEN, C. (Org.). *De volta à cidade: dos processos de gentrificação às políticas de “revitalização” dos centros urbanos*. São Paulo: Annablume, 2006.

SORENSEN, André. Taking path dependence seriously: an historical institutionalist research agenda in planning history. *Planning Perspectives*, v. 30, n. 1, p. 17-38, 2014.

STOKER, Gerry. Comparative local governance. In: RHODES, R. W.; BINDER, S. A.; ROCKMAN, B. A. (Eds.). *The Oxford handbook of political institutions*. New York: Oxford University Press, 2006.

STONE, Clarence. *Regime politics: governing Atlanta, 1946-1988*. Lawrence, KS: University Press of Kansas, 1989.

THELEN, Kathleen; STEINMO, Sven. Historical institutionalism in comparative politics. In: STEINMO, S.; THELEN, K.; LONGSTRETH, F. (Eds.). *Structuring politics: historical institutionalism in comparative analysis*. Cambridge, UK: Cambridge University Press, 1992.

VAINER, Carlos. Pátria, empresa e mercadoria: Notas sobre a estratégia discursiva do Planejamento Estratégico Urbano. In: ARANTES, O.; VAINER, C.; MARICATO, E. *A cidade do pensamento único: desmanchando consensos*. 3. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

VIVIAN, Mariana M. *Transformações urbanas no século XXI: trajetórias e produção institucional das políticas de waterfront regeneration no Brasil*. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2019.

YIN, Robert K. *Estudo de caso: planejamento e métodos*. 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.



Alteridades estranhadas: contradições e potencialidades da forma ser-*outra* no capitalismo vigente

Recebido: 27.07.20
Aprovado: 14.05.21

Tábata Berg (<https://orcid.org/0000-0002-7467-6033>),
Departamento de Ciências Sociais da Universidade
Federal de Viçosa (UFV), Minas Gerais, Brasil¹.

I. Tábata Berg
é doutora pelo
Programa de
Pós-Graduação
em Sociologia
da Universidade
Estadual de
Campinas (Unicamp),
São Paulo, Brasil,
e professora no
Departamento de
Ciências Sociais da
UFV, Minas Gerais,
Brasil. Mãe desde
2016.
<tabataberg@yahoo.
com.br>.

Resumo: O objetivo desta proposta é lançar uma perspectiva feminista decolonial à acumulação do capital, deslocando o acento sobre a relação capital/trabalho (assalariado) para as formas de exploração e opressão laborais não assalariadas; nomeadamente àquelas que se desenvolveram inerentes ao patriarcado racista pela imbricação entre colonialismo, patriarcado e escravidão. Para tanto, o artigo percorrerá diferentes modos da ser-*outra*, categoria que venho articulando e da qual aqui apresento um esboço. O intuito é lançar uma perspectiva feminista, partindo da escuta das vozes periféricas e feministas, para seguir radicalizando a questão que, mesmo marginal, não esteve ausente das preocupações do marxismo em sua diversidade: sobre como as diversas formas laborais não remuneradas são basilares às cadeias radicais do capitalismo.

Palavras-chaves: Ser-*outra*. Capitalismo. Patriarcado. Escravidão. Trabalho não remunerado.

*Strange alterities:
contradictions and potentialities of the
being-other-woman form in current capitalism*

Abstract: The purpose of this proposal is to launch a decolonial feminist perspective on capital accumulation, shifting the emphasis on the capital / labor (wage earner) relationship to the forms of non-wage labor exploitation and oppression; namely those that developed inherent to racist patriarchy through the overlap between colonialism, patriarchy and slavery. To this end, the article will cover different ways of being-other-woman, a category that I have been articulating and which I present here an outline. The aim is to launch a feminist perspective, starting from listening to peripheral and feminist voices, to continue radicalizing the question that, even marginal, was not absent from the concerns of Marxism in its diversity: about how the various unpaid forms of work are fundamental to the radical chains of capitalism.

Keywords: Being-other-woman. Capitalism. Patriarchy. Slavery. Unpaid work.

Aquele homem ali diz que as mulheres precisam de ajuda para entrar em carruagens, e devem ser carregadas para atravessar valas, e ter o melhor lugar onde quer que estejam. Ninguém jamais me ajudou a entrar em carruagens, ou a saltar sobre poças de lama, e nunca me deram melhor lugar algum! Não sou eu uma mulher? Olhem para mim? Olhem para meus braços! Eu arei e plantei, e juntei a colheita nos celeiros, e homem nenhum poderia me dirigir. Não sou eu uma mulher? Eu poderia trabalhar tanto e comer tanto quanto um homem – quando eu pudesse consegui-lo – e suportar o chicote também! Não sou eu uma mulher? Eu pari treze filhos e vi a maioria deles ser vendida para a escravidão, e quando eu clamei com a minha dor de mãe, ninguém a não ser Jesus me ouviu! Não sou eu uma mulher? [...] Daí aquele homenzinho de preto ali disse que a mulher não pode ter direitos como os homens, porque Cristo não era mulher! De onde o seu Cristo veio? De onde o seu Cristo veio? De Deus e de uma mulher! O homem não teve nada a ver com ele. Se a primeira mulher que Deus fez foi forte o bastante para virar o mundo de cabeça para baixo sozinha, todas estas mulheres juntas devem ser capazes de consertá-lo, colocando-o do jeito certo novamente. E agora que elas estão pedindo para fazer isso, é melhor que os homens as deixem fazer. Agradecida a vocês por me escutarem, e agora a velha Sojourner não tem mais nada a dizer.

Discurso “Ain’t I a woman?”, de Sojourner Truth, Convenção de mulheres, Akro, Ohio, 1851.

Neste artigo, sugiro que percorramos alguns modos distintos de *ser-outra* que, como pretendo explicitar, são basilares à gênese e ao desenvolvimento do capitalismo vigente, bem como às formas plurais de autorreflexão a partir das posições de alteridades. *Ser-outra* é uma categoria que venho desenvolvendo para compreender o sistema capitalista a partir de uma visada feminista decolonial.

De acordo com Marx (2013: 307), o capitalismo é um modo de produção impessoal, seus agentes são “apenas capital personificado. Sua alma é a alma do capital”. No entanto, ao longo de seu desenvolvimento, essa personificação tem sido protagonizada por sujeitos, em sua maioria masculinos, brancos e do Norte global¹.

Proponho, neste artigo, lançar um olhar ao capitalismo, partindo das alteridades que, embora subalternas, garantem seu funcionamento: o capital necessita, ao custo de extinguir-se, de um outro diferente ontologicamente, na forma de ser, de si mesmo, tanto para expropriá-lo como para realizar-se e, somente assim, ampliar-se. Portanto, capitalismo e colonialidade estão em relação de consubstancialidade (Vergès, 2020). A esse outro plural, essencial ao absolutismo capitalista, estou conceituando por *ser-outra*.

Mobilizo a perspectiva reiterada por diversas intelectuais negras desde as lutas abolicionistas e anticoloniais, para as quais não é possível hierarquizar as formas de opressão e exploração; todavia, as experiências coletivas são diversas, em detrimento da localização nas relações sociais (Collins, 2019; Ribeiro, 2019; Vergès, 2020).

Compreender, cada vez mais, a diversidade das formas de estranhamento (Ranieri, 2001), a *ser-outra* em sua multiplicidade, possibilita seguir esmiuçando o *modus operandi* do capitalismo, sua coerência interna e suas contradições; ao mesmo tempo que compreender as resistências decoloniais que lhe fazem constante oposição nos oferece subsídios imaginativos com os quais podemos seguir construindo as possibilidades concretas de sua superação. Neste artigo, debruçar-me-ei sobre as formas de estranhamento e as resistências a partir de uma perspectiva dialética, partilhando da concepção de Françoise Vergès (2020), para quem os feminismos decoloniais

colocam à disposição das lutas que partilham o objetivo de reumanizar o mundo, a sua biblioteca de saberes, sua experiência de práticas, suas teorias antirracistas e antissexistas, incansavelmente associadas às lutas anticapitalistas e anti-imperialistas (Vergès, 2020: 46).

Em *White woman listen! Black feminism and the boundaries of sisterhood*, Hazel Carby afirma que “três conceitos centrais da teoria feminista se tornam problemáticos em sua aplicação à vida das mulheres negras: ‘a família’, ‘o patriarcado’ e ‘a reprodução’” (Carby, 1997: 112, tradução livre), questionando a transposição universal desses conceitos que foram majoritariamente constituídos a partir das experiências de opressão sofridas por mulheres brancas, europeias e das classes médias.

1. Na lista dos que estão entre as dez pessoas mais ricas do globo em 2020, e dos que tiveram aumento de suas fortunas durante a pandemia de Covid-19, ainda em curso, todos são homens brancos e do Norte global. Dados que são ainda mais significativos em um contexto no qual 1% da população mundial detém metade das riquezas do planeta. Disponível em: <<https://brasil.elpais.com/economia/2021-01-01/pandemia-faz-as-maiores-fortunas-do-planeta-dispararem.html>>. Acesso em: 24 Mar. 2021.

Generalizações e projeções silenciam as particularidades, caráter ativo para a estruturação concreta do capitalismo, fabulando, para usar o termo de Achille Mbembe (2018), presenças constantes de resquícios de um patriarcado pré-moderno, do qual é preciso resgatar a(s) mulher(es) colonizada(s), de modo a incorporá-las aos avanços e às conquistas das quais pretensamente usufruem as mulher(es) ocidentais; estas mulheres, de fato, partícipes da história das mulheres.

É o mecanismo da história única sobre o qual nos alerta Chimamanda Ngozi Adichie (2009: 27): “A consequência da história única é esta: ela rouba a dignidade das pessoas.” Ofusca as relações coloniais/imperialistas/patriarcais racializadas – capitalistas – e vitimiza a(s) mulher(es) colonizada(s) – negra(s), indígena(s), latina(s), muçulmana(s), entre tantas mais –, percebidas enquanto *ser-outras*, ao mesmo tempo em que transfere a responsabilidade por nossa opressão e exploração às instituições e relações sociais e familiares retrógradas, nas quais a(s) mulher(es) se encontram pretensamente inseridas: legitimando a ordem capitalista colonial/imperial. É quando a *herstory* trabalha para a história, cuja pretensão era reescrever, subverter, quando parte do feminismo é cooptado pelos interesses coloniais. Françoise Vergès alerta para a *cumplicidade ativa* que o feminismo civilizatório tem realizado em relação à expropriação, à exploração e à opressão das mulheres racializadas, colonizadas e das classes populares, empreendidas pelo capitalismo racial, desempenhando um importante papel de apagamento das lutas anticoloniais e anti-imperialistas das mulheres do Sul global (Vergès, 2020: 39 e 85).

No artigo, a categoria patriarcado terá lugar de centralidade para a compreensão do processo de estruturação da forma *ser-outra* no capitalismo, a partir da qual, família e (re)produção também serão analisadas e, sobretudo, repensadas. Para escapar de uma *herstory* unilateral e branca, colonizadora, dialogarei com teóricas feministas que se debruçaram sobre tais categorias, a partir de posições e condições plurais da *ser-mulher(es)*; ao mobilizar as reflexões das intelectuais negras e indígenas para percorrer caminhos distintos do processo de exploração e opressão capitalistas, sob cujas mulher(es) tornamo-nos *ser-outras*, a escuta, tal como desenvolvida por Hazel Carby (1996), será o método privilegiado de análise.

Estou compreendo a escuta como método de análise articulado à *standpoint theory* de Patrícia Hill Collins (2019). De acordo com a autora, “cada grupo social tem uma visão de mundo em constante evolução que utiliza para ordenar e avaliar suas próprias experiências” (Collins, 2019: 44). Portanto, os grupos marginalmente inseridos na sociedade capitalista, como as mulheres negras e indígenas, ao se ancorarem de modo dialético em suas experiências coletivas, constroem teorias distintas daquelas legitimadas dentro do pensamento acadêmico ocidental (Collins, 2019:

44). Pelo fato de a experiência da opressão ser um elemento articulador dessas epistemologias, incorporá-la requer um método de escuta ativa, uma vez que a relação sujeito cognoscente/objeto de conhecimento é atravessada pela inserção dos grupos marginalizados no polo do objeto, subalternizando seus saberes. Pela interlocução, a escuta como método tem por objetivo romper com a reprodução dessa estrutura hierárquica do processo cognoscente. Assim, a escuta como método tem por objetivo minimizar essas distorções e conceder-me, concomitantemente, os instrumentos capazes de apreender, na multiplicidade de posições e condições, como o patriarcado racista tem se constituído desde a acumulação primitiva de capitais em importante pilar da expropriação capitalista.

Contudo, é preciso ressaltar que a escuta não é um processo mecânico. É sempre mediada pelas experiências, isto é, pelo lugar de fala da ouvinte, de tal modo que mesmo quando utilizo – e o faço com frequência – citações diretas, elas são uma interpretação dessas vozes, cujas relações de opressão e exploração racializadas não deixam de impactá-la.

O intuito deste artigo, portanto, é rascunhar, a partir da categoria *ser-outra*, como gênero e raça (assim como outras tantas alteridades mobilizadas), longe de se configurarem em meros aspectos ideológicos, podendo encontrar superação dentro do sistema capitalista, são basilares ao seu desenvolvimento.

A lei é não remunerar: escavidão e patriarcado enquanto protoformas articuladas da *ser-outra*

Angela Davis (2016) ressalta que embora Sojourner Truth e tantas outras personagens negras, cujas histórias de vida sua obra analisa, fossem individualmente espetaculares, carregavam consigo características de resistência e visão de mundo comuns à experiência coletiva dos povos negros escravizados, tendo como um de seus “feitos mais impressionantes” – herança transmitida por gerações – a transformação ativa da igualdade negativa, experimentada através do nivelamento brutal entre trabalhadoras escravas, escravos e crianças, forjada no trabalho forçado e na repressão violenta, em igualdade substantiva no âmbito doméstico. As mulheres negras escravizadas – afirma Davis – experimentaram o reconhecimento mútuo de seus pares, construindo uma alteridade reconhecida na ferocidade da alteridade absoluta.

A igualdade negativa à qual as mulheres negras estiveram submetidas no exercício de sua atividade laboral produtiva (aos senhores e à acumulação de capital), radicalmente estranhada, pôde transformar-se, pela ação dessas mulheres, em igual-

dade positiva no colo acolhedor e criativo do trabalho re(produtivo): o trabalho doméstico partilhado entre mulheres, homens e crianças de forma complementar, possibilitou a criação de laços de solidariedade e pujantes relações familiares que se contrapunham a toda violência e degradação da escravidão (Davis, 2016: 30).

Essa igualdade, em alguma medida, experimentada pelas trabalhadoras escravizadas – seja em sua dimensão negativa, seja na dimensão positiva – conformou uma feminilidade bastante distinta daquela compartilhada pelas mulheres brancas das classes médias e proprietárias e, até mesmo, daquela vivida pelas proletárias livres. Uma feminilidade que em nada trazia a fragilidade – pretensa marca de nossa natureza inferior, destino de cuja condenação divina e biológica nos seria impossível escapar.

Ao mesmo tempo, os laços construídos no exercício do trabalho doméstico configuram a feminilidade como complementar à masculinidade. Nesse contexto, a solidariedade entre homens e mulheres escravizadas apresentava-se como perigo para a supremacia branca, mas também para a masculina. Fazer florescer formas de igualdade substantiva no desértico contexto do estranhamento radical de uma sociedade escravocrata era uma afronta e um risco significativos à ordem estabelecida e ao sistema para o qual a subordinação era ontologicamente necessária: o capitalismo nascente.

Silvia Federici (2017) aponta para o vínculo genético e o câmbio constante entre formas de exploração escravistas e formas de exploração capitalistas. Parte significativa dos meios de vida necessários para a subsistência das trabalhadoras remuneradas das metrópoles era produzida pelo trabalho escravizado não remunerado nas colônias; enquanto, em contrapartida, os bens de consumo mais elaborados que passaram a compor a vida senhoril, comprados com o excedente produzido nas propriedades escravocratas, vinham das modernas indústrias do Norte do mundo. Havia também um intercâmbio ininterrupto das práticas de controle e disciplinamento das trabalhadoras e da organização do processo laboral entre essas duas esferas produtivas (Federici, 2017).

Esse vínculo genético entre as relações de exploração nas sociedades escravocratas e a acumulação (primitiva, mas não somente) de capital, bem como entre formas de trabalho não remuneradas e assalariadas – retomaremos esse vínculo com mais acuidade –, (co)formou e conformou (e assim segue) as distintas formas da feminilidade, em particular a feminilidade vivida pelas mulheres negras escravizadas.

Por ter sido o trabalho escravizado fundamental à acumulação (primitiva) de capital, fazia-se necessário uma retaliação à transgressão representada pelo apropriar-se ati-

vo da igualdade negativa: lançar violentamente as mulheres escravizadas ao seu “lugar de fêmea”. Consequentemente, a condição de mulher foi sempre mobilizada por senhores e capatazes – através dos constantes estupros e abusos sexuais aos quais eram submetidas – de modo a tanto discipliná-las quanto, em consequência, seus “irmãos” escravizados, na tentativa de reprimir as potencialidades emancipatórias que surgiam da igualdade substantiva experimentada na complementaridade com seus pares (Davis, 2016). Desse modo, apesar de as mulheres negras terem conseguido criar, no âmbito do trabalho doméstico, relações complementares, tendo experimentado, em alguma medida, formas de igualdade, sua condição de ser-mulheres foi amplamente mobilizada de modo a oprimi-las, bem como os seus companheiros.

A exploração do trabalho não pago e não remunerado pela ordem escravocrata instaurada nas colônias foi fundamental ao processo de acumulação do capital e, por sua vez, concomitantemente, o patriarcado foi instituição imprescindível ao funcionamento dessa ordem. Bell hooks compreende o patriarcado como geneticamente imbricado à escravidão:

Sexismo institucionalizado – isto é, o patriarcado – formou a base da estrutura social americana estruturada juntamente com o imperialismo racial. O sexismo era uma parte integrante da ordem social e política que colonizadores brancos trouxeram com eles de suas terras europeias e teve um grave impacto sobre o destino das mulheres negras escravizadas (hooks, 2015: 30, tradução livre).

Nesse trecho, a autora oferece-nos outra importante pista: o arquétipo de exploração e opressão de mulheres foi trazido para as colônias pelo colonizador branco da Europa, não sendo resquício de relações “incivilizadas” a serem superadas, e independentemente do fato de o patriarcado ter sido adaptado aos diferentes contextos coloniais, com práticas distintas, de acordo com a multiplicidade das questões antropológicas e políticas postas por cada contexto regional, como as necessidades e os obstáculos locais, na extração de matérias-primas e produção colonial; a despeito das relações de gênero já consolidadas entre os povos colonizados e escravizados e das lutas de resistência que lhe opuseram².

Para o feminismo comunitário indígena, é preciso atentar-se às imbricações entre o patriarcado original e o patriarcado racista – capitalista, neoliberal. Ao levar em consideração as formas de opressão e exploração ancestrais da(s) mulher(es) indígena(s) que foi(ram) reconfigurada(s) no sistema patriarcal capitalista, Lorena Cabnal afirma:

A opressão manifestada contra as mulheres no interior de nossas culturas e cosmovisões é algo que há de se questionar de maneira

2. Para conferir materialidade ao processo de enraizamento do patriarcado nas colônias, respeitando suas singularidades, seria necessário uma análise detida das bibliografias que se debruçaram sobre as experiências coloniais locais – o que não se encontra no escopo deste artigo –, analisando, por exemplo, não só a diversidade das formas de escravidão negra e indígena, mas da servidão, como foram os casos da Índia, do Japão, da China e do Oriente Médio. Portanto, ao relacionar patriarcado e colonialismo, estou me pautando em uma reflexão dos aspectos mais gerais – embora analisando elementos da singularidade –, e que necessitam, posteriormente, ser expostos à confrontação com as experiências particulares para uma compreensão efetiva dessa articulação.

frontal e nomeá-la tal como é: misoginia, expressada e manifestada nas atitudes e práticas cotidianas mais remotas e atuais contra nossos corpos, nossos pensamentos, decisões e ações (Cabnal, 2010: 18).

O feminismo comunitário compreende o corpo feminino e feminilizado como território fundamental da expropriação pelo patriarcado capitalista racista e, portanto, de resistência:

para nós, a recuperação do território corpo é uma recuperação histórica e não podemos adiá-la e não podemos dizer que a recuperação do território-terra é mais eminente [...] são realmente lutas simultâneas (Cabnal apud Bittencourt, 2015: 3).

Corpo que para cosmologia indígena não pode ser pensando desgarrado do território-terra. Cabnal propõe, portanto, compreender o território-corpo-terra como totalidade ontológica e epistêmica fundamental nas lutas diante do processo de expropriação crescente.

Refletir sobre as especificidades que o patriarcado, sob a égide da acumulação de capital, adquire ao se reestruturar, metamorfoseando-se, por meio das diversas formas que assume nas sociedades, às quais sua expropriação foi imposta, é fundamental para o desenvolvimento da categoria *ser-outra* proposta neste artigo, pois, embora eu esteja debruçando-me sobre sua construção no modo de produção capitalista, esse processo de “alterização” não pode prescindir da diversidade. Sua incorporação subalterna é a condição mesma de possibilidade da acumulação do capital.

Quanto ao patriarcado capitalista e racista, que parece alimentar-se de outros, há um processo histórico sob o qual, na Europa, se estruturou esse arquétipo – vou incorporá-lo a esse debate. Por ora, é importante frisar que sua exportação dada com a colonização funcionou como modo particular de controle da capacidade (pro) criativa das mulheres a serem expropriadas nas colônias e, de forma mais ampla, como instrumento para o enraizamento brutal do processo de colonização mesmo: “O objetivo político deste estupro categórico das mulheres negras por homens brancos era obter fidelidade absoluta e obediência à ordem imperialista branca” (hooks, 2015: 45, tradução livre).

As práticas sexistas foram amplamente mobilizadas para punir e controlar, não somente as mulheres escravizadas, mas também os seus parceiros (Davis, 2016), ao mesmo tempo que, ao incutir-se nos homens colonizados e escravizados, boicotou,

constantemente, as formas de solidariedade comunitárias preexistentes e aquelas que estavam sendo gestadas como instrumentos de lutas anticoloniais.

Em sentido similar, Maria Mies (1998) analisa o aumento dos feminicídios e estupro na Índia pós-colonial. A autora se opõe ao argumento de que esse fenômeno estaria condicionado à permanência de estruturas estamentais pré-capitalistas, sendo expressão de resquícios de um patriarcado vernacular, e que, portanto, deveria ser enfrentado a partir da inserção dessas mulheres no mercado de trabalho. A socióloga e ativista alemã pauta-se na evidência de que o número de casos de violência contra as mulheres aumentou com a entrada da Índia no capitalismo competitivo, difundindo-se em todas as classes sociais do país, com significativa incidência entre os círculos mais modernos da sociedade indiana; concomitantemente, essa prática de violência cresce também no Ocidente. Concebe-se mesmo explicações psicologizantes, baseadas na psicanálise freudiana, que percebem o estupro como expressão patológica de uma pulsão inerente à masculinidade baseada na disputa e conquista de mulheres (Mies, 1998).

Isso porque o estupro e o assédio nas sociedades capitalistas fundam-se sobre o caráter denegado e não remunerado, todavia indispensável, do trabalho de pro(criação) e do cuidado de pessoas, em particular das crianças, sem jamais ter, de fato, dispensa do modo significativo o trabalho “produtivo” das mulheres³. A autora compreende como raiz dessa violência a separação fundamental entre trabalho não remunerado – tido como não produtivo – e trabalho remunerado “produtivo” (Mies, 1998).

Uma vez que a remuneração não é utilizada para o incentivo e o disciplinamento da força de trabalho, já que ela não é assalariada, fez-se necessário criar outros mecanismos para o controle desse contingente de trabalhadoras: o estupro, forma institucionalizada de coação e coerção, fulcral à escravidão e ao patriarcado, pilares por excelência da produção e acumulação de capital (primitiva e contemporânea). Vejamos outro trecho de hooks:

O tratamento brutal de mulheres negras escravizadas por homens brancos expôs as profundezas do ódio masculino à mulher e ao corpo da mulher. Esse tratamento foi uma consequência direta de atitudes misóginas em relação às mulheres que prevaleciam na sociedade da América colonial. No ensino fundamentalista cristão, a mulher era retratada como uma sedutora sexual maligna, que traz o pecado ao mundo. A luxúria sexual se originou com ela, e os homens eram apenas as vítimas de seu poder arbitrário. A socialização dos homens brancos, que levou a considerar as mulheres como sua queda moral, contribuiu para o desenvolvimento do sentimento antimulher (hooks, 2015: 48-49, tradução livre).

3. Para tanto, Mies analisa as trocas baseadas em dote-esposa e aquelas baseadas preço-esposa. Na primeira, o casamento é mediado por uma quantia oferecida pela família da noiva, enquanto no segundo caso, é mediado por um valor oferecido pela família do noivo. Além de se opor ao sentido circular de ganhos monetários desses sistemas, atestando que essas trocas reafirmam a superioridade das famílias dos esposos sobre as famílias das esposas, Mies também ressalta que o dote-esposa torna ainda mais denegado o caráter produtivo do trabalho feminino. Isso em razão de ser concebido como taxa pelo consumo improdutivo das mulheres na estrutura familiar (Mies, 1998).

4. Pierre Bourdieu oferece pistas interessantes para pensar processos de feminização das classes, raças e etnias, ou de racialização e etnicização dos gêneros e classes. Vale observar o seguinte trecho: “Através de cada um dos fatores exerce-se a eficácia de todos os outros, de modo que a multiplicidade das determinações conduz não à indeterminação, mas à sobredeterminação [...]” (Bourdieu, 2006: 101).

Outro importante elemento é um modo de sentir partilhado entre os homens, reproduzido nas práticas cotidianas, nos ensinamentos religiosos, e que pôde ser posto como tal na brutal violência infligida às mulheres negras escravizadas: a misoginia. O ódio às mulheres, ao corpo feminino, bem como àqueles elementos que passam a compreender uma certa feminilidade, é amplamente disseminado na construção da masculinidade inerente ao sistema capitalista e à estrutura, não se atendo apenas às relações entre homens e mulheres, como ainda entre as raças, as classes, as etnias⁴.

A subalternidade da ser-*outra*, em suas múltiplas condições e posições, passa a ser, em grande medida, simbolicamente conectada à feminilidade. Esta articula tanto a passividade, o horizonte do opressor, quanto o seu oposto necessário: o caráter corruptor, maléfico e destruidor das mulheres; sendo as mulheres, portanto, indignas de confiança, alvo de toda forma de desdém, assim como de vigilância e controle constantes. Sob o risco de subverter a ordem, as mulheres devem ser mantidas sob domínio.

Bell hooks cita o caso da perseguição e condenação de centenas de mulheres, que terminou com o enforcamento de pelo menos 20 delas, na cidade de Salem, entre os anos de 1692 e 1693, acusadas de bruxaria; episódio emblemático da misoginia inerente ao colonizador branco.

Silva Federici (2004) dedica-se em *Calibã e a bruxa: mulheres, corpo e acumulação primitiva* a analisar a acumulação primitiva partindo de uma perspectiva feminista. A autora mostra como o capitalismo surge e se efetiva pela imbricação entre cercamentos, escravidão, colonização e caça às bruxas, que foram reverses articulados contra as revoltas camponesas e urbanas, nas quais as mulheres foram importantes protagonistas, tanto da violência como da resistência diante da expropriação (Federici, 2017: 330).

A criminalização das práticas técnico-rituais que envolviam o controle da capacidade de pro(criação) das mulheres – seja da concepção, seja da contracepção – foi, por sua vez, responsável por destroçar brutalmente a unidade basilar que existia entre trabalho “reprodutivo” e trabalho “produtivo”. Nesse caso, as mulheres enquanto produtoras de seres-*humanas* são expropriadas de seus meios de produção, isto é, de sua capacidade de pro(criação).

Houve a criminalização do aborto e do infanticídio (Federici, 2017). Todavia, para as mulheres negras escravizadas, a contracepção em suas várias técnicas, antes

empregada no controle ativo de sua capacidade pro(criativa) – como o foi pelas mulheres nas mais diversas culturas – passa a integrar uma forma de resistência compulsória frente às condições perversas impostas pela escravidão (Davis, 2016)⁵.

E não apenas aquele conhecimento relacionado à concepção e à contracepção foi perseguido: toda forma de saber que envolvia o corpo feminino se tornou perigoso, um possível indício de bruxaria. Os ciclos menstruais tornaram-se momentos propícios à feitiçaria, ao contato entre as mulheres e o demônio – esse, tal como o sujeito homem branco e o deus-criador, tornou-se uma entidade poderosíssima como em nenhum momento da Idade Média, que escravizava as mulheres, submetendo-as aos seus caprichos sexuais. Arquirrival do deus-criador e do sujeito homem. Para os três competidores, as mulheres foram reduzidas a objetos – bem que com poderes mágicos a serem ora manipulados, ora temidos –, sendo possuídas e esposadas. O sangue menstrual tornou-se portador de capacidades mágicas e obscuras.

Marcel Mauss aponta que há uma linha muito tênue entre a arte (técnica) e a magia (ritual). Nas sociedades pré-capitalistas, o trânsito contínuo entre essas duas formas de modificação da matéria é explícito, pois a unidade social ainda não foi cindida; a magia tem, tal qual a arte, o poder de modificar formas e conteúdo. O autor dá o exemplo da medicina. Nas sociedades modernas esse trânsito, bem que explicitamente interdito, não seria jamais fechado, argumenta (Mauss, 2003).

A interdição explícita, no entanto, foi mobilizada como argumento para a expulsão das mulheres do espaço de cuidado das gestantes e do acompanhamento de partos, logo, com sua inclusão subordinada. As atividades e os conhecimentos que, até então, eram domínio feminino, passaram ao controle exclusivo dos homens: os obstetras passam a monopolizar a atividade, antes das parteiras, com o pretexto de expulsar toda a magia, ora considerada poderosa e nefasta, ora superstição ineficaz, todavia igualmente perigosa por não se embasar no conhecimento científico.

Ao mesmo tempo, essa interdição destituiu as mulheres do conhecimento global que tinham de seus corpos. O corpo feminino é percebido em cada canto como potencialmente mágico, compulsoriamente vigiado pela coletividade; às mulheres coube somente – garantindo, assim, sua sobrevivência – esquecer-se dele e, quando a força teimosa de sua concretude lhes impunha sua existência, repudiá-lo.

As mulheres tiveram seus corpos aprisionados pelos opostos complementares desgraça/grança. Se as bruxas surgem encarnando toda a desgraça que esse corpo porta, Maria, mãe de Jesus, é a personificação da possibilidade de redimi-lo pela maternidade.

5. Em *Amada*, Toni Morrison (2007) conta a história da menina de dois anos que foi assassinada pela mãe, Margaret Garner, evitando que a criança fosse levada de volta à fazenda e submetida à escravidão. O infanticídio e os abortos na história, longe de configurarem uma exceção, eram regra: “‘[Vou te contar, Sethe [é a mãe], menininha’, e contou. Contou a Sethe que sua mãe e Nan tinham vindo juntas pelo mar. Ambas foram usadas muitas vezes pela tripulação. ‘Ela jogou todos fora, menos você. O da tripulação ela jogou fora na ilha. Os outros de outros brancos, ela também jogou fora. Sem nomes, ela jogou eles. Você ela chamou com o nome do negro. Ele ela abraçou. Os outros ela não abraçou. Nunca. Nunca. Estou te dizendo. Estou te contando, Sethe, menininha’” (Morrison, 2011: 100-101).

No sexto mês, o anjo Gabriel foi enviado por Deus a uma cidade da Galileia chamada Nazaré. Foi a uma virgem, prometida em casamento a um homem chamado José, que era descendente de Davi. O nome da virgem era Maria. O anjo entrou onde ela estava, e disse: “Alegre-se, cheia de graça! O senhor está com você!” Ouvindo isso Maria ficou preocupada, e pergunta a si mesmo o que a saudação queria dizer. O anjo disse: “Não tenha medo, Maria, porque você encontrou graça diante de Deus. Eis que você vai ficar grávida, terá um filho e dará a ele o nome de Jesus” (Lucas, 1, 26-31).

É importante ressaltar que essa contradição se abre como abismo para todas as mulheres, notadamente para as colonizadas, que, por suas condições objetivas – materiais e simbólicas (exemplo: a escravidão e a profissão de credo não cristão) –, não se enquadravam nessa dualidade. Para elas, graça/desgraça foi importante condição de desumanização, nem sequer eram enquadradas na definição perversa de mulheridade, importante mecanismo de expropriação de seus corpos.

Em um momento de queda populacional na Europa, provocada pelas guerras, pela fome e pelas pestes, estabilidade no processo de colonização da Ásia e África (que teve seu desenvolvimento a partir das Cruzadas) e início da colonização das Américas, expropriar e acumular necessitava de amplo contingente humano. Para manter a capacidade de pro(criação) das mulheres em correspondência com essa necessidade de crescimento vegetativo em uma sociedade em que a taxa de natalidade era baixa e os casamentos realizados tardiamente (Federici, 2017), a ascensão de um símbolo de pro(criação) não sexualizada, evidenciado na maternidade de uma virgem que resgatasse coercitivamente uma identidade feminina positiva, que havia sido destruída pela Inquisição, foi fundamental.

Com a Virgem Maria, ascende o símbolo de uma mulher que, pela experiência de uma maternidade ancorada na renúncia sexual, mais ainda, na inexistência mesmo do ato sexual, e na aceitação das dores da obrigação de entregar o seu filho aos desígnios de um pai ausente, tem a desgraça do pecado original de Eva, transmutada em graça pela ação do deus-criador – que, no entanto, nunca lhe responde e opera através de um mensageiro, o anjo-homem Gabriel.

Ao mesmo tempo, era necessário punir aquelas mulheres (e homens) – a homossexualidade que, durante a Alta e Média Idade Média coexistiu, segundo Federici, com certa harmonia com a heterossexualidade normativa, passa a ser amplamente perseguida – que não exerciam uma atividade sexual pro(criativa). No caso específico das mulher(es), as viúvas idosas e aquelas que trabalhavam com a prostituição. Cabe ressaltar que a prostituição, na média Idade Média, havia sido, na França por

exemplo, uma prática institucionalizada, na qual mulheres que a praticavam, bem que sem deixar de ocupar uma posição marginal, contavam com a valoração econômica e social. Na transição, as mulheres suspeitas de prostituição passam a ser socialmente perseguidas sem, no entanto, que esse serviço deixe de ser amplamente mobilizado por homens de todas as classes sociais⁶.

A velha e a prostituta, ao lado das mulheres colonizadas, serão símbolos da desgraça, da corrupção sexual, que torna a vida infértil. No caso das viúvas idosas, vale ressaltar que, além de não pro(criarem), com os cercamentos das terras comuns, passaram a ser consideradas um peso econômico improdutivo e potenciais agitadoras, já que eram presença constantes nos levantes (Federici, 2017).

Porém, a perseguição de formas não produtivas da sexualidade tinha como objetivo tanto perseguir e controlar a(s) mulher(es) como extirpar o prazer de toda e qualquer atividade sexual feminina, mesmo daquelas “produtivas”. Sendo assim, não é de se estranhar que, ao final do processo de transição, com a ascensão hegemônica do capitalismo no século XVIII, o clitóris, enquanto órgão sexual feminino, tenha desaparecido. Segundo Margareth Rago (2002: 186), “[...] o orgasmo feminino é apagado, enquanto o clitóris é silenciado física e discursivamente.”

É assim que a caça às bruxas, em um ataque amplo às mulheres e a qualquer forma de conhecimento e autonomia sobre seus corpos, ao mesmo tempo que criou as condições objetivas fundamentais para o desenvolvimento do capitalismo, retirando seu controle sobre sua capacidade pro(criativa) – podendo, desse modo, expropriá-la –, estabeleceu contra elas um estado permanente de terror e vigilância, desarticulando a participação que tinham nas lutas antifeudais e nas resistências frente ao modelo de produção em germe que se lhes opunha, sem ter de fato extinguido tal participação.

O novo patriarcado⁷ que se ergue, com essa forma – primitiva – de expropriação e acumulação, nasce e se desenvolve articulando essas duas dimensões, e necessita tanto controlar a capacidade pro(criativa) das mulheres, transformando seu útero em “máquina de produção da força de trabalho”, quanto desestabilizar a potencialidade feminina de resistência e luta (Federici, 2017). E essas duas dimensões conectam a exploração e opressão das mulheres em suas distintas condições e posições de ser-*outra* nas metrópoles e nas colônias.

Ao fundar-se sobre o controle da atividade pro(criativa), o patriarcado, no modo de produção capitalista, não se reduz, portanto, às mulheres que podem ou querem –

6. George Simmel escreve, em 1892, um pequeno ensaio sobre a prostituição na sociedade moderna – *Algumas reflexões sobre a prostituição no presente e no futuro* –, no qual nos oferece duas pistas bastante interessantes. De um lado, ele conecta o rebaixamento da prostituição enquanto atividade laboral à universalização do dinheiro como “medida de todas as outras coisas”: “Onde o dinheiro ainda não constitui a medida de quase todos os valores da existência na mesma medida que nós, portanto quando ainda é algo mais raro e menos usado, a cessão do bem pessoal em troca dele não é tão degradante”. (Simmel, 1993: 5). De outro lado, ele expõe a hipocrisia moral do horror que a “boa” sociedade sente pela degradação causada por essa equivalência, enquanto naturaliza outra “Acaso ela não delega, sem outra formalidade, milhares de trabalhadores às minas destinando-os a uma existência que mal vê o sol e que dia após dia, ano após ano, é sacrificada em relação à sociedade [...]?” (Simmel, 1993: 8).

7. Novo patriarcado é uma das definições

utilizadas por Silvia Federici (2017) em *Calibã e a bruxa* para nomear a estrutura patriarcal que ascende com o capitalismo. Segundo a autora, embora o patriarcado tenha existido em outras formas sociais, incluindo a da Idade Média, é no modo de produção capitalista que ele se torna uma instituição de expropriação global dos corpos feminilizados. Assim, compreendo que mesmo quando se aproprie de estruturas patriarcais existentes nas sociedades não capitalistas sobre as quais avança, há uma metamorfose dessas, criando uma estrutura de opressão e exploração particular baseada no controle desses corpos para a produção da força de trabalho, ao mesmo tempo que retira o caráter ativo dessa atividade e a enclausura na esfera da reprodução biológica.

8. Disponível em: <<https://www.jornaldocomercio.com/conteudo/cultura/2019/02/668366-trio-as-bahias-e-a-cozinha-mineira-lanca-single-e-promete-novo-disco-e-shows.html>>. Acesso em: 23 Mar. 2020.

9. Embora não haja dados precisos sobre a situação da(s) mulher(es) trans e travesti(s) no Brasil, sendo esse mais

como questiona Judith Butler – ser utilizadas como produtoras do contingente de força de trabalho, mas explora e oprime todas a(s) mulher(es) – mesmo se com formas e intensidades distintas –, perseguindo, desde a gênese, as formas de vivência da sexualidade que não podem ser mobilizadas de modo produtivo: não por acaso, a violência contra mulheres trans, lésbicas e *queers*, assim como contra homens homossexuais, é estrutural e permanente no capitalismo. Portanto, enquanto o patriarcado for uma forma totalizante de exploração e opressão, as mulheres, em suas distintas posições e condições, permanecem sendo sujeito da luta feminista e anticapitalista.

Bruxas da contemporaneidade, a(s) mulher(es) transexual(is) e travesti(s) parece(m) em muito transsubstancializar a condição daquelas que foram perseguidas durante o processo de acumulação primitiva do capital, tornando nus alguns dos mecanismos da opressão e exploração patriarcal, muito vivos e estruturais que geralmente deveriam permanecer ocultos. Raquel Virgínia, cantora e compositora da banda *As Bahias e a cozinha mineira*, ressalta em uma entrevista ao *Jornal do Comércio* de Porto Alegre: “O nosso prazer, o gozo, a diversão está num limiar com a morte”⁸.

Perseguidas, assassinadas e enclausuradas na prostituição, quase como possibilidade exclusiva laboral e afetiva⁹, as mulheres trans e travestis no Brasil vivem, em média, 35 anos – menos da metade da expectativa de vida da população brasileira. Contra elas parece haver um verdadeiro estado de guerra.

Assim, a experiência sexual não “reprodutiva” surge como potência antipatriarcal e anticapitalista, desmitificando o caráter natural e imutável que tem vinculado ser-mulheres tanto à pro(criação) como à determinação biológica de seu sexo. A sexualidade *feminina* é, na experiência trans e travesti, imbuída de autonomia e autodeterminação inconciliáveis com as necessidades da acumulação de capital. Não me parece, portanto, mero acaso que o exercício da sexualidade das mulheres trans e travestis – sobreviventes ao genocídio cotidiano – precise tão logo ser realocado em uma atividade *produtiva*: a prostituição. Esta é, ademais, uma atividade laboral remunerada marginal e imprescindível, que concentra muitas das contradições que perpassam o capitalismo patriarcal racista.

Sobre elementos inerentes às relações patriarcais que a prostituição descortina, Patrícia Mattos (2018) afirma:

Aos olhos da “boa sociedade”, a prostituta é repulsiva por ela intermediar o campo dos afetos explicitamente através da relação monetária, do dinheiro, ainda que implicitamente esse seja um elemento também presente em qualquer relação afetiva, embora nunca admitido (Mattos, 2018: 192).

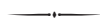
Em outras palavras, o *ser-mulheres*, como forma de alteridade absoluta produzida pelo patriarcado, fundamenta-se no controle da capacidade pro(criativa), estruturando a exploração e a opressão e nivelando todo o contingente de trabalhadoras. Isso ocorre tanto na esfera considerada “re(produtiva)” como naquela “produtiva”. Ora, forçando-as a produzirem força de trabalho, negando-lhes o acesso livre e gratuito ao controle da “reprodução”, ora impedindo-as de gestar, parir e criar suas crianças ou condenando-as à morte precoce, ao encarceramento, à miséria. Como Ressalta Talíria Petrone:

Porque, ainda hoje, mães são separadas de seus filhos – pelo injusto sistema carcerário, pelos assassinatos promovidos pelo Estado, pela desnutrição, pela extrema pobreza ou pelo desemprego. E porque também hoje, como aquelas mulheres, há milhões que estão à frente de lutas por justiça social, pela vida de seus filhos, pelo direito de existir com dignidade e alegria (Petrone, 2020).

um obstáculos para a construção de políticas públicas que as incorpore, estima-se que cerca de 90 a 95% das mesmas estejam trabalhando como profissionais do sexo (Almeida & Vasconcellos, 2018).

E mais: a perseguir as formas de sexualidade e performances de gênero que não podem estar sob o comando de suas necessidades de demanda.

O patriarcado, em sua forma contemporânea, nasce simultaneamente à acumulação de capitais, estruturando-a ao mesmo tempo que é estruturado por suas necessidades, isso porque sem trabalhadoras e trabalhadores detentores da força de trabalho, seja ela remunerada ou forçada, não há produção de mercadorias e “serviços”, a despeito do amplo processo de mecanização do trabalho.



O patriarcado mantém o trabalho realizado na esfera doméstica – pro(criação), cuidados e todas as atividades laborais que mantêm esse espaço funcionando – subalterno às determinações do trabalho realizado fora do espaço doméstico. Não por acaso, a igualdade substantiva experimentada, em alguma medida, pelas mulheres negras estadunidenses em relação aos seus pares nessa esfera, durante a escravidão, foi bastante frágil, sendo corrompida sistematicamente pela supremacia branca, mas também pela adesão dos homens negros às práticas e visão de mundo sexistas.

A ênfase no sexismo intrínseco às práticas dos homens negros, mesmo antes do final escravidão, é um elemento que distingue substancialmente as argumentações de Angela Davis e bell hooks. Enquanto Davis confere centralidade à solidariedade entre mulheres e homens negros, concentrando o protagonismo da exploração e da opressão dessas mulheres nos homens brancos e proprietários e conferindo

lugar de destaque à igualdade conquistada na esfera doméstica, hooks discorda dessa concepção:

Embora mulheres e homens negros tivessem lutado igualmente pela libertação durante a escravidão e em grande parte da era da Reconstrução, líderes políticos negros do sexo masculino sustentavam valores patriarcais (hooks, 2015: 17, tradução livre).

Hooks denuncia o fato de que, se as mulheres negras foram forçadas a exercer as atividades consideradas como prática masculina nas plantações, todavia não era solicitado aos homens negros escravizados que exercessem atividades domésticas, consideradas femininas, de cuidadores das casas e das crianças dos senhores (hooks, 2015: 122).

Se nem sempre as diferenças socialmente constituídas entre homens e mulheres configuraram-se em privilégios aos homens negros escravizados, elas, contudo, representaram sempre uma hierarquia.

Bell hooks se opõe radicalmente à romantização das relações entre mulheres e homens negros, que ela denuncia como um tanto funcional, seja ao feminismo branco das classes médias e altas, seja aos líderes negros:

Feministas brancas estavam tão focadas na disparidade entre macho branco/fêmea branca como uma indicação do impacto negativo do sexismo em seu *status* econômico que não chamavam atenção para o fato de que homens pobres e de classe baixa são tão capazes de oprimir e brutalizar as mulheres como qualquer outro grupo de homens na sociedade americana. [...] A rotulagem do patriarca masculino branco como “porco chauvinista” forneceu um bode expiatório conveniente para os negros machistas sexistas. Eles poderiam se juntar com mulheres brancas e negras para protestar contra a opressão masculina branca e desviar a atenção para longe de seu sexismo, seu apoio ao patriarcado e sua exploração sexista das mulheres (hooks, 2015: 121, tradução livre).

No primeiro caso, a ignorância diante das relações sexistas que pautavam as relações das classes pobres, bem como sofrida pelas mulheres negras e ainda pelas imigrantes, permitiu que o feminismo branco das classes média e alta, em outras palavras, o feminismo liberal, focasse suas pautas na igualdade econômica entre homens e mulheres. Ao mesmo tempo, manteve os privilégios da exploração e da opressão da força de trabalho proletária, negra e imigrante, configurada, justamente, por essas relações. No mesmo sentido, apontam Cinzia Arruza, Tithi Bhattacharya e Nancy Fraser:

Completamente compatível com a crescente desigualdade, o feminismo liberal terceiriza a opressão. Permite que mulheres em postos profissionais-gerenciais façam acontecer precisamente por possibilitar que elas se apoiem sobre mulheres imigrantes mal remuneradas a quem subcontratam para realizar o papel de cuidadoras e o trabalho doméstico (Arruza, Bhattacharya & Fraser, 2018: 38).

No segundo caso, os líderes negros, em particular a partir dos anos 1960, não somente se silenciavam diante do sexismo, como o reproduziam nas práticas cotidianas com suas parceiras afetivas e de luta e, sobretudo, em seus discursos sobre a autodeterminação do povo negro. Bell hooks afirma que muitos dos militantes do movimento Black Power – dentre alguns, ela trata dos escritos e discursos do poeta Amiri Baraka –, na luta genuína pela emancipação do racismo, não percebiam que, embora propusessem a construção de uma forma distinta de sociedade que rompesse radicalmente com a supremacia branca, ao não se questionarem e, em alguns casos, reproduzirem deliberadamente as estruturas sexistas e heteronormativas que a sustentavam, não somente contribuíam à emergência de um patriarcado negro que explora e oprime as mulheres negras (hooks, 2015: 134) como, apesar de terem conquistado alguns importantes avanços nas condições de vida e sobrevivência do povo negro, mantiveram-no a serviço da ordem cuja pretensão era destruir.

Se Angela Davis e bell hooks não compartilham posição no que tange à solidariedade ou à exploração/opressão entre homens e mulheres negras, ambas concordam que as mulheres negras enfrentaram tanto o racismo quanto, em radicalidade, a condição de *ser-mulheres*. Analisar em que medida há concordância com a tese de uma ou de outra é um trabalho que ultrapassa o objetivo que me coloco neste artigo. No entanto, devido à seriedade dos trabalhos de ambas, arrisco conjecturar que, em grande medida, é possível estar de acordo com as duas: a história dos oprimidos, em sua pluralidade, tem sido perpassada ora por momentos de solidariedade e complementaridade, ora por disputas e hierarquizações e exploração e opressão. Opto, portanto, por apreender as diferenças, com essas ênfases distintas, que me permitem captar o movimento dialético dessa relação entre solidariedade e rupturas que transpassa a forma *ser-outra*.

Por exemplo, a luta das mulheres americanas negras e brancas foi gestada e parida no interior do movimento abolicionista. Um dos momentos importantes, segundo Davis, foi o levantar das mulheres brancas de classe média em apoio à luta antiescravagista. Esse levante teve um papel imprescindível nas conquistas empreendidas: elas financiaram congressos abolicionistas, promoveram literatura antiescravista, mobilizaram-se pelo acesso de meninas (e meninos) e mulheres (e homens)

negras(os) à educação formal, acolheram mulheres e homens escravizadas(os), ajudando-as(os) em rotas de fuga. Ao mesmo tempo, a militância ativa, entusiasmada e comprometida dessas mulheres, trouxe-lhes condições e aptidões para questionarem a condição de exploração e opressão à qual estavam submetidas (Davis, 2016).

Davis, em sua análise, traz um processo histórico no qual as lutas emancipatórias ora confluem, e há experimentações potencialmente revolucionárias da unidade das diferentes formas de exploração e opressão; ora têm diferenças concebidas enquanto rivalidades, móveis de disputas, sendo percebidas como obstáculos intransponíveis.

10. Em *Amada*, a personagem Baby Suggs traz, de modo visceral, não somente o drama da maternidade negada, mas a brutalidade da desumanização, da alteridade absoluta conferida ao outro, tratado como peça, e a contradição da humanidade que se mantém teimosa, resistente, experimentada pelo choque: “Então, os oito filhos de Baby Suggs eram de seis pais. O que ela chamava de maldade da vida era o choque que ela recebia ao saber que ninguém parava de jogar as peças só porque entre as peças estavam seus filhos. Halle foi o que ela conseguiu conservar mais tempo. Vinte anos. Uma vida inteira. Coisa que lhe foi dada sem dúvida, como compensação ao ficar sabendo que suas duas filhas, nenhuma das quais tinha ainda dentes permanentes, haviam sido vendidas e mandadas embora e que ela não pudera nem acenar adeus” (Morisson, 2011: 47).

As mulheres brancas, ao se levantarem por sua emancipação, encontraram grande resistência dentro do movimento abolicionista, em especial dos homens brancos, cujos questionamentos e ridicularização passavam pela defesa da supremacia masculina frente à ideologia da feminilidade frágil física e intelectualmente, do confinamento dessas mulheres à esfera doméstica e, portanto, de sua incapacidade natural e intransponível para o exercício das atividades públicas, desde permanecerem e discursarem no salão principal das assembleias até o acesso ao sufrágio.

Encontraram, no entanto, em alguns importantes líderes negros abolicionistas, parceiros de luta: Frederick Douglass, considerado o pai do movimento pelos direitos civis nos Estados Unidos foi, provavelmente, um dos mais leais e empenhados (Davis, 2016). E assim nasce o movimento de mulheres norte-americano: irmão de sangue do movimento antiescravista.

Considerações finais: o patriarcado racista e a acumulação de capitais

A exploração e a opressão intrínsecas à condição de ser-mulher foram, como frisa-se antes, uma dimensão reconhecida pelas mulheres negras que lutaram contra a escravidão no século XIX, sendo expressa de modo literal no questionamento central do discurso de Sojourner Truth – “Não sou eu uma mulher?” –, cuja condição de ser mulher, bem que repleta da singularidade de uma mulher negra fazendo-se na e contra a escravidão – no trabalho forçado, arando e colhendo, com castigos físicos –, sem qualquer regalo pela pretensa fragilidade feminina, remete, sobretudo, à exploração e à opressão sexual, pelos estupros e abusos institucionalizados, mas também à exploração pro(criativa). Sojourner, assim como as mulheres europeias de diferentes classes, foi submetida há um número exorbitante de gestações e partos (13), mas não pôde, de fato, viver a maternidade, tendo suas filhas e filhos arrancadas de seu convívio, vendidas enquanto mercadorias¹⁰.

Das mulheres negras escravizadas, a quem, com a proibição do tráfico de mulheres e homens negras, se impõe o trabalho pro(criativo), foi, no mais das vezes, retirada a possibilidade de cuidado de suas filhas e filhos – cuidado esse que constitui a estrutura do mito da maternidade¹¹ (Davis, 2016). No entanto, ao mesmo tempo, foram forçadas a cuidarem das crianças dos senhores e, por meio cuidado, fundou-se a imagem da mulher negra enquanto símbolo da doçura maternal: a ama de leite, a “mãe preta”, a “bá”. Segundo Lélia Gonzalez (1984):

Ela, simplesmente, é a mãe. É isso mesmo, é a mãe. Porque a branca, na verdade, é a outra. Se assim não é, a gente pergunta: quem é que amamenta, que dá banho, que limpa cocô, que põe prá dormir, que acorda de noite prá cuidar, que ensina a falar, que conta história e por aí afora? É a mãe, não é? Pois então. Ela é a mãe nesse barato doido da cultura brasileira. Enquanto mucama, é a mulher; então “bá”, é a mãe. A branca, a chamada legítima esposa, é justamente a outra que, por impossível que pareça, só serve prá parir os filhos do senhor. Não exerce a função materna. Esta é efetuada pela negra. Por isso a “mãe preta” é a mãe (Gonzalez, 1984: 235).

A voracidade da expropriação experimentada pelas mulheres escravizadas não apenas torna nu o que o mito da maternidade branca e ocidental oculta, mas, antes, foi *protoforma* para o desenvolvimento de uma dimensão fundamental da forma *ser-mulheres*: os corpos feminilizados foram transformados em máquinas de produção (gestar, parir e cuidar) da mercadoria essencial à produção capitalista: a força de trabalho. As mulheres escravizadas gestavam e pariam as crianças que seriam comercializadas e colocadas, tão logo fosse possível, a produzir valor, ao mesmo tempo que foram imprescindíveis ao cuidado, formando as crianças dos senhores.

No que diz respeito às mulheres indígenas, em particular na América Latina, a combinação perversa entre a institucionalização do estupro de mulheres e meninas indígenas com a etnocida política estatal de retirada legal das crianças de suas famílias e tribos¹² tem sido eficaz para o processo que as feministas indígenas chamam de *penetração patriarcal capitalista* (Cabnal, 2010). Nesse processo, se estabelece o controle violento dos corpos feminilizados e racializados, ao mesmo tempo que se apropria das crianças – futura força de trabalho. Ao arrancar as crianças indígenas daqueles vínculos que as conectam aos territórios que a acumulação capitalista ainda não expropriou totalmente, abre-se caminho à expropriação territorial.

Silvia Federice (2017), como vimos, demonstrou a articulação fundamental entre cercamentos e expropriação dos corpos feminilizados; as feministas comunitárias

11. Há uma separação velada entre o gestar e parir e o cuidar representada pela imagem do “embalar”: dos primeiros, todo caráter ativo e autodeterminado são retirados; quanto ao segundo, o caráter de abnegação transforma-o em uma atividade humana subalterna, mas, mágica, no sentido de Mauss, trabalhado anteriormente. E é sobre os cuidados que se sustenta o mito da maternidade.

12. De acordo com dados do Conselho Indigenista Missionário (Cimi), de 2018, 60% das crianças que estavam em instituições de acolhimento à criança e ao adolescente em Dourados (MT) eram de alguma etnia indígena. Disponível em: < <https://cimi.org.br/2018/03/racismo-institucional-justificando-pobreza-estado-retira-criancas-de-suas-familias-guarani-e-kaioha/>>. Acesso em 07 Abr. 2021.

têm demonstrado a articulação entre penetração patriarcal capitalista e expropriação violenta do território-corpo e do território-terra (Cabnal, 2010; 2015).

O que a condição e posição das mulheres negras e indígenas nos revelam?

Controlar o trabalho de maternagem, seja impondo-o compulsoriamente, seja impedindo-o, é fundamental para a acumulação capitalista. Para tanto, separar os trabalhos de gestar/parir e de cuidar é fundamental.

Ao impor a maternidade compulsória por meios violentos, como a institucionalização do estupro, forma-se, por meio da penetração patriarcal capitalista, uma classe de mulheres proletarizadas – negras, indígenas, imigrantes – capaz, como venho frisando, de fornecer a força de trabalho; isto é, gerar a mercadoria primordial para o processo de produção do capital, isso porque “o trabalho vivo tem que se apoderar dessas coisas e despertá-las dos mortos” (Marx, 2013: 260).

Paralelamente, impedir o exercício da maternação dessas mulheres, ou condicioná-lo à precariedade, cria as condições de possibilidade para lhes transferir parte significativa da produção da força de trabalho qualificada e da gestão do capital: mercadoria bastante cara, da qual o capital não pode prescindir, que possibilita não apenas a sua gerência – nas instituições públicas e privadas –, mas a criação direta de valor, através da produção de tecnologias das mais diversas a serem agregadas às mercadorias em sua multiplicidade.

Destarte, a separação entre o processo de trabalho fundamentalmente imbricado à capacidade pro(criativa) – gestar e parir – daquele direcionado aos cuidados torna a improdutividade que pretensamente pauta o trabalho reprodutivo, legitimando a condição de *ser-outra – em potência* – duplamente imprescindível e, de fato, produtiva ao capital: ao produzir a força de trabalho *stricto sensu* (a classe trabalhadora) e ao participar ativamente da produção das classes dirigentes.

Ressalto, todavia, seguindo as pistas de Maria Mies, que a noção de tempo de trabalho socialmente necessário, basilar à teoria do valor, funda-se sobre uma epistemologia masculina e branca. O trabalho, enquanto categoria, é determinado por esse situar-se particular. Segundo Maria Mies, o capitalismo não pressupõe, na verdade exclui de forma estrutural o trabalho feminino (seja ele remunerado ou não) enquanto equivalente possível nas relações de troca; por isso ele surge enquanto improdutivo, lançado ao âmbito da reprodução social e não da produção social. As teorias sobre o capitalismo tenderam a tomar esse fator fundamental à acumulação como dado, sem questioná-lo. Em suas palavras:

Este conceito [capitalismo] exclui por definição as tarefas domésticas e gravidez e cuidado das crianças da categoria de “trabalho produtivo” e, assim, reduz as mulheres a uma *unidade de consumo* (Mies, 1998: 159, tradução livre, grifos meus).

É por não compreender o caráter denegado do trabalho feminino no processo de produção capitalista que Marx, ao desenvolver a noção de valor, não leva em consideração o caráter particular que envolve a definição de *tempo de trabalho socialmente necessário*¹³ à produção da força de trabalho enquanto mercadoria equivalente a todas as demais. Embora o tempo de trabalho socialmente necessário empreendido na pro(criação) e cuidados seja de difícil cálculo, é, sem grandes constrangimentos, de fácil expropriação.

Mies propõe uma definição de trabalho que seja feminina. Um dos pilares da definição proposta é repensar a separação entre tempo de trabalho e tempo de lazer. Como pensar o tempo de trabalho socialmente necessário para os trabalhos de pro(criação) e cuidados, nos quais o tempo de trabalho coloniza, em grande medida, o tempo lazer?

A gestação, com a exaustão e o desgaste físico e emocional, tampouco se encerra nos períodos de sono: o trabalho de gestar a força de trabalho é ininterrupto porquanto dure a gravidez. No tempo em que os cuidados exigidos na formação da *ser-humana*, em particular no primeiro setênio, atravessam madrugadas, desconhecem pausas para descanso e alimentação¹⁴. Em outras palavras, é preciso pensar *tempo de trabalho socialmente necessário* levando em consideração jornadas de trabalho ininterruptas ou com breves pausas.

Mas há outro elemento que particulariza uma medição do trabalho despendido pelas mulheres na pro(criação) e nos cuidados: a intensidade. Se a dimensão do gozo, como também aponta Mies, é presença determinante nesse processo de trabalho, a intensidade também o é, ao mesmo tempo que é de difícil cálculo. É preciso um estudo detido para compreender a especificidade da intensidade do processo de trabalho inerente ao gestar e parir e cuidar. Por exemplo, a mulher gestante produz cerca de 50% a mais do volume sanguíneo habitual. O cuidado envolve uma modificação psíquica na atenção, que é também química, assim, até mesmo em períodos de sono, o corpo mantém determinadas funções em alerta. Se somarmos essa intensidade às ausências de sono e à alimentação adequada, bem como aos múltiplos trabalhos domésticos cuja realização as mulheres ainda concentram e, para a grande maioria, o exercício de uma atividade remunerada, a intensidade do trabalho das mulheres parece-me imensurável pelas medições oficiais.

13. O tempo de trabalho socialmente necessário é o tempo médio de trabalho humano despendido para a produção de mercadorias. Vejamos como Marx define dispêndio de trabalho humano: “Ele é dispêndio da força de trabalho simples que, em média, toda pessoa comum, sem qualquer desenvolvimento especial, possui em seu organismo corpóreo. Embora seu caráter varie em diferentes países e épocas culturais, o trabalho simples médio está dado em toda e qualquer sociedade existente. O trabalho mais complexo vale apenas como trabalho simples potencializado ou, antes, multiplicado, de modo que uma quantidade menor de trabalho complexo é igual a uma quantidade maior de trabalho simples. Que essa redução ocorra constantemente é algo mostrado pela experiência. Mesmo que uma mercadoria seja o produto do trabalho mais complexo, seu valor a equipara ao produto do trabalho mais simples e, desse modo, representa ele próprio uma quantidade determinada de trabalho simples (Marx, 2017: 122).

14. Para se pensar no tempo de trabalho socialmente

necessário em trabalhos de pro(criação) e cuidados, uma pista interessante é acompanhar grupos de mães nas redes sociais, tais como Instagram, Facebook e WhatsApp. A quantidade de postagens e conversas realizadas na madrugada é bastante indicativa de jornadas de trabalho ininterruptas. O conteúdo dessas postagens e conversas se divide em duas frentes: denúncia, na qual a falta de redes de apoio sociais (públicas e comunitárias) se evidencia; troca de informações baseadas em evidências científicas.

Portanto, ao falar da produção de seres-*humanas*, é necessário questionar a categoria *tempo de trabalho socialmente necessário*, seja em sua extensão – jornada de trabalho – seja em sua intensidade. Essa é uma questão que não pretendo resolver, mas apenas apontar para algumas contradições a partir da bibliografia aqui trabalhada.

E, a despeito de ser opaca, essa sua peculiaridade é estrutural à acumulação, pois, por meio dela, o capitalismo pôde, ao mesmo tempo, não remunerar o *tempo de trabalho socialmente necessário* à pro(criação) e aos cuidados, rebaixar o valor do trabalho exercido pelas mulheres na esfera “produtiva” e sub-remunerá-las naqueles trabalhos tratados com improdutivos, pois não geram diretamente mais-valor.

Coube e cabe, majoritariamente, às mulheres o triplo trabalho de gestar, parir e cuidar da formação de sua classe, bem como da formação das classes médias e burguesas por meio dos cuidados (Guimarães, Hirata & Sugita, 2011). Em outras palavras, cabe às mulheres, de modo insuperável e exclusivo – por serem detentoras exclusivas da capacidade de pro(criação) –, uma parte significativa do fazer-se de sua classe, ao mesmo tempo que a divisão do trabalho, que é também sexual e racial, as lança ao fazer-se das classes dirigentes e proprietárias do capital. Sem que com isso deixem de exercer, em larga escala, as atividades que têm o monopólio conceitual da “produção”.

O mito da maternidade tem permitido que, além de gerada, a força de trabalho possa ser formada quase exclusivamente pelas mulheres, com baixíssimos custos ao capital – seja trabalhando na formação de suas crianças ou na das demais classes. O custo da “reprodução” das/os futuras/os trabalhadoras/es realizada pelas mulheres, é, apenas parcialmente, incluída nos salários, e rebaixa ainda mais o preço da força de trabalho, aumentando, portanto, a extração de trabalho não pago (Saffioti, 2013).

Diante do fato de as mulheres produzirem a mercadoria imprescindível à produção de valor – a força de trabalho –, esse trabalho é pago apenas parcialmente, seja através dos salários das mães – atualmente, no Brasil, apenas 7% das mulheres declaram exercerem exclusivamente o trabalho doméstico (*Folha de S. Paulo*, 2019) –, dos pais, ou, ainda, das aposentadorias de avós e avôs. Dessa forma, com o rebaixamento do custo da força de trabalho, não me parece possível seguir afirmando que o trabalho pro(criativo) e de cuidados, sejam eles realizados para a própria família, sejam realizados para outrem (remunerado ou não), não participe diretamente da produção de mais-valor, sendo, portanto, trabalhos produtivos ao capital. Não se pretende, todavia, no escopo deste artigo, avançar nessa questão, mas apontá-la, pois, é a partir dela que as relações entre atividade e passividade, produção e reprodução, que são inerentes à constituição da ser-*outra* se desenvolvem.

A despeito das distinções, parece haver um arquétipo de patriarcado, desenvolvido na Europa, que o colonizador trouxe consigo para as colônias – sob o qual as formas de exploração colonial ganharam corpo e sangue. Em resumo: o patriarcado, enquanto forma intrínseca e basilar à acumulação capitalista, é forma total e totalizante de exploração e opressão das mulheres. Ao mesmo tempo, é uma categoria política construída, apropriada e enfrentada pelos diversos feminismos, estando, portanto, ativamente presente no fazer-se da *ser-outra*.

Portanto, levando em conta os argumentos desenvolvidos neste artigo, podemos dizer que o patriarcado racista, tal como se desenvolve no capitalismo, singulariza-se pela necessidade insuperável de controle da pro(criação) humana, por conseguinte, das mulheres, lançando-as à condição de *ser-outras*.

Referências

A *BÍBLIA*. São Paulo: Paulus, 1990.

ADICHIE, Chimamanda Ngozi. *O perigo de uma história única*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

ALMEIDA, Cecília Barreto de; VASCONCELLOS, Victor Augusto. Transexuais: transpondo barreiras no mercado de trabalho em São Paulo? *Rev. Direito GV*, v. 14, n. 2, São Paulo, Maio-Ago. 2018.

ARRUZA, Cinzia; BHATTACHARYA, Tithi; FRASER, Nancy. *Feminismo para os 99%: um Manifesto*. São Paulo: Boitempo, 2018.

BEAUVOIR, Simone. *O segundo sexo*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2016 [1949].

BOURDIEU, Pierre. *A distinção: crítica social do julgamento*. São Paulo; Porto Alegre: Editora USP; Zouk, 2006 [1979].

CABNAL, Lorena. Acercamiento a la construcción del pensamiento epistémico de las mujeres indígenas feministas comunitarias de Abya Yala. In: _____. *Feminismos diversos: el feminismo comunitario*, p. 11-25. Huntington Park, CA: Las Segovias – Acsur, 2010.

_____. A recuperação do corpo como território defesa. Entrevista a Juliana Bittencourt. *Revista Geni*, 2015. Disponível em: <<http://revistageni.org>>. Acesso em: 20 Jan. 2020.

CARBY, Hazel. White woman listen! Black feminism and the boundaries of sisterhood. *Black British Cultural Studies*. Chicago, 1996.

COLLINS, Patricia Hill. *Pensamento feminista negro*. São Paulo: Boitempo, 2019.

CONDÉ, Maryse. *Eu, Tituba. Bruxa negra de Salem*. Rio de Janeiro: Rosa dos tempos, 2019.

DAVIS, Angela. *Mulheres, raça, classe*. São Paulo: Boitempo, 2016 [1981].

FEDERICI, Silvia. *Calibã e a Bruxa: mulheres, corpo e acumulação primitiva*. São Paulo: Elefante, 2017 [2004].

FOLHA DE S. PAULO. Parcela da população que se declara dona de casa cai para 7% em 26 anos. Folha de São Paulo, 6 Ago. 2019. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2019/08/parcela-da-populacao-que-se-declara-dona-de-casa-cai-para-7-em-26-anos.shtml> >. Acesso em : 07 Ago. 2019.

GONZALEZ, Lélia. Racismo e sexismo na cultura brasileira. *Revista Ciências Sociais Hoje*, Anpocs, p. 223-244, 1984.

GUIMARÃES, Nadya Araujo; HIRATA, Helena; SUGITA, Sumiko Kurumi. Cuidado e cuidadoras: o trabalho de care no Brasil, França e Japão. *Revista Sociologia & Antropologia* v. 1, n. 1, p. 151-180, 2011.

HOOKS, bell. *Da margem ao centro*. São Paulo: Perspectiva, 2019 [1984].

_____. *Ain't i a woman: black women and feminism*. New York; London: Routledge, 2015 [1981].

MARX, Karl. *O capital: crítica da economia política*. Livro I. São Paulo: Boitempo, 2013 [1867].

MAUSS, Marcel. *Sociologia e antropologia*. São Paulo: Cosac Naify, 2003.

MATTOS, Patrícia. A dor e o estigma da puta pobre apud SOUZA, Jessé. *A ralé brasileira: quem é como vive*. São Paulo: Contratempos, 2018 [2009].

MBEMBE, Achille. *A crítica da razão negra*. São Paulo: N-1 Edições, 2018 [2013].

MIES, Maria. *Patriarchy & accumulation on a world scale: women in the International division of labor*. New York: Zed Book, 1998 [1986].

MORISSON, Toni. *Amada*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007 [1987].

PETRONE, Talíria. *(Re)nascer em tempos de pandemia. Pandemia capital*. São Paulo: Boitempo, 2020.

RAGO, Margareth. Os mistérios do corpo feminino ou as muitas descobertas do “amor venéreo”. *Proj. História*, n. 25, São Paulo, Dez. 2002.

RANIERE, Jesus. *A câmara escura: alienação e estranhamento em Marx*. São Paulo: Boitempo, 2001.

RIBEIRO, Djamila. *O que é lugar de fala?* São Paulo: Pólen Livros, 2019.

SAFFIOT, Heleieth. *A mulher na sociedade de classes: mito e realidade*. São Paulo: Expressão Popular, 2013 [1969].

SIMMEL, George. *A filosofia do amor*. São Paulo: Martins Fontes, 1993.

VERGÈS, Françoise. *Um feminismo decolonial*. São Paulo: Ubu, 2020.



Traduções

Sociologia ambiental: um novo paradigma*

Recebido: 06.05.21
Aprovado: 30.06.21

William R. Catton Jr.
& Riley E. Dunlap¹

Resumo: Perspectivas teóricas na sociologia, ostensivamente diversas e que competem entre si são semelhantes em seu antropocentrismo. Para qualquer uma dessas perspectivas, portanto, muitas das experiências sociais contemporâneas e futuras devem parecer anômalas. Sociólogos do meio ambiente buscam entender as transformações sociais recentes através de um paradigma não antropocêntrico. Em razão de as restrições dos ecossistemas, agora, representarem sérios problemas tanto para as sociedades humanas como para a sociologia, três pressupostos muito distintos do prevalente Paradigma da Excepcionalidade Humana (PEH) se tornaram essenciais. Eles formam um Novo Paradigma Ambiental (NPA). Sociólogos que aceitam esse Novo Paradigma Ambiental não têm dificuldades de apreciar a relevância sociológica de variáveis tradicionalmente excluídas da sociologia. O cerne da sociologia ambiental é, de fato, o estudo das interações entre o meio ambiente e a sociedade. Em um trabalho recente orientado pelo NPA, sociólogos exemplificaram a utilidade desse paradigma em questões relativas à estratificação social.

Palavras-chave: Sociologia ambiental. Novo Paradigma Ambiental. Antropocentrismo. Meio ambiente e sociedade. Estratificação social.

Environmental sociology: a new paradigm

Abstract: *Ostensibly diverse and competing theoretical perspectives in sociology are alike in their shared anthropocentrism. From any of these perspectives, therefore, much contemporary and future social experience has to seem anomalous. Environmental sociologists attempt to understand recent societal changes by means of a non anthropocentric paradigm. Because ecosystem constraints now pose serious problems both for human societies and for sociology, three assumptions quite different from the prevalent Human Exceptionalism Paradigm (HEP) have become essential. They form a New Environmental Paradigm (NEP). Sociologists who accept this New Environmental Paradigm have no difficulty appreciating the sociological relevance of variables traditionally excluded from sociology. The core of environmental sociology is, in fact, study of interactions between environment and society, recent work by NEP-oriented sociologists on issues pertaining to social stratification exemplifies the utility of this paradigm.*

Keywords: *Environmental sociology. New Environmental Paradigm. Anthropocentrism. Environment and society. Social stratification.*

* Tradução de Environmental sociology: a new paradigm. *The American Sociologist*, v. 13, n. 1, p. 41-49, Fev. 1978. Artigo publicado com autorização da American Sociological Association (ASA), detentora dos direitos autorais do artigo original. Agradecemos a Riley Dunlap pelo auxílio na negociação com a ASA para que esta publicação fosse possível. Os autores publicaram em 1980 uma versão revisada e expandida do argumento exposto neste texto, a qual Dunlap recomenda para os leitores interessados: William R. Catton, Jr. & Riley E. Dunlap. A new ecological paradigm for post-exuberant sociology. *American Behavioral Scientist*, v. 24, n. 1, p. 15-47, 1980.

Tradução de Larissa do Carmo Inácio, mestranda no Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade de Brasília, membro do Grupo de Pesquisa Ciências, Tecnologias

e Públicos.
<larissacinacio@gmail.com>.

Revisão técnica de Tiago Ribeiro Duarte, professor do Departamento de Sociologia da Universidade de Brasília, coordenador do Grupo de Pesquisa Ciências, Tecnologias e Públicos.
Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-1625-6866>.
<ribeiroduarte.tiago@gmail.com>.

I. William R. Catton Jr. e Riley E. Dunlap eram, à época da publicação, professores da Washington State University.

1. *"That an occasion for retooling has arrived"*.

2. No fim dos anos 1960, um Grupo de Pesquisa em Recursos Naturais foi formado na União Soviética e, em 1973, a Sociedade para os Estudos dos Problemas Sociais (SSSP) estabeleceu uma Divisão de Problemas de Ambientais.

A sociologia aparenta ter atingido um impasse. Os esforços dos sociólogos para assimilar em suas teorias favoritas alguns dos eventos que moldaram as sociedades humanas ao longo da última geração, às vezes contribuíram mais para a fragmentação da comunidade sociológica do que para uma explicação convincente dos fatos sociais. Mas, como Thomas Kuhn (1962: 76) demonstrou, um tal impasse frequentemente significa "que a ocasião para a reequipagem chegou"¹. O surgimento dos problemas ambientais e, especialmente, o advento das preocupações sobre os "limites ao crescimento" sinalizaram o agudo afastamento das expectativas exuberante que a maioria dos sociólogos compartilhava com o público em geral. Problemas e restrições ambientais contribuíram para a inquietação geral da sociedade americana, provocada pelos eventos dos anos 1960. Sociólogos, não menos que outras pessoas pensantes, ainda estão se digladiando com a dramática mudança dos calmos anos 1950, quando o sonho americano de progresso social, mobilidade ascendente e estabilidade social pareciam seguros.

Em 1976, a Associação Estadunidense de Sociologia, seguindo os precedentes definidos alguns anos antes pelas Sociedade Rural de Sociologia e Sociedade para os Estudos dos Problemas Sociais (SSSP), estabeleceu uma nova "Seção em Sociologia Ambiental"². Neste trabalho, tentaremos explicar o desenvolvimento da sociologia ambiental, mostrando como isso representou uma tentativa de compreender as recentes transformações societárias, difíceis de ser compreendidas a partir das perspectivas sociológicas tradicionais. Ao invés de simplesmente representar a ascensão de outra especialidade na disciplina, a emergência da sociologia ambiental reflete o desenvolvimento de um novo paradigma, e esse paradigma pode ajudar a nos desprender desse impasse acima referido.

O "Novo Paradigma Ambiental" (NPA), implícito na sociologia ambiental, é obviamente apenas um entre vários candidatos a substituir ou a alterar o, cada vez mais obsoleto, conjunto de pressupostos que definiu a natureza da realidade social para a maioria dos sociólogos. Sociólogos ambientais – não menos do que os defensores das muitas alternativas que Alvin Gouldner (1970) descreveu – estão tentando entender um "senso do que é real". Além disso, acreditamos que o NPA pode contribuir de forma muito mais efetiva para o entendimento das condições sociais contemporâneas e futuras do que as perspectivas sociológicas anteriores. Para ilustrar a força desse paradigma para o esclarecimento de questões sociológicas importantes, descreveremos, brevemente, alguns estudos baseados no NPA de problemas de estratificação social. Mas, primeiramente, devemos cotejar o antigo e o novo conjunto de pressupostos.

O “Paradigma da Excepcionalidade Humana”

As numerosas perspectivas teóricas que competem entre si na sociologia contemporânea (funcionalismo, etnometodologia, teoria do conflito, marxismo, e assim por diante) tendem a exagerar suas diferenças. Pretendem ser paradigmas por mérito próprio, e são constantemente percebidas como tal (ver, por exemplo, Denisoff, Callahan & Levine, 1974; Ritzer, 1975). Mas elas também foram construídas simplesmente como perspectivas “pré-paradigmáticas” concorrentes (Friedrichs, 1972). Sustentamos que sua aparente diversidade não é tão importante quanto o antropocentrismo subjacente a *todas* elas.

Esse antropocentrismo mútuo é parte de uma visão de mundo sociológica básica (Klausner, 1971: 10-11). Chamamos essa visão de mundo de “Paradigma da Excepcionalidade Humana” (PEH). Essa aceitação dos pressupostos do PEH dificultou, para a maioria dos sociólogos, independentemente de sua orientação preferida, a forma como lidar com as implicações sociais dos problemas e com as restrições ecológicas. Portanto, o PEH tornou-se cada vez mais obstrutivo aos esforços de se compreender a experiência social contemporânea e futura.

O PEH compreende vários pressupostos que foram desafiados por recentes contribuições ao conhecimento ou tiveram suas implicações otimistas desafiadas por eventos que ocorreram nos anos 1970. Aceitos, explícita ou implicitamente, por todas as convicções teóricas, incluem:

- i.* os humanos são seres únicos entre as criaturas da Terra, pois eles têm cultura;
- ii.* a cultura pode variar quase infinitamente e pode mudar muito mais rapidamente do que os traços biológicos;
- iii.* portanto, muitas das diferenças humanas são socialmente induzidas, ao invés de inatas; podem ser socialmente alteradas e diferenças inconvenientes podem ser eliminadas;
- iv.* assim, a acumulação cultural significa que o progresso pode continuar sem limites, fazendo com que todos os problemas sociais sejam, finalmente, solucionáveis.

A aceitação sociológica de tal visão de mundo otimista foi, sem dúvida, promovida pela prevalência da doutrina do progresso na cultura ocidental, onde a sociologia acadêmica foi gerada e nutrida. Foi sob o ramo estadunidense da cultura ocidental

3. Para um alerta anterior de que essa força produtora de exuberância poderia ser temporária, veja William G. Sumner (1896). Poucos sociólogos do século XX levaram a advertência a sério.

4. A capacidade de carga é um conceito ecológico que diz respeito ao número de seres que um ambiente pode suportar, sem impactos negativos significativos para o organismo e o seu ambiente (n. da trad.).

5. Mesmo os ecologistas humanos sociológicos limitaram sua atenção principalmente ao ambiente social ou espacial, e não ao ambiente físico (ver Michelson, 1976: 17-23), refletindo sua adesão ao PEH.

6. Ver Miller (1972) para uma discussão lúcida sobre essas leis.

que a sociologia floresceu mais plenamente, e isso ficou claro para os analistas estrangeiros da vida americana – de Tocqueville a Laski –, que a maioria dos estadunidenses, até recentemente, acreditavam fortemente que o presente era melhor que o passado, e que o futuro seria melhor que o presente. Sociólogos poderiam facilmente compartilhar essa convicção quando os recursos naturais ainda eram tão abundantes que os limites para o progresso permaneciam despercebidos. O historiador David Potter (1954) tentou alertar os seus colegas para alguns pressupostos não declarados e não examinados que moldavam seus estudos; suas palavras têm igual relevância para os sociólogos:

O fator da abundância, que descobrimos, primeiramente, como condição ambiental e que convertemos então, por meio da mudança tecnológica, em força cultural e física, influenciou todos os aspectos da vida estadunidense de maneira fundamental (Potter, 1954: 141)³.

Os sociólogos não apenas foram demasiadamente negligentes com o fato de que nossa sociedade obteve qualidades especiais da abundância passada; a herança da abundância tornou difícil aos sociólogos perceberem a possibilidade de uma era de escassez descontrolada. Por exemplo, conceitos ecológicos como “capacidade de carga”⁴ são estranhos ao vocabulário da maioria dos sociólogos (Catton, 1976a; 1976b). Desconsiderar, ainda, esses conceitos equivale supor que a capacidade de um ambiente seja sempre ampliada, conforme as necessidades – negando, portanto, a possibilidade de escassez.

A dependência da sociedade humana do ecossistema tem sido negligenciada de forma evidente na literatura sociológica sobre desenvolvimento econômico (veja Horowitz, 1972), pois simplesmente não reconheceu os limites biogeoquímicos para o progresso material. Uma renovada atenção sociológica para a teoria da evolução societal (Parsons, 1977) raramente presta muita atenção à base de recursos a que estão sujeitas as explorações “mais eficientes”, conforme as sociedades se tornam mais diferenciadas internamente e, assim, são “atualizadas adaptativamente”. Nessa literatura, a palavra “meio ambiente” se refere quase que inteiramente ao “meio ambiente simbólico” da sociedade (sistemas culturais) ou ao “meio ambiente social” (sistemas sociais ambientais)⁵.

É o hábito de negligenciar as leis de outras ciências (como o Princípio da Entropia e a Lei da Conservação de Energia)⁶ – como se as ações humanas não fossem afetadas por elas – que permite a um sociólogo tão distinto quanto Daniel Bell (1973: 465) afirmar que a questão da humanidade seja “não a subsistência, mas o padrão de vida, não a biologia, mas a sociologia”, e insista que as necessidades básicas são “saciáveis e a possibilidade da abundância seja real”, impute a “histeria apocalíp-

tica” ao “movimento ecológico” e considera banal, ao invés de questionável, a expectativa de que o crescimento dos “juros compostos” continue por mais cem anos. Da mesma forma, essa negligência permitiu a Amos Hawley (1975: 8-9) escrever que “não há limites conhecidos para o aprimoramento das tecnologias” e a pressão populacional sobre os recursos não agriculturáveis não está “atualmente sendo sentida, nem é provável que seja sentida no futuro próximo”. Essas visões refletem um firme compromisso com o PEH.

A sociologia ambiental e o “Novo Paradigma Ambiental”

Quando a apreensão pública começou a ser suscitada com relação aos recentemente perceptíveis problemas ambientais, os cientistas que atuavam como formadores de opinião não eram os sociólogos. Eles arrolavam personalidades como Rachel Carson, Barry Commoner, Paul Ehrlich e Garrett Harding – biólogos. A liderança em enfatizar a precariedade da condição humana foi perdida pelos sociólogos, pois, até recentemente, a maioria era socializada a partir de uma visão de mundo que tornava difícil reconhecer a realidade e o completo significado dos problemas e das limitações ambientais com a qual nos confrontamos agora. Devido à nossa aceitação do PEH, nossa disciplina esteve focada nos humanos de modo a negligenciar o habitat; as considerações de nosso ambiente social não deixaram emergir considerações sobre nossas circunstâncias físicas (Michelson, 1976: 17). Além disso, tivemos uma fé sem reservas de que o equilíbrio entre a população e os recursos poderia e alcançaria níveis não catastróficos, desde que tecnologia e organização mediassem as relações entre as crescentes populações e seu habitat terrestre (ver, por exemplo, Hawley, 1975).

Mas, estimulados por eventos perturbadores, alguns sociólogos começaram a ler autores como Rachel Carson (1962), Barry Commoner (1971), Paul e Anne Ehrlich (1970) e Garrett Hardin (1968), e começaram a retirar as vendas do PEH. Assim que os pressupostos de longa data começaram a perder seu poder, começamos a reconhecer que a realidade das limitações ecológicas colocou sérios problemas para as sociedades humanas e para a disciplina da sociologia (ver, como exemplo, William Burch Jr., 1971). Começou a parecer que, para compreender o mundo, era necessário repensar a tradicional norma durkheimniana de pureza sociológica – de que os fatos sociais, por exemplo, pudessem ser explicados apenas pela relação com outros fatos sociais. O resultado gradual de repensar desse processo foi o desenvolvimento da sociologia ambiental.

A sociologia ambiental claramente ainda está em seus anos formativos. Na virada da década, a crescente preocupação com o “meio ambiente” como problema social le-

vou a numerosos estudos das atitudes públicas em relação às questões ambientais e ao “Movimento Ambiental” (ver Albrecht & Mauss, 1975). Uma aliança se desenvolveu gradualmente entre sociólogos com esses interesses e sociólogos com uma série de outras preocupações – incluindo interesses bastante estabelecidos, tais como o ambiente “construído”, os riscos naturais, o gerenciamento de recursos e a recreação ao ar livre, assim como novos interesses, como a “avaliação do impacto social” (exigida pela Lei Nacional de Política Ambiental de 1969). Após a crise energética de 1973, muitos sociólogos – incluindo muitos com interesses anteriores em uma ou mais das áreas acima mencionadas – começaram a investigar os efeitos da escassez de energia, em particular, e das restrições de recursos, em geral, na sociedade: o sistema de estratificação, a ordem política, a família e assim por diante. (Para uma indicação do alcance dos interesses dos sociólogos ambientais, ver Dunlap, 1975; Manderscheid, 1977; para revisões da literatura, ver Dunlap e Catton, 1979; Humphrey e Buttel, 1976).

Esses interesses diversos estão relacionados a uma especialidade cada vez mais conhecida como sociologia ambiental pela aceitação das variáveis “ambientais” como significativas para a investigação sociológica. Concepções de “meio ambiente” vão desde o ambiente “artificial” (ou “construído”) até o ambiente “natural”, com uma variedade de ambientes “humanamente alterados” entre as duas categorias – por exemplo, ar, água, ruídos e poluição visual. De fato, o estudo da interação entre o meio ambiente e a sociedade é o cerne da sociologia ambiental, como defendido, vários anos atrás, por Allan Schnaiberg (1972)⁷. Isso envolve estudar os efeitos do meio ambiente na sociedade (por exemplo: abundância ou escassez de recursos na estratificação) e os efeitos da sociedade no meio ambiente (por exemplo: as contribuições dos diferentes sistemas econômicos na degradação ambiental)⁸.

O estudo de uma tal interação repousa no reconhecimento de que os sociólogos não podem mais se dar ao luxo de ignorar o meio ambiente em suas investigações, e essa virada parece depender, a princípio, da aceitação tácita de um conjunto de pressupostos bastante diferente daqueles que subjazem ao PEH. A partir dos escritos de vários sociólogos ambientais (Charles Anderson, 1976; William Burch Jr, 1971; 1976; Frederick Buttel, 1976; William Catton, 1976a; 1967b; Denton Morrison, 1976; Allan Schnaiberg, 1972, 1975) é possível extrair um conjunto de pressupostos sobre a natureza da realidade social que permanece em forte contraste com o PEH. Chamamos esse conjunto de pressupostos de “Novo Paradigma Ambiental”, ou NPA (ver Riley Dunlap e Kent Van Liere, 1977, para um uso mais amplo do termo, referindo-se às crenças pública emergentes):

- i. seres humanos são apenas mais uma espécie entre as muitas que estão interdependentemente envolvidas em comunidades bióticas que moldam a vida social;

7. Isso não significa que os sociólogos ambientais focalizem tão somente as relações bivariadas entre as variáveis sociais e ambientais, como ilustrado pela dialética socioambiental” de Schnaiberg (1975), a ser discutida abaixo.

8. Para uma visão alternativa e mais restrita do domínio da sociologia ambiental, ver John Zeisel (1975, Cap. 1).

ii. ações humanas propositais têm consequências não intencionais produzidas pelas relações complexas de causa e efeito e *feedback* na teia da natureza; e

iii. o mundo é finito, de modo que há potentes limites físicos e biológicos restringindo o crescimento econômico, o progresso social e outros fenômenos sociais.

Fatos ambientais e fatos sociais

Sociólogos que aderem ao NPA prontamente aceitam como factual a sentença de abertura do principal artigo de uma edição recente do *Social Science Quarterly*, dedicado à “Sociedade e escassez”:

Nós herdamos, ocupamos e deixaremos como legado um mundo de escassez: os recursos não são adequados para prover tudo o que queremos. Esse é um mundo, portanto, de limitações, restrições e conflitos, que requer que suportemos os custos e pede por uma coordenação comunitária (Allen, 1976: 263).

Por outro lado, dos partidários persistentes do PEH, acostumados a contar com avanços tecnológicos e organizacionais geralmente benignos e sem limites, seria de se esperar que desconsiderassem tal afirmação como mera manifestação da presunção ingênua de que o “estado da arte” é fixo (ver, por exemplo: Hawley, 1975: 6-7).

Da mesma forma, sociólogos que se converteram aos pressupostos do NPA não têm dificuldades em apreciar a relevância sociológica do seguinte fato: os US\$ 36 bilhões que custam, anualmente, a importação de petróleo para a complementação dos reduzidos estoques americanos, são parcialmente compensados pela exportação de US\$ 23 bilhões em produtos agrícolas – às custas de um enorme desgaste do solo (van Bavel, 1977). Sociólogos ambientais esperam mudanças sociais importantes se o solo ou o petróleo, ou os dois, se esgotarem. Mas, sociólogos ainda vinculados ao PEH provavelmente ignorariam esses assuntos, sustentando que o petróleo e o solo são variáveis irrelevantes para os sociólogos. Contudo, acreditamos que apenas levando esses fatores em consideração – como o declínio dos recursos energéticos – é que os sociólogos podem continuar a compreender e a explicar os “fatos sociais”. Tentaremos demonstrar isso pelo exame de alguns trabalhos de sociólogos orientados pelo PEH em uma das áreas que eles começaram a examinar – a estratificação social.

A utilidade do NPA: trabalho recente em estratificação social

A maioria dos trabalhos existentes na área de estratificação parece repousar sobre o Paradigma da Excepcionalidade Humana, por “[...] não considerar, adequadamente, o contexto de restrição de recursos, ou a falta dele, no qual o sistema de estratificação opera [...]” (Morrison, 1973: 83). Passamos, portanto, a descrever trabalhos recentes na área realizados por sociólogos ambientais, em um esforço de ilustrar os *insights* sobre processos de estratificação fornecidos pelo NPA. Vamos nos limitar à discussão de três tópicos:

- i. o atual declínio nas condições de vida experimentado por muitos americanos;
- ii. as clivagens contemporâneas e prováveis no futuro de nosso sistema de estratificação; e
- iii. os prospectos problemáticos de acabar com a autoperpetuação da pobreza.

O atual declínio nas condições de vida

A maioria dos americanos está preocupada com sua situação econômica (Strumpel, 1976: 23). Em *Food, shelter and the American dream*, Stanley Aronowitz (1974) exemplifica a crescente consciência de que algo não está indo de acordo com o esperado – os antigos ideais de progresso social, aumento da prosperidade e conforto material, bem como a mobilidade individual e intergeracional para todos os seguimentos da sociedade não estão sendo realizados (ver também Anderson, 1976: 1-3). Ainda assim, na tentativa de compreender essas mudanças, mesmo um “sociólogo crítico” como Aronowitz parece impedido pelo PEH. Ele vê a escassez de alimentos, gasolina, óleo combustível, dentre outras, como o resultado de “manipulações” pelas grandes corporações nacionais e supranacionais, e é cético em relação à ideia de que a escassez de recursos pode ser real. Assim, sua solução para o declínio dos padrões de vida americanos seria, à primeira vista, unicamente política: reduzir o poder das grandes corporações.

Embora muitos sociólogos ambientais não neguem que as companhias de petróleo se beneficiariam da escassez energética, sua aceitação do NPA leva a uma explicação diferente das tendências econômicas recentes. Allan Schnaiberg (1975: 6-8), por exemplo, explicou uma “dialética societária-ambiental” muito útil. Com a tese de que a “expansão econômica é um desiderato social” e a antítese de que a “per-

turbação ecológica é uma consequência necessária à expansão econômica”, uma dialética emerge com a aceitação da proposição de que a “perturbação ecológica é danosa para a sociedade humana”, Schnaiberg aponta três *sínteses* alternativas dessa dialética:

- i. uma *síntese* que ignora as perturbações ecológicas e procura maximizar o crescimento;
- ii. uma *síntese do gerenciamento da escassez*⁹ que lida com a mais óbvia e perniciosa das consequências da utilização dos recursos ao impor controles sobre indústrias e recursos selecionados; e
- iii. uma *síntese ecológica*, na qual o “controle substancial tanto sobre a produção como sobre a demanda efetiva de bens” é usado para minimizar as perturbações ecológicas e manter uma “produção sustentável” dos recursos.

Schnaiberg (1975: 9-10) argumenta que a síntese adotada será influenciada pela estrutura básica da economia de uma sociedade, com sociedades “regressivas” (expansivas da desigualdade) com maior probabilidade de manter a síntese “econômica” e sociedades “progressivas” (fomentadoras da equidade) menos resistentes à síntese “ecológica”¹⁰. Não surpreende, portanto, que os Estados Unidos, com uma economia “não redistributiva”, optaram cada vez mais pelo “gerenciamento da escassez” como solução para os problemas ambientais e de recursos¹¹.

Gerenciar a escassez envolve, por exemplo, combater as perturbações ecológicas, forçando as indústrias a diminuírem a poluição, com os custos resultantes passando adiante para o consumidor via aumento dos preços, e combater a escassez de recursos via aumento dos impostos (e, assim, com preços mais altos para o consumidor) sobre os produtos escassos. Há um reconhecimento crescente dos impactos altamente regressivos de ambos os mecanismos (Morrison, 1977; Schnaiberg, 1975), assim, a dependência governamental no “gerenciamento da escassez”, ao lidar com a poluição e a escassez de recursos, explica, ao menos em parte, o agravamento da situação econômica das classes média, trabalhadora e, especialmente, das classes menos favorecidas – uma situação na qual alimento e moradia adequados são, frequentemente, difíceis de obter. Infelizmente, esses males econômicos não podem ser simplesmente corrigidos, retornando-se à síntese econômica. As sérias ameaças à saúde impostas pelos poluentes, as mudanças potencialmente devastadoras no ecossistema provocadas pelo crescimento econômico e tecnológico descontrolado (destruição da camada de ozônio, alterações na temperatura atmosférica, entre outros) e a realidade inegável da escassez iminente de recur-

9. O termo usado por Schnaiberg foi “escassez planejada”, mas como os adeptos do PEH podem supor que a frase se refere à escassez causada pelos planejadores – em vez das escassezes (e seus outros custos) alocadas pelos planejadores –, preferimos falar em “gerenciamento da escassez”.

10. Portanto, entre as nações industriais, a Suécia, por exemplo, parece ter chegado mais perto da síntese ecológica, enquanto a China representa a maior aproximação disso como nação em desenvolvimento (Andreson, 1976: 241-251). Em contraste, países em desenvolvimento altamente regressivos, como o Brasil, parecem fortemente comprometidos com a síntese econômica.

11. A economia dos Estados Unidos é “não redistributiva”, pois, no geral, seus padrões de desigualdade (ações de distribuição da riqueza) foram minimamente alterados pelo crescimento, mesmo que todos os estratos sociais tenham melhorado muito via crescimento (Schnaiberg, 1975: 9; Zeitlin, 1977, Parte 2).

sos cruciais, como o petróleo, tornam impossível a reversão da síntese econômica tradicional a longo prazo (ver, por exemplo, Anderson, 1976; Miller, 1972;). Certamente, como Morrison (1976) notou, as pressões para retornar a essa síntese são grandes, e compreendê-las fornece *insights* sobre as clivagens econômicas contemporâneas e futuras.

Clivagens no sistema de estratificação

A síntese ecológica de Schnaiberg equivale ao que outros nomearam como sociedade “estacionária” ou de “estado estável”, e é amplamente aceito que essa sociedade precisaria ser muito mais igualitária do que a dos Estados Unidos contemporâneos (Anderson, 1976: 58-61; Daly, 1973: 168-170)¹². Alcançar a redistribuição necessária seria muito difícil, e a oposição à redistribuição provavelmente resultaria em sérias e instáveis clivagens dentro do sistema de estratificação. A longo prazo, conforme as restrições ambientais se tornam mais óbvias, os “abastados” ecologicamente conscientes provavelmente optarão por uma maior ênfase no gerenciamento da escassez para lidar com elas. Os resultados seriam desastrosos para os “desprovidos”, conforme o crescimento lento e os altos preços revertersem a tendência tradicional nos Estados Unidos, na qual todos os segmentos da sociedade melhoram suas condições materiais – não porque eles obtiveram uma fatia maior do “bolo”, mas porque o bolo continuou crescendo (Anderson, 1976: 28-33; Morrison, 1976). Crescimento lento sem aumento na redistribuição resultará na privação real – assim como na privação relativa – entre os “desprovidos”, tornando o conflito de classes mais provável do que nunca¹³. Como Morrison (1976: 299) notou, “[...] os antagonismos de classe que são suavizados pelo crescimento econômico geral tendem a emergir como conflitos de classe mais genuínos quando o crescimento diminui ou cessa”. Portanto, a longo prazo, o NPA sugere que as predições de Marx sobre conflitos de classe podem se tornar mais precisas, embora por razões que Marx não pudesse ter previsto.

A curto prazo, no entanto, uma possibilidade muito diferente parece provável. As pressões sociais resultantes do gerenciamento da escassez são tamanhas que “abastados” e “desprovidos” pressionarão por uma revisão para a síntese (do crescimento) econômica. De fato, Morrison (1973) previu que a emergência de uma clivagem dahrendorfiana (ou seja, não marxista): “expansionistas *versus* não expansionistas”, com todos aqueles que são dependentes do crescimento industrial (trabalhadores e proprietários) unindo-se em oposição a ambientalistas (que tipicamente mantiveram um posicionamento – em suas profissões, governo, educação, por exemplo – menos diretamente dependentes do crescimento). O firme apoio dos sindicatos ao crescimento e os esforços bem-sucedidos da indústria para obter o apoio dos trabalhadores e dos pobres nas batalhas contra os ambientalistas, ambos sugerem a emergência des-

12. Por exemplo, o consumo desnecessário devido ao excesso de riqueza e ao crescimento econômico decorrente do investimento do capital excedente (com o intuito de obter lucro) precisaria ser interrompido, assim como a pressão pelo crescimento econômico decorrente das necessidades não atendidas dos estratos mais baixos (ver, por exemplo, Anderson, 1976: 58-61; Daly, 1973: 168-171).

13. O gerenciamento da escassez e o crescimento lento provavelmente também intensificarão as tensões entre nações desenvolvidas e em desenvolvimento. Isso leva os sociólogos orientados pelo NPA (Anderson, 1976: 258-269; Morrison, 1976) a enxergarem o futuro do desenvolvimento internacional bem distintamente dos sociólogos orientados pelo PEH (Horowitz, 1972).

sa coalizão. Algo um tanto irônico, portanto, esse suporte pela continuidade do crescimento econômico unindo capitalistas e “esquerda” (termo amplamente utilizado para incluir a maioria dos sindicatos, defensores dos pobres e acadêmicos marxistas). Esse apoio não apenas revela em que medida a maioria da esquerda abandonou as esperanças de uma redistribuição real em favor da obtenção de uma “parcela justa” do bolo em crescimento, mas também revela um mal-entendido acerca da distribuição dos custos e benefícios do crescimento econômico tradicional.

A cultura da pobreza solidificada

Sociólogos guiados pelo NPA não somente questionaram os supostos benefícios universais do crescimento, mas apontaram, consistentemente, para os “custos” geralmente negligenciados do crescimento – custos que tendem a ser bastante regressivos (Anderson, 1976: 30-31; Schnaiberg, 1975: 19). Portanto, cada vez mais é reconhecido que o local de trabalho e os centros das cidades constituem sérias ameaças à saúde, e que há uma forte relação inversa entre o *status* socioeconômico e a exposição à poluição ambiental (Schnaiberg, 1975: 19). Além disso, em seu estudo sobre a relação entre o *status* socioeconômico e a poluição do ar, Burch (1976) foi além ao sugerir que:

Cada um desses poluentes, quando ingeridos em níveis modestos por um período contínuo, é provável que tenham uma influência importante sobre a capacidade de uma pessoa persistir na luta pela melhoria de sua posição social... Essa exposição, assim como deficiências nutricionais, se assemelham a um mecanismo através do qual as desigualdades de classes são reforçadas (Burch, 1976: 314).

Isso o leva a sugerir que os esforços para erradicar a pobreza que não levam em conta o impacto debilitante das agressões ao meio ambiente provavelmente fracassarão.

Conclusão

Procuramos ilustrar a utilidade do NPA concentrando-nos em questões relacionadas à estratificação, pois acreditamos que esse é um dos muitos aspectos da sociedade que serão afetados pelas restrições ecológicas. Como notado acima, a curto prazo esperamos uma enorme pressão para se reverter para a síntese do crescimento econômico, pois tal estratégia procura aliviar as tensões sociais às custas do meio ambiente. Claro que o NPA implica que tal estratégia não pode continuar indefinidamente (e as evidências dão suporte a isso – ver, por exemplo, Miller, 1972). Portanto, somos confrontados com a necessidade de escolher entre o gerenciamento da escassez e uma síntese ecológica¹⁴. Os efeitos deletérios do primeiro já estão se

14. Vale a pena explicitar um ponto implícito em nossa discussão: o NPA sugere que a escassez de recursos é inevitável, mas, como o trabalho de Schnaiberg bem indica, as sociedades podem reagir a ela de várias maneiras. Assim, como Schnaiberg (1975: 17) sugere, os sociólogos devem começar a examinar os impactos sociais (especialmente os impactos distributivos) de respostas alternativas à escassez.

tornado óbvios; ajudam a explicar as tendências descritas por Aronowitz e outros. No entanto, a conquista de uma verdadeira síntese ecológica vai requerer alcançar uma sociedade de estado estável, objetivo muito difícil. Como estudiosos da organização social, os sociólogos devem desempenhar um papel vital no delineamento das características dessa sociedade, de procedimentos factíveis para alcançá-la e de seus prováveis custos sociais (ver Anderson, 1976, para um esforço preliminar). Contudo, até que a sociologia se liberte do Paradigma da Excepcionalidade Humana, essa tarefa será impossível.

Nota dos autores

Autores que contribuíram para a preparação deste trabalho estão listados em ordem alfabética. Em vários momentos, beneficiamo-nos de estimulantes discussões, pelas quais somos gratos, com os seguintes colegas e estudantes de pós-graduação: Don A. Dillman, Vikton Gecas, Dennis L. Peck, Kenneth R. Tremblay Jr, Kent D. Van Liere, John M. Wardell e Robert L. Wisniewski. Estamos em débito especialmente com Don Dillman por sua leitura crítica de uma versão preliminar deste trabalho. A contribuição de Dunlap foi financiada pelo Projeto 0158, do Department of Rural Sociology, da Washington State University, e este é o artigo científico nº 4933, do College of Agriculture Research Center, da Washington State University, Pullman, WA 99164.

Referências

- ALBERCHT, S. L.; MAUSSA, A. L. The environment as a social problem. In: MAUSS, A. L. *Social problems as social movements*, p. 556-605. Philadelphia, PA: J. B. Lippincott Co, 1975.
- ALLEN, W. R. Scarcity and order: the hobbesian problem and the human resolution. *Social Science Quarterly*, v. 57, p. 263-275, 1976.
- ANDERSON C. H. *The sociology of survival: social problems of growth homewood*. Chicago, IL: Dorsey Press, 1976.
- ARONOWITZ, S. *Food, shelter and the American dream*. New York: Seabury Press, 1974.
- BELL, D. *The coming of post-industrial society*. New York: Basic Books, 1973.
- BURCH JR., W. R. The peregrine falcon and the urban poor: some sociological inter-

relations. In: RICHERSON, P. J.; MCEVOY, J. (Eds.). *Human, ecology an environmental approach*, p. 308-316. Duxbury, 1976.

_____. *Daydreams and nightmares: a sociological essay on the American environment*. New York: Harper and Row, 1971.

BUTTEL, F. H. Social science and the environment competing theories. *Social Science Quarterly*, v. 57, p. 307-323, 1976.

CARSON, R. *Silent spring*. Boston, MA: Houghton-Mifflin, 1962.

CATTON JR., W. R. Toward prevention of obsolescence in sociology. *Sociological Focus*, v. 9, p. 89-98, 1976a.

_____. Why the future isn't what it used to be (and how it could be made worse than it has to be). *Social Science Quarterly*, v. 57, p. 276-291, 1976b.

COMMONER, B. *The closing circle*. New York: Knopf, 1971.

DALY, H. E. The steady-state economy: Toward a political economy of biophysical equilibrium and moral growth. In: _____ (Ed.). *Toward a steady-State economy*. San Francisco: W. H. Freeman, 1973.

DENISOFF, R. S.; CALLAHAN, O.; LEVINE, M. H. (Eds.). *Theories and paradigms in contemporary sociology*. Chicago, IL: Peacock, 1974.

DUNLAP, R. E. (Ed.) *Directory of Environmental Sociologists*, Circular n. 586. Pullman, WA: Washington State University, College of Agriculture Research Center, 1975.

DUNLAP, R. E.; CATTON JR., W. R. Environmental sociology. *Annual Review of Sociology*, v. 5, p. 243-273, 1979.

DUNLAP, R. E.; VAN LIERE, K. D. The "new environmental paradigm": a proposed measuring instrument and preliminary results. In: *Annual Meeting of the American Sociological Association*, Chicago, IL, 1977.

EHRlich, P. R. EHRlich, A. H. *Population, resources, environment*. San Francisco, CA: W. H. Freeman, 1970.

FRIEDRICHS, R. W. *A sociology of sociology*. New York: Free Press, 1972.

GOULDNER, A. W. *The coming crisis of Western sociology*. New York: Basic Books, 1970.

HARDIN, G. The tragedy of the commons. *Science*, v. 162, p. 1243-1248. 1968.

HAWLEY, A. H. (Ed.). *Man and environment*. New York: New York Times Company, 1975.

HOROWITZ, I. L. *Three worlds of development: the theory and practice of international stratification*. 2 ed. New York: Oxford University Press, 1972.

HUMPHREY, C. R.; BUTTEL, F. H. New directions in environmental sociology. In: *Annual Meeting of the Society for the Studies of Social Problems*, New York, 1976.

KLAUSNER, S. Z. *On man in his environment*. San Francisco, CA: Jossey-Bass, 1971.

KUHN, T. S. *The structure of scientific revolutions*, Chicago, IL: University of Chicago Press, 1962.

MANDERSCHIED, R. W. (Ed.). *Annotated directory of members ad hoc committee on housing and physical environment Adelphi*. Baltimore, MD: Mental Health Study Center, 1977.

MICHELSON, W. H. *Man and his urban environment*. 2 ed. Boston, MA: Addison-Wesley, 1976.

MILLER JR., G. T. *Replenish the Earth: A primer in human ecology*. Belmont, CA: Wadsworth, 1972.

MORRISON, D. E. Equity impacts of some major energy alternatives. In: *Annual Meeting of the American Sociological Association*. Chicago, IL, 1977.

_____. Growth, environment equity and scarcity. *Social Science Quarterly*, v. 57, p. 292-306, 1976.

_____. The environmental movement: conflict dynamics. *Journal of Voluntary Action Research*, v. 2, p. 74-85, 1973.

PARSONS, T. *The evolution of societies*. Englewood Cliffs, NJ: Prentice-Hall, 1977.

POTTER, D. M. *People of plenty*. Chicago, IL: University of Chicago Press, 1954.

RITZER, G. *Sociology: a multiple paradigm science*. Boston, MA: Allyn and Bacon, 1975.

SCHNAIBERG, A. Social synthesis of thee societal environment dialect: the role of distributional impacts. *Social Science Quarterly*, v. 56, p. 5-20, 1975.

_____. *Environmental sociology and the division of labor*. Evanston, IL: Northwestern University, 1972 (mimeo).

STRUMPEL, B. (Ed.). *Economic means for human needs*. Ann Arbor, MI: Ann Arbor Institute for Social Research, University of Michigan, 1976.

SUMNER, W. G. Earth hanger or the philosophy of land grabbing. In: KELLER, A. G. (Ed.). *Earth hunger and other essays*, p. 31-64. New Haven, CT: Yale University Press, 1913.

VAN BAVEL, C. H. M. Soil and oil. *Science*, v. 197, p. 213, 1977.

ZEISEL, J. *Sociology and architectural design*. New York: Russel Sage Foundation, 1975.

ZEITLIN, M. (Ed.). *American Society, Inc.* 2 ed. Chicago, MI: Rand McNally, 1977.



Resenhas

Vidas, “trelas”* e falas de mães de “micro” – um estudo etnográfico em linguagem acessível

Recebido: 03.10.20
Aprovado: 03.11.20

FLEISCHER, Soraya; LIMA, Flávia (Orgs.). Micro: contribuições da antropologia. Brasília/DF: Athalaia, 2020.

Silvia Cristina Yannoulas (<http://orcid.org/0000-0002-6662-9528>),
Departamento de Serviço Social, Universidade de Brasília e Programa de Pós-Graduação em Política Social, Universidade de Brasília, Brasília, DF, Brasil¹.

A obra foi organizada pela antropóloga Soraya Fleischer (Departamento de Antropologia da Universidade de Brasília – DAN/UnB) e a jornalista e especialista em saúde coletiva Flávia Lima (Empresa Brasil de Comunicação – EBC), e reúne um coletivo de autoras/pesquisadoras, estudantes de pós-graduação e graduação. Cuidadosamente elaborada, coordenada até nos mais ínfimos pormenores, coesa teórica e empiricamente, todos os detalhes da produção ora apresentada surpreendem pela simplicidade e ao mesmo tempo amorosidade.

As mães de crianças com microcefalia, vítimas da epidemia do VZ, foram objeto da pesquisa realizada entre 2016 e 2019 na periferia de Recife, protagonistas das histórias contadas neste livro, desvalorizadas socialmente, exaustas e aguerridas, como descritas no prefácio, são e não são reais: a pesquisa é baseada em conversas longas e reiteradas, junto com notas etnográficas sobre a experiência de vida de 15 “mães de micro” – como as autoras carinhosamente, e ao mesmo tempo com uma potência incrível, denominam suas interlocutoras.

O apelido “micro”, denominação que remete ao formato pequeno da cabecinha do bebê, por ser mais fácil e curto explica a coordenadora da pesquisa na introdução do livro, virou substantivo e adjetivo na vida cotidiana dessas mães. Utilizado quotidianamente por médicos, advogados, serviço social, laboratórios, clínicas de reabilitação, prefeitura. E, especialmente, pelas famílias das crianças de micro. No caso das autoras/pesquisadoras, utilizam o termo desde o título do livro para focar na experiência da criança e paralelamente afastar-se das abordagens biomédicas. O epíteto virou conceito da mão das autoras/pesquisadoras, e se politizou nesse trânsito acadêmico, e ainda na luta das mulheres pela vida dessas crianças. Por

* “Treloso”, no Recife, é um substantivo utilizado para descrever crianças arteiras, levadas, atentadas, teimosas. Geralmente é utilizado para caracterizar um comportamento infantil que deva ser reprovado, educado. “[...] há certos comportamentos e características esperados e identificados na infância, como a ‘trelosidade’” (pág. 66).

1. Silvia Cristina Yannoulas é professora do Departamento de Serviço Social e do Programa de Pós Graduação em Política Social da Universidade de Brasília. <silviayannoulas@unb.br>.

isso, micro está do início no título da capa até o final da obra, da fotografia micro na Grande Recife para a panorâmica pensando o macro:

Assim, em tantos sentidos, foi a micro que nos ensinou esse caminho, do pequeno ao grande. De uma conversa na casa visitada a um diário de campo, de uma micro-história a um livro; da experiência de uma criança até uma luta coletiva contra uma epidemia (Introdução, pág. 30).

O início da pesquisa tem uma conotação epistolar muito bonita. O grupo morava em Brasília, mas o estado com maior número de casos era Pernambuco... Como localizar as potenciais mães participantes da pesquisa? Escreveram cartas e enviaram para algumas delas, organizadas em ONGs e movimentos que apareciam em blogs na internet, explicando o projeto iniciando e o desejo de conhecê-las. Dentre as histórias relatadas nos blogs, focaram na Grande Recife. E assim, com cartas postais, iniciou a longa travessia. Foram sete visitas locais entre 2016 e 2019. A pesquisa acabou de ser concluída.

Pelos imperativos éticos, o relato de vida e a experiência vivenciada junto a essas mulheres de carne e osso foi anonimizado pelas pesquisadoras/autoras, os locais e as instituições foram descaracterizadas para evitar seu reconhecimento e estigmatização. As histórias específicas das mães de micro foram desconstruídas e reconstruídas novamente, numa espécie de mosaico de etnofiçãõ que reflete uma e várias (micro)histórias ao mesmo tempo, para conter a todas, não se fixar em nenhuma e ao mesmo tempo ressaltar o diverso e o comum entre elas.

Através de uma viagem muito fluída e coesa ao longo de 11 capítulos escritos cada um por uma autora/pesquisadora (além do belo prefácio escrito por Rosamaria Carneiro – também professora da Universidade de Brasília, a Introdução e as referências bibliográficas unificadas), *Micro* nos leva a percorrer os meandros da vida cotidiana das mães de crianças diagnosticadas com Síndrome Congênita do Vírus Zika (SCVZ), pletórica de negação de direitos e de lutas por sua afirmação.

Cada capítulo foi organizado em torno de um tema frequente nas falas e nas experiências de vida ouvidas e observadas pelas pesquisadoras, abordado sempre no sentido de mostrar a negação de direitos, a violência simbólica, e a luta dessas mulheres pela organização e obtenção dos direitos dos filhos e delas mesmas. Os capítulos/temas abordados são: mulheres, homens, crianças (não apenas as de micro, mas também os irmãos), doutores, medicamentos, escolas, transportes, dinheiros, benefícios, mídias e ciências. No plural, para ressaltar a diversidade de “maneiras de ser”.

Mas, ao mesmo tempo, o livro nos apresenta a unidade advinda do contexto de desigualdade e injustiça social que define a vida cotidiana dessas famílias na epidemia (e que hoje reconhecemos também na pandemia):

O que efetivamente impede e dificulta a vida das crianças implicadas no âmbito da epidemia não é a deficiência, mas a experiência da deficiência em um contexto de precarização da vida e de extrema desigualdade social – que a epidemia não criou, mas acentuou e colocou em evidência. O Estado, que esteve ausente antes, causando diretamente a epidemia, continuou ausente depois, dificultando a vida de mães, irmãos e famílias que cuidam das crianças atingidas.

Imaginar as vidas dessas mulheres e seus filhos, reais, no contexto da pandemia e na pós-pandemia, é realmente desafiador. Cada direito precisa ser objeto de estudo, reflexão e luta, individual ou coletiva. A título de exemplo, tomemos o direito à educação. “Nascidos nos anos de 2015 e 2016 [...] os bebês afetados pela epidemia estão chegando à idade escolar obrigatória” (p. 101). O direito à educação, legitimado pela Constituição Federal de 1988 e reforçado pela Nota Técnica n. 25 do MEC, em 2016, num sentido de educação inclusiva para as crianças de micro, recentemente garantido pelas mães a força de luta e judicialização, o panorama certamente foi transtrocado e dificilmente voltará ao que foi antes da pandemia do Covid-19: provavelmente será mais limitado ainda.

Atualmente sem escolas com funcionamento presencial, essas crianças de micro estão isoladas do convívio social para além dos laços familiares próximos, e imaginamos que não acompanham aulas remotas quando deveriam provavelmente iniciar os primeiros conhecimentos sobre alfabetização. Do lado das mães, esse “respiro” para cuidar de si, para gerar renda extra para a família, para tecer relações sociais para além do ou da filha de micro, evaporou-se junto com outro vírus, o Covid. Dois processos que já estavam presentes antes da pandemia pela Covid 19 e desde o governo Temer começam a se firmar em contexto de isolamento social e poucas possibilidades de luta e pressão dos movimentos, no intuito de: *i.* voltar a isolar os e as educandas com necessidades especiais, em política de educação especial e em instituições especializadas; e *ii.* aprovar legislação que regule a educação domiciliar, que fomentará o isolamento das crianças com necessidades específicas para o tratamento domiciliar do direito a educação. Portanto, o panorama atual e pós-pandemia é, na melhor das hipóteses, cinza...

Muito trabalho foi realizado, e muitas pessoas, instituições e coletivos apoiaram o corajoso empreendimento. De muitas formas diferentes: pequeno subsídio de pes-

quisa, acolhimento em casas durante o trabalho de campo, aceite para participar da pesquisa, colaboração com a redação e edição do livro, enfim, muitas e variadas foram as ajudas. Todas reconhecidas.

Por que recomendamos a leitura da obra? Razões múltiplas para diversidade de leitores em potencial.

O livro constitui um subsídio fundamental para todos(as) aqueles(as) atuantes na formulação, gestão e avaliação de políticas sociais para a atenção integral da população com SCVZ e outros(as) sujeitos(as) com necessidades de cuidados especiais. Com grande sensibilidade, a leitura dos principais resultados do estudo nos mostra como é difícil para essas mães de micro efetivarem o acesso a direitos internacionais e constitucionais, e legitimados por várias legislações infraconstitucionais. Destarte, a partir de casos exemplares, deparamo-nos com os claros limites das políticas sociais em nível federal, estadual e municipal.

Também constitui importante referência para os(as) pesquisadores(as) vinculados(as) à problemática do Vírus Zika. Pensamos aqui não apenas, mas também em aqueles(as) referenciados(as) na ciências da saúde, que lidam diretamente com os quadros diagnósticos, as suas consequências negativas ou limitantes e as probabilidades de tratamento. Por ser pouco explorada ainda pela abordagem da pesquisa social e por mostrar, de maneira sensível e comprometida, a maneira em que a população afetada vivencia a experiência do SCVZ, o estudo interessa aos e às profissionais das mais variadas áreas do conhecimento científico.

Da mesma forma, a obra ajuda, desde o ponto de vista político-pedagógico, a refletir sobre formas alternativas, coletivas, de produzir e divulgar conhecimento científico, politicamente referenciado e socialmente comprometido. O grupo conformado para a realização da pesquisa articulou experiências acadêmicas diversas e propiciou a formação de novas mulheres na arte da pesquisa social, especialmente, mas não unicamente, na difícil arte da etnografia e da escrita. Se, inicialmente, os produtos desta pesquisa foram “tipicamente acadêmicos” (artigos científicos, capítulos de livro, trabalhos de conclusão, apresentações em eventos etc.), durante a caminhada coletiva surgiu outra técnica como mecanismo para treinar a escrita das iniciandas, e divulgar mais amplamente o conhecimento produzido pelo grupo. “Começamos com o que chamamos de “micro-histórias”, pequenos textos de uma ou duas páginas, nos quais contávamos histórias marcantes que tínhamos ouvido no Recife” (pág. 28). Ao total foram 38 microhistórias, que podem ser consultadas no blog de educação e popularização científica: <<https://microhistorias.wixsite.com/microhistorias>>.

Raramente encontramos experiências de escrita colaborativa, nas quais cada autora cresceu ao longo do processo de escrita, e aprendeu a imprimir sua individualidade, sem perder a unidade. Paralelamente, o grupo de autoras/pesquisadoras soube engajar apropriadamente as personagens pesquisadas, provocando também nas mães de micro o gosto pela leitura, pela divulgação do conhecimento, entre outros aspectos importantes.

Finalmente, mas não menos importante, o livro nos conta uma bela história de empoderamento feminino de mulheres brasileiras da periferia que foram e são vítimas da falta de políticas públicas de saneamento e outras, todas fundamentais, e que poderiam ter evitado a epidemia desatada no final de 2015, alertando sobre a importância de documentar os processos coletivos e sua fluidez, no sentido de subsidiar os movimentos de mulheres e feministas. E fortalecer outras mães de crianças de micro a partir dos registros já realizados.

E aqui nos permitimos aventar uma reflexão sobre as lutas travadas e as conquistas destas corajosas mulheres. As políticas destinadas às mulheres normalmente estão dirigidas para a oferecer respostas a problemas práticos ou necessidades básicas decorrentes da posição que as mulheres ocupam na sociedade e na divisão sexual do trabalho. E, por sua vez, as políticas de gênero são orientadas a desafiar e confrontar essa divisão tão consolidada/cristalizada, com foco em interesses estratégicos feministas, que frequentemente se relacionam com uma ruptura na divisão sexual do trabalho e/ou com a saúde sexual e reprodutiva (ver Yannoulas & Silva, 2017).

Os relatos incluídos em todos os capítulos do livro – especificamente nos dois primeiros, “Mulheres” e “Homens” –, levam-nos, infelizmente, a concluir que sequer são atendidas as necessidades práticas dessas valorosas mulheres, decorrentes do cuidado de crianças com necessidades práticas especiais ou específicas que são produto da falta de políticas públicas de saneamento e outras, aquelas necessidades básicas relativas aos direitos garantidos por lei, mas que não são, na verdade, necessidades delas mas da prole ao cuidado delas. E que a estrutura toda de cuidados em torno das crianças de micro reforça ao máximo e fortalece a desvantagem das mulheres (no plural, pois não são apenas as mães de micro, também as irmãs, tias, avós, vizinhas etc.), numa divisão sexual do trabalho injusta, na qual o Estado não atua ou se propõe a atuar, em prol dos interesses estratégicos feministas de gênero. Ao contrário: a própria política formulada é complementemente estruturada em torno da centralidade do cuidado familiar feminino.

Referências

BRASIL, Ministério da Educação. Diretoria de Políticas de Educação Especial. Nota técnica n. 25/2016. Orientações para o acolhimento dos bebês com microcefalia pela educação infantil. In: *A consolidação da incluso escolar no Brasil: 2003 a 2016*, p. 46-47. Brasília: MEC, 2016. Disponível em: <http://feapaesp.org.br/material_download/571_Orienta%C3%A7%C3%B5es%20para%20implementa%C3%A7%C3%A3o%20da%20Educa%C3%A7%C3%A3o%20Especial%20na%20Perspectiva%20da%20Educa%C3%A7%C3%A3o%20Inclusiva.pdf>. Acesso em: 14 Set. 2020.

YANNOULAS, Silvia Cristina; SILVA, Ismália A. Necessidades práticas das mulheres x interesses estratégicos feministas. *Revista Feminismos*, v. 5, n. 2-3, p. 25-39, 2017. Disponível em: <<https://portalseer.ufba.br/index.php/feminismos/article/view/30241>>. Acesso em 14 Set. 2020.



O mundo urbano cosmopolita e a autenticidade do campo: uma discussão sobre a adesão da classe operária rural francesa ao discurso de extrema-direita

Recebido: 01.02.21
Aprovado: 03.03.21

COQUARD, Benoît. *Ceux qui restent: faire sa vie dans les campagnes en déclin*. Paris: La Découverte, 2019.

Ariley Dias (<https://orcid.org/0000-0002-5983-6035>),
Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ. Brasil¹.

I. Ariley Dias tem mestrado em sociologia e antropologia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, Brasil (2016); doutorado em andamento em sociologia e antropologia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, UFRJ, Brasil. <arileyprdias@gmail.com>.

1. O partido muda de nome para Rassemblement National em 2018.

A região francesa denominada atualmente de Grand-Est foi um centro industrial relevante. França e Alemanha disputaram um de seus territórios históricos – a Alsácia-Lorena – impactando o desenrolar das duas Guerras Mundiais (Hobsbawn, 1988; Furet, 1995). Entretanto, o processo de desindustrialização e a deslocalização das empresas no capitalismo atual contribuíram para a decadência econômica em suas zonas rurais. A obra analisa os motivos de jovens adultos da classe trabalhadora permanecerem ali em uma pesquisa etnográfica realizada por Benoît Coquard, sociólogo do Institut National de la Recherche Agronomique (Inra). O autor nasceu no meio rural do Grand-Est, um exemplo dos que se mudaram para a cidade. O trabalho sintetiza os seus principais temas de pesquisa: a juventude nas zonas rurais e os estudos de classe. O livro segue o argumento principal de sua tese de doutorado (Coquard, 2016) sobre a importância da construção de uma boa reputação na sociabilidade nas áreas rurais francesas e o impacto negativo da precariedade do mercado de trabalho para os seus moradores alcançarem o intento. A sua nova pesquisa amplia a discussão com a questão da adesão cada vez maior desses jovens aos discursos propagados pela extrema-direita política.

Parte de seus entrevistados participaram do movimento dos coletes-amarelos, que teve o seu período máximo de engajamento no final de 2018, com críticas às políticas fiscais implementadas pelo governo francês e a presença de discursos xenofóbicos. O primeiro capítulo descreve o perfil dos manifestantes em um dos atos realizados na região. A maioria nunca votou, apesar de demonstrar apoio ao partido de extrema-direita Front National¹, e nem estiveram em qualquer manifestação antes.

O autor relata a sua surpresa ao encontrar antigos informantes de sua pesquisa de doutorado ali. Os manifestantes apresentam um discurso contraditório em que criticam a interferência estatal na economia ao mesmo tempo que demandam uma melhor distribuição de riquezas e uma mudança mais ou menos radical da política. Para o autor, a imagem do *Petit Blanc*, caipiras racistas incapazes de se inserirem na vida cosmopolita citadina, não explica o comportamento do grupo. A dúvida levantada por uma de suas informantes (se alguém teria interesse por um livro sobre as suas vidas) prepara o leitor para o argumento central da obra. Os jovens que ficaram no campo não se sentem membros de um grupo mais amplo. Apesar de não ser citado pelo autor, o trabalho clássico de Durkheim (1999) defende que a divisão do trabalho tem um efeito moralizador, ao fazer com que os indivíduos se integrem ao corpo social, o que se relaciona com o cenário descrito por Coquard de enfraquecimento dos laços comunitários com a falta de empregos nas zonas rurais em declínio econômico.

O capítulo seguinte aborda o sentimento de nostalgia de um passado que não viveriam. A defesa do empreendedorismo se atrela à percepção de que antigamente as pessoas tinham maior autonomia sobre as suas vidas. Coquard aponta para uma sociabilidade local baseada na manutenção de uma reputação respeitável. A ideia de liberdade expressada por eles decorre do êxito em alguém evitar que os outros façam comentários negativos sobre ele. A aceitação de alguém nos grupos locais mais seletivos e prestigiados, como os de caça, depende da permanência em um emprego. A decadência econômica aumentou o grupo de pessoas consideradas desajustadas² por não conseguirem uma ocupação estável, ou seja, há maiores possibilidades de atribuição de uma reputação negativa no momento atual.

Além disso, a obtenção de um posto nas zonas rurais não resulta do mérito pessoal, mas no estabelecimento de boas relações, seguindo as prerrogativas da sociabilidade local baseada nos laços de proximidade. Frequentemente, os homens buscam trabalhar assim que completam o ensino básico a fim de começar a solidificar vínculos com possíveis empregadores que os permitam obter uma melhor posição ocupacional no futuro. O terceiro capítulo descreve as opiniões dos moradores sobre a possibilidade de ir à universidade. Um caminho que se tornou mais factível após as políticas de expansão do ensino superior francês a partir da década de 1990. Grande parte qualifica esse percurso profissional como abstrato e instável, pois a escolha por uma carreira acadêmica implica em abandonar as relações de proximidade nas suas localidades de origem já que precisam se mudar para cursar uma universidade. Aqueles que não foram bem-sucedidos em conseguir uma carreira profissional nas grandes metrópoles relatam que perderam as suas amizades anteriores ao longo do período que passaram fora. Eles não conseguem se inserir

2. Tradução livre da gíria francesa *cassos*.

no mercado de trabalho local, pois os seus diplomas universitários têm pouco valor em uma sociabilidade que valoriza as relações de proximidade. O autor, um exemplo daqueles que partiram para a cidade, relata que não manteve as suas relações de amizade oriundas de sua juventude e nem é tido como um modelo de sucesso entre os moradores da sua cidade natal. Aqueles que partiram se tornam esquecidos à medida que deixam de participar da vida cotidiana local. Então, as ocupações não manuais valorizadas em escala nacional são desprezadas nessas localidades³.

A decisão de deixar o campo e cursar uma universidade pode ser qualificada como um percurso tipicamente feminino. Diferente do sentimento de nostalgia descrito no capítulo anterior, as moradoras nas zonas rurais não desejam ter a mesma trajetória de vida que a de suas mães. Ali, as mulheres vão deixando aos poucos a vida pública, perdendo mesmo o contato com os seus amigos da juventude, quando se casam. Isso gera dificuldades em obter bons postos de trabalho na região por não terem um grande círculo de amizade, além dos empregos considerados como tipicamente femininos serem mais precarizados do que os masculinos. Por isso, segundo o autor, as mulheres são as que mais tentam ir embora dali apesar da possibilidade de terem que retornar no caso de não se estabelecerem na cidade⁴.

No final do capítulo três, Coquard apresenta o caso dos que são descriminalizados por sua origem familiar, normalmente devido a um caso de escândalo público anterior. Eles não têm condições de entrar no mercado local em razão da baixa reputação da família e nem recursos financeiros para se manterem na cidade durante o curso universitário decorrente da precariedade econômica de seus parentes.

Com a falta de postos de trabalho, os entrevistados expressam alguns caminhos de (i)migração considerados viáveis. O capítulo quatro descreve o sonho de conseguir obter um emprego na Suíça devido a um cenário econômico considerado mais estável do que em suas cidades de origem e a valorização do trabalho como bombeiro em Paris. Ambas as opções têm em comum, além da compatibilidade com o seu baixo nível educacional, o desejo de não abandonar os seus laços de proximidade. O sonho do “eldorado suíço” se relaciona com a possibilidade de levar os seus amigos para lá em caso de sucesso e continuar a morar no campo, apesar de geralmente essa trajetória não se concretizar. Já o trabalho de bombeiro permite retornar à localidade natal devido a grande quantidade de dias folgados.

Os dois capítulos subsequentes analisam mais densamente a sociabilidade local. O abandono dos espaços públicos resulta da influência na deslocalização dos postos de trabalho nas relações experienciadas pelos jovens no Grand-Est rural. A casa se torna o principal ponto de encontro, em detrimento aos bistrôs e aos clubes de

3. Michèle Lamont (1992) critica o modelo bourdieusiano por generalizar a disputa envolvendo símbolos atrelados a uma alta cultura pelos parisienses para outros contextos culturais. A afirmação é comprovada no caso dos jovens do campo analisados por Coquard ao não se interessarem em disputar as ocupações mais valorizadas no âmbito nacional francês.

4. O exemplo das mulheres nas zonas rurais francesas segue a tendência mundial da presença maior das mulheres em relação aos homens no ensino superior nos últimos anos (Shavit, Arum & Gamoran, 2007).

5. Em tradução livre, o termo designa a propriedade de uma casa. Os entrevistados o mobilizam com um sentido semelhante à expressão em português que delimita as pessoas que são de casa.

6. Possui um sentido próximo ao de língua grande ou linguarudo em português, ou seja, o vocábulo designa aqueles que fazem fofoca e geram desavenças.

baile. As pessoas deixam o centro das pequenas localidades e passam a investir em casas autoconstruídas a fim de receber os seus amigos no tempo de lazer. Como grande parte trabalha em localidades no entorno, o círculo de amizade se reduz aos vínculos construídos na juventude com a incorporação gradual dos colegas de profissão. Os entrevistados valorizam a ideia de *chez soi*⁵ em que um grupo se percebe como isolado das outras esferas da sociedade. Para eles, os seus companheiros são aqueles com quem eles podem contar. Essa concepção surge como defesa contra a precarização dos postos de trabalho, pois são os verdadeiros amigos que evitam que os outros saibam que um membro está desempregado ou ocupa um posto de trabalho precário em contraposição aos *langues de pute*⁶, aqueles que traem a confiança de alguém.

Mesmo se uma pessoa tem uma reputação respeitável, ela deve participar ativamente das atividades do grupo para ser aceita, incluindo a maior valorização dos amigos do que as obrigações conjugais. Coquard afirma que os eventos sociais na residência de um membro são fortemente controlados pelos homens; eles se divertem e as mulheres ficam sentadas no sofá verificando se o marido irá falar sobre algum assunto íntimo que possa prejudicar a reputação do casal, em caso de excesso de bebida. O autor atribui a diferença de gênero à sociabilidade local, que impõe às mulheres o abandono de um grupo ao qual pertencem, em caso de casamento ou de separação, e, sobretudo, à falta de empregos estáveis para elas – uma condição fundamental para construir uma imagem respeitável. E, no momento atual, parte significativa dos membros de um círculo de amizade são compostos por aqueles que se conheceram no trabalho. A desvalorização do espaço público resultou na invisibilização ainda maior das mulheres, pois alguns eventos direcionados a elas, como os concursos de miss, desapareceram com a decadência econômica. Portanto, os encontros em casa controlados pelos homens se tornaram praticamente a única oportunidade de convívio social nas localidades rurais atuais do Grand-Est.

No final do livro, Coquard retorna à questão sobre a posição política dos jovens que permanecem no campo. Para o autor, eles estabelecem uma solidariedade seletiva ao dividir aqueles com quem podem contar do restante do corpo social. Coquard afirma que os jovens adultos percebem muitas vezes os seus patrões como integrantes de um mesmo grupo que o seu, membros de uma mesma classe social. Ele atribui esse comportamento à desconfiança gerada pela concorrência por empregos. Grande parte dos membros de um grupo não disputam um mesmo posto de trabalho. A solidariedade local baseada em uma seleção em que todos expressam os mesmos gostos e um mesmo estilo de vida favorece a adesão ao discurso propagado pela extrema-direita. Coquard apresenta o caso de um casal que expressa recorrentemente concepções racistas, mas defendem dois amigos de origem ma-

grebina com a justificativa de que eles são de confiança e não reivindicam uma identidade diferente dos demais.

O livro mostra os efeitos do capitalismo atual para a emergência de grupos mais restritos. O problema pode ser analisado para além dos efeitos provocados pela economia. George Simmel (1971a) percebe um fenômeno trans-histórico gerado com a criação de uma sociedade cada vez mais ampliada e cosmopolita. Há um ganho de liberdade, termo definido por Simmel no caso de um indivíduo se perceber como um ser único. As mudanças da sociabilidade nas zonas rurais ampliaram as escolhas de seus moradores, como o caso das mulheres que podem seguir uma carreira universitária, rompendo com os laços locais em caso de sucesso. Porém, estar em um ambiente cosmopolita, como na caracterização simmeliana (1971b) sobre a cidade, pressupõe a mobilização de certas metafísicas universais. O conceito de investimento de forma⁷, elaborado por Laurent Thévenot (1986), indica que as pessoas para generalizar as suas relações precisam atender a critérios universalmente aceitos. A ação dos atores se fundamenta através de um repertório pré-estabelecido por uma categoria (como operário ou patrão) quando se relacionam em situações não definidas (Thomas, 1966) pelos seus vínculos de proximidade. Os entrevistados por Coquard rejeitam a ideia de morar em Paris por considerarem a vida na capital fria e impessoal. Eles não percebem a mesma autenticidade das relações construídas com aqueles com quem podem contar. A análise simmeliana nos auxilia a compreender melhor a maior valorização das relações interclasse em detrimento das de intraclasse. Além da intensa competição por um posto, os jovens do campo se sentem mais próximos aos padrões por conviverem com eles, criando um vínculo que não possuem com outros membros da classe operária⁸. O caso dos jovens rurais franceses nos leva ao seguinte problema: há uma solução possível entre o desejo de viver em liberdade em um mundo mais inclusivo e o de pertencer a um grupo singular com o qual construímos relações que percebemos como autênticas?

7. O termo forma indica as maneiras de cooperação e coordenação entre os indivíduos (Simmel, 2006).

8. Um fenômeno percebido por Max Weber (1982) ao diferenciar as classes sociais, concebidas pelas condições objetivas que afetam a vida dos indivíduos, dos estamentos, que emergem do sentimento de formar uma comunidade ao compartilhar um mesmo estilo de vida.

Referências

- COQUARD, Benoît. *Sauver l'honneur: appartenances et respectabilités populaires en milieu rural*. Tese (Doutorado em Sociologia) – Université de Poitiers, 2016.
- DURKHEIM, Émile. *Da divisão do trabalho social*. São Paulo: Martins Fontes, 1999.
- FURET, François. *O passado de uma ilusão*. São Paulo: Siciliano, 1995.
- HOBBSBAWM, Eric. *A era dos impérios*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

LAMONT, Michèle. *Money, moral & manners: the culture of the French and the American upper-middle class*. Chicago, IL: The University of Chicago Press, 1992.

SIMMEL, George. *Questões fundamentais da sociologia: indivíduo e sociedade*. Rio de Janeiro: Zahar, 2006.

_____. Group expansion and the development of individuality. In: LEVINE, Donald (Org.). *On individuality and social forms*. Chicago, IL; London: *The University of Chicago Press*, 1971a.

_____. The Metropolis and Mental Life, in: LEVINE, Donald (Org.). *On individuality and social forms*. Chicago e Londres: The University of Chicago Press, 1971b.

SHAVIT, Yossi; ARUM, R; GAMORAN, Adam (Orgs.). *Stratification in higher education*. Stanford, CA: Stanford University Press, 2007.

THÉVENOT, Laurent. Les investissements de forme. In: _____ (Org.). *Conventions économiques*. Paris: Presses Universitaires de France, 1986.

THOMAS, William I. *Unadjusted girl: with cases and standpoint for behavior analysis*. Nova York: Harper and Row, 1966.

WEBER, Max. Classe, estamento e partido. In: GERTH, H.; WRIGHT MILLS, C. (Orgs.). *Ensaio de sociologia*. Rio de Janeiro: Editora LTC, 1982.



A pursuit of intellectual equity in an uneven world

Recebido: 11.05.21
Aprovado: 21.06.21

HANAFL, Sari; YI, Chin-Chun (Eds.). *Sociologies in dialogue*. Newcastle upon Tyne, UK: Sage, 2020.

Ana Cristina Collares (<https://orcid.org/0000-0002-7326-4491>),
Departamento de Sociologia, Universidade de Brasília, Brasília, DF, Brasil¹.

I. Ana Cristina Collares é professora do Departamento de Sociologia e do Programa de Pós-Graduação em Sociologia (PPGSOL/UnB) da Universidade de Brasília, Brasília, DF, Brasil. <anacoll47@gmail.com>.

“The main currents associated with notions of global sociology, [...] typically encompass ‘an active, open, mutually beneficial and equal interaction between sociologists from different locations, countries and cultures, in their joint efforts to understand, explain and improve the social world’.”

(Sorokin 2016: 43, quoted in
Wotherspoon, p. 246).

The nations’ boundaries as we know them have never been challenged as they are right now. Along with the increasing flow of migrants from Africa and the Middle East provoking clashes between liberals and conservatives in almost every European country – as well as cultural and religious estrangement between established citizens and newcomers – there is immense pressure from asylum-seekers at the United States’ southern border and even in countries like Brazil, which recently became an important migrant destination after a hiatus of almost 100 years. Conversely, border controls in almost every country have become stricter since last year and international traveling has come to a near halt due to the COVID19 pandemic (or *syndemic*, as some have come to classify it (Horton, 2020)). In this scenario, inequality, violence, political polarization, fake news, and resistance to scientific knowledge are becoming common place. The current state of affairs makes a book like *Sociologies in dialogue* a necessary and welcome addition to every sociologists’ reading list.

Drawing from writings and presentations from the fourth ISA *Conference of the Councils of National Associations held* in 2017, the book encompasses articles from a wide range of countries with contents spanning across issues such as the history,

current status, and local challenges of practicing sociology nowadays at all levels. The key promise of this volume – which the title implies – is to place widely diverse sociological perspectives from the global North and South in dialogue, while also analyzing and dissecting the push for ‘internationalization’ within those contexts. The book fulfills such promise by promoting “meaningful dialogues” across diverse points of view (Abraham, *Foreword*), at the same time challenging traditional perspectives, hierarchies, and epistemologies. Through the narratives of each author, or groups of authors, we realize the tremendous cultural, political, and societal changes that have shaken prior sociological paradigms.

One of the strengths of *Sociologies in dialogue* is that most authors envision Sociology as going beyond atomized empirical research and towards its “original vocation” for producing broad theories and devising connections between agents and structures within the social world. While not diminishing the role or importance of empirical research, the contributors push sociologists towards producing new theoretical frames and structures to understand social (or human) relations, ones that encompass and clarify current conflicts. There is also an implicit defense of public sociology – or the active involvement of sociologists in the enterprise of raising awareness to potential or actual sources of violence and promoting new pathways for social change. This is a necessary sociological enterprise, since

our world is in a time of turmoil, [...] yet we believe in the potential contribution of critical sociology to address many of the [current] critical issues. Can these issues be addressed independently of our vision of what kind of society and humanity we want? Or perhaps independent of what kind of sociology we want? (Hanafi, p. 1).

In the introduction, Sari Hanafi (p. 2) highlights “three necessary conditions for sociologies to be in dialogue”: first, a *deconstruction of the binary logic of antagonistic categories* such as tradition and modernity, north and south, religious and secular, empirical and normative sociology; second, the necessity of *reaching ‘a cross-cultural consensus on universal concepts’*; and third, the need to connect sociological knowledge across borders. To achieve these, *Sociologies in dialogue* is divided into five parts: “Trends in internationalization of sociology (North-South and South-South)”; “Emerging local sociologies”; “Sociology in (post-)authoritarian context”; “When sociology becomes public”; and “Hurdles for the dialogue: challenges of the institutionalization of sociology”. Most essays raise overspread and general concerns connected to the relation between the global South and North, common across book parts, which I will attempt to summarize in two main topics – the *push for internationalization of science and the need to create or to accept new epistemologies* – and some final considerations on how the book reinforces our *ability to look critically at our own context*.

Pathways to internationalization

One of the book's core issues is the 'internationalization of sociology'. Essays in Part I point to a ubiquitous pressure upon local scholars to gain more international prominence and to increase publishing and research collaboration across borders, in every direction: North-North, South-South and South-North. However, almost all of them highlight the risk an "internationalization" conceived from a centralized, global North, colonial or dominant perspective, whereby the ideal model of social research would entail performing standardized empirical studies which follow certain "certified" methodologies, always written in English. The authors discuss how this model of internationalization places countries from the global South in a subordinate position relative to North America and western Europe, biasing knowledge about local social interactions, conflicts and power games.

Global inequalities in the diffusion of knowledge, including but not limited to sociological research, can be partially related to the use of bibliometrics to assess the quality of publications. International rankings of journals and scientific papers – based on, for instance, counting the number of citations of each article in other publications – generate a vicious cycle in which a limited number of journals are always atop of the ranks. Writing in English thus becomes an inescapable requisite for reaching a wider international audience, and a certain number of journals from the global North become the "certified" publication venues if one wants to be cited internationally (Nobrega, 2018).

In chapter 2, for instance, Paola Borgna describes how Italian universities proactively engage as agents of globalization, imposing rules and directing incentives to international publication and cooperation. However, in doing so they are forced to or subjected to adopting assessment policies for measuring the quality of research and the quality of teaching based on these centralized indexes, lessening their ability of focusing on subjects and methods which could be more adequate to promote local development and internal circulation of locally meaningful academic production. Borgna refers to this "internationalized sociology" as *Globish* sociology, that is, a Global sociology written in English and based on centralized standards.

Along those lines, Anna Wesseley (chapter 5) sees the push for internationalization as a lost opportunity for 'Central European countries'¹ to enrich sociological knowledge by employing the "specific local social knowledge and sociological perspective developed in Central Europe" (p. 65). Driving on Mannheim's notion that knowledge is always "either locally or socially restricted, or 'existentially bonded'" (p. 67), she goes on to say that "all knowledge is situated, reflecting the particular

1. Wessely chooses this denomination "Central European" purposefully, stating that "The countries between Germany to the west and Ukraine, Romania and Bulgaria to the east insist on their being distinguished from Eastern Europe and demand to be regarded as constituting the region of Central Europe, the borders of which are, of course, uncertain and thus always open to debate" (Wesseley, Footnote 1).

conditions of its production” (p. 67). So, thinking specifically of the humanities, she questions “whether it is possible at all for any form of knowledge to be global” (p. 66). Such experiences as seen by Hungary and other Central European countries, Wesseley claims, would be particularly enlightening to scholars globally because they portray the unique position of these countries, between the push to be part of the West and the cultural and political domination of the Soviet Union. This unique perspective gets lost when all countries adopt western standards so as to promote international dialogues.

Several of the essays in this collection, especially the nine essays that make Parts II “Emerging new local sociologies” and III “Sociology in (Post-) Authoritarian Context”, suggest some new languages to translate social experiences to a common ground. A good example of the production of new languages of translation for sociology in the global South can be also found in Martins and Dwyer’s essay (Part I, Chapter 3) narrating knowledge exchanges among the BRICS’ countries in recent years.

Local *versus* global experiences

Using an optimistic tone when talking about the internationalization of sociology, Tom Dwyer and Carlos Benedito Martins (chapter 3) describe the efforts toward internationalization of Brazilian sociology as part of a drive for the creation of a meaningful dialogue among the BRICS, following the South-South axis of international collaboration. The authors show the relevance of language of publication for directing choices about where to publish, but not in the sense of pushing scholars to publish in English: rather, Brazilian sociologists published in languages which have closer roots to Portuguese, Brazilian’s mother language. Nevertheless, consistent with the criticism of a centralized notion of “internationalization”, this translated into very few Brazilian researchers publishing in internationally indexed journals, thereby limiting the reach of research produced by these scholars.

However, the experience of internationalizing through the connection with other countries from the global South, namely China, Russia and India (and eventually South Africa), all belonging to the group named BRICS, demonstrates the possibility of an enduring, non-hierarchical collaboration which could enrich sociological perspectives through mutual attempts at translation.

Further obstacles related to creating global sociological dialogues are critically pointed out by other essays. In chapter 6, for instance, Denis Erasga confronts a nativist “Filipino Sociology” to a possible global Sociology. The latter would not be

able to fully express local conceptualizations since it is embedded into a tendency to *modernocentrism*, “a tendency to reckon modernity as the epistemological axis of every possible debate” (p. 81) and which “ushers a form of ‘palliative indigenization’ where unbidden respect for local realities is afforded but not without an itch to patronize”. (p. 82) On a different tone, Roberto Briceño-León proposes, in chapter 7, the concept of a “Mestizo” Sociology of Latin America, which cannot deny either its colonized or its indigenous or native origins, and needs to find “the right combination to respond to social miscegenation” (p. 98): “We are not Europeans, we are not Indians, but a middle species between the aborigines and the Spaniards” (Simón Bolívar, 1966:164 quoted by León, p. 98). Briceño-León describes the use of sociological theories taken as “universal” to interpret local realities in Latin American contexts (in the absence of self-developed theoretical traditions) as misplaced. In fact, these “universal theories” are the product of specific societies and fit much better into their own national interpretations. León describes how a hybridization between these “universal” theories and particular concepts has not succeeded, rather pressing maladapted categories into specific or singular contexts.

The candid narratives about the historical development and the current state of sociology in the remaining essays of parts II and III are “food for thought” to the reader, providing an insider’s look into perspectives and contexts not usually discussed in international venues. They bring to mind, for instance, the wide gaps created between internationalized scholars (those who escaped from authoritarian regimes to live and work abroad) of countries such as Syria, Palestine and Taiwan, and those who remain struggling on the ground to develop a meaningful science and translate their contexts and views to a wider audience. In the case of these countries, a sociologist’s struggle is not to create a national self-identity separated from historical colonial domination: it is a desperate attempt to produce knowledge while under civil unrest and/or political and cultural pressure.

In Taiwan, for instance, the development of sociology is entwined with the process of democratization and creation of a national identity for the country, dating back to the 1950’s. Sociologists are split between, on one side, a push towards more interaction with the international community – which means using English as the language for communication and traditional methodologies such as surveys – and a push for “indigenization” on the other side, seeking forms of “academic subjectivity” linked to Chinese sociology and the publication of papers in Chinese. On chapter 12, Kheder Zakaria highlights these internal divisions in the local development of sociology while poignantly narrating the developments of his own career parallel to the advances of sociological science in Syria. As it went on, he describes Syria’s political and social climate at the time as a “protracted authoritarianism”, a brutalizing

process which “starts with the destruction of social ties and solidarity, leading to the exclusion of groups from the national community and enabling an everyday barbarism against them that eventually becomes generalized across society.”(p.177) As a consequence, many scholars left Syria but kept studying Syrian society and its “internally displaced people”, while also “focusing primarily on political sociology and the refugee communities abroad.

Among these essays analyzing little-discussed fields of contestation from the point of view of the development of sociology, the process in Azerbaijan draws attention because of its peculiarities. The reconstruction of its ethnocultural identity, narrated in Chapter 13 (Guliyev), is described as influenced by a national ideal of tolerance towards interaction between different cultures within the common homeland. With its peculiar acceptance of the country’s multicultural origins, its sociology generates unique frames that allow for a particular the understanding of issues such as ethnic conflicts. In stark contrast to Azerbaijan’s harmonious interaction between cultures and religions, Abaher El Sakka examines Palestinian sociology from the point of view of knowledge production in the Occupied territories (Chapter 20). He describes an existing rift in the desire to engage in meaningful international collaboration between Palestinians abroad and those working from the inside, when it comes to their views, methods and conceptual issues.

Final remarks:

New dialogues, new sociologies

All things considered, the book is a must-read for whoever wishes to reflect on the dilemmas of the development of sociology in the current cultural, political and social context, and on how the process of internationalization of sociology at the local level could be carried respecting local specificities, while at the same time generating new forms of intercultural translation, meaningful in comparative analysis.

At the same time, it brings awareness of how the interpretation local events can actually mirror the very conflicts to which they direct their critique. In Chapter 17, for example, Korczyński and colleagues describe Polish “aversion to ‘others’”. They first show that the roots of this aversion may lay on the influence of communist dictatorship, which promoted a “‘morbid’ distrust of others” within the communist bloc. However, the resistance created during the communist domination is currently and sadly directed towards racism and cultural misunderstanding, helped by stereotypes spread by the media, and generated by the current migrant crisis. The authors regret the fact that the stance of Polish sociological community, although sympathetic to the idea of accepting refugees and to the advantages of migration to

general society, is still more geared to “technocratic and top-down solutions” than to promoting “more common social acceptance and legitimization” (p. 208).

The portraits of local development and institutionalization of sociology and its hurdles in such diverse contexts as Poland, Bangladesh, Palestine, Portugal, Spain, give us the ability to view our own sociological practice with greater awareness and a much wider perspective. With a diversity of perspectives comprised in 21 chapters and 33 authors/organizers from more than 20 different geographical locations, *Sociologies in dialogue* provides an insight into the multiplicity of areas and questions embraced by sociologists around the world in their pursuit to understand social reality and overcome the challenges connected to both the institutionalization of the discipline in itself and its role in the larger society. It discusses sociological practice and its challenges at all levels – local, international, institutional, and public, pointing to more than one path of growth and improvement for the local and global dialogues in sociology.

References

HORTON, Richard. COVID-19 is not a pandemic. *Comment, The Lancet*, v. 396, i.10255, 2020.

NÓBREGA, Rodolfo C. *Desigualdades na academia: determinantes para publicação em periódicos de impacto na sociologia*. Dissertação (Mestrado, em Sociologia) – Programa de Pós-graduação em Sociologia, Universidade de Brasília, 2018.

ZALUAR, Alba; RIBEIRO, Ana Paula Alves. Teoria da eficácia coletiva e violência: o paradoxo do subúrbio carioca. *Novos Estudos Cebap*, n. 84, p. 175-196, 2009.



Resumos

Do conflito ao litígio: em busca de justiça no Sistema Interamericano de Direitos Humanos

Luseni Maria Cordeiro de Aquino

Orientadora: Profa. Dra. Analía Laura Soria Batista

Curso: Doutorado em Sociologia

Data da defesa: 16.03.2020

Esta tese propõe uma abordagem sociológica para a busca por justiça, compreendida como curso de ação que se desenvolve na confluência entre duas forças: de um lado, o impulso mobilizador dos problemas de justiça, que se configuram nas situações críticas em meio à apreensão do conflito vivido; de outro, a lógica que preside a atuação das instituições de administração de conflitos, em particular as judiciais, que avaliam os litígios que lhe são submetidos de uma perspectiva externa, conforme os preceitos universais do direito. A passagem do conflito ao litígio é um processo que resulta da operação de diferentes dispositivos, os quais promovem a dessingularização de seu conteúdo e a juridificação de sua forma. Nesse processo, o sujeito da busca por justiça é gradualmente deslocado para uma posição menos central no circuito que envolve outros atores (a parte contrária, os advogados, as testemunhas, os apoiadores políticos, os juízes), enquanto alguns aspectos do conflito são preteridos em favor daqueles imediatamente enquadráveis nas formas jurídicas e apoiados em provas materiais. Sustento que ambos os movimentos conduzem à progressiva transformação do conflito e ao seu disciplinamento, o que pode resultar no completo sequestro de seu sentido. Meu objetivo é investigar se há condições em que o conflito se mantém mais próximo à perspectiva de quem está em busca de justiça, de modo a que o desfecho judicial possa ser percebido como responsivo em relação a suas demandas e reivindicações. Para discutir essas questões, recorro a dois casos levados ao Sistema Interamericano de Direitos Humanos, buscando contrastá-los e entender as diferenças em seus desenvolvimentos. A pesquisa aponta que a reparação das injustiças é balizada por fatores como a natureza da demanda ou a dimensão do agravo sofrido, que podem encontrar dificuldades para serem adequadamente tratados no curso do processo judicial. No entanto, as condições de desenvolvimento do litígio, entre as quais se incluem as dinâmicas de poder entre os envolvidos e as possibilidades

de participação e (re)significação do conflito abertas ao sujeito da busca por justiça, são aspectos de ordem política que podem incidir sobre a percepção de responsividade do desfecho do litígio e de obtenção de justiça.

Palavras-chave: Justiça. Conflito. Litígio. Direito. Instituições sociais. Dispositivo. Dessingularização. Juridificação. Responsividade.

Profissão sociólogo: formação, identidade e inserção no mercado de trabalho

Tauvana da Silva Yung

Orientadora: Profa. Dra. Christiane Girard Ferreira Nunes

Curso: Doutorado em Sociologia

Data da defesa: 16.03.2020

Os sociólogos recém-formados encontram dificuldades para se inserirem no mercado de trabalho. Além da caracterização e das especificidades do mercado para profissão, existe uma condição socioeconômica maior que também interfere na inserção dos jovens profissionais da sociologia. Este trabalho busca compreender os desafios de integração dos sociólogos no mercado de trabalho brasileiro. Foram utilizadas pesquisas retrospectivas históricas e de revisão de bibliografia sobre a consolidação do campo das ciências sociais no Brasil; análise de histórias de vida; e análise de dados secundários para mapear o mercado de trabalho brasileiro e a formação em sociologia no país. Para tratar o método de histórias de vida, utilizei a abordagem da sociologia clínica para refletir sobre as trajetórias de vida e de formação profissional de jovens sociólogas e sociólogos recém-graduados, as quais foram colhidas através de relatos biográficos desses sujeitos compartilhados em método adaptado da abordagem. A sociologia clínica trata os fenômenos sociais a partir de uma análise que considere o sujeito formado por múltiplas dimensões: social, existencial e reflexiva. As narrativas somadas aos dados secundários e à história do campo profissional mostraram que existe uma história coletiva geracional e profissional. Por um lado, temos uma origem e consolidação elitista do campo no Brasil que ainda se reflete sobre as configurações do mercado laboral atual com reserva exclusiva de postos apenas nas áreas acadêmicas e de docência, apesar da diversidade de atuações que um profissional de sociologia pode exercer. Por outro, temos uma realidade complexa que tem dificuldades de absorver os jovens escolarizados no mercado, fato que não é exclusividade dos sociólogos, e que segue ampliando a precarização do trabalho. O efeito é de jovens sociólogos não inseridos profissionalmente, buscando inserções em outras áreas, apesar da formação qualificada. Eles portam frustrações advindas tanto das dificuldades encontradas no momento de transição da formação para o trabalho, quanto

dos projetos parentais que se apresentam fortes nesse mesmo momento por não surgirem resultados do investimento familiar realizado nos sujeitos.

Palavras-chave: Mercado de trabalho. Sociologia. Profissão. Inserção ocupacional. Sociologia clínica.

Retenção e resiliência no ensino superior brasileiro: determinantes das chances de conclusão

Márcia Nascimento Henriques Knop

Orientadora: Profa. Dra. Ana Cristina Murta Collares

Curso: Doutorado em Sociologia

Data da defesa: 24.04.2020

Esta tese busca compreender as desigualdades internas do sistema de ensino superior brasileiro. Para tanto, verifica a influência da origem social dos estudantes nas chances de conclusão dos cursos e avalia a distribuição dos graduandos entre as diferentes áreas de conhecimento e instituições de ensino superior. Diante das políticas de democratização para o ensino superior implementadas principalmente nos anos 2000, é importante saber se tais medidas têm sido acompanhadas por uma maior equidade do sistema. Daí a importância de se investigar os efeitos da origem social sobre as chances de concluir os cursos, considerando as diferentes áreas de formação e os setores institucionais – público ou privado. As análises foram realizadas por meio de estatística descritiva, modelos logísticos e modelos multinomiais, com uso do software R. Os resultados indicam que a renda familiar continua sendo um fator muito importante para a conclusão do curso. Quanto maior a renda, maiores as chances de conclusão dos diferentes cursos, em ambos os setores – público e privado. Já a escolaridade do pai se mostrou menos determinante. Embora o fato de ter pai com escolaridade mais alta aumente as chances de conclusão dos cursos, constatamos que, no setor público, a escolaridade do pai não apresenta significância estatística. Observamos também que, em geral, os graduandos de origem socioeconômica alta têm maior probabilidade de concluir cursos de retorno econômico alto e de frequentar instituições públicas. Os estudantes em posição socioeconômica desvantajosa que conseguem acessar as instituições públicas o fazem, majoritariamente, em cursos de médio ou baixo retorno econômico. De modo geral, apesar da expansão do acesso ao ensino superior, há uma expressiva estratificação horizontal nesse nível de ensino.

Palavras-chave: Estratificação horizontal. Desigualdade. Ensino superior. Análise quantitativa.

A riqueza e suas diferentes
formas de apropriação:
hierarquias sociais no Brasil contemporâneo.
Um olhar da sociologia clínica sobre a trajetória
de vida de empreiteiros na cidade de Brasília-DF

Carolina Vicente Ferreira Lima

Orientadora: Profa. Dra. Christiane Girard Ferreira Nunes

Curso: Doutorado em Sociologia

Data da defesa: 31.08.2020

Nesta tese, centramo-nos na contradição existente na sociedade brasileira entre uma ordem que se enuncia democrática e a manutenção de significativa desigualdade social ao longo das décadas. Investigamos a respeito da formação de hierarquias sociais, questionando-nos sobre como é possível sua manutenção. A investigação parte da noção de que os sujeitos sociais são formados a partir da vivência, em longa duração, em determinadas condições objetivas de existência. Estas sendo decisivas na formação de estruturas simbólicas delimitadoras de fronteiras no mundo social. A partir da abordagem da sociologia clínica, que considera para a análise dos fenômenos sociais, além da dimensão social, as dimensões existencial e reflexiva dos sujeitos sociais, e da utilização do método de história de vidas, nos debruçamos sobre a trajetória de vida de empreiteiros da cidade de Brasília-DF. Para análise das trajetórias, percorremos boa parte da história do país ao longo do século XX. As trajetórias revelaram a centralidade da educação formal e o papel cumprido pelo capital social no processo de construção de suas fortunas. No que tange à coexistência entre a ordem que se enuncia democrática e as profundas desigualdades sociais existentes no país, esta só se torna possível devido a um processo de naturalização e recalcamento daquilo mesmo que a torna possível, qual seja, uma sociedade que se estruturou em torno da gramática dos privilégios e não em torno da gramática dos direitos.

Palavras-chave: Hierarquia social. Desigualdade social. Sociologia clínica. História de vida. Brasil. Construção civil.

As representações sociais do corpo feminino gordo na telenovela “Amor à vida”

Luiza Roure de Aguiar Rodrigues

Orientadora: Profa. Dra. Lourdes Maria Bandeira

Curso: Mestrado em Sociologia

Data da defesa: 27.02.2020

A presente pesquisa teve o objetivo de compreender como a telenovela “Amor à vida”, transmitida entre 2013 e 2014 construiu socialmente uma das únicas personagens gordas da trama, a enfermeira Perséfone. Esta novela foi escolhida por conta de sofrer um abaixo-assinado, feito sobretudo por mulheres gordas que se sentiram diretamente atacadas ao verem como Perséfone era representada na novela. Assim, este trabalho acredita que a telenovela é um meio audiovisual com força de retratar a realidade. Portanto, ao compreender como ela foi socialmente representada neste meio ficcional, pode-se entender como a mulher gorda é vista e tratada no seio da sociedade.

A partir da técnica da análise de conteúdo (AC), foram analisados todos os capítulos que Perséfone aparecia. Além de suas falas, outros elementos também foram escolhidos para o estudo: o cenário e os figurinos. Assim, foi possível delimitar núcleos de sentidos, ou seja, categorizar quais foram as representações sociais encontradas durante os 221 capítulos.

A primeira categoria encontrada foi: “os múltiplos sofrimentos da mulher gorda”. Percebeu-se que a personagem é posta em performances de gênero tradicionais, principalmente na constante busca de um relacionamento amoroso. Porém, por mais que ela siga os ritos da feminilidade clássica, por ser uma mulher gorda, não consegue encontrar um par romântico, causando-lhe sofrimento.

O segundo núcleo de sentido foi denominado de “o corpo socialmente infeliz”. Quando Perséfone finalmente encontra um parceiro (que não é gordo), a enfermeira começa a ser discriminada pelos outros personagens de interação na trama. É como se aquele “corpo diferente”, devesse se restringir a lugares específicos na sociedade.

Assim, baseados nos *fat studies*, na sociologia do corpo e nos estudos de gênero, indaga-se até que ponto a preocupação com a gordura é de fato um receio com a questão da saúde, ou se não é uma forma de controle dos corpos, em especial dos femininos.

Palavras-chave: *Fat studies*. Telenovela. Representações sociais. Estigma.

Sangue interdito – a negação aos homens homossexuais de serem doadores no Brasil

Lianna Mara Resende

Orientadora: Profa. Dra. Tânia Mara Campos de Almeida

Curso: Mestrado em Sociologia

Data da defesa: 31.08.2020

A proibição dos homens homossexuais doarem sangue no Brasil tornou-se, em 2016, objeto de uma Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) impetrada pelo Partido Socialista Brasileiro (PSB) perante o Supremo Tribunal Federal (STF). No cenário que emerge desse quadro surgem múltiplos discursos formulados por uma pluralidade de atores. Os objetivos da presente dissertação concentram-se em: realizar o levantamento do discurso médico-científico utilizado pelo Poder Executivo Federal para defender a interdição, investigar as questões relativas à cidadania LGBTI+ (lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais, transgêneros e intersexuais) envolvida na proibição e compreender a percepção sobre o tema por parte de homens homossexuais que já passaram pela experiência de tentarem doar sangue e serem recusados em virtude de sua orientação sexual. Como referenciais teóricos, recorri ao conceito de biopolítica desenvolvido por Michel Foucault, para abordar a forma como o governo brasileiro lida com o referido tema. Além disso, trato também do conceito de estigma trabalhado por Erving Goffman, visto que é uma das causas observadas para a consolidação e a disseminação de uma imagem que liga os homossexuais à promiscuidade. Sobre o simbolismo exercido pelo conjunto que abrange o sangue e sua doação, trabalho com o contexto de abjeção tanto em Julia Kristeva quanto em Judith Butler. Da análise da documentação gerada pela ADI e das entrevistas realizadas com os referidos homens emergiram dois núcleos de sentido diametralmente opostos: um que recorre a argumentos autodeclarados científicos para defender a interdição, mas são inconsistentes, e o outro, que entende a doação de sangue como um ato seguro para toda a população, um ato altruísta e um exercício da cidadania, do qual os homens homossexuais são excluídos. Minha abordagem buscou delinear estes dois núcleos, além de apreender o contexto sociológico e algumas das consequências do resultado do julgamento da ADI pelo STF, que consistiu na invalidação das normas que proibiam os homens

homossexuais de doarem sangue. Concluí que tal decisão foi uma conquista não apenas para o movimento LGBTI+, mas também para toda a sociedade brasileira, pois prevaleceram valores como a igualdade, a liberdade e a não discriminação.

Palavras-chave: Homossexualidade. LGBTI+. Cidadania. Biopolítica. Estigma. Abjeção.

Normas

Escopo e política

A *Revista Sociedade e Estado* publica trabalhos, sempre originais, grande parte inéditos e de importância em sociologia e áreas conexas, que visem contribuir teórica, metodológica e empiricamente para estas áreas do conhecimento. *Sociedade e Estado* aceita submissões em português, espanhol, francês, inglês e outro idioma a critério da Equipe Editorial, que poderão ser publicados em sua língua original. As seguintes categorias de trabalho podem ser publicadas como artigos avulsos, em seções específicas ou dossiês temáticos (para estes há regras específicas):

1. Estudos teóricos: análises e discussões conceituais que contribuam para a compreensão dos modelos teóricos existentes e suscitem elaborações de hipóteses para futuras pesquisas.
2. Notas técnicas: relatos e descrições de instrumentos e técnicas originais de pesquisa.
3. Revisões críticas da bibliografia relativa a assuntos de interesse para o desenvolvimento das ciências sociais, ênfase em sociologia.
4. Relatos de pesquisa: investigações baseadas em dados empíricos, utilizando metodologia científica.
5. Estudos de natureza metodológica: investigações acerca de procedimentos de pesquisa e análise de dados.
6. Resenhas.
7. Traduções (apenas em algumas plataformas da *Revista*).
8. Notícias e homenagens (apenas em algumas plataformas da *Revista*).

Será atribuído a cada artigo publicado um identificador DOI (Digital Object Identifier).

I. Apreciação pela equipe editorial

1. A *Sociedade e Estado* publica artigos de doutor/a(es/as) e/ou doutorando/a(s). Casos diversos serão excepcionais e avaliados individualmente.
2. As submissões são realizadas apenas pelo site da *Sociedade e Estado*.

3. Os trabalhos enviados serão apreciados pela Equipe Editorial da *Revista* que fará a primeira triagem. Aqueles aceitos seguirão para a avaliação de, pelo menos, dois especialistas no tema que não possuam conflitos de interesse com o artigo. Estes emitirão pareceres sem conhecimento de sua autoria (avaliação duplo-cego) e permanecerão anônimos ao/à(s) autor/à(es/as).

4. É facultada ao/à(s) autor/a(es/s) a submissão em conformidade com a *Ciência Aberta*, exceto para artigos que comporão dossiês. Para tanto, deve/m preencher o formulário específico no site da *Revista* no ato do envio do manuscrito, bem como realizar/em seu depósito no servidor Open Preprint System (OPS) logo após à aceitação do artigo pela Equipe Editorial. Nesse caso, a modalidade da avaliação será por pares aberta.

5. Não são aceitos artigos que evidenciem plágio ou mais de 20% de autoplágio, sendo esses devidamente referenciados ao trabalho original. A *Revista* utiliza métodos de detecção de plágio por meio de softwares e pesquisa. Questões de natureza ética e boas práticas acadêmicas devem ser observadas pelos/as autores/as, como explicitar as fontes de financiamento e a aprovação por comitês de ética das pesquisas geradoras dos artigos, quando for o caso. Declaração a este respeito é solicitada a autor/a(es/as) no ato da submissão.

6. As informações, descrições, análises e demais conteúdos dos artigos são de responsabilidade dos/as autores/as.

7. Os/As autores/as serão notificados/as da aprovação ou recusa final de seus artigos. Autores/as que participaram da *Revista* deverão observar o prazo de 1 ano e 6 meses entre a data da publicação do artigo e a nova submissão.

8. Eventuais sugestões ou indicações de modificação de estrutura e/ou conteúdo que se façam necessárias serão notificadas ao/à autor/a, que se encarregará de fazê-las no prazo máximo de um mês. Caso tais modificações não sejam realizadas a contento, o artigo não estará aprovado.

9. Não serão permitidos acréscimos ou modificações depois que os textos tiverem sido submetidos à *Revista*.

10. Os trabalhos devem ser apresentados dentro do padrão culto do idioma nacional ou estrangeiro, podendo ser solicitado ao/à autor/a sua revisão por parte de profissional especializado/a.

II. Forma de apresentação dos originais

1. O artigo completo (com resumo, referências e, quando houver, gráficos e tabelas) deverá ser digitado em Word (fonte TIMES NEW ROMAN, corpo 12), contendo no máximo 30 páginas, em espaço duplo, numeradas consecutivamente;
2. Na primeira página do original, deverão ser indicados o título do artigo (e subtítulo, se houver).
3. No caso de submissão apenas pelo site da *Revista* (não pelo sistema preprint), todas as informações e citações que podem identificar a autoria do manuscrito devem ser retiradas sem prejuízo ao conteúdo ou, nos respectivos lugares, deve ser indicada a palavra “autor/a” (a exemplo de referências bibliográficas), uma vez que a avaliação será duplo-cego. Medidas para evitar conflitos de interesse e preservar a satisfatória condução dos procedimentos editoriais devem ser informadas pelo/a(s) autor/a(s) à Equipe Editorial no ato da submissão.
4. Os artigos deverão vir acompanhados de um resumo em português de até 150 palavras, com tradução em inglês (*abstract*), que sintetize o(s) objetivo(s), métodos e principais conclusões. Também deverão trazer cinco palavras-chave em português e inglês (*keywords*), bem como o título em inglês. Artigos em outros idiomas devem incluir esses mesmos elementos em português, inglês e na língua escolhida.
5. As resenhas deverão vir com, no máximo, oito páginas em espaçamento duplo. São aceitas à submissão resenhas de obras nacionais publicadas nos últimos dois anos e de obras estrangeiras nos últimos cinco anos. As resenhas serão apresentadas com título próprio, seguido da referência completa do livro resenhado.
6. As notas, que devem ser de natureza substantiva (não bibliográfica) e reduzidas ao mínimo necessário, não ultrapassando oito linhas. As menções a autores/as no correr do texto devem subordinar-se à forma (autor/a, data, página).
7. As citações textuais aparecerão “entre aspas” no corpo do texto, quando inferiores a três linhas, e em novo parágrafo, com recuo, corpo 10, quando com três linhas ou mais. Citações devem ser traduzidas à língua de redação do artigo, seguidas normas da ABNT.
8. As figuras e desenhos deverão ser confeccionados eletronicamente

e enviados em arquivos separados com indicação do programa utilizado para a sua elaboração.

9. As tabelas e gráficos deverão ser numerados (acompanhando a sequência em que são citados no texto) e confeccionados em Excel ou no próprio Word. Eles deverão ser enviados separados do arquivo de texto.

10. A bibliografia será apresentada ao final do texto, em ordem alfabética pelo último sobrenome do autor, de acordo com as normas usuais da ABNT. Exemplos:

▣ Em caso de livro:

BHAMBRA, Gurinder. *Connected sociologies*. London: Bloombury, 2014.

▣ Em caso de artigo:

SORJ, Bila. Sociologia e trabalho: mutações, encontros e desencontros. *Rev. bras. Ci. Soc.*, v. 15, n. 43, p. 25-34, Jun. 2000.

▣ Em caso de coletânea:

TOLEDO, M. R. A. A Companhia Editora Nacional e a política de editar coleções. In: BRAGANÇA, A. (Org.). *Impresso no Brasil. Dois séculos de livros brasileiros*. São Paulo: Editora Unesp, 2010.

▣ Em caso de teses:

SANTOS, Mariza Veloso Motta. *Patrimônio Histórico e Artístico Nacional: O mapeamento de uma formação discursiva*. Tese (Doutorado em Sociologia) – Departamento de Sociologia, Universidade de Brasília, Brasília, 1991.

A responsabilidade da matéria publicada pela *Revista* é exclusiva do/a autor/a, não expressando opinião da Equipe Editorial, do Comitê Editorial ou do Conselho Editorial da Revista.

III. Envio de manuscritos

Os artigos deverão ser submetidos por meio do link:

<<http://periodicos.unb.br/index.php/sociedade/about/submissions>>

Esta *Revista* não requer taxas de submissão de artigos e de avaliação, bem como não há taxas de acesso aos artigos publicados.

IV. Regras para propostas de dossiês à *Sociedade e Estado*

1. *Sociedade e Estado* intercalará dossiês com números de fluxos contínuos.
2. O dossiê terá entre cinco e sete artigos, seguindo as especificações gerais de publicação da *Sociedade e Estado* aos/às autores/as.
3. As propostas de dossiê serão recebidas por livre demanda pela Equipe Editorial, que avaliará sua pertinência à *Revista*.
4. Cada proposta deve conter sucinta discussão teórica do tema do dossiê, currículo do(a/s) proponente(s), resumo e *abstract* de cada artigo, bem como breve currículo de seus/suas autores/as. O(A/s) responsável(is) pelo dossiê deve(m) ser doutor(a/s) e possuírem reconhecida atuação acadêmica na área das ciências sociais, com ênfase em sociologia.
5. Dentre o conjunto de artigos, pelo menos, dois deles devem ser em língua inglesa e duas/dois autoras/es com vinculação a instituições estrangeiras. O(A/s) responsável(is) pelo dossiê poderá/ão assinar apenas um artigo, preferencialmente em coautoria. A apresentação do dossiê ficará a cargo dele(a/s), devendo ser breve (de 08 a 10 páginas com referências), ater-se à importância do dossiê e dos artigos que o compõem. Essa apresentação não está incluída no número de artigos do dossiê.
6. Se aceita a proposta, o prazo de envio dos artigos completos será definido pela *Sociedade e Estado*, que, ao recebê-los do(a/s) responsável(is) via secretaria da Revista, encaminhará para avaliação por pares duplo-cego. Possíveis pareceristas para os artigos poderão ser sugeridos/as à Equipe Editorial, mediante compromisso de sigilo sobre a autoria dos artigos por parte dos responsáveis pelo dossiê.
7. Revisões especializadas dos artigos em língua inglesa ou em outras línguas estrangeiras poderão ser solicitadas ao/à(s) responsável(is) pelo dossiê.

